

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

**Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das
memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e
Paranaguá, décadas de 1840-1850)**

**Curitiba
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

**Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção
das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos
(Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

**Curitiba
2012**

Catálogo na publicação

Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Gomes, Sandro Aramis Richter

Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, 1840-1850) / Sandro Aramis Richter Gomes. – Curitiba, 2012.

323 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Morretes - História - 1840-50. 2. Paranaguá - História - 1840-50. 3. Morretes (PR) – Descentralização administrativa – 1840-50.
4. Paranguá (PR) – Descentralização administrativa – 1840-50.
5. Santos, Antônio Vieira dos – Biografia. I. Título.

CDD 981. 82



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Sandro Aramis Richter Gomes**, intitulada: **Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze.

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Turin (UNIRIO)
1º Examinador

Profa Dra Ana Maria de Oliveira Burmester (UFPR-aposentada)
2º Examinador

Agradecimentos

Aos meus familiares, agradeço pelo estímulo para a realização desta etapa da minha formação acadêmica, bem como pelo respeito acerca da minha escolha profissional.

Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, agradeço, para além da disponibilidade e interesse em orientar esta dissertação, o acompanhamento da minha formação acadêmica desde a graduação.

Aos colegas e professores da linha de pesquisa em Espaço e Sociabilidades, agradeço pelas críticas e sugestões manifestadas desde as primeiras discussões sobre o meu projeto de pesquisa. A partir do convívio com integrantes desta linha de pesquisa, eu pude amadurecer as ideias do estudo aqui apresentado.

Ao professor Rafael Faraco Benthien, agradeço pela participação em minha banca de qualificação de mestrado, bem como pela oportunidade de poder, desde o tempo em que eu fora seu aluno de graduação, com ele manter conversações.

À professora Ana Maria de Oliveira Burmester, agradeço pelas contribuições prestadas por ocasião do exame do meu relatório qualificação, bem como por ocasião da defesa da dissertação.

Ao professor Rodrigo Turin, agradeço pela solicitude em participar da minha banca de mestrado. Sou grato, também, pela receptividade que demonstrou para com esta dissertação.

Ao André Luiz Moscaleski Cavazzani, agradeço pela disponibilidade de manter comigo discussões acerca da história paranaense, discussões as quais se desdobraram em efetiva colaboração intelectual.

Ao Rogério Pereira da Cunha – amigo que fiz durante a graduação – agradeço pelas discussões a respeito de interesses intelectuais e expectativas profissionais. Agradeço, também, pelo apoio moral e interesse a respeito deste meu trabalho.

Ao Rogério Ribeiro Tostes, sou grato pela irrestrita disponibilidade de contribuir, desde tempos idos, com meus interesses intelectuais, assim como pelo franco compartilhamento de seus conhecimentos e ideias.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sou grato pela concessão, durante 24 meses, de uma bolsa de pesquisa, através da qual tive condições de me dedicar integralmente à realização do curso de mestrado

Resumo

Esta pesquisa investiga como, em uma área provincial do Brasil oitocentista, Antonio Vieira dos Santos (1784-1854) construiu memórias históricas sobre Paranaguá (1850) e Morretes (1851). O presente trabalho apresenta, pois, uma discussão sobre práticas historiográficas executadas para além de instituições de cultura. O trabalho divide-se em duas partes. Na Primeira Parte, composta por dois capítulos, discute-se o processo de constituição de matriz analítica, no Brasil e no Portugal do século XIX, sobre memórias históricas. No primeiro capítulo é realizada discussão sobre livros de conteúdo histórico produzidos em sociedades de origem portuguesa, discussão na qual aufere relevo o reconhecimento das condições sociais de produção e das implicações políticas destes livros. No segundo capítulo são discutidos os dois volumes de reminiscências de Vieira dos Santos, de modo a investigar a trajetória deste indivíduo nas vilas litorâneas de Antonina, Morretes e Paranaguá, então pertencentes à jurisdição da Província de São Paulo. Na Segunda Parte, formada por dois capítulos, são estudadas as memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá. No terceiro capítulo, aborda-se a memória histórica sobre Paranaguá, delimitando-se a investigação acerca de suas condições de produção e de como se procede ali elaboração de percepções sobre a vida social em Paranaguá – no âmbito das quais se encontram difusas tomadas de posição política. No quarto capítulo, referente à memória histórica de Morretes, problematiza-se os modos pelos quais Vieira dos Santos inseriu-se enquanto ator desta narrativa, bem como a respeito de seus posicionamentos sobre os interesses econômicos e políticos de grupos mercantis do litoral e do planalto da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Assim, propõe-se situar este indivíduo enquanto envolvido nas condições sociais, interesses institucionais e direcionamentos pragmáticos inerentes à composição de obras históricas em sociedades provinciais do Brasil da primeira metade do século XIX.

Palavras-chave: descentralização institucional; memórias históricas; pragmatismo

Abstract

This research investigates how, in a provincial area of nineteenth-century Brazil, Antonio Vieira dos Santos (1784-1854) built on historical memories of Paranaguá (1850) and Morretes (1851). This thesis therefore presents a discussion about writing practices performed in addition to cultural institutions. The work is divided into two parts. In Parte One, composed of two chapters, discusses the processes of setting up analytical matrix of historical memories of nineteenth Brazil. The first chapter held discussion on the historical content of books produced in societies of Portuguese origin, discussion in which he is receiving prominent recognition of the social conditions of production and the political implications of these books. The second chapter discusses the two volumes of reminiscences of Vieira dos Santos, in order to investigate the trajectory of this individual in the coastal villages of Antonina, Morretes and Paranaguá, then within jurisdiction of the Province of São Paulo. In Parte Two, composed of two chapters, are studied historical memories of Morretes and Paranaguá. The third chapter deals with the historical memory of Paranaguá, delimited to research about their conditions of productions and proceeds as if their insights into the development of social life in Paranaguá – within which projects are diffuse social intervention. In the fourth chapter on the historical memory of Morretes discusses as Vieira dos Santos as an actor was part of this narrative, and what their positions on economic and political interests of commercial groups on the coast and the plateau of the Fifth District of São Paulo. Thus, it is proposed to locate this individual as the case of social, institutional interests and directions inherent in the decentralized pragmatic prose composition of Brazilian provincial historical societies in the first half of the nineteenth century.

Keywords: institutional decentralization; historical memories; pragmatism

Lista de Quadros

Quadro 1 – Estrutura domiciliar de João Vieira dos Santos. Paranaguá, 1809.....	134
Quadro 2 – Estrutura domiciliar de Antonio Vieira dos Santos. Paranaguá, 1809....	135
Quadro 3 – Estrutura domiciliar de Manoel Francisco Correia. Paranaguá, 1809....	135
Quadro 4 – Estrutura domiciliar de Manoel Antonio Pereira. Paranaguá, 1809.....	136
Quadro 5 – Estrutura domiciliar de Antonio José de Araújo. Morretes, 1817.....	137
Quadro 6 – Estrutura domiciliar de Antonio Vieira dos Santos. Morretes, 1817.....	138
Quadro 7 – Estrutura domiciliar de Manoel Antonio Pereira. Paranaguá, 1825.....	138
Quadro 8 – Estrutura domiciliar de Manoel Francisco Correia. Paranaguá, 1825....	140
Quadro 9 – Registros contábeis dos armazéns de Antonio Vieira dos Santos.....	147
Quadro 10 – Empréstimos obtidos por Antonio Vieira dos Santos.....	148
Quadro 11 – Estrutura domiciliar de Antonio Vieira dos Santos. Morretes, 1836....	150
Quadro 12 – Estrutura domiciliar de Antonio José de Araújo. Morretes, 1836.....	151

Sumário

Introdução.....	8
Primeira Parte. Aspectos sociais e políticos da elaboração de obras históricas em língua portuguesa nos Oitocentos: elites locais e circulações institucionais.....	22
1. Trabalhos históricos em língua portuguesa: estilos e métodos, lugares de sustentação social e ideias políticas.....	22
1.1. Memórias históricas como etapa historiográfica: construções oitocentistas.....	23
1.2. Compartilhamento e padrão analítico sobre a obra de Antonio Vieira dos Santos.....	31
1.3. Exercícios historiográficos em áreas municipais: a escrita histórica nos Açores...	43
1.4. Carreiras estatais e práticas letradas: a escrita histórica em capitanias e províncias do Brasil.....	55
1.4.1. Memórias históricas camarárias: as capitanias de Mato-Grosso e de Minas Gerais.....	103
2. Ações e lugares de integração social de Antonio Vieira dos Santos: os municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá (1798-1851).....	110
2.1. A integração de Vieira dos Santos na vila de Paranaguá.....	114
2.2. Rearranjos dos papéis e posição social da Família Vieira dos Santos.....	127
2.2.1. Diferenças sociais de Vieira dos Santos para com seus compadres.....	133
2.3. Mobilidade e rede social de Vieira dos Santos na década de 1820.....	141
2.4. Estratégias familiares: modos de exercício da autoridade patriarcal.....	150
2.5. Reminiscências das alianças e conflitos sociais: decênios de 1840 e 1850.....	155
2.6. A capitalização do letramento: chancelas oficiais às memórias históricas.....	161
Segunda Parte. Percursos e interesses sociais na elaboração das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá: interações letradas e fundamentos políticos.....	169
3. Composição metódica, sustentação social e direções políticas do texto histórico: abordagem sobre a <i>Memória Histórica da Cidade de Paranaguá</i>. 169	169
3.1. Temas e bibliografia na construção da memória histórica.....	171
3.2. Delimitação, justificação e direcionamentos da memória histórica.....	185
3.3. A legitimação de informações orais: Cananeia e Paranaguá.....	195
3.4. A arregimentação de interlocutores em esferas estatais.....	201
3.5. Organização institucional e econômica de Paranaguá: tomadas de posição sobre a vida social.....	209
3.6. Rituais e conflitos na vida social de Paranaguá.....	215
3.7. As irmandades católicas de Paranaguá: atuação e composição.....	219
3.7.1. O cargo de escrivão de irmandades no século XVIII.....	221
3.7.2. Rotinas e relações políticas de irmandades do litoral paranaense.....	223
3.7.3. Rotinização da vida devocional: juízos morais às relações corporativas.....	226
3.8. O elogio histórico: patriarcas e instituições municipais.....	228
3.8.1. Pragmatismo econômico e político: aproximações.....	236

4. Atuação histórica, ideias administrativas e econômicas: abordagem sobre a	
 <i>Memória Histórica da Villa de Morretes</i>.....	243
4.1. Autoimagens literárias e ideias políticas na memória histórica.....	246
4.2. As fontes e as escolhas temáticas na construção da obra.....	255
4.3. Rituais e conflitos na vida social de Morretes.....	258
4.4. Implicações de episódios políticos da história brasileira na dinâmica local.....	264
4.5. Comércio, escravidão e religião: dimensões das interações sociais.....	274
4.6. Interesses econômicos e políticos: o protagonismo histórico do autor.....	280
4.7. Alocuções em salões de Morretes: aspectos literários e políticos.....	292
Considerações finais.....	299
Fontes primárias.....	305
Referências bibliográficas.....	305

Introdução

Esta dissertação objetiva investigar as condições sociais de produção das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá de autoria de Antonio Vieira dos Santos (Cidade do Porto, Portugal, 12 de dezembro de 1784 – Vila de Morretes, Província do Paraná, 05 de julho de 1854). A partir da reconstituição da trajetória deste indivíduo, bem como através da análise de sua produção textual, encaminha-se, pois, uma discussão sobre os lugares e interesses sociais que caracterizaram a escrita histórica desenvolvida para além de instituições de cultura no Brasil da primeira metade do século XIX.¹

Cabe, por conseguinte, assinalar duas chaves de leitura inerentes às investigações sobre a historiografia brasileira oitocentista, a saber: a relação entre escrita histórica e construção de identidades sociais, e a atribuição de protagonismo a instituições de cultura no que concerne à elaboração de procedimentos metódicos e de direcionamentos políticos de obras históricas. Na abordagem proposta, nos anos 1980, por Manoel Salgado Guimarães tem-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), fundado em 1838, como envolvido na construção de um discurso de afirmação de identidade nacional em consonância com os interesses políticos do Estado Imperial. Na leitura de Guimarães, os membros deste sodalício são percebidos como interessados em desenvolver uma escrita histórica sob perspectiva ilustrada e nacional. Dessa maneira, para o autor, a historiografia brasileira oitocentista pode ser entendida no âmbito do esforço de elaborar “um perfil para a ‘Nação

¹ Acerca da categoria de instituições de cultura, refere-se ela, aqui, às agremiações tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos sodalícios provinciais congêneres a este instituto, e, ainda, às academias literárias vigentes em áreas de capitanias brasileiras nos Setecentos. A utilização desta categoria é, pois, sustentada por dois elementos: (i) hierarquização e regularidade da participação institucional; (ii) afirmação de um projeto intelectual. Sobre o primeiro elemento, é ele respeitante à existência dos regimentos e estatutos das instituições de cultura e a partir dos quais se definem condições e modos das interações e da produção intelectual naquelas corporações. A pretensão de consolidação de ritmos às práticas corporativas – e eis uma diferenciação para com instituições que intermitentemente desenvolveram ou financiaram atividades culturais e que não possuíam regras uniformes acerca da execução de tais atividades, a exemplo das Câmaras Municipais – é, pois, o aspecto principal deste primeiro elemento. O segundo tópico refere-se aos modos pelos quais as instituições de cultura buscaram a elaboração de diretrizes – e, do mesmo modo, de uma ortodoxia – as quais orientariam o funcionamento daqueles grêmios. Há de se ressaltar, por certo, que estas instituições culturais não se apresentaram enquanto campos autônomos de produção intelectual, ou seja, estiveram envolvidas, por exemplo, em conflitos políticos os quais implicaram, por vezes, em sua dissolução. Do mesmo modo, para além da tentativa da consolidação de uma estratificação interna da atuação de seus membros e da consecução de programas letrados, tais instituições foram caracterizadas por entraves que engendraram interrupções no desenvolvimento daqueles programas. Portanto, enquanto diferenciação aos lugares institucionais nos quais autores como Vieira dos Santos produziram suas obras, utiliza-se, nesta dissertação, a categoria de instituições de cultura em atenção à pretensão de estes sodalícios instituírem a hierarquização interna de seus membros e de manterem a unidade de objetivos.

Brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.”²

Nos anos 2000, Guimarães manteve a sustentação deste entendimento segundo o qual os fundamentos identitários da proposta de escrita histórica pelo IHGB estariam coadunados aos interesses políticos da historiografia europeia dos Oitocentos. Nessa vertente de análise, a historiografia do século XIX – inclusive aí os estudos históricos brasileiros – buscava construir a *biografia das nações*, ou seja, tratava-se de proposta referente à consolidação das histórias dos Estados Nacionais.³ A chave de leitura sobre a historiografia brasileira oitocentista que se consolida a partir desta perspectiva de análise acentua, portanto, a coerência de objetivos políticos, assim como acentua um processo de institucionalização da regularidade de interações entre letrados. Assim, na delimitação proposta nos trabalhos de Guimarães, a

² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 6. Enquanto caso da repercussão, nos anos 1990, da leitura sobre a historiografia brasileira oitocentista como marcada pela ênfase na homogeneidade ideológica enquanto aspecto elementar para os membros da IHGB empreenderem a construção de um programa historiográfico pragmático atento ao processo de consolidação da autoridade do Estado Imperial – abordagem em face da qual se inferioriza o envolvimento destes confrades em interesses e lutas políticas exógenas a tais reivindicações, interesses e lutas inscritos, portanto, em outras lógicas de produção cultural –, tem-se a seguinte asserção de Arno Wehling: “Numa concepção historicista da História foram buscar a estrutura velada das relações sociais, as leis do desenvolvimento histórico, sua projeção para o futuro e o conhecimento aplicado para aperfeiçoar a administração pública e representação política do combalido Império.” WEHLING, Arno. *A invenção da História*. Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1994, p. 198. Exemplo, também, no referido decênio, da reprodução da matriz de análise centrada programas culturais e políticos de instituições centrais do Império faz-se presente em PAZ, Francisco Moraes. *Na Poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. Cumpre ressaltar que Francisco Paz conferiu uma apreciação sobre a natureza da produção historiográfica de Vieira dos Santos e, desse modo, reiterou uma antinomia referente à atuação historiográfica deste autor. Tal antinomia é sustentada, pois, pela conjunção da atribuição, a respeito de Vieira dos Santos, das categorias de cronista – inerente ao registro factual – e historiador – inerente ao apuro do conhecimento e da aplicação de técnicas metódicas: “Os viajantes e cronistas do século XIX, como A. de Saint-Hilaire, R. Avé-Lallemant, T. Bigg-Wither, Salvador Corrêa Coelho e Antonio Vieira dos Santos constituem uma leitura obrigatória para o século passado. Este último, ainda que cronista, pelas suas preocupações teórico-metodológicas e rigor acadêmico, chega a ser apontado como o primeiro historiador paranaense.” PAZ, Francisco Moraes (org.). *Cenários de Economia e Política – Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, pp. 2-3.

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória histórica disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jathay. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, pp. 9-24. Para um aprofundamento da análise, por Guimarães, sobre o processo de institucionalização de fundamentos da escrita histórica europeia nos Oitocentos sob especial atenção aos debates procedidos em instituições culturais – sobretudo o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, cujo modelo de funcionamento este autor entendeu como referencial para os fundadores do IHGB –, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Topoi*, v. 5, 2002, pp. 185-200. Para um levantamento acerca dos perfis sociais dos brasileiros que, de 1834 a 1856, foram associados àquele grêmio cultural francês – levantamento a partir do qual se encaminha uma percepção sobre estes perfis enquanto integrados em instituições administrativas e culturais centrais, ou seja, integrados à *cultura oficial* do Império brasileiro –, ver: CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2002. 164 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

constituição da historiografia brasileira é entendida a partir do Rio de Janeiro, sendo, pois, desconsiderada a sincronia de atividades letradas entre a capital e as províncias do Império.⁴

Demanda-se, por conseguinte, mapear a consolidação da abordagem apresentada nos trabalhos de Manoel Guimarães. Para tanto, é, aqui, mobilizado estudo de Temístocles Cezar, no qual se elabora percepção sintética sobre a historiografia brasileira do citado recorte. Para Cezar, o IHGB situou-se na condição de lugar privilegiado para a interação entre letrados, bem como para a definição de fundamentos e interesses do discurso histórico. Sob tal enfoque, os temas da identidade nacional, dos fundamentos intelectualizados das discussões historiográficas, e, por conseguinte, a centralização da análise acerca da vida cultural do Rio de Janeiro, presentes nos estudos Guimarães, são mantidos.⁵ Para ilustrar tal afinidade, convém citação ao entendimento proposto de Cezar: “Essa *tarefa histórica* [do IHGB], essa espécie de *dever cívico*, consistia também em civilizar a sociedade. Desta forma, os intelectuais da elite do Império, na maior parte das vezes membros do IHGB, ‘ciosos de sua

⁴ Neste estado arte, a atenção a dinâmicas letradas provinciais do Brasil oitocentista é, pois, marcada pela proposta de verificar convergências ideológicas – e, desse modo, programáticas – entre instituições de cultura regionais para com o IHGB, notadamente no que se refere à elaboração de uma retórica de nacionalidade. Ver: LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese (Doutorado em História). 2004. 363 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Por conseguinte, a partir de uma verificação sobre os estudos a respeito da historiografia brasileira dos Oitocentos, cabe reconhecer, pois, a permanência da ênfase acerca do tema da constituição da disciplina da História e, nesse âmbito, acerca das suas implicações epistemológicas e políticas tais quais debatidas em instituições de cultura. A esse respeito, atente-se ao seguinte argumento: “A produção historiográfica voltada para o estudo da escrita da história no Brasil oitocentista tem passado, nos últimos anos, por um processo de especialização e renovação de seus procedimentos e programas teóricos, ofertando novas chaves de leitura que têm permitido enriquecer nossa compreensão das dinâmicas e embates que presidiram a disciplinarização do saber histórico. A interrogação desses textos a partir de suas próprias especificidades conceituais, narrativas e epistemológicas tem possibilitado a construção de uma visão mais complexa dos modos como os literatos envolvidos na elaboração de uma história nacional representavam o passado e elaboravam uma determinada ordem do tempo, materializando-os em uma escrita. [...] Interrogar as estruturas conceituais que esses textos acionavam, as formas narrativas que optaram, assim como as operações intelectuais que elegiam como necessárias para a investigação e escrita da história significa, portanto, erigir instrumentos de investigação, em uma linguagem protocolar, que garantem o reconhecimento da historicidade desses textos ao mesmo tempo em que configuram um repertório de problemas historiográficos numa agenda de debate.” TURIN, Rodrigo. Os *antigos* e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). In: *L’Atelier du Centre des Recherches Historiques*, v. 7, 2011, p. 3. Presentemente, mantém-se, portanto, a hegemonia acerca da abordagem de temas que marcaram, sobretudo, o funcionamento instituições administrativas e culturais do Império Brasileiro. Mantém-se como hegemônica, desse modo, a atenção a perfis de letrados marcados pela vivência em instituições imperiais.

⁵ Deve-se ressaltar que Guimarães identificou a reverberação de uma perspectiva iluminista de conhecimento histórico no Brasil anteriormente à fundação da IHGB, qual seja, no periódico *O Patriota*, editado na cidade do Rio de Janeiro, de 1813 a 1814. Conforme o autor, nesta publicação eram entendidos como históricos multifacetados temas: desde relatos e roteiros de viagens às descrições sobre específicas jurisdições. O autor percebeu, por fim, aproximação entre os temas e concepções históricas presentes em *O Patriota* e nos trabalhos de fundadores do IHGB em face, por exemplo, do interesse pelo estudo de populações indígenas e pelos relatos de viagens, de modo a se conformar, em ambos, uma perspectiva ilustrada de conhecimento, visto que estes dois grupos de letrados estavam imbuídos do propósito de arregimentar de materiais os quais, uma vez organizados, pudessem conferir o sentido a um processo histórico, e, assim, servirem a fins instrucionais. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 68-84.

missão e condição, formavam o corpo de voluntário de Pedro II'. Tarefa, dever, missão: eis o fardo dos bacharéis.”⁶ A aproximação entre Cezar e Guimarães encontra-se, ainda, na manutenção, por Cezar, da abordagem desenvolvida por Guimarães sobre o projeto civilizatório inerente à escrita histórica sustentada por instituição de cultura no Brasil do século XIX.

Tais leituras conferem preeminência, assim, a temas como *Formação do Estado Brasileiro*, *Identidade e Retórica de Nacionalidade*, a partir dos quais se estruturam perspectivas de conjunto sobre as condições de produção, proposições metódicas, bem como sobre os projetos políticos imputados ao discurso histórico.⁷ No interior da afirmação destes

⁶ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jathay. *Escrita, Linguagem, Objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 79-80. Grifos no original. Pode-se identificar em meados do século XX a elaboração de uma abordagem que, integrada à matriz analítica que, uma vez atenta ao protagonismo de instituições de cultura na produção historiográfica do Brasil oitocentista, situa a fundação do IHGB enquanto efeméride que demarcou a passagem de um período da escrita histórica caracterizado por iniciativas autônomas para um período de acirramento das interações entre letrados. Tal argumento é sustentado em *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1952), de José Honório Rodrigues (1913-1987). Demanda-se, pois, referenciar o extrato no qual este autor apresenta uma leitura sobre o período anterior à fundação do IHGB como marcado pela autonomização e dispersão de iniciativas de escrita histórica: “A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. [...] Antes existe apenas trabalho individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver.” RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, p. 25.

⁷ Enquanto deslocamento em relação à ênfase de reconhecer a repercussão de fundamentos ilustrados setecentistas no âmbito da fundação do IHGB, tem-se a abordagem de Valdeci Lopes de Araujo sobre as descontinuidades na percepção do tempo histórico – e suas decorrências políticas – entre a geração de letrados brasileiros formada no espaço acadêmico português, atuante em esferas estatais no Brasil do final do período colonial e politicamente envolvida no processo de Independência – sendo destacado pelo autor o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) –, e a geração de letrados que atuou na fundação do IHGB. Em Araujo, mantém-se, contudo, a centralização da análise para o caso da vida intelectual do Rio de Janeiro, bem como se mantém a atenção, para o caso dos objetivos políticos afirmados nos começos das atividades do IHGB, acerca das formas pelas quais, em afinidade com o Estado Imperial, os fundadores desta instituição envolveram-se na elaboração de valores identitários sob uma feição nacionalista, valores esses inspirados, por sua vez, não sob os fundamentos ilustrados que foram característicos da geração de Bonifácio, mas sim sob fundamentos românticos. Sob esta delimitação, no trabalho de Araujo apresentam-se como personagens preeminentes o bacharel paulista José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847) – Visconde de São Leopoldo –, e o médico carioca Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) – Visconde de Araguaia. No entanto, aspectos como a brevidade da atuação rotineira de Fernandes Pinheiro na Presidência daquela agremiação – tendo ele, conforme esta dissertação analisa em seu capítulo primeiro, residido em períodos intermitentes em Porto Alegre, onde desempenhou práticas letradas, e, quando finalmente radicado nesta cidade, solicitou afastamento do cargo de presidente do IHGB –, bem como a atuação de Gonçalves de Magalhães enquanto funcionário dos governos das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul posteriormente ao seu ingresso naquele sodalício – circulação essa que lhe substanciou, por exemplo, a elaboração de memória histórica sobre episódio político do Maranhão – não foram elementos contemplados em tal abordagem. Ver: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A Experiência do Tempo. Conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008. Cabe, pois, ressaltar que Gonçalves de Magalhães é o autor da *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão de 1839 até 1840*, publicada na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1848. Este movimento político fora deflagrado no período em que Magalhães exercia o cargo de secretário de Governo desta província – no qual permaneceu entre 1838 e 1841 –, tendo ele afirmado que a documentação da administração provincial foi-lhe operacional na feitura deste texto. Para uma problematização desta memória histórica sob um entendimento que a situa enquanto caso de escrita sobre o tempo presente e, ainda, enquanto caso das fronteiras entre narrativa histórica e linguagem poética –

temas, encontra-se o botânico bávaro Karl Friederich Philipp von Martius (1794-1868) – cuja dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, escrita em 1843, o IHGB publicou em 1844 e premiou em 1847 – enquanto autor que foi consagrado como basilar no que concerne às discussões sobre os objetivos e modos de escrita de uma história geral do Brasil atenta à organicidade das interações raciais, as quais, de acordo com Martius, sustentaram a constituição da *nacionalidade brasileira*.⁸

Contudo, a partir da centralização da análise em instituições de cultura é desconsiderada a existência de lógicas que, mesmo não marcadas pela regularidade das interações entre letrados e pela unidade de proposições metódicas e políticas, conferiram sustentação social à produção de modalidades historiográficas, a exemplo das memórias históricas. Conforme se demonstra nesta dissertação, tais lógicas irregulares conferiram sustentação a multifacetados argumentos programáticos direcionados a específicas jurisdições.

Na condição, pois, de deslocamento de acerca dessas variações da centralização analítica referente à prevalência da verificação de rotinas de instituições de cultura – aspecto o qual implica na inferiorização da abordagem sobre as relações e produções intelectuais

elementos esses que, em tal abordagem, sustentam o propósito de “avançar no estudo das relações entre a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma idéia de nação” –, ver: CEZAR, Temístocles. Presentismo, Memória e Poesia... *Op. cit.*

⁸ Cf. MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como de deve escrever a Historia do Brazil. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, pp. 381-403. Cabe, também, destacar a atribuição de protagonismo, por Guimarães, no que concerne ao grupo de fundadores do IHGB, a três indivíduos, quais sejam, o cônego carioca Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), o militar de origem portuguesa Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839) e o magistrado mineiro Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855). Conforme a análise de Guimarães, estes indivíduos participaram de discussões concernentes aos fundamentos metódicos que sustentariam a escrita da história nacional brasileira, bem como concernentes às formas de legitimação institucional de tal projeto. Os trabalhos derivados de tais discussões foram nomeados por Guimarães como *textos de fundação*. Fundadores, estes textos, em virtude das formas pelas quais através deles foram propostos modos para a escrita da história brasileira, bem como no que se refere aos posicionamentos, a eles característicos, sobre as atribuições do agente que a executaria: o historiador. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 93-122. Para o reconhecimento dos termos pelos quais Temístocles Cezar, por sua vez, propôs uma percepção sintética sobre os objetivos de trabalho histórico afirmados nos começos daquele instituto – de modo que o estudo sobre a fala de Cunha Barbosa quando do início das atividades da agremiação ser-lhe operacional para a feitura desta síntese, a qual se atém sobre a construção dos objetivos políticos, procedimentos metódicos, bem como ao reconhecimento das dificuldades para empreender este projeto letrado, elementos esses que encaminham, em tal análise, uma percepção sobre a fundação daquele instituto, em aproximação à supracitada afirmação de José Honório Rodrigues, como o momento da elaboração e institucionalização de “uma história mais definida, mais refletida e, no limite, mais nacional” – ver CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, v. 8. n. 1, 2004, pp. 11-29. Acerca de abordagem integrante de vertente de análise que consolida a atribuição de protagonismo – a partir do tema da elaboração de uma retórica de nacionalidade e da atenção, por conseguinte, à vida cultural e política da capital do Império – a Cunha Barbosa, Martius e Varnhagen, ver: KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. *A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. 244 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

desenvolvidas por seus membros para além destas rotinas – a presente pesquisa investiga, a partir do caso de Vieira dos Santos, a existência de interações e projetos literários afora tal natureza institucional. Sob tal deslocamento, permite-se ampliar o reconhecimento, quer sobre as instituições não culturais, quer sobre as interações não corporativas no interior das quais houve a sustentação – por exemplo, econômica – da produção de trabalhos de conteúdo histórico.

Desta maneira, para além da regularidade da rotina, da ortodoxia dos objetivos e da hierarquização interna que caracterizam as instituições de cultura, o caso investigado nesta dissertação trata de ritmos irregulares de sociabilidades entre letrados. A partir do caso de Vieira dos Santos, são investigadas, assim, nesta dissertação, difusas condições sociais de elaboração do trabalho historiográfico, e, nesse escopo, tratam-se dos difusos interesses institucionais e direcionamentos políticos para os quais as memórias históricas foram mobilizadas.

Propõe-se, pois, no presente estudo, identificar os arranjos sociais e interesses políticos no interior de práticas letradas provinciais do Brasil, quer a partir da reconstituição de trajetórias de letrados radicados em sociedades provinciais, quer a partir da análise da inserção em lógicas letradas de províncias de indivíduos reconhecidos na historiografia como protagonistas de debates políticos e literários em instituições de cultura. Sob estes elementos – eis o argumento desenvolvido neste trabalho – possibilita-se evidenciar a descentralização dos lugares e interesses sociais que envolveram os exercícios historiográficos no mencionado recorte.

Estudam-se, aqui, os seguintes textos de Vieira dos Santos: *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio* (1850); a *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Cima* (1851); bem como os textos de reminiscências que se intitulam *Breve Rezumo das Memorias mais Notáveis Acontecidas desde 1797 até 1827* e *Memorias dos Sucéssos mais Notáveis Acontecidos desde o anno de 1838*.

Constituem-se, pois, em objetivos específicos desta dissertação os seguintes tópicos: (I) Discutir as potencialidades da análise a respeito de circuitos letrados provinciais no que se refere às formas pelas quais eles se organizavam e se rearranjavam, e no que se refere a como sustentaram – econômica, política, e simbolicamente – a produção de obras históricas. (II) Investigar o processo de integração de Vieira dos Santos nas sociedades de Antonina, Morretes e Paranaguá, de maneira a atentar às estratégias pelas quais ele consolidou-se, nestes

espaços, enquanto negociante que auferiu distinguir-se como letrado. (III) Investigar o percurso deste indivíduo para a produção de memórias históricas, de modo a abordar, neste escopo, os perfis dos indivíduos os quais compuseram o seu circuito de suas interações letradas, bem como os lugares institucionais que conferiram legitimação e viabilização econômica à feitura de suas memórias históricas. (IV) Investigar as abordagens do autor sobre a constituição das segmentações hierárquicas dos municípios de Morretes e Paranaguá, delimitação essa que subsidia a verificação de como o autor empregou, em sua obra histórica, os materiais arrolados nas instituições pelas quais circulou. Subsidia, ainda, a verificação do lugar social que o autor atribuiu a si e aos seus interlocutores enquanto personagens das citadas obras. (V) Investigar as formas pelas quais ele construiu o processo histórico das condições de relações sociais, em Morretes e Paranaguá, em espaços políticos e devocionais, notadamente Câmaras Municipais e irmandades católicas, recorte esse que possibilita identificar as tomadas de posição do autor acerca de rotinas corporativas destas duas sociedades. A atenção às tomadas de posição remete, por sua vez, à verificação das afinidades do autor para com as práticas sociais e ideias políticas de segmentos de elites locais. (VI) Investigar as funcionalidades políticas que o autor reivindicou às suas memórias históricas.

As ideias centrais sustentadas na presente nesta investigação orientam, pois, os seguintes argumentos: (I) o desempenho de práticas letradas, por Vieira dos Santos, afigurou-se enquanto caso das condições sociais do exercício literário nas províncias do Brasil do século XIX em face dos ritmos irregulares das interações literárias e dos difusos lugares institucionais nos quais se observou a sustentação social e econômica de exercícios letrados. Irregularidade e difusão que não implicaram, por seu turno, em anomia das práticas letradas, mas sim manifestaram o aspecto descentralizado dos lugares e interesses sociais sob os quais foram executadas. (II) A mobilização de informações orais e documentos institucionais por Vieira dos Santos – documentos, por exemplo, de instituições políticas, a exemplo das Câmaras Municipais de Morretes e Paranaguá, e de instituições católicas, a exemplo das irmandades de Paranaguá – demonstram a sua legitimidade de circulação institucional e, mais especificamente, demonstram as suas condições de interagir com elites locais e com funcionários estatais, os quais compunham, naquelas duas sociedades, um circuito de controle e compartilhamento de tais documentos e informações. (III) As memórias históricas de Vieira dos Santos aproximaram-se das memórias históricas oitocentistas, em língua portuguesa, no que se refere ao envolvimento político sobre os episódios reconstituídos. Tal envolvimento foi, por seu turno, caracterizado pela elaboração de difusos argumentos pragmáticos. (IV) Vieira dos Santos reconheceu instabilidades nas interações entre segmentos sociais de

Morretes e Paranaguá – em esferas, por exemplo, econômicas e devocionais – e, a partir de tal reconhecimento, voltou-se a projetar rearranjos de relações entre tais segmentos em defesa da estabilização da rotina social. Estas projeções, no texto deste autor, acirram as relações entre o aspecto pragmático da reivindicação de rearranjos institucionais e a visão política conservadora fundamentada, por sua vez, sob valores morais voltados à defesa da estabilidade das trocas entre desiguais e da regularidade do desempenho de deveres sociais.

Para uma abordagem sobre as condições sociais e as formas de produção, assim como sobre os fundamentos pragmáticos das memórias históricas produzidas por Vieira dos Santos, o presente trabalho principia pela contextualização das atividades letradas do Brasil do século XIX. Por conseguinte, estuda-se a trajetória de Vieira dos Santos em Antonina, Morretes e Paranaguá – municípios então sob a jurisdição da Província de São Paulo – do final da década de 1790 ao início da década de 1850. A abordagem sobre as memórias históricas e as narrativas de reminiscências de Vieira dos Santos sustenta, aqui, a proposta de reorientação de leitura sobre o estatuto das atividades letradas desse indivíduo nas supracitadas sociedades litorâneas.

Dessa maneira, perfaz-se, nesta dissertação, um afastamento acerca do emprego de categorias como *cronista* e *polígrafo* tais quais atribuídas à atuação letrada de Vieira dos Santos. Consoante argumentado no capítulo primeiro desta dissertação, o emprego de tais categorias reiteraram a indefinição acerca do entendimento sobre interesses e condições sociais envolvidos nos exercícios historiográficos de Vieira dos Santos. Tal reiteração redundou, pois, na consolidação de antinomias a respeito da percepção sobre tais exercícios intelectuais. Ainda, propõe-se um afastamento acerca das percepções sobre a integração social deste indivíduo como marcada por dramas econômicos e familiares que assinalariam um processo decadência social, dramas os quais, ao impelirem Vieira dos Santos a um isolamento social, teriam despertado, nele, o interesse pela prática historiográfica.⁹ Tais chaves de leitura,

⁹ Para o caso da vida literária brasileira das primeiras décadas do século XX, Sergio Miceli empregou a categoria de *polígrafo* enquanto recurso para classificar a diversidade de atividades literárias exercidas por autores os quais, para se afastarem do rebaixamento social, deflagraram estratégias em favor de serem cooptados às *burocracias intelectuais*, representadas, notadamente, pela grande imprensa, pelas esferas parlamentares e pelos partidos políticos. As distinções internas verificadas neste grupo de polígrafos decorriam da natureza dos trabalhos literários que lhes eram encomendados, dos lugares e condições onde executavam estas encomendas e das formas de obtenção de êxito da capitalização política destas atividades. Cf. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 53 ss. No presente estudo sobre Vieira dos Santos, por sua vez, o aspecto diversificado de seus interesses letrados é entendido como articulado a interesses de elites e instituições municipais, às quais, conforme aqui demonstrado no segundo capítulo, ele buscou integrar-se desde os princípios de sua trajetória no Brasil. Adota-se, aqui, dessa forma, entendimento pelo qual se possibilita situar Vieira dos Santos enquanto polígrafo ao passo que tal categoria seja direcionada à verificação das condições e ritmos diversos – ou seja, não regulares – respeitantes ao exercício do letramento deste autor e aos direcionamentos políticos que ele conferiu aos seus textos.

como se demonstra no primeiro capítulo, foram construídas pela historiografia paranaense na primeira metade do século XX. Assim, ao passo que seja demonstrado como estas indefinições sobre a análise dos textos de Vieira dos Santos e sobre o seu posicionamento social foram operacionais à elaboração de percepções sobre o estágio da escrita histórica paranaense, afirma-se a pertinência de uma leitura alternativa acerca das memórias históricas de Morretes e Paranaguá, e acerca das oscilações dos papéis e posicionamentos sociais de Vieira dos Santos em sua vivência nestes espaços litorâneos.

Os entendimentos sobre a obra deste autor são, aqui, problematizados enquanto repercussão de matriz analítica sobre memórias históricas, elaborada no século XIX, que apreendeu tal padrão textual como hierarquicamente inferior, e, por isso, subsidiário às histórias gerais. A crítica ao estilo e ao método das memórias históricas – e eis a consonância que, na presente análise, se propõe reconhecer entre as apreciações oitocentistas respeitantes às memórias históricas e as primeiras interpretações acerca da obra de Vieira dos Santos – sustentaram a hierarquização deste padrão textual como caracterizado pela desconexão factual, cuja contribuição à historiografia recairia, em suma, na compilação de documentos e informações históricas.

Na Primeira Parte desta dissertação, dividida em dois capítulos, apresenta-se a constituição de uma matriz de análise sobre os aspectos estilísticos e metódicos da produção de memórias históricas, bem como sobre demais narrativas históricas então reconhecidas como modalidades historiográficas subsidiárias às histórias gerais. No primeiro capítulo da Primeira Parte faz-se, assim, exposição sobre uma tradição de leituras referentes a modelos textuais então situados na condição de compilação de documentos e informações históricas.

Estas modalidades narrativas, consagradas sob o estatuto de inferioridade estilística e metódica, foram, conforme se argumenta nesta dissertação, entendidas na condição de compilações desprovidas de consistência metódica e de preocupações políticas, e, dessa maneira, como serventes, em suma, à escrita de histórias gerais. A identificação destas chaves de leitura encaminha, pois, o reconhecimento das formas pelas quais Vieira dos Santos foi entendido enquanto autor cuja obra histórica seria eivada de equívocos e desconexões de ideias e métodos, assim como na posição de autor que conferiria uma contribuição, ainda que inferiorizada, sobre temas da História do Paraná.

A proposta de afastamento acerca do entendimento sobre a modalidade narrativa da memória histórica enquanto trabalho exaurido de consistência metódica e de ideias políticas desenvolve-se, aqui, ao se identificar que, do final do século XVIII a meados do século XIX, em capitanias e províncias do Brasil e em municípios do Arquipélago dos Açores – localizado

no Atlântico – foram escritas memórias históricas por, notadamente, funcionários estatais e membros de elites locais. Em tais memórias históricas, encontram-se informações sobre as condições e interesses sociais de composição do texto histórico, bem como variados projetos de intervenção a respeito das relações sociais circunscritas, por exemplo, a municipalidades e a províncias. Neste recorte, os anos de 1782 e 1845 obtêm especial atenção.

Refere-se o ano de 1782 ao momento da emissão de uma Provisão régia, pelo Conselho Ultramarino português, para que as Câmaras Municipais da Capitania de São Paulo produzissem anualmente memórias históricas, atividade esta que seria regulada pelos ouvidores das Comarcas da capitania. Refere-se, por sua vez, o ano de 1845, ao momento da emissão de uma Portaria, pela Presidência da Província de São Paulo, a qual demandava às instâncias da administração paulista, assim como a pessoas particulares, a organização e remessa, ao Governo Provincial, de materiais como documentos corporativos e manuscritos particulares, para que, por consequência, tal documentação fosse remetida ao Arquivo Público do Império. Na presente dissertação, busca-se, também, reconhecer as condições sociais a partir das quais estas demandas foram executadas em vilas das capitanias e províncias brasileiras.

Desse modo, trata-se, aqui, de enfatizar que, ao mesmo tempo em que interessaram a diretrizes políticas emanadas de Lisboa – no caso da mencionada Provisão régia –, do Rio de Janeiro – no caso do propósito, afirmado pelo IHGB, de compilar documentação de arquivos provinciais para a composição de uma história nacional em afinidade política com o Estado Imperial –, e de São Paulo – no caso da mencionada Portaria provincial –, as memórias históricas, quando elaboradas por letrados estabelecidos ou circulantes em vilas das capitanias e províncias do Brasil – e, comparativamente, nos Açores – interessaram a segmentos de elites locais. Estas elites mobilizaram-se, pois, para o encontro das condições de feitura de livros históricos, assim como os autores das memórias históricas demonstraram-se atentos às demandas políticas daqueles segmentos sociais. Fundamenta-se, assim, a identificação de dinâmicas das trocas sociais inerentes às condições de produção e direcionamentos políticos da composição de memórias históricas.

O segundo capítulo da dissertação reconstitui, por sua vez, a trajetória Vieira dos Santos nas vilas de Antonina, Morretes e Paranaguá, e, por conseguinte, entende estas sociedades em um contexto da fragilidade da divisão social do trabalho, ou seja, de configuração econômica não setorizada. Para tanto, faz-se discussão sobre os dois volumes das reminiscências de Vieira dos Santos. A delimitação, aqui proposta, da abordagem sobre o primeiro volume de reminiscências recai na problematização sobre o processo de integração

deste indivíduo no Brasil, inicialmente no Rio de Janeiro, em 1797, e, a partir de 1798, no litoral sul paulista. O percurso de constituição de vínculos familiares, o desempenho de atividades econômicas, bem como a integração nas esferas administrativas e devocionais de Paranaguá são os aspectos de sua trajetória destacados no capítulo.

A partir do segundo volume de reminiscências, objetiva-se, aqui, investigar a trajetória de Vieira dos Santos na sociedade de Morretes. Os conflitos familiares – notadamente as relações de dependência econômica do autor em relação à família de sua esposa –, e as oscilações da sua inserção em esferas econômicas e estatais constituem-se nas matérias fundamentais desse volume. Na delimitação da leitura sobre este segundo volume, cabe, pois, ressaltar que há nele referências às formas pelas quais o seu autor estabeleceu relações contratuais com as Câmaras Municipais de Antonina, Morretes e Paranaguá para a execução de memórias históricas, bem como, a exemplo do primeiro volume, são descritos os cargos públicos e demais atividades sociais nas quais ele imiscuiu-se – por exemplo, é descrita, ali, a sua participação em rituais políticos e devocionais em Morretes e Paranaguá. Descrições as quais se afiguram como subsidiárias à análise acerca da consistência da participação deste indivíduo em esferas corporativas.

No segundo capítulo faz-se, ainda, uso de listas nominativas de habitantes da freguesia de Morretes e da vila de Paranaguá. O objetivo acerca do levantamento deste material recai na possibilidade de reconhecer a diferenciação social de Vieira dos Santos em relação a indivíduos com os quais estabeleceu interações econômicas e familiares. O estudo sobre as configurações dos lugares sociais nos quais Vieira dos Santos estivera enraizado em Morretes e Paranaguá, assim como o estudo acerca do processo de consolidação da diferenciação social deste indivíduo acerca de familiares e compadres seus permitem, assim, um aprofundamento a partir da atenção àquelas listas nominativas de habitantes.

Para o desenvolvimento da Primeira Parte da dissertação, estabelece-se um diálogo com as discussões de Pierre Bourdieu sobre modos de dominação social com o objetivo de analisar aspectos das relações de dependência e dominação em configurações marcadas pela não especialização de tarefas da produção econômica. O ininterrupto desempenho de estratégias que sustentam as relações de dependência e domínio, as condições de exercício da dominação social, no âmbito, por exemplo, de trocas econômicas, bem como as distinções simbólicas que hierarquizam os integrantes de uma instituição integram as percepções de Bourdieu sobre os modos de dominação social e de capitalização das relações sociais em configurações econômicas não setorializadas.

Na investigação sobre os lugares de sustentação social dos trabalhos literários de Vieira dos Santos, propõe-se, assim, situar as suas práticas letradas como imersas nas relações de dependência e dominação social nas quais ele se reconheceu envolvido. Ainda, cabe atentar às formas pelas quais ele mobilizou a escrita histórica enquanto estratégia de rearranjos acerca de seus contatos com segmentos de elites locais, ou seja, como lhe foi operacional capitalizar um domínio literário no âmbito das suas permanentes ações para estabilizar a sua legitimidade de interações sociais, através das quais pôde auferir a atuação político-institucional em áreas de municipalidades.

Na Primeira Parte da dissertação, propõe-se, pois, analisar a trajetória de Vieira dos Santos em Antonina, Morretes e Paranaguá em atenção às configurações hierárquicas destes espaços. Para tanto, esta investigação confere atenção à abordagem de Marcel Mauss sobre as relações de dádiva e contradádiva, e à abordagem de Louis Dumont sobre as interdependências entre desiguais. Da obra de Mauss, obtém especial atenção desta Primeira Parte a discussão sobre a constituição de relações de obrigação social e sobre os modos de consolidação de tais relações a partir da continuidade das formas de reciprocidade entre desiguais. Desta forma, para o caso da trajetória de Vieira dos Santos, trata-se de percebê-lo no exercício de formas de dominação – na condição, por exemplo, de chefe de domicílio e de senhor de escravos –, e sob relações de inferioridade hierárquica em relação, notadamente, a membros de segmentos de grupos mercantis.

Na Segunda Parte da dissertação faz-se, no terceiro capítulo, discussão sobre a memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá e, no quarto capítulo, faz-se investigação sobre a memória histórica de Morretes. No terceiro capítulo são discutidos os lugares e as interações sociais determinantes para a construção da memória histórica sobre Paranaguá, assim como se investigam os materiais, métodos e as exposições do autor referentes às serventias políticas desta narrativa.

Neste capítulo, problematizam-se, ainda, as técnicas de compilação de documentos institucionais de Vieira dos Santos, de modo a se aprofundar a análise sobre a politização das escolhas temáticas do autor, assim como se propõe investigar as suas tomadas de posição acerca de indivíduos e episódios a ele contemporâneos. Permite-se, portanto, através da análise sobre a memória de Paranaguá, reconhecer os interlocutores de Vieira dos Santos – e, nesse âmbito, reconhecer os lugares de sustentação social de seu trabalho literário –, assim como se permite mapear os projetos de intervenção em rotinas político-administrativas reivindicados por este autor.

No capítulo quarto, estuda-se a memória histórica sobre Morretes, de maneira que se prossegue na verificação das condições sociais e técnicas de elaboração de memória histórica, assim como na análise sobre a conferência de direções políticas, por Vieira dos Santos, à sua prosa histórica. Esta memória histórica constitui-se, em suma, em abordagem sobre episódios do século XIX, com especial ênfase para as relações econômicas que envolveram segmentos do litoral e do planalto da 5ª Comarca da Província de São Paulo, tendo o autor, no âmbito da reconstituição destes interesses, se posicionado como personagem da narrativa.

A delimitação elaborada por Vieira dos Santos para o tema da vida econômica em Morretes é, nesta dissertação, problematizada enquanto orientada para a construção de projetos referentes aos interesses econômicos das elites sociais do litoral e do planalto daquela Comarca. Para tratar deste recorte, ele mobilizou, por exemplo, a correspondência epistolar que manteve com autoridades da Província de São Paulo. A análise de tal correspondência sustenta, pois, o reconhecimento dos variados recursos letrados empregados por aquele autor, no âmbito dos quais a afirmação de seus pleitos procedeu-se, conforme discutido no capítulo, pela perspectiva moral inerente à construção da relação entre Antigos e Modernos – relação essa que, acerca do caso brasileiro, há, presentemente, ênfase no estudo sobre o seu modo de elaboração por instituições de cultura.¹⁰

Para além do tema da dinâmica mercantil, nesta memória histórica têm-se posicionamentos sobre fenômenos da vida social, os quais permitem deslocar este padrão textual do âmbito da desconexão factual ou do interesse pitoresco sobre assuntos como fenômenos atmosféricos e celebrações devocionais. Antes, estes assuntos são, aqui, problematizados na condição de estratégicas seleções informativas que permitiram ao autor posicionar-se sobre modos de interações sociais e perfazer a defesa, por exemplo, de argumentos morais.

Neste capítulo discute-se, por fim, a inserção de Vieira dos Santos em salões morretenses, nos quais ele proferiu alocuções e manifestou-se sobre aspectos funcionais da instrução educacional. Em atenção, pois, aos lugares sociais nos quais ele se inseriu nesta memória histórica, convém aprofundar análise da relação entre o enraizamento social do autor, as condições e interesses sociais de produção do texto histórico e os argumentos políticos nela apostos.

Orienta-se o desenvolvimento da Segunda Parte deste trabalho pelo diálogo com a abordagem de Karl Mannheim sobre o pensamento conservador. As diferenças entre

¹⁰ Ver: CEZAR, Temístocles. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. In: *Historiografias*, v. 2, Julho-Dezembro de 2011, pp. 45-65.

pensamento reacionário e pensamento conservador, e, sobretudo, as implicações reformistas do pensamento conservador foram percebidas por Mannheim em argumentos, por exemplo, antirrevolucionários, e, mais amplamente, em argumentos que consistiriam em projetos de reformas parciais – e, portanto, difusas – de um ordenamento social. Para o caso da leitura sobre as tomadas de posição de Vieira dos Santos acerca das sociedades de Morretes e Paranaguá, as considerações de Mannheim constituem-se em subsídio para identificar os fundamentos reformistas presentes nas críticas morais e políticas de Vieira dos Santos, por exemplo, a episódios históricos e a práticas sociais nas quais ele reconheceu-se envolvido.

Primeira Parte. Aspectos sociais e políticos da elaboração de obras históricas em língua portuguesa nos Oitocentos: elites locais e circulações institucionais

1. Trabalhos históricos em língua portuguesa: estilos e métodos, lugares de sustentação social e ideias políticas

O presente capítulo investiga a elaboração de percepções sobre o padrão textual de memórias históricas no Brasil e em Portugal do século XIX, assim como a reverberação destas percepções no limiar do século XX. Ao passo que seja reconhecida a posição das memórias históricas no âmbito dos juízos sobre padrões textuais do discurso histórico os quais foram, naquele período, entendidos enquanto voltados ao ordenamento documental e factual, a presente análise identifica aproximações entre a consolidação de chaves de leitura sobre memórias históricas no século XIX e as chaves de leitura construídas sobre as memórias históricas de Vieira dos Santos. Em seguida ao estudo destas chaves de leitura, estabelece-se um comparativo entre memórias históricas e demais padrões textuais reputados, nos Oitocentos, como subsidiários às histórias gerais – textos em língua portuguesa produzidos nos Açores e no Brasil – no que se refere aos seus lugares de sustentação social, assim como aos seus fundamentos metódicos e programáticos.

As ideias centrais sustentadas no presente capítulo conformam, pois, os seguintes argumentos: (I) as apreciações produzidas no século XIX sobre memórias históricas – bem como sobre demais modelos textuais reconhecidos como compilação de documentos e informações históricas – entenderam-nas como subsídios para a escrita de histórias gerais, de modo a situá-las como desprovidas de consistência estilística, metódica e política. (II) Os autores dos trabalhos históricos aqui discutidos referiram-se, em seus textos, às difusas circulações sociais a partir das quais obtiveram acesso a documentos institucionais e particulares, bem como acesso a informações orais, estas, por sua vez, legitimadas em face da distinção social que eles reconheceram em seus interlocutores. Tais circulações conformaram, pois, os circuitos locais que sustentaram os exercícios historiográficos por eles empreendidos. O reconhecimento de tais circuitos permite, por conseguinte, o deslocamento acerca da perspectiva que situa as atividades literárias desenvolvidas a áreas provinciais enquanto, notadamente, cumprimentos de projetos políticos de instituições administrativas e culturais. (III) As condições de produção das obras históricas aqui estudadas estiveram imersas em processos de absorção social de seus autores em áreas provinciais e na capital do Império e, por conseguinte, imersas em percursos oscilantes de mobilidade social. (IV) Os trabalhos históricos estudados neste capítulo não se compuseram como autônomos em relação a espaços corporativos. Foram, antes, sustentados – econômica e simbolicamente – por instituições

como as Câmaras Municipais. Tais obras obtiveram, pois, a atenção de elites locais, sob as mediações das quais foram institucionalizadas. Contudo, não derivados de projetos corporativos oriundos, por sua vez, de instituições de cultura, estes trabalhos caracterizaram-se pela plasticidade metódica e programática. (V) Pode-se identificar uma aproximação entre os autores estudados neste capítulo no que se refere, em síntese, ao exercício de cargos estatais e ao enraizamento junto a elites sociais de municipalidades. (VI) As leituras dos textos de Vieira dos Santos por grupos letrados paranaenses conformaram-se – em face do modo de atribuir um lugar à obra deste em um percurso de formação da historiografia paranaense, bem como ao modo de análise sobre a natureza do letramento deste autor – em um caso da repercussão de uma matriz de análise sobre memórias históricas produzidas no Brasil oitocentista.

1.1. Memórias históricas como etapa historiográfica: construções oitocentistas

Neste subcapítulo, estudam-se percepções, produzidas no Brasil e em Portugal no século XIX, acerca de memórias históricas. A atenção a estas percepções subsidia o reconhecimento do processo de consolidação de chaves de leitura sobre memórias históricas enquanto hierarquicamente inferiorizadas a trabalhos como as histórias gerais. Têm-se, para tanto, os seguintes textos na condição de pertencentes ao processo de consolidação destas chaves de leitura: a quarta edição, datada de 1831, do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), edição essa provida de acréscimos de autoria de Theotônio José de Oliveira Velho (1776-1837);¹¹ *Plutarco Brasileiro* (1847), de João Manuel

¹¹ A primeira edição do *Diccionario* de Moraes Silva data de 1789. Nesta edição, ele afirmou que o seu trabalho de dicionarista consistia em tarefa de complementar o *Vocabulario portuguez e latino* (1712-1721), do clérigo Raphael Bluteau (1638-1734). A segunda edição do seu *Diccionario* data de 1813, e a terceira, de 1823. Estas três edições não se referem ao vocábulo “Memórias.” Apenas na quarta edição do dicionário, publicada após a morte de Moraes Silva, encontra-se tal vocábulo. Esta inserção inscreve-se, pois, no âmbito dos acréscimos procedidos por Oliveira Velho. Na leitura aqui proposta, estes acréscimos permitem situar Oliveira Velho como coautor da quarta edição do *Diccionario* de Moraes Silva. Cabe ressaltar, por conseguinte, as diferenças da formação intelectual e da circulação social observadas nas trajetórias destes indivíduos como subsídio para reconhecer as sensíveis diferenças dos lugares sociais pelos quais estes dois indivíduos circularam e das formas de sociabilidades letradas que desenvolveram. Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, diplomou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Ao se restabelecer no Brasil, atuou como magistrado na Bahia, e, em seguida, como Capitão-Mor das Ordenanças município do Recife. Faleceu na Província de Pernambuco. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLVIII, pp. 209-210. Dentre os interlocutores de Moraes Silva, encontrava-se José da Silva Lisboa (1756-1835) – Visconde de Cairu –, que era natural de Salvador, na Capitania da Bahia, e a quem Moraes Silva alegou, em carta de 1813, ter traduzido, do inglês para o português, o livro *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith (1723-1790). Cf. ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 34. Esta interação letrada teve, assim, como interlocutor indivíduo que, a exemplo de Moraes Silva, a ele se aproximava em decorrência do perfil da formação acadêmica realizada em Portugal e da atuação, no Brasil, em esferas estatais do final do período colonial aos começos do período imperial. Oliveira

Pereira da Silva (1817-1898); *Historia geral do Brazil* (1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) – Visconde de Porto Seguro; *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero (1851-1914). Por fim, confere-se atenção à análise que Alexandre José Mello Moraes Filho (1844-1849) realizou acerca da *Chronica geral do Brasil* (1886), de autoria de Alexandre José de Mello Moraes (1816-1882).

Na definição dicionarizada de Moraes Silva e Oliveira Velho, encontra-se a memória histórica na condição de compilação de documentos e informações históricas – maciça e diversificada – que se aproximaria do padrão textual de modalidades tais como os *comentários* e as *relações*. Cabe, do excerto seguinte, atentar sobre como, em tal definição, são reconhecidas aproximações entre os estilos e as regras de composição destas modalidades:

Memorias: escritos de narrações políticas, etc. *Memorias*, *Commentarios*, *Relações*: tomamos aqui esses vocabulos por certas composições litterarias, em que sõem depositar-se os materiaes da Historia. As *memorias* desenvolvem miudamente os factos e as suas causas; discutem os que são duvidosos, determinão e verificação datas, copião documentos, etc. O seu estilo deve ser simples, livre, corrente, e desaffectedado, e não admite o ornato, a nobreza, e a elevação da Historia. O nome de *memorias*, que indica o fim deste genero de escritura, mostra tambem, de algum modo, qual deve ser o seu caracter. Quem quer conservar, ou deixar em *memoria* os successos publicos do seu tempo, escreve tudo, escreve os factos principaes, e os menos principaes, nota as causas e as consequencias, etc. *Commentarios* são memorias summarias, apontamentos mais breves, quasi um diario ou taboa, em que se notão os principaes acontecimentos, mas em estilo menos secco, e menos apanhado, que o dos simples diarios. *Relação* é a narração circunstanciada de um só facto, ou acontecimento notavel, de uma empreza, de uma viagem, de um descobrimento, etc. Quem escreve uma *Relação*, refere com escolha, discernimento, e exacta fidelidade, o que viu, presenciou, ou averiguou, não omittindo circumstancia alguma, que possa ser util, para se formar um justo conceito do facto, em toda a sua integridade.¹²

Para Moraes Silva e Oliveira Velho, a memória histórica constitui-se em etapa inicial na construção da obra histórica. Assim, o estilo da narrativa memorialística – que estes autores entenderam como marcado pela leveza – demarcaria, de antemão, a inferioridade da memória histórica em relação à história geral. A função da prosa memorialística recairia, assim, em compilar e apurar a veracidade de fatos, de maneira a reconhecer as causas e consequências de tais fatos. Na definição supracitada, portanto, ao mesmo tempo em que se legitima a percepção hierárquica sobre formas de construção do discurso histórico, a memória

Velho, por sua vez, nasceu na cidade portuguesa de Tomar, e faleceu em Lisboa. Desempenhou ocupações tais como farmacêutico, bem como fiscal do Contrato de Tabaco português. Foi indicado aos editores do *Diccionario* de Moraes Silva para realizar aditamentos a esta obra por intermédio de Francisco Antonio de Campos (1780-1873) – Barão de Vila Nova de Foz Coa –, o qual lhe empregara no Contrato de Tabaco. Desenvolveram-se, portanto, as sociabilidades letradas de Oliveira Velho, no interior de relações de subordinação social. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Septimo, MDCCCLXII, pp. 314-315.

¹² SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Quarta edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotónio José de Oliveira Velho*, Tomo II. Lisboa: Impressão Regia. Anno 1831, pp. 300-301.

histórica não é exaurida de padrão metódico, mas sim entendida como caracterizada pela organização causal dos fatos.

Na leitura de Pereira da Silva,¹³ a composição e as funcionalidades das memórias históricas são discutidas a partir do caso das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil* (1820), do monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830). Segundo Pereira da Silva, pode-se classificar a narrativa de Pizarro enquanto crônica. Assim, conforme se afirma no *Plutarco Brasileiro*, ao passo que o cronista colige informações e confere-lhes um ordenamento cronológico, o historiador, superiormente posicionado, seleciona as informações desta cronologia, e, por fim, organiza uma história. As impressões de inferioridade estilística e metódica atribuídas por Pereira da Silva às citadas memórias históricas sobre o Rio de Janeiro foram contrabalançadas pelo seu elogio acerca da utilidade inerente à operosidade de coleção documental e factual da citada obra:

Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo é para o Brazil um dos seus chronistas mais preciosos. Não tem estylo a sua obra: não encanta a leitura d'ella; não se recomenda por nenhuma d'essas qualidades que constituem um escriptor. E não somente falta-lhe a grande qualidade de estylo, como a organização das – Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das províncias annexas á jurisdição do vice-rei do Estado do Brazil – peca por obscuridade de plano, por desconexão de factos, e por confusão de dactas e épocas historicas. São porém um tesouro inesgotável de sciencia histórica, um arquivo completo de todos os acontecimentos que se succederam no paiz; um monumento do mais subido valor histórico, chronologico e geographico para o Brazil.¹⁴

O reconhecimento de fragilidades estilísticas e metódicas, assim como das funcionalidades da memória histórica, acentuam, pois, uma proposta de incorporação, sob a perspectiva de inferioridade hierárquica, deste padrão textual no âmbito de interesses e projetos letrados. Assim, através das impressões sobre o estilo e os procedimentos de construção do texto, bem como a partir da mobilização da autoimagem de Pizarro enquanto letrado – através da qual Pereira da Silva assinalou a resignação do autor em relação aos limites estéticos de sua obra histórica – faz-se a definição das condições de elogio àquele clérigo. A compreensão hierárquica de Pereira da Silva concernente ao processo de elaboração da narrativa histórica consolida a dupla categorização da memória histórica, qual seja, desconexa e com procedimentos metódicos frágeis, porém, operacional enquanto fundamento para um projeto literário voltado à elaboração de história geral.

¹³ Natural da vila fluminense de Nova Iguaçu, Pereira da Silva graduou-se em Direito na Universidade de Paris e exerceu a advocacia na cidade do Rio de Janeiro. Membro do Partido Conservador, foi deputado à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, bem como representou esta província na Câmara dos Deputados. Cf. Innocencio Francisco. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Terceiro, MDCCCLIX, p. 406.

¹⁴ SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*, Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1847, p. 166.

Francisco Adolfo de Varnhagen, por seu turno, abordou em conjunto as memórias históricas do monsenhor Pizarro e do padre Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844) – autor das *Memórias para Servir à História do Reino do Brazil* (1825).¹⁵ Sob breves impressões, Varnhagen acentuou a desconexão entre o esforço dedicado à execução destes trabalhos e a fragilidade das ideias políticas e dos métodos característicos a eles. Varnhagen exprimiu-se, dessa maneira, em defesa de conferir às memórias históricas de Gonçalves dos Santos e Pizarro a condição de textos de compilação de documental, carentes, por isso, de apreciações sobre os modos de relações sociais os quais se poderiam reconhecer nos episódios arrolados naquelas memórias históricas:

A obra [de Luís Gonçalves dos Santos] se reduz quase inteiramente á transcrição da serie de artigos que apareciam nas gazetas, e neste sentido é fiel e poupa o ter de recorrer a ellas. Extensa e enfadonha das descripções das festas e luminarias, nos títulos e condecorações, nem sempre por méritos e serviços, é pobre e deficiente de considerações, justamente quando os factos são mais importantes. Dos nove volumes de monsenhor Pizarro faremos menção para não parecermos omissos; pois preferiríamos calar que o autor, valendo-se alias dos trabalhos dos cônegos Henrique Moreira de Carvalho, José Joaquim Pinheiro, e José de Souza Marmello, produziu uma obra confusa e até ás vezes obtusa.¹⁶

¹⁵ Em atenção a esta memória histórica de Gonçalves dos Santos, Valdeci Araujo entendeu-a como inscrita no contexto de transformações políticas no Brasil do decênio de 1800, no interior das quais as memórias históricas apresentaram-se enquanto recursos para a reflexão a respeito de tais processos. Ainda, através desta obra de Gonçalves dos Santos, Araujo entendeu tal modalidade como marcada pelo hibridismo dos assuntos e recursos presentes em sua composição, hibridismo decorrente, pois, do interesse, que vigorou, no Brasil dos Oitocentos, para escrita de história geral e história natural. Por conseguinte, sobre os perfis sociais dos autores – sobretudo em referências àqueles dedicados à produção de histórias a respeito da cidade do Rio de Janeiro –, ele reconheceu-lhes as diferenciações, e, mas também os modos de aproximação a esferas estatais: “No Brasil joanino, o historiador tanto poderia ser o jornalista-filósofo, letrado semi-independente com relação ao Estado, quando o funcionário público esta já com um perfil distinto daquele do Antigo Regime. Entre esses dois polos, toda uma variedade de situações poderá ser identificada, embora com clara preponderância de homens com maior ou menor vínculo com a gestão do Estado.” ARAUJO, Valdeci Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História do Brasil. In: *Acervo*, v. 22, n. 1, Janeiro/Junho de 2009, p. 90.

¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento, e de independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*, Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, MLCCCLVII, pp. 348-349. Cabe destacar que o exercício de crítica a trabalhos literários por Varnhagen procedeu-se anteriormente à publicação de sua *Historia geral do Brazil*, a saber, no livro *Florilégio da Poesia Brasileira*, de 1850. De acordo com Fernando Nicolazzi, este florilégio, cuja introdução intitula-se “Ensaio historico sobre as lettras no Brazil”, insere-se nos começos da atribuição da categoria de *ensaio* a trabalhos literários elaborados no Brasil. A modalidade ensaística foi desempenhada por Varnhagen, neste florilégio, sob a forma da enumeração cronológica de literatos e breves considerações às obras destes. Cf. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande e senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História). 2008. 399 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fl. 326. No que fundamenta a identificação de discordâncias entre o escopo de autores deste subcapítulo, demanda-se assinalar que Sílvia Romero, no *Compêndio de História da Literatura Brasileira* (1906) – no qual colaborou João Ribeiro (1860-1934) – buscou acentuar as limitações da atuação de Varnhagen no exercício da crítica a trabalhos literários, de maneira que o desvinculou de uma condição de pioneirismo dentre os proponentes de análises sobre a literatura brasileira e, assim, apreendeu o supracitado *Florilégio* como indicador de uma limitada capacidade teórica e filosófica. Cf. KARVAT, Erivan Cassiano. *Da História como Cânone ou sobre Homens de subida Têmpera: reflexões sobre a constituição da crítica e da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882*. Tese (Doutorado em História). 2008. 217 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fls. 81 ss.

Pode-se aprofundar, pois, o reconhecimento da percepção hierárquica de Varnhagen sobre produções literárias desenvolvidas no Brasil da primeira metade do século XIX ao passo que se atente para como concebeu uma gradação de autores da literatura brasileira, dispostos, estes, em face dos aspectos estilísticos, metódicos e políticos de seus trabalhos:

Em primeira linha (graduando as obras pela importancia dos serviços que prestaram ao Brazil) se nos apresentam as dos tres escriptores, que, como politicos alvitristas influentes em muitas providencias governativas, ja contemplámos devidamente em outro logar; mas que seguiram estendendo cada vez mais sua influencia, a saber: Cayrú, Azeredo Coutinho e Hypolito; – este como representante da imprensa periodica, que constava do *Correio Braziliense* e do *Investigador*, em Londres, do *Patriota* e da *Gazeta*, no Rio, e da *Idade d'ouro* na Bahia. Seguem-se ao lado:

1º Várias edições do *Diccionario da lingua portuguesa* pelo erudito fluminense Antonio de Moraes Silva.

2º Os dois preciosos tomos da célebre *Corographia Brazilica* pelo laborioso Manuel Ayres do Casal, presbitero do grão priorado do Crato.

3º Os tres grossos volumes em inglez da extensa obra do conhecido poeta laureado Robert Southey.

4º As narrativas das viagens e mais escriptos scientificos do príncipe Maximiliano de Neuwied e seus companheiros, e dos dois celebres naturalistas bavaros Spix e Martius.

Em linha inferior vemo-nos obrigados a contemplar

5º O poema epico acerca da *Assumpção da virgem* por Fr. Francisco de S. Carlos, com outras poezias brasileiras de menos inspiração.

6º Escriptos scientificos de Augusto de Saint Hilaire.

7º Os trabalhos e observações do coronel Eschwege, por vezes compilador e plagiário ingrato dos de seus camaradas Varnhagen e Feldner, todos tres do corpo d'engenheiros do Brazil

8º As memorias do padre Luis Gonçalves dos Santos e do monsenhor Pizarro e os Annaes do Rio de Janeiro por Balthazar da Silva Lisboa.

9º Os memoriaes e roteiros do Maranhão e Pará por Gayoso, Paula Ribeiro, Belford e Oliveira Bastos.

10º Os passeios pelo paiz ou viagens parciaes de muitos estrangeiros.¹⁷

Neste ordenamento, os trabalhos históricos Gonçalves dos Santos e de Pizarro foram superiormente posicionados a trabalho do agente estatal português Raymundo José de Souza Gayoso (1747-1813) sobre o Maranhão, trabalho esse intitulado *Compêndio Histórico-Político dos princípios das lavouras do Maranhão*, publicado postumamente em 1818.¹⁸ Para Varnhagen, enquanto a obra de Gayoso não era recomendável no que tange à fidedignidade das informações históricas, sua contribuição recaía na apresentação de um conhecimento sobre o estado da agricultura maranhense. Assim, ao passo que Varnhagen, nas apreciações acerca dos livros de Gonçalves dos Santos e de Pizarro, caracterizou-os como providos de limitadas considerações sobre os episódios que ali se descrevem, a legitimidade da integração de Gayoso naquela hierarquia literária esteve condicionada, pois, às dimensões práticas de sua

¹⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil...* Op. cit., pp. 341-342.

¹⁸ Souza Gayoso é o autor de *Manifesto histórico-analytico* – manuscrito datado de 1810 –, no qual se defende de acusações contra a sua conduta como funcionário estatal –, bem como da *Minuta histórico-apologetica da conducta do bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira*, encontrada postumamente no arquivo particular do autor e publicada em 1818. Sobre Gayoso, no que concerne à sua integração institucional, convém, ainda, mencionar que foi Tenente-Coronel do Regimento de Milícias do município maranhense de Caxias. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario...* Op. cit., Tomo Septimo, MDCCCLXII, p. 53-55.

abordagem histórica. Em Varnhagen, portanto, sob a construção de uma hierarquia literária onde os autores foram posicionados, sobretudo, a partir das implicações políticas de suas obras, as memórias históricas lograram – malgrado o reconhecimento de incorreções estilísticas, inconsistências metódicas – a legitimidade de uma integração inferiorizada em decorrência de seus direcionamentos práticos, a exemplo de informações históricas que interessassem a fins administrativos.¹⁹

Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero, na abordagem sobre os livros que categorizou enquanto *crônicas históricas*, discorreu sobre os contributos desta categoria acerca da elaboração de histórias gerais. Têm-se, na análise de Romero, variações nas impressões sobre autores de memórias históricas.²⁰ Para assinalar as variações na leitura deste

¹⁹ Faz-se necessário mencionar que, para além de ter-se empenhado na crítica aos fundamentos estilísticos, funcionais e metódicos de padrões textuais entendidos, nos Oitocentos, como auxiliares às histórias gerais, Varnhagen participou da elaboração de narrativa histórica inscrita em tais padrões. Trata-se da *Corographia Cabo-Verdiana*, da qual o militar português José Conrado Carlos de Chelmicki foi coautor. Este trabalho foi publicado em dois volumes, em 1841 e 1842, no primeiro dos quais não consta referência à coautoria de Varnhagen. No segundo volume da corografia, ao se manifestar sobre a omissão da autoria, ele reproduziu carta na qual sua participação no trabalho foi delimitada por Chelmicki, carta pela qual se permite reconhecer renitência da circulação de Varnhagen por arquivos históricos de Portugal, circulação essa iniciada quando da preparação, entre 1835 e 1838, de seu primeiro livro, intitulado *Notícia do Brasil*. Sobre a colaboração de Varnhagen à citada corografia, afirmou, pois, Chelmicki: “[...] confirmo pertencer-lhe toda averigação historica inedita, especialmente dos Reaes Archivos [...]” CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Corographia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. Tomo II. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1842, p. i

²⁰ Conforme Antonio Candido, o exercício da crítica literária por Sílvio Romero caracterizou-se pela imputação de juízos de valor sobre os aspectos estilísticos e metódicos das obras que analisava. A valoração, em Romero, constituiu-se, assim, em recurso imbricado ao modelo de análise literária atento aos fatores condicionantes da obra, a saber, a gênese – ou seja, o processo causal que possibilitaria a composição da obra –, e o momento histórico em que ela foi produzida. Para Candido, tal postura permite qualificar Romero enquanto crítico literário participante que, para além da discussão acerca dos modos de composição de um texto, voltou-se a conferir percepções sobre o valor social deste. Candido categorizou, pois, a relação entre a identificação de nexos causais da produção literária e os juízos sobre a contribuição social desta enquanto *humanização da crítica*, visto que esta perspectiva, ainda que reivindicasse o estatuto de cientificidade aos estudos literários, não se caracterizou como sustentada pela pretensão de imparcialidade. Cf. CANDIDO, Antonio. *Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006, pp. 112-114. Cabe assinalar que Romero, natural da Província de Sergipe, atuou, no Rio de Janeiro, como professor particular do comerciante Artur Guimarães, entre 1896 e 1898. Atentar a esta relação permite encaminhar, pois, uma verificação sobre os distintos perfis sociais que configuraram o escopo das sociabilidades, na então capital brasileira, de um letrado intelectualmente formado em área provincial. Ao prefaciá-lo, em 1904, um livro de autoria de Guimarães, Romero valorou positivamente a atuação letrada deste comerciante, e, por conseguinte, elaborou uma crítica à lógica competitiva e corporativa da vida literária na qual ele – Romero – estava inserido. Esta relação ilustra, assim, um caso de estratégia de letrado provincial que, uma vez estabelecido na capital brasileira, obteve sustentação econômica em face dos multifacetados direcionamentos de seus domínios letrados, ao mesmo tempo em que acirrava um pertencimento a instituições culturais – tendo Romero pertencido, por exemplo, à Academia Brasileira de Letras. Demanda-se, pois, atentar acerca de como, na reconstituição do processo de estreitamento de interação com Guimarães – interação iniciada sob uma perspectiva contratual e consolidada em virtude do compartilhamento do interesse pelos estudos sociais – Romero reconheceu-se enquanto interlocutor de indivíduo cujo perfil social e atuação literária desvinculavam-no de uma lógica daquela que ele – Romero – participava: “Homem de comércio, educado na severidade do viver prático e trabalhoso, a sede de saber denota ser a vocação fundamental de seu espírito para as letras, vocação torcida noutro rumo, por influências de educação e família. A instrução literária não lhe passava então do estudo de alguns preparatórios; mas era suprida pelo traquejo da vida, tráfego dos negócios, meneio dos homens. [...] Num país, é certo, onde a mais elevada prova de talento consiste em dizer a

autor sobre textos históricos oitocentistas – variações que ora se voltaram ao elogio, ora ao interdito – cabe acentuar as contraposições que ele estabeleceu entre as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Pizarro, e as *Memórias Históricas e Políticas da Província Bahia* (1835-1843), de Ignácio de Accioli Cerqueira e Silva (1808-1865).

No juízo de Romero, em Pizarro “pode-se gabar certo amor ao trabalho e boa dose de paciência. Mas é só isto. A sua grande obra é um produto longo, pesado, informe, mal escrito e completamente alheio ao método.”²¹ Para Romero, a dificuldade de leitura daquelas memórias históricas derivava da sequidade do estilo da escrita, a qual exauria, segundo ele, os méritos da operosidade da compilação documental ali empreendida. Na síntese sobre esta narrativa histórica de Pizarro, Romero definiu a ela uma função: “Suas *Memórias* podem e devem ser lidas por quem andar à cata de fatos e minudências sobre certas localidades do país. Mais nada.”²²

Ao comparar a obra de Pizarro em relação às supracitadas *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, de Gonçalves dos Santos – livro considerado por Romero “fútil em sua quase totalidade”²³ – e aos *Annaes do Rio de Janeiro* (1834-1835), de Balthazar da Silva Lisboa (1761-1840), ele posicionou estes *Annaes* como caso de trabalho voltado à coleta documental, e, por isso, como desprovidos de consistência metódica, assim como desprovidos de preocupações filosóficas e políticas. Ao mesmo tempo, entendeu estes *Anais* como superiormente hierarquizados em relação às memórias históricas de Pizarro e Gonçalves dos Santos: “Os *Anais* são um apanhado mais metódico e mais original do que a obra de Monsenhor Pizarro, seu espírito é mais liberal e independente do que o do livro do Cônego Luís Gonçalves; mas estão ainda muito longe de ser uma verdadeira construção histórica. Falta-lhes uma filosofia, falta-lhes uma doutrina teórica, falta-lhes a visualidade sintetizante.

maior cópia de tolices nas mais retumbantes frases, e onde os grupos literários constituem verdadeiros clãs, em torno de alguns chefes, que se guerreiam uns aos outros e dão o santo e a senha para as exclusões dos que lhes não agradam, em um país assim os trabalhos de um Artur Guimarães, escrito no mais singelo dos estilos e que saem da pena de um homem não pertencente a nenhum dos agrupamentos em evidência, não podem deixar de achar, naquele meio, um quase geral desagrado.” ROMERO, Sílvio. *O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 28.

²¹ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* [1888]. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 588.

²² *Idem, Ibidem*. Enquanto caso de reprodução, no século XX, da matriz analítica sobre memórias históricas discutida neste capítulo, tem-se na leitura de Nelson Werneck Sodré (1911-1999) sobre a citada obra de Pizarro a seguinte percepção: “Publicou entre os anos de 1820 e 1822 os nove volumes de suas *Memórias Históricas*, trabalho sem método, em que se encontram, entretanto, algumas informações interessantes para a reconstituição da vida social na capital brasileira e províncias próximas.” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 130.

²³ ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira... Op. cit.*, p. 590.

Ali não palpita a alma de um povo; há um montão de fatos mortos e sobrepostos uns aos outros.”²⁴

Na análise de Romero referente, por seu turno, à narrativa histórica de Accioli sobre a Bahia, verifica-se a permanente mediação entre o reconhecimento de utilidades desta narrativa e o reconhecimento das incorreções factuais e das fragilidades na execução de procedimentos metódicos. No que tange ao elogio de Romero a um tema da narrativa de Accioli, cabe observar a conjugação entre o elogio e a definição de um lugar da memória histórica na etapa de feitura de um trabalho histórico: “As *Memórias da Bahia* são a principal das suas obras. A história da Independência por exemplo é ali excelentemente narrada [...]. Quem escrever a futura história da Independência do Brasil, terá em Inácio Acióli um grande auxiliar.”²⁵

Concernente ao interdito sobre este livro de Accioli, Romero mobilizou a autoimagem deste autor, exprimida no preâmbulo daquela memória histórica, enquanto legitimação do argumento sobre as limitações do texto: “O autor dava-se por simples geógrafo e cronista; não tinha veleidades de historiador. Seu espírito era atilado e imparcial, seus conhecimentos regulares, suas leituras mais ou menos amplas.”²⁶ Em Romero, portanto, as apreciações sobre modelos de discurso histórico caracterizam-se pela construção de gradações – decorrentes de

²⁴ *Idem*, p. 597. Para uma aproximação aos casos das condições políticas, interesses sociais e ritmos que caracterizaram a produção dos trabalhos históricos analisados no presente capítulo, cabe enfatizar, acerca dos *Annaes* de Balthazar da Silva Lisboa – irmão do citado Visconde de Cairu –, o processo intermitente pelo qual esta obra fora elaborada. Intermitência decorrente, segundo o autor, de seus desentendimentos, nos anos 1790, com José Luis de Castro – Conde de Resende –, Vice-Rei do Brasil entre 1790 e 1801. Tais desentendimentos implicaram no afastamento de Balthazar Lisboa da cidade do Rio de Janeiro, e, por conseguinte, no seu retorno à Capitania da Bahia – da qual era originário –, onde permaneceu atuante na magistratura. Conforme o autor, o percurso de elaboração desta obra compreendeu os decênios de 1780 e 1830, e, neste recorte, interrompeu-se a escrita por vinte anos em face de suas atribuições como magistrado na Comarca de Ilhéus. Desse modo, aspectos tais como a descrição das condições da retomada do projeto de elaboração dos *Annaes* em face de seu restabelecimento no Rio de Janeiro como funcionário estatal – descrição essa onde se nota a influência do envolvimento do autor em lutas políticas como determinante para a oscilação da execução seu projeto literário –, bem como a dedicação da obra à cidade do Rio de Janeiro enquanto demarcação simbólica do retorno do autor à vida social deste município, são, pois, elementos que demarcam a politização destes *Annaes*. Confira-se, pois, atenção ao seguinte extrato, no qual o emprego da categoria de *país*, uma vez utilizado sob acepção localista – ou seja, em referência à cidade do Rio de Janeiro – denota os específicos direcionamentos políticos da obra: “Devendo a este Paiz tantas obrigações, especialmente dos favores com que animou a minha official diligencia no serviço de Juiz de Fora e Presidente da Camara [do município do Rio de Janeiro] desde 1786, esforcei-me a conseguir a sua confiança, nas diligencias do serviço publico e exames Zoologicos assim nos Subúrbios como na Serra os Orgãos, por determinação do Governo de Portugal [...] mormente quando o Conde de Ericeira ordenou-me sahir em tres dias desta Cidade [...] eu havia [na ocasião] extrahido anteriormente preciosos documentos, dos assignaldos esforços e bons serviços dos habitantes [...] pareceu-me tambem conveniente faze-lo, pela razão de que a hum natural da Bahia, era natural render a este Povo, que por diversas vezes foi em soccorro daquella Cidade, unir os votos de reconhecimentos aos daquelles Patriotas agradecidos [...]” LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo I. Typographia Imperial e Constitucional de Saignot-Plancher, 1834, pp. v-vi.

²⁵ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira... Op. cit.*, p. 611.

²⁶ *Idem*, *Ibidem*.

modos de composição e funcionalidades – dentre as modalidades de texto histórico aplicadas no Brasil entre o século XVIII e o século XIX.

Enquanto caso de questionamento dos resultados de iniciativas de escrita de histórias gerais sobre o Brasil – aspecto, pois, das disputas acerca da definição do conteúdo e dos modos de elaboração de uma história nacional – e, também, enquanto caso das reflexões sobre emprego de modalidades do discurso histórico para a elaboração de um projeto historiográfico sintético, tem-se a leitura de Mello Moraes Filho acerca de uma obra de autoria paterna, a *Chronica geral do Brazil*:

Varnhagen e Pereira da Silva chamaram para si as glórias de historiadores, que não sabemos se com razão: como sistema, como methodo, como arte, achamos a *Historia geral do Brazil* e a da *Fundação do Imperio* tão distanciadas da *History of Brazil* de Robert Southey, que supomos o autor inglez um bom modelo, deficiente na actualidade, pela falta de documentos descobertos depois e publicados na *Revista do Instituto*, por meu Pai, Joaquim Norberto e outros. Mas será tudo isso a historia nacional? Annaes, chronicas, monographias, biographias, memórias, historias parciaes e sem concepção, particularisam a grande alma popular, turbilhonando em suas origens, no conjuncto de suas manifestações, dependendo das contingências da acção e da influencia nos meios? Não, mil vezes não. Se assim fosse, o escriptor da *Chronica geral* seria nosso único historiador, pois feriu todas as teclas, dedilhou todas as cordas...²⁷

Desse modo, nas considerações de Moraes Silva e Oliveira Velho, Pereira da Silva, Varnhagen, Romero e Mello Moraes Filho – considerações as quais auferiram se consolidar como padrões de análise – têm-se a perspectiva hierárquica de abordagem de memórias históricas. No Brasil e em Portugal do século XIX, as críticas aos estilos e métodos, bem como às possíveis funcionalidades de modalidades narrativas, consolidaram-se como fundamentos da construção de gradações literárias. As apreciações supracitadas foram caracterizadas, do mesmo modo, pela atribuição, àqueles autores, da consciência de conferirem, sob determinados limites, subsídios a processos de escrita de histórias gerais.

1.2. *Compartilhamento e padrão analítico sobre a obra de Antonio Vieira dos Santos*

Estuda-se, neste subcapítulo, como foram construídas impressões sobre o conjunto de livros históricos de Vieira dos Santos enquanto manifestação de diletantismo literário, e, mais especificamente, enquanto inscritos na condição de *crônica*. Assim, objetiva-se reconhecer como estas impressões foram elaboradas no interior do *compartilhamento* de textos de Vieira dos Santos por circuito de letrados paranaenses da primeira metade do século XX, compartilhamento o qual engendrou, pois, um *padrão analítico* sobre a produção textual deste

²⁷ MORAES FILHO, Alexandre José de Mello. Introdução. In: MORAES, Alexandre José de Mello. *Chronica geral do Brazil*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Garnier, 1886, pp. ix-x.

autor. Por conseguinte, problematiza-se sob quais condições Vieira dos Santos foi posicionado como *Pai da História do Paraná*, ao mesmo tempo em que se mapeiam os interditos que foram imputados aos seus livros históricos. A demonstração do conhecimento de manuscritos de Vieira dos Santos ora extraviados e a transcrição de passagens de seus textos de reminiscências e de memórias históricas sobre Antonina e Morretes são, pois, observadas em trabalhos dos membros do mencionado circuito de letrados.

Dessa forma, entende-se, aqui, como relação de *compartilhamento* a circulação de textos de Vieira dos Santos entre as sociedades de Morretes, Curitiba, Paranaguá e Rio de Janeiro em decorrência, pois, da movimentação destes primeiros leitores de Vieira dos Santos em redes literárias. Na condição de conformação de um *padrão analítico*, verifica-se, por seu turno, a repercussão de chaves de leitura sobre os textos de Vieira dos Santos, através das quais a posição deste autor oscilou entre cronista diletante e patriarca da história paranaense.

Na condição, pois, de trabalhos envolvidos na consolidação de chaves de leitura sobre este autor, são, aqui, discutidos os seguintes títulos: *O Paraná no Centenário* (1900), de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933); *Antonina: factos e homens* (1918) e *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná* (1926), de Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932); *Genealogia Paranaense* (1926), de Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937); *História da História do Paraná* (1952), de David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990).

Em *O Paraná no Centenário*, Rocha Pombo reconstituiu as atividades literárias desenvolvidas no Paraná a partir de meados do século XIX. Assinalou, pois, a distinção social dos envolvidos em tais atividades, bem como elaborou breves juízos a respeito da natureza dos trabalhos que então se desenvolveram. Desse modo, no que concerne à execução de práticas letradas por membros de elites locais, ele asseverou:

Com a criação da imprensa, começaram aparecer as primeiras manifestações literárias. Por aquele tempo e até alguns anos antes, já muitos filhos das famílias mais abastadas de Curitiba, de Paranaguá, de Castro e da Lapa estudavam em São Paulo chegando a formar-se e a distinguir-se grande número deles. São desta época o Conselheiro Manoel Francisco Correia, o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, o Dr. Salvador José Corrêa Coelho e seus irmãos, Dr. José Francisco Corrêa, médico, Dr. Francisco José Corrêa, advogado, o Padre Damaso José Corrêa e Miguel José Corrêa. Este último tinha ido estudar em São Paulo, mas não chegou a ser laureado. Apesar disso era bastante inteligente e erudito, possuindo uma excelente biblioteca. São ainda desse tempo: o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, Antonio Vieira dos Santos, o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, o Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, o Dr. João Manoel da Cunha, o Padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva, Leocádio Pereira, o Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello, o Padre José Antonio de Camargo e Araújo, o Padre Agostinho Machado Lima, o Padre João Baptista Ferreira Bello (este deixou tradições de notável orador sacro).²⁸

²⁸ ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário* [1900]. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1980, pp. 101-102.

Em nota complementar a estas considerações, Rocha Pombo categorizou a obra histórica de Vieira dos Santos enquanto *crônica*, e, por conseguinte, afastou este indivíduo da condição de letrado. Ao mesmo tempo, elogiou-o em face da operosidade que, segundo entendeu, marcou a execução das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá. Situou, pois, sob perspectiva processual, a obra de Vieira dos Santos como subsídio inicial para a constituição da história de municípios litorâneos paranaenses:

Antonio Vieira dos Santos não foi um letrado, mas foi um inteligente e operoso cronista. Ninguém mais do que ele trabalhou na compilação de documentos para a história dos municípios da marinha. Tanto assim, que deixou, pelo menos, três memórias do mais alto valor: *Memória histórica de Morretes* (2 volumes); *Memória histórica do Porto de Cima* e *Memórias históricas de Paranaguá* (2 volumes). Infelizmente esses trabalhos tão preciosos estão até agora inéditos. Os paranaenses devem uma demonstração de reconhecimento a este benemérito compatriota.²⁹

Na feitura deste seu livro, Rocha Pombo utilizou-se do segundo tomo – ora extraviado – da *Memória Histórica da Vila Morretes* para ilustrar o desempenho, naquele município, de práticas culturais, notadamente desenvolvidas em salões da elite local. Pode-se identificar a guarda privada, por Rocha Pombo, do primeiro volume da memória histórica sobre Morretes, a partir informação prestada pelos editores desta memória histórica: “Ermelino de Leão recebeu este volume do eminente historiador paranaense (morretense) Dr. José Francisco da Rocha Pombo, então no Rio de Janeiro e restituiu á Camara Municipal de Morretes em Comemoração do 1.º Centenário da Independência [em] Setembro de 1922.”³⁰

²⁹ *Idem*, p. 101. Neste livro, Rocha Pombo interessou-se, também, em reconstituir passagens biográficas de Fernando Amaro de Miranda (1831-1857), passagens através das quais se possibilita reconhecer modos de produção cultural por indivíduo pertencente, tal qual Vieira dos Santos, ao grupo de comerciantes varejistas de Morretes. Natural de Paranaguá, Miranda radicou-se em Morretes como guarda-livros e, posteriormente, como comerciante varejista. Desenvolveu exercícios poéticos, tendo, pois, suas produções líricas sido publicadas, nos anos 1850, no jornal curitibano *O Dezenove de Dezembro*. Através da notícia sobre o falecimento de Miranda que este periódico elaborou – e a qual Rocha Pombo transcreveu em seu livro aqui citado –, apreendem-se dois casos das interações – marcadas pela perspectiva da solidariedade – de Amaro para com indivíduos os quais, em relação a ele, encontravam-se superiormente posicionados na estratificação do grupo mercantil morretense. Atente-se, pois, à notícia: “Fernando Amaro de Miranda faleceu na vila de Morretes, em casa do Sr. Vicente Ferreira de Loyola, vítima de uma congestão cerebral, no domingo 15 de novembro de 1857. O seu enterramento realizou-se às 8 horas da manhã do dia seguinte. Contava ele pouco mais de 25 anos. A sua biografia pode-se resumir nestes termos: Muito sofreu, nada gozou. Os meios para Fernando Amaro encetar a vida comercial a que principiava a dedicar-se, deveu ele ao magnânimo coração do Comendador A. Alves de Araújo, cujo nome ele adorava, sinal de que era nobre pelo coração.” Cf. *Idem*, p. 104. Na trajetória de Amaro de Miranda em Morretes, a relação entre o rito de passagem verificado no seu aprendizado sobre a lide comercial, a sua mobilidade para a condição de proprietário de estabelecimento comercial e a legitimidade de participação em salões morretenses apresentou-se, assim, enquanto aspecto dos modos de subordinação social – e enquanto modos das formas de rearranjos de tal condição – inerentes às de regras de participação social junto a segmentos de elites locais.

³⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Cima* [1851]. Tomo I. Curitiba: Museu Paranaense, 1950, p. 302. Ao mesmo tempo em que se identificam aproximações entre as considerações de Ermelino de Leão, Francisco Negrão e Rocha Pombo sobre a forma de caracterizar a atuação literária Vieira dos Santos, deve-se ressaltar que Rocha Pombo, em relação Leão e a Negrão, pertenceu à geração literária paranaense de período anterior, de maneira que as interações entre eles desenvolveram-se sob a desigualdade inerente à reivindicação

Do mesmo modo, neste seu livro Rocha Pombo transcreveu extratos do segundo volume ora extraviado da *Memória Histórica da Vila de Morretes* concernentes a episódios do ano de fins dos anos de 1850 e início dos anos 1850. Nesse escopo, Rocha Pombo transcreveu extratos os quais se referem às formas de aprendizado musical realizadas no âmbito de nos domicílios da elite social nessa vila. Tais extratos ilustram, pois, lugares circulação social de Vieira dos Santos, assim como ilustram o seu domínio de informações sobre o exercício de manifestações culturais privativas:

O mesmo Antonio Vieira dos Santos ainda nos fornece uma nota mais curiosa: “Ensino de música e piano [diz ele] pelo mestre Angelo Martins Ferreira, homem pardo, e natural da cidade do Rio de Janeiro, veio para esta Vila no ano de 1847 em companhia de Manoel Miró, negociante, e o trouxe para mandar a ensinar uma filha no ensino do mesmo instrumento: e a esta logo entraram a aprender com o dito mestre as filhas dos cidadãos Ricardo José da Costa Guimarães, Manoel Gonçalves Marques, do Comendador Manoel Francisco Correia Júnior, de Hippolito José Alves e de Dona Maria de Lima e outras muitas.”³¹

A atribuição, por sua vez, da categoria de *Pai da História Paranaense*, a renitência – em diálogo com as supracitadas apreciações de Rocha Pombo – da imposição da condição de diletantismo às práticas letradas de Vieira dos Santos, e a demonstração de conhecimento sobre manuscritos deste autor apresentam-se nas seguintes considerações de Ermelino de Leão. A atenção deste autor aos multifacetados temas a respeito dos quais Vieira dos Santos

da posição de autoridade, por Rocha Pombo, acerca da geração de letrados paranaenses a ele posterior. Nesse âmbito, este autor voltou-se, em *O Paraná no Centenário*, a atribuir juízos sobre práticas letradas então desenvolvidas no Paraná. Tais posicionamentos – entendidos por Rafael Beltrami como providos de feição paternalista – obtiveram imediata contestação da imprensa de Curitiba. Esta réplica não consistiu, entretanto, em um rompimento entre Rocha Pombo e a geração de letrados paranaenses a ele subsequente, visto que, conforme Beltrami, aquele indivíduo se consolidara enquanto influente referência para esta geração, cujos membros publicaram os primeiros trabalhos literários a partir dos anos 1890. Cf. BELTRAMI, Rafael Caminha de Carvalho. *Da poesia na Ciência*. Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas idéias. Curitiba, 1900. Dissertação (Mestrado em História). 2002. 116 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fls. 78 ss. A relação entre Rocha Pombo e os demais letrados paranaenses que propuseram apreciações sobre os textos de Vieira dos Santos caracterizou-se, ainda, sob a desigualdade referente à distinção simbólica derivada do enraizamento de Rocha Pombo na vida cultural do Rio de Janeiro, tendo ele, nesta cidade, pertencimento a sodalícios como a Academia Brasileira de Letras e o IHGB, assim como lecionou no Colégio D. Pedro II. Para o reconhecimento da participação de Rocha Pombo em espaços literários cariocas na Primeira República, ver: SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 196 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Convém, pois, ressaltar que, ao tempo de Rocha Pombo, escritores paranaenses mantiveram comunicação com membros de instituições de cultura cariocas. Nesse âmbito, Antonio Ribeiro de Macedo (1843-1931) – natural do distrito morretense de Porto de Cima, onde faleceu –, em decorrência de ter escrito e oferecido ao IHGB uma *Memória do Município de Porto de Cima*, auferiu, em 1887, ser incorporado como sócio correspondente deste grêmio. Acerca da atenção ao perfil do letrado de origem provincial, cumpre assinalar que era ele, pois, comerciante, tendo, ainda, exercido a patente do Coronel da Guarda Nacional, assim como mandatos de deputado provincial e prefeito de Antonina. Cf. GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Discurso. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 164, 1931, p. 531.

³¹ ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centerário... Op. cit.*, p. 119.

produziu textos, implicou em posicionar este autor na condição de *polígrafo*, condição que se refere, pois, à diversidade diletante de interesses literários:

Portuense, notável cronista e polígrafo que muitos assinalados serviços prestou à História do Paraná. Foi vítima de um incêndio em sua casa de residência em Paranaguá quando assistia, como Tesoureiro de uma irmandade, a uma festa religiosa, perdendo, com os seus móveis, a biblioteca, na qual se contavam 42 obras de medicina. Tinha pronunciado pendor para essa ciência e como um dos seus irmãos se formara em medicina, escreveu-lhe longa carta mostrando os seus conhecimentos na classificação de medicamentos, para que ele não pensasse que, como saiu da terra pequeno, era um completo ignorante. As cartas dirigidas à família, além das referências, continham sempre um fim erudito. Descreviam coisas do Brasil: índios, árvores, peixes, pássaros, vilas, cidades, etc. e eram reproduzidas em volumoso códice desde os dizeres do subscritos. Não se limitou à busca, no revolver dos alfarrábios do arquivo de Paranaguá, para compor as “Memórias históricas e descritivas da cidade de Paranaguá”, que escreveu em dois grossos volumes, procurando aformoseá-los com arabescos e desenhos, que aliás não revelavam Gosto artístico: ouviu os antigos, colheu da tradição, o que era corrente, aproveitando-se da excelente memória da avó de sua esposa, D. Euphrosina. Nesse trabalho que se pode considerar a obra capital de Antônio Vieira dos Santos se verifica compulsou os cronistas e historiadores da época. Não era um estilista: faltava-lhe mesmo o conhecimento das normas gramaticais, da disciplina da língua. Entretanto, apesar de lutar com essa dificuldade, era o primeiro a reconhecer, deixou ao que se sabe, nada menos de 18 códices de grande formato manuscritos. Conhecemos de Antônio Vieira dos Santos os seguintes trabalhos: – Memórias históricas e descritivas de Paranaguá e seu município em 2 volumes; – Memórias históricas e descritivas de Morretes e do Porto Real, vulgarmente chamado Porto de Cima, em 2 volumes; – Genealogia da ilustre família Silva Freire – Rodrigues França; – Correspondência epistolar 2 códices. Além dessas obras, sabemos que tinha escrito um trabalho de astrologia, ciência que também cultivava. Conhecemos as cartas astrológicas com as sinas de seu pai e de suas irmãs, que são curiosos depoimentos da sua cultura. Era maçom e liberal em idéias. Conquanto fosse português de nascimento, tomou posição de destaque no partido brasileiro da comarca de Paranaguá e Curitiba, promovendo em Morretes curiosa festividade cívica, celebrando a coroação do Imperador Pedro I. O seu contínuo estudo, a freqüência com que procurava traduzir os garranchos quase indecifráveis dos velhos livros da câmara de Paranaguá, foi enfraquecendo o órgão visual a ponto de torná-lo cego. Já traçamos com mais precisão de dados a biografia dessa figura notável e benemérita: Antônio Vieira dos Santos é, sem dúvida, um dos vultos mais dignos da nossa veneração que oferece o passado paranaense. Foi um infatigável pesquisador, um paciente coletor de fatos e episódios do passado. Sem preocupações literárias ou científicas ele conseguiu salvar do completo olvido o passado paranaguense. A sua ação a este respeito foi providencial: se não coletasse, na época em que escreveu, os preciosos dados históricos das suas memórias, seria mais tarde improfícuo qualquer empenho de restaurar as tradições e conservar as memórias de Paranaguá. São estes os ligeiros apontamentos que de memória traçamos aqui, visto não termos encontrado, no momento, quer os nossos dados, quer os de Francisco Negrão sobre a fecunda vida do Pai da História Paranaense.³²

As informações biográficas mencionadas por Leão manifestam uma dimensão do compartilhamento de materiais e controle informativo, entre letrados paranaenses da primeira metade do século XX, acerca de Vieira dos Santos. A menção, por Leão, ao pertencimento de Vieira dos Santos à Maçonaria; a informação segundo a qual este indivíduo obteve, na esfera familiar, informações orais úteis à constituição das suas narrativas históricas; assim como a informação de que ele teria escrito um tratado astrológico, afiguram-se como dados os quais, desprovidos de referências, permitem assinalar a relação entre o controle de textos e de informações sobre Vieira dos Santos e a conformação de um padrão analítico derivada do restrito circuito no qual permaneceram os manuscritos deste autor.³³

³² LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná* [1926]. Volume I. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Paraná, 1994, p. 117-120.

³³ No primeiro volume de suas reminiscências, quando do arrolamento de sua biblioteca, Vieira dos Santos referiu possuir um livro sobre a atuação política da Maçonaria europeia, a saber, *O Segredo Revelado, ou Manifestação do Systema dos pedreiros livres, e Illuminados, e sua influencia Fatal na Revolução Franceza*

De tal compartilhamento derivou, portanto, a convergência de apreciações sobre a produção textual de Vieira dos Santos, consoante se permite identificar na referência de Leão a Francisco de Negrão, no excerto acima, sobre os dados que este detinha acerca de episódios da trajetória de Vieira dos Santos.³⁴ A apreciação sobre a diversidade de interesses e

(1810), tradução de José Agostinho de Macedo (1761-1831) para a obra *Memoire pour Servir à l'Histoire du Jacobinisme* (1797), do abade Augustin Barruel (1741-1820). A partir deste título pode-se assinalar o conhecimento, por Vieira dos Santos, acerca de uma literatura antirrevolucionária, visto que tal obra constitui-se em crítica à Revolução Francesa, entendendo-a como planejada por maçons. Cf. BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 164. Vieira dos Santos, ao discorrer sobre a fundação, em 1837, de uma loja maçônica em Paranaguá – loja essa denominada União Paranaense –, reputou-a enquanto *filantrópica*, reputação a qual permite aferir, consoante exposto, aqui, no terceiro capítulo, sob quais argumentos políticos Vieira dos Santos atribuiu protagonismo a indivíduos e a corporações em sua prosa histórica. Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio*. Tomo I. Curitiba: Museu Paranaense, 1951, p. 272. Dos membros fundadores desta loja maçônica citados por Vieira dos Santos pode-se destacar, enquanto casos da atuação de interlocutores deste indivíduo em loja maçônica, os nomes dos negociantes Manoel Antonio Pereira Filho (1811-1854), filho de um compadre e credor de Vieira dos Santos, e Manoel Francisco Correia Júnior (1809-1857), o qual, consoante aqui se discute no capítulo terceiro, colaborou na feitura da memória histórica sobre Paranaguá.

³⁴ As relações entre Negrão e Leão caracterizaram-se por sensíveis divergências, fossem, estas, respeitantes às interpretações sobre os textos de Vieira dos Santos, fossem, também, respeitantes, mais amplamente, a temas da História do Paraná. Sobre o primeiro caso tem-se que, no ano de 1916, Leão e Negrão mantiveram, através da imprensa curitibana, debate sobre lacuna informativa, na *Memória Histórica de Paranaguá* de Vieira dos Santos, acerca da reconstituição de um movimento de emancipação da Comarca de Curitiba e Paranaguá em relação à Capitania de São Paulo, episódio o qual se desenvolveu na Câmara Municipal de Paranaguá, em 1821. Para Leão, Vieira dos Santos, em favor de não suscitar animosidades, teria se eximido de abordar a atuação de determinados participantes da conjura. De outro modo, para Negrão a abordagem de Vieira dos Santos sobre tal episódio não se pautara pela omissão, e, assim, argumentou que as considerações de Leão estariam sustentadas por uma leitura inconsistente sobre a citada memória histórica. Para uma análise acerca deste antagonismo entre Leão e Negrão, ver: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Antonio Vieira dos Santos – O Cronista da Conjuntura. In: *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, v. 1, 1972, pp. 59-69. Concernente às demais divergências historiográficas entre ambos, Leão, em carta a Negrão, datada de 1920, afirmou: “As nossas constantes divergencias sobre pontos historicos só nos nobilitam, mostra a nossa mutua tolerancia, e acima de tudo, a nossa verdadeira afeição, que resiste a esses embates como o ferro resiste ao fogo.” LEÃO, Ermelino Agostinho de & NEGRÃO, Francisco. Cartas íntimas. In: *Boletim do Instituto, Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. V, Janeiro/Junho de 1951, p. 62. Para além de aproximações e divergências entre ambos no que se refere à análise de obras e temas históricos, aproximaram-se, por exemplo, na defesa, em 1927, da consecução de projetos tais como a publicação da memória histórica de Vieira dos Santos sobre Morretes. Este projeto, ainda que não consolidado, demonstra, pois, a renitência do interesse e do controle, por ambos, sobre os textos de Vieira dos Santos. Cf. *Idem*, pp. 55-73. Para além de uma aproximação geracional e de diferenças acerca de seus procedimentos de pesquisa histórica, entre Leão e Negrão observam-se, ainda, aproximações no que se refere ao modo como estiveram inseridos em esferas estatais. Nascido em Curitiba e descendente de família da elite local de Paranaguá – envolvida no comércio e na magistratura –, Leão auferiu educar-se na cidade de São Paulo, tendo obtido o bacharelado em Direito em 1893. Em face da consistência de seus laços sociais no Paraná, foi-lhe propiciada, um mês após a sua graduação, a nomeação para o cargo de Promotor Público do município de Palmeira. Dos anos 1900 aos anos 1930, consolidou pertencimento em instituições administrativas e culturais de Antonina e Curitiba. A trajetória de Leão deu-se sob uma perspectiva de dissolução do antigo padrão de riqueza e prestígio político familiar e, por conseguinte, tal dissolução implicou no seu posicionamento como funcionário estadual e municipal, cujas funções, ao mesmo tempo em que lhe conferiam um prestígio derivado do letramento, não o colocavam em posições centrais de mando político-administrativo. Cf. PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense*: notas biográficas. Curitiba: s/e, 1922, pp. 203-207. Francisco Negrão, nascido em São João da Graciosa – pertencente à jurisdição de Morretes – não obteve titulação acadêmica e atuou, em Curitiba, como funcionário dos Correios. Era descendente de Balthazar Carrasco dos Reis – paulista que participou da fundação da vila de Curitiba, no final do século XVII – e filho de ex-deputado provincial, João de Souza Dias Negrão. A distinção de seus interesses e exercícios historiográficos facultou-lhe a nomeação para dirigir o Arquivo Municipal de Curitiba. Sucedeu a Leão na Academia Paranaense

produções literárias Vieira dos Santos, impeliu a este grupo, conforme se aprende das supracitadas considerações de Leão, situá-lo enquanto autor diletante, de maneira ao diletantismo corresponder à curiosidade, e, também, corresponder à inconstância do exercício do literário e à fragilidade no manejo de procedimentos metódicos.

Ermelino de Leão manifestou, ainda, conhecimento sobre a *Memória Histórica da Villa de Antonina*, escrita por Vieira dos Santos em 1849 e ora extraviada. Leão mobilizou este texto enquanto subsídio para o seu livro *Antonina: factos e homens*. Foi-lhe, pois, operacional a leitura desta memória histórica acerca da exposição sobre a configuração espacial de Antonina a partir do método, empregado por Vieira dos Santos, de mapear aspectos da estrutura fundiária desta vila. A partir de Vieira dos Santos, Leão apresentou, também, informações sobre as práticas agrárias daquela vila. Na condição de faceta da imposição do estatuto de limitação – derivado da constatação de aspecto lacunar das informações históricas ali tratadas – aos dados apresentados por Vieira dos Santos sobre Antonina, Leão assinalou: “Omitte V. dos Santos o sitio de Manoel José da Rosa na Faisqueira, que abrangia grande extensão territorial e se destinava ao fabrico de assucar em larga escala.”³⁵

de Letras. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Editora UFPR, 1988, pp. 10-11. Sobre a prática de pesquisa histórica de Negrão, ver: ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Francisco Negrão. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. 1, n. 5, abril de 1938, pp. 341-349. As trajetórias de Leão e Negrão conformaram-se, portanto, em processos pelos quais descendentes de antigas famílias de elites regionais enraizaram-se em cargos estatais cujo acesso dependia da capitalização de relações sociais, contudo, tais cargos não lhes facultava atribuições decisivas de mando administrativo.

³⁵ LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Antonina: factos e Homens: Da Edade Archeolithica á Elevação a Cidade* [1918]. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1999, p. 129. Sobre este livro de Leão, convém entendê-lo enquanto aspecto da consistência da integração do letrado junto à administração municipal, consistência a partir da qual se viabilizavam, por conseguinte, projetos letrados. Cabe mencionar, ainda, que Leão, radicado em Antonina, auferiu, ali, o reconhecimento institucional do seu trabalho, visto que, em 1926, esta sua obra intitulada *Antonina* fora publicada pela Prefeitura Municipal. Reconhecer, pois, os termos pelos quais um funcionário daquela administração municipal defendeu a pertinência da publicação e atribuiu juízos ao trabalho historiográfico de Leão, permite verificar a dinâmica de um circuito local de produção e financiamento de obras históricas, cuja participação facultava aos letrados a obtenção de distinção positiva de sua atuação social. Trata-se, tal, funcionário, de Vicente Montepoliciano do Nascimento Júnior (1880-1958), o qual escreveu trabalhos de conteúdo histórico, bem como esteve integrado em dinâmicas corporativas de produção intelectual – foi, por exemplo, membro da Academia Paranaense de Letras. Atente-se, assim, da seguinte passagem, à consagração de Leão por membro da administração municipal, e, do mesmo modo, note-se, em tais considerações, uma forma de caracterizar a natureza e as funções do discurso histórico – forma pela qual se permite constatar a dispersão dos lugares e interesses institucionais envolvidos na produção de apreciações sobre a composição historiográfica: “Preambulo. A Prefeitura Municipal que em seus arquivos possuía há tempos inedita a “Historia de Antonina” do notavel historiographo paranaense Dr. Ermelino de Leão, julga corresponder, embora um pouco tardiamente, á fidalguia da offerta, dando á publicidade o bello e substancioso trabalho desse laborioso e paciente pesquisador do passado paranaense e autor de tantas e magnificas obras que enriquecem nossa bibliographia. Sendo na Historia que haurem os povos as lições e os exemplos pelos quaes se norteiam no rumo ao futuro, consoante o dizer de Polybio ao definil-a como “mestra da vida”, é nas suas fontes puras que as gerações se desdoadam e recobram força e alento para prosseguir na infinita jornada que vem desde a alvorada dos Tempos e prossegue em busca dessa mysteriosa incógnita que vela o futuro da Especie, da misera especie humana a marchar eternamente nas agras e tortuosas sendas da vida ora pontilhadas de flores e risos, ora inçadas

Em Francisco Negrão, por sua vez, na dedicatória inserida no terceiro volume de seu trabalho genealógico, há um modo consagração da obra histórica de Vieira dos Santos, bem como se nota confluência de categorias sobre esta obra, categorias as quais, sustentadas pela proposta de situar de Vieira dos Santos como patriarca da historiografia paranaense, buscaram enfatizar a função de compilação e concatenação documental de sua produção historiográfica. Atente-se, pois, aos termos desta consagração elaborada por Negrão: “À memória de Antonio Vieira dos Santos, emerito e consciencioso historiador e investigador sem par, a quem devemos a concatenação dos elementos primordiais para a História do Paraná, a Homenagem de minha admiração.”³⁶

Em consonância às apreciações de Ermelino de Leão, em Negrão encontra-se, pois, o elogio e o interdito aos livros históricos de Vieira dos Santos, assim como o entendimento, sobre tal indivíduo, da sua inserção social em Morretes e Paranaguá enquanto eivada de manifestações dramáticas de decadência social. Através da leitura de extratos ora extraviados do segundo volume das reminiscências de Vieira dos Santos, Negrão atentou para o

de espinhos e dôres, mas que não passa d'um misero e flagellado rebanho surgido das tenebrosas cavernas da Origem para o ideal, jamais atingido, da Summa Perfeição, atravez de insanos trabalhos e de tragicas vicissitudes, apenas aclarado nas rudes e sombrias veredas pela projecção forte e luminosa da Historia. Descrever o passado, analysal-o, sob todas as suas facetas, julgar os homens e os sucessos, d'onde se inferir a responsabilidade d'aquelle que se investe de tão alta missão. Alta, na verdade, maximé quando d'ella se compenetra o historiador e vae, despido de paixões e preconceitos e ao clarão d'uma consciencia pura e sem eiva de parcialidade. Aos meandros e subterraneos do passado arrancar para a luz meridiana os factos e acções cuja lembrança já se diluira nos tempos. Esse é, de facto, o critério sempre seguido nas suas pesquisas pelo emerito historiador de Antonina – varão illustre pela alta cultura que o distingue e salienta na actualidade mental do nosso Estado e o colloca na primeira linha dos valores intellectuaes do Brasil. O Municipio de Antonina, publicando o magnifico trabalho do Dr. Ermelino de Leão, não é o único a fruir o beneficio dessa publicidade; frue-o, igualmente, o Estado com a abundante documentação que vem á luz e aproveita á historia paranaense no que ella tem de mais interessante. Entregando, pois, á publicidade a “Historia de Antonina”, presta esta Prefeitura merecida homenagem ao seu eminente autor, ao mesmo tempo que julga concorrer para o incentivo do civismo antoninense offerecendo ao Povo de Antonina o livro que, revelando o seu passado, lhe communique, com os nobilitantes exemplos de trabalho e de heroismo dos antigos, a força e a constancia para as provações do presente e o aparelho para as magnificas conquistas do futuro. Antonina, 16 de Dezembro de 1936. Nascimento Junior, Secretario da Prefeitura.” *Idem*, p. 1. Para além, pois, da relação entre consistência da integração institucional e viabilização de interesses literários, têm-se nestas considerações um caso de funcionário municipal que, anteriormente à sua vivência em instituições de cultura, percebeu a escrita de documentos burocráticos como passível de ser dotada de recursos literários, tais como a referência a autores da Antiguidade. Um caso, portanto, do exercício de expressão cultural no interior do trabalho rotineiro em instituição política. Para se atentar à contextualidade de tal processo institucional de viabilização de produção historiográfica, há de se mencionar que, ao tempo da escrita deste trabalho de Leão sobre Antonina, verificou-se, no município baiano de Ilhéus, o recrutamento de letrado, por chefe da administração local, com o fito da produção de obra histórica. Trata-se, pois, da contratação de Francisco Borges de Barros pelo então intendente de Ilhéus, Antonio Passos. Esta contratação resultou na publicação, a expensas da Intendência, da *Memória sobre o município de Ilhéus* (1915), na qual se acentua a vinculação do autor ao grupo político do contratante dos seus serviços literários. Este caso ilustra, desse modo, uma inter-relação da dinâmica local de demanda e financiamento institucional de obras e da dispersão de fundamentos pragmáticos inerentes aos argumentos das obras encomendadas. Para uma contextualização e discussão das implicações políticas deste trabalho de Francisco Barros, ver: MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10, n. 18, julho/dezembro de 2007, pp. 737-793.

³⁶ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. V. III. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926, p. 1.

aprofundamento de adversidades na trajetória deste indivíduo – adversidades referentes, sobretudo, à dominação econômica sobre ele exercida por seu concunhado Antonio José de Araújo (1791-1851), tema esse discutido, aqui, no segundo capítulo. Do mesmo modo, em face dessa seletividade das reminiscências, Negrão manteve a percepção da relação entre operosidade e fragilidade acerca dos modos de composição dos textos históricos de Vieira dos Santos.

Segundo Negrão, em 1841 Araújo convidou Vieira dos Santos para o cargo de escriturário de seu comércio, com ordenado anual de 200 mil réis. Conforme o excerto transcrito por Negrão – excerto esse ora extraviado, e cuja seleção, por Negrão, demonstra a atenção deste autor para com aspectos dramáticos das interações sociais de Vieira dos Santos – tem-se afirmação de Vieira dos Santos sobre obrigação que lhe foi, nesta ocasião, imposta por seu concunhado: “Era minha intenção não levar-lhe nada pela minha escripta, contanto que, podendo eu sahir quando quizesse, uma vez feita a escripta.”³⁷

Enquanto informação que cristaliza o interesse de Negrão por reconstituir episódios dramáticos que teriam promovido uma mobilidade social decadente de Vieira dos Santos, apresenta-se o caso da discussão sobre a atuação deste indivíduo em ofício artesanal. A ocupação de tintureiro, ao posicioná-lo na condição de artesão, representou, para Negrão, manifestação de fragilização de prestígio social. Sob o entendimento causal do revés econômico responsável pelo deslocamento de Vieira dos Santos da condição de negociante para a de artesão, Negrão afirmou: “A sua adversidade contribuiu para o monumental serviço que elle prestou á historia paranaense e para a immortalização de seu nome.”³⁸

Para o reconhecimento, no âmbito da problematização da citada relação entre *compartilhamento textual* e conformação de um *padrão analítico* de textos produzidos por Vieira dos Santos e ora extraviados, demanda-se considerar que Negrão transcreveu excertos do segundo volume memorialístico referentes aos anos de 1852 e 1853. Através destes extratos se constata uma lógica de demanda e financiamento a Vieira dos Santos para a elaboração de trabalhos literários. Segue, pois, extrato da reminiscência deste indivíduo a respeito de encomenda de estudo genealógico que lhe fora realizada: “Em 31 de Agosto de 1852 remetti á D. Joaquina Maria de Ascenção Correia a ‘Arvore Genealogica’ das famílias Freire e França que organizei em 53 quartos de papel. Esse trabalho foi iniciado por mim em março deste anno.”³⁹.

³⁷ *Idem*, p. 39.

³⁸ *Idem*, p. 43.

³⁹ *Idem*, p. 45.

Acerca de reminiscências de episódios do ano de 1853, Negrão transcreveu as considerações de Vieira dos Santos sobre a pintura um retrato seu que lhe foi ofertada por negociante de Morretes: “A 10 de Março de 1853, me foi entregue pelo pintor Noel Guillet o retrato a óleo que por elle foi executado, por encomenda do Snr. Antonio Alves de Araújo para offertar-me. Esse retrato custou ao Snr. Antonio Alves de Araújo 50\$800. O pintor começou a pintar em 22 de Fevereiro desse ano, tendo eu pousado como modelo nos dias 22, 23 e 26 de Fevereiro e 1, 4, 7, 8, 9 e 10 de Março.”⁴⁰

O aprofundamento sobre a perspectiva de oscilação decadente da Família Vieira dos Santos na vila de Morretes foi assinalada por Negrão através de uma informação oral a partir da qual reconhece um conflito, no interior de um ritual fúnebre, que envolveu os familiares de Vieira dos Santos. Este conflito demarcou, para Negrão, a impotência de estes familiares atuarem contra a abertura e compartilhamento da sepultura do patriarca: “A 18 de Janeiro [de 1856] foi enterrada na sua sepultura a senhora B. de GG, sem consentimento a seus filhos, o que causou grandes desgostos a seus filhos. Por essa forma o grande historiador passou por todos os dissabores, por todas as injúrias, devido a sua pobreza oriunda de graves moléstias que lhe atacaram por mais de 10 ou 12 anos.”⁴¹

Nas apreciações de Negrão sobre Vieira dos Santos, a trajetória deste indivíduo é percebida como eivada de episódios dramáticos, quer em virtude de conflitos e reveses na esfera familiar, quer em virtude da dificuldade de este personagem estabilizar-se no exercício de ocupações econômicas em Morretes. Observa-se a quintessência das considerações de Negrão sobre Vieira dos Santos – no tocante ao aspecto diletante e irrefletido de suas abordagens históricas e, por isso, exaurido de politização – na seguinte asserção: “Dotado de clarividente vivacidade e intelligencia, embora que sem grande cultura, foi um investigador profundo; escreveu suas obras desprezenciosamente [...]”⁴² Sobre os dramas íntimos de Vieira dos Santos, Negrão concluiu: “Velho, cego, hydropico, viuvo e pobre, assediado por credores impertinentes, foi esta a situação de Vieira dos Santos ao fechar os olhos [...]”⁴³

⁴⁰ *Idem, Ibidem.* O pintor francês Noel Guillet estabeleceu-se na cidade de Paranaguá, nos anos 1850, na condição de professor de desenho, bem como manteve, neste município, estabelecimento de ensino regular. Cf. PILOTTO, Erasmo. *A Educação no Paraná (Síntese sobre o ensino público elementar e médio)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1954, p. 84. As informações sobre a trajetória e os interlocutores de Guillet em Morretes evidenciam, dessa maneira, um caso de circulação de letrado em área provincial brasileira, assim como indicam as condições da interação de Vieira dos Santos junto às elites locais – no caso desta reminiscência arrolada por Negrão, destaca-se, pois, que a relação entre Guillet e Vieira dos Santos foi desenvolvida no âmbito de homenagem que este obteve de membro da elite social de Morretes.

⁴¹ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense... Op. cit.*, p. 45.

⁴² *Idem, Ibidem.*

⁴³ *Idem*, p. 48.

Dessa maneira, entre as atribuições das categorias de *cronista* e *polígrafo* a Vieira dos Santos por Ermelino de Leão – categorias essas que sustentam uma percepção indefinida sobre a natureza do conteúdo e dos objetivos dos trabalhos daquele autor –, e de *historiador*, a ele atribuída por Francisco Negrão, há a permanência da perspectiva do estatuto de contribuição irrefletida na qual se inscreviam as suas memórias históricas sobre Antonina, Morretes e Paranaguá. Ao passo que não racionalizadas, estas narrativas, segundo ambos os autores, foram executadas em consequência do isolamento social, condição na qual aquele indivíduo ter-se-ia inscrito em decorrência de reveses econômicos e padecimentos físicos.

Concernente, por fim, a uma manifestação de interdito, por Negrão, à obra de Vieira dos Santos, cumpre atentar para nota complementar que Negrão após à *Memória Histórica de Paranaguá*, referente às considerações sobre a data do início do povoamento deste município – processo que, para Vieira dos Santos, teria ocorrido entre a década de 1550 e a década de 1560. Segue, pois, a confrontação, por Negrão, entre o seu livro intitulado *As minas de ouro da Capitania de Paranaguá* (1920) e a *Memória Histórica Paranaguá*, de Vieira dos Santos:

He evidente equívoco [de Vieira dos Santos] quanto a data do povoamento de Paranaguá por parte do auctor deste trabalho. Querer remontar esta data a 1550 e 1560, equivale a negar que Gabriel de Lara, foi um desses povoadores: e que foi elle o Cap. que commandou a força que, incorporada, viera á Paranaguá [...]. Quanto às minas de ouro, não forão ellas exploradas antes de 1640. Em meu recente estudo – “As minas de ouro da Capitania de Paranaguá” – 1640 a 1649, tratei deste assumpto, apresentando solidas provas.⁴⁴

Entre Rocha Pombo, Ermelino de Leão e Francisco Negrão identifica-se, dessa forma, o compartilhamento de manuscritos de Vieira dos Santos – engendrando-se, sob tal guarda particular, um padrão analítico acerca da produção textual deste indivíduo. As apreciações destes três autores sobre Vieira dos Santos confluem, ainda, no que respeita à identificação da incipiência – e da fragilidade daí derivada – das manifestações letradas nas sociedades litorâneas paranaenses.⁴⁵

⁴⁴ Nota de Francisco Negrão aposta em: VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 18.

⁴⁵ Cumpre também anotar que o curitibano Romário Martins (1874-1948) fora participante deste circuito de compartilhamento de textos de Vieira dos Santos. Assim, em 1898, ele utilizou os dois volumes manuscritos *Memória Histórica de Paranaguá* enquanto subsídio para a escrita da sua *História do Paraná* (1899). O processo de publicação da primeira edição deste livro de Martins e o processo de publicação da primeira edição da memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá foram desenvolvidos, pois, sob financiamentos de esferas estatais – processos os quais se afiguraram, portanto, enquanto manifestações dos difusos lugares de legitimação institucional e viabilização econômica de obras históricas no Paraná entre fins do século XIX e o princípio do século XX. Assim, ao passo que o livro de Martins obteve financiamento do Governo do Paraná, a mencionada memória histórica de Vieira dos Santos fora publicada, em 1922, pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Na *História da História do Paraná*, David Carneiro observou que em meados do século XVIII o português Manuel Vieira dos Santos, tio de Antonio Vieira dos Santos, radicara-se em Paranaguá como auxiliar de Afonso Botelho de Sampaio e Souza (1728-1793), agente do governo português, na construção da Fortaleza da Barra de Nossa Senhora dos Prazeres.⁴⁶ A não incorporação de Antonio Vieira dos Santos ao domicílio de seu tio, segundo Carneiro, decorreu da “imposição dos hábitos severos daquele tempo, e ainda que tivesse o tio em cuja casa se podia abrigar.”⁴⁷ A exemplo das citadas análises de Leão e Negrão, tem-se, pois, em Carneiro, a tentativa de definir, sob a perspectiva da análise causal, os limites estéticos e metódicos da obra de Vieira dos Santos em consideração a uma configuração provida de reveses para o exercício da prática letrada, bem como em consideração a reveses na atuação social deste indivíduo.

Uma aproximação de Carneiro em relação, por seu turno, às apreciações positivas à obra histórica de Vieira dos Santos tais quais elaboradas por Ermelino de Leão, Francisco Negrão e Rocha Pombo, identifica-se, pois, na seguinte asserção: “Vieira dos Santos foi um colecionador extraordinário de fatos curiosos do Paraná antigo, e certamente a história local seria muito menos compreensível e ainda menos concatenada, se não tivéssemos os seus trabalhos como fundamento heurístico sobre que assentassem os nossos.”⁴⁸ Ainda, no que se

⁴⁶ Cumpre ressaltar que a abordagem de Carneiro sobre a trajetória de Afonso Botelho no Paraná suscitou, nos anos 1930, uma polêmica com Valfrido Piloto (1903-2006), polêmica na qual se identificam percepções sobre o estágio da historiografia paranaense e, desse modo, sobre formas de categorização da obra histórica de Vieira dos Santos. No interior de sua crítica à percepção de Carneiro acerca da atuação social daquele funcionário da administração régia – percepção elaborada no opúsculo *História da Palmeira em seus antecedentes e tradições* (1937), o qual Piloto entendeu como voltado a uma errônea apologia de Botelho –, atente-se a como Piloto construiu um raciocínio processual sobre a historiografia do Paraná: “Pondo-se ao meu modo de pensar, quanto a já possuímos ou não escrita, a nossa história, Davi Carneiro aponta Vieira dos Santos, [Francisco de] Negrão, Ermelino [de Leão] e Romário [Martins] ‘entre aqueles que construíram tudo’ no sentido de já nos darem uma história naquela condição, e fala, também, em ‘novas formigas a levarem verdes esperanças de surtida despesa para o formigueiro em que o passado repouza’. Percorram-se os trabalhos daqueles beneméritos e já consagrados historiôgrafos e das já não menos importantes beneméritas formigas, anônimamente lembradas mas dentre as quais é a primeira o próprio Davi Carneiro, e verificar-se-á não passar, tudo, de esforços e contribuições para formar o arcabouço a que me referi.” PILOTO, Valfrido. *História e Historiôgrafos*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1939, p. 209. Nos anos 1960, Piloto tornou a elaborar apreciação acerca da obra de Vieira dos Santos, apreciação a qual reitera a matriz analítica pautada pela relação entre a definição da escrita histórica deste indivíduo como metodicamente frágil, mas detentora, todavia, de contribuições irrefletidas à historiografia. Apreciação, portanto, que manteve a discussão sobre aquele autor no âmbito das condições de conferir, a ele, a condição de patriarca da historiografia paranaense. Eis, pois, a asserção de Piloto: “E as legou traçando-os, sem o pressentir, o seu próprio perfil de homem útil. Revelando a sua multimoda personalidade, digna de nossa evocação mais reverente.” PILOTO, Valfrido. Antonio Vieira dos Santos – “Pai da História Paranaense” – e os múltiplos aspectos de sua personalidade. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. VIII, Janeiro/Junho de 1963, p. 29. Há de se ressaltar, ainda, que Piloto foi participante de um circuito de compartilhamento de textos de Vieira dos Santos, consoante se observa na seguinte asserção: “Pelo seu Diário, – cujos originais inéditos, desde há alguns anos, estão comigo, sob zelosos cuidados, – verifica-se que o benemérito memorialista atravessava uma fase de acerbá depressão física [...]” *Idem*, p. 30.

⁴⁷ CARNEIRO, David. *História da História do Paraná*. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952, p. 147.

⁴⁸ *Idem*, p. 148-149.

refere às indefinições nos modos de categorização da natureza da atuação letrada Vieira dos Santos, em Carneiro é este autor situado como *historiador*. Contudo, tal atribuição é condicionada ao posicionamento de Vieira dos Santos em uma gradação de formas do exercício historiográfico, a saber, a posição inicial da conferência de subsídios informativos.

Conforme a seguinte asserção nota-se a atenção, por Carneiro, às autoimagens de Vieira dos Santos como recurso para definir as utilidades e limites da produção intelectual deste: “E o bom senso e equilíbrio com que analisa suas próprias qualidades de historiador, constituem em pedestal em que poderíamos levantar as suas estátuas. [...] O pedir auxílio dos seus conterrâneos, dos historiógrafos que o seguissem no mesmo rumo, constitui em exemplo de modéstia, e de virtude realmente comovedor, e mostram o extraordinário valor deste homem [...]”.⁴⁹ A relação, pois, elaborada por Carneiro, entre a valoração positiva da conduta social, a demarcação de limites à produção historiográfica e a inclusão desta em uma etapa inicial do processo de aperfeiçoamento do estudo da história paranaense, afigura-se, assim, em um indício da consolidação, nos anos 1950, da chave de leitura proposta por Rocha Pombo, em 1900, acerca de Vieira dos Santos.

Observou-se, portanto, na primeira metade do século XX, sob tênues diferenças, a construção da relação entre diletantismo e operosidade na imputação juízos sobre a produção textual de Vieira dos Santos, relação que engendrou, por conseguinte, o entendimento de sua obra histórica enquanto estética e metodicamente frágil, assim como orientada para a compilação de documentos e informações históricas. Tais construções possuem, assim, afinidades com as abordagens oitocentistas supracitadas sobre trabalhos reputados, em tais abordagens, como voltados à compilação de documentos e informações históricas. Afinidades concernentes à inclusão, sob perspectiva inferiorizada, de memórias históricas no âmbito do processo de constituição de histórias gerais, bem como à atribuição, aos autores de tais modalidades historiográficas, de uma consciência de participação em tal processo.

1.3. Exercícios historiográficos em áreas municipais: a escrita histórica nos Açores

A partir da análise de memórias elaboradas nos Açores, no início do século XIX, pode-se aprofundar a verificação das aproximações de procedimentos metódicos, interesses políticos e do perfil social dos autores que, em domínios coloniais portugueses, elaboraram memórias históricas para além de diretrizes de instituições de cultura. Os interlocutores que conferiram legitimidade à produção destes textos históricos, os objetivos programáticos e os

⁴⁹ *Idem*, p. 150.

recursos letrados na composição da obra são, pois, os elementos investigados das memórias históricas aqui arroladas. Estes elementos, consoante o argumento aqui sustentado, demonstram os difusos interesses sociais e os processos de legitimação institucional envolvidos na produção destas obras.

Principia-se, assim, a partir do presente subcapítulo, a proposta de entender a escrita de memórias históricas, quer como eivada de indicações sobre as interações e legitimidades sociais demandadas para a sua execução, quer como imersas em lutas políticas de específicas jurisdições. Nesse escopo, propõe-se entender estas memórias históricas como orientadas para a repercussão de argumentos programáticos pautados, por exemplo, por valores morais – valores esses, por sua vez, interpostos no texto sob multifacetados recursos estilísticos e metódicos.

A seleção de textos abaixo mencionada atende, pois, ao objetivo de mapear o perfil social dos autores, e, mais especificamente, ao objetivo de reconhecer as atuações destes autores em esferas estatais para, assim, verificar como tais atuações foram condicionantes das interlocuções literárias, notadamente referentes às formas de obtenções de fontes e de sustentação social para feitura de suas memórias históricas. Para tanto, são, aqui, problematizados os seguintes textos: *Memoria Historica sobre as Ilhas dos Açores* (1821) – a qual foi publicada anonimamente, porém, desde o século XIX, a sua autoria tem sido atribuída a um funcionário estatal, a saber, Francisco Affonso Chaves e Mello (1797-1863);⁵⁰ *Memoria Estatistica e Historica da Ilha da Graciosa* (1845), de Félix José da Costa.⁵¹

⁵⁰ Francisco Affonso da Costa Chaves e Mello foi deputado às Cortes de Lisboa, em 1834, e governador de Ponta Delgada, então distrito da ilha açoriana de São Miguel, de 1842 a 1844. Innocencio Francisco da Silva acentuou a prática de Mello de publicar trabalhos anonimamente e creditou-lhe a autoria desta memória histórica. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Segundo, MDCCCLIX, p. 322. Chaves e Mello é o autor do *Epítome das Épocas e Circunstâncias mais Notáveis do Governo das Ilhas dos Açores desde o Descobrimento até 1835* (1835), o qual – no que demonstra o envolvimento o trabalho histórico no âmbito de uma tentativa de contato de membro de elite açoriana para com autoridade régia – Mello dedicou a Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), que, à época, assumira o cargo secretário dos Negócios do Reino de Portugal. Neste texto evidencia-se, pois, um caso da preeminência do emprego de documentos camaristas na feitura de memórias históricas – e, nesse escopo, permite-se reconhecer um caso de interação de historiador com segmentos de arranjos políticos municipais como condição de produção da obra histórica –, assim como, a partir de tal preeminência da documentação camarária, se evidencia a elaboração de fragmentos de discurso político. Para a verificação de tais elementos, assim como para a verificação do aspecto longínquo da circulação de Mello no âmbito de uma Câmara Municipal – aspecto o qual se pode aferir em face da natureza do seu conhecimento sobre o Arquivo camarário – atente-se ao seguinte excerto do *Epítome*: “Existia na Camara da Cidade d’ Angra um Alvará deste Monarcha [D. João IV], passado em 15 de Julho de 1654, em virtude de petição do Procurador da mesma Cidade nas Côrtes de 1653, no qual se diz *que nunca haverá nella Vice-Rei, ou Governador de Ilhas*. E em Côrtes de 1822, 169 annos depois daquelle pedido, grandes foram os esforços, que fizeram os deputados da Ilha Terceira para se restabelecer a Capitania Geral!!!” MELLO, Francisco Affonso da Costa Chaves e. *Epítome das Épocas e Circunstâncias mais Notáveis do Governo das Ilhas dos Açores desde o Descobrimento até 1835*. Lisboa: Imprensa Patriótica, 1835, p. 15. Grifos no original.

⁵¹ Cabe ressaltar que, enquanto padrão textual utilizado notadamente por funcionários do Estado português, a categoria de *Memória* conheceu variações tais como o seu direcionamento para a identificação de configurações

As memórias históricas sobre o Arquipélago dos Açores e sobre a Ilha da Graciosa – que integra este Arquipélago – orientam-se, pois, como narrativa dos processos de formação de sociedades ilhéus sob cronologias que se voltam a identificar – sob perspectiva que confere especial atenção a dados políticos e institucionais – a origem destas sociedades e as quais alcançam o presente da escrita destes trabalhos. Ainda, ambos os livros voltam-se ao arrolamento de informações sobre agentes da administração colonial, aspectos da produção econômica e do comércio ilhéu.

Convém acentuar, anteriormente à discussão destes livros, que, em Portugal, em meados do século XIX, instituiu-se, a partir de determinação do poder régio, uma lógica elaboração de trabalhos e conteúdo histórico por Câmaras Municipais. Assim, através de

econômicas, institucionais e sociais de domínios portugueses. Assim, sob objetivos programáticos, as informações apostas nesta categoria memorialística eram direcionadas às autoridades régias. Pode-se, acerca de tal modalidade memorialística, identificar aspectos sobre as suas condições de produção, em face das quais se pode acentuar as interações entre funcionários estatais e elites locais. Acerca do *Suplemento á Memoria Descriptiva e Estatistica do Districto de Cabo Delgado* (1860), de Jeronymo Romero, o qual exercera a governança do citado distrito, atente-se, no seguinte excerto, ao modo pelo qual o autor reconheceu a viabilização deste trabalho como derivada de sua interação com segmentos da administração municipal: “Sempre recordarei com saudade as repetidas provas de dedicação, que recebi dos povos do districto, e o auxilio, que sempre encontrei no Presidente e mais vereadores da Camara Municipal, a quem devo muitos esclarecimentos estatísticos, que se encontram neste trabalho; e se não posso fazer em seu beneficio o que merecem, ao menos faço o que minhas forças permitem, tornando conhecida uma das mais preciosas joias da Coroa Portuguesa, bem como os serviços patrióticos dos seus habitantes.” ROMERO, Jeronymo. *Suplemento á Memoria Descriptiva e Estatistica do Districto de Cabo Delgado com noticia acerca do estabelecimento da colonia de Pemba*. Lisboa: Typographia Universal, 1860, p. viii. Enquanto caso da rotinização da produção de trabalhos direcionados ao estudo da história e da geografia das sociedades sob administração portuguesa, situam-se os títulos publicados nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, editados pela Associação Marítima e Colonial de Lisboa, de 1839 a 1846. Estes anais reuniam relatórios administrativos, bem como descrições históricas, geográficas e políticas sobre domínios portugueses na África e na Ásia. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Primeiro, MDCCCLVIII, pp. 72-73. No Brasil, a execução desta modalidade de memórias caracterizou as atividades da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1831, e na qual houve membros que participaram da fundação do IHGB. Localiza-se, no ano 1841, o princípio da aproximação entre a Associação Marítima Colonial de Lisboa e o IHGB. Tratou-se da aceitação, por este instituto, da proposta daquela associação de estabelecerem correspondência. Tal iniciativa da instituição cultural portuguesa fez-se pelo seu reconhecimento do Brasil como o Estado com o qual Portugal mantinha as suas principais relações comerciais. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Terceiro, 1841, pp. 367-368. Sobre o perfil social – marcadamente identificado pela participação de segmentos de elites econômicas e políticas –, assim como sobre rotina de atividades da SAIN – no que esta se caracterizou pela elaboração de perspectivas de exploração econômica, por exemplo, de recursos naturais –, ver: BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena*. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). 2009. 389 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Assim como a SAIN teve em entre seus membros futuros criadores do IHGB, há se de destacar que, referentes à participação de letrados em tal natureza de instituição voltada à elaboração de projetos econômicos, em Portugal fundou-se, em 1822, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, da qual participou um letrado citado neste subcapítulo, qual seja, Francisco Affonso Chaves e Mello, residente na ilha açoriana de São Miguel. Esta informação subsidia, pois, quer a atenção à natureza de espaços institucionais aos quais os autores aqui estudados auferiram ser cooptados, quer acerca dos distintos perfis dos componentes de tais instituições. Cf. SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*. Primeiro Anno. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 97. Para uma aproximação, ainda, entre os autores aqui estudados acerca de seus pertencimentos institucionais, convém acentuar que, ao tempo da fundação desta instituição, foi a ela arregimentado o citado José Feliciano Fernandes Pinheiro, cujo local de residência, consoante mencionado nos *Annaes* da Sociedade Promotora, era o Rio Grande do Sul. Cf. *Idem*, p. viii.

Portaria Circular do Ministério do Reino, datada de 8 de novembro de 1847, determinou-se aos conselhos das Câmaras Municipais de Portugal – e de seus domínios jurisdicionais –, a elaboração anual de trabalhos sobre efemérides ocorridas na municipalidade, trabalhos esses categorizados, em tal Portaria, enquanto *Anais*.

Para o reconhecimento das condições de, à época, se consolidar, no âmbito das instituições municipais, a regularidade de elaboração de trabalhos de conteúdo histórico, compete, por conseguinte, atentar a um modo como, em 1848, um funcionário régio – o então governador do Distrito de Funchal, na Ilha da Madeira, José Silvestre Ribeiro (1807-1891), que era, também, escritor – propôs a definição, às Câmaras madeirenses, de um ritmo de execução acerca da determinação da mencionada Portaria ministerial:

1.^a Repartição. = L. 4.^o = N.^o 180 = Circular. = Ill.^{mos} Srs. Uma providencia foi tomada ultimamente (em 8 de Novembro do anno findo) pelo Governo de Sua Magestade, que deve ser acolhida com o mais vivo interesse, como encerrando os mais fecundos elementos para traçar a historia do nosso paiz. He por esse motivo, e convencido da grande utilidade de uma tal providencia, dictada por um pensamento eminentemente civilizador e patriotico, que eu me dou por obrigado a recommendá-la a todas as Camaras do Districto a meu cargo, sollicitando com apertada instancia a sua adopção [...]. Leião-se os nossos historiadores, e conhecesse-ha o quanto embaraçados se encontrarão no meio da deficiencia de noticias. Guiou-os por vezes a tradição; mas quanto fallivel não he esse testemunho? Os nossos maiores não de davão ao trabalho de confiar pela escriptura á lembrança, á admiração, e ao exemplo dos vindouros os successos de que forão testemunhas, ou actores [...]. Deixando porem essas observações geraes, e tratando unicamente da hyppotese que me occupa, não posso dispensar-me de ponderar o quanto de vantagens há de colher o Districto da Madeira e Porto Santo, no que toca á sua historia, da confeção annual da Chronica, Registro, ou *Annaes*, que o Governo tão providencialmente manda organizar. Já lá vão quatro seculos desde que a Madeira e Porto Santo forão descobertas; e perguntarei eu – teremos acaso os elementos necessarios para escrever com todo o desenvolvimento a historia destas duas Possessões portuguezas em casa um dos quatro seculos? Por certo que não, se attender a que a historia, tal qual he comprehendida nos tempos modernos, deve satisfazer á curiosidade do espirito em todos os pontos que dizem respeito ao bem e aperfeiçoamento da especie humana. E convirá acaso que as gerações futuras tenham em legado, em vez de amplas noticias, a ignorancia em que quase de todo nos deixarão as gerações passadas? Tomemos para exemplo o anno que acaba sumir-se nas profundezas do tempo, o anno de 1847. Quantos factos não ocorrerão nesta Ilha durante elle, que seria uma lastima não consignarmos extensa e authenticamente em escriptura, para conhecimento dos vindouros? Padeçemos algum flagello, comettemos erros, démos algum passo no caminho da civilisação, ocorreu algum acontecimento notável?... Pois *encommendemos* tudo isso á *custodia das letras*, quer para a gloria ou escarmento dos que vivem, quer para a instrucção dos que hão de viver depois de nós. Penetrem-se pois as Camaras das vantagens da providencia do Governo, e empreguem na sua execução o zêlo que as devem inspirar tudo o que he proveitoso aos seus administrados. Nomeem desde já Commissões de 3 ou 5 membros, escolhidos entre os Vereadores e Vogaes do Conselho Municipal, que mais próprio parece pelas suas habilitações litterarias, habito de escrever, paciencia de recolher noticias, curiosidade e criterio de indagação. Comecem essas Commissões a colligir desde já apontamentos sobre todos os factos notaveis que ocorrerão, nos respectivos municipios no discurso do anno de 1847, dignos de serem perpetuados na memoria dos homens; sobre o progresso ou decadencia da agricultura, e suas causas; – sobre os descobrimentos que se fizerão, seja qual fôr o seu objecto, uma vez que possão tender ao desenvolvimento da publica prosperidade; – sobre os casos de longevidade, que apresentem circumstancias ponderosas, e subministrem elementos hygienicos proveitosos á conservação da saude e da vida; – e em uma palavra, como diz o Governo de Sua Magestade, *sobre tudo quanto possa interessar as tradições locaes*. Colligido assim esses primeiros apontamentos, deverão as Commissões reunir-se no primeiro dia do mez de Março proximo futuro (e annos seguintes em igual dia) para redigirem a *Memoria*, que o Governo de Sua Magestade recommenda, e se seguirem os demais termos que elle insinúa. Espero affoutamento que as Camaras prestarão a esta incumbencia a mais seria attenção, devendo eu previni-las de que por minha parte estou disposto a prestar-lhes todo o genero de coadjuvação, incluindo a prestação de quaesquer esclarecimentos officiaes da Secretaria deste Governo Civil. Deos Guarde a V. S.^{as} = Palacio do Governo Civil do Funchal, aos 3 de

Janeiro de 1848 = Srs. Presidente e demais membros da Camara Municipal de... = O Governador Civil, José Silvestre Ribeiro.⁵²

Atente-se, acerca desta citação, que Ribeiro, para além se voltar à apresentação de modos de cumprimento da Portaria ministerial, acentuou, mais amplamente, que o cumprimento, pelas Câmaras Municipais, desta Portaria, se afigurava em uma contribuição ao desenvolvimento da historiografia portuguesa. No entendimento de Ribeiro, uma vez atuantes na produção rotineira de trabalhos de conteúdo histórico, as Câmaras apresentariam uma contribuição para que fossem suplantadas lacunas da historiografia portuguesa.

No entanto, o cumprimento desta Portaria ministerial caracterizou-se, nas ilhas atlânticas, por ritmos irregulares, em face dos quais houve manifestações de letrados que, sob um argumento corporativo, reivindicaram a estabilidade de uma lógica de concessão pública de proventos econômicos para que colaborassem com as Câmaras acerca da elaboração dos anais das municipalidades. Os aspectos de contratação, pelos Legislativos Municipais de ilhas sob administração portuguesa, de letrados, mas também a dificuldade de remunerá-los e editar-lhes as obras podem ser vislumbrados no processo de institucionalização de trabalho de Francisco Ferreira Drummond (1796-1858). No que concerne, pois, a uma relação contratual que este indivíduo estabeleceu com esfera legislativa – e enquanto indicativo, pois, da escrita de memórias históricas, quer em um processo de treinamento intelectual, quer em um processo de estreitamento da relação do letrado com esferas estatais – tem-se que é de autoria deste escritor açoriano uma *Memória Histórica da Capitania da Praia da Vitória*, editada pela Câmara de Praia da Vitória, em 1846.

Enquanto aspecto, por seu turno, da manifestação, sob feição corporativa, de letrados em favor da permanência de um projeto literário de Drummond, qual seja, a publicação dos *Annais da Ilha Terceira* – publicação subvencionada, a partir de 1850, pela Câmara de Angra do Heroísmo – cumpre acentuar que, em 1853, já encerradas as subvenções e, assim, encerrada a publicação dos *Annaes*, a Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas apresentou a seguinte crítica: “Foi no anno de 1851 que se publicou em Angra do Heroismo, a expensas da Camara Municipal d’aquella cidade, o 1º tomo da interessante obra do Sr. Francisco Ferreira Drummond, *Annaes da Ilha Terceira*. [...] Diz se que a Camara d’Angra determinára não continuar com a publicação d’aquella obra porque reflectira sobre os poucos meios do seu cofre. Este procedimento, a assim ser, é contradictório e indigno d’uma corporação illustre, e

⁵² RIBEIRO, José Silvestre (org.). *Resoluções do Conselho de Estado na secção do contencioso administrativo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, pp. 244-247. Grifos no original.

d'uma terra de trato de letras e tradições litterarias.”⁵³ No que se apresenta, pois, como indicativo da irregularidade do exercício de práticas letradas e da dependência a subvenções oficiais, mas também se apresenta como aspecto da eficácia desta reivindicação corporativa de escritores açorianos, ressalta-se que os *Annaes da Ilha Terceira* tornaram a ser publicados, com o apoio da Câmara de Angra do Heroísmo, em 1856. O quarto e último volume dos *Annaes* fora editado, ainda sob o regime da colaboração oficial, em 1864.

Deste caso observa-se, assim, a conformação de uma ação corporativa por escritores ilhéus em favor da definição de condições de colaborarem na feitura de um ditame estatal, bem como se tem a pretensão régia de manter, através das Câmaras, um controle administrativo de seus domínios ultramarinos, propósito para o qual o conhecimento regular da história da dinâmica social dos municípios seria funcional.⁵⁴

Na *Memoria Historica sobre as Ilhas dos Açores* são apresentadas referências aos recursos letrados para a sua elaboração, a exposição de ideias políticas, bem como as formas de legitimação do entrecruzamento entre fontes institucionais e documentos privados. Em síntese, cumpre enfatizar a politização que o autor imputou ao texto enquanto recurso para a exposição, junto ao poder régio, de demandas ilhéus. Neste livro, produzido no contexto da Revolução Liberal do Porto (1820) – como decorrência da qual foram convocadas, em 1821, as Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes da Nação Portuguesa, responsáveis pela elaboração da *Carta Constitucional* de 1822 –, explana-se sobre tal conjuntura de transformações políticas, seja através da afirmação de interesses políticos dos Açores no âmbito da administração portuguesa, seja através da mobilização de exemplaridades históricas como recursos para o comparativo moral com ações sociais do tempo presente, comparativo esse subsidiário, por conseguinte, à elaboração de programa político.⁵⁵

⁵³ SOCIEDADE AUXILIADORA DAS LETRAS AÇORIANAS. *Revista dos Açores*, Volume II, Janeiro de 1853, p. 33.

⁵⁴ Acerca dos aspectos da unidade administrativa – notadamente a estrutura da composição e funcionamento camarário – nos domínios coloniais portugueses, e dos modos de relações políticas entre os poderes locais e o poder central, ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal... Op. cit.*, v. 4, In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. V. IV. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 303-330.

⁵⁵ Na obra histórica de Vieira dos Santos, há, por sua vez, uma valoração positiva acerca da Revolução Liberal do Porto, tendo entendido-a como um movimento *revolucionário* – pela natureza e pelas implicações políticas e institucionais das suas reivindicações, a exemplo da demanda pela feitura de uma Carta Constitucional –, e *regenerativo*, em face das reformas econômicas e políticas reclamadas no âmbito do restabelecimento de Portugal como sede do poder monárquico: “O preludio destes grandes acontecimentos, tiveram lugar no dia 24 de Agosto do anno de 1820 na ínclita Cidade Eterna do Porto no Reino de Portugal, em que seus heróicos filhos formarão húa revolução política e regenerativa com o fim de obterem húa Carta Constitucional, abolindo se o antigo regimen, e proclamando se hum systema constitucional [...]” VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 101. Cabe, por conseguinte, contextualizar este interesse de Vieira dos Santos por movimentos políticos europeus, de maneira a se principiar, aqui, a análise das condições pelas

A partir de elementos como o pragmatismo do argumento político, assim como em face da exposição de um domínio letrado que serviria a tal argumento, sob os seguintes termos o autor delimitou o seu trabalho sobre os Açores e, por conseguinte, inseriu-o no jogo político coevo:

A historia destas Ilhas [dos Açores], que he sempre ligada com a historia em geral de Portugal, envolve máximas de Política, que não será desconveniente dar ao público nas presentes circunstancias; pois que sendo a Política a arte que ensina a governar os homens, e dirigir a causa pública, todos os escriptos, que apresentarem algumas idéas, que tenham correlação com este objecto, serão uteis ao momento, em que os casos extraordinários põem huma Nação nas criticas circunstancias de reformar as Leis fundamentaes do seu Governo. [...] Se lançamos os olhos pelos annaes das outras Monarchias da Europa, quase todas ellas nos apresentam seus Neros, Calígulas, “Nenhuma historia (diz o Conde de Mirabeau) offerece uma série mais ampla de reis maus do que a França.” [...] A presente Memoria offerece em hum pequeno quadro os acontecimentos mais notáveis das ilhas dos Açores, a ordem seguida do seu Governo Político, Militar, Civil; a marcha de seus progressos na população, na Agricultura, no Commercio e descreve o carácter de seus habitantes [...]. O patriotismo, diz um Author moderno, he o mais nobre de todos os sentimentos, elle honra o homem e a Nação.⁵⁶

Nesta construção de relação entre Antigos e Modernos – recurso esse utilizado por Vieira dos Santos no âmbito da justificação da produção de memórias históricas e da sustentação, nestas, de argumentos morais, assim como de sugestões sobre o funcionamento das instituições corporativas e modos de relações sociais – esta memória histórica defrontou-se com procedimentos sobre a concatenação de documentos institucionais e de informações orais sobre os Açores. Dentre os documentos institucionais nela arrolados, têm-se ordens

quais, no pensamento político do coevo, se percebiam as relações entre liberdade e ordem, bem como se percebiam as condições de instauração de mudanças sistêmicas ou parciais em ordenamentos políticos e sociais. Segundo Lúcia Neves, pode-se, a respeito do contexto das transformações políticas e institucionais no Brasil e em Portugal ocorridas nas três primeiras décadas do século XIX, identificar diferentes modos de emprego da categoria de *revolução*. Assim, ao mesmo tempo em que tal categoria fora empregada como referência, sobretudo, ao processo necessário para um enfrentamento aos regimes absolutistas, houve, de outra parte, entendimento acerca da *revolução* enquanto um processo de desestruturação da ordem social. Consoante esta segunda vertente de pensamento político, em detrimento dos processos revolucionários, caberia a implantação de reformas parciais e graduais na estrutura estatal e social. Dentre os indivíduos que Neves mencionou enquanto próximos desta segunda vertente de pensamento político, tem-se o supracitado Visconde de Cairu, bem como Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823), natural da Colônia de Sacramento, que, em Londres, editava o *Correio Braziliense*. Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro [1789-1822]*. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Iuperj/ Loyola/ Ed. PUC-Rio, p. 136. As impressões de Hipólito José da Costa sobre episódios políticos decorrentes da Revolução Liberal do Porto foram marcadas por críticas aos *excessos revolucionários* e, assim, ele perfez uma defesa da *prudência política*. Concernente à projeção das implicações, no Brasil, dos acontecimentos da Revolução Liberal do Porto, Costa – no que se apresenta em caso, pois, do argumento estruturado pela relação entre liberdade e ordem no interior da verificação das condições de se instaurar um processo de mudança institucional – asseverou que “[...] os efeitos ali serão bem diferentes e muito mais funestos [...] se a revolução de Portugal deve necessariamente passar ao Brasil, e se uma revolução popular naquele país pode ser acompanhada de resultados os mais desastrosos, quão culpados não devem ser os ministros que não adotarem medidas próprias para prevenir esses males?” PAULA, Sergio Góes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 89.

⁵⁶ ANÔNIMO. *Memoria Historica sobre a Ilha dos Açores como parte componente da Monarchia Portuguesa com ideias relativas á reforma do Governo Portuguez e sua nova Constituição*. Lisboa: Officinas de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821, p. xi.

régias, ofícios de Câmaras Municipais e documentação de alfândegas. Tal documentação foi utilizada, ali, para a crítica, por exemplo, ao ordenamento tributário português.

Na abordagem sobre o processo de ocupação das nove ilhas que compõem os Açores, e no âmbito da exposição sobre as escolhas temáticas e fundamentos metódicos de seu texto, o autor acentuou:

He quimérico o dizer se (como alguns Authores referem, fundados em notícias vagas) que nos descobrimento destas Ilhas [dos Açores] se achára hum estatua de pedra, representando hum Cavalleiro, que apontava com o dedo para o Occidente. Deo lugar a esta fabula hum rocha natural, que havia na Ilha do Corvo, e ainda hoje existe, a qual vista de longe tem algumas apparencias de hum Cavalleiro⁵⁷.

Através do interdito a interpretações lendárias sobre o processo de ocupação territorial dos Açores, o texto apresenta, assim, uma proposta de deslocar da escrita histórica a utilização de mitos de origem. Para tal deslocamento, o autor demonstrou ter elaborado confrontação de tradições orais, manuscritos particulares e documentos institucionais – referência as quais demonstram a existência de um circuito local de compartilhamento de informações e documentos históricos, bem como demonstram os lugares aos quais era demandado ao letrado acorrer para a realização de seu trabalho histórico. Atente-se, nesse âmbito, à maneira como, nesta memória histórica, discorre-se sobre formas de extrapolar, a partir de defesa do apuro da pesquisa documental, a dependência a tais lendas:

O principio destas Ilhas não he como o de quase todos os outros paizes misturado de fábulas, e coberto de obscuridades: além de tradições apuradas por hum judiciosa crítica, e os manuscriptos conservados nas mesmas Ilhas, e até assentos antigos de algumas de suas Camaras, e Alfandegas, nos tirão toda a dúvida a respeito do seu descobrimento, e dos seus princípios.⁵⁸

A partir da defesa da estabilidade do ordenamento monárquico português, esta memória histórica voltou-se a reconstituir as práticas administrativas e econômicas ilhéus, ao mesmo tempo em que atentou para desigualdades sociais, as quais, por seu turno, foram percebidas como derivadas das instabilidades econômicas. A abordagem histórica laicizada desenvolvida nesta obra não se afastou, no entanto, da defesa de uma moral cristã enquanto fundamento para a proposição de modos de consecução do equilíbrio social:

[...] que são alguns homens turbulentos, e infamadores, em comparação de milhares de Cidadãos modesto, e comedidos? Que são meia dúzia de indivíduos odiosos, e vingativos, que não respeitam nem a Divindade, nem os homens, comparados com milhares de pessoas, cheios de benignidade, e affabilidade, e dotados de todas as virtudes Cristãs, e sociaes? Sem as trevas da noite mal poderíamos

⁵⁷ *Idem*, p. 5.

⁵⁸ *Idem*, *Ibidem*.

apreciar a luz do dia; as acções dos homens maus, que entre os Portuguezes he um pequeno numero, fazem realçar virtudes dos bons, que he o Geral da Nação.⁵⁹

Os fundamentos metódicos que conferiram interditos a explicações históricas sustentadas por episódios lendários e o emprego de argumentos morais caracterizam, pois, nesta obra, um caso da relação entre o direcionamento político da memória histórica e suas condições de produção como dependentes de informações orais e documentação obtida sob o intermédio de elites locais e funcionários estatais. Dependência a qual impeliu o autor, pois, à elaboração de considerações metódicas que se afiguraram como confrontação a tradições de leituras históricas ali consolidadas.

Trata-se, por conseguinte, da análise da *Memoria Estatistica e Historica da Ilha da Graciosa*, de Félix José da Costa (1819-1877), o qual, quando da publicação deste texto, integrava a Junta Geral Administrativa do Distrito de Angra do Heroísmo, bem como servia como oficial da Secretaria Geral do Governo Civil do citado distrito. Enquanto informação que subsidia o reconhecimento de um processo de treinamento intelectual desenvolvido sob a renitente produção memórias históricas, há de se mencionar que, entre 1841 e 1842, Costa escrevera trabalhos a respeito de personagens da história açoriana, trabalhos esses intitulados *Memória Biográfica de Francisco Ornelas da Câmara*, e *Memória Biográfica do Terceirense João Ávila*, bem como elaborara trabalho a respeito de episódio ocorrido naquele município, trabalho esse intitulado *Memoria Historica do horrível terremoto que destruiu a Villa ds Praia da Ilha Terceira em 15 de Junho de 1841*. A regularidade do desempenho literário, nos Açores, por Félix da Costa observou-se, também, no jornalismo, visto que fora redator e proprietário de *O insulano*.⁶⁰

A abordagem aqui desenvolvida volta-se, assim, a discutir a relação entre o enraizamento institucional, as relações de solidariedade as quais possibilitaram a feitura da obra e as demandas corporativas e percepções de dinâmicas sociais para as quais Costa percebeu como funcional a utilização do padrão textual da memória histórica.

No que fundamenta, inicialmente, a verificação da inserção, naquela ilha, deste indivíduo em espaços de exercícios letrados – aspectos os quais impelem a um comparativo com o caso das alocuções que Vieira dos Santos proferiu em salões da vila de Morretes, tema discutido, aqui, no quarto capítulo –, nesta memória histórica Costa assinalou um espaço ilhéu, pelo qual ele circulara, de desempenho de manifestação cultural: “Eu assisti no dia 2

⁵⁹ *Idem*, p. 50.

⁶⁰ Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Segundo, MDCCCLIX, p. 265.

d'Agosto (1845) a um exercicio literario publico, que teve logar n'esta aula, como conclusão dos trabalhos do anno letivo; e posso assegurar que vi um trabalho assas satisfatorio, que muito honra o digno professor.”⁶¹

Acerca da relação, por sua vez, entre a autoimagem da natureza de seus interesses historiográficos e a reconstituição do percurso de elaboração do texto – o qual se constituiu em cumprimento a uma demanda da municipalidade de Graciosa, demanda anterior, pois, à vigência da citada Portaria ministerial de 1847 –, o autor privilegiou as seguintes descrições de tal processo de exercício historiográfico:

Mais tarde, porém, tive de ir, com incumbência nacional, aos Concelhos da ilha da Graciosa e logo tencionei a tomar ali aquellas notas e esclarecimentos, que, como roteiro de mareante, me podessem guiar para encetar o trabalho estatístico, que venho trazer á luz publica – Varios cidadãos d'aquella ilha, onde achei immerecido acolhimento fizeram a mercê de me prestarem alguns manuscriptos antigos, que me auxiliaram a coordenar a presente Memoria. Na minha digressão na ilha visitei todos os pontos, que mais convinha examinar, e dessa pequena investigação tirei parte do meu trabalho; aproveitando igualmente do Governo Civil os documentos, que servem de baze ás notas de população, dos crimes, da receita e despeza publica, que se encontram lançadas nos respectivos logares [...]. Tive o arrojo de addir um pequeno esboço sobre a historia desta mesma ilha. Rarissimos subsídios encontrei para desempenho desta parte, porque tendo sido, nas primeiras idades deste archipelogo, o padre Antonio Cordeiro, quem escreveu mais circunstanciadamente, contudo ácerca d'aquella ilha, pouco nos legou na Historia Insulana, e poucos foram tambem os documentos, que nos archivos públicos, achei para illustração do meu propósito, em que certamente me havia de perder pela carencia de fanães, que me aclarassem a verdade tão precisa em pontos historicos [...]. O publico, que, sempre benevolo, costuma acolher minha desajudada e pobre escripta, terá de desculpar-me, e de lançar, mais uma vez, sobre mim, novas provas de sua indulgencia, e consideração.⁶²

Ainda respeitante à menção a sua inserção em um circuito de compartilhamento documentos e informações sobre o espaço natural e a história daquela ilha, Costa acentuou um caso das interações sob as quais obteve fontes para a sua memória histórica. Trata-se, pois, de um manuscrito que foi disponibilizado a Costa por um professor público, manuscrito acerca

⁶¹ COSTA, Felix José da. *Memoria Estatistica e Historica da Ilha da Graciosa*. Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, 1845, pp. 84-85.

⁶² *Idem*, vii-viii. Para não se reduzir o entendimento acerca dos lugares e interesses sociais concernentes à escrita histórica nos Açores no século XIX, deve-se destacar que esta escrita não se circunscreveu a indivíduos pertencentes a esferas estatais. Antes, cabe acentuar o papel de membros do clero da feitura de textos históricos. Nesse escopo, tem-se a *Historia das Ilhas de Portugal sugeitas no oceano occidental* (1866), do padre jesuíta Antonio Cordeiro. O autor justificou este trabalho, ao mesmo tempo, sob uma fundamentação moral, funcional e teleológica, as quais se entrecruzam em argumento que perfaz uma defesa do cristianismo: “[...] porque havendo muito mais de trezentos annos que as Ilhas de que tratamos se descobrirão, e povoarão; e tendo sahido d’ellas sugeitos muito eminentes, não só nas armas, governos, e nas letras, mas (o que há tudo vence) em a Catholica Fé, e santidade: com tudo não houve até agora, quem sahisse com historia d’estas ilhas [...] com razão logo repito, que o principal motivo de me arrojar a compor historia tal, foi para que haja quem n’ella me emende, e então sahia perfeita e mais util, não só á racional vida, nobre e humana, mas á Christãa e Catholica, que he o ultimo fim da tal historia.” CORDEIRO, Antonio. *Historia das Ilhas de Portugal sugeitas no oceano occidental*. Volume I. Lisboa: Typographia do Panorama, 1866, p. vi. Grifo no original.

de informação sobre aspectos geológicos do município: “Foi ao meu amigo o sr. José Tristão da Cunha Silveira Bittencourt, que eu devo o obsequio d’esta informação”.⁶³

Ao lado dos documentos institucionais que lhe subsidiaram a elaboração, por exemplo, de estatísticas sobre a administração da Ilha da Graciosa, Costa obteve, também, subsídios para reconstituir aspectos da vida social, a exemplo dos modos de exercício de práticas devocionais. Para além de documentação institucional – a qual obteve a partir, ainda, de sua circulação pela Ilha de Santa Cruz – e das informações orais arroladas nesta memória histórica –, faz-se, nesta obra, o uso do recurso do primado da observação.

Para se reconhecer, pois, um modo da integração social de Costa naquela ilha através da análise do modo como realizou, em seu livro, emprego do primado da observação, convém atentar à sua interação com indivíduo que pertencia ao Conselho da municipalidade – ou seja, com membro da instituição que lhe demandara a produção de texto de conteúdo histórico. Atente-se, nesse âmbito, à seguinte reminiscência: “Na tarde de 23 de Julho de (1845), eu subí a este pico na companhia do Sr. José João da Cunha e Sousa, substituto do Administrador do Concelho, e desfructando d’ali agradável panorama, que deixo escripto, não pude deixar de sentir a mais penetrante saudade pela minha patria, que eu via tão distinctamente, e que me despertava doces recordações.”⁶⁴

Cumprir destacar, por seu turno, acerca da asserção supracitada, que o emprego da categoria de *pátria* refere-se ao município de Graciosa. Conforme demonstrado por Antonio Manuel de Hespanha e Ana Nogueira da Silva, o emprego da categoria de *pátria chica* fora característico do Antigo Regime português, e referia-se às ideias de pertencimento e de especificidade de trocas sociais horizontais e verticais no âmbito, por exemplo, de uma municipalidade.⁶⁵ Conforme se discute nesta dissertação, tal categoria apresenta-se nas memórias históricas de Vieira dos Santos, aspecto que esse permite situar este autor em afinidade com os fundamentos políticos e as concepções de sociedade hierárquicas que caracterizaram o Antigo Regime.

No que permite, por conseguinte, acentuar a utilização do padrão textual da memória histórica, em sociedades de origem portuguesa, enquanto recurso para a proposição de difusas ideias de intervenção político-administrativa, cumpre observar sob quais condições o autor inseriu-se como personagem deste seu livro. Nesse âmbito, ele afirmou que: “Na sessão de 1845 da Junta Geral do Districto eu apresentei uma indicação a este respeito. A Junta admitiu

⁶³ COSTA, Felix José da. *Memoria Estatistica e Historica...* Op. cit., p. 29.

⁶⁴ *Idem*, p. 5.

⁶⁵ Cf. HESPANHA, Antonio Manuel de & SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal...* Op. cit., pp. 18 ss.

a sua discussão e, depois, de ouvir o parecer do Director d'Alfandega d'Angra, que a julgou conveniente, deliberou que se pedisse no Governo, que com a brevidade possível fosse ali creado um chefe fiscal e dous guardas.”⁶⁶

Através, pois, da descrição sobre aspectos das relações sociais, da arquitetura, da organização urbana, dos lugares da produção agrícola e do comércio, bem como a partir de considerações sobre festas populares – as quais receberam do autor o elogio por transcorrerem de maneira ordenada –, ele construiu uma percepção sobre a rotina e as regras sociais da ilha. Através do emprego do primado da observação, é elaborado, nesta memória histórica, o reconhecimento de aspectos de diferenciações sociais, e em face das quais – e, ainda, sob o emprego da categoria de *principais moradores* – Costa apresentou um entendimento sobre os hábitos sociais ali vigentes: “O povo é bem morigerado, e obediente, e sem servilismo, respeitador das Authoridades, assim como religioso, sem ser supersticioso, nem fanático [...]. Entre seus principais moradores existem muitos indivíduos verdadeiramente cavalheiros, simpáticos pelas suas maneiras, nobreza e independência do carácter.”⁶⁷

A relação, pois, entre cumprimento de deveres sociais, regularidade das atividades econômicas e ordem pública – relação a qual se afigura, pois, candente na obra histórica de Vieira dos Santos – foi, do seguinte modo, enfatizada por Costa: “Em geral – O povo da Graciosa é um povo moralizado, pacífico, agrícola, e que busca progredir na marcha da civilização.”⁶⁸ A percepção, pois, da história e da rotina social da ilha implicou, no aprofundamento das impressões deste autor sobre tal sociedade, a tomada de posição segundo a qual o equilíbrio social naquela ilha derivava do distanciamento de sua população em relação a querelas políticas: “[...] a ilha da Graciosa seguiu inalterável as vicissitudes políticas, por que passaram as outras do archipelago [dos Açores], e por esse motivo não apresenta factos que despertem atenção e curiosidade publica.”⁶⁹

Nesta memória histórica nota-se, portanto, um caso do envolvimento autoral, para além do seu enraizamento em segmentos administrativos e letrados, em aspectos da vida comunitária. Tal envolvimento implicou na seletividade dos episódios, a exemplo de fenômenos meteorológicos os quais esteiam a verificação sobre instabilidades na rotina social, e sobre reivindicações dos habitantes aos administradores da ilha, o que manifesta aspectos das tensões e formas de coesão entre desiguais nesta sociedade. Em Costa, portanto, enquanto informação que permite, ainda, encaminhar a discussão sobre o caso das narrativas históricas

⁶⁶ COSTA, Felix José da. *Memoria Estatistica e Historica... Op. cit.*, p. 98.

⁶⁷ *Idem*, p. 56.

⁶⁸ *Idem*, p. 59.

⁶⁹ *Idem*, p. 148.

de Vieira dos Santos, a organização dos temas e os posicionamentos sobre a vida social caracterizam uma percepção holística sobre as relações sociais por autor cuja trajetória naquela sociedade permite inscrevê-lo enquanto um agente estatal.⁷⁰

Na condição de aspecto, por fim, do acirramento da integração de Félix da Costa em esferas administrativas portuguesas, assim como na condição de caso da legitimação de memórias históricas por segmentos de elites sociais, pode-se destacar que, em 1867, ele – então funcionário do Governo civil do Distrito de Angra do Heroísmo e pertencente a uma rede letrada cuja extensão alcançava o Brasil, visto que integrava a Sociedade Filomática do Rio de Janeiro – publicou uma memória histórica sobre Angra do Heroísmo, então distrito da Ilha Terceira dos Açores. Esta publicação, segundo afirmou, fora viabilizada pelas subscrições de residentes nos Açores, no Brasil, na cidade de Funchal e em Portugal, bem como pela subscrição de Amélia Augusta (1812-1876) – Duquesa de Bragança e viúva do Imperador do Brasil D. Pedro I.⁷¹

Dos comparativos apresentados no presente subcapítulo cabe, pois, acentuar integração de seus autores em esferas estatais, de modo que este pertencimento institucional foi-lhes favorável para a seleção de documentos, e para o estabelecimento de interlocuções letradas, quer com demais funcionários estatais, quer com membros das elites locais das citadas sociedades. Ou seja, estiveram, ambos os autores, envolvidos em lógicas institucionais e no compartilhamento de interesses políticos no âmbito dos quais se voltaram, quer à postulação de interesses locais junto ao poder central – caso da memória histórica sobre as ilhas dos Açores –, quer ao cumprimento de um ditame emanado de instituições administrativas municipais – caso do trabalho sobre a Ilha da Graciosa.

1.4. Carreiras estatais e práticas letradas: a escrita histórica em capitanias e províncias do Brasil

Abordam-se, neste subcapítulo, obras históricas produzidas no Brasil, de 1816 a 1863, com o objetivo de atentar aos contatos sociais no curso de produção destes trabalhos, bem como às tomadas de posição destes autores em face da seletividade de fontes, elaboração de recortes cronológicos e argumentos políticos. Os autores aqui selecionados circularam por

⁷⁰ Para uma discussão sobre a oposição entre holismo e individualismo, a partir da qual se possibilita sustentar entendimento da vida comunitária enquanto holística, ou seja, marcada pela organicidade das solidariedades sociais e pela integração de individualidades – perspectiva a qual se adota, aqui, para a análise das percepções de Vieira dos Santos sobre as sociedades de Morretes e Paranaguá –, ver: DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

⁷¹ Cf. COSTA, Felix José da. *Angra do Heroismo*. Ilha Terceira (Açores). (Os seus títulos, edifícios, e estabelecimentos publicos). Angra do Heroismo: Typographia do Governo Civil, 1867, pp. i ss.

esferas administrativas do Império do Brasil, e, neste processo de circulação institucional, interagiram com funcionários estatais e segmentos de elites locais, os quais, na condição de letrados enraizados em áreas de capitanias e províncias do Brasil, lhes facultaram documentos e informações para a constituição de suas obras históricas.⁷²

Aprofunda-se, desta maneira, a verificação sobre as relações entre circulação institucional, condições sociais de interações literárias e implicações pragmáticas do texto histórico no âmbito das sociedades provinciais do Brasil. Esta delimitação permite encaminhar, pois, a discussão sobre o posicionamento da produção letrada de Vieira dos Santos enquanto inscrita em área provincial do Império brasileiro.

Acerca dos textos abaixo referidos, faz-se, inicialmente, o levantamento dos lugares e dos modos de sustentação social envolvidos em seus processos de elaboração. Por conseguinte, são analisados os argumentos metódicos e políticos que os seus autores neles afirmaram. Sob estes elementos, pretende-se, assim, mapear a extensão do desempenho, em capitanias e províncias brasileiras, de modalidades historiográficas, bem como se pretende discutir a natureza de interesses sociais inseridos nestas obras.

⁷² Propõe-se, aqui, a adoção da categoria de *letrados provinciais* como recurso para definir a especificidade da consistência do pertencimento social, em jurisdições municipais de capitanias e províncias brasileiras, da respeito dos interlocutores dos autores das obras históricas estudadas neste subcapítulo, assim como a respeito dos interlocutores de Vieira dos Santos. Consistência de pertencimento social referente, pois, à regularidade da participação em instituições políticas, em práticas econômicas e em circuitos sociais a partir dos quais se constituíam específicas dinâmicas culturais. Portanto, aqui, a categoria de *letrado provincial*, empregada para o recorte da primeira metade do século XIX, não remete à oposição entre províncias e capital – a cidade do Rio de Janeiro – no que concerne a antagonismos ideológicos e sociais, e, ainda, no que concerne a distinções simbólicas inerentes ao processo de migração da província para a capital, e, por conseguinte, às distinções hierárquicas internas a um grupo familiar em face da integração de seus membros neste processo de migração. Tais distinções entre familiares originários de espaços provinciais – distinções decorrentes, por exemplo, da obtenção de graus acadêmicos e da integração em esferas administrativas imperiais – podem ser mapeadas, para o caso das famílias do grupo de interlocutores de Vieira dos Santos, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse âmbito de diferenciação interna, Manoel Francisco Correia (1831-1905), filho de um colaborador da *Memória Histórica de Paranaguá* – o supracitado Manoel Francisco Correia Júnior – radicou-se, nos anos 1850, na cidade do Rio de Janeiro, e, partir dos anos 1870, distinguiu-se de seus familiares que permaneceram em Paranaguá, quer pelo seu posicionamento na hierarquia da administração imperial – foi, por exemplo, Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1871 a 1873 –, quer pela sua atuação em atividades culturais que reuniram personagens da elite política e econômica do Rio de Janeiro, atividades essas desempenhadas em espaços como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – do qual foi vice-presidente –, e como as *Conferências Populares da Glória*, as quais, ocorridas nos anos 1870, foram caracterizadas, sobretudo, pelas discussões sobre a organização educacional brasileira. Um espaço, pois, liderado por Manoel Francisco Correia, e provido com regras de recrutamento e participação. Participação e posição de liderança que diferenciaram, pois, as condições de exercício e interesses políticos na atuação literária deste indivíduo em relação às condições e interesses pelos quais o seu pai, na Paranaguá dos anos 1840 e 1850, atuou como um interlocutor de Vieira dos Santos acerca da feitura de obra histórica deste. Sobre a composição social, funcionamento e projetos que caracterizaram as *Conferências* – nas quais se cristalizam as distinções sociais pelas inter-relações de obtenção de graus acadêmicos e atuação em superiores esferas estatais do Império –, ver: CARULA, Karoline. *A tribuna da Ciência: as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

Não se negligencia, aqui, por certo, a problematização da participação de autores do escopo descrito abaixo em instituições de cultura. Busca-se, antes, verificar os modos pelos quais estes autores utilizaram estrategicamente as suas obras como condição para o acesso às instituições de cultura. Ainda, é analisada a concomitância de inserções destes autores em circuitos letrados entre a capital do Império e as províncias brasileiras. Do mesmo modo, confere-se atenção aos lugares sociais ocupados pelos autores quando da feitura destes trabalhos, de maneira a subsidiar a discussão acerca da posição hierárquica enquanto condicionante para a realização de trabalhos históricos e, mais especificamente, como condicionante para, nestes trabalhos, os autores apresentarem-se em concordância acerca de interesses de segmentos sociais e de esferas corporativas. Portanto, o reconhecimento de aproximações entre estes textos fomenta a análise de lógicas de produção historiográfica nas quais se observaram diferentes modos de envolvimento do autor em lutas políticas locais, e em face das quais se construíram diferentes percepções metódicas e direcionamentos políticos a respeito, notadamente, de memórias históricas

Os seguintes textos são estudados no presente subcapítulo: *Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catharina* (1816), de Paulo José Miguel de Brito; *Memoria Topographica e Historica sobre os Campos dos Goitacazes* (1819), de José Carneiro da Silva; *Memorias Historicas do Rio de Janeiro* (1820), de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo; *Annaes da Provincia de São Pedro* (1820), de José Feliciano Fernandes Pinheiro; *Memorias Historicas, Politicas e Filosoficas da Revolução do Porto* (1830), de Joaquim José da Silva Maia; *Corografia Paraense ou descrição fisica, historica e política da Provincia do Gram-Pará* (1833) e o primeiro volume das *Memorias Historicas e Politicas Provincia da Bahia* (1835), do supracitado Ignacio Accioli; *Memoria Chronologica, Historica e Corographica da Provincia do Piauhy* (1855) e os *Annaes da Provincia de Goyaz* (1863), de José Martins Pereira de Alencastre; *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina* (1856), de Manoel Joaquim de Almeida Coelho; *Memorias Historicas e Documentadas da Provincia do Espirito Santo* (1861), de Braz da Costa Rubim; *Apontamentos Historicos da Cidade de Paranaguá* (1863), de Demétrio Acácio Fernandes da Cruz.

Este escopo de memórias históricas caracteriza-se por apresentar narrativas de inícios da organização política e institucional das províncias e municípios. Interessou, pois, aos autores destes livros, perfazerem a história da organização administrativa, econômica e política dos citados espaços. Ainda, a descrição do espaço natural e das configurações econômicas, assim como o levantamento de informações sobre as rotinas corporativas – sobretudo de esferas administrativas municipais, provinciais e imperiais –, tornaram-se temas

contemplados nestes trabalhos. Estas informações corporativas referiram-se, também, aos lugares de integração institucional dos autores destas obras. A memória histórica sobre a Revolução do Porto de 1828 – no decorrer da qual D. Miguel de Bragança e Bourbon tornou-se rei de Portugal – reconstituiu, por sua vez, episódios de um processo de transformações político-administrativas em Portugal.

Acerca da análise da *Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catharina*, cumpre, inicialmente, perfazer a justificativa da sua mobilização na presente dissertação. Assim, ao mesmo tempo em que este livro não foi intitulado pelo seu autor – Paulo Brito – enquanto *histórico*, há de se notar que, para a elaboração das ideias político-administrativas deste livro, Brito voltou-se à reconstituição da história catarinense. Nesse livro há, portanto, o entendimento do estudo histórico como estratégico, pois, à elaboração de planos políticos, estudo histórico realizado, quer pela mobilização de difusos recursos bibliográficos, quer pela iniciativa de compulsar, conforme abaixo demonstrado, documentos de arquivos locais

A partir da análise desta memória política verifica-se, pois, um caso de circulação de funcionário estatal pelos domínios ultramarinos portugueses. Nesse sentido, Brito afirmou que escreveu este texto no Rio de Janeiro no ano de 1816 e que fora Ajudante de Ordens na capitania catarinense. À época da publicação do livro, fora nomeado para os cargos de Capitão-General e Governador de Moçambique, no exercício dos quais faleceu, em 1832. Convém, pois, mencionar que o livro, publicado treze anos após sua conclusão – publicação essa realizada a expensas da Academia Real das Ciências de Lisboa – inscreve-se em um período ascendente na carreira estatal de Brito. Há, assim, acerca dos letrados aqui mencionados, de se atentar para os seus processos de mobilidade social enquanto determinantes para a viabilização institucional das obras que produziram.

Cabe, por conseguinte, atentar ao princípio da integração de Brito na sociedade catarinense. Assim, no final do século XVIII, ele principiou sua atuação, naquela capitania, como funcionário régio. Das rememorações deste percurso, ele destacou os lugares não institucionais pelos quais circulara, bem como fez apreciações a respeito da elite local. Ao se reconhecer os termos pelos quais o autor atentou a tal processo de integração social, subsidia-se a identificação de afinidades deste letrado para com a elite local. Nestas rememorações de sua circulação social, ele assinalou que:

Quando em Setembro de 1797 estive pela primeira vez na Ilha de Santa Catarina, assisti a huma função que fez o Governador que então era daquela Ilha, João Alberto de Miranda Ribeiro, em obsequi ao Vice-Almirante Antonio Januario do Valle [...]. Em uma baile que tambem deo o dito Governador pelo

mesmo motivo, vi huma brilhante companhia de senhoras e homens das famílias mais distintas do paiz [...]. Fiquei admirado de encontrar isso tudo em huma terra tão pequena do Brasil, e n'hum paiz cujo aspecto então me havia indicado somente a abundancia de estupidez, e a falta de civilização, tanto no physico quanto no moral.⁷³

Para além do reconhecimento dos hábitos distintivos dos membros superiormente posicionados na hierarquia social da Capitania de Santa Catarina, Brito entendeu as divisões sociais como marcadas pelo estatuto da cor. Assim, segundo o autor, os livres brancos seriam “[...] inclinados a todos os actos de nossa Religião, tanto publico quanto particulares, ás festividades ds Igreja, e ás procissões, e principalmente ás festas do Espirito Santo [...]. Igualmente se fazem alli com sumptuosidade mui superior á riqueza e á civilização dos baptizados, os cazamentos e sobre tudo os funeraes. A moral, que eu chamarei publica, he boa, e por isso os povos tomão grande affeição e respeito aos homens que se conduzem bem [...]: são pacíficos, obedientes ás Authoridades, laboriosos, industriosos e resolutos [...]”⁷⁴ A percepção da religião enquanto elemento que conferiria uma perspectiva orgânica às interações sociais e a verificação do equilíbrio de interesses entre autoridades régias e elites locais afiguram-se, do mesmo modo, no texto de Brito, enquanto formas de circunscrever as práticas sociais e interesses políticos dos livres brancos naquela sociedade.

Para se aprofundar, por sua vez, a análise das implicações políticas da integração de Brito na capitania catarinense, convém problematizar o percurso de elaboração desta sua memória política, assim como atentar às afinidades políticas que ele demonstrou, neste livro, para com frações da elite local.

Neste processo de integração na sociedade catarinense, Brito defrontou-se, pois, com uma produção letrada difusa, a qual ele alistou para a composição de sua obra histórica. Na passagem seguinte, constata-se o emprego de referência a uma memória histórica sobre Santa Catarina, a qual se tornou, segundo o autor, substancial para a constituição desta sua obra. Permite-se, dessa maneira, acentuar como Brito legitimou a inclusão de uma informação oral inserida em uma memória histórica, a qual, por seu turno, intentou informar sobre o processo de ocupação da Ilha de Santa Catarina:

Quanto deixo referido relativamente a Velho Monteiro, e ao que lhe aconteeo, acha-se escripto em huas Memorias antigas; manuscripto mui curioso que li na Ilha de Santa Catarina; e contém o que respeita á sua antiguidade. O sobredito Bicudo Cortez, e outros homens que forão para aquella Ilha depois do Velho Monteiro, forão indagando e escrevendo como poderão, aquelles e outros muitos

⁷³ BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências, 1829, p. 75.

⁷⁴ *Idem*, p. 74.

acontecimentos que ali tiveram lugar, e o que contém o Ms. concorda com a tradição vulgar no paiz e com a Historia.⁷⁵

Estas considerações de Brito reconhecem, portanto, a operacionalidade de memórias históricas institucionais produzidas na capitania catarinense aos objetivos de sua memória política. Por conseguinte, a relação entre os lugares difusos onde se encontravam tais fontes e os modos de legitimação da informação oral e de reconhecimento das distinções sociais dos interlocutores como fundamento da consolidação da prova histórica, aproxima este trabalho de Brito às referências dos autores discutidos neste subcapítulo sobre suas experiências de interações sociais no âmbito da feitura de memórias históricas.

Uma referência aos contatos sociais que se demandaram para a produção deste texto –, o qual se ocupa de aspectos administrativos, demográficos, econômicos e históricos da Capitania de Santa Catarina – identifica-se, pois, no auxílio que Brito obteve de um militar para a arregimentação de dados que sustentassem comparativos entre as populações de Santa Catarina e de Mato Grosso. A legitimidade para a obtenção de informações – segundo o autor, confidenciais –, a interlocução com funcionários estatais, assim como a colaboração intelectual sustentada por relação de confraternidade, são afirmadas no seguinte extrato:

Noticias confidenciaes de hum Official vindo de Mato-grosso Relativamente á população desta Capitania, que he sem duvida hua das mais importantes do Brasil, nada se tem publicado no supracitado jornal [*Patriota*, publicado no Rio de Janeiro], no qual tem apparecido excellentes escriptos sobre algumas das outras: o calculo da população acima mencionada, e outras noticias desta Capitania [de Mato Grosso], devo-as á amizade de hum benemerito Official, que por alguns annos serviu naquella Capitania, cuja importancia assaz se manifesta pela excellente descripção geographica della, feita pelo Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.⁷⁶

No que concerne ao pragmatismo político que caracterizou os argumentos desta memória política, Brito defendeu reparos nas estradas da capitania catarinense. No desenvolvimento deste tema, ele prosseguiu na identificação das práticas letradas desempenhadas na capitania, e, assim, perfez a identificação de interlocução, sob o interesse da repercussão de interesse político-administrativo, entre letrados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. Nesse âmbito, observou que, em 1810, letrados da capitania, os quais foram situados no texto como seus interlocutores na preparação desta memória histórica, envolveram-se nas discussões sobre propostas de reparos de estradas catarinenses – tema viário que é candente, para o caso da 5ª Comarca da Província de São Paulo, na memória

⁷⁵ *Idem*, p. 16.

⁷⁶ *Idem*, p. 54.

histórica de Vieira dos Santos sobre Morretes. Atente-se, pois, ao seguinte extrato do livro de Brito:

O Capitão de Milícias Silvestre Jose dos Passos foi o Author da sobredita Memoria, a qual inseriu no Jornal Patriota, nº 3, de 1813. Tambem há em Santa Catharina outros homens mui zelosos da prosperidade daquella Capitania, os quaes são Authores de excellentes escriptos tanto a respeito da sobredita estrada do Sertão, como de outros estabelecimentos uteis e necessários ao paiz: á sua amizade e aos seus conhecimentos sou devedor de muitas noticias, documentos, e illustrações, que me habilitarão a escrever esta Memoria.⁷⁷

Entre a imputação de funcionalidades políticas à narrativa e o discurso sobre os contatos sociais inerentes à produção do texto, tal obra reverberou os interesses políticos das elites locais. A reverberação destas demandas representou, assim, um caso da consistência da interação de um agente administrativo para com segmentos de elites locais as quais compunham um circuito de controle de documentos e memórias institucionais. Memórias cujos indivíduos que as controlavam eram, por sua vez, pertencentes a um circuito de viabilização da publicidade de textos, visto que, como acima referido, auferiam a publicação de suas reivindicações políticas, nos anos de 1810, por órgão da imprensa carioca.

Em 1819, na memória histórica sobre a vila fluminense de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, Carneiro da Silva (1788-1854) – futuro Visconde de Araruama e que, ao tempo da escrita deste livro, atuava naquela municipalidade como Tenente da Companhia de Milícias – principiou pelo endereçamento do trabalho ao rei D. João VI. Cabe, assim, observar que a fração de elite local à qual Carneiro da Silva pertencera desenvolvia, sobretudo, a produção de cana de açúcar. Verifica-se, pois, o caso de um fazendeiro que, no contexto da permanência do poder régio no Brasil, atentou às condições de apresentar ao monarca as demandas e as potencialidades econômicas do município de Campos.

Cumprido, ainda, situar este livro enquanto indício de um processo de envolvimento de Carneiro da Silva em práticas culturais, envolvimento a partir do qual ele auferiu ser incorporado ao quadro de sócios correspondentes do Instituto Histórico de Paris. A partir destas considerações preliminares, cabe entender este livro histórico de Carneiro da Silva, pois, como sustentado pela reverberação de argumentos de feição corporativa no âmbito de um treinamento inicial acerca de produções letradas, dentre as quais consta a elaboração, nos anos 1830, de memória em defesa da escravidão.⁷⁸

⁷⁷ BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catarina...* Op. cit., pp. 85-86.

⁷⁸ Carneiro da Silva, cuja família pertencia à elite açucareira do Norte fluminense, foi integrante do Partido Conservador e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Sobre a configuração econômica e política do Norte fluminense no século XIX, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A

Por conseguinte, assim como as memórias históricas comparadas no subcapítulo anterior, neste livro retoma-se a dimensão pragmática da narrativa histórica uma vez que o seu autor apresentou-a como contributo – e nota-se em tal ação de oferecimento da obra uma expectativa de estabelecimento de reciprocidade entre representante de segmento elite local e o poder régio – aos interesses políticos e econômicos do poder régio:

Senhor.

Hua das mais interessantes Provincias do Reino do Brazil felizmente confiado aos Paternaes disvelos e cuidados de Vossa Magestade, he sem duvida a dos Campos de Goitacazes: a exportação do assucar, sua numerosa população, e os caudalosos rios, que a retalhão, a tornão sobremaneira consideravel.

A sua descripção topographica, ainda que dilineada por huma mão desafeita a taes pinturas, he que eu tenho a honra de por aos pés de Vossa Magestade, pedindo humildemente a Queira acceitar, a dar-lhe assim o lustre, e merecimento que lhe nega a inhabilidade do author.

O Ceo guarde e prospere a Sagrada Pessoa de Vossa Magestade, como todos havemos mister

José Carneiro da Silva⁷⁹

A aproximação entre a funcionalidade e as dificuldades acerca da composição da narrativa histórica foi aprofundada por Carneiro da Silva no preâmbulo desta obra. Os fragmentos sobre procedimentos metódicos, autoimagens literárias – sobretudo a reificação da categorização de memórias históricas enquanto etapa inicial da escrita histórica –, assim como a sobreposição das operacionalidades políticas em relação às dificuldades do trabalho, assinalam, pois, o modo pelo qual o autor posicionou este seu livro enquanto uma história de jurisdição municipal:

Prologo

Se quando empreendi organizar a prezente Memoria, consultasse antes os meus conhecimentos, que a minha coragem, seguramente desistiria do meu intento. Com tudo, se persisto em querer dalla á Luz, he porque as Criticas, que della podem fazer, não embaraço o meu fim, que he publicar as memorias de um Paiz, que pela sua opulencia, e fertilidade merece ser mais conhecido, do que commumente he; e ao mesmo tempo fornecer materiaes a alguma sabia penna, que dignamente queira tomar sobre si este trabalho. Esta minha ingenua confissão servirá de Prologo, e previnirá aos meus Leitores a respeito dos motivos, pelos quaes publico estas Memorias.⁸⁰

formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 44. Ainda, tem-se atribuído a Carneiro da Silva a autoria da *Memória sobre o comércio de escravos, em que se Pretende mostrar que este Tráfico é, para eles, antes um Bem do que um Mal*, publicada anonimamente em 1838, e cuja autoria se convencionara atribuir ao bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho (1742-1821), que, assim como Carneiro da Silva, era natural de Campos dos Goytacazes. Sobre os critérios da proposta de atribuição a Carneiro da Silva deste libelo, o qual argumenta que a manutenção do tráfico de escravos propiciaria o desenvolvimento civilizatório dos africanos como decorrência da incorporação destes às sociedades politicamente controladas pelos europeus, bem como propiciaria o enriquecimento dos Estados, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar & PARRON, Tâmis Peixoto. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio de escravos* de 1838. In: *Revista de História da USP*, n. 152, 2005, pp. 99-126.

⁷⁹ SILVA, José Carneiro da. *Memoria Topographica e Historica sobre os Campos dos Goitacazes, com huma noticia breve de suas producções e commercio*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. p. 3.

⁸⁰ *Idem*, p. 5.

Em afastamento à dependência desta autoimagem da condição de letrado que elabora a imbricação entre a perspectiva de etapa atribuída à memória histórica e das possíveis inconsistências do trabalho, demanda-se problematizar a percepção do autor sobre as relações sociais – no que encaminha uma aproximação aos processos rituais descritos nas obras de Vieira dos Santos, aproximação essa que demonstra o interesse de ambos os autores a respeito percepção das regularidades na dinâmica social de municípios. No que concerne, pois, à atenção de Carneiro da Silva para com rituais católicos – e sua conformação hierárquica – executados naquela municipalidade, tem-se:

Em Julho do anno de mil oitocentos e doze, chegou aos Campos a Carta Pastoral do Bispo Diocesano [...] determinou [o bispo] a dia nove de Setembro para fazer a sua entrada na Villa de S. Salvador, a qual foi com toda magnificencia possível, ajuntando-se todas das Irmandades, a Camara e a todos, que nella havião servido com suas competentes Cápas, passando desde a Igreja de S. Francisco até á Matriz por entre állas de Soldados. Depois do *Te Deum*, e Sermão houverão descargas e tres dias de Luminarias.⁸¹

Acerca, por seu turno, das interações sociais desenvolvidas na execução desta memória histórica e da referência a interesses literários dispersos, Carneiro da Silva enumerou, para além da documentação de Câmara Municipal de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, as fontes não corporativas que utilizou, as quais se constituíam, notadamente, em documentação particular. Em tal enumeração, percebem-se, ainda, os contatos privativos enquanto basilares para a feitura desta obra:

As memorias que servem de base á presente historia forão extrahidas de algumas escrituras antigas, dos livros da Camara da Villa de S. Salvador, dos copiadorez dos Commandades do Districto e ainda alguns papeis particulares. Tambem advirto aos meus Leitores, que vi nos Campos vários manuscritos, que tratão de factos acontecidos no Paiz, dos quaes devem bem desconfiar, porque nelles há muitos erros de Chronologia, os factos estão viciados, e até pessoas, que nelles figurão, estão com os nomes trocados. Isto posso afirmar; porque examinei os Originaes, e fiquei convencido, do que acima me refiro.⁸²

Através do recurso do primado da observação em tal memória histórica – em face do qual o autor construiu uma cartografia de Campos, de maneira a descrever, por exemplo, aspectos dos lugares das atividades agrícolas e comerciais – Carneiro da Silva reconheceu a existência, ainda que restrita, de um circuito cultural neste município – por ele categorizado, sob uma perspectiva comunitária, enquanto *país*. Circuito cultural imerso, pois, segundo o juízo recriminatório do autor, em uma comunidade que não cultivaria a ambição econômica:

⁸¹ *Idem*, p. 44. Grifo no original.

⁸² *Idem*, p. 27.

Os Naturaes dos Campos são hospitaleiros, e Sociaveis, e amão com extremo a sua Patria. Nelles reina o espirito da bazofia, ou gloria. São inclinados a Festas, no que consomem grande parte de suas rendas. São gastadores, e pouco ha naturaes do Paiz, que ajuntem riquezas, pela pouca economia, que tem; ao mesmo tempo, que os Europeos logo enriquecessem: são poucos os que se inclinão ás Sciencias e por isso he pequeno o numero daquelles, que as cultivão.⁸³

Concernente às formas de como Carneiro da Silva defrontou-se com procedimentos metódicos para situar este seu livro em consonância com demandas administrativas, cumpre de observar que ele propôs um cálculo da população local em face das lacunas de registros demográficos, e, para tanto, mobilizou um recurso bibliográfico. Ao passo que descreveu a organização urbana, as atividades administrativas ali desenvolvidas, assim como as práticas devocionais e comerciais, o autor reconheceu a dificuldade de contabilizar a distribuição populacional daquele município:

Das Instituições Políticas do Barão de Bielfeld he que eu tiro este modo de calcular de seis a oito habitantes por cada caza, o qual tambem diz, que he um impossivel, contarem-se os homens com exactidão. Isto he o que geralmente se observa neste Paiz; de sorte que estando-se sempre a tirar alistamentos de População, já mais se tira hum, que seja exacto por mais diligencias, que os Encarregados dessas ordens facão; porque além dos inconvenientes, que lhe são próprios, os habitantes diminuem um terço ou metade das listas que se exigem delles: os Pais de familia occultam os filhos, aggregados, e escravos, que podem; e assim estes e outros obstaculos sempre terão huma barreira para o verdadeiro conhecimento da População.⁸⁴

A referência ao cálculo populacional proposto pelo Barão de Bielefeld – prussiano atuante como diplomata na primeira metade do século XVIII – na obra *Instituições Políticas* apresenta-se, também, na *Memória Histórica de Paranaguá*, de Vieira dos Santos. Tem-se, assim, um caso do uso de materiais literários no interior da aplicação de uma racionalidade político-administrativa à modalidade textual da memória histórica por membro da elite agrária do Norte fluminense. Desse modo, assim como a produção de considerações em defesa da manutenção da escravidão, o emprego, por Carneiro da Silva, de técnicas de produção de texto histórico esteve situado, pois, enquanto forma de justificação – sob uma perspectiva corporativa – de interesses de segmentos de elites locais e, mais especificamente, enquanto tentativa de estreitamento de relação de frações de elites locais para com o poder régio.⁸⁵

Para análise das *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*, do supracitado monsenhor Pizarro, delimita-se a investigação ao preâmbulo do texto. A reconstituição dos contatos sociais e a identificação de difusos – e mutáveis – objetivos institucionais de escrita histórica

⁸³ *Idem*, p. 53.

⁸⁴ *Idem*, pp. 17-18.

⁸⁵ Para uma análise sobre as relações entre segmentos de elites coloniais para com o poder central e, ainda, acerca das condições e interesses administrativos que envolviam a concessão, àquelas elites, de mercês régias, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

são, pois, os temas aqui abordados acerca da narrativa histórica deste clérigo. Em aproximação aos perfis sociais dos autores estudados neste capítulo, permite-se analisar a trajetória deste indivíduo no âmbito de uma carreira estatal em decorrência de sua atuação como Procurador-Geral da Mesa de Consciência e Ordens, no Rio de Janeiro, de 1808 a 1828, quando a Mesa foi extinta.⁸⁶

A execução desta obra histórica realizou-se de 1782 a 1820, tendo Pizarro auferido documentos de arquivos administrativos, cartoriais e eclesiásticos de capitanias do período colonial brasileiro. Em Pizarro, o escopo do interesse pela escrita histórica circunscreveu-se, inicialmente, a uma abordagem sobre o Bispado do Rio de Janeiro. Foi-lhe, assim, operacional a consulta a trabalhos corporativos setecentistas, quais sejam, as memórias eclesiásticas dos cônegos Henrique Moreira de Carvalho e José Joaquim Pinheiro, bem como se utilizou de memórias sobre as igrejas e varas eclesiásticas acerca daquele bispado elaboradas pelo cônego José de Souza Marmelo – trabalhos esses que se constituem, pois, em casos da rotinização da escrita histórica por clérigos. Ainda acerca da elaboração de memórias corporativas, Pizarro mencionou uma iniciativa, não concluída, de execução de memória histórica sobre Sé do Rio de Janeiro, determinada pelo bispo Antonio da Guadalupe, em 1729. Porém, segundo Pizarro, a extensão do trabalho impossibilitou que fosse concluída no ano de 1732.

O monsenhor observou – enquanto aspecto que manifesta, ao mesmo tempo, a irregularidade do ritmo da produção histórica e os modos de atribuição de funções, no âmbito de um corpo de clérigos, com o fito de serem elaborados trabalhos de conteúdo histórico – que o cônego doutoral Henrique Moreira de Carvalho prosseguira na organização da documentação sobre o Bispado do Rio de Janeiro. O trajeto de Pizarro na consulta de tais documentos e na escrita de uma história corporativa permite, assim, situá-lo, respeitante ao

⁸⁶ Na reconstituição da trajetória de Pizarro, Francisco Galdames entendeu-o, no caso de sua atuação como Procurador-Geral da Mesa de Consciência e Ordens do Rio de Janeiro, na condição de funcionário estatal voltado para a defesa de valores de Antigo Regime, a exemplo da preservação da hierarquia e dos rituais sociais, os quais regravam as trocas sociais manifestadas nas concessões de mercês régias. Neste cargo, o monsenhor foi incumbido, por exemplo, de apresentar pareceres sobre jubilações e licenças de clérigos, assim como sobre o desempenho administrativo de irmandades, com as quais, conforme acentuado por Galdames, ele manteve relações conflituosas. Concernente à atuação de Pizarro como deputado geral, nos anos 1820, notou-se a defesa de interesses da Igreja Católica – a exemplo da legitimidade de o clero receber gratificações pecuniárias por seus serviços, e da oficialização de festas religiosas. Entre a afirmação, por Pizarro, de fidelidade aos monarcas D. João VI e D. Pedro I e da defesa de interesses corporativos clericais, Galdames observou que o monsenhor reconheceu-se, pois, em posições de impasses acerca dos modos de conciliação de interesses clericais e régios. Cf. GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a Cruz e a Coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. 92 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói, fls. 37 ss.

início da escrita de sua obra, em uma tradição de produção rotineira de textos históricos sobre esferas da administração clerical.⁸⁷

Em face da percepção das limitações de executar o trabalho histórico através, apenas, de arquivos eclesiásticos e de memórias históricas corporativas, Pizarro voltou-se à documentação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e da Provedoria Real. Por conseguinte, enquanto aspecto da extrapolação dos objetivos e do aprofundamento de circulação institucional para a feitura de sua prosa histórica, ele percorreu instituições políticas localizadas no recôncavo da Baía de Guanabara – as Câmaras Municipais das vilas de Nossa Senhora de Angra dos Reis da Ilha Grande, de Nossa Senhora dos Remédios de Parati, e de Santo Antônio de Sá –, assim como percorreu conventos e cartórios de varas eclesiásticas fluminenses.

Ao extrapolar, assim, a delimitação de sua obra ao espaço de uma corporação clerical sediada no Rio de Janeiro, o autor referiu-se às condições e embargos acerca do seu percurso de consulta a arquivos:

Em 1782 dei princípios aos meus trabalhos literários com o catálogo das dignidades, e mais cônegos da minha igreja catedral, desde a sua fundação, e exercício em 1686, que formei, e ficou transcrito no livro do Tombo da mesma Catedral: e concebendo firme afeto de tocar o fim proposto, tanto mais prosseguia na descoberta de notícias profícuas ao plano desenhado, quanto felizmente nos livros da Secretaria do Bispado, e dos Registros daquela Câmara (os quais me foram comunicados a muito favor, como se fosse a furto) achava socorros utilíssimos, que não se encontravam em qualquer outro lugar.⁸⁸

Desta maneira, ao passo que aprofundou o interesse temático, Pizarro obteve as condições de arrolar fontes sobre a Colônia de Sacramento, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Na reconstituição deste percurso, ele considerou, sobretudo, a existência de narrativas históricas sob guardas particulares em regiões do recôncavo fluminense, bem como mencionou a dispersão desses

⁸⁷ Sobre a atuação de clérigos como antiquários na Europa a partir século XVII – sob especial atenção aos documentos que a eles eram interessantes, às formas de autenticação desta documentação e ao prestígio social decorrente de tal modalidade de pesquisa histórica –, ver: GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papirus, 1998. Nesse âmbito, pode-se especificar que, referente à antiguidade do interesse do clero europeu para com a escrita histórica, a partir do século XVII membros de ordens religiosas, tais como os beneditinos da Congregação de Santo Mauro, na França, e os jesuítas bolandistas da Antuérpia, na região belga de Flandres, envolveram-se em projetos de consolidação de fundamentos metódicos da escrita histórica. Cf. KANTOR, Iris. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias baianas. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. *O Império por Escrito*. Formas da transmissão da cultura letrada no mundo Ibérico. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 297-310.

⁸⁸ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820, p. x.

materiais e a dificuldade de acionamento de contatos que lhe possibilitassem o acesso a arquivos.

Conforme o seguinte excerto, o autor demonstrou a sua dependência para com documentos encerrados em arquivos provinciais, ao mesmo tempo em que mencionou os trabalhos literários, notadamente elaborados com fitos administrativos, os quais lhes foram operacionais: “Seria mais profusa, e mais exacta esta Collecção, se chegassem as minhas diligencias [...] noticias particulares de cada uma província [...]. Entretanto que trabalhava para adquirir memorias à respeito do Bispado, algumas ocorreram tendentes aos Governadores da mesma Capitania do Rio de Janeiro [...].”⁸⁹

Enquanto recurso, por sua vez, para situar este seu livro no âmbito de um discurso político, Pizarro mencionou o seguinte excerto do pronunciamento do diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753) – natural da vila paulista de Santos – na Academia Real da História Portuguesa, discurso no qual se acentua o aspecto político da escrita histórica através da fundamentação do objetivo de arrolar exemplaridades históricas e, por consequência, inscrevê-las em um argumento em defesa da ordem estatal: “Para de todos os modos engrandecer a Nação Portuguesa, procurar ressuscitar tambem as Memorias da Patria, de escuridade, em que jazião atégora. He a lição da Historia um fecundo Seminario de Heroes.”⁹⁰

A ampliação da circulação institucional de Pizarro e, por conseguinte, a ampliação das implicações políticas desta memória histórica – a partir das quais se observa, ao mesmo tempo, o deslocamento desta obra da condição de história corporativa e o modo como o seu autor aproximou-a do poder régio – podem ser verificadas na expectativa de Pizarro em receber mercês do monarca, a saber, a viabilização econômica e a institucionalização da obra. Expectativa a qual denota, pois, um caso do exercício da escrita histórica no âmbito de uma lógica de reciprocidade de Antigo Regime: a concessão de dádiva ao monarca – a obra em afinidade política à administração régia – e a recepção de contradádiva régia – a viabilização da publicidade do trabalho literário:

⁸⁹ pp. ii-iii.

⁹⁰ *Idem*, página pré-textual. Este extrato de discurso de Gusmão remete, pois, ao projeto de escrita de uma História Ultramarina do Reino de Portugal, de cuja preparação ele foi incumbido pelo rei D. João V, em 1752, no momento em que atuava como secretário particular deste monarca e integrava o Conselho Ultramarino. Segundo Jaime Cortesão, ainda que integrado à Academia Real da História Portuguesa, Gusmão não executou o projeto de escrita da história dos domínios ultramarinos em virtude de sustentar concepção histórica divergente da concepção apregoada pelos demais membros desta agremiação. Para Cortesão – na exposição de informação pela qual se percebe um caso de indefinição, no âmbito de instituição de cultura, sobre a execução de trabalhos históricos então entendidos como histórias gerais – o conceito e a metodologia da composição histórica defendida por Gusmão – defesa essa que direcionava a escrita histórica a interesses funcionais, visto que caracterizados pela estrita vinculação ao Estado –, “[...] eram incompatíveis com o espírito estritamente erudito e nacionalista da Academia.” CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Parte I. Tomo I (1695-1735). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1950, p. 339.

Senhor,

O Despertar a emulação do Serviço Publico, apoiando os desvelos dos que cooperam para se conseguir tão util fim, he hum dos maiores bens, que podem fazer os Principes. O interesse d'instruir-me na Historia da minha Patria, para que não achava meio facil, suscitou o meu empenho no trabalhoso descobrimento e collecção de Memorias, por cujo socorro podesse conseguir noticias mais amplas da província do Rio de Janeiro. Entr' as que foram apparecendo felizmente s' envolveram outras das Capitancias subordinadas ao Vice-Reinado do Brasil: parecendo-me ter conseguido quanto de mais interessante se poderia patentear ao desejo sobr' o assumpto, á que me havia proposto, entrei no projeto de organizar os monumentos adquiridos, e já escaços antes que de todo se sepultassem pelo desleixamento sob denso pó, ou ficassem inuteis por se perderem. Persuadido porém, qu' este Opusculo não ocorrerá com acceitação no Publico, faltando-lhe o Auxilio Superior; para salva-lo de todo o perigo, procuro a Mui Alta Protecção de Vossa Magestade, que sabendo discretamente unir na Sua Alteza Real Pessoa todas outras Virtudes de Seus Augustos Ascendentes, não se negará à um acto da Sua natural Beneficencia, como Soberano, e singularmente como Governador, e Perpetuo Administrador da respeitavel Ordem de Christo, a quem as Igrejas d'America, e de todo Ultramar veneram, por lhe serem subordinadas. Sendo pois notoria a protecção de Vossa Magestade, liberalizando copiosas Graças com assás prodigalidade pelos que cultivam as Letras; devo confiar, que Dignando-se Vossa Magestade, d'acceitar Benigno a producção primeira de minhas applicações, s' excitam mais utilmente na Republica Litteraria os talentos dos meus Concidadaos em proveito publico.

Beija as reaes maoens de Vossa Magestade

O humilde Vassallo

José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo⁹¹

Enquanto caso, pois, da eficácia da inserção de interesses político-institucionais a esta sua memória histórica, Pizarro – que no decurso da produção da obra tornara-se funcionário estatal –, quando da conclusão de seu projeto letrado obteve um alvará régio, pelo qual auferiu o monopólio de ser o único autor a publicar, nas impressoras dos domínios portugueses pelo período de dezesseis anos, um livro de conteúdo histórico sobre o Rio de Janeiro. Dessa maneira, neste processo verificou-se – enquanto aspecto da plasticidade metódica da memória histórica e dos diferentes lugares institucionais nos quais se buscou subsídios à execução deste padrão historiográfico – a permanente incorporação de fontes e temas em face do estreitamento da relação do autor com o poder régio.⁹²

⁹¹ *Idem*, pp. iii-vi.

⁹² Acerca da produção de memórias históricas por clérigos, no Brasil e em Portugal de meados do século XVIII a meados do século XIX, identifica-se a renitência quer da busca de legitimação estatal da escrita histórica, quer da elaboração de narrativas que, para além dos objetivos de produção de uma história corporativa eclesiástica, voltaram-se à construção de histórias municipais, nas quais se encontra a faceta do envolvimento político, assim como difusos entendimentos sobre procedimentos metódicos. Faz-se, abaixo, a identificação de aspectos de uma proposta de escrita histórica acadêmica no interior da qual participaram clérigos e, por conseguinte, analisam-se aspectos de obras históricas de clérigos não integrados a tal lógica de produção de memórias históricas. Assim, nos Setecentos, a Academia Real da História Portuguesa elaborou, em 1721 – ano em que foi oficialmente instituída pelo rei D. João V – o projeto de escrita de uma História de Portugal – que compreenderia a história do Reino e das colônias na América e Ásia. Para a composição desta história geral previa-se, ainda, a escrita de uma história eclesiástica, que se comporia, por sua vez, pelas informações das memórias históricas clericais. Sobre este projeto literário, bem como referente ao *Estatuto* da Academia – a partir do qual se verificam os modos de regularização dos objetivos e das incumbências dos seus membros, aspectos, portanto, de uma hierarquização sustentada pela pretensão da consistência e regularidade do exercício da prática cultural –, ver: ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. Coleção dos documentos, estatutos, memórias e documentos da Academia Real da História Portuguesa [1721]. In: *História da Historiografia*, n. 3, setembro de 2009, pp. 216-235. Deve-se ressaltar que mesmo extinta, desde 1760, esta academia régia, prosseguiu-se, em Portugal, a elaboração de memórias históricas nas quais se notam o propósito de definir, a elas, um escopo de

Trata-se, por conseguinte, da inserção de José Feliciano Fernandes Pinheiro, na condição de funcionário do Império do Brasil, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, bem como se analisa a escrita, por ele, dos *Annaes da Provincia de São Pedro*. A partir desta delimitação, é conferida, aqui, ênfase à relação entre a consistência do enraizamento social do letrado e o emprego, no livro, de tomadas de posição acerca de configuração política regional. Para além da leitura destes *Annaes*, neste subcapítulo estudam-se, também, as suas *Memórias*, publicadas na *Revista do IHGB*, de 1874 a 1875.⁹³

temas e de modos de composição, objetivos para os quais se tornara operacional, por exemplo, a hierarquização de modalidades de padrões de escrita historiográfica. Nesse âmbito, verifica-se o caso de Thomaz Caetano de Bem – cronista da Casa de Bragança e que atuara, ainda, como prelado na Índia – autor de memória histórica, publicada em 1792, sobre a atuação de clérigos regulares em Portugal e nas suas colônias. Caetano expôs, neste texto, linhagens de categorias de trabalhos e métodos historiográficos – a linhagens que, segundo ele, remontariam à Antiguidade Greco-Romana –, bem como defendeu a posição do Estado português como protetor de literatos. Ver: BEM, Thomaz-Caetano de. *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e Suas Conquistas na India Oriental*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Typographica, Anno M. DCC. XCII. De outro modo, cabe assinalar, para o caso do Brasil e do Portugal dos Oitocentos, difusos projetos políticos, assim como difusas condições e modos de composição de memórias históricas por clérigos, difusão a qual envolveu o interesse literário de clérigos acerca de específicas rotinas corporativas e de jurisdições municipais. No Portugal de meados do século XIX, encontra-se, nesse âmbito, a *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelicao* (1867), do presbítero Domingos Joaquim Pereira. Nesta obra, a partir do emprego de interpretação providencialista de episódios históricos, ele se voltou à justificação de tal perceptiva a partir do reconhecimento de uma tradição de abordagem, referente a episódio daquela municipalidade, caracterizada por tal perspectiva. Ou seja, afigura-se, tal providencialismo, em indício de uma dinâmica local de produção historiográfica, na qual se nota a influência clerical na construção de interpretações sobre fatos históricos, bem como se nota a validação de informações orais como recurso à abordagem histórica. Atente-se, assim, ao excerto: “O milagre das cruzes, que teem apparecido no *Campo da Feira*, outr’ora chamado do *Salvador*, tem sido affirmado não só por testemunhas de vista, mas por muitos escriptores, que quizeram eternisar a memoria deste prodigio [...]”. PEREIRA, Domingos Joaquim. *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelicao*. Vianna: Tipographia de André J. Pereira e Filho, 1867, p. 85. Grifos no original. Portanto, tem-se, neste livro de Pereira, um caso do interesse pela justificação metódica no âmbito da produção de obra que não se inscreve, quer como uma demanda de instituição eclesiástica, quer como o desdobramento de uma discussão acadêmica. Para o caso brasileiro, cita-se, por conseguinte, a *Memoria Historica e Biographica do Clero Pernambucano* (1857), do padre Lino do Monte Carmello Luna. Este livro, dedicado ao Imperador D. Pedro II, foi produzido enquanto retribuição à nomeação que Luna obtivera, por este monarca, em 1855, para exercer o cargo de Pregador da Capela Imperial do Recife. Desse modo, tem-se a elaboração de obra histórica no âmbito da relação entre Estado e Igreja, relação essa institucionalizada, durante o período imperial brasileiro, através do regime do Padroado, em face do qual o Imperador possuía, por exemplo, a prerrogativa de interferir na nomeação para cargos clericais. Um caso do envolvimento do padrão textual da memória histórica em uma dinâmica de reciprocidades entre os clérigos brasileiros e o Governo Imperial, é, pois, explicitado nas seguintes considerações: “Senhor. Nomeado por Carta de 14 de Março de 1855, prégador honorário da Capella de Vossa Magestade, sem merecimento proprio, e só por um grandiloquo acto de sua inefavel Munificencia, não pude deixar de possuir-me de extraordinário jubilo, assim como jamais deixarei de consagrar o mais acrisolado reconhecimento á protectora mão, que prodigalizou-me tão subida honra. Boldo de intelligência e illustração, sem outros recursos pessoases, e ancioso alias de dar ao menos á Vossa Magestade Imperial, um ténue testemunho d’esta minha profunda gratidão, lembrei-me de comprehender algum trabalho útil para offerecer-lhe e consagrar-lhe, como uma breve noticia do clero pernambucano, á cuja classe e província tenho a honra de pertencer.” *Memoria Historica e Biographica do Clero Pernambucano*. Pernambuco: Typographia de Lemos e Silva, 1857, p. 3

⁹³ Quanto ao processo de publicação destas reminiscências de Fernandes Pinheiro – e no qual se permite identificar a influência, em área provincial, das relações familiares enquanto sustentação de circuitos de compartilhamento de documentos e, assim, enquanto subsídio para o desenvolvimento de exercícios letrados –, deve-se acentuar que fora possibilitada em decorrência de precedente de confraternidade entre os seus familiares para com Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (1837-1918) – Barão Homem de Mello –, em cuja trajetória reconhece-se um caso de eficácia da capitalização de sociabilidades letradas por natural de área provincial, visto que, nascido no município paulista de Pindamonhangaba, ele, em 1859, um ano após se graduar em Direito em São Paulo, auferiu ser admitido ao IHGB. Esta admissão não implicou, contudo, em um

Fernandes Pinheiro, nascido no município de Santos, na Capitania de São Paulo, em 1774, bacharelou-se em Leis e Cânones na Universidade de Coimbra em 1798, e em 1802 foi nomeado Juiz das Alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – ocasião em que transferiu residência para Porto Alegre –, tendo permanecido na magistratura durante o decênio de 1810.⁹⁴ Foi deputado às Cortes de Lisboa (1821-1822) pela Província de São Paulo, e presidente da Província do Rio Grande do Sul (1824-1826). Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1825, ocasião em que assumiu o cargo de administrador desta cidade. Exerceu, ainda, os cargos de ministro do Império (1825-1827) e da Justiça (1827). Neste decênio de 1820 foi nomeado para os cargos vitalícios de conselheiro de Estado e senador pela Província de São Paulo. Participou da fundação do IHGB e foi o primeiro presidente desta instituição, de 1838 a 1847, quando faleceu, em Porto Alegre.

O enraizamento de Fernandes Pinheiro na Província do Rio Grande do Sul consolidou-se, ao lado da atuação administrativa, em face do estabelecimento de relação familiar, visto que, em 1819, casou-se, em Porto Alegre, com Maria Elisa Júlia de Lima (1793-1877), natural daquela província. Após desempenhar atribuições administrativas no Rio de Janeiro, fixou-se

afastamento acerca de sua cidade de origem, uma vez que tornou a residir ali, onde se iniciou na carreira política como integrante do Partido Liberal, e exerceu a Presidência da Câmara Municipal, de 1860 a 1861. Cf. ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Contribuindo*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1921, pp. 27-34. A família Fernandes Pinheiro permitiu, pois, que aquele barão – o qual, a exemplo do Visconde de São Leopoldo, fora presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 1867 a 1868 – tivesse acesso aos manuscritos memorialísticos e disponibilizasse-os para publicação pela *Revista* do IHGB. A legitimidade desta interação com a família Fernandes Pinheiro possibilitou, pois, a Homem de Mello, o controle sobre a edição daqueles manuscritos memorialísticos: “Deixou o finado visconde de S. Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, e existente em poder de sua família, em Porto Alegre, um, todo de seu punho, em o qual escreveu a sua vida. [...] Este livro, com diversos escriptos do referido visconde de vários documentos guardados dentro do mesmo, me foi communicado em Porto Alegre, em 13 de Março de 1867, pelo filho do mesmo visconde, o Sr. bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, e esteve por alguns mezes em meu poder. Por autorização especial da família, estas *Memorias* apparecem á luz da publicidade, cabendo-me a honra de as offerecer á elevada consideração d’este Instituto. [...] Em raros lugares supprime alguns periodos sem significação historica, ou que careciam de valor para a individualidade política e litteraria do autor.” PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memorias do Visconde de S. Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro*. Compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXXVII, Parte Segunda, 1874, pp. 5-7.

⁹⁴ Nas reminiscências dos inícios de seu processo instrucional, Fernandes Pinheiro enfatizou, acerca das condições educacionais da sua capitania de origem, o modo como caixeiros a serviço de seu pai conferiram, a ele – Fernandes Pinheiro –, noções de primeiras letras: “Por falta de escholares, depois da expulsão dos jesuitas, achando-se abandonada á ignorancia as capitancias do Brasil, principalmente as mais remotas, foi minha educação bastante imperfeita. Meu pai, na falta absoluta de escholares conceituadas, preferiu fazer-nos ensinar as primeiras letras pelos seus caixeiros, debaixo de suas vistas immediatas; e o mesmo aconteceu com os meus dois irmãos Antonio Pedro e Joaquim Caetano. Póde-se bem presumir quantos erros e irregularidades deviam haver em tal ensino.” *Idem*, p. 11. Concernente, por sua vez, às reminiscências de sua condição de estudante em Portugal, pode-se reconhecer, quer a renitência do discurso da vivência dificultosa, quer o reconhecimento do papel basilar da aliança social com seu compatriota então residente naquele país como forma de obter a estabilização de sua condição econômica a partir da integração estatal. Fernandes Pinheiro afirmou, pois, que foi através de sua interação com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845), natural da vila paulista de Santos e irmão do citado José Bonifácio, que ele auferiu contatar-se com D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho (1755-1812) – Conde de Linhares –, o qual lhe indicou para desempenhar o cargo de Juiz das Alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Cf. *Idem*, pp. 14-16.

em Porto Alegre, em 1843. Cabe notar, enquanto aspecto da consistência da integração de Fernandes Pinheiro nesta área provincial, que, para tornar a residir na capital sul-rio-grandense, ele interrompeu sua atuação no Senado do Império – entretanto, tendo senatoria, naquela época, natureza vitalícia, ele permaneceu investido deste cargo –, e elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1845. Ainda, solicitou, em 1846, dispensa do cargo de presidente do IHGB, solicitação que lhe foi negada.⁹⁰

Do mesmo modo, ele observou que, na província sul-rio-grandense, mantinha um labor literário, e, no momento da escrita de suas *Memórias* – no ano de 1847 –, dedicava-se à preparação de uma *História da Província de São Paulo*, trabalho que iria fornecer, segundo afirmou, “copiosa collecção de memorias para servir a futuros historiadores.”⁹⁵ Nestas reminiscências, mencionou que, sob a anuência do então presidente da Província do Rio Grande do Sul – o baiano Manuel Antônio Galvão (1791-1850), presidente desta província de 1846 a 1848 –, realizava consultas a arquivos da administração provincial. Tais consultas eram orientadas, pois, pelo propósito de participar do programa de escrita de monografias instituída pelo Governo Imperial em 1842, monografias as quais foram avaliadas pelo IHGB, instituição a qual, em 1847, laureou autores destes trabalhos.⁹⁶

Do mesmo modo, Fernandes Pinheiro situou esta permissão oficial que lhe facultou a consulta a arquivos como derivada da antiguidade das relações de confraternidade que ele mantivera com o presidente da província: “tenho feito pesquisas na secretaria, aproveitando-me das disposições favoráveis do meu collega e velho amigo conselheiro Galvao, presidente da província.”⁹⁷ Tal permissão fora condicionada, também, por aspecto político, qual seja, o fim da Guerra dos Farrapos, deflagrada no Rio Grande do Sul e que se desenvolveu entre os

⁹⁵ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memorias... Loc. cit.*, Tomo XXXVIII, Parte Segunda, 1875, p. 38.

⁹⁶ Do seguinte modo Olegário Castro referiu-se ao Aviso do Ministério do Império pelo qual foi instituída, em 1842, a premiação a respeito da qual Fernandes Pinheiro se referira em suas *Memórias*: “No intuito de animar as pessoas que se dedicam aos importantes trabalhos de que se occupa o Instituto, diz o Av. do Ministerio do Imperio de 11 de Janeiro desse ano [de 1842], houve por bem Sua Magestade estabelecer o premio de uma medalha de ouro á pessoa que sobre o Brazil ou alguma de suas provincias apresentar melhores trabalhos estatisticos; a outra a quem melhores trabalhos historicos offerecer ao Instituto no corrente anno; e finalmente outra a quem apresentar a melhor grographia do Brazil.” CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro desde a sua fundação até hoje. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LX, Parte II, p. 181. Sobre os laureados, Olgário Castro afirmou: “[...] em 1847, em sessão solemne do Instituto, foram conferidos premios aos consocios: Dr. Carlos Fred. Von Martius – pelo seu trabalho sobre o plano de escrever a historia do Brazil. F. A. Varnhagen – sobre o ponto relativo a Diago Alvares e Paraguassú. Tenente-coronel J. J. Machado de Oliveira – pela noticia racionada sobre as aldeias dos Indios da provincia de S. Paulo. Dr. Domingos J. Gonçalves de Magalhães – pela Memoria historica e documentada da revolucao do Maranhao. – Coronel Conrado Niemeyer – pela Carta cartographica do Imperio do Brazil.” *Idem*, p. 182.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*.

anos 1835 a 1845. Desse modo, o período administrativo de Galvão, possibilitou a retomada, por Fernandes Pinheiro, de sua integração institucional naquela província.⁹⁸

Tais reminiscências conjugam-se, pois, enquanto um caso da concomitância de exercícios historiográficos possibilitados pela integração do autor em circuitos de compartilhamento de cópias de documentos institucionais e de manuscritos particulares. Integração essa facultada, pois, em virtude da eficácia da manutenção de relações pessoais para com agentes administrativos das províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul.⁹⁹

Em suas *Memórias*, ele situou a escrita dos *Annaes* sobre o Rio Grande do Sul como trabalho que legitimou o seu ingresso em uma instituição de cultura de Portugal: “Por este tempo [1822] tive a honra de ser eleito membro da academia real das sciencias de Lisboa, servindo de título de admissão a minha obra *Annaes da provincia de S. Pedro*, cujo segundo tomo publiquei n’essa capital.”¹⁰⁰

No tocante, por sua vez, à identificação da relação entre a consolidação da integração de Fernandes Pinheiro em esferas administrativas do Império do Brasil e as implicações de tal consolidação nas condições de desenvolvimento de seus exercícios literários, cabe atentar para a seguinte reminiscência de sua interação com indivíduo o qual, conforme se tornará a referenciar, aqui, no capítulo terceiro, participou junto a Fernandes Pinheiro de um circuito compartilhamento de manuscritos particulares na Província de São Paulo: “Extractei este feito de huma collecção de excellentes manuscriptos, que conserva, e me comunicou o conselheiro da Fazenda Diogo Toledo Lara Ordonhes [...]”¹⁰¹

A complexificação das sociabilidades de Fernandes Pinheiro no âmbito da feitura deste livro – e, da mesma forma, as diferenças acerca dos perfis de seus interlocutores no que

⁹⁸ Em 15 de junho de 1847, um mês antes de seu falecimento, Fernandes Pinheiro, então residente em Porto Alegre, enviou carta à administração do IHGB e cujo conteúdo demonstra como se manifestou sobre o fim da Guerra dos Farrapos, bem como demonstra como percebeu o início da gestão de Galvão naquela província enquanto aspectos fundamentais para que ele, em cumprimento ao mencionado aviso ministerial de 1842, pudesse compulsar documentos oficiais da província: “[...] lutei algum tempo com as dificuldades; cansaram-se montões de obstáculos, em um paiz que por dez annos tinha supportado os horrores da guerra civil [...] huma horda desmoralizada de selvagens voltaram o paiz de baixo para cima, instituições, systema de governo, em fim tudo desmoronou, correu sobre elle uma lava do Vesuvio: é agora que o presidente o Sr. Galvao principia a regenerar a provincia e aproveitando-me das disposições favoráveis de collega e amigo, e expondo-lhe o meu projecto e empreza, recebi toda as seguranças de coadjuvação e franqueza dos documentos da secretaria da presidencia [...]” INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo IX, 1847, p. 429. Ao mesmo tempo, portanto, em que a sua transferência para a cidade de Porto Alegre não representou, de todo, uma fragilização em relação aos interesses e discussões vigentes no IHGB, há de se destacar que as suas condições de exercício de práticas letradas estiveram imersas em oscilações políticas localistas e dependentes, ainda, dos níveis de suas condições de interação com administradores regionais.

⁹⁹ Cf. PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memorias... Loc. cit.*, Tomo XXXVIII, Parte Segunda, 1875, p. 38.

¹⁰⁰ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memorias... Loc. cit.*, Tomo XXXVII, Parte Segunda, 1874, p. 41.

¹⁰¹ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de S. Pedro* [1820]. Paris: Typographia de Casimir, 1839, p. 39.

toca, sobretudo, à inserção em esferas estatais e no ritmo de execução de práticas letradas –, pode ser observada no elogio que ele dirigiu ao prussiano Frederico Sellow (1789-1831). Botânico que circulou por capitanias e províncias brasileiras nas décadas de 1810 a 1830, Sellow foi reconhecido por Fernandes Pinheiro como um interlocutor que lhe facultou informações geográficas sobre o Brasil: “[...] eu devo em especial á sua generosidade os esclarecimentos geographicos, que acima expendi: não posso ainda recordar-se sem lagrimas da sua derradeira carta, em 10 de março de 1827, ao embrenhar-se pelo sertão da Lapa para S. Paulo [...]”.¹⁰²

Em apêndice a esta obra sobre o Rio Grande do Sul, Fernandes Pinheiro elaborou um *Resumo Histórico da Província de Santa Catarina*, no qual, enquanto indicativo da extensão dos circuitos de compartilhamento de fontes aos quais pertenceu, informou ter consultado uma memória histórica elaborada por antigo presidente desta província: “Colligi estas e outras particularidades, de huma Memoria elaborada pelo seu Primeiro Presidente o Conselheiro João Antonio Rodriguez de Carvalho, em o anno de 1825, cujo manuscrito offereceo seu A. ao Senado [...]”.¹⁰³ Através da mobilização deste material elaborado deste administrador provincial, Fernandes Pinheiro discorreu, pois, acerca de aspectos geográficos e da organização política catarinense.

Para sintetizar as reflexões de Fernandes Pinheiro sobre a produção destes *Annaes* enquanto derivadas da sua trajetória administrativa na província sul-rio-grandense, bem como derivada da consistência das relações sociais que, em tal trajetória, auferiu consolidar, atente-se ao excerto:

[...] empregado por mais de vinte annos em diversos ramos da administração d’esta provincia [do Rio Grande do Sul], só por participante, saltaria por achegas e materiaes importantes ao edificio, do qual me propôz ser o alvener? eu os traçarei em sombra, deixando matérias a cronistas vindouros. Quando me recordo do tempo, das penas, e das difficuldades, que me custarão para esmerilhar noticias, documentos authenticos, disseminados pelos diversos archivos, e até em differentes províncias, afigurou-se-me quanto não ganharia em publica confiança, se depositados, e ensaiados os quilates de veracidade [...].¹⁰⁴

Referente ao argumento político que ele mobilizou neste seu livro, confere-se, atenção, por conseguinte, ao prefácio à segunda edição, datada de 1839, e dedicada ao futuro Imperador D. Pedro II. Tal prefácio ilustra, pois, um caso de funcionário estatal que, na

¹⁰² *Idem*, pp. 31-32.

¹⁰³ *Idem*, p. 430.

¹⁰⁴ *Idem*, p. viii.

vigência da Guerra dos Farrapos, buscou enfatizar o apoio político que o Governo Imperial teria na Província do Rio Grande do Sul:

Senhor,

A descrição e a Historia de huma Provincia do Imperio, cuja importância tanto soube apreciar o Augusto Pai de Vossa Magestade Imperial, que foi reanima-la com sua presença em apurada crise de guerra, he oblação devida a Vossa Magestade Imperial. Elle teria realisado sem duvida os planos sublimes, que meditava em nosso beneficio, se destinado pela Providencia para abrilhantar os fastos de hum e outro hemispherio, não passasse de heroismo a heroismo, sempre Grande, sempre Admiravel, coberto das palmas do genio, e dos louros da Victoria.

Herdeiro de seus elevados pensamentos, assim como he de suas alegrias e virtudes, Vossa Magestade Imperial dará digna valia aos extremos de adhesão e lealdade com que essa Provincia, depois de resistir por longo tempo ao volcão democrático, que minava o Brasil, tocando-lhe afina-los no crisol de rude experiencia, abandonada por dous annos a si propria, e por esse inexplicavel desamparo animada a sedição, puros Brasileiros, por cumulo de sacrificios, ali provarão ao Imperio, e ao mundo inteiro, que seu amor ao throno constitucional he já um sentimento natural, assim como seu afferro ás liberaes instituições, protectoras de nossos direitos, se assemelha a huma crença religiosa; tanto mais inabalaveis, quanto se esteão nos interesses geraes, e achão suas forças nas sympathias nacionaes.

Com o mais profundo respeito sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial Humilde Súdito, Visconde de São Leopoldo¹⁰⁵

Na finalização do livro, acendra-se o argumento em defesa da conservação de valores morais e, ainda, da crítica à deflagração de processos revolucionários. Na sustentação de tais argumentos, tem-se, pois, o emprego de referência ao livro *Instruções de Phocio a Aristias sobre a relação da moral com a política* — traduzido para o português pelo padre Mateus José da Costa em 1791 –, livro cuja autoria é atribuída ao grego Phocio (402 a.C. – 318 a.C.):

¹⁰⁵ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes... Op. cit.*, pp. iv-v. A publicação, por editora parisiense, da segunda edição destes *Annaes*, constituiu-se em um caso da inserção de Fernandes Pinheiro em espaços letrados europeus, visto que, conforme arrolado em suas *Memórias*, entre os anos 1820 e 1840 ele foi admitido como sócio correspondente de sodalícios da Dinamarca – Sociedade Real dos Antiquários do Norte –; França – Sociedade Etnológica de Paris, Sociedade Filomática de Paris –; Itália – Academia Pontaniana de Nápoles, Real Academia das Ciências de Nápoles; Inglaterra – Sociedade Linneana de História Natural –; Portugal – Academia Real das Ciências de Lisboa, Associação Marítima e Colonial de Lisboa –; e da Prússia – Academia Real dos Amigos Curiosos da Natureza, Sociedade de Agricultura de Karlsruhe. Por ocasião da segunda edição dos *Annaes*, Fernandes Pinheiro, no que ilustra um perfil de seus interlocutores literários na Europa, manteve correspondência com o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), o qual, na ocasião, se incumbiu de divulgar o livro. Cf. PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXXVIII, Parte Segunda, 1875, pp. 46-49. Reconhecendo-se, pois, radicado em área provincial e integrado em redes letradas, mas também políticas – as quais lhe impeliram a sucessivos retornos ao Rio de Janeiro –, Fernandes Pinheiro afirmou: “Proseguindo sempre em minhas lucubrações litterarias, procuro ao menos indemnizar minhas faltas no senado e no Instituto, onde a velhice me impossibilita de comparecer.” *Idem*, p. 38. Ao mesmo tempo, portanto, em que pertencente a lógicas de recrutamento e de participação em instituições de cultura da capital do Brasil e de países da Europa, Fernandes Pinheiro consolidou, em espaço provincial sulino, quer as interações as quais lhe permitiram a execução, ali, de projetos letrados, quer o estabelecimento de alianças sociais que favoreceram aos seus descendentes a integração em esquemas matrimoniais entre elites locais, esquemas envolvidos, pois, nas estratégias de reprodução social desta família – caso da união de filha de Fernandes Pinheiro, Maria Rita, com um primo materno desta, José Antônio Corrêa da Câmara (1824-1893), segundo Visconde de Pelotas. Sobre a consistência da atuação política deste genro do Visconde de São Leopoldo, atente-se, pois, que ele exerceu cargos administrativos no período imperial – foi ministro da Guerra de 1880 a 1881 – e no período republicano – foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul, de 1889 a 1890, e em 1892. Cf. MOYA, Salvador de. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1944, p. 249.

Termino aqui; porque recentes odios, a sedição em campo, não he sação de coordenar memórias, que hei colligido. Deos, em suas mesericordias, nos conceda paz e ordem, e abençõe os esforços dos fieis legalistas, que á custa a proprias vidas, sustentão ainda, e representam aquella firmeza e lealdade, que atravessando illibada as diversas phases desde a nossa política emancipação, constituía o alvejado brazão d'esta provincia. Digne-se de adiantar o momento de sua regeneração sobre as bases solidas da religião e da moral, unicas capazes de sustentar o edificio social. Oxalá não seja perdida para estes povos, que se deixarão logo illudir e que inexpertos vîrão ao principio sem susto estender raízes a venenosa arvore da rebelião, essa bem cara lição, que apregôa o autor dos Entretenimentos de Phocion: *“Todas as revoluções são outras tantas vozes, pelas quaes a Providencia grita aos homens: Desconfiai de vossas paixões... hum tyrano domestico, ou estrangeiro vos punirá.* Concluido em Santos a 20 de Janeiro de 1838.”¹⁰⁶

O envolvimento do autor em luta política regional, a instrumentalização do texto para a reverberação de valores morais – e, nesse âmbito, católicos –, bem como os fragmentos de referências literárias como sustentação de uma postura contrária à legitimidade de processos revolucionários – bem como cética em relação ao êxito de tais processos –, afiguram-se, pois, em elementos recorrentes, consoante demonstrado nesta dissertação, em autores que, em áreas provinciais, desenvolveram exercícios historiográficos. Recorrências as quais demonstram, por sua vez, a difusão de interesses políticos e condições sociais, no ínterim de jurisdições provinciais, em favor das quais a aplicação do argumento da conservação das tradições em trabalhos históricos foi entendida como operacional.

Há de se destacar que Fernandes Pinheiro concluiu a segunda edição destes *Annaes* na vila de Santos, informação que denota a consistência de sua integração em diferentes sociedades e sob diferentes propósitos. Tais sociedades e propósitos podem, pois, ser esquematizados do seguinte modo: o seu lugar de origem – a Província de São Paulo –; o lugar no qual desenvolvera assídua atividade administrativa – a Província do Rio Grande do Sul –; e o lugar no qual atuara como representante da Província de São Paulo no Senado, bem como mantivera interlocuções literárias no âmbito do IHGB – a cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, ao se deslocar Fernandes Pinheiro do protagonismo que exerceu enquanto presidente do IHGB, e, em consequência, ao situá-lo em interações com funcionários estatais atuantes em províncias do Império do Brasil, permite-se reconhecer a ampla circulação institucional por ele desenvolvida no tocante à execução de seus interesses literários. Tal deslocamento possibilita reconhecer, assim, aspectos de seu treinamento e convivência intelectual difusas em esferas sociais. A feitura destes *Annaes* por Fernandes Pinheiro afigurou-se, desse modo, em caso da capitalização da consistência do enraizamento social em face de propósito de auferir as condições de, em um exercício literário, apor considerações políticas as quais perfazem a interlocução da defesa de interesses políticos

¹⁰⁶ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes...* Op. cit., pp. 306-307. Grifos no original.

regionais à defesa da ordem imperial. Em tal postura política, verifica-se, ao mesmo tempo, a afirmação da sua condição de funcionário imperial, bem como se nota a sua longínqua integração no Rio Grande do Sul como elemento determinante para a manifestação, por ele, de específicos interesses de frações sociais desta província.

O livro *Memorias Historicas, Políticas e Filosoficas da Revolução do Porto*, de Joaquim José da Silva Maia, apresenta-se enquanto caso de trabalho elaborado por indivíduo cujo perfil social aproxima-se ao perfil de Vieira dos Santos em face, sobretudo, de eles inscreverem-se na condição de imigrantes originários da cidade portuguesa do Porto, e que, uma vez radicados em municípios litorâneos do Brasil, atuaram como comerciantes, participaram de esferas administrativas, assim como realizaram exercícios literários.¹⁰⁷ Em favor de principiar a problematização, nesta dissertação, acerca da atenção de Vieira dos Santos para com o tema de movimentos políticos coevos a ele e então categorizados como *revoluções*, cumpre mencionar que ele possuía um exemplar desta memória histórica de Silva Maia.¹⁰⁸

Quando residente em Salvador, Silva Maia, concomitantemente à atuação administrativa e comercial, desenvolveu práticas letradas, tendo editado, em 1823, o periódico *Sentinela Bahiense*, bem como ainda neste ano escreveu a obra *Memórias Históricas e Filosóficas sobre o Brasil*, publicada em 1841. A escrita de sua memória histórica sobre a Revolução do Porto de 1828 esteve envolvida, assim, em um processo de treinamento acerca do majeno de técnicas historiográficas e jornalísticas, as quais, na obra deste autor, apresentam-se imbricadas em favor da fundamentação de argumentos políticos.

Assim, iniciada em 1829, durante a estada de Silva Maia em países da Europa, e concluída no Rio de Janeiro, em 1830, esta memória histórica sobre episódio político de Portugal foi publicada em 1841. Na apresentação do escopo da obra e das justificações para a feitura deste trabalho, cabe destacar os direcionamentos que este indivíduo, pois, conferiu a este seu livro:

Os acontecimentos extraordinarios, que nestes últimos annos tem occorrido em Portugal são de tal transcendencia, que a sua historia serviria de util lição moral para todos os Povos. Vê-se os simultaneos combates da liberdade contra o absolutismo, e do absolutismo contra a liberdade; e como, em fim, huma

¹⁰⁷ Nascido na cidade portuguesa do Porto, em 1776, Joaquim José da Silva Maia estabeleceu-se como negociante na cidade de Salvador, onde foi capitão miliciano e vereador. Permaneceu na Bahia até 1823, quando retornou a Portugal. A partir de 1828, em virtude de D. Miguel ter auferido a condição de Rei de Portugal, ele transferiu-se para a Inglaterra, França e, finalmente, para o Brasil, onde faleceu, em 1832. Cf. GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Emílio Joaquim da Silva Maia*. Um intelectual no Império do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). 2004. 137 fls. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, fls. 19 ss.

¹⁰⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Resumo das Memorias...* *Op. cit.*, fl. 256.

capillosa politica externa, apoiada pela hypocrisia religiosa interna, acaba de supplantar a fidelidade, a rasão e a justiça, reduzindo aquelle, outr'ora feliz e hoje desgraçado paiz, a hum theatro de horrores e miserias! Huma historia filosofica destes successos seria o melhor mestre, que instruiria, em particular os Portuguezes, para se dirigirem com acerto no presente, reflexionando com atenção sobre o pretérito!¹⁰⁹

Silva Maia assinalou que a composição deste texto poderia evitar a dispersão de informações, notadamente presentes em periódicos, sobre a Revolução de 1828. Ao observar que, à época deste acontecimento político, ele editava, na cidade portuguesa do Porto, o periódico *Imparcial*,¹¹⁰ acentuou que esta memória histórica consistiria, em suma, em compilação das informações publicadas em órgãos de imprensa e em emanação de argumentos políticos contrários ao intento de D. Miguel de Bragança e Bourbon de ascender à condição de Rei de Portugal.

Deve-se ressaltar, enquanto subsídio para reconhecer as condições pelas quais autores de memórias históricas atribuíam a si a condição de historiadores, que Silva Maia não entendeu como análogas as atividades jornalística e historiográfica. Ainda que munido do material que produzira quando redator do *Imparcial*, ele, através um entendimento sobre exigências da composição historiográfica, apresentou a seguinte distinção a respeito da natureza destas duas atividades: “No *Imparcial* n. 38 omitti de proposito todos estes pormenores da reacção do Porto, porque me pareceo prudente, naquela crize, para não excitar a rivalidade entre os corpos; mas o que então foi prudencia como gazeteiro, seria agora hum crime como historiador [...]”¹¹¹

No que se refere, por sua vez, às condições de legitimação, na construção desta obra, do primado da observação e da mobilização de informações orais, Silva Maia acentuou:

A maior parte dos successos que escrevo forão por mim presenciados; os outros os colhi de fontes imparciaes; e huns e outros os encarei em seu verdadeiro ponto de vista; livre de prevençoens, *fazendo-me estranho a tudo para melhor fallar de tudo*: a parte politica e filosofica dedusi dos proprios factos em harmonia com a doutrina e proceder daquelles que lhes davão impulso: e para esclarecimento juntei o extracto das fallas mais notaveis que se pronunciarão nas Camaras de Inglaterra e França, nas

¹⁰⁹ MAIA, Joaquim José da Silva. *Memorias Historicas, Politicas e Filosoficas da Revolução do Porto em maio de 1828 dos emigrados portuguezes pela Hespanha, França e Belgica*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1841, p. x.

¹¹⁰ Durante os anos em que foi editado – 1826 a 1828 –, este periódico era o único editado no Porto. Do seguinte modo – e no que se afigura em caso de manifestação e repercussão do engajamento político de letrado não radicado em Lisboa e não integrado aos quadros da administração estatal – Silva Maia reconheceu os problemas políticos nos quais se envolveu em face do seu exercício, naquele município, do jornalismo: “Naquella época so existia no periódico *Imparcial*, porque a Gazeta das Juntas apenas transcrevia os officios. [...] A Junta [Governativa de Portugal] queria que eu não escrevesse; temia-me; porque conhecião o meu caracter.” *Idem*, pp. 29-30.

¹¹¹ *Idem*, p. 23.

Sessoens do anno de 1829, acerca dos negocios politicos de Portugal, que servem ao mesmo tempo de commentario a toda obra.¹¹²

Esta obra foi, também, instrumento para que o autor fizesse-se ator histórico. Desse modo, convém acentuar como um antigo membro da elite local soteropolitana, ao se restabelecer em Portugal e, por conseguinte, ao participar de reivindicações políticas contrárias à administração régia, reconstituiu percepções institucionais acerca da atuação que ele – Silva Maia – empreendera enquanto jornalista:

Eu tambem conheci o conceito que merecia áquelles malvados, e a sorte que me esperava se lhes cahisse nas garras: o meu amigo José Antonio de Oliveira Barros morreo enforcado, por haver praticado comigo huma das obras de misericordia – por visitar amiudadamente, dizia a sentença, o famoso revolucionário J. J. S. Maia, quando estava preso e ahi com elle, de certo tramavão a revolução, como confissão as testemunhas. [...] Eis-aqui quem he aos olhos de D. Miguel e seus ministros hum famoso *revolucionario*! Oh! quanto me lisongea ver-me assim classificado por taes monstros, que he a melhor recomendação que posso ter para os homens honrados.¹¹³

Deve-se, pois, ressaltar que a sua atuação política em Portugal e, posteriormente, o modo como, na cidade do Rio de Janeiro, exerceu o jornalismo, demarcara a sua desvinculação à prática mercantil e ao pertencimento a esferas político-administrativas. Verifica-se, portanto, na trajetória de Silva Maia, o rearranjo dos seus lugares de inserção social enquanto determinantes para as suas mudanças de conduta política. Desse modo, uma vez estabelecido no Rio de Janeiro – e enquanto informação que permite aferir a natureza de polemismo no âmbito do exercício de suas práticas letradas e dos desdobramentos de tal exercício no que concerne à sua reputação na sociedade carioca – cabe citar que ele foi o editor do periódico *Brasileiro Imparcial* – que circulou no ano de 1830 –, cujas ideias ali defendidas, segundo Innocencio da Silva, “foram menos bem aceitas, e alcunhadas retrogradadas, provindo-lhe d’ahi alguns desgostos em vida, e até não sei que desconsiderações

¹¹² *Idem*, pp. xi-xii. Grifo no original. Na condição de fundamentação metódica da modalidade narrativa da memória histórica sob a afinidade com modelos de escrita histórica da Antiguidade, estas considerações de Silva Maia aproximam-se àquelas apresentadas pelo grego Tucídides (século IV a.C.), em sua *História da Guerra do Peloponeso*. A admoestação à aceitação da inserção no texto histórico de impressões orais das quais o historiador não pudesse aferir a exatidão, assim como a defesa da posição do autor enquanto espectador dos episódios como recurso para a conformação da narração precisa dos acontecimentos sustentaram o propósito daquele autor grego acerca de não compor a sua abordagem sobre a Guerra do Peloponeso enquanto uma fábula, a qual segundo afirmou, que satisfaria, apenas, a uma audiência contemporânea a si. Conforme acentuou Luiz Otávio Magalhães, esta pretensão de afastamento da obra histórica às fábulas não engendram, na prosa histórica de Tucídides, a dissociação entre história e epopeia, antes, a epopeia se afigurou, para este autor, como sustentação de abordagens sobre as ações de personagens envolvidos naquele conflito. Tais elementos da escrita tucidideana reverberam, por sua vez, no citado livro de Silva Maia no que se refere à valoração de episódios e condutas políticas. Cf. MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico. In: JOLY, Fabio Duarte (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 13-43.

¹¹³ MAIA, Joaquim José da Silva. *Memorias Historicas, Politicas.... Op. cit.*, pp. 219 e 221. Grifo no original.

executadas para com seu cadaver por homens inquietos e turbulentos, na ocasião em que era conduzido á sepultura.”¹¹⁴

Na confluência, portanto, de referência a procedimentos de construção e legitimação da narrativa histórica e da afirmação das implicações políticas da obra, pode-se reconhecer, neste trabalho, a inserção da memória histórica na elaboração de ideias de rearranjos acerca da configuração política portuguesa. Estas informações, pois, sobre o percurso de elaboração e o conteúdo deste livro acentuam, assim, a utilização da modalidade textual da memória histórica sob modos que se diferenciam dos autores estudados neste capítulo. Nesta obra não se afiguram como candentes, por exemplo, a defesa de argumentos corporativos referentes a interesses de frações sociais: “Desgraçadamente o espirito de corporação he em certos homens mais forte que o espirito de justiça, negam; negam ou escurecem as virtudes de um rival de outro corpo [...]”¹¹⁵

Em síntese, permite-se reconhecer a escrita desta memória histórica como envolvida nas implicações políticas inerentes aos rearranjos dos lugares e condições de participação social de Silva Maia.¹¹⁶ Mais especificamente, tem-se, a partir deste livro, um caso da

¹¹⁴ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Terceiro, MDCCCLIX, pp. 112-113.

¹¹⁵ MAIA, Joaquim José da Silva. *Memorias Historicas, Politicas.... Op. cit.*, p. 110.

¹¹⁶ Enquanto caso de negociante que se voltou a um exercício letrado ao tempo da permanência, em Salvador, de Silva Maia, cumpre citar Domingos José Antonio Rebello, o qual publicou, em 1829, a *Corographia ou historia geographica abreviada do Imperio do Brasil*. Quando da publicação deste seu livro – e enquanto informação que permite situá-lo como membro de superior estrato da gradação de negociantes baianos –, Rebello era diretor da Companhia de Seguros de Comércio Marítimo. Do mesmo modo, no processo de institucionalização deste livro é possível reconhecer, ao mesmo tempo, a participação de um membro de elite local no âmbito de uma instituição caritativa – qual seja, o Colégio de Órfãos de Salvador –, bem como um circuito local de produção e financiamento do trabalho literário. Assim, em 1828, Rebello enviou a carta à administração Mesa Pia e Colégio de Órfãos de Salvador enquanto forma de noticiar a conclusão do manual corográfico que preparara a este estabelecimento de ensino, e enquanto forma de solicitar à administração desta instituição os proventos econômicos para a publicação do texto: “Levado pelo impulso Patriotico, e dos mais decidido affecto por este Pio Estabelecimento da Orfandade outr’ora desamparada, e hoje protegida, mas sempre carecedora dos nossos cuidados, e interesses de tudo quanto possa ser conducente para a sua educação, e instrução, por isto voluntariamente tomei sobre mim a gostosa tarefa desta coordenação Corographica, que nesta ocasião apresento a VV. SS, dedicando-a aos mesmos Orphãos [...] offereço á este Pio Estabelecimento, e por consequencia debaixo da proteção de VV. SS; (sendo isto mais huma prova do meo Patriotismo, e affecto por esta Instituição, que muito me honra ter sido eu hum de seos colaboradores) para que sendo impressa, se a acharem digna, mais facilmente se possa ler [...]. Bahia S. C., 22 de Outubro de 1828.” REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia, ou abreviada historia geographica do Imperio do Brasil*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1829, pp. 253-254. A administração daquela instituição caritativa, por sua vez, aceitou tal demanda, e emitiu as seguintes percepções acerca da natureza do trabalho literário de Rebello: “A Meza da Caza Pia e Collegio de Orphãos, reconhecendo os philanthropicos sentimentos de Patriotismo, que ornão o character de V.S. me determina, que em nome della haja de agradecer a V.S. o presente da bem organizada historia Crographica, que V.S. possuído de sincero amor, que tem aos meninos Orphãos recolhidos na Caza Pia, houve de lhes offerecer; que pelo seo optimo estilo he capaz de subministrar os meios fáceis d’elles adquirirem conhecimentos da historia do Imperio do Brasil, e principalmente desta Provincia, com o que se hão de maravilhar de conhecer os ricos productos, que ha neste vasto e grande territorio. A Mesma Mesa tendo em consideração o proveito de instrução, que podem adquirir os meninos com esta obra, a mandou imprimir satisfazendo assim tambem os dezejões de V.S, e para que o Publico reconheça quando V.S. he interessado pela boa educação, prosperidade daquelle Pio Estabelecimento, cujos exemplares serão distribuidos por aquelles, que amão as Sciencias, e que darão

utilização do padrão textual da memória histórica como recurso, pelos autores, para a reconstituição dos seus envolvimento em conflitos políticos, bem como para a legitimação de argumentos programáticos. Utilização cuja implicação metódica recai, pois, na plástica confluência do emprego de documentação institucional, informações orais, rememorações, bem como do primado da observação.

Para se principiar, aqui, a análise de trabalhos históricos produzidos em províncias do Norte brasileiro – análise que se estende, neste capítulo, a uma memória histórica de José Alencastre –, é abordada, em sequência, a *Corografia Paraense ou descrição física, historica e política da Provincia do Gram-Pará* e as *Memorias Historicas e Politicas Provincia da Bahia*, de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Natural de Coimbra, ele fora cronista do Império do Brasil no tempo de D. Pedro II, em cujo serviço elaborou notas políticas e topográficas sobre as vilas em torno do Rio São Francisco.¹¹⁷

Foi, pois, Accioli, pertencente a uma família – os Cerqueira e Silva – cuja integração em segmentos de elites locais do Norte brasileiro data do século XVIII. Era Accioli neto do Tenente-Coronel Francisco de Cerqueira e Silva, senhor de engenho em Alagoas no início do século XIX. Convém, ainda, destacar que era sobrinho-neto do magistrado Ignacio Accioli de Vasconcellos, presidente da Província do Espírito Santo de 1824 a 1829. As posições sociais de parentes de Accioli a ele contemporâneos permitem, desse modo, identificar que este letrado, quando iniciou sua atuação administrativa, nos anos 1820, já pertencia à elite regional

merecimento aos trabalhos de V.S. Aproveita mais esta ocasião para reiterar os protestos de amizade, e consideração com que he de V.S. O Escrivão da Meza muito respeitador, e amigo. Joaquim Carneiro de Campos. Bahia 4 de Novembro de 1828.” *Idem*, pp. 254-255. Cumpre também mencionar que nesta obra de Rebello há reflexão sobre os modos de adequação de um trabalho histórico em relação ao seu perfil de leitores. Em tal reflexão verifica-se, pois, um caso de membro de elite local que, tendo como interlocutores os membros daquela instituição caritativa, demonstrou um manejo acerca da utilização de bibliografia historiográfica e, nesse âmbito, manifestou uma concepção a respeito de modos e interesses da produção histórica. Conforme o seguinte extrato tem-se, pois, uma racionalização, elaborada para além de instituições de cultura, a respeito de título integrante do estado da arte sobre a história brasileira: “He verdade que temos a historia escrita em 1815 por Mr. *Beauchamp*, o qual cita todos os escritores sobre o Brasil; mas he extensa, e admissível para quem dezeja saber as miúdas particularidades do seu descobrimento, e sucessos individuaes, o que não me propuz [...]”. *Idem*, p. 3. Grifo no original. Desta afirmação tem-se, pois, um caso de domínio historiográfico e de tentativa de crítica às condições de utilização de tal escopo de autores. Acerca, por sua vez, da incorporação e do financiamento institucional do livro de Rebello, cabe reconhecer – e eis uma aproximação aos casos da institucionalização, pelas Câmaras de Morretes e Paranaguá, das memórias históricas de Vieira dos Santos – que tal processo não foi exaurido de uma apreciação oficial – apreciação constituída, pois, tentativas de imputação de juízos a respeito de exercícios letrados – sobre as condições de financiamento do livro. Desta feita – como se analisará a partir do caso das apreciações dos vereadores de Morretes a respeito de memória histórica de Vieira dos Santos –, as instituições não culturais envolvidas no financiamento de obras históricas buscaram a definição de critérios e ritmos, respectivamente, para a aceitação e publicação de tais obras. Aspectos regimentais imbricados, ainda, à consistência das relações pessoais de Rebello e Vieira dos Santos para com os respectivos membros das instituições às quais direcionaram os seus trabalhos, bem como imbricados à natureza e à consistência da atuação pretérita deles em tais instituições.

¹¹⁷ Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Terceiro, MDCCCLIX, p. 201.

nortista, sendo, pois, integrante de rede familiar que compreendia de senhores de terras a magistrados.¹¹⁸

Accioli observou que o interesse e as condições para a escrita deste seu trabalho sobre a sociedade paraense adveio de sua vivência de treze anos nesta província, bem como, na condição de aspecto da precocidade da legitimação institucional de sua atuação literária, ele acentuou que, já em 1824, obteve autorização imperial para consultar documentos administrativos da Província do Pará. No que concerne, por sua vez, ao conhecimento e à guarda, por Accioli, de obras históricas produzidas naquela província, deve-se ressaltar que, em 1842, quando enviou cópia desta sua corografia ao IHGB – do qual era sócio e, nessa condição, remetia à agremiação cópias de documentos oficiais paraenses –, expediu, também, exemplar do *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará* (1839), do militar de origem portuguesa Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850).¹¹⁹ Fixado no Pará, Baena escreveu, ainda, o *Compêndio das Eras da Província do Pará (1615-1823)*, editado em 1838.¹²⁰

¹¹⁸ Ver: DORIA, Francisco Antonio. *Acciaiolis no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 2000.

¹¹⁹ Cf. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geografico Brasileiro*, Tomo Quarto, Segunda Edição, 1863, 104. De acordo com Renato Amado Peixoto, as corografias, no Brasil do século XIX, constituíram-se em instrumento para a legitimação dos interesses políticos do Estado Imperial. Na condição de um discurso produzido pelas elites sociais, as corografias, segundo Peixoto, comportavam o propósito de elaboração do reconhecimento geográfico e, por conseguinte, de elaboração do discurso de legitimação política no que concerne à afirmação da soberania do Estado Nacional. Cf. PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). 2005. 427 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, fl. 127. Concernente a um entendimento que percebe a escrita de corografias oitocentistas como controlada pelo objetivo de cumprir ditames administrativos do Governo Imperial, bem como percebe o conteúdo das corografias enquanto marcado pela finalidade de elaboração, ao poder central, de inventário – caracterizado por modelo enciclopédico, cujos resultados eram difundidos no sistema educacional – sobre o espaço natural e o meio social das províncias, de modo a conferir subsídios, àquele Governo, em favor de uma ação administrativa voltada ao processo de exploração econômica e à unificação política do território, ver: MACEDO, Adriana Mattos Klein. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2007. 127 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹²⁰ O *Ensaio corográfico* de Baena esteve imerso, no que se refere às suas condições de publicidade e aos lugares institucionais nos quais foi discutido, nos modos de relação de seu autor para com agentes da administração provincial. Este livro fora escrito entre 1832 e 1833, e foi publicado, a expensas da Província do Pará, no ano de 1839, à época em que esta província era presidida pelo paraense Bernardo de Souza Franco (1805-1875) – Visconde de Souza Franco e membro do Partido Liberal. A posição de Baena como um letrado atuante na administração paraense remete ao ano 1823, quando, integrante de um Conselho consultivo instituído pela Junta Governativa da Província, atentara à pertinência política a respeito da elaboração de trabalho estatístico sobre esta província. Dessa maneira, a escrita – e a subvenção pública – do *Ensaio Corográfico* configurou-se em aspecto da consistência da conjunção da legitimidade da atuação administrativa e literária de Baena no Pará. Ver: BARROS, Michelle Rose Menezes de. *“Germes de Grandeza”*: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma Província do Norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado em História). 2006. 125 fls. Universidade Federal do Pará, Belém. Na condição de sócio correspondente do IHGB, Baena enviou a esta agremiação o seu *Compêndio das Eras*. Na avaliação da Comissão de História do IHGB, este *Compêndio* manifestaria a dependência de seu autor para com documentos da administração provincial, dependência essa que teria exaurido da obra, por exemplo, a atenção aos levantes populares que, naquela província, voltaram-se à da emancipação política brasileira. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Tomo Segundo, 1840, pp. 242-258.

Respeitante, por seu turno, ao estado da arte sobre a história e a geografia paraense, Accioli estabeleceu em sua corografia uma apreciação a tal bibliografia. Entre a crítica ao trabalho histórico do padre jesuíta Manuel Rodriguez (1633-1701), intitulado *El Marañon*, y *Amazonas* (1684), e o elogio dos *Annaes Historicos do Maranhão* (1749), de Bernardo Pereira Berredo e Castro – português que fora Governador e Capitão-General do Estado Maranhão, de 1718 a 1722, e que, por sua vez, utilizara, em seus *Annaes*, o citado livro de Rodriguez¹²¹ – tem-se o posicionamento da corografia paraense em uma configuração de

¹²¹ Cf. BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão, em que se dá noticia de seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foi descoberto até o de 1718* [1749]. Maranhão: Typographia Maranhense, 1849, p. 5. No entendimento do maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) – entendimento no qual se permite reconhecer uma reprodução da matriz analítica sobre modalidades narrativas posicionadas, no século XIX, como crônicas históricas e como subsidiárias, ainda, a ditames administrativos – caberia situar a obra histórica de Berredo sob a dissociação entre *crônica* e *história geral*, bem como sob a dissociação entre estatuto inerente à natureza da atuação do historiador e o estatuto natureza inerente à atuação letrada do agente administrativo colonial: “Berredo não é um verdadeiro historiador, é um simples chronista; não explica expõe os factos, ennumera-os, classifica-os pelas datas e julga que nada mais lhe resta a fazer. [...] Berredo não é philosopho, – é um simples litterato Portuguez que escreveo não a Historia do Maranhão, mas uma pagina das conquistas de Portugal.” DIAS, Antônio Gonçalves. Introdução aos *Annaes Historicos do Maranhão*. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes... Op. cit.*, pp. v-vi. Há de se ressaltar que, a partir da trajetória de Gonçalves Dias, elaborou-se, em meados do século XX, apreciação acerca das restrições das formas de serem empreendidas manifestações letradas no Maranhão provincial. Trata-se, esta abordagem, da análise de Josué Montello (1917-2006) a respeito do retorno do supracitado Gonçalves Dias à Província do Maranhão após residir nas cidades de Coimbra e Rio de Janeiro. Ao passo que apresenta a tentativa de conferir excepcionalidade àquele poeta no âmbito, sobretudo, de valores sociais retrógrados da cidade de São Luís do Maranhão, a análise de Montello informa, contudo, que a reintegração deste personagem a esta cidade caracterizou-se pela sua inserção em um segmento da vida cultural da capital maranhense, a saber, a atividade de produção de panfletos políticos por uma geração de jovens literatos que se defrontavam contra a estrutura administrativa provincial. Cf. MONTELO, Josué. *Histórias da Vida Literária*. Rio de Janeiro: Nosso Livro, 1944, pp. 14-71. A inevitabilidade do reconhecimento da existência de redes e dinâmicas letradas provinciais, ainda que inferiormente enfatizadas em relação à defesa da perspectiva da autonomização e excepcionalidade das ações individuais, fragiliza, na análise de Montello, a perspectiva dualista que entende o espaço provincial como periferia – nas suas dimensões culturais, políticas e econômicas – em relação a espaços como a Corte Imperial brasileira. Para o reconhecimento, alternativamente a tal dualismo, de aspectos das condições de produção cultural no Maranhão do século XIX percebidos a partir da produção de uma obra histórica – e enquanto informação que subsidia a verificação sobre as condições de legitimação do trabalho historiográfico e das circulações institucionais do letrado originário de área provincial – pode-se acentuar o caso do médico César Augusto Marques, nascido no município maranhense de Caxias, em 1826, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, em 1900. Admitido como sócio correspondente do IHGB em 1865, tornou-se sócio honorário desta agremiação em 1888. Foi, pois, enquanto letrado socialmente distinguido pelo domínio de conhecimentos históricos sobre o Maranhão que ele publicou textos na *Revista* desta agremiação, bem como lhe foi encomendada, pelo Ministério da Agricultura, a elaboração de trabalho, concluído em 1876, intitulado *A Província do Maranhão: breve memória publicada por ordem Ministério da Agricultura, Commercio e Obras públicas*. Enquanto possibilidade de identificar um circuito de compartilhamento de informações e documentos históricos para o caso da vida literária maranhense dos Oitocentos – e, nesse âmbito, verificar os diferentes perfis sociais dos interlocutores deste circuito, assim como verificar aspectos da regularidade destas interações – cabe citar as referências de Marques à colaboração do bacharel Luís Antônio Vieira da Silva (1828-1889) – Visconde de Vieira da Silva –, o qual presidiu a Província do Maranhão em 1876, bem como às colaborações de um clérigo – não nominado por Marques –, do professor Jorge Maria de Lemos e Sá e do tipógrafo José Maria Corrêa Frias para a feitura da seguinte obra: *Apontamentos para o Diccionario Historico, Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão* (1864). Antes, cabe reconhecer que a escrita destes *Apontamentos* não se desenvolveu sob uma perspectiva de autonomia do autor em relação a interações com letrados radicados no Rio de Janeiro e em Portugal. Enquanto aspecto da inserção deste indivíduo em redes letradas as quais alcançavam espaços provinciais, cabe destacar que, à época da publicação daquele livro, Marques integrava, como sócio honorário, o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, e, como sócio correspondente, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Seu pertencimento, como sócio correspondente, à Academia Imperial de Ciências Médicas e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional afirmou-se, por sua vez, em aspecto de inserção em redes de letrados as quais alcançavam a capital do Império. Na condição de acirramento de suas relações corporativas enquanto médico deve-se, por sua vez, mencionar que ele fora sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e sócio honorário da Real

dificuldades em face de indefinições engendradas por controvérsias e lacunas de tradições de abordagens históricas, assim como das condições de obtenção de fontes.

Sobre as circulações sociais e dificuldades de obtenção de fontes, Accioli acentuou que, ainda que estivesse munido de Portaria provincial que lhe permitia o acesso a arquivos institucionais paraenses, o presidente da província, José de Araújo Roza (1793-1833), afirmou-lhe, no ano de 1825, que apenas os funcionários provinciais estavam autorizados a manejar as cópias de documentos institucionais. Sob este entrave, Accioli afirmou que um clérigo – o arcepreste João Baptista Gonçalves Campos – prestou-lhe auxílio na preparação do texto, tendo, pois, realizado investigações em arquivos paraenses em favor da consecução de tal corografia histórica. Em tais entraves, nota-se, pois, o envolvimento da produção cultural no âmbito de um conflito de autoridade – qual seja, a não validação, pelo presidente da província, de uma ordem expedida pelo Governo Imperial – e a articulação de contatos enquanto estratégia para a não paralisação do trabalho.

Enquanto síntese, pois, das condições das interações deste autor com letrados radicados no Pará, e dos modos como assinalou a existência de um circuito de manuscritos sobre a história daquela província, demanda-se conferir atenção ao seguinte excerto desta corografia: “Instados de verdadeiros amigos da prosperidade do Brasil, e esperançados por uma Portaria que havíamos obtido da Secretaria d’Estado dos Negocios do Imperio expedida ao Governo do Pará, inceptámos a organização em um corpo metódico de diferentes memorias, adquiridas em nossas digressões, e com o auxilio de alguns Escriptoires na parte em que a verdade serviu-lhes de guia, redigimos a presente obra.”¹²²

Sociedade Humanitária de Lisboa. Afirmou, pois, Marques sobre as especificidades das colaborações que lhes foram facultadas – na identificação das quais se permite aprofundar o reconhecimento de modos de atuação quer de letrados provinciais, quer de funcionários estatais em favor da consecução de um texto histórico –, bem como sobre as condições de viabilização econômica da obra: “[...] muitos cavalheiros distintos vieram em nosso auxílio e entre elles avulta certo o dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, illustrado e laborioso auctor da *Independencia do Maranhão*, que nos offereceo o seu copioso archivo de manuscriptos [...]. Ao vererando Prelado [...] com que poz á nossa disposição o archivo da camara ecclesiastica, e a promptidão com que sempre attendeo ás nossas requisições. [...] Ao distincto professor de geographia, o illm. snr. Jorge Maria de Lemos e Sá, agradecemos estas palavras cheias de animação, que nos dirigio, quando com a mente abatida e o braço cansado quase largamos e para sempre a penna da mão, e sobre tudo pelo trabalho, que teve, de verificar connosco as posições geographicas das diversas localidades. A justiça nos leva ainda a individualizar para agradecer os hábeis empregados da secretaria de governo, nos quais sempre encontramos bons serviços quando ahi fomos consultar o seu archivo, e o ensejo é próprio para igualmente nos dirigirmos ao snr. José Maria Corrêa de Frias, distincto typographo, mui amante de sua profissão e extrenuo propagador de nobres ideias, de que a imprensa é luz benefica, e não facho incendiario, pela parte activa que tomou na publicação d’esta obra, tornando-se editor, sem onus algum de nossa parte, porem arriscando-se a soffrer prejuizos tão inherentes á publicações desta ordem em nossa terra.” MARQUES, César Augusto. *Apontamentos para o Dictionario Historico, Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão*. Maranhão: José Maria Corrêa de Frias, Editor, 1864, pp. ix-x. Sobre a vida cultural maranhense nos Oitocentos – entendida a partir da natureza de produções letradas e das condições de circulação na capital do Império dos letrados dali originários –, ver: BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História). 2009. 334 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

¹²² *Idem*, p. 7. Enquanto resultado da elaboração de uma corografia histórica sobre o Brasil tem-se a *Corographia Historica do Imperio do Brasil* (1858), do citado Alexandre José de Mello Moraes – natural da Província de Alagoas –,

No tocante, por sua vez, ao percurso de preparação e aos objetivos de sua memória histórica sobre a Bahia,¹²³ Accioli assinalou, inicialmente, a antiguidade do interesse da

autor com o qual Accioli escrevera, em 1854, o *Ensaio corográfico do Império do Brasil*, aspecto, portanto, de um regime de colaboração intelectual entre indivíduos os quais, ao passo que inscritos em redes familiares do Norte brasileiro, integraram-se na capital do Império e, nesse âmbito, produziram textos históricos. Na *Corographia Historica do Imperio do Brasil*, de Mello Moraes, constata-se, por sua vez, um caso do papel dos contatos com elites administrativas enquanto subsídio, quer para a arregimentação de fontes, quer para a legitimação social e viabilização econômica deste. No preâmbulo do livro, Mello Moraes, ao se afirmar não integrado na política partidária e em uma lógica de obtenção de honrarias institucionais, reivindicou, por conseguinte, um estatuto de fidedignidade e imparcialidade ao seu texto: “Não pertenço a lado algum, no jogo das transacções, a que impropriamente entre nós, chamão política, e nem jamais tenho querido encargos, e nem solicitado títulos e condecorações, para desembaraçado, como simples cidadão, poder ajuizar dos homens, e apreciar os factos, e narrar os acontecimentos, sem considerações humanas; porque a historia da nação, deve ser a exposição fiel, e mais que muito escrupulosa dos acontecimentos passados, para instruir a posteridade, com o fim de lisongear os potestades da terra.” MORAES, Alexandre José de Mello. *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Politica do Imperio do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858, p. v. Ainda, este autor voltou-se ao elogio de um membro do Conselho de Estado, qual seja, o diplomata Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865). Através desta corografia histórica, permite-se, assim, reconhecer o processo estreitamento das interações – e da complexificação, daí decorrente, do pertencimento a esferas sociais e dos perfis de seus interlocutores – de letrado originário de área provincial com personagens da elite política e cultural do Império – visto que, quando da publicação desta corografia, ele residia a menos de uma década no Rio de Janeiro, tendo, anteriormente, atuado como jornalista e médico na Província da Bahia. Nesse processo de integração social, ele manteve interlocução com um ex-regente do Império, a saber, Pedro de Araújo Lima (1793-1870) – Marquês de Olinda –, visto que, quando da preparação do livro, Olinda era o responsável pelo Ministério dos Negócios do Império, órgão no qual o autor da corografia pôde acessar documentos. Na conjunção de referências de Mello Moraes a colaboradores seus que atuavam como agentes estatais e a colaboradores os quais tiveram preservados os seus anonimatos, nota-se o aspecto diverso dos lugares de sua circulação por espaços corporativos e não corporativos: “Para conseguirmos a aquisição de importantes documentos historicos [...] fomos com cuidado havel-os nas secretarias de Estado, nos archivos publicos e nos cartorios; fomos ás casas particulares, onde nos constava haverem papeis valiosos; tivemos á nossa disposição o archivo do *Instituto Historico Geographico Brasileiro*, que o illustrado cavalheiro Manuel de Araujo Porto Alegre, digno secretario daquelle patriotico estabelecimento litterario, generosamente nos franqueiou. O Archivo Publico, com alguns manuscriptos historicos, bem coordenados pelo zeloso chefe, nos forneceu o que tinha, e do qual extrahimos o que de melhor havia.” *Idem*, p. vii. Grifo no original. A relação, no âmbito do IHGB, entre Mello Moraes e o citado Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) – Barão de Santo Ângelo – representou, por seu turno, a convergência de trajetórias de dois letrados intelectualmente formados em áreas provinciais. Manuel de Porto Alegre, natural do município sul-rio-grandense de Rio Pardo, foi, nos anos 1820, um interlocutor, em sua província de origem, de Frederico Sellow, o qual, conforme citado neste capítulo, foi um interlocutor de Fernandes Pinheiro. As trajetórias de Manuel Porto-Alegre e de Fernandes Pinheiro convergiram, ainda, quando o primeiro, no oferecimento de uma homenagem ao Imperador D. Pedro I e a personagens da administração imperial – dentre os quais se encontrava Fernandes Pinheiro, então conselheiro de Estado – produziu um quadro – no qual foram retratados, para além do imperador, altos agentes administrativos – sobre a criação, por aquele monarca, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O êxito da capitalização de tal homenagem recaiu na incorporação de Manuel Porto-Alegre como retratista da Família Imperial e, no prosseguimento da consolidação de sua atuação estatal, ele se tornou diplomata. Cf. WOLF, Ferdinand. WOLF, Ferdinand. *Lé Brésil Littéraire. Histoire de La Littérature Brésilienne* suivi d’un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens. Berlin: A. Asher & Co, 1863, pp. 169 ss. Desse modo, para um afastamento à autoimagem autoral da imparcialidade como derivada da desvinculação da atuação rotineira em esferas estatais, nota-se, a partir do caso de Mello Moraes, a dependência de letrados para com a obtenção de capitais simbólicos que lhes facultassem a circulação em instituições administrativas imperiais, provinciais ou municipais, e, nesse âmbito, lhes facultassem o beneplácito dos chefes de tais instituições acerca da execução de seus projetos literários. Relações de dependência e deflagração de obtenção de capitais simbólicos enquadrados, por sua vez, em processos de absorção e mobilidade social, na capital imperial, de letrados originários de províncias, a exemplo dos casos de Mello Moraes e Manuel Porto-Alegre.

¹²³ Um caso das multifacetadas interações de Accioli para com letrados e dos modos de colaboração que ele, enquanto funcionário imperial atuante na Província da Bahia, ofereceu àqueles letrados, verificou-se por ocasião de uma comunicação estabelecida em 1852 entre ele e o diplomata Joaquim Caetano da Silva (1810-1873). A partir do seu interesse de localizar o crânio do padre jesuíta Antonio Vieira (1608-1697), Joaquim Caetano solicitou a colaboração de Accioli, o qual, investido pelo seu interlocutor da condição de autoridade acerca dos assuntos históricos daquela província, dissuadiu Joaquim Caetano do intento: “Mas fui dolorosamente enganado pelo nosso benemerito consocio o Sr. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, o qual me assegurou que, feitas todas as pesquisas necessárias, se convêça de que não existe na Bahia resto algum de Vieira.” *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Tomo XV, 1852, p. 580. Pode-se também aferir a participação de Accioli em circuitos de compartilhamento e

administração portuguesa em consolidar a regularidade da produção de trabalhos de conteúdo histórico. Tem-se, nesta obra, a crítica de um percurso de dificuldades e descumprimentos de ordens régias para a execução de trabalhos de conteúdo histórico sobre o Brasil. Contudo, tais menções a deficiências na execução daquele projeto não eximiram este autor de atentar às condições de êxito na elaboração da obra em decorrência da consistência das suas circulações institucionais:

Daqui vem a necessidade de recorrer, para obter noticias da pátria, aos escriptores estrangeiros, alguns dos quaes, guiados por informações inexactas, claudicão muitas vezes, abstracção feita por Southey, ou daquelles que, tendo percorrido parte do nosso continente, enriquecerão o importante ramo da historia natural. São com tudo dignas de louvor as obras nacionaes, publicadas no presente seculo e especialmente a Corografia Brazilica, as Memorias Historicas, por Monsenhor Pizarro; obra esta que faz honra ao Brazil; o Patriota, interessante periodico mensal, publicado na capital do Imperio, pelo brigadeiro Manoel Ferreira de Araújo, e o primeiro que despertou o genio da litteratura no Brazil, depois que para elle se transferio a sede da monarchia, o qual, pelas importantes noticias que encerra, é muitas vezes citado pelo gravo escriptor Southey; o Diccionario Topographico do Brazil, pelo senador Jose Saturnino da Costa Pereira; os Annaes do Rio de Janeiro, pelo doutor Baltazar da Silva Lisboa; e a Historia dos principaes sucessos do Brazil, pelo visconde de Cayrú, a qual até hoje não progrediu do 4º volume, sem fallar das antigas, cuja raridade ora torna mais apreciaveis, sem embargo de que o seo estilo e idéas não estejam muito em conformidade com as do tempo. Opposto eu á indolencia, e havendo adquirido sufficiente instrucção nesta provincia, já pelo exame e leitura de importantes documentos, existentes em diferentes archivios da capital, que do melhor grado me forão franqueados, já por minhas investigações pessoas pelo interior, achei que algum serviço faria ao publico [...]. Frustarão-se todavia os meos esforços, para que a parte estatistica civil e politica nada deixasse a desejar; mas ninguém ignora quantos entraves se offerecem para conseguir os elementos indispensaveis a taes composições, ainda mesmo nos paizes, que apresentam para isso preparadas as bases, bastando, para se ajuizar do nosso estado em tal caso, o dizer-se que é agora, que se forceja pela confecção do mapa da população desta provincia, e que o do antigo recenseamento, nem se encontra nas repartições publicas, nem em poder de pessoas particulares.¹²⁴

produção letrada na Bahia em face de colaboração que ele prestou à reedição do livro poético *Caramuru* (1781), de autoria do frei José de Santa Rita Durão (1724-1784). Atente-se, assim, ao modo como o organizador anônimo da reedição deste livro discorreu sobre a colaboração de Accioli para tal reedição: “Ainda que o Snr. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva nos quizesse dar a conhecer, da maneira mais satisfactoria, a descripção desta Provincia, nas suas *Memorias Historicas e Politicas*, obra essta que por ora chega ao terceiro volume, constando que progredirá até o 10º, todavia a bellesa do prezente Poema Epico, e sua raridade, devída á falta de reimpressões deste a primeira edição, nos impelle agora a darmol-a ao Publico illustrado, que preza o mérito de uma tal obra. Despertou-me esta tentativa o mesmo Sr. Accioli, e a elle somos devedor da prestação do exemplar que ora reimprimimos, único que podemos obter dentre os particulares, conquanto exista outro na Bibliotheca publica, que para igual fim tambem não duvidou prestal-o o digno Bibliotecario actual, o Sr. Joaquim Rodrigues Villas Boas.” ANÔNIMO. Advertencia. In: DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru. Poema Epico do descobrimento da Bahia*. Bahia: Typographia de Serva e Comp., 1837, p. iii.

¹²⁴ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias Historicas e Politicas Provincia da Bahia*. Tomo Primeiro. Bahia: Typographia do Correio Mercantil, 1835, pp. v-vii. As admoestações de Accioli ao supracitado Visconde de Cairu decorreram de este não ter concluído a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, cuja elaboração iniciou em 1825. A escrita deste trabalho – que o seu autor situou na condição de história geral do Brasil independente – partira de demanda do Imperador D. Pedro I, e assinala, dessa forma, a consolidação do pertencimento – e da reputação enquanto letrado – de Cairu em esferas estatais no Rio de Janeiro, nas quais se integrara na década de 1800. Em 1818, ele publicou a *Memória sobre os benefícios políticos do governo de el-rey nosso senhor D. João VI*, na qual atentou às implicações políticas e econômicas do estabelecimento da Família Real portuguesa no Brasil, a exemplo da abertura dos portos. Sobre a atuação de Cairu em esferas estatais do final do período colonial ao início do período imperial – a exemplo de sua atuação como funcionário da Mesa de Consciência e Ordens, representante, esta, da defesa de valores hierárquicos, conforme acima ressaltado, de Antigo Regime –, ver: KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. Itinerários de um Luso-Brasileiro. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. PUC-MG/Alameda, 2009.

Ao lado do reconhecimento da relação entre a renitência do interesse estatal para a execução de obras históricas e as dificuldades de executá-las, Accioli prosseguiu nas justificações acerca da escrita desta memória histórica, de maneira a justificar a atenção à política provincial enquanto tema do livro. A perspectiva do pragmatismo político neste autor foi, assim, acentuada pela maneira pela qual ele justifica a inserção, neste livro, de conflitos políticos. Ao passo que elogiou a *História da Grã-Bretanha* (1754-1762), de David Hume (1711-1776), como modelo de narrativa imparcial, reconheceu que a operacionalidade de sua memória histórica – na qual se defende a estabilidade política sob o ordenamento monárquico – recaía em não se eximir de reconstituir e posicionar-se sobre os conflitos políticos da Bahia. Desse modo, as tomadas de posição de Accioli desenvolveram-se em face de seu posicionamento a segmentos de elites nortistas, mas também em face de seu posicionamento como historiador contratado pelo Estado Imperial.¹²⁵

¹²⁵ Cf. *Idem*, p. vii. No que se afigura em forma de capitalização econômica do letramento, bem como se afigura em demonstração da estabilidade da posição de Accioli enquanto historiador contratado pelo Governo Imperial, cabe observar que ele, em 1860, no percurso da escrita de sua *História do Império do Brasil*, enviou requerimento à Câmara dos Deputados para que lhe fosse elevado o seu pagamento por tal atividade: “Pretensão do Coronel I. A. de C. e Silva. A Comissão de pensões e ordenados, tendo o lido o requerimento em que o Coronel Ignacio de Accioli de Cerqueira e Silva pede que se aumente de 100\$ [mil réis] mensaes para 400\$ [mil réis] a gratificação que percebe pelo trabalho de escrever a historia contemporanea do Imperio, de que se acha encarregado; não podendo enunciar juizo algum em vista da informação minimamente laconica do governo, é de parecer que seja este ouvido sobre os seguintes pontos: 1º, desde quanto está o supplicante encarregado de escrever a historia contemporanea do Imperio, 2º, se tem mostrado zelo no desempenho daquele dever, preparando trabalhos que possam aproveitar a historia do paiz; 3º, se é de justiça que se conceda augmento pedido ou algum aumento; 4º, se fez contrato com o supplicante; 5º, que finalmente se houve autotisação do corpo legislativo para este trabalho. Paço da camara dos deputados, 2 de Junho de 1860. – *Silvino Cavalcanti de Albuquerque – Antonio José Machado*.” PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 2 de Junho de 1860, Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1860, p. 80. Grifo no original. Estas considerações dos deputados gerais Cavalcanti de Albuquerque e Antonio Machado indicam, pois, um caso de interesse e regulação a respeito da feitura de obra histórica por instituição política – a exemplo das condições de chancela e financiamento, pelas Câmaras Municipais de Morretes e Paranaguá em relação às memórias históricas de Vieira dos Santos. Estas considerações subsidiam, dessa maneira, ampliar o reconhecimento da natureza das instituições no âmbito das quais houve a viabilização econômica de obras históricas. De outra maneira, a discussão sobre as demandas da família de Ignacio Accioli à Câmara dos Deputados fundamenta, ao mesmo tempo, a atenção à eficácia – ainda que póstuma – da capitalização econômica do letramento deste indivíduo e a verificação da oscilação – em perspectiva decadente – da sua condição social ao tempo em que faleceu. Leia-se, pois, o texto de uma demanda que a viúva de Accioli realizou, àquela esfera legislativa, um ano após a morte de seu cônjuge: “Pretensão de D. L. J. Accioli. A comissão de marinha e guerra, á qual foi presente o requerimento documentado de D. Leopoldina Joaquina de Accioli, pedindo a esta augusta camara o meio soldo correspondente á patente de seu fallecido marido, o tenete-coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, não póde, com pezar emittir, favoravel parecer, porque o marido da supplicante não era official do exercito, não recebia soldo, e consequentemente não lhe assiste o direito para o favor de solicita. Entretanto reconhecendo os serviços relevantes prestados á nação pelo tenente-coronel honorário Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, quer nas letras, quer nas armas, a comissão entende o requerimento de que se trata deve ser enviado ao governo para convenientemente resolver a respeito, tendo em attenção o estado de penuria e miseria que se achão reduzidas a viuva e a filha unica de menor idade de um tão distincto servidor do Estado. Paço da camara dos deputados, 4 de Maio de 1866.” – *João de Souza Mello e Alvim – De Lamare*.” PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 4 de Maio de 1866. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 11. Grifos no original.

Na experiência de Accioli acerca da escrita de obras sobre sociedades provinciais conjugou-se, pois, a precocidade de sua integração em esferas estatais e o aspecto da longa vivência nas sociedades as quais estudou. A consistência desta circulação em espaços provinciais remete, do mesmo modo, ao aspecto longínquo da atuação de seus familiares em esferas administrativas do Norte brasileiro. Permite-se, assim, sintetizar a experiência literária de Accioli em face da relação entre o pertencimento a frações da elite social do Norte brasileiro, o estreitamento de relações com autoridades administrativas provinciais e imperiais e a capitalização econômica – por ele e por seus familiares – de seus saberes letrados.

Analisa-se, por conseguinte, a *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina*, do Major do Exército Manoel Joaquim de Almeida Coelho (1792-1871) – natural do município catarinense de Desterro, onde faleceu. Para além da atuação militar, foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.¹²⁶ Desse modo, problematizar a produção deste livro como provida de indícios da integração de autor provincial em circuito de compartilhamento de produções letradas. Pode-se, desse modo, situar Manoel Coelho enquanto caso de letrado que auferiu capitalizar as suas relações desenvolvidas, sobretudo, em espaços corporativos, enquanto estratégia para a feitura de obra histórica. Respeitante, pois, à integração deste militar em um circuito de compartilhamento de trabalhos de conteúdo histórico, atente-se às seguintes considerações:

Advertencia

A presente Memoria, é extrahida de quanto escreverão da Provincia de Santa Catharina os Snrs. Visconde de S. Leopoldo no seu Resumo Historico, do Padre Ayres do Casal na sua Corografia Brazilica, Monsenhor Pizarro nas suas Memorias do Rio de Janeiro, Solano Constancio na sua Historia do Brasil, Milliet no seu Diccionario Geografico, Belegarde no seu Resumo Historico, Abreu e Lima no seu compendio, VanLede na sua Memoria Historica, Descriptiva e Estatistica, e outros A. A; bem como o Senhor Silverio Candido de Faria no seu escrito, mas não acabado, Opusculo (M.s), duas Memorias, uma anônima, outra inedita, do Snr. José Joaquim Machado d'Oliveira, e de vários documentos ineditos, e de quantos pudemos colher nos Archivos antigos das Camaras Municipis das Cidades do Desterro, Laguna e S. Francisco, e da Villa de Lages. Confrontando tantos Escritores, Archivos e Documentos, e extrahindo o que nos pareceo mais exacto e verídico, nada mais fizemos que copiar o que outros escreverão, aproveitando alguns artigos do Snr. Silverio Candido de Faria sem discrepancia de uma só virgula. Consistio pois o nosso trabalho em reunir membros dispersos, e d'elles compor um corpo (imperfeito na verdade; porque só esquadrinhando os Archivos antigos das Provincias de S.

¹²⁶ Anteriormente à publicação deste livro – e na condição de dado que acentua um processo de treinamento acerca da produção de memória histórica – Coelho escrevera uma *Memória Histórica do Extinto Regimento de Infantaria de linha da Província de Santa Catarina* (1853). No tocante à extensão, por seu turno, da circulação de sua obra memorialística sobre Santa Catarina e ao perfil de seus interlocutores nesta província, cumpre assinalar que, em 1857, o capitão Francisco Carlos da Luz e o então presidente daquela província, João José Coutinho (1809-1870), enviaram um IHGB um exemplar da obra. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XX, Primeiro Semestre, 1857, p. 48.

Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, se poderá combinar e julgar com exactidão de algumas datas e noticias, necessarias a corroborar, ou destruir opiniões de tantos Escretores).¹²⁷

A complexidade das relações sociais e dos argumentos políticos que marcam esta obra é, ainda, percebida quando da exposição, pelo autor, dos interlocutores que a ela facultaram materiais literários, bem como na defesa dos procedimentos metódicos em confrontação com trabalhos coevos, e, ainda, na elaboração de tomadas de posição sobre a vida política provincial. Do mesmo modo, tal menção aos seus colaboradores constituiu-se em recurso para a legitimação da natureza diversa das fontes que arrolou para a composição desta obra: “Segundo um Discurso escripto no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1799 pelo Governador Manoel Soares Coimbra, que nos confiou o nosso amigo o Sr. Major João Lopes Falcão, e uma Memoria que também temos presente [...]”.¹²⁸

Ainda nesse âmbito do reconhecimento da extensão dos contatos deste autor na elaboração desta sua obra, ele mencionou que obteve do militar e político paulista José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867) – de cujo trabalho historiográfico sobre a Província de São Paulo esta dissertação, em seu capítulo terceiro, confere atenção – informação descritiva, de autoria de Antonio José da Costa, sobre a Estrada de ligação entre as vilas de Lages e São José.¹²⁹ A colaboração de Machado de Oliveira a Coelho procedeu-se, pois, sob o pertencimento de ambos a uma corporação – o Exército. Do mesmo modo, trata-se, tal colaboração, de um caso da renitência da interação de Machado de Oliveira com frações da sociedade de Santa Catarina, visto que, em 1837, ele exercera o cargo de Presidente desta província.

Na condição de reciprocidade a tal colaboração, Coelho inseriu Oliveira enquanto personagem da narrativa, de maneira a valorar positivamente a atuação administrativa, naquela província, deste militar: “No ano de 1837, governando esta Provincia o Tenente Coronel Joaquim José Machado de Oliveira, nos veio a semente de chá, d’Amoreira, e do insecto de seda. Estes artigos, cuja cultura foi animada por este patriotico governo, que deu insinuações e regras para prosperar, e animar o lavrador [...]”.¹³⁰

Das interações que estabeleceu, pois, em Santa Catarina, Coelho acentuou sob qual condição obteve obra histórica produzida por estrangeiro que circulara naquela província: “Tendo nós adoptado e seguido a descripção e exame que nos offerece na sua Memoria

¹²⁷ COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina*. Santa Catharina: Typographia. Desterrense de J. J. Lopes, 1856, pp. i-ii.

¹²⁸ *Idem*, p. 183.

¹²⁹ Cf. *Idem*, p. 194.

¹³⁰ *Idem*, p. 57.

Historica e Statistica da Provincia o Sr. Van Lede, somos agora mimoseados, pelo Sr. José Joaquim Lopes, digno Redactor e proprietário da Typographia do Conservador com o n.º 320 deste Jornal [...].”¹³¹ Trata-se, tal referência, de trabalho do engenheiro belga Charles Maximiliano Luiz Van Lede (1801-1875), que participou, nos anos 1840, de experiência de colonização europeia na província catarinense. Deste excerto, pode-se, também, destacar a relação de Coelho com membro do Partido Conservador catarinense, visto que era Lopes, então, o editor de órgão de imprensa ligado àquele partido.

No que se constitui, ainda, em subsídio para a verificação do acionamento de contatos os quais atuaram na obtenção de subsídios à memória histórica de Coelho, bem como para a verificação da inclusão de informações orais nesta sua obra e do perfil social e ideológico de um seu interlocutor, convém destacar: “Depois de assim termos referido o que sabemos por tradição nos veio as mãos por diligências de um nosso amigo, o Sr. Leonardo Jorge de Campos, na Cidade de Santos, uns esclarecimentos verídicos [...].”¹³² Era, pois, Leonardo Campos tabelião em Desterro e integrante do Partido Conservador.¹³³

Para o caso da afirmação de fundamentos metódicos por Coelho – e enquanto forma de reconhecer a composição de memórias históricas enquanto espaço para sensíveis controvérsias metódicas concernentes à fidedignidade de informações – destaca-se a seguinte afirmação: “Nós tributamos todo o respeito ao erudito Visconde [de São Leopoldo] e aos A. A. do Quadro Estatístico de que se trata, mas sobre as divisas do interior, e mesmo pelo marítimo da provincia, somos obrigados a não sujeitar-lhes fielmente nossa opinião [...].”¹³⁴

No que concerne, por sua vez, a uma tomada de posição política neste texto, Coelho apresentou o elogio do equilíbrio social através de apreciação negativa em face da mencionada Guerra dos Farrapos. Em relação à participação da vila catarinense de Lages na reação ao grupo farroupilha – e em convergência ao entendimento, aqui estudado no terceiro capítulo, de Vieira dos Santos sobre os desdobramentos deste conflito – Coelho observou: “Defrontada e livre então a Villa e seu Districto das dissensões e desordens da Revolução do Sul, e que tantas mortes e estragos causara, acha-se presentemente no gozo de uma perfeita tranquilidade, prosperando e saboreando vantagens reaes.”¹³⁵

Aspecto da orientação política desta obra histórica de Coelho recai, ainda, na sua apreciação positiva acerca de um personagem da elite catarinense, qual seja, Francisco de

¹³¹ *Idem*, p. 45.

¹³² *Idem*, p. 103.

¹³³ Cf. CABRAL, Oswaldo R [et al.]. *A História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Volume 3. Ed. UFSC, 2004, p. 1048.

¹³⁴ COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Memoria Historica... Op. cit.*, p. 2

¹³⁵ *Idem*, p. 181.

Oliveira Camacho. No que reside, do mesmo modo, em uma aproximação às considerações de Vieira dos Santos para com membros de elites locais, tem-se, em Coelho, a atenção à natureza da conduta de política Camacho:

O Tenente Coronel Francisco d'Oliveira Camacho, natural da Cidade de São Francisco, lavrador e proprietário, como Deputado à Assembléa Legislativa da Provincia, sempre zeloso e interessado no bem público de seu paiz, obteve uma Resolução datada de 23 de Abril de 1839 permittindo aos devotos do mesmo Hospicio, e a instituição da Ordem Terceira de São Francisco, com obrigação de annexar-lhes um hospital [...]. O prestimoso cidadão, parece ter-se achado só, ou encontrado obstáculos insuperáveis para levar a effeito a execução da Resolução.¹³⁶

Há, pois, em tal apreciação, a valoração positiva acerca da intermediação política em favor da regularidade do funcionamento de instituições caritativas. Tal valoração inscreve, pois, Camacho, enquanto engajado na consolidação de práticas comunitárias naquela província, jurisdição que, por sua vez é, por Coelho, categorizada enquanto *país*. Conjuga-se, pois, neste exercício historiográfico de Coelho, a atenção a respeito de práticas corporativas, assim como a respeito da verificação das contribuições conferidas por membros das elites locais a tais práticas. Nesse âmbito, a obra apresenta uma percepção comunitária da atuação de frações de elites – percepção para a qual o uso da categoria de *país* fez-se operacional.

Na trajetória intelectual de Coelho tem-se, por fim, o desenvolvimento de prosa histórica por indivíduo o qual, na vivência rotineira em sua província de origem, demandou capitalizar interações, quer com letrados caracterizados pela atuação política de orientação conservadora, quer com funcionários estatais circulantes na província ou atuantes em esferas corporativas às quais ele pertencera.

A abordagem aqui elaborada acerca da produção historiográfica de José Martins Pereira de Alencastre (1831-1871) é sustentada pela análise da relação entre a mobilidade ascendente em esferas administrativas e a incorporação de uma conduta de atuação institucional em face da qual ele condicionou os seus interesses de produção historiográfica, assim como embasou os seus argumentos políticos.

Natural de Rio Fundo, então freguesia do município baiano de Santo Amaro, Alencastre educou-se em sua província de origem e não obteve instrução acadêmica. Transferiu-se para a Província do Piauí, onde ocupou, de 1851 a 1857, respectivamente, os cargos de Promotor Público interino no município de Oeiras e de Procurador Fiscal da Tesouraria Geral da província. Foi, ainda, professor público de língua portuguesa na capital

¹³⁶ *Idem*, p. 163.

piauiense. No Rio de Janeiro, desempenhou, nos anos 1850, a função de secretário da Intendência da Marinha. Exerceu o cargo de secretário de Governo das províncias do Piauí, no início dos anos 1850, do Paraná (1857-1859) e do Rio Grande do Sul (1859-1861), província na qual pertenceu a uma instituição de cultura, a saber, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Paulo (IHGPSP), o qual existiu entre os anos de 1860 e 1863. No que se afigura em manifestação do acirramento das relações, no âmbito de interesses culturais, entre elites provinciais e um agente estatal, cabe destacar que ele integrou a primeira Mesa Diretora do IHGPSP, na qualidade de vice-presidente. Presidiu as províncias de Goiás (1861-1862) e Alagoas (1866-1867).

No final dos anos 1860, radicou-se no Rio de Janeiro – onde faleceu – e atuou como funcionário do Ministério dos Negócios do Império.¹³⁷ Um modo, pois, da participação de Alencastre, no seu percurso de circulação por esferas administrativas provinciais, em atividades culturais – e, nesse âmbito, em modos de engajamento em reivindicações comunitárias –, observou-se quando, em 1859, na condição de secretário do Governo do

¹³⁷ Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), ao traçar o perfil biográfico de Alencastre – seu confrade no IHGB –, situou-o em uma tradição de instrução autodidata, tradição essa relacionada, para além de aspectos da fragilidade do sistema de ensino provincial do Império, a carências econômicas. Atentar, pois, aos termos da abordagem de Macedo – marcada pela perspectiva individualista do elogio à ação – permite reconhecer, assim, em Alencastre, um caso de letrado e funcionário provincial que auferiu uma mobilidade hierárquica ascendente no interior de um processo irregular de letramento e sob a mobilização de estratégias para se consolidar como funcionário imperial: “Talentoso e applicado, mas falto de meios suspendeu ainda muito jovem o curso regular dos seus estudos pela necessidade de comprar com o seu trabalho o pão do quotidiano. Entretanto elle continou sempre a instruir-se nas vigílias do seu gabinete. [...] Legou a seus compatriotas utilissimo e eloquente exemplo do triumpho da applicação, da diligencia e da actividade: a historia de sua vida é uma voz que ensina e brada aos desanimados pela pobreza e pela humildade do berço: ‘Trabalhai!... Aspirai! e subireis pelo merecimento’.” Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial do Instituto Artístico, 1876, pp. 323 e 325. Cumpre notar que, no século XX, observou-se a repercussão desta chave de leitura em face da qual o letrado é entendido enquanto uma personalidade excepcional em relação ao seu meio social, de maneira que o seu treinamento intelectual, sob tal vertente de análise, não é entendido como derivado de multifacetadas interações sociais e pertencimentos institucionais, mas sim como aspecto, apenas, do esforço individual e, nesse âmbito, solitário. Tal perspectiva engendrou, assim, uma compreensão da vida social de províncias como restritivas ao desenvolvimento intelectual. Acerca, pois, da reconstituição de aspectos da trajetória do escritor maranhense João Francisco Lisboa (1812-1864), tem-se na abordagem de João Peregrino Fagundes da Rocha Júnior (1898-1983) uma proposta de análise da atuação intelectual deste personagem como inscrita nas configurações sociais de espaço provincial. Contudo, na condição de problema analítico sobre o estudo de manifestações culturais provinciais, problema esse derivado da tentativa de autonomizar iniciativas de personagens provinciais enquanto recurso para notar-lhes a excepcionalidade em relação ao meio social, na leitura de Peregrino Júnior a Província do Maranhão é entendida como local de restrição e obscuridade intelectual, de maneira que a formação literária de João Lisboa teria representado, ali, uma exceção: “No Brasil ainda despovoado do século XIX [...] floresceu João Francisco Lisboa na sua remota província do Norte – e nela viveu, solitário e grande, até os 43 anos de idade, sem ter tido mestres nem orientadores, sem frequentar escolas nem universidades, e se fez, pelo esforço próprio, silencioso e obscuro, jornalista, advogado, parlamentar e escritor.” ROCHA JÚNIOR, João Peregrino Fagundes da. Significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1970, p. xxi.

Paraná, participou da arrecadação de fundos pecuniários para a criação da Biblioteca Pública de Curitiba.¹³⁸

Acerca, pois, da *Memoria Chronologica, Historica e Corographica da Provincia do Piauhhy*, Alencastre alegou que a escreveu no Rio de Janeiro, em 1855. Endereçou este trabalho ao IHGB, que o publicou em sua *Revista*, em 1857. Em 1863, este sodalício admitiu Alencastre como sócio efetivo.

Nesta memória histórica, tem-se o diálogo com os seguintes trabalhos oitocentistas: *Corografia Brazíllica* (1817), de Manoel Ayres do Casal; os citados *Annaes do Rio de Janeiro*, de Balthazar da Silva Lisboa; bem como ali se faz a utilização dos *Annaes do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo, e da *História da América Portuguesa* (1730), de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), percebida por Alencastre como eivada de incorreções factuais. Cabe, ainda, assinalar a circulação deste indivíduo no Piauí enquanto marcada pela integração à administração provincial – em cuja trajetória na província, conforme abaixo estudado, consultou arquivos administrativos, bem como estabeleceu o confronto de variada bibliografia, submetida, por ele, a juízos de validação e a interditos decorrentes do reconhecimento de fragilidades metódicas e lacunas informativas.

No âmbito de tomadas de posição – em um momento, pois, em que já se desvinculara da rotina administrativa da província piauiense –, Alencastre discorreu sobre acontecimentos políticos no Piauí no período da Independência brasileira. Por conseguinte, operacionalizou a memória histórica para a reverberação de argumentos contrários a modos de exercício de prerrogativas políticas, assim como a operacionalizou para a crítica a agente daquele Governo Provincial:

Fez-se a Independencia; o Brazil teve instituições liberaes; todos os Brasileiros forão felizes depois da emancipação politica; as provincias á sombra do nosso pacto fundamental porsperaram e se engrandeceram; porém o Paiuhy nunca pode applaudir e bemdizer o 24 de Janeiro de 1823! Porque o Piauhhy continuou a gemer, e a esterilisar-se sob o jugo degradante de um governo despotico e immoral, de que ha poucos exemplos há historia. Vinte annos de acerbas provocações, vinte annos de descrença amarga, vinte longos annos assignalados por tantas outras enormidades, vinte annos governou o Piauhuy um homem sem principios, sem educação, que deveu todo o seu merecimento a uma d'essas aberrações da fortuna, a um desses caprichos monstruosos da sorte. E elle governou sua provincia por quase vinte annos! Sem lei; por que esta – eram os arrebatamentos fataes de seos mãos instinctos! Sem justiça; porque elle foi o algoz da vida e da honra dos seus concidadãos! Seu governo foi sempre sua vontade e seu arbitrio. Esse home ainda existe, e o futuro historiador que para o futuro d'elle quizer fallar, e de seu governo, escreverá – nada – sobre uma pagina negra.¹³⁹

¹³⁸ Cf. ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário...* Op. cit., p. 124.

¹³⁹ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memoria Chronologica, Historica e Corographica da Provincia do Piauhhy*. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, Tomo XX, Primeiro Semestre, 1857, pp. 47-48.

Interesse pela escrita historiográfica desenvolvido no processo de circulação por esferas estatais, bem como tomadas de posição política – cuja legitimidade o autor reivindicou em face da sua experiência administrativa provincial – coadunam-se, dessa maneira, nas considerações de Alencastre sobre o Piauí. Concernente às circulações institucionais demandadas para a elaboração de memória histórica, cumpre observar que ele mobilizou documentos cartoriais, ordens régias, documentos de Câmaras Municipais e da Assembleia Provincial do Piauí.

De outra parte, entre 1864 e 1865, Alencastre publicou, na *Revista* do IHGB, os *Annaes da Provincia de Goyaz*, que escrevera em 1863. O interesse pela preparação deste texto derivou da consolidação do treinamento administrativo deste indivíduo, visto que ele assumira a Presidência de Goiás em abril de 1861, e em tal cargo permaneceu até junho de 1862. Esta informação sobre o seu período como presidente de Goiás permite, pois, reconhecer que a sua atuação administrativaprocedeu-se, ali, em consonância com a média da duração dos períodos presidenciais durante o Segundo Reinado, a saber, catorze meses.¹⁴⁰

Alencastre referiu-se, pois, a um estado da arte sobre a história provincial de Goiás, e, sob o reconhecimento dos escopos e procedimentos metódicos destes materiais, justificou os modos como os empregou em sua nestes *Annaes*.

Nesse âmbito de tomadas de posições sobre trabalhos históricos da província, Alencastre conferiu atenção à *Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz* (1812) do cônego Luiz Antonio da Silva e Souza (1764-1840) – que integrara a Junta Governativa da Capitania de Goiás, em 1820.¹⁴¹ Conforme

¹⁴⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 124.

¹⁴¹ Silva e Souza alegou que elaborara esta memória histórica no prazo de dois meses. Deve-se aqui ressaltar, pois, que tal exercício historiográfico inscreveu-se no propósito de execução da determinação régia acerca da produção de memórias camarárias. A exiguidade do período de preparação da obra e a dispersão – conforme assim avaliou – dos documentos institucionais que arrolou foram por ele notadas como percalços os quais, em consonância com as dificuldades de circular por arquivos de instituições políticas do interior da capitania, tornaram este seu trabalho dependente de interações, sobretudo, com viajantes. Ao mesmo tempo em que mencionou aspectos de tal restrição e dependência, este clérigo acentuou que auferiu, ao lado de documentos institucionais, manuscritos sob guardas particulares. Sob tal restrição de circulação e da posição de dependência a circuitos de informações e de cópias de documentos institucionais, Silva e Souza acentuou que, ao ordenar os materiais dos quais dispôs, elaborou o discurso histórico para se conhecer – e aí se afirma a dimensão funcional e política do texto, qual seja, a reivindicação de uma dádiva régia, dimensão essa inscrita, portanto, em uma lógica colonial de reivindicação de mercês – “a vantajosa situação de Goyaz, que, ainda mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram principio [à decadência daquela capitania], tem proporções de se levantar, para se resurgir, logo que se aplicar a seu beneficio os paternaes cuidados d’El-Rei Nosso Senhor.” SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. *Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz* [1812]. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XII, 1849, p. 509. O supracitado Raimundo José da Cunha Mattos, que fora Governador das Armas da Província de Goiás, reconheceu, quando da publicação de seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836), que aquele

ressaltou Alencastre, a escrita desta narrativa de Silva e Souza atendeu a uma demanda da Câmara Municipal de Vila de Boa de Goiás, em 1812. Contudo, fora Custódio Pereira da Veiga – então segundo-vereador daquela Câmara e, por tal condição, a ele recaía a incumbência da feitura da memória histórica municipal – quem assinara o texto. Dessa maneira, a partir deste trabalho Silva e Souza, constata-se – no que encaminha, assim, um comparativo com o caso de Vieira dos Santos – que a escrita de memórias históricas camarárias não fora executada apenas pelos vereadores, antes, dependeu de formas de cooptação de letrados, os quais, quando da preparação destas encomendas institucionais, não atuavam como camaristas.¹⁴²

Segundo Alencastre, a memória histórica de Silva e Souza tornara-se recurso basilar, por exemplo, para monsenhor Pizarro – nas supracitadas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Tais memórias históricas de Pizarro, assim como a *História do Brasil* (1810-1819), do inglês Robert Southey (1774-1843) e a *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* (1847), do supracitado botânico Saint-Hilaire, constituíram-se em

clérigo lhe conferiu subsídios para a elaboração da sua corografia histórica sobre Goiás, subsídios esses derivados das informações daquela memória histórica, bem como derivados de interação mantida através de correspondência epistolar a partir dos anos 1820. Ao lado da interação com Silva e Souza, a aproximação com administradores municipais – os camaristas de Vila de Boa de Goiás – permitiu a Cunha Mattos a arregimentação de fontes. O discurso de elogio a Silva e Souza e aos camaristas da vila de Goiás por Cunha Mattos apresenta, pois, uma forma de colaboração letrada conferida a um funcionário imperial – Cunha Mattos – por indivíduos atuantes em espaços corporativos de área municipal: “Devo confessar o muito que sou obrigado ao Illm. E Rmo. Sr. Conego Luiz Antonio da Silva e Souza, Provisor e Vigário geral do Bispado de Goiaz. Este sábio ecclesiastico he o pai da corographia de Provincia [de Goiás], e tudo o que se tem escripto no Brazil acerca della desde 1812 sta baesado nas suas excellentes Memorias Goianas [...] depois de concluída a minha obra, pedi ao sábio Memorialista e á Camara da cidade de Goiaz huma copia daquelle precioso manuscripto, para confrontar com os que eu já tinha arranjado.” MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas provincias de Minas Gerais e Goiaz*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C^a., 1836, p. xvii. Sobre a trajetória estatal de Cunha Mattos, bem como para uma leitura sobre como este indivíduo instrumentalizou suas produções letradas aos interesses políticos do Estado Imperial, a exemplo do conhecimento de configurações geográficas e socioeconômicas possibilitado pelas corografias, ver: QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria.”* Dissertação (Mestrado em História). 2009. 136 fls. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

¹⁴² Cabe observar que, já nos começos do século XIX, a assinatura das memórias camarárias pelos segundos-vereadores não fora percebida, pelos consulentes destes textos, enquanto comprovação de autoria. Assim, em 1824, quando da preparação de sua obra corográfica sobre a Província de Goiás, o citado Raymundo José da Cunha Mattos não atribuiu a autoria de duas memórias históricas sobre a capital da província aos segundos-vereadores que as assinaram. De outra parte, ele postulou que a autoria de ambos os textos caberia ao clérigo Luiz Antonio da Silva e Souza. Tal postulação de Cunha Mattos sustentou-se, pois, em virtude da comunicação que ele mantivera com aquele clérigo: “Estas *Memorias* foram assignadas por José Corrêa Seixas, segundo vereador da Villa Boa de Goyaz, em 31 de Dezembro de 1785, e por Custodio Pereira da Veiga, em 30 de setembro de 1812. E posto que o senado da camara não aponta no seu officio os nomes dos autores destas *Memorias*, estou persuadido de que ellas são as mesmas ordenadas, corrigidas e acrescentadas pelo Ilmo. E Revmo. Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, provisor e vigário geral d’esta prelazia, visto dizer-me este sabio ecclesiastico na carta com que me honrou em 19 de Dezembro passado, que a camara da cidade, se queria me remetter a *Memoria* que elle publicara.” MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Corographia historica da provincia de Goyaz*. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Etnographico e Geographico do Brasil*, Tomo XXVII, Parte Primeira, 1874, p. 217.

materiais mobilizados por Alencastre. Do mesmo modo, este autor reconheceu a operacionalidade, a este seu trabalho, da consulta a texto de um funcionário régio, a saber, a *Historia da Capitania de Goyaz*, do cirurgião-militar José Manuel Antunes da Frota, trabalho consultado por Alencastre através dos extratos publicados no jornal *O Patriota*, em 1814.¹⁴³

Nestes *Annaes*, Alencastre empregou o primado da rememoração para, sobretudo, elaborar percepções sobre aspectos socioeconômicos de Goiás. Desta feita, o extrato seguinte situou-se no interior de uma rememoração a partir da qual ele sustentou, desde o princípio da narrativa, um posicionamento político acerca de aspecto da configuração social de Goiás, configuração essa marcada, no seu entendimento, pela decadência econômica:

No nosso regresso de Goyaz para S. Paulo descansávamos em um rancho, cujo nome não temos agora presente, quando vimos approximar-se um pequeno comboio. [...] Em tudo revelava-se n'essa pequena comitiva a maior pobreza, a maior miséria! Arrancharam-se connosco, e tivemos por isso ocasião de abris conversação. Era uma familia pobre que ia para Araraquara em procura dos meios de subsistência [...]. Fazíamos intimamente esta reflexão: mas qual não foi a nossa surpresa, sabendo que esse homem era filho legitimo de Bartholomêo Bueno da Camara Leme [...]. Os descendentes de Bartholomêo Bueno da Silva [participante da ocupação do território de Goiás, no final do século XVII] vivem hoje, quase que na mendicidade!¹⁴⁴

Assim, no decênio que compreende a escrita da memória histórica sobre o Piauí e a escrita dos anais históricos sobre Goiás, Alencastre conhecera uma ascensão em esferas administrativas provinciais e imperiais, ou seja, moveu-se da condição de subordinado a

¹⁴³ Dos excertos preservados deste texto de Antunes da Frota – texto o qual, intitulado por seu autor enquanto *História*, denota a fluidez, à época, das formas de categorização de trabalhos de conteúdo histórico – percebe-se um caso do funcionário estatal que, para a realização de operação historiográfica, auferiu obter narrativa produzida no século XVII a respeito da exploração aurífera naquela área – aspecto, pois, de inserção em um compartilhamento de textos centenários –, e, de sua parte, sustentou posição discordante acerca das considerações de tal fonte. Para a refutação de argumentos sustentados em texto seiscentista, Antunes da Frota mobilizou recursos tais como a identificação de condições sociais vigentes ao tempo em que ele – Antunes – elaborara seu texto, assim como per fez análise de padrões de conduta de indígenas como recurso para refutar a informação, presente naquela fonte, acerca da opulência da produção aurífera que teria se desenvolvido em Goiás. Para se verificar, assim, um caso do procedimento metódico da confrontação de informações e, por conseguinte, para se verificar as condições da escrita histórica em área colonial brasileira – aspectos a partir dos quais se permite considerar a produção de textos históricos, em áreas de capitanias e províncias, para além da perspectiva da compilação documental orientada por ditame burocrático, mas sim como provida de específicos recursos e modos de confrontação e validação de informações presentes em textos e em tradições locais de reconstituição de acontecimentos históricos – cumpre citação à seguinte passagem: “Nas memórias deste homem [Manoel Correia, participante, no século XVII, do processo de exploração aurífera em Goiás] se encontram incoerências, que devo declarar para desabuso de muitos, que julgam as minas melhores do que são, cuja fama de riqueza he exagerada nos paizes remotos, como a Ophir de Salomão sendo aliás tanto pelo contrario, que os agricultores das abas do Gerez e da Serra de Marão não vivem oprimidos de tantas misérias, como muitos naquelle Continente das Minas. Quem se capacitará que os Indios lhe mostrarão e derão folhas de ouro, se elles ignorão o seu uso, o seu prestimo, a sua utilidade? A preguiça nelles he habitual, e para a extracção deste metal não só se necessita de trabalho, industria e arte, mas ainda de instrumentos de que nunca tiveram o menor conhecimento.” FROTA, José Manuel Antunes da. *Historia da Capitania de Goyaz*. In: *O Patriota, Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro*, v. 3., n. 2, março/abril de 1814, p. 29

¹⁴⁴ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Provincia de Goyaz*. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil*, Tomo XXVII, Parte Segunda, 1864, p. 88.

esferas provinciais para a condição de agente imperial atuante como gestor de províncias. Dessa maneira, a verificação sobre os lugares institucionais os quais Alencastre integrou – verificação referente, pois, ao aprofundamento de seus laços sociais no interior de esferas governativas e em esferas culturais – permite situar sua trajetória como marcada pela relação entre carreira estatal – aspecto esse que se refere, em suma, ao aprofundamento de sua participação em uma política de nomeações imperiais –, envolvimento partidário no texto histórico e legitimação das formas de composição da obra histórica sob interlocuções mantidas em esferas corporativas.

Alencastre teve, pois, como marcantes aos seus interesses letrados e às suas tomadas de posição política o comprometimento com aspectos do funcionamento político-administrativo das províncias pelas quais circulou.¹⁴⁵

Braz da Costa Rubim (1812-1871), natural da Capitania do Espírito Santo, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro enquanto funcionário do Império. Assim, quando da publicação de seu livro *Memorias Historicas e Documentadas da Provincia do Espirito Santo* (1861), atuava como escriturário do Tesouro Nacional. No que subsidia a verificação de um caso da relação entre o processo de treinamento acerca da escrita de trabalhos de conteúdo histórico e a sustentação institucional conferida a estes, cumpre destacar que, em 1856, Costa Rubim tivera publicado um texto na *Revista* do IHGB, a saber, *Noticia chrnologica dos factos mais notáveis da província do Espirito Sancto desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provizorio*. Para a feitura deste texto – e enquanto informação que denota a legitimidade da circulação de Costa Rubim por sua província de origem após residir em Portugal de 1826 a 1844 –, ele obteve a colaboração de um funcionário daquela província, qual seja, Manoel Antonio da Silveira.¹⁴⁶

¹⁴⁵ A condição de Alencastre, enquanto funcionário da Província do Piauí, consultar documentos administrativos e, por conseguinte, elaborar descrições históricas a respeito de episódios políticos verifica-se em suas *Notas diárias*, trabalho postumamente publicado em 1872 e o qual se refere à revolta denominada Balaiada (1838-1841). Estas *Notas*, as quais foram elaboradas também em face das informações orais facultadas ao autor, caracterizam-se pela crítica às implicações políticas e institucionais daquele movimento político. A defesa do ordenamento imperial e da regularidade da vida política da província, presentes nestes apontamentos de Alencastre, permite, pois, entender o seu pensamento político como relacionado à sua conduta de funcionário estatal voltado à defesa corporativa do ordenamento institucional para o qual estava, então, a serviço. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas provincias do Maranhão, Piauhy, Ceará, pelos annos 1838, 1839, 1840, 1841, escriptas em 1854 á vista de documentos officiaes*. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*, Tomo XXXV, Parte Segunda, 1872, pp. 423-484.

¹⁴⁶ Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Septimo, MDCCCLXII, p. 409. Acerca do ordenamento administrativo imperial no Rio de Janeiro – sobretudo a respeito, a partir da trajetória de Antônio Nicolau Tolentino (1810-1888) como funcionário do Tesouro Nacional, das origens sociais dos funcionários, das condições de recrutamento, das estratégias de ascensão na hierarquia estatal, e das condições

Desse modo, propõe-se, aqui, a respeito deste indivíduo, problematizar, inicialmente, as condições de elaboração de seu livro, e, por conseguinte, atentar às dimensões políticas que caracterizam, mais amplamente, a sua prosa histórica.

Para além do cotejamento de documentação institucional e de livros sobre a Província do Espírito Santo, Costa Rubim circulou entre esta província e a cidade do Rio de Janeiro na obtenção de fontes. Este autor mobilizou documentação de Câmaras Municipais, ouvidorias, bem como materiais cartográficos depositados no Arquivo Militar espírito-santense. No Rio de Janeiro, consultou o Arquivo do IHGB, do qual era sócio efetivo. Utilizou-se de plantas sobre as configurações urbanas de vilas da província, material esse elaborado no período em que o seu pai fora administrador desta jurisdição – trata-se, este patriarca, de Francisco Alberto Rubim, que exerceu a governança da Capitania do Espírito Santo, de 1812 a 1819.¹⁴⁷ Há, pois, de se ressaltar que a defesa das ações administrativas – e das apreciações acerca da participação em atividades corporativas – de Alberto Rubim se afiguraram candentes nesta memória histórica, bem como na *Memória sobre a Revolução do Ceará em 1821*, na qual Costa Rubim discorreu sobre episódio ocorrido ao tempo em que o seu pai exercia a governança da Capitania do Ceará. Nestas circulações para a obtenção de fontes, Costa Rubim acentuou interlocuções que manteve durante a produção desta memória histórica, e, ainda, atentou a um caso de ineficácia da mobilização de tais interlocuções:

É collorida [a planta do Rio de Santa Maria] e desenhada por P. de S. A. Lopes. Não indica o anno em que ella foi levantada, mas sabe-se que no tempo em que administrou a provincia o Snr. Doutor J.M.F. Pereira de Barros, a quemella pertence [...]. Constando-nos que o Snr. Eugenio Martinière tinha levantado algumas plantas topographicas, dirigimo-nos ao mesmo senhor pedindo uma nota especificada das referidas plantas; apesar porém da promessa que teve a bondade de fazer-nos, sentimos que até hoje ella não fosse realisada.¹⁴⁸

Os lugares de inserção e sustentação social deste trabalho de Costa Rubim indicam, pois, um processo enraizamento social de membro de elite provincial na capital do Império do Brasil sob uma perspectiva de inferioridade hierárquica na carreira estatal em decorrência, pois, de então exercer o cargo de escriturário.

Cabe, para um aprofundamento da relação entre desigualdades hierárquicas e manutenção de interesses letrados por membros da Família Rubim, atentar ao modo pelo qual Affonso Claudio, na *Historia da Litteratura Espirito-Santense* (1912), estabeleceu um

de obtenção prestígio social pelos funcionários públicos imperiais –, ver: CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia*. Um estudo sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

¹⁴⁷ Cf. CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Officinas do “Commercio do Porto”, 1912, pp. 153-159.

¹⁴⁸ RUBIM, Braz da Costa. *Memorias Historicas e Documentadas da Provincia do Espirito Santo*. Rio de Janeiro: Tipographia de D. Luiz dos Santos, 1861, p. 159.

comparativo entre as produções literárias de Braz da Costa Rubim e do pai deste, Francisco Alberto Rubim. No juízo de Claudio, ao mesmo tempo em que se permite classificar Costa Rubim – autor, para além de duas memórias históricas, do *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853) – enquanto cronista veraz e dedicado à busca de documentos, sua narrativa histórica deve, contudo, ser reputada como provida estilo fastidioso. Em Claudio, os escritos de Costa Rubim são entendidos, ainda, como complementos a trabalho por seu pai, qual seja, a *Memoria Estatistica da Capitania do Espirito Santo* (1817).

O exercício letrado por membros de duas gerações da Família Rubim esteve, pois, envolvido no processo de permanência familiar em esferas estatais – um processo, assim, de reprodução social, para o qual a regularidade da atuação administrativa apresentou-se como estratégica. Deste modo, a mobilização de materiais e de interlocutores na feitura desta memória histórica demonstra, pois, a consistência e a legitimidade da inserção de Costa Rubim em uma jurisdição provincial na qual sua família consolidara-se, ainda no período colonial, em posições de mando administrativo.¹⁴⁹ Atentar, pois, às informações de Claudio – ainda que sustentadas, sobretudo, pelo interesse da categorização acerca da consistência e utilidade das obras daqueles dois membros da Família Rubim – propicia a elaboração de comparativo em face do qual se verifica que as desigualdades internas a estes familiares acerca de suas atuações administrativas não se constituíram em fragilização do interesse pela produção letrada referente à jurisdição do Espírito Santo. Antes, em Costa Rubim, tem-se um modo de politização da reconstituição do período em que a seu pai exercera, ali, posto administrativo.

Acerca, por seu turno, das dimensões políticas da produção memorialística de Costa Rubim, há de se referir à sua memória concernente a episódio político deflagrado no Ceará. Neste texto, a partir da defesa da conduta administrativa de Francisco Rubim, Costa Rubim

¹⁴⁹ A permanência do prestígio da Família Rubim no Espírito Santo enquanto um fundamento da sustentação social – sob interesses políticos – dos trabalhos literários de Costa Rubim, observou-se em 1860, na ocasião em que o deputado geral Antonio Pereira Pinto (1819-1880), sócio correspondente do IHGB, membro do Partido Liberal e representante da citada província na Câmara dos Deputados, discursou em sessão plenária desta instituição a respeito dos limites geográficos da província e, nesse âmbito, manifestou-se sobre estudo de Costa Rubim. Em seu pronunciamento, o parlamentar enfatizou, pois, o modo como as considerações de Costa Rubim sobre o tema convergiam às suas no tocante ao entendimento segundo o qual a província teve dela retirada parte legítima de seu território: “Por ultimo mencionarei no mesmo sentido o esclarecido juízo do Sr. Braz da Costa Rubim, que nas suas excellentes *Memorias sobre os limites da província do Espirito-Santo* acompanha inteiramente aos escriptores que deixo apontados [...]. E, Sr. presidente, á vista de tão valiosos documentos, da opinião de tão abalizados escriptores, não é evidente que os limites da província do Espirito-Santo foam invadidos, pela parte do sul, pela província do Rio de Janeiro [...], onde existem hoje situados estabelecimentos agricolas da maior importância?” PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: Camara dos Srs. Deputados, Sessão de 30 de junho de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1860, p. 366.

elaborou apreciações acerca da natureza e da legitimidade daquele movimento político suscitado em face da transferência da sede do poder monárquico português do Rio de Janeiro para Lisboa, em 1821:

A revolução, porém, nascida de uma revolta militar, foi pouco a pouco rompendo todos os laços do dever, e alluindo a ordem legitima. É verdade que a desconfiança lavrava entre os mesmos facciosos, e, como elles tinham substituído á causa geral as vistas e interesses particulares, desaparecera n'esse momento aquella unidade nos planos, aquella concerto nos meios, aquella conformidade nos princípios, e aquella accordo nas resoluções que ostentaram no dia do rompimento, estavam comtudo decididamente firmes no propósito de perturbar a ordem publica, até que se proclamasse o novo regimen governativo, em que cada um via lisongeiros esperanças de obter o quinhão do poder tão almejado.¹⁵⁰

Os trabalhos históricos de Costa Rubim, no que tange aos modos como foram institucionalmente sustentados, permitem assinalar a regularidade da inserção deste autor no âmbito de instituições imperiais. Assim, tem-se, no percurso da feitura de memórias históricas por Costa Rubim, um caso de antigo membro de elites coloniais que, mesmo não tendo se caracterizado por auferir posições decisivas de mando administrativo, ainda auferiu capitalizar relações sociais junto a funcionários estatais de sua província de origem. Tal êxito de capitalização fomentou, por sua vez, a defesa – sob feição corporativa – de ações políticas paternas, defesa a qual se constitui na tomada de posição política central nos textos de Rubim.

Demétrio Acácio Fernandes da Cruz nasceu em 1831, na cidade do Recife, na Província de Pernambuco. Em 1861, ao tempo em que exercia o cargo de inspetor da Alfândega de Paranaguá, publicou, no jornal *Comércio do Paraná*, editado em Paranaguá, os *Apontamentos para a História de Paranaguá*. No referido ano, publicou, no jornal curitibano *Correio Official*, os *Apontamentos Históricos sobre a Província do Paraná*. Ambos os trabalhos foram compilados e publicados, em 1863, no Rio de Janeiro, sob o título de *Apontamentos Historicos, Topographicos e Descriptivos da Cidade de Paranaguá*.

Através de informações sobre as instituições religiosas e sobre a organização econômica do município, bem como através da exposição dos direcionamentos práticos deste trabalho, Fernandes da Cruz imputou ao seu projeto letrado a utilidade de propor rearranjos econômicos e institucionais à cidade de Paranaguá e à Província do Paraná. Concernente à natureza de sua produção literária, este autor, sob a elaboração de uma autoimagem que o

¹⁵⁰ RUBIM, Braz da Costa. Memoria sobre a Revolução do Ceará em 1821. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico, e Etnographico do Brasil*, Tomo XXIX, Parte Segunda, 1866, pp. 221-222.

enraíza na dinâmica e nos interesses de uma esfera da administração imperial – a Alfândega –, apresentou as seguintes considerações:

Muitos têm sido os lidadores eminentes e abalizados que, quaes denodados campeões, se têm apresentado pela empresa a escrever e aconselhar o governo sobre o meio de colonisar os incultos meios dos sertões do Brasil muitos poucos ou quase nenhuns têm sido aquelles que têm deixado o campo das generalidades theoricas para se acirrare[m] no da prática. E nós, pobre empregado público, sem significação alguma social, porém animado de mui bons desejos, procedendo ao inverso desses illustrados cidadãos, deixaremos para um lado as theorias mais ou menos brilhantes, os authores mais ou menos conceituados para nos importarmos somente com aquillo, que nos tem ensinado a experiência adquirida por alguns annos de prática.¹⁵¹

Dessa maneira, Fernandes da Cruz situou seu trabalho literário no âmbito de suas atribuições administrativas, e, por conseguinte, justificou a orientação pragmática do seu trabalho histórico como derivada seu treinamento como funcionário estatal. Ele justificou, pois, programas de intervenção político-administrativa para os quais a narração histórica caberia apresentar-se como servente. Acerca das interações sociais e circulações institucionais no processo de feitura do texto, Fernandes da Cruz mobilizou documentos de instituições administrativas em favor do reconhecimento das demandas, notadamente, políticas e econômicas de Paranaguá.

Sob uma interpretação histórica laicizada – entretanto, não exaurida da defesa de práticas católicas, como os ritos devocionais – e através do envolvimento em discussões as quais o autor reconheceu como candentes à administração provincial paranaense – a exemplo da defesa do aperfeiçoamento da regulamentação sobre o fabrico da erva-mate – tem-se um caso de prática letrada na qual se aplicou o argumento pragmático. Ainda, em convergência à memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá, há a valoração positiva acerca da atuação social da elite do município em face, sobretudo, das práticas caritativas realizadas por esta elite.

Conjuga-se, portanto, neste livro de Fernandes da Cruz, a perspectiva corporativa da defesa das atividades de seu lugar de atuação institucional – a Alfândega –, a defesa de pretensões políticas e econômicas daquela elite local, bem como a defesa das práticas sociais que ele entendeu como candentes a esta elite, tal como o exercício devocional.¹⁵² Aspectos, portanto, indiciários seja de um modo de interação de um funcionário junto à elite local, seja do lugar corporativo do autor como condicionante dos seus interesses e argumentos políticos.

¹⁵¹ CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. *Apontamentos Historicos, Topographicos e Descriptivos da Cidade de Paranaguá*. Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1863, p. iv.

¹⁵² Cf. *Idem*, p. 32.

No que se refere, por seu turno, às condições de publicidade desta sua obra, cumpre acentuar que, de 1861 a 1863, os trabalhos de Fernandes da Cruz sobre Paranaguá e sobre a Província do Paraná lograram circular na imprensa de Curitiba, Paranaguá e Rio de Janeiro. Nesse âmbito, acerca das condições e dificuldades de elaboração do trabalho histórico, o autor acentuou, em carta aos seus interlocutores no Paraná, as razões de interrupção do seu trabalho sobre a Província do Paraná. Assim, quando de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro, em 1861 – tendo, na ocasião, assumido o cargo de conferente da Alfândega carioca¹⁵³ – ele dirigiu-se, pelos seguintes termos, aos seus interlocutores paranaenses:

Uma palavra aos meus respeitáveis amigos:

Surpreendido por uma ophtalmia que foi mais aziaga do que tencionava e obrigado a remetter-me a obscuridade, em que sempre hei vivido e interromper bruscamente o estudo recreativo a que me tenho entregado sobre esta bella provincia. Não podéis, nem deveis esperar de minha fraca inteligência e minguados recursos coisa melhor. Se me falecesse somente a inteligência e me sobejassem os materiais, não vos daria linguagem brilhante, pomposas flores de retórica, nem um estilo incisivo, porém, com boa vontade, de que disponho, teria sido mais prolixo, teria na expressão que me é habitual, ditar muitas outras verdades, que aproveitassem os filhos da terra. Ainda assim tendes sobejas razões para me acusardes de negligentes; por que comprometendo-me a escrever alguma coisa sobre a província, não disse palavra sobre os usos, costumes e política de seus habitantes. Ainda mesmo que não estivesse tão enfermo, não vos diria palavra sobre semelhante assumto; porque não me julgo ainda bastante documentado para escrever sobre um objeto, que tão de perto vi afetar a luz das famílias paranaguenses e sobre o que diz respeito a política local menos me abalancaria a proferir uma palavra, por que confesso ingenuamente que a não compreendo; e não compreendendo tenho medo de não dizer a pura verdade, isto é, de errar. Forçoso, pois, é que vos resigneis a este meu capricho, e que vos digneis de perdoar-me a insignificância da matéria. Disse.¹⁵⁴

Ainda que não tenha se reconhecido em envolvimento político sobre a vida social de Paranaguá referente ao presente da escrita da narrativa, Fernandes da Cruz empregou, em seu livro, o primado da observação enquanto recurso para comparar aspectos, por exemplo, da dinâmica econômica parnanguara em relação a demais municípios litorâneos e planálticos do Paraná, e, por conseguinte, para propor rearranjos a estas dinâmicas. A partir do comparativo entre perspectivas sobre a organização econômica de municípios da província paranaense, o autor posicionou-se – e eis uma afinidade para com pretensão política daquela elite local – em favor de Paranaguá constituir-se em capital da província.

Desta maneira, sob a reconstituição de aspectos políticos, da vida devocional e econômica de Paranaguá, bem como a partir da interlocução entre tais aspectos com

¹⁵³ Cf. SILVA, Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Nono, MDCCCLXX, p. 110. Para aprofundar o reconhecimento da constituição de interações literárias de Fernandes da Cruz no contexto de seu retorno à atuação na Alfândega do Rio de Janeiro deve-se mencionar que, em 1863, ele endereçou exemplar dos *Apontamentos Historicos* ao IHGB por intermédio do citado Joaquim Caetano da Silva. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXVI, 1863, p. 874.

¹⁵⁴ CRUZ, Demetrio Acácio Fernandes da. Carta, 1861. In: MOREIRA, Júlio Estrela (org.). *Fontes para a História do Paraná*. Cronistas – Séculos XIX e XX. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 43.

argumentos programáticos sobre a organização administrativa da Província do Paraná, tem-se o livro de Fernandes da Cruz enquanto caso do pragmatismo aplicado ao discurso histórico, convergente, portanto, às memórias históricas acima estudadas.

A posição do autor enquanto funcionário do Império do Brasil, a sua circulação por instâncias administrativas de Paranaguá na obtenção de material para a feitura de texto histórico, assim como os seus contatos com letrados paranaenses e cariocas – de maneira ao seu trabalho ser incorporado a uma lógica comercial, a saber, a coleção *Bibliotheca Brasileira*, dirigida por Quintino Bocaiúva (1836-1912), e publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, de 1862 a 1863¹⁵⁵ – assinala, desse modo, a renitência do envolvimento do letrado em interesses político-administrativos, envolvimento o qual se apresentou como determinante para a institucionalização da obra.

A reconstituição, pois, da trajetória dos autores estudados neste subcapítulo, assim como a análise de seus trabalhos históricos – com especial atenção para aspectos tais como as condições de produção, as formas de legitimação institucional e a conferência de fundamentos programáticos à obra histórica – permitiu, assim, reconhecer as formas de solidariedades entre segmentos elites locais e agentes estatais, de maneira serem conformados, em sequência, diferentes modos de viabilização de obras históricas referentes a jurisdições provinciais. Em face de tais solidariedades, conformaram-se difusas utilizações políticas – sob um modelo, portanto, pragmático –, de memórias históricas. Utilizações as quais sustentaram desde o envolvimento dos autores em interesses políticos e econômicos de segmentos de elites locais, assim como sustentaram ideias de conciliação de interesses entre jurisdições e grupos políticos.

¹⁵⁵ A posição de Bocaiúva – que foi signatário do *Manifesto Republicano*, em 1870 – na sociedade carioca enquanto letrado demandado a conferir legitimação a trabalhos de escritores iniciantes, verifica-se no seguinte excerto de carta que, em 1862, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) – então cronista político do *Diário do Rio de Janeiro* – enviou-lhe: “Vou publicar as minhas duas comédias de estréia e não quero fazê-lo sem o conselho de tua competência. Já uma crítica benévola e carinhosa, em que tomaste parte.” ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938, p. 7. Na trajetória literária de Fernandes da Cruz, percebe-se, assim, a contínua deflagração de ações, quer para a consolidação de sua legitimidade de interlocução com grupos letrados fluminenses e paranaenses, quer para a obtenção, por estes grupos, de prestígio e publicidade para a sua prosa histórica. De tais estratégias de Fernandes da Cruz derivaram, por fim, as condições de inserção de seu texto sob uma lógica comercial e no interior de uma geração de escritores iniciantes – dentre os quais se encontrava Machado de Assis – sob o patronato de Bocaiúva. Em adendo a este volume de *Apontamentos Históricos*, o editor registrou que a *Bibliotheca Brasileira* possuía, então, incipiente êxito comercial em decorrência, segundo entendeu, da preeminência de modalidades literárias como o romance. A inserção comercial da escrita histórica de Fernandes da Cruz procedeu-se, assim, em um contexto de disputas comerciais dentre segmentos literários. Sobre as formas de inserção e consolidação de posicionamento do letrado em um campo literário através das estratégias de participação em redes e obtenção de prestígio, assim como sobre as implicações econômicas de tal concorrência e prestígio literário, ver: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário francês*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

1.4.1. *Memórias históricas camarárias: as capitanias de Mato Grosso e de Minas Gerais*

Conforme se discute no capítulo terceiro desta dissertação, Vieira dos Santos transcreveu – no que se constituiu em sua justificativa às Câmaras Municipais de Morretes e Paranaguá para a produção de memórias históricas – o texto de Provisão régia expedida pelo Conselho Ultramarino em 1782, no qual se determinava às Câmaras Municipais paulistas a produção anual de memórias sobre acontecimentos das respectivas municipalidades. Eram, pois, os segundos-veredores os responsáveis pela feitura destas memórias históricas. Desta feita, busca-se, neste subcapítulo, identificar os modelos de composição e as linguagens políticas que caracterizam esta vertente de memória histórica. Para tanto, faz-se a problematização de memórias históricas executadas em duas Câmaras de municípios da Capitania de Minas Gerais no recorte entre o final do século XVIII ao início do século XIX, e em uma vila da Capitania de Mato Grosso, no início do século XIX.

Em 1844, a *Revista* do IHGB publicou os resumos de duas memórias históricas da Câmara Municipal de Pitangui, referentes aos anos de 1785 e 1819, bem como referente a memórias históricas produzidas no âmbito da Câmara Municipal de Sabará nos anos de 1785, 1807 e 1810. Estes resumos foram preparados por Manuel José da Pires da Silva Pontes, natural de Minas Gerais e sócio correspondente do IHGB.¹⁵⁶ Atende, pois, ao objetivo do presente subcapítulo, problematizar a seletividade de informações e percepções sobre as

¹⁵⁶ Manuel José Pires da Silva Pontes, falecido em 1850, era primo paterno de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, cuja trajetória, conforme mencionado na Introdução desta dissertação, o historiador Manoel Salgado Guimarães entendeu como marcada pela atuação no funcionalismo imperial, bem como pelo envolvimento, no âmbito do IHGB, na escrita, politicamente vinculada ao Estado Imperial, de uma História do Brasil. A família Silva Pontes consolidara pertencimento na Capitania de Minas Gerais em meados do século XVIII, e em sua descendência verifica-se a preeminência da constituição de esquemas matrimoniais endogâmicos. No caso de Manuel Silva Pontes, era ele filho de Manuel José Pereira Porto de Espíndola – que fora Capitão-Mor da vila mineira de Mariana – e de Maria Catarina Pontes, filha de José Pires da Silva Pontes – que também exercera o cargo de Capitão-Mor de Mariana – e de Inácia Feliciano. A aliança matrimonial, por sua vez, entre Manuel Silva Pontes e Mariana Rodrigues Horta consistiu em aspecto da consolidação da prática de arranjos matrimoniais endogâmicos, visto que ser ela sua prima. Assim, quando da circulação de Silva Pontes para a obtenção de materiais literários os quais lhes serviram para confrontar e complementar informações das memórias históricas das citadas Câmaras Municipais mineiras, afigurava-se então consolidada a inserção de sua família em estratégias de alianças familiares de elites locais e na atuação em instâncias administrativas de Minas Gerais – inserção essa que se acirrou no período imperial, tendo Manuel Pires Pontes presidido a Província do Espírito Santo, de 1833 a 1835. Acerca da consistência da posição de membros desta família, quer como integrantes de elites locais mineiras, quer como integrados em lógicas de obtenção de cargos administrativos nos períodos colonial e imperial, cumpre ressaltar que a circulação de seus membros em instituições administrativas do Espírito Santo dera-se no princípio do século XIX, uma vez que Antonio Pires da Silva Pontes Leme (1750-1804) – primo paterno de Manoel Silva Pontes – fora governador desta capitania, de 1800 a 1804. Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João (org.)... [et al.]. *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 163.

relações sociais construídas nestas memórias camarárias. Cabe, ainda, verificar os modos pelos quais Silva Pontes, na feitura dos resumos destas memórias históricas, mencionou os contatos sociais que desenvolveu para obter documentos e informações que servissem como complementos a estas memórias históricas, assim como verificar as tomadas de posição deste indivíduo sobre o conteúdo destes textos.

No resumo da memória camarária do ano de 1785 – a respeito da qual, a exemplo da memória do ano de 1819, Silva Pontes não mencionou o nome do vereador que a produziu –, observa-se a reconstituição da formação social da vila em atenção a períodos de tensões sociais. Tais períodos, por seu turno, interessaram ao camarista de Pitanguy no que concerne à elaboração de defesa da estabilidade da rotina social:

Augmentando-se depois a audacia dos negros com esta victoria, e passando a invadir fazendas, e povoações dos termos d'esta Villa, e das de Sabará, e de S. José do Rio das Mortes; o governador conde de Bobadella resolveu que fossem atacados. Reunindo por tanto forças das esquadras do mato, municiaadas pelas camaras dos termos prejudicados, confiou essa empresa a Bartholomeu Rodrigues do Prado (filho do celebre regulo Domingos Rodrigues do Prado), o qual residia no termo de S. José, Bartholomeu desempenhou a commissão, pois marchando contra os negros, matando uns, e aprisionando muitos, restituiu a publica tranquillidade.¹⁵⁷

Ao passo que Silva Pontes, no resumo da memória supracitada, conferiu atenção às tomadas de posição do vereador setecentista de Pitanguy, para o caso da memória histórica camarária de 1819 ele privilegiou selecionar referências à dependência dos autores de memórias históricas camarárias para com documentos que estavam sob guardas particulares. Sobre esse tema, eis a asserção do camarista de Pitanguy: “Existindo ainda em poder de alguns moradores do termo de Pitanguy cópias do roteiro das minas dos Tres Irmãos, que segundo dizem fora achado entre outros papeis do velho, que guiando a marcha da bandeira de Domingos Rodrigues do Prado, no anno de 1709 morreu no Corrego de Careru.”¹⁵⁸

A demanda do vereador para com manuscritos que, secularmente mantidos sob a guarda particular, foram entrecruzados à documentação produzida por aquela Câmara, assinala a natureza das condições sociais de execução de uma Provisão régia. Assim, as difusas interações sociais – mantidas entre membros da administração municipal e indivíduos que controlavam a guarda de documentos, bem como controlavam a transmissão de informações orais – e a legitimação de distintas fontes como subsídios à execução de memória

¹⁵⁷ PONTES, Manuel José Pires da Silva (org.). Breve resumo da Memoria do segundo vereador da Camara da villa de Pitanguy, offerecida aos 29 de Dezembro de 1785, em cumprimento da ordem regia de 20 de Junho de 1782, acompanhado de notas do compilador e Resumo da memoria do segundo vereador da camara de Pitanguy offerecida na vereação de 30 de Dezembro de 1819. In: *Revista Trimensal de Geographia e Historia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, p. 289.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 290.

histórica destacam, pois, os difusos lugares de guarda de documentos históricos, assim como destacam os modos de interlocuções realizados na a feitura de complementos a estas memórias históricas camarárias.

No que concerne ao escopo dos assuntos abordados nestas memórias históricas, cabe acentuar o papel da descrição de fenômenos naturais como recurso para construir uma percepção sobre a rotina social da vila. Desse modo, permite-se apartar estes fenômenos – como se propõe, nesta dissertação, acerca das memórias históricas de Vieira dos Santos – da condição de registros pitorescos. Na segunda memória histórica camarária acerca de Pitanguy, a respeito deste tema afirma-se que:

Este anno de 1819, em consequencia da falta de chuvas, será sempre memmoravel n'esta villa e seu termo, pela carestia de todos os artigos, que fazem o principal sustento dos moradores: os quaes, se não fossem socorridos pelos fazendeiros do termo de S. Bento do Tamanduá, teriam visto morrer de fome os mais indigentes. O flagelo da natureza não limitou-se á fraca vegetação dos grãos e legumes; seccando-se os correjos e ribeirões, muitos fazendeiros, cansados de conduzirem de longe água para os usos domesticos, mudaram-se das cabeceiras para as margens do Rio Marmelada.¹⁵⁹

Para o aprofundamento da discussão sobre as interações sociais demandadas aos complementos destas memórias históricas, demanda-se problematizar os comentários de Silva Pontes às duas memórias históricas sobre Pitanguy. Delimita-se, para tanto, as referências deste indivíduo ao seu percurso de busca de informações as quais ele confrontou com as informações presentes nas citadas memórias camarárias.

Acerca, pois, do processo de catalogação de informações, bem como concernente ao acionamento de contatos sociais necessários para na realização destes resumos históricos, Silva Pontes asseverou – e note-se, na seguinte afirmação, como a acepção comunitária da

¹⁵⁹ *Idem*, p. 291. O enraizamento na Província de Minas Gerais tornou Silva Pontes letrado autorizado, no âmbito do IHGB, a apreciar e complementar manuscrito respeitante a aspectos históricos daquela província. Trata-se, pois, de apreciação realizada ao *Compêndio da Capitania de Minas Gerais*, texto anônimo e não datado, composto por breves considerações a respeito de fatos políticos que abarcam os anos de 1694 a 1780. A publicação deste texto na *Revista* do IHGB derivou, pois, do funcionamento de uma rede de compartilhamento de documentação oficial em face da qual o manuscrito do *Compêndio* foi enviado ao Ministério do Império, e, por conseguinte, esta instância endereçou-o ao IHGB. De outra parte, para um entendimento deste *Compêndio* enquanto atento – e em afinidade – com práticas administrativas do período colonial, cabe, aqui, mencionar a apreciação nele realizada acerca de conflitos entre autoridades régias e grupos envolvidos na exploração aurífera. Do seguinte excerto, convém, pois, destacar a abordagem sobre a Revolta de Vila Rica (1720) e, nesse âmbito, tem-se uma apreensão positiva, pelo anônimo autor, acerca da ação estatal deflagrada para a dissolução do movimento: “1720 – A 28 de Junho teve lugar o movimento sedicioso, que tendia a inutilisar o estabelecimento da casa de fundição. Rebentando em Villa Rica os amotinados se apresentaram em attitude hostil, posto que mascarados. O governador anuindo ás suas requisições, dissipou o movimento. Não satisfeitos porém os cabeças da sedição, os sediciosos voltaram tumultuariamente á presença do governador, proclamando alterações na fórmula da administração existente. Achando felizmente medidas de prevenção da parte do governo o grupo sedicioso foi derrotado [...]” ANÔNIMO. *Compêndio das Epocas da Capitania de Minas Geraes, desde o anno de 1694 até o de 1780*. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo VIII, Segunda Edição, p. 1846, p. 59.

categoria de *país* foi aposta na descrição do acionamento eficaz de contatos que ele realizara, naquela vila, para a obtenção de informações orais:

Desejando saber quaes foram os paulistas que contribuíram para a organização, armamento e munição d'esta bandeira; assim como, qual foi o seu chefe, no silencio da memoria, recorri á informação de pessoas fidedignas do lugar, e reportando-se ellas á tradição, asseveraram, que, posto constasse serem varios os associados, todavia, os nomes conservados na memoria dos moradores eram os do chefe Domingos Rodrigues do Prado, e dos influentes José de Campos Bicurdo, e Bernardo de Campos Biduco. Parecendo tambem interessante conhecer-se não só o Itinerario da Bandeira, mas tambem o Roteiro, que a dirigia, visto que a Memoria [de 1785] foi igualmente omissa n'esta parte, solicitei noticias no paiz, e ouvi que a Bandeira partindo da serra do Tombadouro ao pé de Sabará, tomara por pharóes a serra Negra ao noroeste depois do Morro de Matheus Leme a oeste; d'aqui por diante a Serra da Apparição ao noroeste; e finalmente a Serra sobranceira ao Pitanguy a oeste. Ouvi tambem que, não existindo mais a copia d'este Roteiro, a opinião mais geral era que o ponto pretendido pela Bandeira, parecia ser o das mesmas minas do Paracatú, que José Rodrigues Fróes manifestara no anno de 1744.¹⁶⁰

Ao lado da confrontação de informações orais, Silva Pontes, em atenção aos documentos institucionais mobilizados pelo segundo-vereador de Pitanguy em 1785, identificou equívocos nas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de autoria de Pizarro, no que concerne à abordagem sobre o processo de ocupação da área correspondente à vila de Pitanguy:

Enganou-se, portanto, ou foi mal informado o Monsenhor Pizarro, quando no livro 8º Parte 2ª. de suas Memorias Historicas avançou que Domingos Rodrigues do Prado descobrira as minas do Pitanguy. Com quanto grande fosse a experiencia d'este sertanista, como a empreza de que se trata foi feita com a reunião de fundos e forças de uma associação, a gloria e vantagem inherentes á descoberta, deviam pertencer ao ente colectivo, a associação, e de nenhum modo a um só membro d'ella, posto que fosse o chefe. Qualquer, porém, que seja a informação em que o Monsenhor Pizarro fundou a sua asserção, contra ella se levanta a tradição, que achei conservada nas principaes familias do Municipio [...].¹⁶¹

Para uma síntese, por sua vez, das apreciações de Silva Pontes sobre aspectos da composição da memória camarista de Sabará datada de 1785, atente-se ao extrato no qual se apresenta admoestação, por Silva Pontes, a respeito do método de composição textual empregado pelo autor a quem fora incumbida, pela Câmara de Sabará, a produção daquela memória histórica. Este excerto constitui-se, pois, em demonstração, quer dos modos como os vereadores delegavam a função a respeito da produção destas memórias camarárias a indivíduos não pertencentes à Câmara, quer acerca das implicações dos usos das informações presentes nestes textos institucionais:

O redactor d'esta memoria, alienado pelas doutrinas anti-sociaes de alguns filhos da metropoli, abusou da confiança do vereador, que a subsignara. Em lugar de estabelecer tantas épocas quantas estes grandes acontecimentos indicavam, deduzindo as suas consequencias immediatas, passou ex-insperato aos

¹⁶⁰ PONTES, Manuel José Pires da Silva (org.). Breve resumo da Memoria..., In: *Loc. cit.*, pp. 284-285.

¹⁶¹ *Idem*, pp. 285-286.

encomios do seu conterraneo, chefe dos forasteiros. [...] É portanto singular, e erronea n'esta parte a memoria assignada pelo vereador Carneiro, a qual por desgraça passou tanto na consideração de Mr Southey, que na sua excellente memoria admittiu o governo de Borba Gato!¹⁶²

Nos resumos destas memórias históricas camarárias são verificados, pois, indícios de mobilização de contatos sociais na feitura de um discurso histórico, bem como se encontram, nestas duas fontes, tomadas de posição sobre instabilidades e ritos sociais como chaves de leitura a respeito da dinâmica local. Observa-se, dessa forma, a sensível relação entre as condições sociais de execução de prática letrada demandada pelo poder real e as implicações desta demanda na construção, em jurisdições municipais, de entendimentos sobre validação de informações históricas, mobilização de documentação e direcionamentos políticos da escrita histórica.¹⁶³

Em 1894, a *Revista* do IHGB publicou resumo de memória histórica produzida no âmbito do Senado da Câmara da Vila do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá, no ano de 1816. No que se permite reconhecer uma percepção sobre as interações e rituais ocorridos na esfera municipal, nesta memória histórica é mencionada a celebração a respeito do falecimento de Dona Maria I, rainha de Portugal:

Em o dia 8 do mez de Setembro [de 1816] comessarão a dobrar os Sinos da Camara da Cathedral, e as Capellas Filiaes, repetindo os dobros de hora embora por espaço de tres dias. No dia 10 do mesmo mez sahio a Camara a quebrar os Reaes Escudos, cuja cerimônia se executou nos largos da Igreja Cathedral, do Senhor dos Passos, da Praça Real acompanhando a todos estes actos os Republicanos, os Almotacês,

¹⁶² PONTES, Manuel José Pires da Silva (org.). Coleção das memórias archivadas pela Camara da Villa de Sabara. In: *Revista Trimensal de Geographia e Historia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, p. 279.

¹⁶³ Há de se mencionar que, na segunda metade do século XIX, verificou-se, na Província de Minas Gerais, um caso da relação entre as interações do letrado junto a segmentos de elites locais e a viabilização, em face destas interações, da feitura de obra de conteúdo histórico. Trata-se, tal caso, da escrita das *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1868), do advogado Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). Em 1853, nomeado representante legal dos herdeiros de Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796) e de João Fernandes Vieira – antigo contratador das minas de Diamantina, na Capitania de Minas Gerais – no processo de partilha dos bens deste contratador, Felício dos Santos obteve destes herdeiros documentos privados que se constituíram, a ele, em subsídios para os seus exercícios historiográficos. Nos anos 1860, enquanto editor do periódico *O Jequitinhonha*, publicado em Diamantina, Felício dos Santos iniciou a escrita de textos sobre a história deste município, textos a partir dos quais compôs, em 1868, a sua memória histórica. Sob um contexto socioeconômico e interesses políticos distintos aos dos autores estudados neste capítulo – cumpre destacar, acerca de tal diferença política, a posição de Felício dos Santos enquanto crítico de estruturas administrativas do Império, a exemplo do Poder Moderador, bem como destacar a sua defesa da abolição do escravismo e da implantação do regime republicano –, manteve-se, contudo, o papel da consistência da interação com elites locais enquanto condicionante da elaboração de obra histórica atenta a episódios de jurisdições municipais. Ver: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* [1868]. Rio de Janeiro: Edições “O Cruzeiro”, 1956. Para uma análise acerca dos argumentos políticos apostos nas *Memórias do Distrito Diamantino* – argumentos que sustentaram, notadamente, críticas à atuação de autoridades locais e às divisões sociais naquela jurisdição –, ver: MARTINS, Marcos Lobato. Um arauto da modernização republicana nas Minas Gerais: o pensamento político de Joaquim Felício dos Santos. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 465-480.

Letrados, Escrivaens de lança, e mais Officiaes de Justiça, vestidos, e ornados de rigoroço, e sizudo luto. Precedia este acompanhamento a hum grande numero de Officiaes da Tropa paga, de Milicias, de Ordenança, e a hum grande Corpo de Tropa Miliciano na forma do costume, que com armas em funeral, e muzica, competente concorria a fazer aquelle acto mais funebre e magestoso; o qual se concluiu recolhendo-se a Camara aos seus Passos, e dando a Tropa tres descargas de Mosquetaria.¹⁶⁴

As interações entre funcionários estatais, clérigos e militares delineiam-se na descrição deste rito fúnebre dedicado à rainha portuguesa. A memória histórica cuiabana voltou-se, assim, ao elogio do ordenamento institucional monárquico, à percepção de modos de exercício de funções sociais, assim como à percepção do processo ritual como momento no qual se identificariam a estabilidade e coesão das relações entre membros daquela hierarquia social.

Nestas composições de memórias históricas camarárias em vilas mineiras e na vila mato-grossense, encontram-se, portanto, intermitentes circulações sociais voltadas para a arregimentação de informações orais e materiais literários em favor do intento de cumprir a demanda metropolitana acerca da produção anual de obra conteúdo histórico sobre o município. Nota-se, também, o interesse, pelos vereadores, acerca da reconstituição dos processos rituais desenvolvidos nas municipalidades. A inserção dos responsáveis pela feitura destas memórias em circuitos de compartilhamento de documentos e informações e o interesse destes autores pelo acompanhamento da rotina social – com especial ênfase aos processos rituais – foram, pois, aspectos basilares da construção desta modalidade de produção historiográfica oficial.

Nas análises procedidas neste capítulo a respeito de trajetórias e ideias políticas de letrados, puderam-se verificar as relações entre carreira estatal, regularidade do exercício de práticas letradas e atuação política. Desigualmente posicionados em esferas estatais e em segmentos hierárquicos – e, por isso, sob diferentes condições de legitimação de suas obras históricas –, assim como através da sustentação de argumentos políticos, os autores aqui tratados estiveram imersos em lutas e interesses políticos, bem como em difusas redes de legitimação do trabalho histórico.

Os textos acima discutidos não se constituíram, pois, enquanto materiais anômicos em seus objetivos e autonomizados em relação a corporações. Antes, as especificidades das condições e das dinâmicas sociais nas quais foram executados tornaram estes textos caracterizados pela diversidade de argumentos pragmáticos orientados, por exemplo, pela

¹⁶⁴ MENDONÇA, Estevão de (org.). Memórias do anno de 1816: Senado da Camara da Villa Real do Senhor Bom Jezus de Cuiabá. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LVII, Parte I, 1894, p. 160.

perspectiva equilíbrio de interesses de segmentos de elites locais para com autoridades monárquicas, bem como pela defesa de práticas corporativas de natureza político-administrativa. Foram, também, diversificados os percursos de treinamento intelectual dos citados escritores. Desse modo, a participação em frações de elites locais, o pertencimento a instituições políticas regionais e a diversidade de formas de capitalização do letramento tornaram-se elementos distintivos dos trajetos dos aqui estudados.

2. Ações e lugares da integração social de Antonio Vieira dos Santos: os municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá (1798-1851)

No presente capítulo investiga-se a trajetória de Antonio Vieira dos Santos nas vilas de Antonina, Morretes e Paranaguá tendo-se como fontes principais os seus textos de reminiscências intitulados *Breve Rezumo das Memorias mais Notáveis Acontecidas desde 1797 até 1827* e *Memorias dos Sucêssos mais Notáveis Acontecidos desde o anno de 1838*. Conjuntamente a estas fontes, apreendem-se, aqui, informações de atas da Câmara de Morretes e de carta enviada por Vieira dos Santos à Câmara Municipal de Antonina, assim como informações da *Memória Histórica da Vila de Morretes*. A partir destes materiais, a dissertação mapeia, pois, o processo através do qual Vieira dos Santos ocupou, naquelas três sociedades, lugares em esferas administrativas, devocionais, econômicas e familiares.

Faz-se utilização, ainda, de listas nominativas de habitantes de Morretes e Paranaguá, acerca do recorte que abarca os decênios de 1800 a 1830, como recurso para verificar aspectos da diferenciação da integração social deste indivíduo em relação a compadres seus de origem portuguesa. Através do estudo a respeito do enraizamento social e da posição hierárquica de Vieira dos Santos nas sociedades supracitadas, este capítulo encaminha, dessa maneira, uma discussão sobre as interações e distinções sociais nas quais a sua produção letrada esteve imersa.

As ideias centrais sustentadas neste capítulo conformam, pois, os seguintes argumentos: (I) a trajetória de Vieira dos Santos no Brasil desenvolveu-se em configurações sociais de trabalho não especializado, aspecto o qual se constata na confluência de ocupações econômicas deste indivíduo. (II) A inserção de Vieira dos Santos em esferas estatais, em períodos intermitentes que abarcam os anos 1800 aos anos 1850, constituiu-se em um caso da eficácia das estratégias de membro de elite local para a permanência da sua participação institucional no âmbito de distintas conjunturas político-administrativas. Do mesmo modo, tal inserção institucional, especificamente a respeito dos decênios de 1840 e 1850, constituiu-se em um caso, tal qual estudado, aqui, no primeiro capítulo, da circulação de um letrado em esferas administrativas para a consecução de produção historiográfica em decorrência da legitimidade facultada pela elite local. (III) Reconhece-se na trajetória de Vieira dos Santos, nas supracitadas vilas litorâneas, o exercício de formas de dominação social – a exemplo de sua condição de senhor de escravo –, ao mesmo tempo em que ele esteve envolvido em relações de dependência, por exemplo, em esferas econômicas, estatais e familiares. (IV) Nos decênios de 1840 e 1850, inscrevem-se os episódios das estratégias de rearranjos de

interações sociais e pertencimento institucional de Vieira dos Santos, rearranjos esses executados através de ações tais como a operacionalização política de seu letramento.

Para aprofundar o entendimento sobre os modos de dominação a serem, neste capítulo, reconhecidos na trajetória de Vieira dos Santos, bem como sobre a hierarquização deste indivíduo em vilas litorâneas da 5ª Comarca da Província de São Paulo, confere-se, por conseguinte, atenção aos trabalhos de Pierre Bourdieu, Louis Dumont, Marcel Mauss.

No tocante à abordagem sobre modos de dominação, Bourdieu acentuou que “as relações de dominação só podem ser instauradas e mantidas mediante estratégias indefinidamente renovadas por não estarem reunidas as condições de uma *apropriação imediata e duradoura* do trabalho, serviços ou homenagens a outros agentes.”¹⁶⁵ Nesse permanente desempenho de estratégias para a consolidação de um pertencimento social – e no âmbito do desempenho e do envolvimento em modos de dominação –, a violência aí exercida aufere a eficácia não em formas diretas ou brutais, mas sim na sua aplicação simbólica. A autoridade legítima que se consolida a partir da dominação simbólica demanda encargo de quem a exerce e, a quem ela infere, demanda que se reconheça essa autoridade em distintos lugares da vida social.

Deste modo, propõe-se, aqui, a leitura segundo a qual a participação em redes sociais e as oscilações na consistência do pertencimento de Vieira dos Santos nestas redes inseriram-se sob uma dinâmica na qual, ao mesmo tempo em que ele se percebeu sob recepção de difusos constrangimentos simbólicos – notadamente derivados de assuntos econômicos –, ele deflagrou estratégias para a medição de tais constrangimentos, bem como para a obtenção de condições de exercício de autoridade.

Para a verificação sobre as diferentes posições de Vieira dos Santos em redes sociais e no exercício formas de dominação, assim como para o reconhecimento de distinções

¹⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004, p. 193. Grifos no original. Sobre o desempenho de obrigações sociais e sobre as funções de tais obrigações nas interações comunitárias em sociedades não caracterizadas por complexa divisão econômica – dinâmicas essas não desprovidas, contudo, de lógicas mercantis – pode-se atentar à síntese elaborada por Karl Polanyi: “[...] a economia do homem, como de regra, está submetida em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais seu patrimônio social. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo.” POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 65. Para uma diferenciação, por sua vez, entre economia capitalista e economia mercantil – diferenciação que entende as atividades mercantis enquanto características de lógicas sociais agrárias e escravistas, lógicas nas quais se observa, ainda, a faceta hierárquica da composição e dos modos de interdependência entre os membros do segmento mercantil –, ver: FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

simbólicas nas quais ele se percebeu envolvido, a presente investigação atenta, por sua vez, às considerações de Louis Dumont sobre a complementaridade entre desiguais. Na seguinte afirmação tem-se o entendimento, por este autor, sobre o conceito de hierarquia: “Acredito que a hierarquia não seja essencialmente uma cadeia de ordens superpostas, ou mesmo de seres de dignidade decrescente, nem uma árvore taxonômica, mas uma relação a qual se pode chamar sucintamente de *englobamento do contrário*.”¹⁶⁶ Para Dumont, em síntese, as relações hierarquias conformam-se através da complementaridade – e, do mesmo modo, através da interdependência – entre indivíduos desigualmente posicionamentos em estratos sociais.

Nesse sentido, o entendimento acerca da posição de Vieira dos Santos em práticas de dominação – no âmbito, por exemplo, de processos de incorporação de caixeiros ao seu armazém, assim como na condição patriarcal de chefe de domicílio –, bem como o reconhecimento das relações e lugares de sua dependência econômica e inferioridade de integração institucional, substanciam a verificação de como interagiu sob as regras de espaços estatais, mercantis e familiares.

A partir de Mauss, fundamenta-se, aqui, por seu turno, a análise sobre as trocas sociais na trajetória de Vieira dos Santos. As trocas – concernentes às trocas econômicas e de bens simbólicos – permitem mapear as interações e as condições de mobilidade social deste indivíduo. Sobre as ações de dádiva e contradádiva, Mauss observou que estas “exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – e estas supõem formas particulares de produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos que a estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições.”¹⁶⁷

Conforme a proposta de análise maussiana, as ações de *dar*, *receber* e *retribuir* atendem a diferentes ritmos e formas de execução. De acordo com Maurice Godelier, ainda que a concessão de uma dádiva seja seguida, de imediato, por uma contradádiva, essa reciprocidade em um tempo curto não anula as alianças e obrigações sociais inerentes a tal relação. Ao contrário, em oposição a uma lógica de mercado, a doação e a retribuição – que não se afigura enquanto devolução, mas no retorno da doação – configuram um processo de consolidação de uma relação que a contradádiva não anula. Dessa maneira, segundo Godelier, na consecução da dádiva e da contradádiva “Duas relações sociais idênticas foram produzidas

¹⁶⁶ DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992, p. 370. Grifo no original.

¹⁶⁷ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 52.

e encadeadas uma à outra ligando assim dois indivíduos ou dois grupos em uma dupla relação de dependência recíproca.”¹⁶⁸ Desta maneira, conforme a síntese de Alain Caillé, “o valor de vínculo tem aqui mais importância que o valor de uso e o valor de troca.”¹⁶⁹.

A atenção às regras e às distinções sociais nesse processo de *troca* subsidia, pois, a verificação acerca dos aspectos das obrigações morais e das manifestações de desigualdades no âmbito da criação e manutenção de vínculos de obrigações sociais. O entendimento das relações de dádivas e contradádivas enquanto componentes das sociabilidades subsidia, aqui, a problematização, sobretudo, das relações de clientela nas quais Vieira dos Santos participou desde a sua fixação no Brasil, assim como das condições da incorporação de suas memórias históricas por Câmaras Municipais.

Tais formas de solidariedades são, nesta dissertação, entendidas enquanto características de dinâmicas sociais marcadas pela lógica de reprodução das diferenciações hierárquicas, diferenciações características, pois, de uma dinâmica social marcada pela dependência da mão de obra escrava e composta por frações de elites as quais sustentavam um ideal de auferir nobilitação social. Por conseguinte, cumpre atentar para as condições de interação de Vieira dos Santos para com indivíduos que se constituíram, sobretudo em Paranaguá, em negociantes abastados. Esta delimitação subsidia identificar, inicialmente, a natureza das relações econômicas ali desenvolvidas e, por conseguinte, subsidia a problematização dos modos – e, sobretudo, das limitações – de aquele indivíduo desenvolver atividades econômicas. Do seguinte modo, pois, João Fragoso e Manolo Florentino reconheceram as implicações sociais, a partir do caso da vida econômica da cidade do Rio de Janeiro, das práticas mercantis desenvolvidas no Brasil entre o final do século XVIII ao início do século XIX:

Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante carioca em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha como pré-condição a constituição de relações de poder.¹⁷⁰

Tendo-se fixado no Brasil em fins do período colonial, Vieira dos Santos iniciou, pois, a sua atuação institucional no íterim de uma estrutura administrativa de Antigo Regime, e no

¹⁶⁸ GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 69.

¹⁶⁹ CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 143.

¹⁷⁰ FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como Projeto... Op. cit.*, p. 107.

ínterim de uma dinâmica econômica marcadamente agrária e na qual o controle do capital mercantil pelos negociantes de grosso trato tornava-os o grupo que, ao monopolizar o crédito, possuía maiores condições de diversificação das suas atividades econômicas – de maneira a se tornarem, notadamente, abastados fazendeiros e proprietários de bens imobiliários. Tal monopolização do capital mercantil possibilitava, àquela camada de negociantes, a ocupação dos superiores lugares da hierarquia social, bem como lhes possibilitava a regularidade da atuação político-institucional.¹⁷¹

Pode-se, assim, compreender a trajetória de Vieira dos Santos em face das oscilações de seus contatos para com negociantes de grosso trato – quer estabelecidos no litoral sul paulista, quer estabelecidos no Rio de Janeiro. Tais oscilações – que se referem, em síntese, às condições de Vieira dos Santos em captar e negociar empréstimos para com estes negociantes, bem como em constituir alianças familiares junto a eles – demonstram, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais entre indivíduos de origem portuguesa estabelecidos no Brasil em fins do período colonial, bem como demonstram aspectos da composição social e das práticas mercantis do grupo que formou, em Paranaguá, um oligopólio comercial.

Do mesmo modo, no curso deste capítulo busca-se atentar às implicações, na trajetória de Vieira dos Santos, dos processos de transformações político-institucionais no Brasil a partir no decênio de 1820 e derivados, assim, da conjuntura da Independência. Estas transformações também se referem, mais especificamente, ao processo de complexificação econômica das sociedades litorâneas e planálticas da 5ª Comarca paulista em face do crescimento da produção ervaiteira, processo cujas implicações políticas e econômicas aprofundaram-se na segunda metade do século XIX.¹⁷²

2.1. A integração de Vieira dos Santos na vila de Paranaguá

¹⁷¹ Sobre a atuação dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, com especial atenção para a participação destes negociantes no tráfico de escravos e no funcionamento de uma economia de abastecimento interno, bem como acerca dos modos, entre estes negociantes, de captação de crédito, ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Para uma discussão a respeito da consolidação, em jurisdições municipais brasileiras do período colonial, da regularidade da participação institucional de frações de elites locais, bem como acerca do papel das relações familiares como determinante para a consolidação de tal participação institucional, ver: CUNHA, Fernando. *Elites políticas municipais no Brasil-Colônia*. Homens bons da Curitiba setecentista. Dissertação (Mestrado em História). 2003. 118 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

¹⁷² Sobre este processo de transformações econômicas – o qual se apresenta como matéria das memórias históricas de Vieira dos Santos –, ver: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. O ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

Antonio Vieira dos Santos transferiu-se da cidade portuguesa do Porto para a cidade do Rio de Janeiro em 1797, e, a partir de 1798, radicou-se na vila de Paranaguá. Quando de sua transferência para o Brasil, era órfão de mãe, Anna Joaquina Pereira, desde 1792 – ano em que o seu pai, o lavrante de prata Jerônimo Vieira dos Santos, contraiu segundas núpcias com Leonarda Batista. Vieira dos Santos frequentou, no Porto, aulas de primeiras letras nos anos 1789 a 1792 e 1794 a 1797.¹⁷³ Para se identificar, pois, o escopo de temas que Vieira dos Santos privilegiou para a reconstituição de aspectos de sua trajetória, atente-se à seguinte delimitação presente nas *Memorias dos Sucêssos mais Notáveis Acontecidos desde o anno de 1838*, el:

Advertencia. Este volume = “Memorias dos Sucêssos mais notáveis” = He continuação do primeiro Tomo, o qual teve o seu principio em 1797 e finalizou em 1837 e este só serve para nelle serem memorados os acontecimentos mais singulares que se correrão desde o anno de 1838 em diante no decurso da minha vida publica e privada, bem como relativamente a todas as pessoas de minha familia, nellas se aprendem as Epocas dos infortunios, e dos sucêssos mais felizes e desgraçados; indica-se as partidas das viagens a differentes lugares; notasse os nascimentos, a genealogia, biografia e Necrologia das mesmas pessoas e finalmente aponta-se o principio de algumas obras que se fizeram, e de outros varios objectos, para que no futuro possa servir a circumstancias necessarias a saber-se na recordação das Epocas passadas. Não havendo outros objectos a esclarecersse nestas memórias não pude lembrar a mordacidade da Satyra e modifficar/A Singeleza destas lembranças por serem tão somente circunscritas ao recinto de huma familia particular.¹⁷⁴

No primeiro volume memorialístico, por sua vez, ainda que não conste uma delimitação de temas, pode-se sumarizar o seu conteúdo como caracterizado pela atenção a episódios vivenciados por Vieira dos Santos em esferas comerciais, devocionais, domiciliares e estatais de Antonina, Curitiba, Morretes e Paranaguá. Este primeiro volume de reminiscências foi composto, segundo o autor, a partir do ano de 1823, informação a qual ilustra, pois, um ritmo intermitente de desempenho de atividades letradas. A esse respeito,

¹⁷³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve rezumo das memorias mais notáveis acontecidas desde 1797 até 1827*, fl. 101. Manuscrito digitalizado.

¹⁷⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos mais notáveis acontecidos desde o anno de 1838*, fls. 1-2. Manuscrito digitalizado. Enquanto caso da escrita de reminiscências por negociante de origem portuguesa estabelecido em área litorânea da Capitania de São Paulo do final do século XVIII, pode-se citar o *Caderno de Assentos Particulares*, de Francisco Xavier da Costa Aguiar (1752-1821), que fora Capitão-Mor da vila de Santos. Para uma discussão acerca da composição e temas deste *Caderno*, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. Concernente à elaboração, na Província do Paraná, de reminiscências – sob o modelo narrativo do diário – por imigrante cuja trajetória caracterizou-se pela integração em configurações agrárias e, posteriormente, em configurações urbanas, ver: GILLES, Ana Maria Rufino. *O Diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): memórias, trabalho e sociabilidades*. Tese (Doutorado em História). 2010. 200 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Para o reconhecimento dos percursos, por seu turno, de imigração e inserção em espaço urbano enquanto matérias de reminiscências – narradas sob o modelo de diário – de imigrante alemão que se radicou na Província de Santa Catarina, ver: JAHNEL, Claudia Bettina Irene Römmel. *O Arquivamento do Eu: o diário de Hugo Delitsch e as lembranças de Emma Anton (1844-1859)*. Tese (Doutorado em História). 2002. 172 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Vieira dos Santos informou: “Em 2 de outubro de 1823 foi principiado este Breve Resumo e acabado em 6 de dezembro do mesmo anno.”¹⁷⁵

Em atenção aos marcos factuais presentes no início do primeiro volume memorialístico, faz-se a análise, por conseguinte, sobre o conteúdo da descrição, por Vieira dos Santos, de seu deslocamento do Porto para o Rio de Janeiro. Nesse âmbito, ele privilegiou atentar às suas circulações na zona comercial carioca:

Em 26 de Maio de 1797 de sexta fª de manhã sahi da Caza de meus Pais na Cidade do Porto e me fui embarcar no Caes de Massarellos em hum Bergantim do Motta. Em 27 de Maio de 1797 Sabado sahi para barra fora da Cidade do Porto para Lisboa donde cheguei com 3 dias de viagem e estive 70 dias desde a entrada a da sahia. Em 30 de Maio de 1797 entrou na Cidade de Lisboa. Em 1º de Junho de 1797 fui pª bordo do Navio S. Antonio Vencedor e desde o dia 14 a 17 de Junho estive a bordo da Náo Príncipe Real. Em 1º de Agosto Terça fª ou no dia 2 de tarde fui ao outro lado do Tejo chamado Palhares da Pipa ou Porto Brandão. Em 22 de Outubro de 1797 Domingo entrei pela barra do Rio de Janeiro e saltei em terra no dia Segunda fª 23; indo pª caza de Antonio Perª Cardozo de Aª morador na rua dos Pescadores Nº 10 lado esquerdo indo pª cima onde estive 4 dias ate sexta 27. Em 28 de outubro de 1797 me arrumei em caza de Andre Francisco Barboza loge de vidros na rua do Ouvidor Nº 11 indo pª cima ao lado direito e donde Estive 4 mezes e 19 dias sem ganhar nada tornando a sahir no espaço de 113 dias em 19 de Março de 1798 para caza de Antonio Pereira Cardozo de Aª.¹⁷⁶

Vieira dos Santos integrou-se, pois, em um processo de treinamento na vida comercial e, mais especificamente, na atividade artesanal, visto que, através da referência à ocupação de Antonio Pereira Barboza, se identifica a inserção do memorialista, ainda que marcada pela efemeridade, no âmbito da oficina de um artesão dedicado à vidraçaria. Na condição de reconhecimento da dependência e inferioridade hierárquica de sua condição de imigrante, ele assinalou, através da descrição das práticas econômicas desempenhadas pelos chefes os quais lhe incorporaram aos seus domicílios, as suas dificuldades de enraizamento naquela cidade. Na passagem, por seu turno, a respeito do processo de seu estabelecimento na vila de Paranaguá, então pertencente à Capitania de São Paulo, ele afirmou: “5 de 7^{bro} me embarquei na Sumaca Francezinha em Compª do Cap. Fran^{co} José Ribª pª vir para a Villa de Paranaguá. Em 23 de 9^{bro} de 1798 saltei em terra na Villa de Paranagª e fui pª caix^{ro} do Ajudante Fran^{co} Ferrª de Olivª na rua do Collegio Cazas N^{os} 4 e 5 ou 52 e 53 e donde estive 5 annos 8 mezes 22 dias até o dia 15 de Agosto de 1804.”¹⁷⁷

No decênio de 1800, Vieira dos Santos iniciou, ainda, a sua circulação pela vila de Antonina. Dos anos 1800 aos anos 1850, este memorialista circulou por este município em decorrência, sobretudo, de sua atuação comercial, mas também em decorrência do interesse

¹⁷⁵ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Resumo das Memorias... Op. cit.*, inscrição no verso da folha do título.

¹⁷⁶ *Idem*, fls. 1-2.

¹⁷⁷ *Idem*, fl. 2.

em participar de manifestações religiosas. Um aspecto do lugar de integração de Vieira dos Santos em Antonina pode ser verificado a partir da análise de suas breves estadas nesta vila. Em tais ocasiões, ele afirmou ter sido acolhido em domicílios localizados na área central, domicílios esses chefiados, notadamente, por indivíduos os quais ocupavam superiores postos na Companhia de Ordenanças. Conforme discutido neste capítulo, ao mesmo tempo em que se encontrou, em 1850, em posição de conflito com a Câmara de Antonina a respeito de assunto de natureza financeira, foi através da interlocução com membro de elite local que ele procurou a resolução de tal alteração. Esta informação demonstra, a exemplo dos casos abaixo descritos acerca de sua inserção na sociedade Paranaguá, as variações nas condições de sucesso na capitalização de suas relações com frações de elites locais.

Desse modo, as supracitadas memórias iniciais acerca de sua vivência em Paranaguá descrevem uma área urbana a qual, entendida como característica das zonas não agrícolas paulistas de fins do século XVIII a meados do século XIX, consistia no local de residência, por exemplo, de negociantes e senhores de terras abastados, funcionários estatais, clérigos, artesãos e comerciantes varejistas. Conforme Francisco Vidal Luna e Herbert Klein: “Os portos de Santos e Paranaguá também apresentavam metade ou mais dos domicílios chefiados por pessoas dedicadas a ocupações não agrícolas.”¹⁷⁸ Ainda segundo Klein e Luna, nos domicílios não agrícolas paulistas, em relação aos domicílios agrícolas, a composição das escravarias era menor, bem como havia maior número de chefes de domicílios assinalados nas listas nominativas de habitantes como pretos e pardos, e como solteiros e mulheres.

Deve-se observar, a partir do caso da sociedade litorânea de Ubatuba de meados do século XVIII a meados do século XIX estudado por Maria Luiza Marcílio, que nas zonas agrícolas do litoral paulista a produção econômica – para além das áreas que fazendeiros e negociantes abastados dedicavam às práticas agrárias – era desenvolvida pelo grupo doméstico, o qual comportava o casal, filhos e agregados. Tal conformação domiciliar sustentava, de acordo com Marcílio, a dinâmica da reprodução social dos livres pobres. Nesta

¹⁷⁸ KLEIN, Herbert & LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 226. Sobre a estratificação social em Antonina e Paranaguá no início do século XIX problematizada através da organização espacial destes municípios – leitura essa que mapeia aspectos da riqueza e da distinção sociais a partir da localização e do preço de residências e, desse modo, ao identificar os lugares de enraizamento de segmentos de elite locais, bem como de segmentos inferiorizados nas hierarquias sociais daqueles municípios, confere atenção às determinações econômicas envolvidas nas condições de se habitarem as zonas urbanas, assim como confere atenção às implicações sociais de tais determinações, a exemplo da restrita percentagem de domicílios chefiados por não brancos no espaço urbano –, ver: KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato Urbano: Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Curitiba e Antonina no início do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2011. 256 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

configuração social agrária, as manifestações de coesão social eram observadas, notadamente, no âmbito de celebrações religiosas.¹⁷⁹

Especificamente acerca das configurações socioeconômicas de Antonina e Paranaguá em 1798, Cecília Westphalen observou que em Antonina – com uma população menor, naquela época, em relação à Paranaguá, inclusive no que tangia à população de escravos (em Antonina, foram recenseados, naquele ano, 1.217 homens livres, 1.229 mulheres livres, 497 escravos e 411 escravas; Paranaguá compunha-se, então, de 1.807 homens livres, 1.967 mulheres livres, 473 escravos e 502 escravas) – a produção econômica da farinha de mandioca auferiu maior relevo, tendo, então, representado 37,7% da produção da vila. Em Paranaguá, destacou-se a pesca – responsável por 52,8% da produção.

Cumprir verificar, assim, que, quando do estabelecimento de Vieira dos Santos em Paranaguá, estas áreas litorâneas eram marcadas pela economia de subsistência. Em Antonina, 68% da produção era consumida na vila; em Paranaguá, consumia-se internamente 88% da produção. O excedente da produção era, em sua maior parte, direcionado ao mercado interno. O percentual, por sua vez, dos grupos ocupados em tarefas não agrícolas era, em Antonina, de 2,7%, e, em Paranaguá, de 13,75%. Em ambas as vilas, portanto, conforme concluiu Westphalen, “a estrutura das atividades comprova o primarismo de sua organização econômica, com a quase totalidade da população produtiva entregue a atividades primárias do setor produtivo.”¹⁸⁰

Através, pois, da reconstituição das condições de sua aprendizagem comercial, Vieira dos Santos iniciou percorreu sobre o processo de demarcação de seus lugares de circulação e de alianças sociais em Paranaguá. Nesse estágio de sua trajetória, o memorialista acentuou o entrecruzamento entre o espaço de sua atividade comercial e o espaço domiciliar, visto que fora incorporado ao domicílio do comerciante ao qual servira como caixeiro-ajudante, a saber, o imigrante português Francisco Ferreira de Oliveira. A Família Ferreira de Oliveira possuía,

¹⁷⁹ Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006. Marcílio, acerca da análise das informações sobre ocupações econômicas presentes em censos de Ubatuba para o mencionado período, empregou, para demarcar as especificidades destas ocupações, categorias referentes às sociedades industriais, quais sejam, *primário*, *secundário* e *terciário*. Reconheceu, contudo, os limites de tal emprego em relação às sociedades agrárias. Assim, ao mesmo tempo em que se utilizou daquelas categorias, buscou imbricá-las, de maneira a acentuar o contexto não especializado da divisão do trabalho daquele município paulista: “[...] para não nos limitarmos a um simples elenco de ocupações e seus números, sem maior significado para análises e comparações, preferimos, na falta de uma melhor, continuar com Colin Clark, mas complicando seus três setores com ocupações de indivíduos que agiam em dois deles concomitantemente, nessa sociedade de pouca ou nenhuma especialização profissional.” *Idem*, p. 158.

¹⁸⁰ Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. Duas vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História, n. 5, Dezembro de 1964, p. 28.

naquele momento, membros integrados às elites da vila de Paranaguá e da freguesia de Morretes, então sob a jurisdição da vila de Antonina, da qual se emancipou em 1841.

De 1798 a 1804, conforme a narrativa memorialística, Vieira dos Santos consolidou suas relações com essa família. Respeitante à prática comercial, tornou-se, conforme mencionado, caixeiro-ajudante do capitão miliciano Francisco Ferreira de Oliveira. No exercício desta atividade, realizou, por exemplo, uma viagem a Salvador, na Capitania da Bahia, em fins de 1803.¹⁸¹ Referente, por sua vez, ao processo de consolidação de relações junto à família de seu patrão, Vieira dos Santos casou-se, em Morretes, com Maria Ferreira de Oliveira, em 1804. Era ela filha do português João Ferreira de Oliveira – Tenente da Companhia de Milícias em Morretes –, o qual era irmão do citado patrão de Vieira dos Santos. Foi a partir, pois, da intermediação deste patrão – a quem o memorialista referiu-se como o seu *Amo* – que se consolidou esta aliança matrimonial.¹⁸²

Cabe ressaltar que, entre 1805 e 1813, Vieira dos Santos e Maria Ferreira de Oliveira conceberam cinco filhos: Antonio Júnior (1805), José (1807), Maria (1808), Anna (1811) e José (1813). O segundo filho de Vieira dos Santos – José –, falecera a sete de novembro de 1807, nove dias após o nascimento.¹⁸³ Desta feita, aufere relevo, no presente capítulo, a análise dos modos pelos quais os quatro filhos de Vieira dos Santos que alcançaram a idade adulta envolveram-se em processos – por vezes não efetivados – de estabelecimento de alianças matrimoniais. Tal abordagem subsidia um entendimento a respeito dos modos de autoridade familiar desempenhados por Vieira dos Santos, assim como subsidia um entendimento a respeito das condições de eficácia das estratégias matrimoniais na consolidação dos lugares e posições sociais de membros da Família Vieira dos Santos.

Vieira dos Santos tornou-se proprietário de armazém de secos e molhados em fevereiro de 1805. O entendimento, por este indivíduo, a respeito do rito de passagem representado pela constituição de aliança matrimonial, assim como pela sua desvinculação da condição de caixeiro, verifica-se na seguinte asserção: “Em de Fev^{ro} de 1805 Sesta F^a fiquei desde este dia em diante Senhor absoluto de mim.”¹⁸⁴

¹⁸¹ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 4.

¹⁸² *Idem*, fl. 5. Sobre as condições de incorporação, no século XVIII, de imigrantes portugueses aos domicílios e estabelecimentos comerciais de compatriotas radicados no Brasil – tendo, tais imigrantes, sido empregados, por exemplo, como balconistas e escriturários – e, por conseguinte, sobre as condições de alianças matrimoniais e da participação dos imigrantes no processo de obtenção de heranças destes seus compatriotas – processo no qual se poderia consolidar a sobreposição hierárquica do imigrante incorporado à vida familiar de seus compatriotas em relação aos filhos destes –, ver: BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

¹⁸³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit.,

¹⁸⁴ *Idem*, fl. 6.

Em 1805, Vieira dos Santos, ao mesmo tempo em que, após um treinamento na vida comercial a partir da condição de caixeiro, integrara-se ao grupo de comerciantes varejistas de Paranaguá – e no que se constitui em aspecto do treinamento social que lhe foi conferido nos começos de sua vivência em Paranaguá, treinamento referente, pois, a uma atividade cultural –, manteve interação com Manoel Francisco Morato, o qual lhe ministrou, então, lições de saltério, instrumento de corda característico dos salões do Brasil do final do século XVIII a meados do século XIX. Conforme Vieira dos Santos, “Em 16 de Maio de 1805 Quinta f^a principiei a aprender saltério com M^{el} Fran^{co} Morato.”¹⁸⁵ A regularidade do interesse de Vieira dos Santos acerca deste instrumento nota-se na guarda domiciliar, por ele, nos anos 1850, de um caderno de marchas, minuets e contradanças para saltério.¹⁸⁶

Concernente às funções administrativas exercidas em Paranaguá a partir de meados da década de 1800, Vieira dos Santos assinalou: “Em principio do mes de Julho [de 1805] tomei na Camara posse de Juiz Almotacé com o Ajud^e M^{el} Gomes Per^a que servi os meses de Julho Agosto e parte de Setembro.”¹⁸⁷ O ano de 1805, na condição de marco cronológico o qual ele indicou como o início de sua atuação como comerciante que se desvinculara de um *Amo*, comporta, ainda, a referência à complexificação de suas circulações sociais: “Em 12 de Agosto de 1805 fui embarcado p^a a V^a de Antonina donde morei nas cazas N^o 17 do Cap^m Brasilio J^e Machado e N^o 52 do Sarg^{to} Mor Antonio J^e de Carvalho e voltei p^a a V^a de Paranaguá na Seg^a f^a 19.”¹⁸⁸

As circulações institucionais de Vieira dos Santos foram, por sua vez, referidas neste seu primeiro volume de memórias para o caso, inicialmente, dos lugares de exercício de práticas devocionais, conforme se verifica a partir da enumeração, por ele, dos cargos que desempenhou na Irmandade do Santíssimo Sacramento, bem como sobre os valores pecuniários que despendeu a esta corporação: “Em 29 de 7^{bro} de 1805 Dom^o me Sentei p^a Irmão da Irmandade do SS^{mo} Sacramen^{to} da V^a de Paran^a [...] e tenho pago os annuaes dos annos de 1806 =1807-1808 de Juiz de meza – 1809-1810-1811 Thezour^e – 1812-1813-1814-1815-1816-1817-1818-1819-1820-1821-1822-1823 Juis de meza-1824-1825-1826-1827-1828-1829-830-1831-1832-1833-1834-1835-1836-Escr^{vm}-1837-1838-1839-1840-Provedor.”¹⁸⁹

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁶ *Idem*, fl. 264. Para a contextualização do saltério no âmbito das manifestações musicais no Paraná, ver: BUDASZ, Rogério. Sobre a música no Paraná (1600-1850). In: SOUZA NETO, Manoel José de (org.). *A (des)construção da Música na Cultura Paranaense*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, pp. 12-24.

¹⁸⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* *Op. cit.*, fls. 6-7.

¹⁸⁸ *Idem*, fl. 7.

¹⁸⁹ *Idem, Ibidem.* Conforme Regina Célia Xavier, o tesoureiro de irmandade – cargo que Vieira dos Santos exerceu em duas irmandades de Paranaguá –, era o responsável pela guarda das receitas (joias, anuidades, esmolas) e demais bens da instituição. Permanecia sob a sua guarda o cofre e as chaves da caixa de esmolas. Da

Note-se, de tal excerto, que, para além de ter ocupado os cargos de juiz, tesoureiro e provedor desta irmandade, ele atuou ali como escrivão, ou seja, praticou uma modalidade de escrita de registro corporativo. A transcrição da sequência de anos contábeis de irmandades interessa, na presente leitura, para que se possa aprofundar a verificação de aspectos da consistência da inserção de Vieira dos Santos na vida social de Paranaguá referente ao período posterior à sua transferência para a freguesia de Morretes, em 1814. Deste modo, pode-se entender o espaço devocional como lugar da permanência da circulação de Vieira dos Santos em Paranaguá em face de sua constância em despender anuidades e exercer cargos quer na Irmandade do Santíssimo Sacramento, quer na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – na qual exerceu os as funções de escrivão, juiz e tesoureiro.

Acerca, pois, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o memorialista as seguintes informações acerca da assiduidade de sua participação: “Em 7 de Outubro de 1805 Sesta f^a me asentei p^a Irmão da Irmandade de Nossa S^{ra} do Rosario da Villa de Paranaguá [...] e tenho pago os annuaes dos annos seguintes = 1806-1807-1808-1809 Thezoureiro-1810-1811-1812-1813-1814-1815-1816-1817-1818-1819-1820-1821-1822 =Escr^{vm}= 1823-1824-1825-1826-1827-1828-1829-1830-Juis-1831-1832-1833-1834-1835-1836.”¹⁹⁰

Convém, desse modo, assinalar que durante a primeira década de residência de Vieira dos Santos em Paranaguá, procedeu-se o acirramento de sua inserção, ao mesmo tempo, em esferas devocionais, bem como, consoante abaixo demonstrado, em esferas estatais. Estes dados encaminham, portanto, a verificação, desenvolvida no curso deste capítulo, sobre processos de absorção e mobilidade social os quais – a partir das reminiscências de Vieira dos Santos – pode-se mapear, também, acerca da trajetória de um irmão deste indivíduo, conforme abaixo discutido, e, assim, situar as trajetórias de ambos enquanto casos das

mesma forma, o tesoureiro responsabiliza-se pela compra de materiais necessários aos ritos da irmandade e pagava pelas missas que mandava rezar, assim como cooperava na aquisição de materiais – a exemplo de arranjos e velas – utilizados nas festas devocionais. O provedor de irmandade, cargo que Vieira dos Santos desempenhou na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Paranaguá, possuía, de acordo com Xavier, a legitimidade de presidir a mesa da instituição. Cargo prestigiado, o provedor era incumbido da convocação de reuniões e conferências, assim como da regulação dos trabalhos, e a ele poderia recair o custeio das festas promovidas pela irmandade, bem como o custeio das demais despesas orçamentárias da instituição. Cf. XAVIER, Regina Célia. *Religiosidade e Escravidão no século XIX*: mestre Tito. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p. 195-196. Para uma discussão, acerca do Portugal setecentista, do pertencimento a irmandades enquanto forma de se estabelecer a coesão das interações comunitárias – interações marcadas, pois, pela disciplina na execução de rituais e pela hierarquização dos confrades –, ver: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As irmandades portuguesas enquanto palco de sociabilidades no século XVIII. In: *História: Questões e Debates*, n. 45, 2006, pp. 155-176.

¹⁹⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 7.

relações entre imigração, comércio varejista, integração institucional e, nesse escopo, enquanto casos das condições participação em redes de clientela.¹⁹¹

Neste primeiro volume memorialístico, Vieira dos Santos discorreu sobre a sua integração na vida social em Paranaguá no comércio, nos espaços devocionais, bem como no envolvimento em variegadas demandas de segmentos sociais deste município – de modo a elaborar, assim, uma percepção comunitária de seu processo de atuação social. Conforme a passagem seguinte, pela qual se nota como se obrigou a contribuir para a remuneração de cirurgião atuante naquela vila, tem-se uma demonstração de seu envolvimento em relações comunitárias: “Em 20 de 8^{bro} de 1805 Dom^o me asignei em hum papel de partido q’ os moradores da V^a de Paran^a fizerão ao Cirurgião da M^{ma} o Alf^{cs} João Baptista V^a Ramalho em que me obriguei a pagar 4 mil annualmente e paguei os seguintes = 1806-1807-1808-1809-1810-1811-1812-e 1815 = a saber que 1812 e 1813 estive na V^a de Cor^a e desde 1816 em diante estive morando nos Morretes e cessou esta obrigação.”¹⁹²

Os temas das alianças familiares e da integração de Vieira dos Santos em espaços administrativos, econômicos e devocionais em Paranaguá aprofundam-se na referência, neste volume de reminiscências, a episódios ocorridos em fins dos anos 1800 e começos dos anos 1810, período acerca do qual o autor mencionou a sua integração à Companhia de Ordenanças deste município. As menções ao seu processo de obtenção de patentes milicianas – soldado e, em sequência, sargento e alferes –, assim como a menção ao princípio de sua inserção na Câmara Municipal, imbricam-se nas seguintes reminiscências:

Em 6 de Dezembro de 1805 Sesta f^a fui para os Morretes a fim de jurar me de Procurador da V^a de Paranaguá e empenhar me p^a asentar praça voluntario no Regim^{to} de Milicias. [...] Em 26 de Dezembro de 1805 sentei praça de Sold^o na 1^a. Comp^a de Milicias de que era Cap^m Thomas de Ss^a e S^a e se pode ver no livro Mestre a f. 23 [...]. Em 8 de 8^{bro} de 1806 pasei de Sold^o da 1^a. Comp^a ao posto de 1^o Sar^{to} de q’ era Cap^m Antonio Ferr^a de Oliveira. [...] Em 22 de Abril de 1810 sahi eleito a votos do povo p^a Procurador da Camara mas fui livre em 23 de Abril pello Ouvidor Antonio Ri^{bro} de Car^{vo}. [...] Em 10 de Maio de 1810 Quinta F^a foi pasada na Cid^e de S Paulo a m^a patente de Alferes p^{lo} Gen^{al} Antonio José de França e Horta [...].¹⁹³

¹⁹¹ A integração de comerciantes varejistas em espaços da administração municipal foi estudada por Mara Fabiana Barbosa em relação à vila de Curitiba da segunda metade do século XVIII. Segundo a autora, a ocupação de cargos públicos pelos comerciantes afigurava-se em estratégia de auferir um enraizamento social de feição nobilitada. Ainda que existissem, conforme demonstrou Barbosa, restrições para que segmentos do comércio varejista ocupassem cargos administrativos e pertencessem à companhia de ordenanças – restrições que poderiam ser desconsideradas a partir de critérios como o prestígio familiar –, bem como ocorressem recusas, por membros da elite local, para a ocupação de cargos na municipalidade, a administração municipal fora lugar de sustentação de trajetórias de mobilidade social. Cf. BARBOSA, Mara Fabiana. *Terra de Negócio: o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). 2003. 123 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fls. 102-112.

¹⁹² *Idem*, fl. 8.

¹⁹³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fls. 6-13. Para uma contextualização respeitante ao funcionamento das Companhias de Ordenanças no Brasil durante o período colonial – análise na qual se destaca a confluência de interesses políticos de elites locais e do Estado português

Ao lado do desempenho de funções na administração municipal e nos espaços devocionais, Vieira dos Santos aprofundou sua integração junto ao grupo mercantil de Paranaguá através, por exemplo, do estabelecimento de relações compadrio. Assim, de seus cinco filhos, Anna, nascida em 1811, foi, no batismo, apadrinhada pelo negociante Manoel Antonio Pereira (1782-1857) e pela esposa deste, Leocádia Antônia Pereira da Costa.¹⁹⁴ Deve-se também ressaltar, enquanto informação que ilustra o aprofundamento das relações familiares entre Pereira e Vieira dos Santos no interior de ritos católicos, que, em 1813, um escravo de Pereira – Miguel – batizou um escravo de Vieira dos Santos – Francisco.¹⁹⁵ Manoel Antonio Pereira era imigrante português e consolidou-se como negociante de grosso trato e principal proprietário de bens imobiliários da vila de Paranaguá na primeira metade do século XIX.¹⁹⁶

Sobre o recorte de episódios das reminiscências inscritos entre 1805 a 1812, Vieira dos Santos reconheceu-se, pois, em mobilidade da condição de agregado de um comerciante varejista para a condição de chefe de domicílio que incorporou um agregado, a saber, o seu irmão João Vieira dos Santos – nascido na cidade do Porto, em 1786, e que se estabelecera em Paranaguá, em 1805.¹⁹⁷ Cabe, em sequência, reconhecer os termos que o autor empregou para a construção da reminiscência sobre as condições e ritmos da mobilidade social deste seu irmão na vila de Paranaguá.

Na descrição da incorporação de João Vieira dos Santos ao seu domicílio, Vieira dos Santos situou, ainda, a incorporação deste irmão à rotina de seu armazém de secos e molhados em Paranaguá e expôs, assim, a consolidação de uma sociedade comercial com este familiar: “Em 10 de Fever^o de 1805 Dom^o veio meu Manno João Vieira dos S^{tos} p^a m^a Comp^a de que lhe

no âmbito das funções das ordenanças, a saber, respectivamente, a consolidação de um mando local e de uma estrutura administrativa colonial – assim como para um entendimento sobre os modos de regulação social presentes nas formas de recrutamento e de exercício de autoridade pelas ordenanças, ver: MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares na América Portuguesa. In: *História: Questões e Debates*, n. 45, 2006, pp. 29-56. Acerca deste tema – através de perspectiva que acentua a configuração de Antigo Regime inerente aos modos de recrutamento e de obtenção de distinção social pelos membros das companhias de ordenanças em área da Capitania de São Paulo –, ver: PAGANI, Edson Moisés. *Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777)*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 132 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

¹⁹⁴ Cf. *Idem*, fl. 14.

¹⁹⁵ *Idem*, fl. 118.

¹⁹⁶ Sobre a trajetória de Manoel Antonio Pereira em Paranaguá, notadamente em atenção às suas formas de exercício da autoridade enquanto Capitão-Mor (1815-1835) e Prefeito deste município (1835-1849), e aos monopólios comerciais e distinções honoríficas que obteve do Governo Imperial, a exemplo da concessão, por D. Pedro I, do Hábito de Cristo e da Ordem da Rosa, ver: COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor... Op. cit.*

¹⁹⁷ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memórias... Op. cit.*, fl. 71.

dei interesse no meu Armazem tendo p^a isso falado com seu Amo o Cap^m Ricardo de S.^a Pinto p^a elle sahir de sua Caza.”¹⁹⁸

Desse modo, ao mesmo tempo em que foram sócios, o elemento hierárquico e clientelar desta relação nota-se na condição de agregado de João de Vieira dos Santos no domicílio de seu irmão.¹⁹⁹ Esta relação foi rearranjada a partir de 1807, quando este seu familiar, ao se casar com Joaquina Maria Ferreira, tornou-se chefe de domicílio, tendo permanecido, entretanto, na condição de sócio de seu irmão no armazém de secos e molhados. Conforme abaixo analisado, em decorrência do afastamento de João Vieira dos Santos de Paranaguá, Antonio Vieira dos Santos incorporaria ao seu domicílio a sua cunhada – manifestando-se, aí, pois, aspectos de relações de dependência no âmbito familiar.

Enquanto aspecto, pois, do interesse pela reconstituição dos modos de atuação social de seus familiares, e, nesse âmbito, acerca da integração destes familiares em esquemas matrioniais e práticas econômicas e políticas, Vieira dos Santos registrou o período de duração da posição de agregado de João Vieira dos Santos em seu domicílio e a consecução, por este seu irmão, de aliança matrimonial, através da qual este indivíduo deslocou-se da condição de agregado para a condição de chefe de domicílio: “Em 23 de abril de 1807 se casou meu Manno João V^a dos Santos na Igr^a Matris de Paran^a com Joaq^{na} M^a Ferr^a e servirão de testemunhas Eu e m^a Esposa meu Sogro e m^a Sogra: Esteve meu Manno em m^a Comp^a 2 annos 2 meses e 10 dias.”²⁰⁰

Ao lado da participação em esferas estatais e devocionais, pode-se assinalar, também, que Vieira dos Santos mencionou de modo renitente a sua participação em práticas teatrais. No ínterim das reminiscências a respeito do ano de 1808, verifica-se a sequência de dois episódios que ilustra, pois, o princípio dos modos como Vieira dos Santos fora reconhecido, em Paranaguá, como qualificado a dirigir encenações de peças teatrais:

Em 14 ou 21 de Maio Sabado me incumbio o Ten^e Cor^{el} Fran^{co} Gls Corder^o para ser o Inspector de hua Comedia q’ devião fazer os Alfêres Inspectores de Regim^{to} sendo em hum destes dias os primeiros desgostos que tive. [...] Em 19 de Junho de 1808 Dom^o se representou na V^a de Paran^a a Comedia de

¹⁹⁸ *Idem*, fl. 6. Enquanto informação que possibilita ilustrar que Antonio Vieira dos Santos e João Vieira dos Santos mantiveram, entre eles, uma sociedade comercial, atente-se ao título de um manuscrito de Antonio Vieira dos Santos: *Caderno pertencente a socied^e que tive em hum armazem na V^a de Paranaguá com meu Manno João Vieira*. Cf. *Idem*, fl. 265.

¹⁹⁹ *Idem*, fl. 25. Acerca das relações de clientela no Brasil oitocentista, verificadas a partir de casos das relações entre os benefícios concedidos pelo patriarca, a lealdade e obediência do cliente e a estrutura de autoridade e controle social daí estabelecida – que se manifestou, por exemplo, na economia agrária e no sistema político – estrutura essa caracterizada pela relação entre proximidade física e distanciamentos econômicos e simbólicos entre patrão e cliente, ver: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

²⁰⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* *Op. cit.*, fl. 9.

Porfias. Errando eu alguns Entremeses de q' fui o Inspector tendo se principiado a ensaiar desde o dia 26 de Maio.²⁰¹

De outra parte, cumpre mencionar que, no final dos anos 1800, Vieira dos Santos integrou a rotina domiciliar da Família Ferreira de Oliveira, de maneira a se tornar, por conseguinte, autorizado a manifestar posição acerca da incorporação de membro a esta família. Em 1809, Vieira dos Santos foi consultado por sua sogra – Anna Gonçalves Cordeiro – sobre a possibilidade de fazer-se o casamento entre a filha desta, Domitila da Silva França, e o imigrante português Antonio José de Araújo – caixeiro de Francisco Ferreira de Oliveira. Foi, pois, em conversação com Vieira dos Santos que Anna Cordeiro e Francisco Ferreira de Oliveira assentiram no casamento entre Antonio Araújo e Domitila França, cujo pai falecera naquele ano de 1809.

Pode-se, ainda, demonstrar a perspectiva da estabilidade do pertencimento e influência de Vieira dos Santos nas decisões daquela família através da informação de que, em fins de 1809, ele se tornou inventariante dos bens de seu sogro.²⁰² Desse modo, Vieira dos Santos situou a si, a seu irmão João Vieira dos Santos e a seu concunhado Antonio José de Araújo, na condição de imigrantes e caixeiros que auferiram uma mobilidade para a condição de comerciantes varejistas nas sociedades de Morretes e Paranaguá através da operacionalização de alianças tais como o matrimônio.

Em 1810, no período, pois, de estabilidade e autoridade junto aos familiares de sua esposa, Vieira dos Santos exerceu a função de cobrador das dívidas do seu sogro, função acerca da qual ele assinalou: “Em 8 de Janr^o de 1810 Segunda f^a tive huás razões com o Cap.^m José Ferr^a Guim^{es} p^r cauza de huá divida q^e devia ao meu Sogro.”²⁰³ De outra parte, consoante analisado, aqui, no quarto capítulo, Vieira dos Santos, mediante demanda realizada por Ferreira Guimarães – então vereador de Antonina – elaborou, em 1829, um requerimento através do qual a Câmara de Antonina apresentou uma demanda à Presidência da Província de São Paulo. Tal informação possibilita assinalar, desse modo, a fluidez dos rearranjos das condições e modos de interações de Vieira dos Santos para com indivíduos com os quais mantivera contato desde os começos de sua vivência no litoral sul paulista.

As percepções sobre as rotinas e rituais sociais de Paranaguá, por Vieira dos Santos, incidiram, ainda, sobre o escravismo. Acerca de sua escravaria em Paranaguá, ele conjugou, sobretudo, rememorações acerca das suas condições de aquisição de cativos e dos rituais

²⁰¹ *Idem*, fl. 10.

²⁰² Cf. *Idem*, fl. 12.

²⁰³ *Idem*, *Ibidem*.

fúnebres a estes referentes – acentuando-se, assim, a sua condição de pequeno proprietário de escravos, atento, por exemplo, às enfermidades e aos ritos, notadamente funerários, referentes ao seu plantel de cativos domésticos. A esse respeito, o autor elaborou as seguintes descrições: “Em 5 de 9^{bro} de 1810 Sesta f^a comprei neste dia a m^a Escrava Nazaria com hua f^a Escolastica molata de q’ se pasou papel assim como outro de João Dias Barboza no dia 9 [...]”²⁰⁴ Acerca de ritual funerário de escrava de seu plantel, Vieira dos Santos anotou que “Em 13 de Abril de 1812 de tarde morreo a m^a molatinha Genoveva e foi enterrada na Matris.”²⁰⁵

Os rituais devocionais, as práticas comerciais e a atuação administrativa são, pois, os aspectos candentes dos princípios das rememorações de Vieira dos Santos.²⁰⁶ A atenção à sua participação em atividades comunitárias e corporativas no âmbito do desempenho de práticas religiosas foi aprofundada a partir da descrição a respeito da maneira como, segundo ele, os seus confrades de irmandade lhe prestaram auxílio quando do incêndio de sua residência: “Em 12 de Abril de 1811 Sesta f^a da paixão estando Igr^a como Thezour^o da Irmand^e pegou fogo a em m^a Caza a qual acudiu toda a gente q’ estava na Igr^a e tive de prejuízo 122\$ calculados por menos.”²⁰⁷

As apreciações do autor sobre a sua vivência na sociedade de Paranaguá conformam-se, dessa forma, pela reconstituição das solidariedades suscitadas a partir de episódios dramáticos – a exemplo do extrato supracitado –, assim como pela reconstituição de sua participação em eventos nos quais se teriam desenvolvido modos de confraternidade, episódios a respeito dos quais se permite atentar através do seguinte extrato: “Em 18 de Junho de 1811 Terça f^a fui acompanhar a Camara da V^a de Paran^a que foi p^{lo} Rocio fazer Corr^{am} e lá

²⁰⁴ *Idem*, fl. 14.

²⁰⁵ *Idem*, fl. 16.

²⁰⁶ No Brasil colonial e nos inícios do período imperial, os almotacés eram nomeados pelas Câmaras Municipais, e, uma vez investidos do cargo, atuavam durante um bimestre na regulação do espaço urbano, notadamente acerca do comércio, das construções e do sanitário. Para o reconhecimento das condições da longa vigência – do século XIII ao século XIX – da almotaçaria no ordenamento administrativo português, assim como para uma discussão sobre o exercício do cargo de almotacé enquanto inferiormente hierarquizado, no âmbito camarário, em relação aos cargos de juiz ordinário, procurador e vereador, mas também como condição de obtenção de prestígio social e de ação estratégica para a ascensão hierárquica, ver: SANTOS, Thiago Nicodemos Enes dos. *De como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 301 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói. Para uma análise sobre a almotaçaria na organização administrativa brasileira do período colonial ao início do período imperial, assim como para reconhecer os termos da atuação dos almotacéis a partir do caso da vila de Curitiba, ver: NICOLAZZI, Norton Frehese & PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Audiências e correições dos almotacés (1737 a 1828)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. Concernente a uma proposta de leitura, a partir do caso da vila de Curitiba, da almotaçaria como manifestação de justiça distributiva desempenhada na condição de percepção comunitária, pela administração municipal, das relações sociais, ver: ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. *A almotaçaria e o direito na vila de Curitiba (1737-1828)*. Dissertação (Mestrado em Direito). 2011. 252 fls. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

²⁰⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Resumo das Memórias... Op. cit.*, fl. 14.

houve banquete.”²⁰⁸ Demanda-se, por conseguinte, problematizar como, através das reconstituição de eventos que oscilam entre a celebração e o drama social, Vieira dos Santos apreciou as mudanças de sua posição social em Paranaguá, bem como a de familiares seus.

2.2. *Rearranjos dos papéis e da posição social da Família Vieira dos Santos*

Os rearranjos das posições dos irmãos Antonio Vieira dos Santos e João Vieira dos Santos na sociedade de Paranaguá – e, do mesmo modo, os rearranjos nas posições dos integrantes dos domicílios destes indivíduos – possuem como indícios a falência comercial e a fragilização do pertencimento de ambos nas esferas administrativas em Paranaguá. Permite-se verificar estes rearranjos das dignidades sociais e das condições econômicas destes irmãos em marcos factuais inscritos no ano de 1812.

Do seguinte modo, Antonio Vieira dos Santos referiu-se à oscilação descendente da condição econômica de seu irmão: “Em 20 de Janr^o de 1812 Sesta f^a sube as novidades a resp^{to} de meu Manno João estar quebrado.”²⁰⁹ Antonio Vieira dos Santos rememorou, ainda, o curso do afastamento, da vila de Paranaguá, deste seu familiar:

Em 25 de Janr^o Sabado = 26 Dom^o – 27 Seg^{da} f^a a Justiça da me^{ma} V^a Sequestro os bens p^r elle se achar devendo certo p^a a Camara. [...] Em 31 de Janr^o chegou meu Manno João vindo da V^a de Iguape e indo se apresentar ao Gov o mandou prender dispoticamen^{te} no tronco dos quarteis da Villa e no 1^o de Fevr^o Sabado o mandou pasar p^a a Cadeia prezo a ordem do Gen^{al}. [...] Em 5 de Fevr^o houve praça nos bens de meu Irmão.²¹⁰

Foi, pois, através da mobilização de um contato social em Paranaguá – aspecto, portanto, da eficácia derradeira da interação de João Vieira dos Santos com indivíduo participante da administração municipal – que este irmão de Antonio Vieira dos Santos auferiu deslocar-se desta vila. Assim, este irmão de Antonio Vieira dos Santos deslocou-se de Paranaguá não de maneira fortuita, mas sob o auxílio de membro da elite local: “[...] se embarcou [João Vieira dos Santos] na sumaca Adonis do Tenente Francisco Joze de Brito.”²¹¹

João Vieira dos Santos fora Procurador da Câmara de Paranaguá em 1811, mas, em face de sua falência comercial e do desentendimento com José Victorino da Rocha, então comandante militar de Paranaguá – evento sobre o qual Vieira dos Santos discorreu na memória histórica sobre Paranaguá, tema abordado no terceiro capítulo desta dissertação – ele transferiu-se para a Capitania do Rio Grande do Sul de São Pedro: “Em 15 de 7^{bro} [de 1812]

²⁰⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁹ *Idem*, fl. 16.

²¹⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹¹ *Idem, Ibidem.*

tomou meu Manno a resolução de se embarcar p^a o Rio Grande.”²¹² Tem-se, assim, um estado de drama inerente ao afastamento de seu irmão da sociedade de Paranaguá – que a partir de 1812 passara a transitar como caixeiro de negociantes nas praças mercantis do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.²¹³

Tal desvinculação de João Vieira dos Santos da sociedade parnanguara implicou, ainda, rearranjos dos modos de relações internas à Família Vieira dos Santos, visto que à esposa daquele indivíduo coube, pois, tornar-se agregada ao domicílio de seu cunhado Antonio Vieira dos Santos, consoante se verifica pela seguinte reminiscência – através da qual se evidencia, ainda, um modo do envolvimento deste memorialista no processo de execução das dívidas de João Vieira dos Santos: “Em 9 de 7^{bro} de 1812 fui por mandado do Capitão Inácio Andrade para entregar as chaves das Cazas de meu Manno João e mudou minha cunhada Joaq^{na} M^a Ferr^a p^a m^a Caza.”²¹⁴ Referente ainda a este ano de 1812, Antonio Vieira dos Santos – no que demarca a identificação dos lugares da estabilidade de sua atuação social – mencionou que prosseguira a sua participação em manifestações teatrais ocorridas em Paranaguá: “Em 28 de 9^{bro} de 1812 fui ver hua Comedia que se fes no Rocio.”²¹⁵

Por conseguinte, em 1813, findos o mandato de Procurador da Câmara Municipal de Paranaguá que exercera no ano de 1812 e o terceiro mandato de almotacé que exercera de março a abril de 1813 – o segundo mandato na almotaçaria de Paranaguá ele cumpriu-o de setembro a outubro de 1810²¹⁶ –, Antonio Vieira dos Santos, em decorrência da falência de seu armazém, transferiu-se para a vila de Curitiba, conforme assinalado no excerto: “Em 13 de Abril de 1813 Terça feira sahindo do pouso entrei na Vila de Coritiba pelas 3 horas da tarde e fui morar nas Cazas de Manoel Dias da Costa no pátio da Igreja.”²¹⁷ Na tentativa de reabilitar-se enquanto comerciante – visto que a partir do ano de 1809, conforme se demonstra através do Quadro 9 apresentado neste capítulo, a contabilidade de seu armazém registrava decréscimos de lucros – ele residiu no planalto curitibano, durante os anos de 1813 e 1814, junto a sua esposa, filhos e escravos.

Em Curitiba, estabeleceu relações de compadrio com membros da elite local, consoante se verifica do excerto: “Em 21 de 7^{bro} de 1813 Terça f^a se crismou na Igr^a da V^a de Cor^a meu f^o Jose sendo padrinho o Sarg^{to} Mor Ign^{co} de Sá Souto Maior = e minha filha Anna = sendo Madr^a Madra D. M^a. Angélica de Sá e o Escr^o Fran^{co} de q^e foi padr^o o Ten^e Joaquim

²¹² *Idem*, fl. 131.

²¹³ Cf. *Idem*, *Ibidem*.

²¹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

²¹⁵ *Idem*, *Ibidem*.

²¹⁶ *Idem*, fl. 193.

²¹⁷ *Idem*, fl. 17.

Jose Leite. pelo Pe vesitador Luiz Jose de Carvalho”²¹⁸. Um caso de êxito da capitalização de relação de compadrio estabelecida nesta ocasião verificou-se quando, em 1814, por intermédio de Inácio Sotto Maior, Vieira dos Santos obteve a documentação para se realizar a sua dispensa da Companhia de Milícias de Paranaguá: “Em 23 de Agosto Terça f^a arrumei com o Sar^{to} Mor Ig^{co} de Sá vários officios fingidos sobre a m^a baixa para o Go^v de Paran^a Jose Victorino Rocha.”²¹⁹ Desse modo, a inserção em ritos religiosos – e, também, em manifestações teatrais – afiguraram-se nas atividades a partir de cuja participação este memorialista auferiu estabelecer alianças com segmentos de elite curitibana.

Acerca de seu enraizamento na freguesia de Morretes, o Vieira dos Santos descreveu-o enquanto marcado pelo seguinte processo: “Em 26 de 7^{bro} [de 1814] saí da Vila de Curitiba e com toda minha família e pouzei no Citio de Francisco de Lara no Rocio. Em 27 de Setembro saímos do Citio do Lara e viemos pouzar no lugar do Piramerim e as 3 para as 4 da tarde chegamos a Freguezia dos Morretes indo ao nosso encontro meus cunhados indo morar nas Cazas de minha Sogra.”²²⁰ Neste estágio de sua narrativa memorialística, principiam-se, pois, as referências às suas relações de dependência para com membros da Família Ferreira de Oliveira. Nesse processo, tal qual verificado acerca das ações de Vieira dos Santos para consolidar, em Paranaguá, os seus lugares de participação institucional, a consolidação do seu enraizamento na freguesia de Morretes, nos anos 1810, foi marcada pelo pertencimento a uma instituição devocional: “Em 7 de 9^{bro} [de 1816] assentei e mais m^a m^{er} para Irmãos da Terra Santa de Jerusalém.”²²¹

No curso das duas décadas de residência de Vieira dos Santos em Paranaguá, para além das estratégias de integração em esferas estatais, devocionais e da consolidação de relações familiares, identifica-se a circulação deste indivíduo no âmbito de manifestações teatrais. Referidas de forma renitente, quer em seus dois volumes de reminiscências, quer nas

²¹⁸ *Idem*, fl. 18. Para se reconhecer a posição de Inácio Sotto Maior no âmbito da elite local curitibana através de aspectos de sua atividade mercantil, política, e, também, letrada, atente-se à asserção de David Carneiro: “Homem de prestígio, abastado, possuidor de fazendas do Cajurú e da Ferraria, foi ao que parece a primeira pessoa a tentar o fabrico do vinho em Curitiba. [...] Foi o Cel. Inacio de Sá Sotto Maior quem recebey em Curitiba o sabio Saint Hilaire, a quem teria dado muitas informações preciosas que não figuram com seu nome. Em 1816 ele escreveu ao governador de São Paulo, Tte. General Oeynhausner, como Sargento mór do Regimento de Cavalaria de Milícias de Curitiba, juntando uma obra que se destinava ao Conde de Palma, então governador do Ri ode Janeiro. Essa obra era uma ‘Memória’ em que ‘dava algumas noções do território de Curitiba’”. CARNEIRO, David. *História.... Op. cit.*, 73.

²¹⁹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fl. 20.

²²⁰ *Idem*, fl. 20.

²²¹ *Idem*, fl. 25. Sobre a inserção, a partir de uma leitura que enfatiza os aspectos hierárquicos presentes nas práticas devocionais realizadas no âmbito de irmandades, de Vieira dos Santos nas irmandades de Morretes, e, ainda, concernente à participação de sua filha Maria Cândida, bem como de escravos seus em tais instituições católicas, ver: WEBER, Sílvio Adriano. *Além do cativoiro*. A congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito de Morretes. Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 103 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

memórias históricas de Morretes e Paranaguá, tais manifestações permitem verificar a abrangência e as oscilações das condições de contatos sociais, nestes espaços, de Vieira dos Santos.²²²

Assim, na continuidade de reminiscências do ano de 1814, encontra-se a descrição acerca do modo como retomou contato com membro da elite local de Paranaguá no âmbito da execução de manifestação teatral: “Em 30 de 8^{bro} fomos todos p^a o Rocio ver humas Comedias na festa do Cap. Mor M^{el} An^{to} Pereira.”²²³ Os lugares de interação social, a rearticulação de contatos familiares e as condições de estabilização de um enraizamento social em decorrência de uma falência comercial confluem, pois, nas reminiscências de Vieira dos Santos a respeito de episódios dos primeiros anos da década de 1810.

Em 1816, Vieira dos Santos, radicado na freguesia de Morretes, buscou reabilitar-se como comerciante. Dependente dos auxílios pecuniários de familiares de sua esposa, fora através de aliança com o concunhado Antonio José de Araújo – com o qual estabelecera relações de compadrio, visto que Vieira dos Santos e sua esposa batizaram, em 1812, Maria Roza, filha de Antonio José de Araújo e Domitila França, assim como este casal batizou, em 1813, José, filho de Antonio Vieira dos Santos²²⁴ – que ele inaugurou, pela segunda vez, um armazém: “Em 8 de Abril de 1816 me falou meu cunhado Antonio José para eu por uma venda nos Morretes que ele me ajudaria. Em 13 de abril de 1816 sábado abri neste dia uma venda nas Cazas de minha Sogra.”²²⁵ Nesse período de transferência para Morretes, o espaço familiar constituiu-se, portanto, para Vieira dos Santos, em lugar constituição de relações de dependências econômicas as quais alcançaram o decênio de 1850. Este processo de fixação em Morretes fora assinalado, desse modo, pelo acionamento de contatos sociais que

²²² A participação de Vieira dos Santos nas manifestações teatrais desenvolveu-se, notadamente, no teatro de entremez. Conforme Claudia Aparecida Polastre, entremez refere-se a um drama que se desenvolve entre os atos de uma comédia ou tragédia. Detentora de faceta jocosa e popular que comporta o canto e a dança, esta modalidade teatral, conhecida em Portugal desde o século XV, fora executada no Portugal setecentista de maneira assídua. No que se afigura, pois, em caso de produção teatral desenvolvida por residente na cidade de São Paulo entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a autora identificou, acerca do ano de 1796, a escrita, pelo Tenente-Coronel Antônio José Vaz, de uma peça direcionada ao teatro de entremez. Polastre acentuou o aspecto rotineiro, no mencionado recorte, da encenação do teatro de entremez na capital paulista, bem como verificou a valorização positiva desta representação teatral por diferentes segmentos da sociedade paulistana, positividade decorrente das funcionalidades instrucionais do entremez – sobretudo a reverberação de valores morais. Cf. POLASTRE, Claudia Aparecida. *A música na cidade de São Paulo, 1765-1822*. Tese (Doutorado em História Social). 2008. 255 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, fls. 171-175. Na abordagem de Rogério Budasz sobre o teatro na América Portuguesa, argumenta-se que, na concepção das elites administrativas e religiosas, o teatro consistiria em ação civilizatória, haja vista que, conforme o entendimento destes dois grupos, repercutiria os valores culturais e morais europeus em ambiente selvagem e tropical. Cf. BUDASZ, Rogério. *Teatro e Música na América Portuguesa: ópera e teatro musical no Brasil (1700-1822): convenções, raça, gênero e poder*. Curitiba: DeArtes/UFPR, 2008, p. 22.

²²³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 21.

²²⁴ *Idem*, fls. 112 e 167.

²²⁵ *Idem*, fl. 24.

implicaram na dependência a membros da Família Ferreira de Oliveira, bem como implicaram na reabilitação de interlocução com indivíduos que, assim como Vieira dos Santos, eram imigrantes portugueses, caso do então Capitão-Mor das Ordenanças de Paranaguá, o citado Manoel Antonio Pereira.

Os ritos sociais aos quais Vieira dos Santos acorreu e as circulações sociais inerentes aos rearranjos de sua integração nas sociedades de Antonina, Morretes e Paranaguá podem ser identificados nas reminiscências referentes ao ano de 1816. A função a qual ele alegou ter exercido quando da execução de uma celebração em honra do pároco de Paranaguá consta, pois, como aspecto das condições e lugares de sua circulação por esta vila: “Em 6 de Junho [de 1816] Quinta f^a de manhã me embarquei nos Morretes e cheguei as 8 horas da noite na V^a de Paran^a e fui morar na rua da Gamboa [...] e me demorei 14 dias indo p^a ajudar a reger e determinar o banquete do P^e Vicente Ferr^a de Oliv^a o qual cantou Missa no Dom^o grande e 16 de Junho em q’ depois houve hum grande banquete.”²²⁶

As narrativas memorialísticas de Vieira dos Santos afiguraram-se, pois, em espaço para a referência ao conflito e à coesão das interações sociais através da reconstituição de episódios referentes, sobretudo, a celebrações sociais e a trocas econômicas. Nesse escopo, Vieira dos Santos mobilizou o padrão textual memorialístico enquanto instrumento para a reflexão sobre os reveses no interior de suas relações comerciais e clientelares, a exemplo da alteração que tivera com um empregado de seu comércio – episódio que indica um modo de exercício de autoridade por este memorialista –, conforme se identifica na seguinte passagem: “Em 2 de 8^{bro} de 1816 Quarta f^a de tarde botei fora da venda o Caix^{ro} Manuel Barruel hespanhol. Em 5 de 8^{bro} Dom^o andei bem triste em considerações sobre a m^a vida dando me vontade de hir embora p^a o Rio inda que fosse p^a Caix^{ro}.”²²⁷

A rememoração de um conflito com um caixeiro e a manifestação do interesse em retornar ao Rio de Janeiro, ainda que em condição hierárquica inferior a de comerciante varejista, foi seguida da recordação da maneira acerca de como incorporou, ao seu comércio, na condição de caixeiro, um imigrante português – informação que se constitui, do mesmo modo, em indício das formas de dominação exercidas por ele no interior de processos de treinamento comercial: “Em 10 de 9^{bro} [de 1816] Sesta f^a tornei após hua venda nos Morretes em q’ entrou de Caix^{ro} Aniceto Francisco f^o de Portugal o qual chegou neste dia.”²²⁸ A

²²⁶ *Idem*, fls. 24-25.

²²⁷ *Idem*, fl. 25.

²²⁸ *Idem*, *Ibidem*.

duração das atividades de Aniceto Francisco como caixeiro foi mencionada pelo autor: “Em 25 de Fev^{ro} Terça f^a sahio neste dia o Caix^{ro} Aniceto Fran^{co} de m^a venda.”²²⁹

Por conseguinte, o reconhecimento das indefinições sobre as práticas econômicas que então desenvolvia, são mencionadas, por seu turno, nas lembranças acerca de episódios do ano 1817: “Em 21 de Abril [de 1817] Segunda f^a não pude dormir na noite deste dia em considerações sobre a m^a vida. [...] Em 22 de Abril Terça f^a andei bem triste e aflicto p^r razão de meu Cunhado Ant^o querer que eu escrevesse a m^a dívida no seu livro rubricado.”²³⁰ A dependência econômica de Vieira dos Santos para com este seu concunhado e compadre aprofundou-se em 1819, quando dele contraiu empréstimo de 400 mil réis.²³¹ Ainda acerca do ano de 1817, verifica-se, através do seguinte extrato de reminiscência, uma relação de endividamento firmada na esfera familiar, e a qual Vieira dos Santos reconheceu como tendo engendrado um episódio conflituoso: “Em 22 de abril andei aflito em razão de meu cunhado Antonio que eu escrevesse a minha dívida no seu livro rubricado.”²³²

No aprofundamento das referências aos contatos sociais que consolidou em Morretes e Paranaguá, Vieira dos Santos observou: “Em 19 de julho [de 1819] me embarquei dos Morretes para a Vila de Paranaguá e fomos morar na rua do Collegio nas Cazas do Cap. Bento Antonio da Costa. Nesta noite expus minha vida ao Capitão Antonio Ferreira e Francisco Ferreira, à thia Eufrosina e à prima Joaquina. Em 20 de julho expus a minha vida ao Sargento Mor Manoel Francisco Correia e me offereceo quatrocentos mil réis para empréstimo. Consultei com o Capitão Mor Pereira.”²³³

Estes indivíduos com os quais Vieira dos Santos consultou formavam o grupo oligopolista de negociantes de grosso trato de Paranaguá. Vieira dos Santos, portanto, buscou acionar dois contatos firmados do final da década de 1800 ao início da década de 1810: as relações de compadrio com os negociantes de origem portuguesa Manoel Francisco Correia (1776-1864) – padrinho de crisma, em 1809, de Maria Cândida, filha de Vieira dos Santos²³⁴ –, e Manoel Antonio Pereira, o supracitado padrinho de Anna Vieira dos Santos. Através desses acionamentos de contatos, auferiu Vieira dos Santos – no que se constituiu no aprofundamento de sua diferenciação social, sob perspectiva inferiorizada, em relação a imigrantes portugueses – captar empréstimos.

²²⁹ *Idem, Ibidem.*

²³⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* *Op. cit.*, fl. 26.

²³¹ *Idem*, fl. 29.

²³² *Idem*, fl. 26.

²³³ *Idem*, fl. 29.

²³⁴ Cf. *Idem*, fl. 11.

Desde o ano de seu estabelecimento em Paranaguá, em 1798, aos anos 1820, Vieira dos Santos mencionou que manteve correspondência epistolar com seus familiares em Portugal, notadamente com o seu pai. De Portugal, ele também importava edições da *Gazeta de Lisboa*, assim como estampas e imagens de santos, as quais Vieira dos Santos comercializava.²³⁵ Ainda que estas reminiscências não se aprofundem sobre a utilização comercial destas estampas e imagens católicas, ele mencionou os indivíduos que a ele encomendaram tais objetos. Desse modo, verifica-se, no que respeito dos começos de sua vivência em Morretes, a natureza difusa das suas ocupações econômicas e da estratégica reabilitação de contatos em Portugal em favor de tais ocupações.²³⁶

2.2.1. Diferenças sociais de Vieira dos Santos para com seus compadres

No presente subcapítulo, com o propósito de estudar o processo de enraizamento social de Vieira dos Santos em Paranaguá e Morretes nos decênios de 1800 a 1830, e tendo-se como fontes, para tanto, listas nominativas de habitantes, são analisados aspectos de sua diferenciação social em relação a quatro compadres seus, a saber: Antonio José de Araújo, Manoel Antonio Pereira, Manoel Francisco Correia e João Vieira dos Santos – que fora padrinho de crisma de Antonio Vieira dos Santos Júnior, em 1808.²³⁷

Convém ressaltar que os dados obtidos nestas listas – as quais são referentes às áreas centrais de Morretes e Paranaguá – são limitados a informações sobre a organização domiciliar destes indivíduos. Assim, informações, por exemplo, como número de caixeiros e escravos registrados naqueles domicílios não cabem ser apreendidas como absolutas acerca do número de indivíduos que, sob tais condições, mantiveram relações de dependência para com os citados. Antes, poderia haver caixeiros e escravos em circulação por demais áreas destes

²³⁵ Para além da recepção de materiais literários portugueses por intermédio de seus familiares, Vieira dos Santos afirmou que possuía edições de jornais produzidos na Província da Bahia – a *Gazeta da Bahia-Idade d'Ouro do Brasil*, existente de 1811 a 1823 – e na cidade do Rio de Janeiro – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, existente de 1808 a 1821 – concernentes a anos intermitentes dos decênios de 1810 e 1820. Cf. *Idem*, pp. 263-264. Sobre o discurso político da *Gazeta de Lisboa* – acerca dos seus fundamentos conservadores, a exemplo da crítica a reivindicações tais como a citada Revolução Liberal do Porto, e, mais amplamente, para um entendimento sobre este periódico como marcado pela defesa de valores de Antigo Regime, a exemplo da sua fidelidade, na condição de impresso oficial, ao absolutismo monárquico –, ver: MIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). 216 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

²³⁶ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memórias... Op. cit.*, fls. 271 ss. Verifica-se um indício do conhecimento, por Vieira dos Santos, de técnicas de tinturaria a partir da guarda domiciliar do livro *Cultura dos gêneros p^a a tinturaria Indigoaria e Segredos necessários para os officios artes e manufacturas*. A indigoaria trata-se, pois, de ofício artesanal pouco especializado do setor de insumos. Cf. LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 56.

²³⁷ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memórias... Op. cit.*, fl. 9.

municípios e, assim, por demais propriedades dos citados chefes de domicílios, ou mesmo por demais áreas de abrangência – para além, portanto, daquelas vilas – da atuação comercial destes.

Em face de tal limitação, a utilização das listas recai na identificação de indícios de um processo de diferenciação social concernente à incorporação, no espaço domiciliar dos citados compadres, de indivíduos – os caixeiros e os escravos – ali mantidos em posição de sujeição, bem como na verificação das posições destes compadres na Companhia de Ordenanças. O recorte, por fim, acerca da utilização destas listas – decênios de 1800 a 1830 – contempla o período em que estas possuíam informações mais diversificadas a respeito da composição domiciliar. Nas listas a partir do decênio de 1840, os dados restringem-se a informações nominativas e etárias.²³⁸

Na lista nominativa de habitantes da 1ª. Companhia de Ordenanças da vila de Paranaguá constam registros das estruturas domiciliares de Antonio Vieira dos Santos, de seu irmão João Vieira dos Santos, e de seus compadres Manoel Antonio Pereira e Manoel Francisco Correia. Destes indivíduos, o domicílio de João Vieira dos Santos foi primeiramente alistado e, assim, observa-se que ele, dois anos após se ter desvinculado da condição de agregado do domicílio de Antonio Vieira dos Santos, atuava como comerciante varejista e detinha uma pequena escravaria.

Quadro 1 – Estrutura domiciliar chefiada por João Vieira dos Santos. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1809

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
64	Joaô Vir ^a dos S ^{tos} n ^{al} do Porto	22	C [Casado]	B [Branco]	Vive de Negocio
[64]	Joaquina Maria m ^{er} [mulher]	20	C	B	
[64]	Justino escravo	7	S [Solteiro]	N [Negro]	
[64]	Nazaria	20	“	P [Parda]	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1809. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

No domicílio contíguo, encontra-se referenciado Antonio Vieira dos Santos, o qual, a exemplo de seu irmão, integrava, então, o grupo de comerciantes varejistas e de pequenos proprietários de escravos da vila de Paranaguá.

²³⁸ Para uma discussão sobre modos de abordagem de listas nominativas de habitantes – assim como para o conhecimento de aspectos do conteúdo destas fontes –, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp, 2006.

Quadro 2 – Estrutura domiciliar chefiada por Antonio Vieira dos Santos. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1809

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
65	Antonio Vir ^a dos S ^{tos} n ^{al} desta villa	25	C	B	Vive de Negocios
[65]	Maria m ^{er}	20	C	B	
[65]	Antonio J ^o	4	S	B	
[65]	Escravos Manoel angola	15	S	N	
[65]	Izabel crioula	16	S	N	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1809. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

A composição do domicílio de Manoel Francisco Correia, no ano em que estabeleceu uma relação de compadrio com Antonio Vieira dos Santos, assinala, já, a desigualdade econômica em relação a este compadre, uma vez que a escravaria recenseada no domicílio de Correia, superior a de Vieira dos Santos, indica uma diferenciação, entre ambos, no interior do grupo de pequenos proprietários de escravos do município. Estes compadres conviveram desigualmente, ainda, no que se refere à posição de credor de Correia para com Vieira dos Santos. Tal condição estendeu-se dos anos 1810 aos anos 1850.

Quadro 3 – Estrutura domiciliar chefiada por Manoel Francisco Correia. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1809

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Ocupações
156	Manoel Fran ^{co} Corr ^a n ^{al} do Porto Alf ^{es} Miliciano	33	V [Viúvo]	B	Negociante
[156]	Fran ^{co} J ^e Brito Caixeiro	20	S	B	
[156]	Escravos Pedro crioulo	20	S	N	
[156]	Ifigenia dita	20	S	N	
[156]	Laura dita	28	S	N	
[156]	Felecidade dita	8	S	P	
[156]	Eufrazia dita	3	S	P	
[156]	Caetano dito	16	S	P	
[156]	Esperança dita	17	S	P	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1809. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

No domicílio de Manoel Antonio Pereira então se encontrava, por seu turno, uma escravaria maior em relação às escravarias de Correia e de Vieira dos Santos. Aproximaram-

se, contudo, Correia e Pereira, no que se refere à consistência dos esquemas matrimoniais que entre as famílias de ambos foram consolidadas, bem como no que se refere às alianças econômicas que entre ambos se firmaram, notadamente acerca da navegação fluvial.²³⁹

Quadro 4 – Estrutura domiciliar chefiada por Manoel Antonio Pereira. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1809

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Ocupações
164	Manoel Antonio Pereira n ^{al} de Braga Miliciano	29	C	B	Vive de Negocio
[164]	Leocadia Antonia m ^{er}	20	C	B	
[164]	Francisco f ^o	2	S	B	
[164]	Antonio J ^e Per ^a Irmaão	16	S	B	
[164]	Escravos Artolano Benguela	24	S	N	
[164]	João dito	32	S	N	
[164]	Joze dito	22	S	N	
[164]	Antonio dito	3	S	N	
[164]	Maria crioula	28	S	N	
[164]	Joaquina dita	20	S	P	
[164]	Josefa dita	7	S	P	
[164]	Rita dita	8	S	P	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1809. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

Verificam-se nas estruturas domiciliares de Vieira dos Santos e destes três compadres seus a existência de pequenas escravarias – entre dois a nove cativos –, aspecto esse que foi predominante na estrutura da posse de escravos no litoral paranaense do início do século XIX.²⁴⁰ Conforme acentuado por Manolo Florentino a respeito da importação de africanos para o porto do Rio de Janeiro, entre os decênios de 1790 a 1820 o escravo constituía-se em

²³⁹ Os membros das famílias Correia e Pereira estabeleceram, entre eles, alianças mais consistentes em relação às que firmaram com membros da Família Vieira dos Santos. Desta feita, pode-se acentuar que Manoel Antonio Pereira e Manoel Francisco Correia eram consogros, uma vez que um filho de Correia – Manoel Francisco Correia Júnior – foi casado com uma filha de Pereira – Francisca Antonia Pereira –, e um filho de Pereira – Manoel Antonio Pereira Filho – foi casado com uma filha de Correia – Lourença Laurentina. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor... Op. cit.*, p. 200. Acerca, por seu turno, das alianças comerciais entre Correia e Pereira, destaca-se que, em 1814, ao passo que o seu compadre Vieira dos Santos, falido, estabeleceu-se em Morretes, ambos, em regime de sociedade, obtiveram do poder régio a concessão para administrarem a navegação sobre o rio Cubatão, situado entre as baías de Antonina e Paranaguá. Cf. *Idem*, p. 118.

²⁴⁰ Para uma análise referente aos padrões de posse de escravos nos municípios da 5ª Comarca da Província de São Paulo nas três primeiras décadas do século XIX – padrões esses entendidos, em tal análise, como derivados da prevalência da reprodução vegetativa dos escravos em relação à importação de africanos, bem como entendidos enquanto característicos de área de mercado de abastecimento interno –, ver: GALLARDO, Darío Horácio Gutiérrez. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em Economia). 1986. 180 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.

mercadoria socialmente barata – ou seja, comercializada na faixa de preços entre 1 e 500 mil réis –, de modo que os indivíduos cujos inventários foram registrados, neste período, na jurisdição fluminense, eram, em sua maioria, proprietários de ao menos um escravo. Tal configuração modificou-se no final dos anos 1820, visto que ocorreu, nesse período, a elevação dos preços de escravos.²⁴¹

No decênio de 1810, quando da fixação de Vieira dos Santos na freguesia de Morretes, demarcou-se, por sua vez, a desigualdade dele para com o seu concunhado e compadre Antonio José de Araújo. A integração deste indivíduo na Companhia de Ordenanças da Vila de Antonina na condição de tenente – Vieira dos Santos obteve, por seu turno, o pertencimento às Ordenanças de Antonina apenas em 1820, na condição de alferes –; a composição da escravaria e a presença de agregado no domicílio são elementos indicativos da sua consolidação enquanto negociante naquela freguesia.

Quadro 5 – Estrutura domiciliar chefiada por Antonio José de Araújo. Freguesia de Morretes, 1º Quarteirão, 1817

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
11	Antonio Joze da S ^a Araújo Then ^{te} Miliciano do Regm ^{to} de Orden ^a n ^{al} da V ^a de Famelicão	31	V	B	Vive de Negocio de fazenda seca. Recebe nesta caza seu Irmaão Joze de Araujo e seu escravo Jeromino
[11]	Irmaão do peito Joze Araújo	36	S	B	
[11]	Filhos Anna	6	S	B	
[11]	Maria	5	S	B	
[11]	Escolastica	5	S	B	
[11]	Escravos Benedita crioula	20	C	N	
[11]	Julião dito	33	C	N	
[11]	Francisca dita	26	S	N	
[11]	Joze dito	17	S	N	
[11]	Inez dito	22	S	P	
[11]	Maria dito	5	S	P	
[11]	Jeronimo dito	6 meses	S	P	
[11]	Matheos Angola	56	S	N	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Morretes (Vila de Antonina), 1817. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

²⁴¹ Cf. FLORENTINO, Manolo. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 76.

Na configuração domiciliar, abaixo apresentada, de Vieira dos Santos em Morretes, identifica-se um aumento de sua escravaria em relação ao seu domicílio em Paranaguá. Contudo, consoante estudado neste capítulo, esta integração na sociedade morretense procedeu-se em face da intensificação da sua dependência econômica em relação aos familiares de sua esposa e aos seus compadres Correia e Pereira.

Quadro 6 – Estrutura domiciliar chefiada por Antonio Vieira dos Santos. Freguesia de Morretes, 1º Quarteirão, 1817

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
12	An ^{to} Vieira dos S ^{tos} n ^{al} da cidade do Porto	33	C	B	Vive de negocios de fazenda seca
[12]	Maria Ferreira de Oliveira n ^{al} desta	30	C	B	
[12]	Ant ^o	11	S	B	
[12]	Maria	10	S	B	
[12]	Anna	7	S	B	
[12]	Joze	4	S	B	
[12]	Escravos Nazaria crioula	39	S	N	
[12]	Thereza dita	9	S	N	
[12]	Escolastica dita	9	S	N	
[12]	Fran ^{co} dito	5	S	N	
[12]	Candido dito	2	S	N	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Morretes, 1817. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

A diferenciação social entre Vieira dos Santos seus compadres Correia e Pereira acirrou-se a partir dos anos 1810, visto que estes permaneceram em ritmo ascendente na obtenção de patentes da Companhia de Ordenanças. Especificamente em relação ao caso de Pereira, pode-se aludir, a partir de informações presentes na lista nominativas de habitantes de Paranaguá de 1825, que ele já se dedicava ao comércio marítimo, uma vez que, nesta fonte, é discriminado o grupo de seus escravos embarcados.

Quadro 7 – Estrutura domiciliar chefiada por Manoel Antonio Pereira. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1825

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
1	O Ilm ^o Sn ^{or} Cap. Mor Manoel Antonio Pereira natural	47	C	B	Vive de negocio de fazenda seca. Navegar Embarcacoes

	do Bispado de Braga				
[1]	D. Leocadia da Costa n. ^{al} desta V. ^a	38	C	B	
[1]	F. ^{os} Francisco	20	S	B	He cap. ^m da 6. ^a . comp. ^a de Ordenanças
[1]	Maria	17	S	“	
[1]	Manoel	16	“	“	
[1]	Antonio	14	“	“	
[1]	Francisca	12	“	“	
[1]	Leocadia	10	“	“	
[1]	Joze	8	“	“	
[1]	Anna	1	“	“	
[1]	Gertrudes	6	“	“	
[1]	Escravos Antonio	35	C	P	
[1]	Felipe	31	S	P	
[1]	Guido	38	S	P	
[1]	Davios	43	S	P	
[1]	Joze Nação Angola	25	S	N	
[1]	Antonio Cabinda	37	S	N	
[1]	Candido	19	S	N	
[1]	Maria	47	V	N	
[1]	Candida	20	S	P	
[1]	Joaquina	48	S	P	
[1]	Maria	35	S	N	
[1]	Rita	23	“	P	
[1]	Josefa	31	“	P	
[1]	Joze	22	“	N	
[1]	Luiza	10	“	P	
[1]	Claudiana	11	“	N	
[1]	Justiniano	22	“	N	
[1]	Margarida	31	“	N	
[1]	Maria	34	“	N	
[1]	Maria	34	“	N	
[1]	Roberto	64	C	N	
[1]	Escr. ^{vos} embarcados Benedito	30	S	N	
[1]	João	28	S	N	
[1]	Nicolas	34	S	N	
[1]	Francisco	27	S	N	
[1]	Jacinto	27	S	N	
[1]	Antonio	25	“	“	
[1]	Joze	23	“	“	
[1]	Bento	23	“	“	
[1]	Antonio	22	“	“	
[1]	Manoel	23	“	“	
[1]	Alexandre	18	“	P	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1825. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

Acerca dos anos 1820, entre os domicílios de Correia e Pereira identificam-se desigualdades derivadas da composição dos plantéis de escravos, bem como derivadas de sua ascensão em postos da Companhia de Ordenanças. Pode-se, de outra parte, aproximá-los no que se refere à presença de agregados em ambos os domicílios – agregados os quais se empregaram como caixeiros –, de maneira que tal presença acentua o exercício, por ambos, no âmbito da atuação mercantil, de formas de dominação social.

Quadro 8 – Estrutura domiciliar chefiada por Manoel Francisco Correia. Vila de Paranaguá, 1ª. Companhia de Ordenanças, 1825

Nº do Fogo	Nome	Idade	Estado	Cor	Observações
4	O Ilm ^o S. Mor M ^{el} Fran ^{co} Corr ^a n ^{al} do Porto	49	C	B	Vive de negócios de. Fazenda seca e Armazem. Navega Embarcações
[4]	D. Joaq ^{na} Maria da Ascensão n. desta V ^a	39	“	“	
[4]	F ^{os} Manoel	17	S	“	
[4]	Joaquim	11	“	“	
[4]	Joze	9	“	“	
[4]	Maria	7	“	“	
[4]	Lourença	5	“	“	
[4]	Caixeiros Joze Machado de Oliv ^a n ^{al} da V ^a de Antonina	24	S	B	
[4]	Joze Manoel de Miranda n. desta Villa	18	S	B	
[4]	Escravos Antonio	32	S	N	
[4]	Lourenço	33	“	“	
[4]	Antonio	27	“	“	
[4]	Rita	29	“	P	
[4]	Joaquina	23	“	N	
[4]	Izabel	5	“	“	
[4]	Candida	30	“	“	
[4]	Caetano	11	“	P	
[4]	Izelina	17	“	N	
[4]	Fortunato	5	“	P	
[4]	Candido	5	“	P	
[4]	Joze	24	“	N	
[4]	Joaão	35	“	P	
[4]	Joze	32	“	N	
[4]	Vicente	33	S	N	
[4]	Antonio	44	“	“	
[4]	Pedro	37	“	“	

[4]	Manoel	27	“	“	
[4]	Joaõ	26	“	“	
[4]	Izabel	14	“	“	

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Paranaguá, 1825. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

No decênio de 1820, ao passo que Vieira dos Santos principiava tornar-se negociante de erva-mate, seus compadres Manoel Correia e Manoel Pereira estavam, então, consolidados como integrantes do grupo mercantil de Paranaguá e exerciam cargos de autoridade nesta municipalidade. Nos anos 1820, conforme as passagens memorialísticas de Vieira dos Santos, este aprofundou seu endividamento em relação a seus compadres, ao mesmo tempo em que participou de celebrações – a exemplo de saraus e manifestações teatrais – conjuntamente àqueles dois negociantes. No percurso de intensificação de desigualdades econômicas entre estes indivíduos, conformou-se, assim, o aspecto hierarquizado das interações de Vieira dos Santos com estes dois compadres seus.

2.3. Mobilidade e rede social de Antonio Vieira dos Santos na década de 1820

Neste subcapítulo, são analisadas as relações de dependência de Vieira dos Santos para com os seus credores. Encaminha-se, sob tal perspectiva, o reconhecimento da conformação hierarquizada sob a qual as suas práticas econômicas foram desenvolvidas. Ainda, confere-se atenção à consolidação de Vieira dos Santos na vida social morretense em decorrência de suas condições de participação política.

Do final da década de 1810 a meados da década de 1820, Vieira dos Santos consolidou-se como comerciante na freguesia de Morretes. De maio a junho de 1820, ele realizou tratos comerciais na cidade do Rio de Janeiro para a obtenção de sortimentos ao seu armazém de secos e molhados. O interesse para a realização desta viagem foi também derivado do propósito de obter o dinheiro de um empréstimo que ele contraíra: “Em 14 de Marco Quarta f^a me deu ordem o Sargt^o Mor Mel Fran^{co} Corr^a p^a me darem no Rio os 400\$mil rs e se apromptarão os despachos: e me andei despedindo no dia 15 e 16.”²⁴²

Nesta viagem, que realizara com o seu concunhado Araújo, ele participou de rituais devocionais e artísticos: “Em 23 de Abril [de 1820] Dom^o andei vendo varias Igr^{as} como Cap^{la} Real – Carmo Crus – Candelaria – S. Bento – Santa Ritta e fui embarcado a xacra de Ant^o Ferr^a Alves em Mattaporcos, e de lá viemos p^a terra p^a a Cid^e fui ao Curro ver os Cavalinhos

²⁴² *Idem*, fl. 30.

Italianos de Mr. Southby. [...]. Em 11 de Junho [...]. De noite fui a opera com meu Cunhado Ant^o intitulada = Amor Conjugal e a dança Accasos Nocturnos [...]. Em 7 de Junho de tarde fui na Capella Real ver a Procissão de Corpos donde hia El Rey.”²⁴³

Na reconstituição das interações que Vieira dos Santos estabeleceu durante esta estada na cidade do Rio de Janeiro, pode-se reconhecer sua posição quer no âmbito de um evento de conagração entre negociantes, quer no estabelecimento de relações de dependência para com eles. Conforme o seguinte excerto, verifica-se a natureza da reunião de conagração entre negociantes da qual Vieira dos Santos participara: “Em 7 de Maio Domingo fui no Rio de Janr^o embarcado ate Mattaporcos a xacra de Antonio Ferr^a Al^a adonde houve hum banquete em q^e assistirão varios negociantes.”²⁴⁴

Para se aludir, por sua vez, às obrigações nas quais Vieira dos Santos se reconheceu para com membros do grupo mercantil carioca, cabe citar os termos da cobrança econômica que o seu supracitado compadre Manoel Antonio Pereira, na condição de intermediário de negociante atuante na capital do Império, lhe fez: “Em 23 de Fever^o [de 1823] Dom^o recebi carta do Cap. Mor M^{el} Antonio Pereira em data de 19 pedindo me a divida q’ estava devendo ao Mesq^{ta} e respondi em 24 e andei todo este dia bem triste em considerações sobre a m^a vida.”²⁴⁵ Conforme se permite aferir a partir das informações do Quadro 10 apresentado neste capítulo a respeito do rol de credores de Vieira dos Santos, este negociante ao qual Pereira

²⁴³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Resumo das Memorias...* Op. cit., fls. 31-33. Em estudo sobre o estatuto simbólico da execução das procissões católicas ocorridas no Rio de Janeiro durante o contexto da permanência, nesta cidade, da Família Real portuguesa, Nizza da Silva acentuou que, na configuração hierarquizada sob a qual se desenvolviam as procissões, as insígnias que caracterizavam este rito constituíam um espetáculo popular. Conforme a autora, a procissão – e eis uma possibilidade de aproximação ao estatuto dos demais ritos religiosos, descritos nesta dissertação, concernentes àqueles aos quais Vieira dos Santos acorreu, e concernentes às impressões deste indivíduo sobre fenômenos da vida religiosa em Morretes e Paranaguá – “A procissão é o símbolo visual da hierarquia social. O povo vê ressaltar diante de si, pela devida ordem, aqueles membros da sociedade que nela ocupam distinção.” SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura, Linguagem e Sociedade*. O Rio de Janeiro de 1808 a 1821. Volume II. Tese (Livre Docência em História). 1973. 424 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, fl. 74. Ainda, enquanto descrição dos elementos basilares dos festejos públicos do Rio de Janeiro do período da residência da Família Real – descrição que encaminha, por sua vez, uma aproximação ao caso dos festejos ocorridos na vila de Morretes e, conforme aqui descrito no capítulo quarto, ocuparam a atenção da prosa histórica de Vieira dos Santos no que se refere ao reconhecimento da regularidade e das funcionalidades políticas de tais rituais –, Nizza da Silva observou: “Podemos considerar as luminárias como o elemento essencial nos festejos públicos. Elas criavam por si sós o ambiente de festa, e assim, mesmo que se celebrassem apenas acontecimentos de menor importância, as luminárias, tal como os fogos de artifício ou as salvas, constituíam a base constante da festa pública.” *Idem*, fl. 76.

²⁴⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...*, Op. cit., fl. 31.

²⁴⁵ *Idem*, fl. 41. Estas reminiscências sobre as interações com negociantes do Rio de Janeiro e de Paranaguá permitem verificar a participação de Vieira dos Santos em cadeias de endividamento – características do Brasil colonial e imperial – as quais, em face da frágil liquidez da economia mercantil, impelia, aos negociantes, à solicitação de crédito aos maiores negociantes da municipalidade em que atuavam, e mesmo aos negociantes de outras praças mercantis. Configuravam-se, assim, cadeias de adiantamento e endividamento as quais, derivadas da concentração de liquidez e, assim, do monopólio do crédito pelos maiores negociantes, tornaram o endividamento, naquele período, um sustentáculo da dinâmica econômica. Cf. FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como Projeto...* Op. cit., pp. 89 ss.

serviu como intermediário era José Francisco de Mesquita (1790-1873) – Conde do Bonfim – que, natural da Capitania de Minas Gerais, estabeleceu-se como negociante no Rio de Janeiro.²⁴⁶

Nas reminiscências de Vieira dos Santos acerca dos começos de sua inserção na então freguesia de Morretes confluem, pois, percepções sobre os reveses da sua atividade econômica e sobre modos de conflitos familiares. Confluem, ainda, reminiscências as quais permitem verificar as oscilações dos modos de participação deste memorialista na vida política daquela freguesia. Enquanto aspecto de reveses econômicos que engendraram conflitos no âmbito de seu grupo familiar, Vieira dos Santos ressaltou: “Em 16 de Junho Quarta f^a de madrugada estive em consultas com a m^{er} sobre a m^a vida [...]. Em 17 de Julho Quinta me disse meu Cunhado eu tirasse a conta de Juros p^a ver se J. A. da Costa o perdoava e me disse huás tantas coizas q^e fiquei fora de mim dizendo-me q^e não sabia como havia de arrumar. De tarde declarei a m^a m^{er} os meus sentimentos.”²⁴⁷

Desta forma, o início da década de 1820, nas lembranças de Vieira dos Santos, pauta-se pela confluência de referências a ritos de celebração devocional e dos conflitos de sociabilidades engendrados, notadamente, por obrigações econômicas. Cumpre, do mesmo modo, reconhecer aspectos da consistência de seu pertencimento à vida social morretense em face das condições de participação em processos eleitorais. Assim, nos anos de 1821 e 1822 ele servira como secretário de Juntas Paroquiais – responsáveis, então, pelo recrutamento de

²⁴⁶ Para se aferir um modo da atuação econômica de José Francisco de Mesquita – e se aferir, ainda, acerca dos modos de atuação de negociantes de grosso trato – ao tempo em que a ele Vieira dos Santos demandara crédito, atente-se à seguinte informação da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “A Junta do Branco do Brazil faz saber ao Publico, que tem a vender 220 diamantes lapidados, pezando 223 quilates e hum grão, e assim mais 6.089 quilates e meio grão de diamantes em bruto, todas as pessoas que os quizerem, poderão comparecer no Banco todas as Segundas, e Quintas feiras de manhã, a tratar com os Deputados *Manoel Gomes de Oliveira*, e *José Francisco de Mesquita*, encarregados desta venda; tendo principio na Quinta feita próxima futura. Rio de Janeiro. 3 de Setembro de 1821 – O Secretario da Junta *Jacinto Ferreira de Paiva*.” *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 82, Sabbado 8 de Setembro, Anno de 1821 [seção das *Observações*]. Grifos no original. Para se identificar, por sua vez, a abrupta desigualdade econômica entre Vieira dos Santos e Mesquita – uma desigualdade simbólica, na ocasião em que firmaram uma relação de negócios, verificou-se, por exemplo, em face de Mesquita ter auferido a Comenda da Ordem de Cristo por ordem de D. João VI, em 1819 – tem-se a seguinte informação do *Jornal do Commercio*: “Noticias particulares. Effectuou-se hontem a venda da primeira parte Apolices da Divida Publica. Huma Companhia de Negociantes Nacionais representada pelos Srs. Francisco José da Rocha, José Francisco de Mesquita, e Lourenço Antonio do Rego, obteve a preferencia, e comprarão a quantia de 1:630.000,000 de réis em Apolices de um conte de réis, a rasão de seis centos e cincoenta mil réis por cada Apolice, vencendo o juro de 6 por cento o anno sobre o Capital nominal; os juros deste empréstimo principiarão a vencer no 1º de Janeiro do corrente anno, e serão pagos a semestres pela caixa de a normatização na conformidade da Lei de 15 de Novembro de 1827. Os pagamentos forão ajuntados em partes iguaes sendo o 1º a 30 de Janeiro proximo, o 2º a 19 de Fevereiro; o 3º á 10 de Março, entrando por esta primeira venda nos cofferes do Thesouro pouco mais ou menos a quantia de 1:060.000,000 réis em dinheiro.” *Jornal do Commercio*, n. 96, v. II, Sabbado 26 de Janeiro de 1828, p. 4.

²⁴⁷ SANTOS. Antonio Vieira dos. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 42.

eleitores –, bem como, na condição de representante da freguesia de Morretes, ele participara do Colégio Eleitoral que se reuniu em Paranaguá em 1822.²⁴⁸

Ainda 1822, um filho de Vieira dos Santos, Antonio Vieira dos Santos Júnior tornou-se caixeiro do concunhado de seu pai, o citado Antonio José de Araújo – informação a qual exemplifica, pois, a permanência, no íterim de um processo da transmissão familiar do exercício de ocupações econômicas, de formas de dependência de membros da Família Vieira dos Santos para com aquele indivíduo.²⁴⁹

Referente ao ano de 1823 – e na condição de recorrência de seus conflitos com frações de elites locais –, Vieira dos Santos mencionou o juízo negativo que o Sargento-Mor da Companhia de Ordenanças de Antonina elaborou a respeito dele – Vieira dos Santos –, episódio o qual demonstra o aspecto longínquo dos conflitos políticos nos quais este memorialista se envolveu com segmentos sociais de Antonina, conflitos os quais foram, pois, determinantes para o impedimento da institucionalização de sua memória histórica sobre Antonina, nos anos 1840. A respeito de tal percepção negativa, tem-se a afirmação: “[...] falou o Sarg^{to} Mor Me^l J^e Alves contra mim na V^a de Antonina.”²⁵⁰ Em 1824, Vieira dos Santos – e enquanto caso que assinala a sua participação em demandas políticas morretenses –, obteve votos no processo de recrutamento, por Junta Paroquial, de eleitores da freguesia, ocasião na qual foi elaborado requerimento em favor da elevação da freguesia à condição de vila: “Em 18 de Janeiro Dom^o houve Junta Parochial nos Morretes em que tive 21 votos, fizerão se asignaturas p^a se requerer Villa.”²⁵¹

As oscilações nas condições de Vieira dos Santos mobilizar dos contatos de sua rede social, assim como aspectos de sua permanência nas atividades administrativas, artísticas e políticas em Morretes e Paranaguá apresentam-se imbricadas, por sua vez, na passagem em que ele citou suas interações, no âmbito de práticas devocionais em Antonina e, em seguida, descreveu um modo de interação com o seu compadre Manoel Correia: “Em 15 de Agosto [de 1824] Dom^o de manhã fui collocar na Igr^a o milagre q’ prometi a Nossa Snr^a do Pilar das feridas da m^a boca [...] De tarde andei na procissão e asisti a hum sarao de dança em caza do Sarg^{to} Mor M^{el} Fran^{co} Corr^a.”²⁵² Para além, pois, desta relação confraternidade verificada quando da participação de Vieira dos Santos em um evento recreativo ocorrido no domicílio Manoel Correia, atente-se a uma tensão, ocorrida em 1824, na relação entre ambos: “[...] tive

²⁴⁸ *Idem*, fl. 39.

²⁴⁹ *Cf.*, *Idem*, fl. 40.

²⁵⁰ *Idem*, fl. 43.

²⁵¹ *Idem*, fl. 45.

²⁵² *Idem*, fl. 49.

nestes dias varias considerações sobre a minha vida sobre a divida do Manoel Francisco Correia e de Francisco Alves que não tardaria a me mandar citar.”²⁵³

Nessa conjuntura de tensões com seus credores, Vieira dos Santos voltou-se à prática agrária. Assim, no ano de 1824, ele e seu concunhado Araújo aventaram ingressar na produção de erva-mate e, no ano seguinte, principiaram o beneficiamento desta erva. Em julho de 1825, realizaram a primeira colheita e comercialização erva, cuja produção totalizou de duzentos e sessenta terços. Decorreu, pois, dessa primeira colheita, a intensificação das animosidades entre Vieira dos Santos e Araújo em face de discordância sobre o critério a ser empregado para a divisão, entre eles, da colheita: “Em 13 Quarta de m. pezei todos os Terços que havia feito e indo dar a conta a meu cunhado, este me dice q^e eu fizese a conta a 180[@] q^{do} tinha justo comigo q 200 p^r cujo motivo fiquei bem arrenegado com elle.”²⁵⁴

Consoante observou Octavio Ianni acerca do processo produtivo ervateiro, no intervalo de três anos o erval poderia ser podado e suas folhas beneficiadas. Encontram-se, pois, informações discordantes a respeito do período em que o mate deveria ser colhido. De acordo com historiador Romário Martins, a colheita realiza-se de janeiro a setembro. Segundo o botânico Saint-Hilaire, o período de colheita abarca os meses de março a agosto. Consoante o Instituto do Mate do Paraná, o período propício de colheita compreende os meses de maio a outubro.²⁵⁵ Entretanto, no Paraná oitocentista a sazonalidade da produção ervateira não fora, de todo, respeitada pelos produtores, de modo a se disseminar a prática da colheita predatória. Assim, Ianni observou que caso a colheita do mate fosse realizada apenas em determinados meses do ano, a utilização de mão de obra escrava tornar-se-ia onerosa.

Foi, portanto, através da exploração dos ervais em meses não recomendados para a colheita que se manteve a regularidade do emprego do trabalho escravo na economia ervateira.²⁵⁶ Verifica-se, desse modo, o envolvimento de Vieira dos Santos em atividade produtiva sazonal, e, assim, se ilustra o processo de conjunção, por ele, de variadas ocupações econômicas, a saber, o comércio, a produção agrária e a tinturaria.

²⁵³ *Idem*, fl. 49.

²⁵⁴ *Idem*, fl. 54.

²⁵⁵ IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962, p. 74.

²⁵⁶ Ianni, em cujo trabalho sobre a escravidão no Paraná faz-se uso das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá escritas por Vieira dos Santos, caracterizou-as como orientadas para a execução de demanda burocrática interessada na compilação de informações históricas. Na percepção de Ianni, a faceta lacunar de informações sobre a vida social nestas memórias históricas, a exemplo da posição do negro nas sociedades litorâneas, evidencia a identificação destes textos com as visões e projetos de sociedade da *casta dominante*. Cf. *Idem*, p. 19.

Vieira dos Santos concluiu o recorte cronológico do primeiro volume memorialístico no ano de 1827, de modo que, em relação aos episódios de suas reminiscências inscritos entre os anos de 1825 e 1827, o autor referiu-se às suas práticas comerciais, informações através das quais se permite atentar à regularidade de incorporação, por ele, de caixeiros ao seu armazém, bem como de interações para com os seus citados compadres, quer no interior de obrigações econômicas, quer no interior de eventos festivos.

De outra parte, sobre o escravismo em Morretes, através da menção a um escravo de seu plantel, o autor atentou à circulação da notícia sobre a iminência da eclosão de sublevação escrava, e, por conseguinte, mencionou as tensões em seu domicílio derivadas da participação de um escravo seu na preparação de tal sublevação:

Em 31 [de julho de 1825] Sabado houve a noticia da conspiração os negros de tarde se começarão a prender donde tambem foi o meu Manoel prezo com outros [...]. Em o 1º [de janeiro de 1826] Domº de tarde se mandarão dar chicotadas nos negros donde apanhou o meu M^{el} e deu na cozinha e elle armou hum laço e despencando se para se enforcar e quase estando a expirar se lhe acudiu e houve grande desgosto de m^a m^{er} que quase esmoreceo e tive com intento de o mandar vender.²⁵⁷

Ao passo que, através da reconstrução do fato sob aspectos dramáticos, Vieira dos Santos referiu-se a uma tensão vivenciada pelos residentes em seu domicílio, ainda para o ano de 1826 tem-se, enquanto caso da estabilidade da atuação de membros de sua família em eventos da rotina comunitária morretense, informação acerca da interação de sua esposa, respectivamente, com o padre e com um grupo de residentes naquela freguesia: “Em 16 [de maio de 1826] Terça f^a de manhã foi m^a m^{er} com as meninas em canoa ao Citio do P^e Antonio e vierão a tarde. Em 21 se foi Domº de tarde se foi ao Campo com varias pessoas fazer hua Sucia. Em 28 Domº se foi ao Campo fazer hua Sucia a que assistio muita gente.”²⁵⁸

Consequentemente a esta exposição sobre reunião da qual a sua esposa participou, segue-se, na cronologia do ano de 1826, a menção à atuação que ele – Vieira dos Santos – desempenhara enquanto letrado demandado a realizar, em Morretes, alocações, atuação que, conforme analisado no capítulo quarto desta dissertação, foi descrita na *Memória Histórica da Vila de Morretes*. Desse modo, tem-se, na seguinte sucessão de reminiscências, uma dimensão dos lugares de circulação de Vieira dos Santos na sociedade de Morretes:

Em 7 [de agosto de 1826] Segunda f^a de manhã entrou meu f^o Joze na Escola de João Per^a Barboza p^a aprender de manhã ler e escrever e de tarde Ingles de q’ pago 640\$ por cada mês. Tambem entrou o meu Antonio p^a aprender o Ingles e outros. Em 10 Quinta f^a de noite fui na Escola da lingoa Ingleza

²⁵⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 56.

²⁵⁸ *Idem*, fl. 57.

fazer o 1º discurso aos alunnos della [...]. Em 3 [de setembro de 1826] fui na Escola de lingoa Ingleza fazer o 2º discurso aos allunos della.²⁵⁹

As referências a celebrações sociais estendem-se, portanto, neste primeiro volume memorialístico, a espaços devocionais, teatrais e domiciliares. As descrições das celebrações ocorridas no espaço do domicílio da Família Vieira dos Santos em Morretes afiguraram-se, assim, nestas rememorações, em uma forma de o autor apresentar os modos e lugares de interação social dos membros de sua família naquela freguesia, consoante se apreende do seguinte excerto: “Em 9 [de novembro de 1826] Sabado se fes em m^a caza hua merenda social a qual asistio D. Ramão e outros mais sugeitos.”²⁶⁰

Para uma exemplificação, por seu turno, sobre o teatro enquanto um lugar que compunha o circuito das sociabilidades de Vieira dos Santos, demanda-se aprofundar a verificação da renitência do interesse dele em participar da organização de manifestações artísticas executadas em Morretes e Paranaguá, quer como espectador, quer como diretor de peças teatrais, conforme explicitado na seguinte reminiscência:

“Em 2 de O^{bro} [de 1826] Segunda de n fomos ver a Comedia que se fes na rua da Gamboa e no Camarote do Cap^{mor} M^{el} Ant^o Pereira. Em 3 [de Outubro de 1826] de n fomos ver huns Entremezes q’ se representaraõ no me^{mo} Camarote. [...] Em 20 [de dezembro de 1826] Quarta f^a acabei neste dia o ensurramento [da erva-mate]. De tarde principiei a armar o trabalho p^a se fazerem as Comedias asim como nos dias 21-22 e no dia 23 os Camarotes e concluzão do trabalho. De noite chegou a noticia de ter falecido a Imperatris do Brazil, cuja noticia veio esfriar a todos e no dia 25 Joze Verneque Ribeiro de Aguilar consentia que se representase a Comedia mas antes do meio dia chegou um officio do Cap. Mor da V^a de Antonina em q’ de algua maneira quitava tal representação e assim tudo se esfriou.”²⁶¹

Assim, do decênio de 1800 ao decênio de 1830, a trajetória de Vieira dos Santos fora marcada pelo processo de integração ao grupo mercantil parnanguara, pela falência comercial e, em consequência, pela sua transferência para Morretes. De acordo com os registros contábeis por ele organizados, evidencia-se o aspecto deficitário de sua atuação no comércio varejista de Paranaguá, bem como, a partir dos anos 1810, no comércio varejista de Morretes.

Quadro 9 – Registros contábeis dos armazéns de Antonio Vieira dos Santos

Mappa das Dispezas e lucros que Annualmente tenho feito no meu negocio desde o anno de 1805 em diante ate ao tempo prezente			
Lucros em cada anno		Dispezas em cada anno	
Lucro de 1805	402//650	Dispeza de 1805	329//245
dito de 1806	366//084	dita de 1806	501//706
dito de 1807	268//575	dita de 1807	424//907

²⁵⁹ *Idem*, fl. 58.

²⁶⁰ *Idem*, fl. 59.

²⁶¹ *Idem*, fls. 59-60.

dito de 1808	274//026	dita de 1808	179//475
dito de 1809	103//540	dita de 1809	254//087
dito de 1810	112//772	dita de 1810	261//572
dito de 1811	71//280	dita de 1811	291//965
dito de 1812	63//746	dita de 1812	303//765
dito de 1813	158//597	dita de 1813	358//425
dito de 1814	40//496	dita de 1814	215//440
dito de 1815	56//749	dita de 1815	238//085
dito de 1816	55//454	dita de 1816	227//720
dito de 1817	48//589	dita de 1817	273//505
dito de 1818	29//296	dita de 1818	255//220
[Total] 2:051//853		[Total] 4:115//017	
dito de 1819	//	dita de 1819	//
dito de 1820	//	dita de 1820	//
dito de 1821	//	dita de 1821	//
dito de 1822	//	dita de 1822	//
dito de 1823	//	dita de 1823	//
Transp ^c dos Lucros		Transp ^c da Dispezas	
Lucro de 1824	//	Dispeza de 1824	
dito de 1825	//	dita de 1825	//
dito de 1826	//	dita de 1826	//
dito de 1827	//	dita de 1827	//
dito de 1828	//	dita de 1828	//
dito de 1829	//	dita de 1829	//
dito de 1830	//	dita de 1830	//
Total	//	Total	//
NB = Por estas contas das dispezas e lucros se mostrou que no anno de 1810 eu me achava com atrazo na quantia de 379//918			
E pella conta q' dei em um balanço q' fis no m ^{mo} anno achei o atrazo 380//309			
P ^a menos da f ^a achava no calculo que não he differença maior //319			
Em fins do anno de 1818 serve das Refflecções Analíticas dos meus atrazos eu ter metido de Entradas de Fazendas o Capital de 16:001//333			
a saber em giro activo era o Capital somente da quantia de		12:688//772	
o q' não entrou no giro activo era		3:312//566	
		<hr/>	
		16:001//338	

Fonte: VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve resumo das Memorias... Op. cit.*, fls. 243-244.

Deve-se observar que, nos anos 1820, a sua atuação como comerciante fora caracterizada pelo aprofundamento da dependência econômica em relação a negociantes litorâneos. Consoante o seguinte Quadro, verifica-se, pois, o aumento do endividamento deste indivíduo entre os anos de 1805 e 1823.

Quadro 10 – Empréstimos obtidos por Antonio Vieira dos Santos

Total de todos os Capitaes de Fazendas que tenho metido no giro do meu negocio da loge e Armazem desde o anno de 1805 ate o fim de 1823 segundo está lancado no Livro de Correntes a saber	
1 do Cap ^m Fran ^{co} Per ^a da Rocha	3:702//532
2 do Cap ^m Fernando de Oliv ^a Guim ^{es}	1:755//425
2 do Cap ^m Antonio Joze de Ar ^o	1:169//419

4 do Cap ^m Antonio da Cunha	1:281//440
5 do Cap ^m Joze Marques Per ^a	556//882
6 do Lour ^{co} Joze de Azevedo	414//710
7 de Joaõ Manoel da Costa	163//440
8 do Cap ^m Mor Manoel Antonio Pereira	2:253//262
9 de Joze Antonio Pinheiro	167//690
10 do Sarg ^{to} Mor M ^{el} Fran ^{co} Corr ^a	1:570//107
11 de Vicente de Souza Barreiros	279//100
12 do Ten ^e Cor ^{el} Ricardo Carnr ^o dos S ^{tos}	207//358
13 do Ten ^e Joaõ Ferr ^a de Oliv ^a	1:408//840
14 do Ten ^e Antonio J ^e de Ar ^o	2:251//582
15 do Cap ^m Fran ^{co} de Oliv ^a	455//625
16 do Alferes Antonio Fer ^a Al ^s	2:628//557
17 de Joze Fran ^{co} de Mesquita	668//948
18 de Fran ^{co} X ^{er} Dias da Fonseca	9//190
19 de Joze Antonio Mor ^a	90//120
Total das contas que se achaõ lançadas no livro de correntes as quaes não entraraõ no giro de meu negocio mais he somente p ^a saber com quem as tive	
1 da Bulha de S ^{ta} Cruzada	49//920
2 de Joze Antonio de Ar ^o	136//800
3 de Maria Ferr ^a de Olive ^a a meu Cunhado Araújo	497//405
4 de D Anna Gl ^s Cord ^a a m ^a Sogra	134//155
// dita que devo a m ^{ma}	//
// dita q ['] a m ^{er} deve a mesma	//

Fonte: VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos...* Op. cit., fls. 245-246.

Ao mesmo tempo em que se acentuaram, nos anos 1820, os reveses de Vieira dos Santos acerca de suas práticas econômicas, cumpre mencionar que ele esteve integrado em redes econômicas as quais abrangiam sociedades do litoral sul paulista. Nesse sentido, tem-se, no extrato seguinte, informação acerca da participação deste memorialista em processos de incorporação de caixeiros à vida comercial de Morretes e Paranaguá, informação na qual se pode aferir a abrangência de tais processos em face da menção à vila de Cananeia: “Em 23 Sesta f^a mandei buscar em Paran^a o meu Sobr^o Antonio pa Caix^{ro} do Cap^m Fran^{co} J^e de Freitas tendo falado a elle sobre este fim: o qual chegou no dia 29 de manhã de t. falei com o Freitas p^a elle hir; mas tornei em 2 de Julho a falar p^a elle não hir sem vir pr^o outro de Cananeia.”²⁶²

Das informações presentes no Quadro 9 – tais como os registros de endividamento com o seu sogro João Ferreira de Oliveira e com os seus compadres Antonio José de Araújo e Manoel Francisco Correia –, pode-se verificar, ao mesmo tempo, a renitente dependência de Vieira dos Santos por capitais familiares, assim como o princípio da constituição de uma conflituosa relação de dependência econômica para com o patriarca da Família Correia, relação essa que envolveu, conforme se demonstra neste capítulo, os filhos de Vieira dos Santos, no final dos anos 1840. Neste primeiro volume de reminiscências, Vieira dos Santos

²⁶² *Idem*, fl. 58.

reconstituiu, portanto, o seu percurso de enraizamento social, assim como notou as mudanças na sua legitimidade de mobilizar contatos junto a frações de grupos mercantis.

Os rearranjos de relações sociais e a mobilidade em esferas familiares e estatais tornaram-se, portanto, as matérias fundamentais das considerações de Vieira dos Santos acerca de sua experiência social em Morretes e em Paranaguá. Experiências marcadas, pois, pela confluência entre alianças familiares e modos de dependência econômica para com os seus compadres.

2.4. Estratégias familiares: modos de exercício da autoridade patriarcal

Para a delimitação da abordagem sobre o segundo volume das reminiscências – *Memorias dos Sucéssos mais Notáveis Acontecidos desde o anno de 1838* – é contemplado, neste subcapítulo, o exercício, por Vieira dos Santos, de atividades econômicas e administrativas em Morretes, bem como são analisadas as suas interações sociais contextuais ao período da execução dos projetos de elaboração de memórias históricas. No segundo volume das reminiscências inscrevem-se, pois, as referências às apreciações, pelas Câmaras Municipais de Antonina, Morretes e Paranaguá, dos projetos de Vieira dos Santos a respeito da escrita de memórias históricas sobre estas vilas.

No decênio de 1830, verificou-se, conforme abaixo demonstrado através da análise de lista nominativa de habitantes da freguesia de Morretes, o aprofundamento da diferenciação social de Vieira dos Santos em relação ao seu concunhado Araújo. Diferenciação respeitante, em suma, à posse de escravos e às suas distintas posições no interior do grupo mercantil morretense. Nos anos 1830, Vieira dos Santos exerceu, ainda, o cargo de tesoureiro da Estrada do Arraial – tema candente da *Memória Histórica da Vila de Morretes* –, assim como então se completavam dez anos de sua inserção na prática de beneficiamento de erva-mate. No ano de 1836, já socialmente distinguido como negociante, Vieira dos Santos era chefe, em Morretes, de domicílio estruturado do seguinte modo.

Quadro 11 – Estrutura domiciliar chefiada por Antonio Vieira dos Santos. Freguesia de Morretes, 1º Quarteirão, 1836

Nº do fogo	Nome	Idade	Cor	Livre ou captivo	Naturalidade	Estado	Especie de estabelecimento	Rendimento	Quantidade de gêneros que produziu ou manufacturou	Observações
13	Antonio V ^a dos Santos	52	B	L	Portugal Morretes	C	Engenho de socar mate	1.000//	Terços de Erva Mathe	Ocupaçõ Sabe ler bem suficiente para exercer empregos

										negociante
[13]	Maria Ferre ^a de Olive ^{ra}	46	“	“	Morretes	C				
[13]	Joze	24	“	“	“	S				
[13]	Manuel	25	N	C						
[13]	Candido	18	“	“						
[13]	Vicente	10	“	“						
[13]	Tristão	12								
[13]	Benedito	8								
[13]	Sebasti ^{ana}	28								
[13]	Escolasti ca	20								
[13]	Aguida	12								
[13]	Maria	10								

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Morretes (Vila de Antonina), ano de 1836. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

Antonio José de Araújo – quer pela posse de escravos, quer pela incorporação de agregados ao seu domicílio – afigurava-se, por seu turno, hierarquicamente superior a este seu concunhado. Aprofundou-se, pois, nos anos 1830, a diferença social que entre ambos já se evidenciava na lista nominativa de Morretes de 1817.

Quadro 12 – Estrutura domiciliar chefiada por Antonio José de Araújo. Freguesia de Morretes, 3º Quarteirão, 1836

Nº do fogo	Nome	Idade	Cor	Livre ou captivo	Naturalidade	Estado	Especie de estabelecimento	Rendimento	Quantidade de gêneros que produziu ou manufacturou	Observações
5	Antonio Joze Araujo	44	B	V	Portugal		Negociante Caixeiro	6000//000 80//000 50//000 25//000	Terços de Erva Mathe Manufacturados	Sabe ler bem suficiente para exercer empregos
[5]	[Filhos] Franciso da Silva	19	“	“		S		Caixeiro		
[5]	Jeronimo	18	“	“		“		Caixeiro		
[5]	Ernesto	14	“	“		“		Caixeiro		
[5]	Agregados Igor	51	P	L		“				
[5]	Izabel	15	“			“				
[5]	Olazia	12	“			“				
[5]	Escravos Juliaão	65	P	C						
[5]	Antonio	61	“		Nação					
[5]	Mathias	31	“							
[5]	Paullo	41								
[5]	Antonio	29								
[5]	Joze	31								
[5]	Mathias	30								
[5]	Francisco	30								
[5]	Miguel	36								
[5]	Ignacio	32								
[5]	Pedro	35								
[5]	Candido	25								
[5]	Floriana	24								
[5]	Francisca	28								
[5]	Catharina	60		C						

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de Morretes (Vila de Antonina), ano de 1836. Consultado em fotocópias sob guarda do Centro de Documentação dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

No tocante, por sua vez, às relações familiares de Vieira dos Santos, são destacadas, abaixo, as condições e interditos impostos por ele nas ocasiões dos estabelecimentos de relações matrimoniais por seus quatro filhos. Os casos abaixo descritos confluem, pois, enquanto marcados por modos de autoridade patriarcal, modos esses desempenhados em favor da efetivação de estratégias que sustentassem, pois, a consolidação de alianças sociais.

O exercício inicial, por Vieira dos Santos, do controle sobre a perspectiva de aliança matrimonial de uma sua descendente, ocorrera em 1824. Em nove de abril deste ano, José Loyolla lhe falara sobre o propósito de Fidelis José da Silva Carrão de desposar Maria Cândida. Vieira dos Santos protelou a decisão e, por fim, esta perspectiva de matrimônio não se consolidou. Nos dois livros de reminiscências de Vieira dos Santos não há registros subsequentes de propostas de matrimônio a respeito de Maria Cândida. Solteira, ela permaneceu residente no domicílio paterno.²⁶³

Atente-se, por conseguinte, à interferência de Vieira dos Santos na constituição das duas alianças matrimoniais de sua filha Anna Vieira dos Santos. Através, pois, da seguinte reminiscência, é verificado como, em 1831, a aceitação, por Vieira dos Santos, para a realização do casamento desta sua filha com o imigrante português José Lopes Ferreira – o qual realizara tráfico de escravos na Angola, nos anos, 1820, e, uma vez estabelecido em Morretes, dedicou-se ao comércio de animais – fora definida a partir de conversação com o seu concunhado Araújo, e com o negociante Manoel Miró:

Se hia cazar em Antonina com a filha de João Dias Barboza. Em 18 de setembro parece que elle chegou aos Morretes de volta da viagem que fes a Coritiba. Em 19 de setembro segunda feira perto das Ave Marias, veio o Lopes pessoalmente falar comigo, e com m^a m^{er} pedindo que se quera cazar com m^a filha Anna: isto foi na antiga caza de soque q' nos apanhou juntos de encalhada, e chamando m^a f^a Anna nada respondeo; e eu fiquei de consultar a vontade della e dar lhe a decizão que ele quera fosse logo, e breve. Em 20 terça fr^a de noite consultei sobre este objecto com Manoel Miró, e meu cunhado Antonio Joze de Ar^o Em 31 quarta fr^a de noite fui pessoalmente a caza de Lopes dar lhe a resposta de = sim =²⁶⁴

Anna permaneceu casada com Lopes entre 1831 e 1837, quando ele faleceu. No ano de 1838, Vieira dos Santos, por ocasião do despacho, na Alfândega de Paranaguá, dos sortimentos para o seu comércio – sortimentos os quais encomendara do Rio de Janeiro –, conhecera Jose Mariano de Vargas, mestre de embarcação, e o qual contatou Vieira dos Santos em face do propósito de desposar Anna. No seguinte extrato de reminiscências,

²⁶³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 46.

²⁶⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos...* Op. cit., fl. 428.

verifica-se, a respeito de tal episódio, um modo de desempenho, por Vieira dos Santos, da autoridade patriarcal:

Quarta f^a 2 [de Maio de 1838] de tarde parece que chegou aos Morretes Joze Mariano de Vargas Mestre do Bergantim Duas Irmãos vindo a pedir em cazam^{to} a m^a f^a Anna Vieira 9. Quinta f^a 3 de tarde veio recado por via de F. R. a m^a f^a o peditório do mesmo sug^{to}. Sabado 5 de tarde formalmente pedir o dito F. Roiz pedir em nome do tal de noite mandei o chamar e lhe dei resposta não deciziva. Domingo 6 de manha veio a minha casa o tal Jose Marianno de Várgas e com elle falei pessoalmente sobre o mesmo objecto sem resposta definitiva e elle de tarde se foi embora.²⁶⁵

A participação de Vieira dos Santos neste malgrado processo de aliança matrimonial caracterizou-se, pois, pelo exercício da prerrogativa de protelar a decisão sobre o seu consentimento acerca de tal aliança. Em face de tal protelação, Vargas dissuadiu-se de manter novas tratativas com Vieira dos Santos. Anna tornou a se casar em 1843, com o português Agostinho José Pereira de Lima, o qual atuava como comerciante varejista em Morretes. Conforme se tornará a discorrer no terceiro capítulo, Pereira de Lima – e no que constituiu em aspecto do acirramento da participação de membros desta família junto ao grupo mercantil de Morretes – logrou estabelecer sociedade comercial com membro da Família Correia radicado nesta vila. Reconhecer, pois, os termos pelos quais Vieira dos Santos consentiu no matrimônio entre Anna e Pereira de Lima possibilita aprofundar a análise dos modos de participação de Vieira dos Santos neste processo:

Em 2 de Julho Dom^o de noite chegou o Agostinho vindo de Paranaguá Em 3 Segunda fr^a de noite veio o Agost^o em ma caza saber a decizão da respostas que m^a filha tinha dado = decidindo que sim = mas q' se effectuasse isto depois da festa de Agosto. Em 4 Terça fr^a eu deliberei com mas filhas q.' se effectuasse o cazamento no dia 30 deste mês p^r ser dia de S. Anna Em 5 Quarta de noite veio aqui o Agostinho e lhe fis participante q' no dia 30 se deveria effectuar o cazmt^o e indagando delle suas filiacoes²⁶⁶

Trata-se, por conseguinte, de analisar os processos de constituição de alianças matrimoniais dos dois filhos homens de Vieira dos Santos.

A aliança matrimonial de Antonio Vieira dos Santos Júnior realizara-se com Maria Rita do Rosário, filha do negociante Polidoro José dos Santos e de Maria Rita do Rozário, casal radicado em Morretes.²⁶⁷ O memorialista não mencionou a data do casamento. Porém, acerca do ano de 1838 ele afirmou que Santos Júnior, já na condição de casado, era residente na freguesia de São José dos Pinhais, onde se dedicava à produção ervateira. Referente, por sua vez, às reminiscências do ano de 1846, verifica-se Santos Júnior enquanto residente na

²⁶⁵ *Idem*, fl. 5.

²⁶⁶ *Idem*, fl. 334.

²⁶⁷ *Idem*, fl. 327.

vila de Morretes. Conforme abaixo mencionado, um processo de migração ocorrido em período posterior a uma aliança matrimonial foi aspecto inerente, ainda, à trajetória de José Vieira dos Santos.

José Vieira dos Santos casou-se, por sua vez, em 1845, na cidade de Curitiba, com Emilia Sofia Morocine Borba – filha de Antonio Vicente Rodrigues Borba e Joana Hilária Morocine. Rodrigues Borba fora Capitão-Mor das Ordenanças de Curitiba, bem como se envolveu no beneficiamento de mate em Morretes. Durante o ano de 1831, ele substituiu Vieira dos Santos no cargo de tesoureiro na Estrada do Arraial – que ligava as freguesias de Morretes e São José dos Pinhais.

Tema não desenvolvido por Vieira dos Santos em seus livros de reminiscências – nelas apenas informou que exerceu os cargos de tesoureiro na administração da Estrada de Curitiba, em 1825, e de tesoureiro da Estrada do Arraial, de 1826 a 1834 –, na sua memória histórica sobre Morretes acirram-se as suas tomadas de posição a respeito das atividades que desenvolvera na administração da Estrada do Arraial.²⁶⁸ Ilustra, pois, tal estabelecimento de relação familiar entre os Vieira dos Santos e os Borba, um modo de permanência dos contatos de Vieira dos Santos em redes administrativas e econômicas as quais abrangiam a área do planalto curitibano, assim como ilustra a incorporação de um descendente seu junto a tais redes. Uma implicação do casamento entre José Vieira dos Santos e Emília Borba verificou-se em um processo de migração, a saber, a fixação deste casal na Borda do Campo – na região de Curitiba –, em 1846. José Vieira dos Santos dedicou-se, nesta ocasião, à produção ervateira. Contudo, ainda em 1846 retornara a residir em Morretes.

A eficácia da atenção patriarcal às alianças matrimoniais verificou-se, portanto, na inserção dos dois filhos homens de Vieira dos Santos em interações com funcionários provinciais e comerciantes estabelecidos entre o litoral e o planalto da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Nos processos de consolidação de relações familiares destes dois indivíduos, observou-se, ainda, a transmissão, a estes filhos, das ocupações econômicas desempenhadas pelo patriarca, sobretudo a produção ervateira.

As duas alianças matrimoniais de Anna Vieira dos Santos caracterizam-se, por sua vez, por incorporar à Família Vieira dos Santos indivíduos cuja origem – Portugal – e treinamento na vida comercial coadunavam-se ao perfil de Antonio Vieira dos Santos. Estabeleceu-se, desse modo, acerca dos processos matrimoniais de três filhos deste indivíduo, as condições para a consolidação do pertencimento familiar ao grupo mercantil morretense.

²⁶⁸ *Idem*, fl. 194.

2.5. *Reminiscências das alianças e conflitos sociais: decênios de 1840 e 1850*

Este subcapítulo confere atenção à participação de Vieira dos Santos na sociedade morretense nos anos 1840 e 1850. Desse modo, objetiva-se apurar a verificação sobre a sua atividade institucional e, ainda, acerca dos aspectos de suas interações familiares e econômicas três décadas após a sua fixação em Morretes. Do mesmo modo, cabe, a respeito deste recorte, identificar os lugares e condições de participação social de descendentes deste memorialista, verificação a partir da qual se permite reconhecer, notadamente, a transmissão familiar de práticas sociais as quais implicaram, por sua vez, em posicionar tais descendentes em condições de sujeição econômica.

Preliminarmente, convém atentar aos aspectos socioeconômicos das vilas litorâneas neste contexto. A configuração social da Comarca de Paranaguá de meados dos Oitocentos foi entendida por José Augusto Leandro como marcada pela rigidez da estratificação social, e na qual a posse de escravos constituiu-se em aspecto de segurança patrimonial e de diferenciação social. Sob tal dinâmica – que comportava, ainda, o tráfico de escravos –, as possibilidades de mobilidade social aos livres pobres – a exemplo dos artesãos, lavradores e trabalhadores do mar – eram restritas.²⁶⁹ Neste momento, no litoral paranaense, complexificaram-se, por seu turno, as alianças sociais entre segmentos da elite local, dentre as quais as alianças matrimoniais. Um aspecto da eficácia de reprodução social derivado de tais alianças pode ser identificado, segundo Ricardo Costa de Oliveira, na consolidação, sob uma perspectiva de longa duração, do pertencimento das gerações familiares das elites locais em quadros político-administrativos do Paraná.²⁷⁰

Neste recorte, Vieira dos Santos já se afigurava na condição de viúvo, tendo, pois, a sua esposa Maria Ferreira de Oliveira falecido no ano de 1840. Concernente a este período, cumpre também ressaltar que ele permanecera no exercício das atividades de comerciante varejista e negociante de erva-mate

Para o prosseguimento desta análise, cumpre também acentuar que o extravio de páginas do segundo volume de reminiscências abrange os anos de 1839 a 1846. Em decorrência dessa lacuna propõe-se, aqui, a leitura da *Memória Histórica da Vila de Morretes*

²⁶⁹ Ver: LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo*, Riqueza e Pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888). Tese (Doutorado em História). 2003. 337 fls. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

²⁷⁰ Ver OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O Silêncio dos Vencedores*. Genealogia, Classe Dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

acerca de informações que ilustram os aspectos da consistência, neste intervalo, da integração de Vieira dos Santos na vida administrativa morretense.

Nesta memória histórica, ele informou que, quando iniciadas as atividades da primeira legislatura da Câmara de Morretes, em julho 1841, fora nomeado segundo de Juiz de Órfãos nesta vila junto a Antonio Ricardo dos Santos e Polidoro José dos Santos.²⁷¹ Ainda em julho de 1841, ele fora nomeado Juiz de Paz de Morretes, cargo a partir do qual retomou sua interlocução com esferas administrativas provinciais, a exemplo da Presidência da Província – nos anos 1820 e 1830, conforme se tornará a mencionar, aqui, no quarto capítulo, ele mantivera contato com autoridades paulistas em decorrência de sua atuação como funcionário comissionado da província.

Ele informou, ainda, que fora eleito vereador da Câmara de Morretes, em 1844. Contudo, obteve dispensa da vereança em decorrência de sua ocupação no Juizado de Paz deste município.²⁷² Ao mesmo tempo em que esta atuação institucional de Vieira dos Santos evidencia um modo de sua participação regular nos começos da vida político-administrativa morretense, cabe assinalar que os juízes de paz – consoante se aborda, no capítulo quarto desta dissertação – tiveram, a partir de 1841, as suas atribuições reduzidas em relação aos ocupantes dos cargos de Delegado e Juiz Municipal.

Cabe, por conseguinte, atentar para como Vieira dos Santos interessou-se por episódios da vida familiar enquanto temas de composições letradas. Assim, quando do falecimento, em 1846, de seu neto Antonio Lopes Ferreira – filho de Anna Vieira dos Santos e José Lopes Ferreira –, Vieira dos Santos reconstituiu o processo pelo qual, a partir recebimento da notícia do falecimento do neto, iniciou a escrita de duas poesias – sob o padrão de composição denominado elegia e sob o padrão denominado épico.²⁷³ Tais poesias

²⁷¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 362-365.

²⁷² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos...* Op. cit., fl. 409.

²⁷³ A *Elegia a Sentida Morte de Antonio Lopes Ferreira* e o poema épico *A Consolação (dedicado por um pai à sua filha)*, compostas por Vieira dos Santos, são providas de lamentações e questionamentos de natureza sentimental e religiosa. Conferir atenção, pois, à *Elegia a Sentida Morte*, subsidia o reconhecimento de valores morais os quais – conforme abordado nos capítulos terceiro e quarto desta dissertação – foram basilares, também, nos trabalhos históricos de Vieira dos Santos, bem como subsidia os modos de aplicação, por este autor, de regras de composição textual. Nesse sentido, no princípio desta elegia, têm-se as seguintes considerações: “[...] Oh! grande D^s da Verdade, incompreensíveis são //São teus Décretos, se são jústos, só vós o sabeis; e se injustos!... então sois um tyrão!... más esta vérdade não pode conhecer a nossa alma, se bem q’ estamos vendo, que vós mandáis arrebatat pella mão da môrte, hua alma innocénte e adorável como a tua, deixando inconsolavel a sua familia, quando essa crêatura era o idolo da maior veneração; e que p^{lo} contrario conservá-vos p^r lóngos annos; a mão de hum assassino a vontade de hum Despôta; a crueldade de hum tyrão, a indifferença de hum Myzântropo, capital inimigo da beneficencia, e de um Avaro, q’ não tem dô pobre nem alguã péna do Orfaõ desválido; e da infeliz Viuva. O q’ quererá tudo isso significar de vossa rectissima Justiça, á vista de taes reffleçoens, q’ estamos prezenciando?!! Ah! perdoai Deus meu, este dezafogo p^a lenitivo das penas q’ ora sinto em pensar q’ sois hum Deos crûel vingativo, e injusto e ate proprio verdugo da humanidade!!! más a tanto não deve chegar a m^a ouzadia, inda que impellido o seja, como he, pela dor, e //E pella dezesperação! Sim ó Deos

foram, pois, dedicadas, respectivamente, ao seu falecido neto Antonio e à sua filha Anna. Esta informação denota o modo circunstancial e, por isso, não regular, da aplicação, por Vieira dos Santos, de seus saberes letrados, bem como denota um entendimento, por ele, das condições e modos de aplicação de padrões textuais. As menções a estas atividades letradas foram entrecruzadas à descrição do rito funerário deste neto seu:

Em 21 [de novembro de 1846] Sabado meu Netto Antonio me escreveo a ultima carta como despedindo se dizendo p^r ultimo Adeos não sei quando subirei a qual a recebi no dia 22 de manhã q^{do} elle já tinha expirado a taes horas. Pellas 3 horas da tarde principiou a unciação no menino. [...] Em 23 [de novembro] foi meu Netto sepultado na Igr^a Matris da Cid^e de Paran^a na Sepultura n^o 5 da Irmandade de N. Sra. do Rozario próxima as grades da meza de comunhão. A noticia de sua morte soube pellas 8 ou 9 horas da manhã e logo me encerrei fechando me no meu quarto vertendo bastantes lagrimas de sentimento e assim estive o dia Terça 24 e Quarta 25. [...] Em 26 Quinta de noite he q' fui vezitar a m^a filha Aninha para a consolar e donde bastantes lagrimas chorei de sentimento de meu netinho. [...] Em 14 [de dezembro] Segunda mandei a meu genro Agostinho a Elégia ou Poéma triste q' fis e compus a morte de meu Neto Antonio Lopes Ferr^a, cujo trabalho teve principio em 27 ou 28 de 9^{bro} 274

A respeito dos exercícios literários de Vieira dos Santos, convém informar que, no final dos anos 1840, ele se voltou à escrita de textos de conteúdo biográfico. Assim, produziu notícias biográficas sobre a sua esposa, filhos, genros e irmãos. Enquanto subsídio, pois, para se reconhecer as formas e os períodos de manejo de técnicas letradas por Vieira dos Santos, assim como para se reconhecer os modos de inserção institucional de seus textos enquanto relacionados à consistência de seu enraizamento social, cumpre mencionar que em 1835 Vieira dos Santos fora demandado pelo pároco de Morretes a elaborar descrição topográfica da freguesia. Por conseguinte, em 1848 escreveu um esboço de memória histórica a respeito de Morretes – anteriormente, pois, à relação contratual que mantivera com a Câmara desta vila para a escrita de memória histórica.

No segundo volume de reminiscências – concernente aos anos de 1847 e 1848 – identifica-se, ainda, a renitência do interesse deste memorialista em reconstituir episódios que envolveram os seus reveses econômicos. O conflito econômico desempenhado no espaço

clemente, eu de boa mente me résigno com submissão piedôza perante o Excelso e Augusto Throno de Vossa SS^{ma} Magestade! Ó Altissimo Suprémo de meus dias, não te imputo m^a dôr, nem meus suspiros e desgraças, pois q' sem duvida alguma, sois o Deos de todo o bém; e como tal te adôro, com o plêno conhecim^{to} de que vós m^{mo} dezejando ter lá no Ceo esta alma pûra, este Lirio formozo, a fizeste plântar nesse Jardim celestial, onde ora está exhalando hum perfume odorifero, de suavidade. A ti pois, ó Netto amável, te coube hua sorte tão feliz, e por isso alegrai vos! cantando entre os Anjos hum Cantico novo! hum cantico d'alegria e mais refulgente q' a estrella matutyna e o que agora mais queres? ah! se pudese a m^a alma despor da môrte, achár-me na m^{ma} morada que a tua! Ó Anjos do Ceo q' tão melodiosos hymnos cantais junto//Junto ao Thorno do Altissimo acolhei fraternalmente a alma de meu innocente Netto, ensinái-lhe cançoens divinas p^a louvar ao Grande Deos que o collocou nesse lugar bem aventurado; esse de tú mesmo, me inspiraes um cantico, hua suave harmonia e som melodiozo, daquelles que o Divino Amor inspira." *Idem*, fl. 274-278.

²⁷⁴*Idem*, fl. 90.

familiar e as circulações institucionais do autor constam, pois, como temas de tais rememorações.

Do mesmo modo, acerca do ano de 1847, em atenção à maneira pela qual Vieira dos Santos se apresentou nas condições de credor e demandante de crédito de seu concunhado Araújo, pode-se aferir um modo de interdependência entre ambos: “Em 2 [de fevereiro de 1847] Terça f^a de manhã falando ao Ar^o p^a que me pagase o soque de hua Erva que elle tinha beneficiado no meu Eng^o teve um grande ataque comigo e me não quis pagar, dizendo q’ foi de erva devolvida da enchente [...]. De tarde outro desgosto porque o Ar^o recozou não me fiar.”²⁷⁵ O prolongamento da relação de dependência econômica, ainda em 1847, de Vieira dos Santos em relação a Antonio José de Araújo permite ilustrar, pois, o aspecto rotineiro, na trajetória do memorialista, das instabilidades e modos de dependências para com Araújo: “Neste dia [23 de maio de 1847] entreguei as chaves de meu Armazem ao Araújo que principiou a servir se delle.”²⁷⁶

Para além desta sucessão de entraves na execução de seus interesses econômicos, Vieira dos Santos descreveu o modo como estabeleceu uma relação de confraternidade junto a um comerciante. Este episódio evidencia, pois, um caso de concessão de dádiva que, mesmo procedida sob uma relação comercial, o memorialista situou-a, para além do estatuto do interesse econômico, enquanto manifestação de solidariedade:

Em 5 [de fevereiro de 1847] Sesta de manhã indo falar com João Fran^{co} Agnes sobre a conta de 53\$ e tanto que lhe devia de assistimentos de generos que me tinha feito de sua venda e expondo lhe minhas urgentes necessidades teve a generosidade de riscar do livro a quan^{ta} que eu lhe devia, unicamente pela troca que lhe fis de hua balança romana! Generosidade de um homem benefico e humano, bem que de nação Allemã e sem ter recebido de mim nenhuns benefícios, nem a mais intima amizade.²⁷⁷

Desta maneira, ao passo que estas aproximações de momentos de conflitos e alianças ilustram os multifacetados lugares e relações de dependência econômica sob os quais o autor vislumbrou-se demonstram, do mesmo modo, sob quais procedimentos ele mediou tais oscilações de interações sociais, conforme se apreende do excerto: “Em 23 de Abril [de 1847] Sesta f^a recebi hua carta do Major Francisco Antonio Pereira pedindo-me ao menos 50\$ a conta de que lhe devia e respondi em 24 sobre o mesmo objecto.”²⁷⁸

A respeito da inserção dos dois filhos homens de Vieira dos Santos em relações de endividamento, quer no âmbito de relações que alcançavam a capital do Império, quer no

²⁷⁵ *Idem*, fl. 91.

²⁷⁶ *Idem*, fl. 95.

²⁷⁷ *Idem*, fls. 92-93.

²⁷⁸ *Idem*, fl. 93.

âmbito de relações com negociantes de vilas litorâneas adjacentes, cumpre o prosseguir na análise de episódios rememorados por Vieira dos Santos sobre o ano de 1847.

No que concerne, pois, à integração de um filho de Vieira dos Santos em uma relação de endividamento para com negociante atuante no Rio de Janeiro, tem-se o excerto: “Em 8 [de maio de 1847] escrevi ao meu f^o Joze sobre a dívida que elle estava devendo ao Fran^{co} Dias da Fonseca p^r ter vindo um caix^{ro} do Rio de Janeiro a cobranças de dividas do mesmo sugeito [...]”²⁷⁹ Por conseguinte, do seguinte modo Vieira dos Santos mencionou acerca de uma cobrança realizada ao seu filho Santos Júnior: “Em 3 [de Junho] Quinta fr^a escrevei o Ten^e Cor^{el} Manoel Fran^{co} Corr^a hua carta a meu f^o Antonio parece q’ a respto do q’ elle deve. E no dia 12 outra carta.”²⁸⁰

Os conflitos econômicos nos quais ele se envolveu aprofundaram-se, ainda, respeitante à sua interação com o seu compadre Manoel Correia, de modo a este, em face de uma dívida não salda, ter acendrado o envio de cartas de cobrança a Vieira dos Santos. Em virtude destas cobranças, Antonio Vieira dos Santos Júnior e José Vieira dos Santos intervieram na negociação. A participação desses irmãos nos termos da negociação da dívida assinala, pois, uma manifestação de solidariedade familiar: “Em 7 [de janeiro de 1848] Sesta f^a recebi cartas do Tenente Coronel Manoel Francisco Correia tendente a dívida que lhe devo, e meus filhos Antonio e José responderão a meu respeito: offerecendo se a trabalhar em beneficiar Ervas para elle.”²⁸¹

A relação entre as indefinições de suas atividades comerciais, o conflito em face de um escravo de seu plantel, Benedito, recusar-se a residir com o genro de Vieira dos Santos – ou seja, manifestação de um revés no exercício de sua autoridade senhorial –, assim como as interações sociais deste memorialista com um letrado radicado na sociedade de Morretes – e tem-se, assim, a mediação intermitente, neste livro de memórias, quer de episódios de indefinições de sua atuação econômica, quer de modos de confraternidade desenvolvidos, por exemplo, no interior das atividades recreativas – confluem nas rememorações de episódios do ano de 1848: “1 [de novembro] Quarta f^a tive neste dia varias afflições na consideração de m^a vida, sobre a venda da molatinha Esperança [...] sobre meu Joze querer voltar p^a Coritiba e abandonar o soque do Eng^o, sobre Benedito não querer trabalhar em caza do Agostinho, e

²⁷⁹ *Idem*, fl. 94.

²⁸⁰ *Idem*, fl. 95.

²⁸¹ *Idem*, fl. 102.

outros varios objectos. De tarde fui pacear com o Professor Francisco da Silva Neves pelo caminho do rocio.”²⁸²

Enquanto exemplificação, pois, do Teatro Filarmônico de Morretes enquanto componente do circuito de lugares de circulação social de Vieira dos Santos em Morretes destaca-se que, sobre o ano de 1849, ele anotou ter participado de encenação ocorrida neste Teatro, bem como mencionou a sua admissão para exercer, ali, um cargo administrativo: “Em 25 [de junho] de Noite houve no Theatro hua recita denominada = O velho de 25 annos = e o Entremez o Judas no Sabado de Aleluia. Em 30 de Junho Sesta de Noite houve Directoria geral no Theatro e sahi eleito Secr^e Adjunto.”²⁸³

Em 23 de julho 1849, Vieira dos Santos fora nomeado terceiro suplente da Subdelegacia da vila de Morretes através de Portaria da Presidência da Província de São Paulo. Prestou juramento no cargo a 27 de julho, porém, ainda neste mês solicitou a exoneração do cargo.²⁸⁴ Foi, pois, a partir do ano de 1849 que Vieira dos Santos, já sexagenário, projetou conferir direcionamentos institucionais aos seus exercícios letrados. Neste estágio de sua escrita memorialística, Vieira dos Santos entrecruzou, pois, conforme abaixo analisado, as rememorações acerca dos conflitos e condições de produção de seus livros históricos, acerca de seus padecimentos físicos, e, por fim, acerca de reminiscência por ocasião do falecimento de seu filho José e das animosidades derivadas dos modos de execução do rito fúnebre deste seu descendente.

A atenção a estes episódios permite verificar, desse modo, os modos de participação de Vieira dos Santos na vida social morretense. Tal envolvimento foi, pois, sincrônico ao processo de produção de suas memórias históricas. Dessa maneira, pode-se assinalar que a escrita destes textos históricos, em detrimento de demarcar um modo recolhimento do autor em relação à vida social, possibilitou-lhe, conforme discutido no subcapítulo seguinte, rearranjar as suas formas de circulação por espaços institucionais.

282 *Idem*, fls. 112-113. Francisco da Silva Neves atuava, na vila de Morretes, na condição de professor de primeiras letras pertencente ao quadro funcional da Província de São Paulo. Para o reconhecimento do funcionamento dos estabelecimentos de ensino de primeiras na 5ª Comarca paulista, e, mais especificamente, para a verificação de demanda de Neves, datada de 1842, enquanto funcionário da educação provincial paulista – demanda essa que, sendo referente aos trâmites para a obtenção de seus vencimentos, subsidia a análise sobre as condições de regularidade do exercício do magistério em vilas sob a jurisdição paulista –, ver: KUBO, Elvira Mari. *A Legislação e a Instrução Pública de primeiras letras na 5ª. Comarca de São Paulo*. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte do Paraná, 1986.

283 VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fl. 110. A comédia *O Judas no Sábado de Aleluia*, que se desenvolve na cidade do Rio de Janeiro, foi escrita em 1844 pelo carioca Luís Carlos Martins Pena (1815-1848). Segundo Alfredo Bosi, o teatro de Pena foi marcado pela construção de personagens roceiros e provincianos que adentravam ao espaço da Corte Imperial – advindo daí situações cômicas – e pela percepção crítica sobre os modos de atuação personagens vinculados, por exemplo, a esferas estatais. Integram, pois, as peças desse autor, o período do romantismo literário. Cf. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, pp. 148-149.

284 VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fl. 122.

2.6. A capitalização do letramento: chancelas oficiais às memórias históricas

Neste estágio da análise são enfatizados os processos de incorporação, pelas Câmaras de Morretes e Paranaguá, e de recusa, pela Câmara de Antonina, dos projetos de escrita histórica de Vieira dos Santos. Subsidiaria, pois, tal abordagem, o entendimento das condições de integração social de Vieira dos Santos e das percepções institucionais sobre a escrita de memórias históricas. A atenção aos casos de legitimação e recusa institucional das obras históricas de Vieira dos Santos encaminha, ainda, a análise sobre as condições e ritmos de, àquela época, instituições não culturais localizadas em províncias conferirem benefícios pecuniários a exercícios literários.²⁸⁵ Por conseguinte, faz-se uma discussão sobre modos de participação social de Vieira dos Santos desenvolvidos no ínterim da escrita destes trabalhos históricos.

Em suas reminiscências, no escopo de eventos do mês de julho de 1849, Vieira dos Santos afirmou que “Em 23 Segunda f^a remeti p^a a V^a de Antonina ao Cap. Antonio Joze Leite Mendes a Memoria Historica que fis da mesma Villa e de que tive resposta.”²⁸⁶ No tocante, por conseguinte, ao modo como endereçou sua proposta para a escrita da memória histórica de Morretes, ele observou que “Em 16 [de Abril de 1850] Terça officiei a Camara de

²⁸⁵ Para se ampliar a verificação sobre como, nos Oitocentos, instituições parlamentares foram demandadas a viabilizar economicamente trabalhos literários, cabe mencionar dois casos ocorridos entre 1858 e 1861. Em 1858, sob a condição de cronista imperial, o citado Ignacio Accioli reivindicou, à Câmara dos Deputados, a elevação dos proventos econômicos que recebia do Império para execução de obra historiográfica. Cumpre atentar, assim, à recepção desta demanda no interior de um processo decisório daquela instituição legislativa: “A comissão de pensões e ordenados, tendo de emitir seu juízo sobre o incluso requerimento do coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, chronista do Imperio, no qual pede que seja elevada a 400\$ [mil réis] a gratificação que pelo governo de lhe fôra arbitrada pelo desempenho da comissão que por S. M. lhe fôra dada, de escrever a historia contemporanea do Brazil, precisa ser informada de tudo a respeito tem ocorrido; e por isso é de parecer que se ouça o governo pela secretaria de estado dos negocios do Imperio, remettendo-se-lhe para semelhante effeito o mesmo requerimento. Sala das commissões da camara dos deputados, 1º de Junho de 1858. – Luiz Antonio Pereira Franco – José de Barros Pimentel – Francisco Carlos de Araujo Buarque.” *Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados seguido da decima legislatura, sessão de 1858*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 32. Grifos no original. De outra parte, em 1861, o futuro monsenhor Manoel da Costa Honorato (1838-1891) – natural da Província de Pernambuco e então estudante da Faculdade de Direito do Recife – requereu que a Câmara dos Deputados subvencionasse a publicação de obra de sua autoria, a saber, um dicionário de tradução do vernáculo inglês para o português. Esta demanda foi, pois, submetida à Comissão de Instrução Pública da instituição. Cf. PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Sessão em 25 de Julho de 1861*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1861, p. 314. Em 1863, Honorato, ainda na condição de acadêmico de Direito, publicou um dicionário histórico e topográfico sobre Pernambuco e – no que respeita à renitência do propósito de vinculação de seus trabalhos a instituições oficiais ou a indivíduos delas participantes, assim como no que se permite a comparação ao caso do modo precoce pelo qual, conforme discutido no primeiro capítulo, Accioli auferiu a legitimação oficial a seus textos, precocidade referente, pois, ao grupo etário desses autores – dedicou-o a um professor daquele estabelecimento de ensino, a saber, José Antônio de Figueiredo (1793-1876), membro do Partido Liberal, e então deputado à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Cf. HONORATO, Manoel da Costa. *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1863, páginas pré-textuais.

²⁸⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos...* Op. cit., fl. 122.

Morretes sobre se querião eu fizesse as memorias historicas desta V^a e me responderão pela affirmativa.”²⁸⁷

No ano de 1850, em referência, por sua vez, à conclusão da memória histórica sobre Paranaguá – e como ilustração sobre um modo de interlocução a respeito da preparação deste texto – Vieira dos Santos observou que “Em 26 [de junho de 1850] Terça remetti para Paranaguá a Vicente Ferreira Martins o 1º volume da Memoria Historica Parnan^a com os competentes officios a Camara com data de 30 do mesmo mes.”²⁸⁸

Acerca das reminiscências de episódios de outubro de 1850, ele mencionou que recebeu da Câmara de Paranaguá o pagamento pela escrita de memória histórica: “Em 23 Segunda de m. r^{ce} p^r Antonio Ricardo dos Stos. f^o rc^e hum Off^o da Câmara de Parangua com a remessa dos rs 400\$ em nottas de gratificação das Memorias Históricas Paranaguenses.”²⁸⁹ O conflito, por sua vez, com a Câmara de Antonina em face da produção da memória histórica ocorreu no ano de 1851, uma vez que o presidente da instituição devolveu o manuscrito desta obra a Vieira dos Santos: “De tarde [17 de abril de 1851] recebido Presi^{de} da Camara de Antonina hum officio e a Memoria historica que tinha escripto.”²⁹⁰

Para um aprofundamento sobre o processo da legitimação institucional das memórias históricas de Vieira dos Santos, mas também para a atenção aos termos do conflito deste indivíduo para com a Câmara de Antonina, mobilizam-se, aqui, por consequência, duas atas da Câmara de Morretes, datadas de 1850 e 1851, e a carta que Vieira dos Santos endereçou, em 1850, à Câmara de Antonina para cobrar a ela o pagamento pela escrita da memória histórica do município. No âmbito da aceitação, pela Câmara de Morretes, do projeto de escrita de memória histórica, assim como no âmbito da definição sobre as condições de

²⁸⁷ *Idem*, fl. 219.

²⁸⁸ *Idem*, fl. 222.

²⁸⁹ *Idem*, fl. 227. Enquanto informações que subsidiam contextualizar os limites do poder de compra, no caso do comércio de escravos, dos montantes pecuniários recebidos por Vieira dos Santos da Câmara de Paranaguá – 400 mil réis – e da Câmara de Morretes – 200 mil réis – destaca-se que no Vale do Paraíba, em 1851, os escravos – de ambos os sexos – com idades entre 20 e 25 anos custavam cerca de 650 mil réis. Em 1861, custavam cerca de 1:580\$000 conto de réis. Cf. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 274. No levantamento, realizado por Ricardo Salles, de preços de escravos acerca do Vale do Paraíba entre 1851 e 1961, observa-se que se elevaram de cerca de 450 mil réis para 1:100\$000 conto de réis. Cf. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 164. No caso do Rio de Grande do Sul, os preços de escravos no citado decênio oscilaram de 500 mil réis para 1:100\$000 conto de réis. Cf. NOGUERÓL, Luiz Paulo F. & VERSANI Flávio R. Racionalidade econômica e propriedade escrava no Brasil. In: *Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA*. Instituto Ravignani, Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011, p. 774. Por fim, no litoral da Província do Paraná, de 1861 a 1867, a média do preço pelo qual eram comercializados os escravos mais baratos – indivíduos maiores de 35 anos – era de 823 mil réis. O preço médio, por sua vez, do grupo de escravos mais caros – com idades entre 25 e 34 anos – era então de 1:083\$000 conto de réis. Cf. SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos Santos. *Preços de escravos na Província do Paraná (1861-1887)*. Estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos. Dissertação (Mestrado em História). 1974. 131 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fl. 92.

²⁹⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* *Op. cit.*, fl. 241.

produção da obra – definição acerca, notadamente, da permissão de acesso aos documentos camarários e do valor da remuneração ao autor – os vereadores morretenses manifestaram-se, pois, sob os seguintes termos:

5ª. Sessão Ordinária da Câmara da Vila de Morretes. 16 de Abril de 1850. Presidência do Snr. [Antonio Ricardo dos] Santos. Presente o número legal de Senhores Vereadores o Presidente abriu a Sessão, e sendo lida a acta da anterior foi aprovada e assinada. Officiou-se ao Cidadão Antonio Vieira dos Santos respondendo ao officio do mesmo, de 7 do corrente. Lido na Sessão do dia dito, remeteu-se-lhe uma lista dos nomes das Ruas desta Vª e da Povoação de Porto de Cima, e se lhe prometeu gratificar com alguma quantia, pela História Cronológica e Topográfica que está escrevendo, e autorizou-se ao Secretário para lhe franquear os Livros e mais papéis do Archivo da Câmara para deles extrahir os documentos que lhe forem precisos.

6ª. Sessão Ordinária da Câmara da Vila de Morretes, 24 de maio de 1851. Leo-se hum officio do Cidadão Antonio Vieira dos Santos pelo qual ofereceo o primeiro Vollume das Memorias Historicas Morretenses e entro em discussão a gratificação que se deve dar e havendo algumas reflexões de demonstração e apreço com que a Câmara recebeo tal obra, bem como o grande pezar que ella sente por não ter quantias suficientes, em seus coffres, com que recompensar generosamente e como deseja e merece tanto transcendente trabalho em virtude do que resolveo que se lhe gratificasse com a quantia de duzentos mil réis sendo oitenta dos direitos Municipais sobre seu Engenho e sendo vinte mil réis mandado entregar pelo Procurador, a Câmara reconhece que não recompensa seus trabalhos porém que precede de gratidão e espera será elle aceito, tendo atenção à falta de meios que tem o coffre pela falta de Vendas Municipais porém que a Câmara se compraz logo que tenha o Segundo Volume e possa mandar imprimir outro como pretende, então brindará a seus herdeiros vinte exemplares ou todos os que sobrem depois de cobertas as despesas de impressão, deliberando-se assim responder o seu officio.²⁹¹

Estas atas, ao apresentarem um entendimento sobre a significância e a operosidade da escrita de memória histórica, e, assim, ao demonstrarem um interesse institucional sobre o financiamento de livro histórico, repercutiram a matriz de análise sobre este padrão textual que, aqui, se estudou no primeiro capítulo, qual seja, a verificação da operosidade demandada àquele exercício literário. A eficácia da estratégia de Vieira dos Santos em capitalizar as distinções simbólicas e funcionalidades políticas reservadas ao exercício historiográfico como recurso pelo qual ele obteve benefícios pecuniários e fiscais está, portanto, evidenciada nestas duas atas.

Do mesmo modo, nestas fontes nota-se que os camaristas morretenses não condicionaram a validação da proposta de Vieira dos Santos como expediente para o cumprimento do supracitado ditame da Presidência da Província de São Paulo acerca do recolhimento, ao Arquivo Público do Império, de documentos históricos institucionais e particulares. Antes, tal aceitação caracterizou-se enquanto modo de negociação das obrigações fiscais de Vieira dos Santos para com a municipalidade de Morretes. Ou seja, tem-se, aí, um caso do envolvimento da memória histórica em específicos acordos econômicos e interesses políticos compartilhados entre os membros da elite municipal.

²⁹¹ Câmara Municipal de Morretes, atas das sessões de 16 de Abril de 1850 e 24 de Maio de 1851. In: MOREIRA, Júlio. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. 2º v. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975, pp. 457-458.

Para se aprofundar a verificação, pois, acerca das multifacetadas relações sociais e circulações institucionais no processo de elaboração destas memórias históricas – e em atenção, ainda, às oscilações nas condições de circulações e integração institucional de Vieira dos Santos nas vilas de Antonina, Morretes e Paranaguá – transcreve-se, abaixo, a carta que ele enviou à Câmara de Antonina em 1850. Na seguinte missiva, a solicitação de pagamento pela escrita de uma memória histórica, bem como a menção, pelo memorialista, às apreciações positivas de autoridades parnanguaras – a saber, os camaristas, o Juiz de Direito e o Promotor Público – a respeito de seu trabalho historiográfico, possibilitam elucidar acerca das condições e processos de incorporação institucional desta modalidade historiográfica em área provincial.

Assim, atente-se, das considerações abaixo transcritas, a respeito de como a justificação de Vieira dos Santos à Câmara antoninense fora pautada por situar a memória histórica sob uma perspectiva comunitária, ou seja, direcionada a específicos interesses políticos daquele município – o qual, em tal missiva, é categorizado enquanto *país*, categoria que, conforme aqui discutido no primeiro capítulo, auferiu, no Brasil, naquele contexto, aceção localista:

Havendo mandado a essa ilustre Câmara Municipal, na Seção Ordinária do mes de Outubro do anno passado de 1849, a meus trabalhos literários que fis em prol do engrandecimento dessa Villa e seu Municipio, e mhua Memoria histórica a qual foi por V. V. S.Sas. benignamente acolhida como vi do officio que V. V. S.Sas. tiveram a bondade dirigir-me, em a Seção Ordinária de 13 d' aquelle referido mes de outubro. Na esperança pois, de que V V. S.Sas. vendo ograndíssimo trabalho que tive na composição da dita obra (tão necessária a nossa câmara) pela difficuldade de obter antigos documentos, mas até agora já tem decorrido parte de um anno e meio de dita apresentação , e V. V. S.Sas. terem feito muitas sessões e tem ficado minha recompensa em olvido e esquecimento, quando parecia da razão e justiça que V.S.as tivessem cuidado disso e fizessem algum sacrificio pessoal, mesmo em demonstração de patentearem suas generosas bondades em se quererem quotizar-se entre si visto que pelas rendas do cofre Municipal não poderão de qualquer maneira disfarçar quantitativo para minha gratificação por mil réis que possam dispensar para minha remuneração? Ou aquilo que suas generosidades quizerem pois contudo ficarei satisfeito. V. V. S.Sas. em o dito seu officio me asseveravão por estas formas palavras...“Sente a mesma Câmara não estar em circunstâncias de poder como desejara, gratificar V.Sa. por tão assíduo trabalho visto que os habitantes cansados de contribuir e subscrever para qualquer obra pública como a pouco para o concerto da Matriz e entrada da Gracioza e outras, não tem forças para tanto, mas a Câmara não perderá qualquer ocasião opportuna que por ventura offereça de o fazer.” Por estas palavras bem se conhece que essa illustre Câmara aguarda por ventura se possa offerecer e como essa mesma ocasião nunca poderá chegar a realidade sem que por mim seja solicitado, eis o motivo de supplicar a V. V. S.Sas. devem ter em vista que eu referi preferir, em primeiro lugar, dedicar meus trabalhos a essa Villa do que a cidade de Paranaguá e Morretes, e isto por hua particular affeição que tenho desse bello paiz. Depois que fiz as memorias desta Villa já escrevi as da cidade de Paranaguá em 2 volumes, com mais de quinhentas folhas escriptas cuja obra a Câmara daquella cidade solicitou primeiro de mim quanto eu pretendia pelo meu trabalho generosamente, depositar ao arbítrio da mesma a gratificação a vista da mesma obra a Câmara para recompensar-me primeiramente a mostrou ao Doutor Juiz de Direito e ao Doutor Promotor Público, estes Senhores dicerão que nem com 800\$000 réis não se pagava tão immenso trabalho, mas a Câmara vendo que a renda de seu cofre Municipal não erão lisonjeiros para dar me a inteira avaliação d'aquelles Doutores elles elles Vereadores generosamente se quotizaram e me grattificarão immediatamente como V. V. S.Sas. verão do documento junto extrahido das Actas das Secções pelo Secretario della. A Câmara desta Villa de Morretes me officiou exigindo eu organiza-se as Memorias desta e do Porto de Cima, prometendo havião de gratificar-me a vista do merecimento que a dita obra tivesse em a qual a mais de dois meses estou

trabalhando a vista do que será possível que os Illustres membros da Camara dessa Villa não sejam igualmente generosos como o das outras, eu assim o considero, pois ella he composta de membros mui patrioticos, generosos e respeitáveis cidadãos. Significando por ultimo a V. V. S.Sas. que com qualquer quantia de sua bondade me quizerem generosamente gratificar mui contente ficarei.

Deos guarde V. V. S.Sas. muitos annos

Villa de Morretes, 31 de Dezembro de 1850.

Ilmos. Snres. Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Villa Antonina

O cidadão Antônio Vieira dos Santos²⁹²

Entre os anos 1849 a 1851, Vieira dos Santos capitalizou, pois, um domínio literário – a escrita histórica – para rearranjar as suas condições de integração em esferas sociais de Antonina, Morretes e Paranaguá. Ao passo que no caso da produção de memória histórica direcionada à Câmara de Antonina foram observadas dificuldades nas relações de Vieira dos Santos para com os administradores locais, no caso da escrita de memórias históricas direcionadas às municipalidades de Morretes e Paranaguá o sucesso da capitalização de letramento permitiu-lhe, acerca da sua inserção em Morretes, auferir isenção de tributos municipais, por quatro anos, a respeito de seu engenho de soque de erva-mate. Concernente à sua inserção em Paranaguá, a produção das memórias históricas permitiu-lhe, por seu turno, retomar, após quatro décadas, a circulação pela Câmara deste município, na qual exercera, conforme acima referido, a função de Procurador.

Para além da descrição do êxito da relação contratual da com as Câmaras Municipais de Morretes e Paranaguá e do conflito com a Câmara de Antonina em virtude de esta não lhe gratificar pela produção de memória histórica e devolver-lhe o texto, as reminiscências de Vieira dos Santos sobre o início da década de 1850 abarcam, ainda, a menção sobre os seus períodos reclusão doméstica em face de padecimentos físicos, bem como sobre as suas tomadas de posição acerca de demandas comunitárias acerca da execução de rituais devocionais.

A atenção aos padecimentos físicos de Vieira dos Santos tornou-se, conforme abordado no capítulo primeiro, a chave de leitura que, desde a primeira metade do século XX, sustentou a abordagem sobre a decadência e o recolhimento social deste indivíduo. Enquanto deslocamento a tal leitura cumpre, aqui, enfatizar aspectos da participação social de Vieira dos Santos.

Sobre o engajamento de Vieira dos Santos na vida social morretense no ano de 1850, são descritas, abaixo, as tensões implicadas no ritual fúnebre de seu filho José. Na seleção de lembranças para o referido ano, Vieira dos Santos reconstituiu, também, o seu

²⁹² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. Carta à Câmara Municipal de Antonina, 31 de Dezembro de 1850. In: *Boletim do Instituto Histórico, Etnográfico e Geográfico Paranaense*, v. IX, 1967, pp. 126-127.

envolvimento, no âmbito das exéquias a este filho seu, em uma reivindicação comunitária concernente à fragilidade do desempenho de ritos católicos em Morretes:

Em 8 [de Agosto de 1850] Sesta de manhã pelas 7 p^a as 8 horas me foi dada esta tristes noticia e imediatamente fui para casa de meu genro, a dar providencias e dirigir o seu funeral despachou se em hua canoa a Parana a chamar ao P^e Agostinho Machado Lima p^r lhe fazerem as ultimas exequias cuidando se em armar o quarto o Altar e o caixão [...] fes-se o convite as pessoas para o levarem a Igr^a em lhe o depositarem, e carregarão o caixão João Coelho Guedes, Joze Pedro da Silva, Domingos da Crus, Rodrigo Joze Freitas, D. Gal. Francisco Marques Leal, D. Joze de Gracia e João Antonio Brenhas [...] toda a noite esteve o Corpo despoitado na Igr^a. Em 9 Sabado se fiserão tres signaes e se mandou abrir a sepultura a espera q' chegase o P^e Agostinho, e como não veio este antes de entrar o Sol, foi sepultado sem nenhua cerimonia religioza, e lançaram o caixão na sepultura Rodrigo Joze Freitas, Francisco Marques Leal, Antonio da Costa e Pedro Antonio da Costa Nogueira. Depois das Ave Maria chegou a resposta do P^e Agostinhode não poder vir assistir a este acto religiozo = neste dia, e no antecedente [...]. Em 11 Domingo fis hua representação ao Domingos Ricardo dos Santos Presidente da Camara para invocar hua extraordinária a darem providencias a representar ao Vigr^o Capitular a necessidade de mandar hum Sacerdote Parochiar esta Igreja.²⁹³

Acerca deste período de realização de exercícios historiográficos, bem como da participação em demandas comunitárias, pode-se também notar recorrências a respeito das práticas sociais que caracterizaram a vivência de Vieira dos Santos em Morretes e Paranaguá. A esse respeito, confira-se, pois, atenção às seguintes recordações sobre o mês de novembro de 1850:

Em 3 Domo de tarde sahi e foi em Casa do Agostinho e Faria. Falei com João de Loyolla e Sa com a ma divida q' lhe devo. Em 4 Segunda de tarde paguei ao filho m^{mo} João Loyolla os 300\$ mil do Credito. Em 5 Terca encomendei 2 missas ao Pe. hespanhol Mel Jose Cabassos para as dizer pela alma da falecida m^a Esposa Maria Fer^a de Oliveira Em 18 Segunda de manhã dice Araujo a meu filho Antonio que o meu Benedicto e Vicente erao cúmplices do roubo que o João Escr^o do Capm Hypolito tinha feito no Armasem do d^o Ar^o. Em 24 Domingo de tarde fui em casa de Agostinho a despedir me da família do Faria e vezitei ao D. Gutierre.²⁹⁴

A continuidade na participação em eventos religiosos, a condição de endividado para com negociantes da localidade – e deve-se, sobre este tema, mencionar que ainda em 1850 Vieira dos Santos estava endividado com o seu compadre Manoel Correia –, bem como o indício de ele permanecer na condição de senhor de escravos, denotam, assim, a manutenção, por ele, de condições de participação social e de formas de estreitamento – ainda que em condição de inferioridade – de relações com membros de elites locais. A permanência de modos conflituosos de relações familiares, bem como a permanência da condição senhorial de Vieira dos Santos podem ser aprofundadas, ainda, em atenção a episódio ocorrido em agosto de 1850: “Em 2 Seg^{da} Maria me contou q' Miró tinha dito ao Agostinho que Ar^o dizem

²⁹³ *Idem*, fl. 225-226.

²⁹⁴ *Idem*, fl. 228.

estava para puxar todos os meus Es^{ctos} visto não ter q' dar a fazer ao Es^{cto} Vicente. Andei bem triste e pensativo sobre reflecoens de m^a vida.”²⁹⁵

As relações entre Vieira dos Santos e seu concunhado Araújo permaneceram, desde os anos 1810, marcadas, pois, por sensíveis dissensões, mas também por interdependências. Cabe, desse modo, entender as recorrências na trajetória de Vieira dos Santos como inscritas em uma configuração de interdependências entre desiguais, ora marcadas por tensões econômicas, ora marcada pela confraternidade e por alianças que sustentavam a estabilidade e a reprodução dos modos hierarquizados de contatos sociais.

Ao se reconstituir as estratégias sociais de Vieira dos Santos, encontra-se a concessão de dádivas como condicionante do acirramento de sua inserção junto a esferas da vida social no litoral sul paulista. Dádivas verificadas, por exemplo, no âmbito de sua participação em esferas institucionais, ao passo que as suas memórias históricas sejam percebidas, para além da dimensão contratual e econômica, como ofertas, àquelas Câmaras Municipais – e, mais especificamente, a frações de elites locais –, de reflexões políticas embasadas por conteúdos históricos. No universo de relações hierárquicas de Antonina, Morretes e Paranaguá, a trajetória de Vieira dos Santos foi caracterizada, contudo, pela recepção de sensíveis formas de violência, tornadas rotineiras em face dos percalços das suas atividades econômicas. As cobranças de dívidas pelos seus compadres Manoel Antonio Pereira e Manoel Francisco Correia, assim como pelo seu concunhado Antonio José de Araújo, ilustram as tensões e rearranjos nas suas relações comerciais e familiares. Tensões referentes, portanto, aos percalços para a manutenção, por Vieira dos Santos, da estabilidade do seu enraizamento e distinção social

Na trajetória de Vieira dos Santos, verificou-se, pois, a sincronia de modos recepção de constrangimentos simbólicos – notadamente em decorrência de pendências financeiras –, assim como de formas de exercício, por ele, de ações de dominação – seja como senhor de escravos, seja como chefe de domicílio que, conforme acima analisado, interferiu nos processos de alianças sociais de seus filhos. Observou-se, do mesmo modo, enquanto manifestação de suas estratégias de integração junto às elites econômicas e às esferas administrativas daquelas três sociedades, a capitalização do domínio letrado como recurso para rearranjar as suas condições de atuação social. Domínio letrado que se estendeu ao seu

²⁹⁵ *Idem*, fl. 226.

interesse pelo teatro, cuja participação, na direção representações cênicas, afigurou-se, também, em manifestação de prestígio social.

Desse modo, cabe inscrever as ações deste indivíduo enquanto caso de práticas de enraizamento social deflagradas em um contexto de não setorização da vida econômica e de relevo das relações de dádiva e contradádiva na hierarquização dos indivíduos, relações essas marcadas, pois, por valores sociais arcaizantes. A consolidação do pertencimento social de Vieira dos Santos em Paranaguá e, em seguida, em Morretes, foi, portanto, determinada por complexas interdependências sustentadas por relações de subordinação e dominação social.

A integração de Vieira dos Santos nestas sociedades do litoral sul paulista cabe, assim, ser entendida enquanto imersa em configurações socioeconômicas marcadas pela lógica da reprodução dos distanciamentos sociais. O ordenamento social marcado pelo trabalho não especializado e por interações hierarquizadas – as quais se manifestaram, por sua vez, em obrigações econômicas, familiares e institucionais deste memorialista – atuaram, portanto, como condicionantes sociais da produção intelectual deste indivíduo.

Segunda Parte. Percursos e interesses sociais na elaboração das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá: interações letradas e fundamentos políticos

3. Composição metódica, sustentação social e direções políticas do texto histórico: abordagem sobre a *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá*

Estudam-se, neste capítulo, as interações mantidas por Vieira dos Santos no processo de feitura desta memória histórica, de maneira a subsidiar a identificação das condições e dos interesses sociais envolvidos na produção da obra. Por conseguinte, são analisadas as tomadas de posição do autor acerca de fenômenos da vida social do município. Através da investigação sobre os modos pelos quais ele se manifestou acerca das sociabilidades desenvolvidas em esferas econômicas, políticas e devocionais de Paranaguá, sustenta-se, assim, verificação das relações entre o enraizamento social e os posicionamentos políticos deste autor.

Os seguintes argumentos comportam as ideias centrais do capítulo: (I) o processo de elaboração desta memória histórica assinala a legitimidade da circulação de Vieira dos Santos em esferas estatais e a legitimidade de interação com membros da elite social de Paranaguá. Legitimidade de interação a qual se coaduna às afinidades políticas do autor para com indivíduos com os quais ele mantivera relações econômicas e familiares. (II) Os lugares corporativos privilegiados na abordagem deste autor – a Câmara Municipal, as irmandades católicas, por exemplo – cristalizam percepções hierárquicas acerca de relações sociais. (III) As posições do autor sobre fenômenos da vida social e a reivindicação de rearranjos acerca de práticas sociais e dinâmicas econômicas relacionam-se à defesa fundamentos morais e valores comunitários. Moralismo sustentado pela aproximação à religiosidade católica e, desse modo, inerente à interpretação histórica providencialista desenvolvida na obra. Valores comunitários referentes, por sua vez, à percepção holística – e, desse modo, anti-individualista – sobre as relações sociais, percepção na qual se inscreve, ainda, a sua defesa do equilíbrio das interações entre desiguais. (IV) As considerações de Vieira dos Santos sobre instabilidades político-institucionais e sobre aspectos da organização econômica de Paranaguá assinalam a faceta pragmática de sua percepção das relações sociais. Pragmatismo que embasou os termos de seus posicionamentos concernentes, por exemplo, às demandas políticas e econômicas das elites sociais daquela jurisdição.

Para a compreensão das tomadas de posição de Vieira dos Santos, faz-se, na Segunda Parte desta dissertação, aproximação às considerações de Karl Mannheim sobre o pensamento conservador. A partir deste autor, cumpre, pois, estabelecer as diferenças entre conservadorismo e tradicionalismo. Desse modo, o pensamento tradicionalista constitui-se na

contrariedade imediata – e, portanto, reativa – acerca de quaisquer manifestações de reorientações, por exemplo, de rotinas sociais. O tradicionalismo caracteriza-se, pois, pela defesa da reprodução vegetativa de rotinas e valores sociais. Sob esta faceta de pronta contrariedade sobre perspectivas de mudanças de uma rotina social, o pensamento tradicionalista não se aprofunda na inteligibilidade acerca das razões das reivindicações e da deflagração de processos de mudança social.

O conservadorismo afigura-se, por sua vez, enquanto a forma racionalizada do tradicionalismo e, assim, como tentativa de interpretação e de envolvimento no jogo de mudanças para que, sob um determinado entendimento desse processo, seja-lhe possível a crítica e proposição de uma reorientação ao ordenamento social. Envolvimento esse que validaria, sob a perspectiva antirrevolucionária, a execução de reformas em um ordenamento social. Porém, tais reformas não se apresentam como sistêmicas, mas sim parciais. Em Mannheim, entende-se a apreensão sistêmica da sociedade enquanto aspecto do pensamento progressista. Assim, a reivindicação de uma concretude das condições de execução do reformismo pauta o aspecto qualitativo das mudanças sociais e institucionais de matriz conservadora. Da síntese de Mannheim sobre as variações do pensamento conservador, apreende-se, pois, que este “[...] é coerente em relação a circunstâncias que mudam de uma época para outra. [...] é uma entidade com evidente continuidade histórica e social [...]”.²⁹⁶

Em atenção ao caso de Vieira dos Santos, propõe-se identificar as feições conservadoras das suas tomadas de posição sobre a sociedade parnanguara no tocante, pois, às percepções e formas de intervenção que ele elaborou sobre as relações econômicas, as manifestações religiosas e as formas de exercício de autoridade estatal, bem como a respeito da regulação das interações sociais desenvolvidas em espaços corporativos.²⁹⁷

Para além, pois, de reconhecer o emprego da orientação conservadora, nas memórias históricas de Vieira dos Santos, em multifacetados argumentos políticos e econômicos que reivindicaram a rotinização de modos de interações sociais e dinâmicas institucionais, pode-

²⁹⁶ Cf. MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice (org.). *Mannheim*. São Paulo: Abril, 1982, p. 111.

²⁹⁷ A relação entre conservadorismo e pragmatismo político foi percebida por Maria Fernanda Martins para o caso da rotina das atividades do Conselho de Estado no Segundo Reinado. Para Martins, neste órgão, cujos membros efetivos e temporários eram integrantes de elites provinciais, viveu o entendimento segundo o qual a ação do Estado demandaria orientar-se pelo pragmatismo, através do qual se buscava a conservação da estabilidade do ordenamento institucional e econômico do Império. Aspectos ideológicos e institucionais esses que legitimaram, por seu turno, a ordem escravista e a hierarquização social excludente. Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 393. Consoante o arrolamento, por Martins, dos membros deste Conselho, nota-se a participação de indivíduo descendente da elite mercantil de Paranaguá. Trata-se do supracitado Manoel Francisco Correia, atuante neste Conselho de 1887 a 1889. Cf. *Idem*, p. 157.

se, ainda, notá-lo nos recursos literários sob os quais a obra foi composta. Cabe, por conseguinte, atentar às considerações de João Alfredo de Sousa Montenegro sobre os elementos conservadores – notadamente os aspectos da concretude das condições de reformas sociais – no pensamento político do irlandês Edmund Burke (1729-1797). No que encaminha, pois, uma aproximação ao caso da utilização de recursos como a metáfora e do comparativo de padrões de ação, por Vieira dos Santos, enquanto fundamento da prescrição de regras sociais, tem-se a seguinte percepção de Sousa respeitante ao discurso político de Burke:

Ao se fazer rígido, sem as possibilidades lógicas de harmonizarem, como de direito, com as possibilidades reais, o discurso privilegia as mediações simbólicas, metafóricas, nítidas, de forma agravada, a ganharem foros de entes espirituais, auto-suficientes, determinantes do curso descritivo [...]. E quando [o discurso conservador] consegue abrir-se para a circunstância viva, para os acontecimentos, para a novidade, se enreda no complexo institucional que bloqueia a mudança. A tendência natural que se afigura impositiva é encetar a marcha reiterativa do universo de significados, do quadro ideológico [...]. Os valores se petrificam na linguagem. Não são indicativos de alternativas renovadoras. [...] Por isso não constituem no discurso conservador, no de Burke, núcleos de projeções ricas de força enunciativa [...]. O presente se torna guardião e espelho do passado para se afirmar, para se assegurar em face dos perigos externos [...].²⁹⁸

A análise do conservadorismo como diferenciado do reacionarismo, a atenção à concretude e à lógica das percepções sobre a vida social e das formas de legitimação de argumentos reformistas, bem como a atenção aos recursos literários que fundamentam tal conservadorismo – recursos esses que impõem, à narrativa, valores morais os quais se verificam, por exemplo, no emprego da perspectiva providencialista –, são, desse modo, os aspectos privilegiados, nesta Segunda Parte, acerca da leitura das memórias históricas de Vieira dos Santos.

3.1. Temas e bibliografia na construção da memória histórica

O primeiro volume desta memória histórica o autor dividiu-o em quatro épocas: 1500-1648; 1648-1711; 1711-1808; 1808-1850. Tem-se, ainda, um texto adicional à Quarta Época – que abarca os anos de 1808 a 1850 e se atém, sobretudo, acerca de determinações da Câmara de Paranaguá e do Governo Provincial paulista. Na Primeira Época, faz-se a narrativa sobre o Descobrimento do Brasil; sobre a fundação das vilas de São Vicente e Cananeia, no litoral sul paulista; sobre os primeiros movimentos de ocupação do território brasileiro; sobre as primeiras explorações econômicas na baía de Paranaguá. Nesta Primeira Época em que se divide a narrativa são, portanto, consagrados episódios acerca da organização institucional e econômica brasileira no século XVI e no século XVII. Nas três últimas Épocas, são

²⁹⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O discurso autoritário de Cairu*. Brasília: Senado Federal, 2000, pp. 183-185.

apresentados os começos das atividades dos capitães-mores, da Câmara Municipal e da Ouvidoria. Enfim, estas Épocas concentram-se na rotina institucional do município. No entremeio destas quatro Épocas, Vieira dos Santos discorreu sobre aspectos da organização social do grupo indígena carijó, assim como a respeito de aspectos do espaço natural do município.²⁹⁹

Na introdução ao primeiro volume, o autor mobilizou documento do Conselho Ultramarino Português, datado do século XVIII, e documento da Província de São Paulo, datado do século XIX, referentes, respectivamente, à pertinência da produção de memórias históricas e à pertinência do arquivamento de documentos institucionais e particulares. A partir da transcrição desses documentos e sob a dedicatória da obra à Câmara de Paranaguá, Vieira dos Santos manifestou-se sobre as utilidades da escrita histórica, notadamente concernentes à instrumentalização das ações sociais a partir do aprendizado com o estudo histórico. Nesse âmbito, transcreve-se, pois, abaixo, o escopo de temas do primeiro volume deste livro:

²⁹⁹ Nas considerações de Vieira dos Santos sobre as condições de escrita de uma história sobre os indígenas carijós, têm-se o argumento da dificuldade de desenvolver tal propósito: “Querer-se, no Seculo presente fazer-se hua investigação realmente verdadeira da população antiga Indígena da Nação carijo, que ha mais de 3 seculos existiu e habitou nos contornos dos rios e Bahias de Paranaguá, hé querer hum impossível, mórmente porque não houverão escriptores das historias Brasileiras que escrevessem sobre tal materia [...]” VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 93. Em face de tal dificuldade – a qual se teria aprofundado em decorrência, segundo o autor, do desaparecimento deste grupo da área da Capitania de São Paulo –, ele voltou-se a descrever aspectos das práticas sociais dos carijós através de fragmentos de informações sobre hábitos alimentares e distribuição espacial. Ainda, ele buscou valorar, para além do caso dos carijós, as práticas sociais dos demais grupos indígenas brasileiros: “[...] todas as nações indígenas propagam muito pela liberdade que eles têm com o Sexo femenino; sem maior decoro á honra e honestidade, refrearem suas habituaes paixões, o que não podem ter os povos civilizados, mesmo porque a religião os prohiibe [...]” *Idem*, p. 96. No reconhecimento, por conseguinte, dos limites de suas apreciações sobre os carijós, bem como ao reivindicar a legitimidade das críticas morais que imputou, mais amplamente, aos demais grupos indígenas brasileiros, ele asseverou: “Tendo portanto dado fim a hua questão que parecia ser de muita obscuridade e o sábio leitor, conhecendo estas razões tão fundamentaes, não recusará dar sua aprovação ao argumento calculável desta proposição que se analyza.” *Idem, Ibidem*. Ao lado do discurso da dificuldade e da crítica moral às sociabilidades indígenas, Vieira dos Santos defendeu a iniciativa jesuítica de catequizá-los, visto que, segundo argumentou, ao serem convertidos ao catolicismo, os indígenas ingressariam em um estágio civilizacional superior: “[...] instruindo-os nos dogmas da religião católica e assim entrarem no gremio dos povos civilisados.” *Idem, Ibidem*. Conforme Rodrigo Turin, em meados do século XIX observou-se, no IHGB, a respeito das condições e dos interesses da escrita sobre a história dos índios, o reconhecimento da dificuldade de empreender-se tal projeto, ainda que reputado como útil. Dificuldade enquanto decorrência da obscuridade na qual vigeria o passado indígena. Utilidade enquanto subsídio, notadamente, em favor da perspectiva de catequizá-los. Observou-se, assim, no interesse, por aquele sodalício, de elaboração de uma história indígena, a repercussão do projeto missionário jesuítico de catequização dos indígenas e de integrá-los à civilização sob uma perspectiva hierárquica. Nos argumentos então apresentados pelos membros daquela agremiação acerca dos indígenas, perfez-se, consoante assinalou Turin, a polarização de entendê-los, quer como inscritos em um estado de natureza, quer como em estágio civilizatório decadente. Acerca, pois, dos fundamentos da utilização desta antropologia bíblica – a qual torna o cristão, enquanto civilizado, o oposto do indígena, mas também o seu englobador, visto que o converte ao catolicismo, fundamentos esses que se coadunam, pois, às citadas considerações de Vieira dos Santos –, ver: TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social). 2009. 241 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Memoria Historica, Chonologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio. Descrevendo-se suas antiguidades, entrelaçadas com os Factos mais memoraveis, acontecidos na Capitania de S.^m Viçente; A descrição topographica do Municipio, a Fytologia de suas ricas mattas e a Flora Brasileira; a Zoologia dos animaes terrestres, aquaticos e suas fermosas Bahias, Lagos e Rios; a mineralogia de suas minas de oiro e de outras produções, a Agricultura, cultura e a população Indigena antiga, e a moderna civilizada e dos homens mais destintos, que occuparão os cargos da governança, os que tem sido condecorados com as Ordens do Imperio, e as famílias mais illustres, e todos os Actos e Deliberações que a Camara praticou desde o anno de 1654 e apontamentos que foram extrahios dos livros originares do Archivo da mesma. Dividida a obra em duas partes. Na primeira, os Factos e successo mais memoraveis que acontecerão. Na segunda, Nottas illustrativas que as comprovão.

Por Antonio Vieira dos Santos, Cidadão Brasileiro
Offerecida a Illustre Camara Municipal³⁰⁰

O segundo volume da obra, por sua vez, divide-se em cronologia dos capitães-mores e dos comandantes militares; notícias históricas sobre irmandades católicas; mapas dos rendimentos e despesas de irmandades; notícia sobre a dinâmica comercial de Paranaguá, no âmbito da qual foram nominados os negociantes de grosso trato. Tem-se, pois, neste tomo, o seguinte sumário de temas:

Memoria Historica, Chonologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio.
Segunda Parte

Descrição Geral da Cidade, suas Igrejas, Edificios Publicos, e particulares, Alfandega, Fortaleza, Caza da Mizericordia, ruas, travessas, numero de Predios Urbanos; e população, Força da Guarda Nacional e Policial, Serie chronologica dos Governos Militares, Çivil e Ecclesiastico; Instrucção primaria, Commercio maritimo, exportações e importações; numero de sahida das Embarcações, Necrologia e outros muitos objectos memoraveis dignos de historia.

Por Antonio Vieira dos Santos
Offerecido À Illustre Camara Municipal
– 1850 –³⁰¹

Nas dedicatórias apostas neste segundo volume, consta o elogio à Câmara Municipal, bem como se apresenta valoração positiva à devoção católica, de modo que Vieira dos Santos dedicou esta segunda parte da obra à *Santíssima Virgem Maria Senhora do Rosário*.

Esta dedicatória é construída pela defesa das manifestações devocionais e, nesse escopo, pela defesa da consistência – percebida em face de sua regularidade – da vivência comunitária. Na defesa de tais valores, e enquanto modo de referência à jurisdição da municipalidade de Paranaguá, o autor empregou a categoria de *país*. Cabe, pois, assinalar a especificidade da mobilização, na obra histórica de Vieira dos Santos, de tal categoria em favor da identificação dos argumentos políticos para os quais ela foi operacional.

Nas memórias históricas de Morretes e Paranaguá, as categorias de *país*, *pátria*, *patriótico* e *patriotismo* foram mobilizadas em referência ao Estado Imperial e a condutas

³⁰⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 1.

³⁰¹ *Idem*, Tomo II, p. 1.

políticas as quais, consoante o juízo de Vieira dos Santos, deveriam ser incorporadas pelos cidadãos do Império – referência a qual inscreve este autor enquanto membro de elite local atento às condições da consolidação da soberania política do Estado Nacional. De outra parte, tem-se o emprego de tais categorias, por ele, sob acepção localista, no uso da qual sustentou a defesa de valores comunitários e de formas de atribuir distinções em relação aos membros do corpo social. Trata-se, nesta dissertação, de enfatizar a análise do emprego da percepção localista de tais categorias enquanto modo de problematizar, pois, as tomadas de posição do autor a respeito de condutas políticas e práticas corporativas nas municipalidades de Morretes e Paranaguá.

Verifica-se, por sua vez, no seguinte extrato, a ideia holística respeitante à defesa da inferiorização da condição de indivíduo em favor da integração deste no corpo social. Este argumento foi, pois, sustentado sob os fundamentos morais inerentes à valoração positiva sobre o cumprimento de práticas devocionais, e inerentes, ainda, ao emprego do comparativo acerca de padrões de conduta de Antigos e Modernos:

Dedicação

Á Santissima Virgem Maria Senhora do Rozario Que seus queridos filhos Paranaguenses lhe retribuem, o heróico amor de sua chara Patria pelo amôr maternal que nélla os criou.

Láus & jubilato, Patris honor Virgo Maria

A Cidade de Paranaguá, tendo hum Titulo tão gloriôso em ter por sua Padroeira, e Protetôra a Santissima Virgem Maria do Rozario, já mais nunca poderão ter seus Filhos Paranaguenses, nem essa desoladora péste, e a devorante fome; e nem a sanguinolenta guerra, com que muitas vezes a Divina Justiça, envia ao mundo, a certos paizes em castigo de seus desgraçados habitantes, porque elles tem por seu Escudo a Virgem Maria, que, com sua valiosissima intercessão, e o grande merecimento que tem para com seu Santissimo Filho; suas preces, e rôgativas sempre são attendiveis, e d'elle obtem o despacho favoravel de sua petição; repartindo com liberal mão, suas graças dando saude aos enfermos, consolação ais afflictos, sôccorros aos nessecitados, finalmente Mãe carinhoza, volve seus olhos de ternura, e cheios de piedade, para aquélle Filho Paranaguense, que invocando seu nome Santissimo vão valer-se de seu Patrocinio; e ella Promptamente o soccorre expargindo o auxilio de suas Divinas graças [...]. *Oh caros compatriotas paranaguenses, retribuir-lhe com uma sincera adoração, um puro amor filial e esse amor seja o heroico que cada hum tem pela Patria [...]. O amor que existe gravado em nossos corações para com o paiz natal é hua consequencia preciosa daquele amor esclarecido e razoavel que deveria a nós mesmos, pois a feleçidade do homem está estreitamente ligada a da sua Patria; e como a poderá servir com zelo, com fidelidade e coragem se não concentrar impresso nesse nobre sentimento? Por certo que o amor patrio he hua virtude politica, que sublimando tanto o espirito do cidadão, faz com que este renuncie a si mesmo, preferindo o interesse publico ao seu próprio. [...]* Ah! Quão grandes recordações em nós inda hoje eçitam, as scenas ditodas; que patenteavam no mundo, a brilhante marcha dos heroicos feitos que o amôr da patria produziu, em todo o seu exppendor e força. As estátuas, os monumentos no-lo monstam, os triunfos esculpidos por mão Argiva, esses mutilados restos da grandeza verdadeiramente nacional por si falam; os Solons, os Licurgos, os Milciades, os Temisthocles preferiam sempre a esta a tudo quanto havia de mais caro sobre a terra; e se não foram tãoi poderozo movel acazo venceriam os gregos nos campos maratonios e depois junto á Salamina sobre as águas egeas, as numerosas coortes dos persas? [...]. Em Roma, Vetrória desarma a cólera, e a vingança de Coriolano, seu filho, apenas lhe mostra esta. Mânlio Camilo Cipião vence os inimigos do povo romano, escutando de amor pátrio os bonsditames. Que doces emoções pois excita a pátria nas almas bem formadas o teu nome apenas proferido! Que mágica virtude ela concentra! *Que inumeros prodigios tem obrado no espirito militar! Nada há tão heroico, nem tão sublime, como o desenvolvimento de afeições patrioticas he hum zelo accrizolado pelo esplendor e*

ventura nacional; incapaz por certo destas tão nobres sensações he ocidãdo apático e egoista insensível. Observando pois a marcha do coração humano, em todos os tempos e em todas as idades, e percorrendo os Annaes dos povos, encontramos irrefragaveis testemunhas, que altamente proclamão, ser huma obrigação inata, no Coração do homem, amar este com decidido aferro á sua patria, procurando-lhe quanto, della dependa a sua felicidade, tanto que aquelles que para a salvação da Soçiedade se expõem a grandes a grandes perigos, e nelles succedeu bem, não são por certo homiçidas de si mesmo, mas bem pelo contrário, desempenhando um dever igualmente necessario, que sobremaneira he hum gloriozo sacrificio que harmoniza com as da Providência.

– Dulçe est de coruno est, pro Patri mori –³⁰²

Enquanto aspecto, ainda, da utilização, por Vieira dos Santos, da categoria de *pátria* como forma de reconhecer a consistência da participação individual em interesses comunitários em Paranaguá no âmbito da vigência do ordenamento administrativo colonial, atente-se ao excerto: “Em 1726, entrando na Bahia de Paranaguá, outra Nao França, vinda do Rio de S^m. Francisco, onde esteve arribada, a Camara teve a animozidade de prohibir, aos povos lhe não prestarem nenhuns soccoros e ninguem com elles fizesse negocio algum; e o *Paranaguense Antonio de Lara, possuido de um verdadeiro amor da patria, offereceu generosamente á Camara a sua pessoa, e dinheiro e hua Sumaca que tinha, tripulada de gente para os irem prender.*”³⁰³

Encontra-se, portanto, no excerto citado, o emprego, por Vieira dos Santos, da categoria de *país* em consonância aos modos tal qual fora empregada nas memórias históricas de Félix José da Costa, José Carneiro da Silva, Manoel Coelho e Paulo José de Brito, assim como nos complementos a memórias camaristas realizados por Manuel José da Silva Pires Pontes. Empregos marcados, pois, pela concepção, distintiva de sociedades de Antigo Regime, de *pátria chica*, ou seja, concernente às especificidades das trocas sociais em espaços tais como as municipalidades. O emprego de tal categoria nota-se, do mesmo modo, na descrição, por Vieira dos Santos, acerca de seu processo de incorporação à sociedade de Paranaguá: “No entanto, minhas debeis forças as encaminharei pela luz da verdade, com o fim de ser útil á chára Mae Patria Paranaguense, que ternamente recebeu-me no seo seio, me nutriu e creou, e a quem sempre deverei ser grato.”³⁰⁴ Vieira dos Santos conferiu atenção, desse modo, a aspectos da consistência, em distintos recortes desta narrativa sobre Paranaguá, de formas de envolvimento individual em interesses comunitários enquanto recurso para a identificação de condutas exemplares passíveis de serem reproduzidas em favor do equilíbrio social e de interesses políticos da jurisdição municipal.

³⁰² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, pp. 3-5. Grifos nossos.

³⁰³ *Idem*, p. 4. Grifos nossos.

³⁰⁴ *Idem*, Tomo I, p. 10. Grifos nossos.

Convém, ainda, acentuar que, no segundo volume da obra, Vieira dos Santos manteve a imputação de juízos sobre condutas sociais e, nesse âmbito, atribuiu a esta sua obra difusos argumentos morais. A relação, pois, entre a defesa da religião cristã e a afirmação de modos de consolidação de padrões de conduta social é acendrada na seguinte passagem:

Eis, ó paranaguenses, a tabua necrológica de vossos falecidos maiores, desses nobres avoengos cujos troncos descendeis; desses que já foram ceifados pela mão da cruenta morte e suas cinzas jazem espargidas no sólo que as fes reproduzir. [...] Ó homem! Ó cinza soberba, quais são os títulos de tua grandeza, da tua glória? [...] Si a virtude he capaz de encher o vazio que a fama deixa nas acções dos heróes do seculo, só a Religião pode fixar a inconstancia e a estababilidade da gloria, da fortuna e do mundo. *O homem sem virtudes, sem religião, he a imagem do vacuo, he um cadaver ambulante, pasto da podridão e vérmes. Embora a fortuna, ou o accazo o tenham feito nascer no meio da pompa e das grandezas, embora conte na longa serie de seus antepassados nomes illustres que primáram entre os seus semelhantes por titulos ou dignidades, si elle não enobrece a si mesmo pela pratica das virtudes, ainda quando as vicissitudes das couzas humanas e eleve ao cumulo das grandezas e da gloria, esta grandeza não he mais que um fantasma.* Suas grandezas são como as lembranças de hum sonho que não torna a existir, he a espuma leviana que a tempestade dispersa. Para que o homem seja digno de estima de seus contemporaneos, para que mereça as benções das gerações fucturas, para que seu nome occupe uma pagina na historia, cheia de gloria, he mister que a humanidade, justiça e benevolencia, o patriotismo e a beneficencia brilhem n'elle como homem, como Cidadão, e demais a mais que a religião, que o Christianismo purifiquem estas virtudes, deem lhes este toque sublime que só podem afiançar a verdadeira felecidade.³⁰⁵

A perspectiva moral desta memória histórica é sustentada, desse modo, pela relação entre a interpretação providencialista de fenômenos sociais e a aplicação da perspectiva pragmática de escrita histórica, orientada, esta, por seu turno, pela atenção a exemplos de modos de ação social.

As referências, nesta memória sobre Paranaguá, a obras históricas, encontram-se nos capítulos do primeiro volume, apostas como notas complementares. Esses aportes bibliográficos foram, em síntese, mobilizados no interior da descrição dos princípios da organização social de Paranaguá, ao mesmo tempo em que, a partir deles, se perfez a relação entre o processo de formação social do município e acontecimentos inscritos em efemérides da história brasileira. Para a identificação de aspectos de um domínio historiográfico – e suas operacionalizações na narrativa – por autor fixado em área provincial, cabe, pois, referir a quais obras foram mobilizadas nesta memória histórica, e em quais passagens desta narrativa foram dispostas.

Vieira dos Santos citou, inicialmente, as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo* (1797), de Gaspar Teixeira de Azevedo (1715-1800), frei beneditino – cujo nome adotado em sua ordem religiosa era Madre de Deus –, bem

³⁰⁵ *Idem*, Tomo II, pp. 69. Grifos nossos.

como membro supranumerário da Academia dos Esquecidos.³⁰⁶ Trata-se, pois, de citação sobre a primeira década da presença portuguesa no Brasil e, a partir da memória histórica de Teixeira de Azevedo, Vieira dos Santos descreveu a atuação de Martim Afonso de Souza na fundação da vila de São Vicente, em 1532. As retomadas, por Vieira dos Santos, do texto de Teixeira de Azevedo notam-se, ainda, na abordagem sobre as primeiras relações entre jesuítas e índios tupis; sobre a invasão inglesa em Santos, em 1591; bem como Teixeira de Azevedo constituiu-se como referencial para aquele autor discorrer sobre os contatos conflituosos entre brancos e índios goytacazes no Rio de Janeiro, e para apresentar informações acerca da organização administrativa no litoral sul paulista e dos integrantes da administração de vilas litorâneas paulistas.³⁰⁷

No âmbito de material bibliográfico datado do século XVII, Vieira dos Santos mobilizou a *Vida do Padre João de Almeida da Companhia de Jesus na Província do Brasil* (1658) e a *Vida do Venerável Padre Anchieta, da Companhia de Jesus, Taumaturgo do Novo Mundo, na Província do Brasil* (1672), do padre jesuíta Simão de Vasconcelos. De trabalhos seiscentistas, ele se utilizou, ainda, da *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (1675), do português Francisco de Brito Freire³⁰⁸, e do *Roteiro* (1699), de Manoel Pimentel.³⁰⁹ As

³⁰⁶ Acerca da *Dissertação e explicação sobre terras de contenda entre o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo em Santos*, de Teixeira de Azevedo, e da *História da Capitania de São Vicente* (1754), de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), Samuel Rodrigues Barbosa estudou-as enquanto manifestações da utilização do discurso histórico como recurso de defesa de interesses políticos e patrimoniais. Teixeira de Azevedo, ao argumentar que cabia ao mosteiro beneditino da vila paulista de Santos a posse da Capela de Montserrat, e Taques, ao defender os direitos de donatário de João de Faro e Sousa – Conde de Vimieiro – sobre a Capitania de São Vicente, utilizaram a documentação histórica com o fito de influenciar os processos judiciais respeitantes a essas duas demandas. Os livros de Taques e Teixeira de Azevedo ilustram, dessa forma, o direcionamento político, no Brasil setecentista, do conhecimento sobre arquivos institucionais. Cf. BARBOSA, Samuel Rodrigues. Quando historiadores advogam. Uso partidário do passado na história de Pedro Taques. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.)... [et al.]. *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: Ed. UFF, 2009, pp. 293-304. Cumpre, ainda, assinalar que Pedro Taques e Teixeira de Azevedo eram primos e, das formas solidariedades que entre ambos se consolidou, teve-se o compartilhamento dos resultados de suas consultas a arquivos e obtenção de informações históricas. Conforme Affonso Taunay: “Entre êle e frei Gaspar da Madre de Deus, seu primo e amigo íntimo, estabelecera-se uma contínua troca de apontamentos e comunicações de descobertas, que a ambos aproveitava [...]” TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. Prefácio. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana historica e genealogica*. Tomo I. São Paulo: Martins, 1953, p. 25. Para a contextualização de Taques e Teixeira de Azevedo no interior das práticas letradas setecentistas ocorridas na capitania paulista – em atenção, por exemplo, aos aspectos da retórica moral e política ali desenvolvida por escritores como Mathias Aires Ramos da Silva de Eça (1705-1763) –, ver: PINHEIRO, Péricles da Silva. *Manifestações literárias em São Paulo na Época colonial*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961. Sobre o funcionamento do regime de colaboração intelectual em favor do exercício de práticas historiográficas, no Brasil setecentista – e da qual participaram, por exemplo, funcionários estatais e membros de ordens religiosas –, colaboração em face da qual se configuraram redes compostas por letrados – inclusive aí os primos Teixeira de Azevedo e Pedro Taques – residentes em capitanias tais como a Bahia e São Paulo e, ainda, residentes em Portugal –, ver: KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

³⁰⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 19-23.

³⁰⁸ Os argumentos políticos dos trabalhos históricos de Brito Freire (1625-1692) e de Simão de Vasconcelos (1596-1671) foram discutidos por Joaquim Veríssimo Serrão. Para este autor, na *Crônica da Companhia de*

biografias escritas por Vasconcelos são mencionadas, nesta memória histórica, quando da descrição da organização social das vilas litorâneas paulistas entre o século XVI e o século XVII, nas referências às trocas comerciais entre a vila de Santos e a vila de Paranaguá, bem como na descrição da atuação do padre José de Anchieta no contato com índios goytacazes.³¹⁰ O *Roteiro* de Pimentel, material de conteúdo geográfico, tornou-se, de sua parte, para Vieira dos Santos, o referencial acerca da descrição da configuração da baía de Paranaguá.³¹¹ De

Jesus no Estado do Brasil (1663), dedicada ao monarca português D. Afonso VI, Vasconcelos buscava a LEGITIMAÇÃO, pelo Estado português, das atividades missionárias jesuíticas. Sobre Brito Freire – que era natural de Portugal e fora Governador da Capitania de Pernambuco, de 1661 a 1664 –, Serrão contextualizou a escrita da *Nova Lusitânia* no âmbito da queda do monarca do Afonso VI, a cujo governo Brito Freire servira e, por isso, fora afastado, no final dos anos 1660, da atuação administrativa no Estado português. Conforme acentuou Serrão, Brito Freire utilizou a *Nova Lusitânia* como instrumento para se posicionar em defesa de D. Pedro II, monarca que sucedeu a D. Afonso VI, e, assim, para buscar reaproximar-se do poder real. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*. Volume II. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, pp. 352-361. Acerca da Capitania de Pernambuco, para além da produção de textos sobre esta jurisdição por agentes da administração colonial de Portugal, pode-se destacar que, referente ao período da administração do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679) – período que compreendeu anos os de 1637 a 1644 – da área de Pernambuco que permaneceu sob o domínio da Holanda de 1630 a 1654, produziu-se uma obra histórica. Trata-se da *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, conde de Nassau* (1647), de autoria de Gaspar Barléus (1584-1648), natural da Antuérpia. A elaboração desta obra fora encomendada por Nassau a Barléus, de modo que este caso permite reconhecer diferentes perfis e interesses sociais envolvidos na produção de textos históricos – permitindo-se, ainda, reconhecer, acerca do período colonial, lógicas de compartilhamento de informações e documentos históricos a partir das quais foram sustentados argumentos políticos. Enquanto caso dos usos políticos e de formas contratuais de elaboração de narrativa histórica no período colonial brasileiro, José Honório Rodrigues referiu-se, ao lado da supracitada obra de Barléus, ao *Castrioto Lusitano, ou Historia da Guerra entre o Brasil e a Hollanda durante os annos de 1624 a 1654* (1679), de autoria do frei jesuíta Raphael de Jesus (1614-1698), que escrevera mediante demanda de João Fernandes Vieira (1613-1681) – natural da Ilha da Madeira –, o qual participara dos confrontos armados que engendraram o fim da administração holandesa em Pernambuco, em 1654. Conforme Rodrigues, na condição de letrados que atuaram sob regimes contratuais, Gaspar Barléus e Raphael de Jesus buscaram valorar positivamente os grupos sociais que conferiram sustentação política, respectivamente, ao Conde de Nassau e a João Fernandes Vieira. Cf. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 166.

³⁰⁹ Manoel Pimentel (1650-1719) foi cosmógrafo-mor do Reino de Portugal do final do século XVII ao início do século XVIII, bem como autor do manual *Arte de Navegar* (1699) e pertencente à Academia dos Generosos, em Lisboa. Em estudo de Júnia Ferreira Furtado sobre a elaboração, por funcionários régios, de estudos de reconhecimento geográfico dos domínios portugueses, identificam-se relações entre Pimentel e D. Luís da Cunha, diplomata português, através do qual, conforme assinalou Furtado, os manuais cartográficos de Pimentel eram recomendados e, assim, possuíam uma autoridade de consulta advinda desta legitimação conferida por funcionário do Reino de Portugal. As relações entre Cunha e Pimentel aprofundaram-se ao passo que este, em face de relações de parentesco com José da Silva Paes, cartógrafo e antigo governador do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, perfez a aproximação entre Paes e Cunha. A integração de Pimentel na Academia dos Generosos e a leitura que Vieira dos Santos possuía a respeito da cosmografia produzida por Pimentel ilustram, assim, a circulação, em área provincial do Império brasileiro, de literatura acadêmica portuguesa e ilustram, ainda, a posição de Vieira dos Santos, em consonância com os materiais literários mobilizados nas memórias históricas em língua portuguesa estudadas aqui no primeiro capítulo, no processo de consolidação da legitimidade destes livros setecentistas no que se refere à construção de informações geográficas e de marcos factuais acerca de um discurso fundador sobre o Brasil. Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. “O oráculo que S. Majestade foi buscar”: d. Luís da Cunha e a geopolítica de um novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 386.

³¹⁰ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 22-23.

³¹¹ *Idem*, p. 71.

obra setecentista citada por Vieira dos Santos encontra-se a *História da América Portuguesa* (1730), de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738).³¹²

Acerca de bibliografia produzida no século XIX e mobilizada por Vieira dos Santos têm-se os seguintes trabalhos: *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia* (1835), de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva; *Compêndio da História do Brasil* (1843), de José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima;³¹³ *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (1820), de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo; *Resumo da História do Brasil* (1831), de Henrique Luís de

³¹² A menção a Rocha Pita, por Vieira dos Santos, indica, pois, o conhecimento e dependência deste autor acerca de obras de autores setecentistas os quais atuaram em instituições de cultura, visto que Rocha Pita, além de fundador da Academia dos Esquecidos, fora admitido, em face da escrita da *História da América Portuguesa*, como sócio correspondente da Academia Real da História Portuguesa, a expensas da qual este livro foi publicado. À época da publicação de sua obra histórica, era ele autor de um *Tratado Político* (1715). Sobre os aspectos políticos da prosa histórica de Rocha Pita, sobretudo para uma reflexão acerca da categoria de América Portuguesa como referente, para Rocha Pita, não à unidade territorial, mas à reciprocidade política entre a Coroa e a colônia, ver: ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominium, terras e vassalagem na América Portuguesa*. In: DORÉ, Andréa Carla (org.)... [et al.]. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. Brasília/São Paulo: CAPES/Hucitec, 2008, pp. 271-289. Deve-se também destacar que, a respeito do percurso da produção da *História da América Portuguesa*, consagrou-se, no século XIX, a percepção segundo a qual a escrita deste trabalho constituiu-se em efêmera interrupção da rotina de Rocha Pita, visto que tal chave de leitura entendia-o como um senhor de engenho inscrito em uma rotina plácida, sendo que sua iniciativa de produzir aquele livro apresentou-se, segundo tal chave de leitura, como breve excepcionalidade de sua rotina, visto que lhe demandou circular pela Bahia, Lisboa e Rio de Janeiro. Sob esta vertente de análise – elaborada por autores como o supracitado João Manuel Pereira da Silva e pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), sobrinho paterno do Visconde de São Leopoldo –, conjugou-se, pois, a percepção da efemeridade da complexidade de circulações e interações sociais deste indivíduo à ênfase sobre o seu enraizamento em um meio agrário. Cf. PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Litteratura Nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, pp. 284-291, e SILVA, João Manuel Pereira da. *Biographia dos Brasileiros distintos por Lettras, Armas, Virtudes, etc.* – Sebastião da Rocha Pitta. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Segunda Série, Tomo Quinto, 1849, pp. 258-276. Sobre a atenção à obra de Rocha Pita, no século XIX, âmbito do IHGB – envolvendo-a em discussões as quais, ao mesmo tempo em que, positivamente, entendiam a *História da América Portuguesa* enquanto um obra histórica basilar, colocavam em xeque métodos e informações que a compuseram –, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social). 2009. 218 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³¹³ Sobre a presença do argumento da funcionalidade pedagógica do discurso histórico e de suas implicações políticas no *Compêndio da História do Brasil* e sobre a atuação de Abreu e Lima (1794-1869) no IHGB, notadamente a reconstituição de sua iniciativa de desligar-se do sodalício, em 1844 – ao qual pertencia, na condição de sócio honorário, desde 1839 –, em virtude de Francisco Adolfo de Varnhagen, sócio correspondente da instituição, acusar-lhe de, no *Compêndio*, ter plagiado a *Histoire du Brésil* (1815), de Alphonse de Beauchamp (1767-1832), ver: MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social). 2007. 247 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo. Anteriormente ao seu ingresso no IHGB, Abreu e Lima publicara o *Bosquejo histórico, político e literário do Império do Brasil* (1835), no qual, ao lado de impressões sobre manifestações literárias, posicionou-se sobre as configurações políticas e sociais do Império. Voltou-se, também, ao estudo das ideias socialistas, tendo publicado o livro *O Socialismo*, em 1852. A partir da produção textual de Abreu e Lima pode-se, ainda, mapear, em área provincial, um caso da erudição inerente ao exercício da crítica documental, bem como da deflagração de polêmica literária. Nesse âmbito, este autor publicou, em 1867, na cidade pernambucana do Recife, sob o pseudônimo de *Cristão Velho*, o livro *As Bíblias falsificadas, ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos*, no qual contestava a afirmação deste cônego de conterem alterações edições da *Bíblia* publicadas em Londres e em Nova Iorque. A atribuição da autoria deste livro a Abreu e Lima foi proposta, já em 1867, pelo *Jornal do Commercio*, do Recife. Sobre o desenvolvimento desta polêmica, bem como para uma discussão sobre os supracitados livros de Abreu e Lima, ver: CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima – General de Bolívar*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

Niemeyer Bellegarde,³¹⁴ *Pluto Brasilienses* (1833), de Wilhelm Ludwig von Eschwege,³¹⁵ *Estatística Geral de França*, J.H. Schmitz. Tem-se, ainda, o texto não datado do magistrado Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro que se intitula *Informação sobre os limites da Província de São Paulo*, que foi referido por Vieira dos Santos como folheto. Do opúsculo de Souza Chichorro, Vieira dos Santos citou informações biográficas sobre Francisco de Souza, governador do Rio de Janeiro em 1598.³¹⁶

A partir do livro de Rocha Pita, Vieira dos Santos, quando da abordagem sobre a ocorrência epidemia sanitária na Paranaguá seiscentista, referiu as formas de, em Pernambuco, prognosticar-se, sob conhecimento astronômico, o período em que ali grassariam epidemias.³¹⁷ Do trabalho de Abreu e Lima, Vieira dos Santos atentou para a abordagem sobre a formação da vila de Cananeia;³¹⁸ da obra de Accioli, ele atentou para como, no Brasil do século XVII, realizaram-se manifestações devocionais em decorrência de epidemias, bem como atentou à institucionalização, pelas autoridades portuguesas, dessas devoções;³¹⁹ da obra Bellegarde, coube buscar subsídios para a exposição de informações sobre a expedição inglesa, comandada por Thomas Cavendish, na vila de Santos, em 1591;³²⁰ das memórias históricas de Pizarro, foram mencionadas informações sobre explorações de

³¹⁴ Pode-se situar Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde (1802-1839), a partir das informações biográficas apresentadas por Pedro de Alcântara Bellegarde na *Revista do IHGB*, m 1839, no âmbito da relação entre carreira estatal, pertencimento a difusas redes letradas e direcionamento político da atividade literária. Natural de Portugal, Niemeyer Bellegarde graduou-se em Engenharia na Academia Militar do Rio de Janeiro e em Letras na Universidade de Paris. Dentre os cargos que exerceu no Império do Brasil, consta o de comandante de Armas da Província de Santa Catarina, em 1829, em cujo exercício produziu trabalhos sobre a topografia e hidrografia desta província. O seu *Resumo da História do Brasil*, que de acordo com Pedro Bellegarde baseou-se no *Résumé de l'histoire du Brésil* (1825) de Ferdinand Denis, fora incorporado pelo Governo Imperial enquanto material direcionado à instrução pública. Os difusos interesses literários Niemeyer Bellegarde foram, do seguinte modo, sintetizados por Pedro de Alcântara Bellegarde: “Cultivou as Musas, e delle ha manuscriptas algumas traducções em verso, e algumas Odes e Sonetos feitos a S. Magestade Imperial o S. D. Pedro II, por ocasião de festejar, como costumava, o Augusto Natalicio entre seos amigos. Na vida activa e contrastada que pela ardencia de seu genio, trabalhos e circunstancias passara, duas qualidades sobresahirão sempre ás outras como predominantes, a generosidade e o amor filial [...]” BELLEGARDE, Pedro de Alcântara Niemeyer. Elogio historico do falecido Socio correspondente o Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde pelo Sargento-Mor Pedro de Alcantara Bellegarde, Orador do Instituto. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Tomo I, 1839, pp. 285-286.

³¹⁵ Conforme Valéria Lima, o mineralogista prussiano Eschwege (1777-1855) permaneceu no Brasil de 1810 a 1815 e foi editor, na Prússia, do *Journal Von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reisen gasammelt*, que circulou em 1818. Eschwege escreveu, ainda, livro de viagem que se intitulou *Brassilien, die Neue Wlt in...*, publicado no ano em 1827. Segundo Lima, “Eschwege fez parte do privilegiado número de viajantes que, anteriormente à Abertura dos Portos brasileiros promovida pelo Príncipe Regente, conheceu e descreveu aspectos do país no início do século XIX.” Cf. LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, historiador e pintor. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 187.

³¹⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 22.

³¹⁷ Cf. *Idem*, p. 55.

³¹⁸ Cf. *Idem*, p. 14.

³¹⁹ Cf. *Idem*, p. 56.

³²⁰ Cf. *Idem*, p. 21.

minas de ouro no litoral paulista no século XVII e informações de nomeação de autoridades paulistas do referido século;³²¹ do trabalho de Eschwege, o autor arrolou dados sobre a exploração aurífera no território paulista, entre o século XVII ao século XIX;³²² a partir do trabalho de Schmitz, Vieira dos Santos, ao passo que mobilizou dados sobre o consumo de ostras na França, posicionou-se em favor da intensificação do comércio brasileiro deste molusco – indicando-se aí, pois, um caso das implicações instrumentais desta memória histórica.³²³ Do trabalho de Brito Freire, Vieira dos Santos referiu-se à exploração das minas de ouro em Paranaguá no século XVI.³²⁴

Para o prosseguimento desta análise, convém, pois, apurar as diferenciações dos modos de composição e de utilizações políticas, por Vieira dos Santos, do padrão textual da memória histórica em relação aos modos de composição e interesses políticos a respeito de tal modalidade historiográfica consoante manifestados em instituições de cultura no Brasil e no Portugal do século XVIII.

Conforme Iris Kantor, a Academia Brasília dos Esquecidos – existente de 1724 a 1725 – e a Academia Brasília dos Renascidos – existente durante o ano de 1759 –, ambas sediadas no município baiano de Salvador, constituíram-se em espaços de reflexões sobre métodos de composição de trabalhos históricos, a partir dos quais se buscava consolidar os programas e procedimentos em favor da escrita de da História da América Portuguesa.³²⁵ Kantor acentuou que nesta instituição as memórias históricas eram entendidas como “precondição para a elaboração de uma história verossímil”,³²⁶ ou seja, como aparato documental cumulativo, o

³²¹ Cf. *Idem*, pp. 22-24.

³²² Cf. *Idem*, p. 115. Segue o excerto, inserido na septuagésima segunda nota ao primeiro volume, em que Vieira dos Santos atentou para as perspectivas econômicas de uma forma de produção alimentar: “Na Estatística Geral de França p.r M.r J. H. Schmitz, se vê que a Cidade de Pariz consome annualmente 7.000.000 de Kilográmmas de Ostras – Em Paranaguá com a grande abundancia q’ d’ellas há bem podia ser hum ramo de Commercio lucrativo; se delle tivesse havido hua especulação mercantil bem como mexilhoens de escabeche.” *Idem*, p. 95. Do trabalho de Eschweg, Vieira dos Santos atentou a uma informação sobre a economia paulista: “O Barão de Eschweg em hua obra que publicou em Berlim em 1833 com o nome de Pluto Braziliense calculou que o Ouro extrahido das Minas da Provincia de S.m Paulo desde 1600 inclusive até o anno de 1820 o seu Calculo erão – 4. 650 arrobas !!!.” *Idem, Ibidem*.

³²³ Cf. *Idem*, p. 95.

³²⁴ Cf. *Idem*, p. 18.

³²⁵ Concernente aos objetivos, à regularidade das atividades e ao estreitamento das relações entre os membros da Academia Real da História Portuguesa e o Estado Português, assim como acerca das formas de interdependência entre esta Academia Real e academias provinciais portuguesas, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa... Op. cit.*, Volume III, pp. 70 ss. Para o conhecimento dos temas característicos às trabalhos literários desenvolvidos por membros das academias existentes no Brasil do século XVIII, e, nesse escopo, para uma entendimento destas atividades enquanto sustentadas pela pretensão de se consolidar uma disciplina de produção cultural – aspecto esse que denota o controle corporativo dos modos de participação institucional e criação cultural –, ver: CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

³²⁶ KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos... Op. cit.*, p. 77.

qual fundamentava a execução das histórias gerais.³²⁷ Sob tal entendimento, observou-se, nestas academias, convergência à compreensão dos membros da Academia Real da História Portuguesa – existente de 1720 a 1760 – em face da qual as memórias históricas consistiriam em recurso basilar para a elaboração de histórias gerais.³²⁸

De acordo com Kantor, estas academias soteropolitanas eram compostas por eruditos interessados na renovação de métodos historiográficos. No caso das academias dos Esquecidos e dos Renascidos, a autora entendeu-as, pois, como instituições ilustradas, compostas por membros de elites locais que se voltaram a reflexões sobre a crítica histórica e conferiram, a estas reflexões, implicações políticas.

³²⁷ Enquanto caso do afastamento, no Portugal do século XVIII, do entendimento da memória histórica como etapa da escrita de uma história geral – mas como apreciação que acentua a plasticidade das formas de composição e da diversidade de interesses políticos a elas características – pode-se atentar às considerações de Diogo Rangel de Macedo Albuquerque, fidalgo da Casa Real e antigo membro da Academia dos Aplicados, sobre as *Memorias Historicas, Geograficas e Politicas observadas de Pariz a Lisboa* (1746), de autoria de seu sobrinho Pedro Norberto D’ Aucourt e Padilha (1704-1759). Trata-se de obra dedicada ao infante D. Antonio por funcionário estatal, visto que Padilha exercia, então, o cargo de secretário da Mesa do Desembargo do Paço. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a atenção à política e às configurações sociais percebidas no itinerário entre França e Portugal, “confere às *Memórias* de Padilha um caráter utilitário no estreitamento das relações culturais entre França e Portugal.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa... Op. cit.*, p. 155. A dimensão política – e, mais especificamente, o interesse diplomático – deste livro reside, pois, na apresentação de informações históricas a respeito dos lugares, instituições e personagens franceses e portugueses. No argumento em defesa da institucionalização da obra – e eis uma forma incorporação institucional da obra sob um processo que envolveu uma relação familiar –, Albuquerque, ao mesmo tempo em que reconheceu a pertinência de os acadêmicos conhecerem este livro de Padilha, não a inscreveu como repercussão do projeto, à época vigente, da escrita da História de Portugal pela Academia Real da História Portuguesa: “Tenho visto e lido com grande gosto o livro em que v. m. me manda interpôr o meu parecer, e afirmo ingenuamente a v. m. que entre os muitos que tenho visto deste methodo, he o que considero de mayor estimação, por ter huma historia Geografica da sua viagem, sem participar das inutilidades, e vícios que vimos em Diarios, no de q v. m. não uzou por evitar o fastio com que já se olha para muitas das viagens que correm impressas. Esta que v. m. ordena que eu veja, he composta por tal ordem, e com tal organização [...]. Parece este Livro dignissimo de que v. m. o dé ao prelo, não só para recreação, e utelidade publica, mas também para mayor credito das grandezas que se incluem na Monarchia de França [...]. Historiadores ouve, que se fizeraõ duvidozos, e menos acendiveis pelos repetidos hyperpoles com que dornaraõ suas relaçoens, como se as couzas inveressimeis pudessem ter adorno de uma historia. Mas desta censura se acha isento este livro. Eu que em outro tempo dictey em algumas Academias os preceitos de escrever historia, tenho grande pezar de que este Livro se não fizesse publico em ocaioens que pudesse allegar a v. m. para modelo dos Escretores deste genero. [...] Quizeraõ alguns que a historia não só igualasse, mas que exedesse a todo o gênero de disciplinas, afirmando que nem as expressoens da Retorica, nem as sutilezas da Filosofia podem persuadir com a eficácia com que costuma fazer a historia, porque tudo he infrutifero sem os exemplos que a historia costuma prenotar, o que v. m. faz com tanta pontualidade, que de todos se podem os ambiciosos da fama aproveitar.” ALBUQUERQUE, Diogo Rangel de Macedo e. Carta. In: PADILHA, Pedro Norberto D’ Aucourt e. *Memorias Historicas, Geograficas e Politicas observadas de Pariz a Lisboa*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1746, pp. ix-xiii.

³²⁸ Para a identificação da hierarquização e atribuições de cargos desta instituição – compostos por Diretor, Secretários e Censores – e da proposta de conferir um ritmo às atividades desta instituição – do regimento acerca da regularidade dos encontros entre os acadêmicos –, ver: ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *Coleção dos documentos... Loc. cit.* Sobre as práticas de pesquisa histórica desenvolvidas pelos membros deste sodalício, sobretudo acerca das regras e funcionalidades referentes à prática antiquária do colecionismo, ver: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação (Mestrado em História Social). 175 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Deste modo, através dos projetos historiográficos que elaboraram, os acadêmicos da Bahia setecentista buscavam “enxergar-se como parte do Império português, e, ao mesmo tempo, tender a ultrapassar-lhe as fronteiras simbólicas.”³²⁹ Os letrados que compunham estas agremiações, dentre os quais integrantes da administração colonial, estiveram, pois, atentos aos programas historiográficos desenvolvidos em Portugal, ao mesmo tempo em que, consoante o argumento de Kantor, a crítica historiográfica, assim como os variegados debates metódicos e argumentos políticos verificados na execução dos projetos destas duas academias, “demarca um momento importante de configuração de localismos e da politização de identidades locais.”³³⁰

Em estudo sobre a Academia dos Esquecidos, Fernando Nicolazzi reconstituiu os objetivos de trabalho e diálogos entre os membros dessa instituição, a qual se pretendeu constituir em “teatro da erudição”.³³¹ Nicolazzi observou que esta academia – a qual se inscreveu na tradição ibérica da relação entre *letras e armas*, ou seja, da relação entre exercício de práticas letradas e construção de interesses políticos, e, desse modo, tal relação se caracterizou por reverberar a concepção, abaixo discutida, de *História Mestra da Vida* – constituiu-se em espaço de disputas discursivas – notadamente desempenhadas através da modalidade de *dissertações históricas*. Ainda, estes acadêmicos entendiam como fundamental a elaboração, para o estudo da *história brasílica*, de abordagens segmentadas em temas das histórias eclesiástica, militar, natural e política. Ao mesmo tempo em que, nesta instituição, verificaram-se diferentes modos de proposição acerca da escrita de dissertações e histórias gerais, tais proposições não se afiguraram como aspecto de dissensões entre os acadêmicos, mas, antes, afiguraram-se em difusas compreensões acerca das formas de realização de convergentes e ortodoxos objetivos.

As academias históricas do Brasil e do Portugal do século XVIII pautaram-se, assim, ainda que sob curta duração, pela regularidade das discussões – sustentadas por estatutos e regimentos – acerca de projetos de escrita histórica. Nestas instituições, as controvérsias e indefinições – dentre as quais cabe mencionar as indefinições sobre as condições de inserção de interpretação não laicizada ao discurso histórico – procederam-se, segundo Kantor, sob o ordenamento inerente a uma corporação.³³²

³²⁹ KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos... Op. cit.*, p. 243.

³³⁰ *Idem*, p. 249.

³³¹ Cf. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Entre “letras e armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, maio de 2010, p. 41.

³³² Sobre a discussão acerca da efemeridade da duração das citadas academias baianas, bem como acerca dos perfis sociais de seus membros, observou-se, no século XX, a elaboração de análises que entendiam estes dois elementos como marcados, respectivamente, pelo diletantismo – e, por conseguinte, pela inconsistência – da

Reconhecidos, pois, os aspectos corporativos sob os quais estiveram imersos, nos Setecentos, projetos de escrita histórica e entendimentos sobre as operacionalidades do padrão textual da memória histórica, cabe demarcar as diferenças para com a produção de memórias históricas de Vieira dos Santos.

Os entendimentos de Vieira dos Santos sobre a produção de memórias históricas em relação aos entendimentos sustentados em instituições de cultura diferenciam-se, em suma, em decorrência das difusas e irregulares condições de interações letradas, assim como dos modos de aquele indivíduo auferir a sustentação social do trabalho. Condições difusas de relações sociais que se referem, pois, à inexistência de um campo erudito de produção literária, no que caracteriza o campo a consolidação de uma ortodoxia – referente às formas de recrutamento, hierarquização e interação de membros, assim como a demarcação de procedimentos e objetivos de trabalho – e à consolidação de uma regularidade na execução de suas atividades.

Do mesmo modo, os trabalhos cujos autores não pertenceram a tais lógicas de produção cultural, foram elaborados sob difusas e intermitentes relações com letrados provinciais. Através destas interações, conceberam-se multifacetadas maneiras de composição e legitimação de procedimentos de abordagem histórica e, por conseguinte, difusas percepções e projetos sobre a organização social. Tem-se, assim, em nos textos de Vieira dos Santos e dos letrados marcados pela condição de funcionários estatais que circularam em sociedades do Brasil e dos domínios portugueses, assim como nas obras dos letrados marcados pelo pertencimento a segmentos de elites municipais, a faceta ao mesmo tempo descentralizada – mas não autonomizada ou isolada em relação a espaços institucionais – e pragmática da consecução do trabalho histórico.

natureza dos trabalhos ali desenvolvidos e pela homogeneidade social dos membros destas instituições. Enquanto caso da reverberação desta matriz analítica, encontra-se a seguinte percepção de Nelson Werneck Sodré referente às academias literárias do Brasil colonial: “Para inúmeras academias literárias, destinadas a encher os ócios vazios da existência dos doutores da colônia, senhores de uma atividade literária mais tôla e ornamental, só existiu, até 1780, uma academia científica, de 1771, gorada desde o nascimento e sem qualquer projeção.” SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 242. Russel-Wood, por seu turno, no âmbito da verificação de aspectos da vida cultural da Bahia dos Setecentos, entendeu que a Academia dos Renascidos fora marcada pela debilidade da consistência das manifestações literárias e pela efemeridade do seu funcionamento: “As atividades da academia produziram muitos elogios longos, perorações, poesia afetada e empoalações e debates de assuntos triviais. A única obra importante produzida por qualquer de seus quatro membros foi a *História da América Portuguesa* de Rocha Pitta.” RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1715*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 59. Tem-se, ainda, a repercussão de tais chaves leitura sobre as academias literárias do Brasil dos Setecentos – repercussão que possui, mais especificamente, aproximação com os termos das citadas considerações de Russell-Wood – em BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil... Op. cit.*

3.2. Delimitação, justificação e direcionamentos da memória histórica

Trata-se, no presente subcapítulo, de analisar os termos sob os quais Vieira dos Santos justificou a produção de suas memórias históricas. São, aqui, aproximadas as considerações, presentes no primeiro e no segundo volumes da memória histórica sobre Paranaguá, acerca das condições de obtenção de fontes e das utilidades da execução da tarefa de escrita de memórias históricas. Contempla-se, assim, a identificação dos materiais que compõem esta memória histórica sobre Paranaguá; os percursos – e os contatos sociais a eles inerentes – para a obtenção desses materiais; os juízos do autor sobre o estado do material e as formas de inseri-lo na sua narrativa.

Nesse âmbito, Vieira dos Santos mobilizou uma Provisão régia expedida pelo Conselho Ultramarino no ano de 1782, durante o reinado de Dona Maria I, e na qual se determinava que às Câmaras Municipais da Capitania de São Paulo caberia a elaboração anual de memórias sobre acontecimentos da municipalidade. Apresenta-se, pois, abaixo, o texto desta Provisão conforme transcrito na memória histórica sobre Paranaguá:

Reg.^o da Provisão Regia do Com.^{co} Ultramarino de 20 de Julho de 1782. Livr. F.
Dona Maria por Graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Alem Mar em Africa Senhora de Guiné e da Conquista etc. etc. etc.
Faço Saber ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que, Eu sou servida Ordenarvos que, pellos Ouvedores das Commarcas façais praticar o arbítrio de se fazer effectivamente todos os annos, as memorias dos novos Estabelecimentos, cedido, desde a fundação dessa Capitania; e forem succedendo, sendo estes escriptos pelo Vereador segundo (attendendo ao empedimento que pode ter o primeiro servindo de Juiz) o qual no fim de cada hum anno; os apresentará em Camara, onde lidos e examinados, se farão registrar em hum Livro destinado para esse fim, dando fé todo o Corpo de Vereadores por escripto serem aquelles Factos e successos na verdade. Recommendo outro sim que, os mesmos Ouvedores em Correição tenham particular inspecção em tão interessante materia. A Rainha Nossa Senhora o mandou pellos Conçelheiros, de seu Conçelho Ultramarino, abaixo assignados e se passou por duas vias. Antonio Ferreira de Azevedo a fez em Lisboa a 20 de Julho de 1782. O Secretario Joaquim Miguel de Labre a fes escrever. Miguel Serrão Diniz. Joaquim Baptista Vaz Pereira. Está conforme. Miguel Carlos Ayres de Carvalho³³³

³³³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 4-5. Tendo o reinado de Dona Maria I compreendido os anos de 1777 a 1816, esta Provisão enquadra-se em uma conjuntura de permanência no que se refere às diretrizes administrativas sobre os domínios ultramarinos portugueses. Conforme Charles Boxer, o fim do reinado de D. José I – e, por conseguinte, o fim da atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, na administração portuguesa – “[...] não implicou, contudo, uma mudança completa da política pombalina pelo novo governo, embora os contemporâneos a batizassem de ‘a Viradeira’”. Muitos dos principais colaboradores e homens de confiança do ditador deposto foram destituídos, mas alguns dos mais importantes permaneceram – entre eles Martinho de Castro, ministro do Ultramar.” BOXER, Charles. *O Império Ultramarino Português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 208. A administração de Dona Maria I foi marcada, ainda, pela fundação, em 1779, da Academia Real das Ciências de Lisboa. Podem-se mapear as implicações políticas desta fundação, conforme ressaltou Taíse Silva, na produção de memórias acadêmicas, a partir das quais letrados como o abade José Francisco Correia da Serra, entendiam o estudo do passado como recurso para reflexões acerca da organização social. Enquanto aspecto de permanência entre o reinado de D. José I e o reinado de Dona Maria I, Silva percebeu a vigência do reformismo ilustrado, marcado, por exemplo, pelas ideias de cientificidade e racionalidade. Os membros desta Academia de Ciências, conforme Silva, conferiram a legitimação ao absolutismo monárquico português,

Na sequência à transcrição desta Provisão régia, Vieira dos Santos apresentou o texto de Portaria da Presidência da Província de São Paulo, datada de 1845, a qual se enquadrava como demanda para a compilação de documentos institucionais, e, também, particulares:

Reg.^o da Portaria da Presidencia da Provincia de S. Paulo Manoel da Fonseca Lima e Silva.
Determinando Sua Mag.^e o Imperador, por avizo expedido pella Secretaria de Negocios do Imperio em dacta de 9 de Março e 11 de Dezembro de 1844; que, sendo nessecario providenciar para que os documentos que podem interessar a nossa historia e se achem dessemninados pellas diversas repartições das Provincias, não desapareção ou completamente se inutilizem por falta de cuidado, que se faz indispensavel para a sua conservação; esta Presidencia remeta à mesma Secretaria de Estado, todos aquelles de que tratão os § § 5, 6, e 8 do Regulamento de 2 de Fevereiro de 1838, e que existem nos archivos da Provincia pertencentes ao Governo, e procure com disvello obter temberg aquelles que existirem nos de quaesquer corporações e ainda mesmo em mãos particulares, entendendo-se para isso, com os respectivos possuidores, que sem duvida não deixarão de os prestar, e sendo pella mesma presidencia convenientemente solicitados, afim de serem taes documentos recolhidos ao Archivo Publico do Imperio. O Prezidente da Provincia recomenda á Camara da Cidade de Paranaguá para que prescutando o archivo de sua repartição e fazendo selecção dos documentos que julgar podem interessar a nossa historia, os transmita a esta Presidencia, esperando que, igualmente solicitará de mãos afim de terem o destino ordenado nos citados avizos. Palacio do Governo de S. Paulo 15 de Março de 1845.
Manoel da Fonseca Lima e Silva.³³⁴

entendido pela autora como *absolutismo de compromisso*, ou seja, a autoridade do monarca estaria condicionada à legitimação por seus súditos. A Provisão régia supracitada insere-se, ainda, em um momento em que se manifestou o esgotamento do modelo ciceroniano de História, a partir do qual, no caso português, o pragmatismo do discurso histórico pautou-se por função prognóstica, caracterizada, pois, pelo interesse da reconstituição do passado enquanto subsídio para o cálculo político. Ver: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese (Doutorado em História Social). 2010. 312 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³³⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 5. Na Província de São Paulo, o processo de oferecimento de trabalho histórico a uma instituição política, aceitação da oferta pela instituição e publicação do trabalho a expensas desta, verifica-se para o caso da institucionalização do livro *Quadro Histórico da Província de São Paulo* (1864), de autoria do supracitado José Joaquim Machado de Oliveira. Natural da cidade de São Paulo, Machado de Oliveira integrou o Exército Brasileiro – tendo alcançado a patente de coronel – e iniciou-se na carreira política como deputado geral pela Província de São Paulo, entre 1826 e 1829. Foi presidente das províncias do Pará (1832-1833), Alagoas (1834-1835), Espírito Santo (1835-1836; 1840-1841) e, conforme acima mencionado, presidiu a província de Santa Catarina, em uma ocasião. O seu retorno à vida política paulista ocorreu quando eleito representante desta província na Câmara dos Deputados, para a legislatura 1845-1847. A consolidação de seu restabelecimento à província de origem deu-se, pois, a partir de 1846, quando eleito deputado à Assembleia Legislativa. Foi, também, sócio efetivo do IHGB. Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXXI, Parte Segunda, 1868, pp. 422-429. A posição de Machado de Oliveira, no âmbito do IHGB, enquanto detentor de autoridade, em face de sua trajetória administrativa no Pará, para apreciar trabalhos de letrados radicados em tal província, se observou quando Rodrigo de Souza da Silva Pontes, seu consócio no IHGB, propôs, em 1841, que Machado de Oliveira apresentasse parecer sobre as citadas corografias históricas de Accioli e Baena. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Terceiro, 1841, p. 365. A partir destas informações, pode-se reconhecer Machado de Oliveira como um letrado inserido na lógica do Império do Brasil de recrutamento de políticos para a administração das províncias das quais não eles eram originários, a exemplo do caso de José Pereira Martins de Alencastre, discutido, aqui, no primeiro capítulo. Apresentado, assim, o processo de integração de Machado de Oliveira em esferas políticas brasileiras, assim como assinalada a consistência de sua atuação política em sua província natal, cumpre reconhecer, enquanto manifestação de tal consistência, os termos pelos quais ele ofereceu seu *Quadro Histórico* à Assembleia Legislativa de São Paulo e, em consequência, os termos pelos quais esta instituição se posicionou sobre a oferta. Eis excerto da carta de Machado de Oliveira endereçada, em 1864, àquela instituição: “Carta do autor dirigida ao 1º Secretário da Assembléa Legislativa Provincial apresentando o ‘Quadro Historico da Provincia de São Paulo.’ III^{mo}. E Ex.^{mo} Snr. – Com esta carta passo ás mãos de v. ex. os inclusos volumes do Quadro Historico desta Provincia, que escrevi para uso das escolhas de instrucção publica, e que offereço á assembléa legislativa provincial como um voto de adhesão pelo zelo e interesse

Vieira dos Santos, na justificação às Câmaras Municipais de Morretes e Paranaguá sobre a pertinência de escrever memórias históricas acerca de suas jurisdições, apresentou estes dois documentos como manifestação de um longo interesse estatal pela preservação de documentação corporativa e pela produção de trabalhos históricos. Contudo, cabe apurar as diferenças políticas e concepções de rotinização da produção de trabalhos históricos presentes nestas duas determinações institucionais.

Na Provisão régia, demandava-se às Câmaras Municipais paulistas que elaborassem anualmente memórias históricas acerca de acontecimentos na municipalidade e depositassem-nas em seus Arquivos – função incumbida ao segundo-vereador e regulada pelos ouvidores das Comarcas paulistas. Na Portaria provincial, por seu turno, não se solicitava a escrita regular de textos históricos, mas sim a coleta e envio à Presidência da Província de São Paulo de documentos camarários e demais modalidades documentais das esferas institucionais paulistas, assim como de memórias históricas particulares a serem localizadas na jurisdição da província. Desse modo, ao passo que a Provisão régia implicava em tornar rotineira a produção de memórias históricas – e, para tanto, distribuiu funções aos ouvidores e aos

que toma ella sempre na disseminação de conhecimentos apropriados á educação intellectual da nossa talentosa mocidade. A obra monumental dos feitos dos paulistas, o vulto histórico da provincia, estimados no paiz e memorados fóra d'elle, dão jus a serem descriptos por quem esteja em maiores alcances, não seja adstricto a deficiencias, e com recursos intellectuaes para subir á sua altura e não amesquinhal-os; a tudo isso, porém, sobrepujou o amor extreme pela terra em que nasci, fez elle vingar essa idéa, fallou mais alto do que a consciencia da própria incapacidade, e eis-me exhibindo um trabalho de dous annos, que por certo muito de resente de mediocridade, que não podia estar em mim escoimal-a das duas formulas.” OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Historico da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. A. Marques, 1864, p. vi. Esta oferta de Machado de Oliveira foi objeto de discussão, ainda em 1864, de comissão técnica do legislativo paulista, que, por seu turno, produziu um entendimento sobre as funcionalidades instrucionais do trabalho histórico. Verificou-se, assim, um caso de relacionamento entre um letrado caracterizado pela regularidade da atuação política para com um grupo de parlamentares provinciais que produziram um entendimento sobre as finalidades da obra histórica e a ela conferiram a institucionalização: “Parecer. A commissão a cujo exame foi sujeita a obra do cidadão brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira, com o titulo de Quadro Historico da Provincia de São Paulo offereceu a esta assembléa, é de parecer que a mesma obra é mais um honroso monumento do subido merito litterario do autor, e um claro testemunho do seu amor pelas cousas patrias; justificando abundantemente o dito cidadão no decurso de sua epigraphe que tomou por empreza; a saber: que a historia da Provincia de São Paulo, será também historia geral do Brasil. [...] Do mesmo modo parece á commissão, que o Quadro Historico, sem deixar de occupar um logar distincto na litteratura do paiz, é ao mesmo tempo uma cartilha d’ouro para a mocidade do imperio e com particularidade da provincia, que nessas paginas cheias de correcção e de sciencia, bebendo em fonte pura o conhecimento de nossos principaes factos historicos, se compenetrará mais e mais em dia do dever em que se acha constituida de não desmentir esse glorioso passado, e sem interromper essa longa cadeia de tantos acontecimentos grandiosos, a que se acha ligado o nome da antiga capitania de São Vicente. Nestes termos, a commissão opina que se mande imprimir a expensas dos cofres provinciaes o Quadro Historico da Provincia de São Paulo do brigadeiro José Joaquim Machado d’Oliveira, recommendando-se a sua adopção nas escholas primarias e secundarias da provincia, louvando-se ao mesmo cidadão pelo seu patriotismo e amor ás letras pátrias [...]” *Idem*, p. viii-ix. Deve-se, pois, ressaltar que este processo de incorporação institucional do trabalho de Machado de Oliveira procedeu-se para além do cumprimento da supracitada determinação da Presidência da Província de São Paulo a respeito da compilação de documentos institucionais. Assim, pode-se assinalar em tal caso a abrangência das formas pela quais letrados dirigiam-se a instituições políticas para a viabilização de seus projetos literários. Do mesmo modo, a acepção localista da categoria de *pátria* – a qual, nestes excertos, refere-se à província paulista – indica, por seu turno, a especificidade do direcionamento pragmático da obra, qual seja, a exposição sobre padrões de ação de personagens da história paulista no âmbito do sistema de ensino regional.

vereadores da capitania paulista –, a Portaria paulista repercutia uma demanda do Imperador D. Pedro II sobre a arregimentação de documentos corporativos e de manuscritos particulares para que fossem remetidos ao Arquivo Público do Império.³³⁵

Na Provisão régia tem-se, pois, a Câmara Municipal e a Ouvidoria, e, mais especificamente, os ocupantes dos cargos de segundo-vereador e ouvidor, enquanto, respectivamente, as esferas e os funcionários estatais acionados para construírem um trabalho histórico atento aos interesses administrativos de Portugal. Na Portaria provincial, ainda que de modo indistinto acerca de suas funções na execução desta demanda, as repartições públicas e os residentes naquela jurisdição são reconhecidos como, respectivamente, os lugares e os agentes a partir dos quais o Governo Provincial poderia apresentar uma contribuição ao Arquivo Imperial.

Na Paranaguá setecentista, buscou-se o cumprimento desta Provisão régia, e, por consequência, houve a produção de memórias históricas camarárias. No preâmbulo do primeiro volume da memória histórica sobre Paranaguá, Vieira dos Santos referiu-se a duas memórias históricas camarárias produzidas, no final do século XVIII, naquele município. Sobre a memória camarária escrita em 1785, ele identificou, nela, incorreções – excerto no qual se identifica, também, apreciação acerca do extravio de tal memória, informação essa que denota a fragilidade dos modos de conservação destes trabalhos:

A Provisão Regia da Snr.^a D. Maria I expedida pello seu Conçelho Ultramarino de 20 de Julho de 1782, e Registada nessa Camara no L.^o f., ordena que, todas as Camaras do Brazil, creassem hum livro, onde fizessem inscrever todos os acontecimentos mais notaveis, e dignos de memoria, desde o descobrimento das Capitancias, até o presente; e os que fossem succedendo d'ora em diante; se escreverião annualmente, em virtude della; essa Camara deu execução mandando que; o segundo Vereador Felis Bento Vianna as escrevesse, em hum livro, o que fez em 2 de Dezembro de 1785, o qual tinha por titulo – “Anno de 1785. Livro para se Registrarem as memorias annuaes dos novos estabelecimentos, Factos e cazos memoráveis dignos de historia.” Nelle se recontavão alguns sucessos de antiguidades; não exactos por falta das indagações literarias do Archivo que aquelle Vereador o não fez; este livro existio te 1812, e que algum curioso o tenha guardado.³³⁶

³³⁵ Deve-se ressaltar que o projeto de coletar documentos oriundos das províncias, sistematizá-las e, assim, torná-las fontes para a institucionalização da escrita, por exemplo, de uma História do Brasil, auferiu relevo nas discussões no interior do IHGB, notadamente nos começos dos trabalhos deste sodalício. Para o reconhecimento de uma proposta – elaborada por membro IHGB e coeva à citada demanda imperial – acerca das formas e interesses implicados coleção e instrumentalização de documentos históricos, ver: PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Terceiro, 1841, pp. 149-157.

³³⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 4. Conforme a Lista Nominativa de Habitantes Vila de Paranaguá do ano de 1818, Félix Bento Vianna era então chefe de domicílio na 1ª Companhia de Ordenanças desta vila. A partir desta fonte, têm-se, também, informações que permitem situá-lo enquanto comerciante varejista e pequeno proprietário de escravos. Segundo informado naquele censo, Vianna, que estava com setenta e nove anos, atuava como vendeiro. Era casado com Antonia de Oliveira, de cinquenta e dois anos, e no domicílio residia um filho, Francisco de Oliveira, de vinte e um anos. Ainda, ele possuía uma escravaria composta por um negro solteiro, de sessenta e dois anos; por uma negra solteira, de vinte e três anos; e por uma parda solteira, de vinte e nove anos.

Concernente, por sua vez, à legislatura camarária de Paranaguá do ano de 1788, Vieira dos Santos localizou um texto histórico, o qual ele categorizou enquanto *Termo de Memória*, que discorria sobre epidemia sanitária que, naquele ano, teria grassado na vila. A transcrição de excertos deste *Termo de Memória* interessa, aqui, para reconhecer o escopo das escolhas factuais de um texto histórico camarário, assim como para reconhecer a defesa de valores morais realizada neste material: “[...] veja-se o que exarou nos livros da Camara o 2º Vereador o Alferes Manoel Tavares de Siq.^{ra}, em hum Termo de memoria – diz elle – ‘Em poucos dias, ja se contavão perto de trezentas pessoas falescidas, e isto em hua deminuta povoação que não chea a quatro mil almas, cuno furor se applacou, depois que a devoção e piedade dos habitantes foi frequentada no Terço do Rozario da Mãe de Deus!’.”³³⁷

Por conseguinte, ao passo que assinalou a existência de trabalhos camarários sobre a sociedade de Paranaguá derivados do cumprimento da Provisão régia, Vieira dos Santos atentou os percalços de a Câmara de Paranaguá executar a ordem da citada Portaria provincial. Referente, pois, ao ano de 1845, no primeiro volume desta memória histórica faz-se menção a um ofício, enviado pela Câmara Municipal à Presidência de São Paulo, no qual há justificativa para o não cumprimento, na quela ocasião, da citada Portaria: “1845 – 998 – Vereança de 17 de Julho. A Camara Offiçou ao Prezidente da Provincia sobre a Circular de 15 de Março que exigia memórias existentes no Arquivo, ou manuscriptos de pessoas particulares para que fossem recolhidos ao Arquivo do Imperio – respondeo nada haver de interessante, e ficavão deligençando os que podessem obter.”³³⁸

Ao apresentar, por sua vez, a justificativa e o plano da sua memória sobre Paranaguá, ele acentuou os direcionamentos práticos da obra, bem como incumbiu a Câmara da publicação desta. Deve-se reconhecer, portanto, a confluência de autoimagens de Vieira dos Santos sobre o percurso de feitura do trabalho histórico e os seus possíveis usos, de modo a situar este autor, por conseguinte, no contexto da repercussão do modelo de *História Mestra da Vida* no Brasil de meados do século XIX. Em sequência, tem-se um aprofundamento do elenco de assuntos desta memória histórica, no interior do qual se reconhece o argumento da pretensão de institucionalização da obra:

Á Illustre Camara Municipal Paranaguense,
A voz, ó Illustre Camara Municipal dedico e offereço esta
– Memoria Historica, Chronologica, Topographica, e Descriptiva dessa Cidade e seu Municipio; n’ella vereis
exarados os successos mais illustres e os Factos memoraveis dignos de historia, acontecidos em Paranaguá,

²⁷⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, p. 5.

³³⁸ *Idem*, Tomo I, p. 331.

desde o descobrimento de suas fermozas Bahias, te a fundação de Villa, e depois d'ella, os que successivamente se lhe seguirão. Bem podia á muitos annos, estar feita esta memória; si tivesse apparecido algum genio patriotico que, com sabia Penna as quizesse organizar em dedicação de sua Patria, mostrando n'ellas as antiguidades Paranaguenses, a grandeza de suas Bahias; a fertilidade de seu territorio; a belleza das soberbas mattas, e de suas ricas minas auríferas; e que finalmente, mostra-se o brilhante esplendor que gozou essa Camara nos tempos passados, os privilegios e prerrogativas que teve; em igualdade, e cathegoria ás Camaras da Cidade do Porto e do Rio de Janeiro, sendo por isso mui respeitável, e que bastantemente figurou entre as principaes do Brazil: e muita attenção mereceo Del-Rei o S^{or} Dom João 5^o, que tudo lhe concedia. Ella foi a que por muitas vezes se opoz ás arbitrariedades; que querião praticar os Governos militares, que tinham o commando da Villa; ou os Capitães mores, Ouvedores, e Juizes de Fora; e inda mesmo com os Parochos da Igreja Matriz, e dos Vigarios da Vara, quando vião que, estas auctoridades exercião hum mando dispotico, sobre os povos; e exorbitavão de suas attribuições, dando promptas providências como zeladores do bem publico. Si, em alguns destes Actos cometerão alguns erros por intrometterem-se, com ás attribuições de outras auctoridades; bem longe se lhes deve attribuir de só quererem ter o mando supremo, antes se deve colligir que, exaltadas d'hum patriotico zello, os impellia a taes excessos a impedir taes arbitrariedades; no zelo do bem publico. As acertadas deliberações que fizeram como se achão exaradas nos livros de Registro e Vereanças no decurso de perto de dois Seculos, bem mostram que, só cuidavão nas arrecadações das rendas e do município; Obras publicas, limpeza da Villa e rocios, facturas de Estradas Geraes e particulares; e quando nesceitavão de impor novas taxas, e fintas, para se fazer pagamentos aos Mestres de primeiras letras e de latinidade; e pagamento de soldos ao Sargento mór Francisco Joze Monteiro; e seu Ajudante, Obras da Cadea, do Caez, Fortaleza, e Collegio, nunca taes fintas se fazião arbitrariamente sem que houvesse hua Vereança geral a consultar os homnes bons da governança. Fazer hum resumo historico de taes successos, recorri ao Archivo dessa Camara e com immenso trabalho, os revisei tanto antigos como modernos; o dos Tombos dos Provimientos, Vereanças, Registros e Posses, e dos quaes pude extrahir originalmente estes successos, coordenando-os em methodo chronologico; Acçetae pois, com boa vontade, este meu trabalho e na serie dos sucessos achareis hum Pharol que vos ilumine desde a mais remota antiguidade té ao presente, e de ora avante vos servirá de guia e bussola para navegares, nos Seculos fucturos com mais claridade. Já conhecereis que este Livro He o mais essencial que as Camaras devem ter em seus archivis e por isso n'elle, deveis zelar com todo disvelo para que não leve extravio ou se deteriore com os insectos [...]. Oxalá que estas memorias fossem redigidas por hua melhor penna, e que, essa Illustre Camara Municipal as fizesse apparecer á luz do dia. Deos Guarde a Vossas Senhorias. Villa de Morretes 30 de Junho de 1850.

De. V. V. S. S.^{as} sou Attenciozo Servo.

Antonio Vieira dos Santos³³⁹

Na continuidade da descrição dos assuntos tratados na obra, o autor acirrou sua aproximação com o modelo de *História Mestra da Vida*, de maneira a acentuar, a exemplo da citação anterior, a defesa de uma história fundada sob direcionamentos pedagógicos:

Historia testis temporum, lux veritatis, vita memoriae,
Magistra vitae nuntia vestutalis
Cícero de Oratio lib. 2.^o n.^o 36.

A Joia mais preciosa que a Camara Municipal pode ter, He aquella que, em seus coffres He a depozitaria, não de brilhantes, oiro, ou prata, ephemerhas riquezas que a chamma derrete, e o tempo as gasta, o vento as espalha; e o fumo as desvanece; mas sim só isto pode ser, a conservação da historia antiga, esse facho verdadeiro que atravessando por entre as nuvens dos seculos, pode vir iluminar no futuro, como brilhante pharol; mostrando os heróicos feitos e os relevantes serviços, que nossos antepassados fizeram á Patria como filhos agradecidos.

A Patria Brasileira, qual Mãe terna e carinhoza, sempre solicita e prompta está, com os braços abertos, a receber, em seu seio os filhos do mundo antigo; que á mais de tres seculos, milhares de Emigrados aqui aportão de todas as nações da Europa [...] e de outras partes do mundo se abalão da terra natal, a expatriar-se voluntariamente, ao solo Americano á Terra da Santa Cruz, a ogrande Imperio Diamantino, atrahidos pella bondade de seu clima; fertilidade do paiz; riquezas de suas minas de Oirio, e de outros metaes preciosos que a natureza prodigamente aqui produzio.

Esses grandes heroes Portuguezes, Pedro Alvares Cabral, Gonçalo Coelho, Christovão Jacques, Martim Affonso de Souza; e outros affeitos navegantes atravez de mil perigos sulcando incógnitos na travesia do Ocçeano Athlantico aportarão nas venturozas plagas Brasileiras onde formarão povoações Villas, e

³³⁹ *Idem*, pp. 3-4.

Cidade e intrépidos domesticarão as Nações indígenas selvagens e anthropophagas plantando entre ellas, a Lei de Jesus Crhisto na catequize que os Missionarios Jesuitas fizerão [...].³⁴⁰

Conforme Francisco Murari Pires, a concepção de *História Mestra da Vida*, proposta originariamente pelo romano Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.) – autor do qual Vieira dos Santos possuía um livro, as *Orações*, em tradução portuguesa³⁴¹ – manifesta o dever de conservação e de aprendizado com as ações do passado, consolidando-se uma “teleologia educativa pelo viés da axiologia factual gloriosa, rica de memórias dignificantes pois celebram feitos magníficos de obras virtuosas [...]”.³⁴² Na Europa, a partir do final do século XVIII, tal concepção histórica, consoante demonstrado Reinhart Koselleck, conheceu o esgotamento de sua legitimidade.³⁴³ No Brasil, por seu turno, no IHGB, ela foi reverberada desde os inícios dos projetos de escrita histórica que ali se elaboraram, dentre os quais a elaboração de um discurso sobre as origens do Estado e da Nação brasileira.³⁴⁴

Conforme Paulo Mercadante, o recurso de reabilitação de exemplaridades históricas enquanto fundamento para a orientação de condutas é elemento constituinte do pensamento político conservador. Tal fundamento torna o conservadorismo marcado por orientações práticas voltadas à defesa da manutenção ou transformação gradual de um ordenamento social. Leia-se, a esse respeito, a síntese elaborada por Mercadante: “A forma conservadora orienta-se pela experiência do passado; parte do princípio de que tudo o que existe possui

³⁴⁰ *Idem*, p. 9-10.

³⁴¹ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucêssos... Op. cit.*, fl. 255.

³⁴² Cf. PIRES, Francisco Murari. *Modernidades Tucidideanas*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007, p. 109. Sobre os fundamentos retóricos e políticos da oratória ciceroniana, ver: PAVEZ, Leonardo Acquaviva. *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 187 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

³⁴³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p.41-60. Uma manifestação da mudança da escrita histórica na Europa do século XIX foi problematizada por François Hartog, em estudo sobre o caso francês, no qual observou que autores como François Guizot (1787-1874) defendiam um modelo de escrita histórica que, pretendendo-se científico, fosse caracterizado, em detrimento da perspectiva filosófica, pelo apuro da pesquisa documental. Cf. HARTOG, François. *O século XIX e a História*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003, pp. 98 ss. Em diálogo com as considerações de Hartog sobre o esgotamento do modelo histórico ciceroniano na Europa, Luiz Costa Lima observou que a Revolução Francesa operou uma descontinuidade no pensamento político, descontinuidade essa que, em autores como François-René de Chateaubriand (1768-1848), fundamentou a crítica à apreensão de modelos e comparativos entre sociedades, modelos e comparativos que eram sustentados, por exemplo, pela relação entre Antigos e Modernos. Cf. LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 120 ss.

³⁴⁴ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização... In: *Loc. cit.* Para uma análise sobre as limitações da execução de tal modelo pragmático, a partir da segunda metade do século XIX, no IHGB – limitação que se referiu, sobretudo, às dificuldades de os membros da instituição, em decorrência de suas obrigações profissionais, por exemplo, na administração imperial, executarem a feitura de uma história geral sobre o Brasil –, assim como sobre o aumento, no citado recorte, da publicação de transcrição de documentos na *Revista do IHGB* como decorrência da redução de elaboração de trabalhos por seus membros, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 156, n. 188, pp. 469-613.

valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta a gradual. Trata-se assim do aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como uma realidade virtual.”³⁴⁵

No âmbito, pois, da aproximação de Vieira dos Santos à concepção histórica ciceroniana, nos dois excertos supracitados da memória histórica sobre Paranaguá faz-se presente a percepção da colonização brasileira como migração e o elogio da cristianização de indígenas. Desse modo, há, no argumento deste autor, a valoração positiva da consolidação de projetos políticos em afinidade com fundamentos morais católicos.

Tendo situado a sua obra histórica sobre Paranaguá sob um modelo educativo, Vieira dos Santos discorreu, em consequência, sobre as condições de execução deste trabalho. A descrição sobre as dificuldades, inerentes à dispersão e precariedade da conservação dos documentos, do percurso da elaboração da memória histórica, fez-se, pois, pelo aprofundamento de sua aproximação ao modelo de discurso histórico marcado pela seleção de exemplaridades:

545 – A mão estragadora dos Seculos que faz carcomido o duro marmore e o bronze, muitas vezes tem apagado a memoria dos heroes mais affamados d’antiguidade e de muitos Çidadãos que prestarão serviços relevantes a sua patria; mas nos caracteres da historia supprindo aquellas faltas mostram os gloriosos feitos d’aquelles que já não existem, este motivo me impelio o dezejo de querer mostrar nesta Memoria historica os nomes dos prinçipaes Çidadãos Paranaguenses que servirão os Cargos da Governança organizados em Taboas separadas correspondente a certas Ephocas desde 1648 a 1800 e supposto que, nem todos appareção á luz do diz, por senão poderem ler seus nomes nos carcomidos livros da Camara comtudo, vão exarados aquelles que se poderão descobrir.³⁴⁶

No entremeio do elogio à Câmara Municipal de Paranaguá e da apresentação de concepção de história instrucional, o autor mencionou a operosidade que a composição desta memória histórica lhe demandou. Ainda, em benefício da consolidação das funcionalidades políticas e argumentos morais sustentados na obra, ele reivindicou a difusão desta:

Supplica

Si por ventura a Illustre Camara Muñicipal deliberar mandar a imprimir esta obra, seu author supplica Ella seja passada por hua redacção para emendar muitas palavras ou letras que não estiverem debaixo da regra orthographica por elle ser hum simples curiozo e nem mesmo aprendeo a orthographia da lingua Portugueza; bem como serão omittidos os capitulos addicionaes; e unir seus acontecimentos na serie histórica em seus devidos lugares; endireitando a ordem numerica tanto da historia como a de suas annotaçoes por estarem trocados alguns numeros em correspondencia as suas dactas omittindo algumas repetiçoens que se encontrarem tanto na historia como em suas nottas.

O. Vieira.³⁴⁷

³⁴⁵ MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 274.

³⁴⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 199.

³⁴⁷ *Idem*, p. 7.

O tema da publicidade da memória histórica, as informações que o autor apresentou sobre a sua circulação institucional para a composição do texto, a afirmação de funcionalidades pedagógicas do trabalho histórico, bem como as descrições sobre as dificuldades do percurso para a execução do trabalho, assinalam para aspectos dos interesses políticos e das condições de produção da obra. Cabe, assim, na interlocução entre o primeiro e o segundo volume desta memória histórica, aprofundar a identificação das interações sociais e das projeções políticas inerentes ao modelo do texto histórico entendido enquanto material orientado à transmissão de exemplaridades.

No preâmbulo do segundo volume desta memória histórica, acirra-se a descrição sobre os principais materiais utilizados na composição da obra. Demanda-se, pois, reconhecer, a inteligibilidade que Vieira dos Santos conferiu ao seu trabalho, assim como as informações sobre as circulações institucionais que realizara:

Á Illustre Camara Municipal

A vós he dedicado este segundo volume da Memoria Historica Paranaguense, fructo de meus incasaveis trabalhos; e por elles conheceis quão longos forão, eu bem quizera leval-os ao maior grao de perfeição, mas bem conheceis sou um simples curiozo e não proffesso na Orthografia da lingoa nacional, e sугeito a cahir em graves erros de letras, e inuteis palavras (pelásmo) que bem poderiam ser omittidas, mas si V. SS.^{as} algum dia mandarem redigir esta obra, Ella ficará na devida perfeição. Dezejozo unicamente em ser util ao nosso paiz, encarei com firmeza um trabalho bastantemente espinhozo juntando á historia grande numero de apontamentos, mais singulares descobertos nos Archivos dessa Cidade, nas Admenistracções Civis Militares, Religiozas; e nas Collectorias das rendas Naçionaes addicionando á historia diversos Mappas demonstrativos que a illustrão e bem que entre alguns Factos apontados pareção no prezente de pouca monta, mas quem sabe si esses mesmos no futuro a Camara dezejaria sabel-os? Eis a principal razão que me fes vir a lembrança de organizar esta memoria historica, em ordem Chronologica e que a maneira de hum Almanack servisse no fucturo d'hum Farol illuminando os acontecimentos dos Seculos passados. Na vossa Sabedoria e generozidade deixo o arbitro de dar o verdadeiro merecimento a hua Obra que he dedicada unicamente ao engrandecimento da nossa patria, esperando portanto de vossa beneficência, receber i galardão e premio de meus Serviços. Deus Guarde a V. S. S.^{as}.
Morretes, 30 de setembro de 1850.

O cidadão Antonio Vieira dos Santos³⁴⁸

Desse modo, Vieira dos Santos, no oferecimento do segundo volume desta memória histórica à Câmara de Paranaguá, aprofundou a confluência de autoimagens de sua tarefa historiográfica, das condições de produção e dos direcionamentos práticos para o seu trabalho histórico. Assim, na passagem acima, ora se encontra a valoração positiva do trabalho em face da operosidade a ele inerente, ora a sua depreciação parcial em face da maneira como o autor dominaria os fundamentos estilísticos da língua portuguesa. Percebe-se, do mesmo modo, o elogio e a serventia do texto aos interesses políticos da Câmara de Paranaguá, de maneira à categoria de *país* remeter, ali, à jurisdição da municipalidade e indicar, por conseguinte, a

³⁴⁸ *Idem*, Tomo II, p. 7.

pretensão do autor, através do contributo representado por aquela memória histórica, envolver-se nos interesses políticos daquela sociedade. Encontra-se, por fim, a definição do trabalho enquanto *almanaque*, na posição de multiplicidade temática.³⁴⁹

³⁴⁹ Para se atentar às formas – e à fluidez – de atribuição da categoria de *almanaque* a trabalhos de conteúdo histórico, são analisados, aqui, dois casos. No Rio de Janeiro do final do século XVIII foi intitulado como *almanaque* trabalho histórico orientado para a coleção de informações administrativas e econômicas, assim como para construção de galerias referentes aos ocupantes de cargos administrativos e de negociantes da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se do *Almanack Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* – publicados nos anos de 1792, 1794 e 1799 –, de autoria de Antonio Duarte Nunes, Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro. O primeiro e o segundo volume deste almanaque diferem metódica e estilisticamente das memórias históricas de Vieira dos Santos, visto que se constituíram como seccionados, apenas, por listas nominativas de autoridades locais e listas quantitativas acerca de produção e movimentos econômicos. Assim, estes dois primeiros volumes são desprovidos de narração e concatenação de episódios. De outro modo, no almanaque editado em 1799, Nunes elaborou uma memória sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro, na qual se tem a defesa da religiosidade católica. Para uma verificação dos juízos morais apostos por Nunes em tal memória, atente-se, pois, ao extrato sobre os indígenas: “Todo este Continente estava possuído de inculta gentildade, dividido em muitas Nações, algumas menos feras, mas outras todas bárbaras: não tinham culto de Religião, idolatravam á Gula, serviam ao appetite, sem regimen de ley, ou de razão, repugnantes á doutrina Evangelica [...]” NUNES, Antônio Duarte. NUNES, Antonio Duarte. *Almanack histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXI, 1º Trimestre de 1858, pp. 8-9. Para a elaboração do terceiro volume se seu *Almanack*, Nunes teve como obras referenciais a *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, e a *Vida do Padre João de Almeida*, de Simão de Vasconcelos – no que reside, aí, aproximação aos recursos bibliográficos mobilizados por Vieira dos Santos –, assim como lhe foi operacional a consulta ao Arquivo da Câmara Municipal de Rio de Janeiro, ao Cabido da Sé do Rio de Janeiro, a Câmaras Municipais localizadas em áreas litorâneas da Capitania de São Paulo, a saber, Itanhaém e São Vicente. Assim como no caso da obra de Vieira dos Santos, a categoria de almanaque não implicou na ausência de posições políticas e afirmação de argumentos morais. Ambos os autores aproximam-se, portanto, quer nas direções morais da narração histórica, quer referente ao percurso de elaboração e ao perfil social. Direções morais concernentes à percepção positiva sobre valores católicos. Percurso de elaboração referente, por seu turno, à regularidade da inserção de ambos em esferas administrativas para a consecução do projeto literário e à intermitência da produção do discurso histórico. Perfil social no que se refere, por fim, à inserção deles em esferas administrativas municipais. De outro modo, a utilização da categoria de *almanaque* atribuída a exercício literário desenvolvido em área de capitania brasileira verifica-se no opúsculo *Alamanak da villa de Porto Alegre* (1808), do negociante Manoel Antonio de Magalhães, que, quando da preparação do texto, atuava como contratador de dízimos – modalidade colonial de coletor de impostos. Endereçado ao regente do governo português, D. João VI, por ocasião da transferência da Família Real para o Brasil, este texto configura-se por descrição de aspectos administrativos e econômicos da capitania sul-rio-grandense – e, nesse âmbito, faz-se um levantamento da totalidade de negociantes ali matriculados – e por apresentação de demandas políticas. Não exaurido, de todo, de conteúdo histórico, este almanaque centra-se, sobretudo, em reivindicações dos negociantes da capitania – acerca, por exemplo, do regime tributário e do funcionamento administrativo. Na síntese, pois, da politização e da autoimagem autoral que marcam tal escrito – síntese marcada, pois, pela expectativa da recepção, por membro de elite local, de uma dádiva régia – afirma-se: “Alguns pequenos serviços tenho feito n’esta capitania a S.A.R., sem que por isso em tempo algum queira premio, ficando-me sómente a satisfação de poder de algum modo ser útil ao meu augusto soberano e aos povos onde habito [...] Certifico a V. Ex. que em tudo e por tudo quanto digo n’este papel fallo a verdade pura, que jamis interesse ou motivo algum omittil-a, e menos na presença de tão alta jerarchia, a quem por tantos títulos respeito e venero, como a V. Ex. Queira. V. Ex. desculpar a grosseria com que fallo, que é própria da provincia em que nasci, e do recanto do mundo em que habito. Porto Alegre, 20 de Julho de 1808.” MAGALHÃES, Manoel Antonio de. *Almanak da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*. In: *Revista do Instituto Historico Geographico e Emographico do Brasil*, Tomo XXX, 1867, pp. 73-74. Para uma contextualização deste indivíduo no âmbito da elite mercantil sul-rio-grandense do final do século XVIII ao início do século XIX – com especial atenção para as origens e alianças sociais dos membros desta elite, aspectos esses que remetem, por sua vez, a processos de enraizamento de portugueses no Brasil –, ver: OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: *Revista Brasileira de História*, v.20, n.º 39, 2000, pp. 115-134.

Identificam-se, dessa forma, antinomias que ora situam a memória histórica enquanto compilação de documentos e informações históricas, ora as situam como providas de escopo mais amplo, em uma composição literária providas de contribuições morais e políticas àquele município. Produção de antinomias as quais se aproximam, pois, àquelas presentes nas memórias históricas estudadas, aqui, no primeiro capítulo – no que se refere à relação entre a fragilidade estilística e metódica e a utilidade política desta modalidade historiográfica, bem como no que se refere à justificação das escolhas temáticas e das tomadas de posição política.

3.3. A legitimação de informações orais: Cananeia e Paranaguá

Ao passo que a apresentação, acima realizada, da bibliografia utilizada por Vieira dos Santos possibilitou reconhecer o aspecto heterogêneo dos materiais que serviram à elaboração desta memória histórica, o presente subcapítulo analisa as informações orais assimiladas nesta obra. Na atenção aos recursos em face dos quais Vieira dos Santos produziu esta obra, permite-se, pois, atentar à mobilização, por ele, de contatos sociais, a partir dos quais obteve tais informações. Por conseguinte, cabe verificar como estes materiais foram dispostos para o desenvolvimento dos temas da memória histórica. Tal delimitação atende, pois, ao objetivo de aprofundar a análise da relação entre o perfil dos interlocutores de Vieira dos Santos, as formas de emprego dos materiais que lhes foram facultados e os direcionamentos morais que ele conferiu ao conteúdo destas fontes.

Trata-se, primeiramente, de analisar o emprego, nesta obra sobre Paranaguá, das *Memórias da Câmara de Cananeia*, município localizado no litoral sul paulista – texto esse do qual Vieira dos Santos possuía uma cópia, e cujo autor e data não foram por ele mencionados.³⁵⁰ Cumpre, observar, acerca da legitimidade de Vieira dos Santos em participar do compartilhamento de documentos históricos em Cananeia, que no princípio do século XIX ele já principiara a sua inserção nesta vila, visto que, no mês de novembro de 1808, tendo permanecido, ali, durante dois dias, fora acolhido no domicílio de um membro da elite local, a saber, o Capitão de Ordenanças Jacinto Peniche.³⁵¹

Esta memória sobre Cananeia enquadra-se, pois, enquanto caso das iniciativas camarárias de cumprimento da supracitada Provisão régia. Deste material, convém, aqui, reconhecer os interesses temáticos e as linguagens empregadas, de maneira que, em detrimento de situar os seus temas e formas de abordagem como pitorescos e cumulativos,

³⁵⁰ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 310.

³⁵¹ Cf. *Idem*, p. fl. 8.

trata-se, de outro modo, de entendê-los como espaços de legitimação de informações orais que sustentaram percepções e crenças morais sobre episódios históricos.

Da memória histórica sobre Cananeia, Vieira dos Santos selecionou informações, notadamente, sobre episódios lendários. Cabe, por conseguinte, transcrever as passagens dessa memória utilizada por Vieira dos Santos em face da possibilidade de atentar aos compartilhamentos temáticos e às formas composição entre o texto anônimo sobre Cananeia e o texto de Vieira dos Santos sobre Paranaguá. Na cronologia acerca do século XVII, este autor privilegiou, pois, a transcrição da seguinte passagem acerca da história de Cananeia:

1709 – 171 – No livro de Memorias da Camara de Cananéa consta esta profecia: “Sahe a profecia de hum Indio ja velho natural do Sertão, porem domestico, e Catholico, profetizando a factura de huma Não, consta-se que, este agourando muitas vezes dizia –

“Hua Não se fará
E nella Sinos se tangerão
Missas cantadas haverá
Que muitas gentes ouvirão”

E neste seu dizer mostrava o lugar, que havia de servir de seu Estaleiro, dizendo mais que, os Mestres para Ella havião de vir do Rio de Janeiro, mostrando o môte fronteiro ao seu prognóstico, o qual vulgarmente se appella – o Monte Itapetanguy.³⁵²

No prosseguimento da utilização, por Vieira dos Santos, dessa memória sobre Cananeia a respeito de episódios do século XVIII, verifica-se um caso da legitimidade de admissão de episódio lendário em trabalho histórico de natureza institucional:

1733 – 526 – No livro das Memorias da Villa de Cananéa diz: Sahe a memória a apparição de hum monstro marinho. Este monstro primeiramente foi visto por vezes ao calor do Sol em hua praia do mar do Occidente da Villa; dahí retirando-se fes pouzada em o poço de um rio que no mar dezagua, vertentes do monte Itapitangui, onde em cuja ribeira que lhe servia de soalheiro foi morto, com bala despedida por tiro de bacamarte, com industriosa cilada d’hum destro caçador chamado Pedro Tavares; este, e os mais visinhos que virão o dito monstro, o debucharão na forma seguinte: – Tinha o monstro (disião elles) a cabeça e corpo de touro e de comprimento de 3 pez e 9 de grossura; pescoço levantado tres palmos de comprido; e 5 de grosso; e circulado com huma ordem de glandulas encarnadas, e de dois palmos e meio de viseira e de palmo e meio de testa; e essa triumphada de crinas crespas e inclinadas sobre a molleira, suas orelhas eram escarlates, e de um palmo alto imitantes as do homem, no lugar dos cornos, tinha hum levantado Callo duro e negro como pimpolho, de cada hum corno que lhe havia crescer; os olhos eram redondos com as meninas pretas, e a circumferencia encarnadas, suas ventas do tamanho de um punho, boca rasgada, beiços grossos e rabicudos, as queixadas com poucas barbas grossas e duras, huma ordem de dentes, e estes largos unidos e cortantes, lingua redonda, braços e pernas de tres palmos de alto, suas plantas erão de hum palmo de comprido, suas unhas erão negras e grossas e quadradas; sua cauda sendo tres palmos de comprido acabavam em duas pontas as quaes erão pelladas lisas e encarnadas o membro genital – cum sit immodiçe longum – altamem genitale hominie simili – seu corpo era todo frisado de pello curto macio e acastanhado; o ecco do seu buzinhar quazi imitava o berro do Lobo se ouvia por toda a vezinhança, do gordo de suas carnes dição derreterrão abundante e clarissimo azeite. – Não deslustrando a estimada verdade desta historia (dis a dita memória) mas antes para acreditar me lembra o seguinte conceito inda que poetico e por isso não deste lugar.

“Sic Proteus parçit Turpes inlictos”
“Phôcas ET possuit fluctibus it pices”³⁵³

³⁵² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 63.

³⁵³ *Idem*, pp. 189-190.

A passagem acima evidencia, dessa maneira, a dependência e a legitimação, pelos autores, da inserção de informações orais no processo de feitura de memórias históricas. Transcreve-se abaixo, por sua vez, a abordagem sobre fenômenos naturais na memória sobre Cananeia conforme selecionados para a memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá. Interessa aprofundar a análise sobre excertos da memória histórica camarária de Cananeia em decorrência objetivo de mapear compartilhamentos com a memória histórica de Vieira dos Santos acerca das descrições, em ambos os textos, de fenômenos naturais e de referências a instabilidades sociais derivadas de tais fenômenos. Assim, permite-se acentuar sob quais maneiras tais descrições foram embasadas por argumentos morais e, ainda, pela leitura providencialista dos acontecimentos históricos:

1784 – 534 – Nas memorias de Cananéa consta – Que o Cume do Monte – Mandira, foi visto por três dias successivos lançar de si fumo e lavaredas; casou admiração este novo e estranho acontecimento, porque ponderada a cauza daquelle incêndio não se lhe podia attribuir motivo humano por ser o mesmo cume mui ingreme e pedregozo, e te então inda, não tinha facilitado em si entrada para divertimento de Caçadas ou para extração de algum mister nesseçarios ou pesquisas mineralogiacas.

– “Fumavit Mandira semelmons vértice noster

–“Noctes atque dires fumigt Etna sus –”[...]

1789 – 536 – Em 9 de Maio de 1789 houve em Cananea hum estrondo tremor de terra, amanhecendo este dia sendo por volvedouro do anno, hum dos Sabados e pelo curso da Lua; hum os dias em que fixou o ponto de sua conjuncção plenaria; neste dia quando a luz da Aurora, tinha desterrado as Sombras da noite; e se recolhia à Lua no seu Occazo indo assombrada do seu acostumado luzir que bem mostrava retirar se eclypsada padecendo seus defeitos, depois da Lua posta nasceo o astro matutino mui claro, e sem impedimento algum contrario ao seu aconstumado resplandecer, não houve em todo aquelle dia couza alguma estranha a ser admirada no Sol nem nos elementos; e tendo o Sol medido a carreira deste dia tão claro, e sereno; e recolhendo-se no seu Occidente, quando já tambem tornava a resurgir a Lua, porem de cor mui rubicinda eis que repentinamente se ouviu hum grande estrondo subterraneos com movimentos de tremor de terra, por espaço de dois minutos mais ou menos, rangindo a imitação de huma perra couçiera; em sua revolução. Foi tão conhecida esta estranha novidade q.^a, que no seu movimento huns pasmavão, e outros espavoridos sahião de suas casas e outros prostrados de joelhos pedião a Does mizericordia e ainda que nunhua caza da Villa foi demolida, comtudo todas soffrerão huas mais que outras o impulso daquelle grande aballo; alguns certificarão que a terra parecia se queria subverter por Ester movediça, e outros contarão senão podião ter firmes em pé; no momento deste abalo ouviu-se hum sussurro que se levantou dos Mattos sendo este tangido pelo movimento que as arvores entre si fizerão, e as Aves que já estavam pouzadas se levantarão aos ares e com os eccos de seus grasnidos derão advertência de seu sentimento. Os gados mostrarão se espantados, e alguns derão seus mugidos; os Cães soltarão tristes e desconcertados huivos, o mar tambem mostrou seu padecimento porque naquelle momento, sem haver sopro de vento, o pequeno e paçifico mar que corre em derredor de Cananéa, ficou embevecido, e suas ondas se batião furiozamente contra as praias, e te os peixes mostrarão quanto estranhavão estes impulsos da natureza, pois que alborotados forão vistos surgir saltando miudamente fora d’agoa. O crepusculo d’aquella noite mostrou ser a atmosphaera mais assombrada d’huma fumaça imperceptivel mais depois ficou a noite serena e nella resplandeceo a Lua cim sua costumada claridade

1789 – Pessoas de Credito asseverão que, no dia 11 de Maio de 1789, segundo depois do tremor de terra de noite estando a clara e serena virão correr do pólo ártico hua grande exhalação; e que tendo corrido para o pólo antartico ali se dividio em duas, da mesma grandeza, e com igual claridade, como quando principiou, e depois submergindo-se no horizonte se extinguirão.

1795 – 537 – O grande dilúvio de Cananéa acontecido a 25 de Março de 1795. Havendo chovido Successivamente desde os princíprios do mez de Janeiro e todo o mez de Fevereiro com pequenos intervallos e assim continuou até o de Março o grosso volume das agoas que se despenhavão da atmosphaera e havendo humedeção a terra das montanhas a muitos palmos de profundidade fizerão com que, dezabasse parte das que chamavão Iapagaritu ao do Açongui, e principalmente o monte Taquari que inda hoje mostra o escavado espelho do grande estrago, que as volumosas correntes de agoas, cauzarão nas várzeas daquellas Serras; e nas margens dos rios principalmente, o da madeira, o das minas e do Embiacica, foi mais furioza cauzando grandissimas perdas nas lavouras; e muito estrago no çitio do Capitão Leandro de Freitas Sobral, que ficarão

suas propriedades demolidas; e a grande fazenda de lavoura arruinada que tinha no rio do Mandira o Sarg.to mor Manoel Joze de Jesus, crescendo alias agoas a quatorze Covados de altura; esta grande torrente vomitou tanto barro diluido das montanhas que, não só tingio o comprimento de Çinco legoas, e a largura de maior quarto de legoa de mar Ocçidental da Villa, mas tambem, o comprimento de nove legoas e de largura meio quarto, no seu mar Oriental.³⁵⁴

Apreende-se, desses excertos, que o autor da memória histórica camarária de Cananeia legitimou a inserção de informações orais a partir do reconhecimento das distinções sociais de seus interlocutores, visto que utilizou a categoria de *pessoas de crédito* para assegurar a veracidade dos fenômenos sociais apostos no texto. Vieira dos Santos, por seu turno, no recorte cronológico referente ao século XVII, reproduziu uma informação oral sobre epidemia sanitária que teria grassado na vila de Paranaguá, assim como reconstituiu tal fenômeno sob uma perspectiva não laicizada, no âmbito da qual se verifica, por seu turno, a defesa de valores religiosos:

1686 – 130 – O anno de 1686, foi o mais calamitozo que teve o solo Brasileiro; a Justiça Divina quis enviar hum Severo castigo, a todos os seus habitantes, a mais espantoza peste, de que não ha memoria denominada – Bicha – appareceo neste continente, caminhando ao longo da costa, chagou té Paranaguá, onde a denominarão Peste Grande. Esta peste era tão activa, e mortifera que em breves dias dava á morte á familias inteiras; sem que desse tempo a experimentar remedios de medicina, os doentes não tinham hum só instante de repouzo, em huns os symptomas erão mais ameaçadores, em outros apparecia calor tépido; pulso soçegado e alguns delirios grande febre, expirando todos lançando sangue pela bocca, em Paranaguá o povo reccorre ao patrocínio da Virgem Santissima do Rocio, e uzando os doentes do cozimento da erva do bicho este fazia com que, os mesmos lançassem por vomitos e evacuaçõens, huns bichos cabelludos á semelhança das lagartas das hortas mais nem assim mesmo os doentes não escapavão da morte, era outra semelhante cholera morbus moderna.³⁵⁵

Na quinquagésima quinta complementar desta memória histórica – referente à passagem supracitada – Vieira dos Santos afirmou que “Paranaguá não foi izempta deste flagelo e Castigo do Céu; soffréo o açoite como as mais; e muitas vidas a morte ceifou nesta Seara, mas o povo tinha o seu ultimo recôrso no patroçonio da Nossa Senhora do Rozario sua Padroeira q’ lhes havia valer.”³⁵⁶ Esta informação oral foi entrecruzada, pois, com documentação institucional e com demais memórias históricas – a memória histórica sobre a Província da Bahia, escrita por Accioli, e a memória sobre a vila de Cananeia, a partir das quais ele discorreu sobre a recorrência de epidemias sanitárias no Brasil – e serviram a Vieira dos Santos, por fim, para a reconstituição e interpretação não laicizada acerca de modos sociabilidades e de manifestações devocionais, bem como para a descrição de fenômenos naturais causadores de instabilidades na rotina do município.

³⁵⁴ *Idem*, pp. 191-193.

³⁵⁵ *Idem*, pp. 54-55.

³⁵⁶ *Idem*, p. 56.

Na obra de Vieira dos Santos, a presença de informações orais permite atentar – a exemplo do caso da Memória Histórica da Vila de Morretes – para a não inferiorização destas informações em relação a documentos institucionais e a fontes bibliográficas. Antes, tais recursos foram, de maneira intermitente, imbricados. Nesse sentido, em aproximação com a memória histórica camarária de Cananeia, o critério de legitimação, por Vieira dos Santos, de informação oral acerca de abalo sísmico que teria ocorrido, em 1845, em Paranaguá, procedeu-se pela verificação da experiência e distinção social de seus interlocutores:

1845 – 994 – Em Abril 19 Sabado. Foi sentido em Paranaguá um pequeno – Tremor de Terra – pelas onze horas da noite, mais ou menos, estando ainda acordado o falescido negociante D. Saturnino de Chopitéia, que foi quem contou este successo asseverando sua veracidade ser homem de muita probidade, e sendo natural de Chilli estava bem ao facto de saber o que era um Tremor, alem delle foi sentido por mais pessoas e que hua mulher do Çitio que ignorava aquelle rumor o q. era, foi logo rezar a Santo Emydio. O curiozissimo Çidadão Viçente Ferreira Martins fes nôtta deste successo e por elle me foi transmittido para q' fique em memoria se nos tempos futuros houver mais alguns.³⁵⁷

O excerto apresenta, pois, um pequeno circuito de interlocutores que se envolveram na construção e validação de um fato. Saturnino Chopitéia, natural de Santiago do Chile, radicou-se em Paranaguá, onde se voltou ao comércio varejista, e casou-se com Leocádia Pereira, filha de Manoel Antonio Pereira, o qual, conforme aludido no capítulo segundo desta dissertação, fora pertencente à elite social de Paranaguá e, ainda, estabelecera relação de compadrio com Vieira dos Santos.³⁵⁸ Vicente Ferreira Martins, por sua vez, era funcionário da Alfândega de Paranaguá e foi citado por Vieira dos Santos enquanto um colaborador acerca da escrita da memória histórica sobre Paranaguá, relação essa a ser analisada no presente capítulo. Do supracitado extrato, apreende-se, pois, um modo da utilização de transmissões orais sobre um fato, em atenção ao qual se permite identificar a atribuição de distinção social, por Vieira dos Santos, na condição de critério para a legitimidade de reproduzir-se tal informação.

O *crédito*, pois, que Vieira dos Santos conferiu às informações orais mencionadas pelos seus interlocutores encaminhou a construção de *crença* na veracidade do fato. Nesse âmbito, cumpre inscrever estas condições de Vieira dos Santos de obtenção de informações históricas junto a membros de elite local de Paranaguá enquanto demonstração de um capital simbólico atribuído a ele por estas elites. Sendo, pois, que as suas relações para com membros

³⁵⁷ *Idem*, p. 330.

³⁵⁸ Sobre o posicionamento do imigrante chileno Saturnino Chopitéia nas relações de parentesco estabelecidas entre negociantes na vila de Paranaguá da primeira metade do século XIX – era ele, por exemplo, genro de um compadre e credor de Vieira dos Santos, a saber, Manoel Antonio Pereira –, ver: COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor... Op. cit.*

da elite de Paranaguá foram estabelecidas, a partir dos anos 1810, para além de espaços corporativos, pode-se reconhecer que a eficácia da obtenção de tais informações fora consolidada “mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito.”³⁵⁹

Ao lado da mobilização de informações orais, Vieira dos Santos apôs, nesta memória histórica, as suas rememorações. Conforme discutido neste capítulo, tal recurso lhe foi operacional, por exemplo, à elaboração de tomadas de posição política. Enquanto variação do emprego do primado rememoração, convém destacar o modo pelo qual Vieira dos Santos atentou para a estada do supracitado botânico Auguste de Saint-Hilaire em vilas litorâneas e planálticas paulistas:

1817 – 2004 – Se traz por memória a passagem que fez por Paranaguá o grande naturalista Francez M^r. de Saint Hilayre, que veio desde o continente do Sul, correndo todas as terras Centraes e desço de Coritiba para a marinha pela Estrada da Serra passando pela Freguezia de Morretes e de Paranagua, seguiu para o Rio de Janeiro e de lá para a França, onde tem dado á luz té hua memória sobre a herva de matte.³⁶⁰

Neste excerto, Vieira dos Santos remeteu ao presente da escrita do seu trabalho, visto que, para além da descrição sobre estada do botânico francês entre o planalto e o litoral do atual Paraná, ele manifestou possuir o conhecimento de que, naquele ano de 1850, de Saint-Hilaire elaborava um trabalho sobre a flora brasileira. Dessa maneira, na prosa histórica de

³⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 189.

³⁶⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 376. As arrolar informações sobre o processo de ocupação e organização institucional da vila de Paranaguá, Saint-Hilaire identificou antagonismos quanto ao ano de fundação do município. Sob o mapeamento de tais antagonismos, o naturalista apresentou uma proposição metódica: “Pizarro, Pedro Taques, Müller e Martius consideram Ébano como tendo sido o fundador de Paranaguá, mas estão em desacordo sobre a data em que o fato teria ocorrido; os dois primeiros admitem o ano de 1648 e os outros o de 1640. Se Teodoro Ébano Pereira houvesse fundado Paranaguá em 1648, seria de convir que logo depois se tivesse aventurado a transpor a Serra e, em 1654, viesse a fundar, sem mais delongas, outra vila, a de Curitiba [...], o que não é muito verossímil. O autor das *Memórias Históricas* [Pizarro] dá como fundador de ambas as vilas *Teodoro Ébano Pereira*; segundo Müller, o fundador de Curitiba chamar-se-ia *Heliodoro Ébano Pereira*, e o de Paranaguá simplesmente *Heliodoro Pereira*; a obra de Pedro Taques fala em *Leodoro Ébano Pereira*; finalmente, o rei de Portugal, em carta datada de 1651, diz que recebera amostras extraídas de minas descobertas perto de Paranaguá por *Teotônio do Ébano*. O essencial seria proceder-se a investigações nos arquivos da comarca de Curitiba; talvez se encontrem ali documentos que venham dissipar todas as dúvidas.” SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)* [1851]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 152. Dentre os autores citados por Saint-Hilaire, tem-se o engenheiro militar Daniel Pedro Müller (1785-1841), que atuou como funcionário da Comissão de Estatística da Província de São Paulo e, sob esta condição, elaborou o *Ensaio d’ un Quadro Estatístico da Província de São Paulo* (1838). Principiada por breves informações históricas repetitantes ao Brasil, esta obra – no que se permite identificar uma aproximação ao processo de incorporação institucional do citado livro de José Joaquim Machado de Oliveira – foi direcionada à Assembleia Legislativa paulista, em cumprimento a uma demanda desta. A utilização, por Saint-Hilaire, da obra de Müller assinala, pois, um modo do envolvimento de texto de funcionário estatal no âmbito controvérsias historiográficas. No desenvolvimento deste capítulo, trata-se de retornar a este texto de Müller para assinalar, em relação às memórias históricas de Vieira dos Santos, convergências a respeito dos seguintes elementos: participação dos autores em esferas estatais, produção letrada sob a sustentação econômica de instituições legislativas, e elaboração de prescrições, no texto histórico, acerca do funcionamento de dinâmicas corporativas.

Vieira dos Santos, a atribuição de distinção social aos interlocutores que lhe transmitiram a informações orais, assim como o entrecruzamento de rememoração e documentação institucional, tornou-se fundamento metódico para a reconstituição de aspectos e lugares das sociabilidades em Paranaguá.

3.4. A arregimentação de interlocutores em esferas estatais

Neste subcapítulo são problematizadas as referências de Vieira dos Santos acerca das relações que manteve com os seus interlocutores. Os aspectos da contribuição que tais interlocutores conferiram a este autor, bem como os modos pelos quais este indivíduo a eles referiu-se em atenção aos seus perfis sociais, à natureza de suas contribuições para a memória histórica sobre Paranaguá, e, ainda, às suas afinidades políticas, compõem o conteúdo deste subcapítulo.

Vieira dos Santos assinalou que o Capitão Joaquim Ferreira Barbosa – então comandante da Fortaleza da Barra de Paranaguá –, Raymundo Ferreira de Oliveira Mello – então secretário da Câmara de Paranaguá ³⁶¹ –, e Vicente Ferreira Martins – o supracitado funcionário da Alfândega – foram, pois, os seus interlocutores no processo de feitura desta obra.

Os subsídios que eles conferiram a Vieira dos Santos consistiram, em suma, em facultar-lhe documentação de esferas corporativas nas quais desempenharam cargos. Demanda-se, pois, aprofundar a análise acerca de como Vieira dos Santos referiu os multifacetados interesses letrados e contribuições desses indivíduos ao seu projeto historiográfico. Ferreira Martins forneceu documentos alfandegários a Vieira dos Santos, assim como preparou, a este, mapas sobre as atividades da Alfândega de Paranaguá – da qual era, então, escriturário –, e elaborou, ainda, tábuas de informações meteorológicas para servirem à referida memória histórica. Segue-se, pois, acerca do segundo volume desta obra, a referência à interlocução entre Vieira dos Santos e Ferreira Martins:

Cidadão Vicente Ferreira Martins

³⁶¹ Para além de ter atuado em esfera administrativa municipal, Oliveira Mello foi, também, funcionário comissionado provincial. Em 1856, tornou-se Promotor Público da Comarca de Paranaguá, nomeado que fora pela Presidência da Província. Cf. *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, Anno III, n.º 45, 4 de Fevereiro de 1857. Em 1861, obteve nova nomeação da Presidência da Província do Paraná, a qual o incumbia da direção interina da Colônia de Assunguy. ALVES, Alessandro Cavassin. Análise prosopográfica dos diretores de uma colônia imperial para imigrantes no Paraná, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, São Paulo, Julho de 2011, p. 5. Por fim, acerca pertencimento de Oliveira Mello à administração imperial, exerceu, ainda, o cargo de inspetor da Alfândega de Paranaguá, de 1873 a 1875.

Coadjuvador da historia Paranaguense

Vicente Ferreira Martins, Cidadão Brasileiro, literato mui ilustrado na historia antiga, e moderna, apreciador d'antiguidades; hum dos mais habéis escripturarios de repartição d'Alfandega de Paranaguá, geometra Archeologico das Embarcações marítimas, curiozissimo em desenho, Mappista insigne, etc. Este prestativo Cidadão, hum dos principaes coadjuvadores desta Memoria Historica, gostózamente se tem prestado a todas as exigências que lhe são pedidas não se poupando a trabalhos, nem difficuldades; e a historia lhe he devedora, de ser enriquecida com os interessantes e illustrativos Mappas dos rendimentos d'Alfandega Consolado; o das exportações para os pôrtos do Imperio e dos Estrangeiros; foi elle que, com imménso trabalho teve a paciencia e a constancia de fazer todas as medições geometricas do magestoso Edeffício do Collegio, e por elle mesmo delineadas nas tres bellissimas plantas Iconôgraphicas que vão annexas á historia, a primeirado pízo terreo do Mesmo Edeffício – a Segunda do primeiro Sobrado, e a terceira do segundo sobrado, onde está a repartição da mesma Alfandega; a elle he a historia devida, a delineação da barra, e bahias Paraguéenses tão perfeitamente executadas, como o mais hábil lithôgrafico, a historia mostra seus Mappas e Observações Meteorológicas, nos quaes se mostram os grãos infimo, médio e Suprêmo de frio ou Calor que reinão nas quatro Estações do anno no clima da mesma Cidade; foi elle o que, no seu Mappa das barras mostra haver hua boa entrada para as Embarcações e suas sahias por entre a raia e a Ilha das Palmas; que tem estado te agora sem uzo, e por onde tem entrado, e sahido muitas Embarcações de maior porte, como o demonstrou em hua lista dellas; e que Ella pode servir de grande utelidade ao Commercio sendo frequentada a navegação por ella. Finalmente este prestante Cidadão, tem sido incansável nestes trabalhos coadjuvadores da historia Paranaguense, para que fique bastantemente illustrada, não tem em recompensa senão o ardente desejo patriotico; do engrandecimento e do bem estar da Cidade Paranaguense, em cujo só he habitador.³⁶²

As relações entre Vieira dos Santos e Ferreira Martins foram aludidas, ainda, nesta memória histórica, por uma carta que este escriturário enviou ao autor da memória histórica, carta essa cujo conteúdo manifesta uma dimensão das ideias programáticas compartilhadas por Vieira dos Santos, no âmbito da preparação de sua obra sobre Paranaguá, com agentes estatais. Para um reconhecimento dos aspectos das relações de Vieira dos Santos com seus interlocutores e, dessa forma, no que concerne à maneira de Martins discorrer sobre episódios históricos, atente-se para como este funcionário imperial – no que se permite verificar um aspecto dos seus interesses e recursos letrados – dispôs de recurso bibliográfico – o citado *Roteiro* de Manuel Pimentel – e de informações históricas na formulação de proposições acerca dos possíveis usos comerciais da área de marinha de Paranaguá:

Veja-se a seguinte notta, sobre esse canal [do Superagui] que me referio o prestante Cidadão Vicente Ferreira Martins, em hua carta que me dirigiu com data de 9 de Junho de 1850, acompanhada dos dois dezenhos das Barras e Baías de Paranaguá, e a quem a historia he devedora, destes, e outros muitos esclarecimentos diz elle: – “Como o meu amigo [Antonio Vieira dos Santos] tem a escrever nas Memorias historicas, a Barra e a Fortaleza de Paranaguá, e como nos Roteiros, e Máppas inda os mais modêrnos, dão a Barra do Sul, que no Roteiro de Pimentel impresso no tempo de D. João 5º, vem denominada Barra de Ibopetûba, e a Barra de Superaguy, por Barras que só servem para Canôas, por isso tomei os apontamentos que junto achava para mostrar o contrário, que não são boas. [...] o Brazil tem muito ainda que dar de si, em sua civilização, como já aconteceo com Portugal quando Portuguezes denodados forão da Inglaterra Lisboa, em hua pequena Embarcação, em tempo (se não me engano) de D. João 3º, e desembarcarão em Belem, e a Embarcação era tão pequena que a sua tripulação a encalhou, porém qual foi o premio de tão grande heroismo? sérem todos encarcerados para que a Europa não soubesse que a India era tão facil, ou de pouco risco a sua navegação. [...] pode haver maior absurdo e tollice conservar incógnita uma barra franca, que tantas vantagens oferece á navegação e ao comércio, sustentáculo da Nação, só porque as balas da fortaleza não alcançam a outra barra, e até onde pode chegar a miséria de tão despropositada política.”³⁶³

³⁶² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memória Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 199.

³⁶³ *Idem*, p. 247-248.

Tem-se, desse modo, nas justificações de Ferreira Martins para a produção de material cartográfico que serviria ao projeto desta obra, a exposição do domínio de técnicas letradas, técnicas essas desempenhadas em sob o entendimento a respeito da memória histórica enquanto um modelo textual marcado pela plasticidade da incorporação de temas.³⁶⁴ Através, por conseguinte, da passagem do primeiro volume da memória histórica sobre Paranaguá referente a um abalo sísmico – acima mencionado – que teria ocorrido no ano de 1845, nota-se, portanto, que as relações entre Vieira dos Santos e Ferreira Martins foram anteriores ao estabelecimento da relação contratual entre a Câmara de Paranaguá e Vieira dos Santos para a produção de memória histórica. Tal informação denota, desse modo, que a escrita desta obra fora sustentada pela reabilitação de contatos sociais que o autor, ainda que residente em Morretes, auferira estabelecer em Paranaguá.

Em aproximação, ainda, ao caso, acima estudado, de Fernandes da Cruz, também funcionário da Alfândega de Paranaguá, as supracitadas considerações de Ferreira Martins têm sensível relação com a sua ocupação profissional. Assim como na obra Fernandes da Cruz, o discurso em defesa do crescimento do comércio é candente nestas considerações de Ferreira Martins. Na relação deste indivíduo com Vieira dos Santos convergem, portanto, o perfil do funcionário imperial dotado de conhecimentos sobre a prática e a legislação comercial e o perfil do comerciante varejista, o qual, por sua vez, entendeu a prática comercial como inerente ao desenvolvimento civilizacional. Confluem, pois, nesta relação entre Ferreira Martins e Vieira dos Santos, variações de um pragmatismo ao qual o discurso histórico foi, por ambos, percebido como servente.

³⁶⁴ No capítulo quarto, se referirá ao caso da obra histórica de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, indivíduo natural de Paranaguá e que, radicado na capital paulista, atuou como funcionário provincial e imperial. Convém mencionar, quer para o aprofundamento sobre o perfil social de Ferreira Martins, quer para o comparativo da atuação administrativa deste interlocutor de Vieira dos Santos em relação a Azevedo Marques, que ambos foram referidos, em 1856, no *Almanack Administrativo da Província de São Paulo*, como funcionários aposentados, respectivamente, da Alfândega de Paranaguá (Ferreira Martins, aposentado como inspetor) e de um órgão ligado ao Ministério da Guerra, a saber, a Pagadoria das Tropas (Azevedo Marques, aposentado como escrivão). Cf. MARQUES E IRMÃO (orgs.). *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857*. São Paulo: São Paulo: Typographia Imparcial, 1856, p. 65. Ao mesmo tempo, portanto, em que atuaram como agentes imperiais não pertencentes a altas esferas administrativas, diferenciaram-se, contudo, nos seus modos de produção e participação em redes de colaboração intelectual. As diferenças, pois, nos seus modos de constituição de sociabilidades engendraram, no caso de Martins, uma produção e relação intelectual caracterizadas, respectivamente, pelo pragmatismo enraizado em sua condição de funcionário de Alfândega, e pela solidariedade com um membro de elite local. Em Azevedo Marques, a eficácia do acionamento de contatos sociais permitiu-lhe, de outro modo, ter no Imperador D. Pedro II um avalista, junto ao IHGB, de seu intento de publicação de obra sobre a província paulista. Similaridades do perfil de atuação institucional e desigualdades na mobilização de interlocutores a respeito de assuntos letrados conjugam-se, pois, no comparativo entre esses indivíduos que possuíam, também, a experiência da vivência em Paranaguá.

Na passagem seguinte, encontra-se, por sua vez, Ferreira Martins situado como a Oliveira Mello. Separadamente a estes interlocutores, Ferreira Barbosa foi mencionado como tendo produzido para Vieira dos Santos uma descrição da estrutura física da Fortaleza da Barra de Paranaguá. O aprofundamento, por seu turno, da percepção de Vieira dos Santos sobre a posição de Ferreira Martins enquanto letrado verifica-se na maneira como este funcionário do Império foi referido, pelo autor da memória histórica, como *apreciador de antiguidades*:

Advertencia

O patriotico Çidadão Raymundo Ferreira de Oliveira Mello, Secretario da Camara francamente prestou os livros existentes no archivo, nos quaes fazendo hum minucioso exame se pode descobrir muitos apontamentos relatados nestas memorias. O mau estado em que estes livros se achão pella falta de algum zelo dos antepassados, e a mão estragadora dos seculos que tudo consome os tem totalmente destruido principalmente os primeiros, em que os insectos os repicarão de milhares de furos, não se podendo ler, e carcomidas suas margens não se ve suas numerações nos quaes inda hoje se podiam achar registrados alguns monumentos literarios de antiguidades do tempo de Arthur de Sá; Salvador Correia de Sá e Benavides; e de Eliodoro Ebano, capitão das canoas de guerra, em aos annos de 1648 e 1654; e por este motivo, só se designão nas memorias cada successo com o titulo: livro de Registo de Vereanças etc, sem que se apontem os numeros de suas paginas. A perda dos primeiros cadernos, ou livros das Actas de Vereanças, que a Camara fes desde 1648 da creação da Villa te 1654, e seu competente livro de Registo, e de Eleições levarão descaminho sem que nunca mais apparecesem cuja perda lamentou o D^o. Rafael Pires Pardinho, em seus provimentos de correição [...]. O Illustre Çidadão Paranaguense Manoel Francisco Correia Júnior, Commendador da Ordem de Christo que mereceo ser condecorado com esta insígnia por sua Mag^e. o Imperador, em recompensa dos muitos e relevantes serviços que prestou á sua patria como se hão de ver exarados nestas memorias; e outros mais, como Vicente Ferreira Martins, literario apreciador de antiguidades, muito tem coadjuvado com seus apontamentos a meus trabalhos. Conheço pois minha insuficiencia e de não ter capacidade scientifica e grammatical na boa ordem e organização d'hua completa historia, talvez cheia de erros, de phrases incoherentes, erros de palavras, ou letras escriptas debaixo de regra grammatical por não ter estudado a Arte da lingua Portugueza, e os leitores que me conhecem, de boamente revelarão taes erros, e só mordazes zoilos, abocanharão meu nome; mas só me vem a lembrança que, si um Antonio Vieira scientifico P^e. da Companhia de Jesus chegando á Bahia de Todos os Santos, seus manuscriptos inda hoje são procurados por serem apreciaveis, o mesmo digo que, outro Antonio Vieira não scientifico, mas sim hum curioso chegando ás Bahias de Paranaguá formou tenção de escavar as mais occultas antiguidades; para que resurgissem á luz do dia, e se agora não terão o devido merçimento algum dia talvez inda sejam bem procurados.

A multiplicidade de Factos nos apontamentos historicos, destas memórias, escavadas no decurso de tão longos annos ainda mesmo apezar de um immenso trabalho, muitos successos escaparam a descrevellos em seus devidos lugares motivando por isso no fim de cada epocha; ainda assim desde 1832 a 1838 outros ficarão trocados em meses, ou dias seguidos nos mesmos annos, erro que he factível ter o primeiro auctor qualquer plano que quizer organizar: confessando pois taes faltas não darão estas, espiçosos motivos aos revisores ou leitores, para que as notem como dizia Marçal a Lelio em seu Epigrama: – Alguns fazem profissão de reprovar, o que He mais fácil que compor bem – conheço minha insuficiencia em não ter hua elegancia de estilo como Agamenon, nem a efficaçia no dizer como Julio Cezar, nem mesmo como Sallustio na brevidade que costumava a usar, e como Cicero tomei a inclinação que ele tinha na extenção de contar a historia.³⁶⁵

Sobre os indivíduos mencionados neste excerto, cumpre ressaltar que Correia Júnior, em relação a Ferreira Martins e a Oliveira Mello, foi superiormente hierarquizado, por Vieira dos Santos, no que toca à distinção social. Conforme se discute no presente capítulo, este autor retornaria, nesta memória histórica, a se referir a Correia Júnior quando da exposição

³⁶⁵ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 6-7.

sobre as honrarias imperiais recebidas por negociantes de Paranaguá, assim como por ocasião das considerações que ele – Vieira dos Santos – realizara acerca das formas pelas quais se buscou conter, na 5ª Comarca paulista, a expansão das forças farroupilhas.

Ainda, no supracitado excerto tem-se a reabilitação, por Vieira dos Santos, de exemplos literários da Antiguidade como estratégia para reconhecer os jogos de interesses envolvidos na produção de sua memória histórica e do longo percurso de execução que esta demandaria. Verifica-se, assim, a busca de legitimidade da memória histórica a partir da aproximação a modelos retóricos da Antiguidade. Cabe, por conseguinte, delimitar as especificidades de tais considerações de Vieira dos Santos em relação às leituras sobre os Antigos produzidas em instituições de cultura setecentistas, como a Academia Brasílica dos Esquecidos, bem como a respeito das leituras produzidas, no século XIX, no interior do IHGB.

De acordo com Kantor, a atenção a textos da Antiguidade pelos membros da Academia dos Esquecidos fora marcada, sobretudo, pelas discussões a respeito dos critérios de utilização da *Bíblia* como referencial para a discussão a respeito, por exemplo, da elaboração de cronologias. Segundo esta autora, de maneira distinta ao procedimento dos membros da Academia Real da História Portuguesa – na qual se observou a perspectiva secularizada da produção intelectual –, os acadêmicos brasileiros conferiram autoridade aos livros bíblicos, de modo a buscar, assim, subsídios, notadamente, para a elaboração de uma cronologia sobre a história do Velho e do Novo Mundo. A diferença daí verificada para com os acadêmicos portugueses observou-se, por exemplo, no questionamento a respeito da datação do Descobrimento do Brasil. A politização de tal postura recaiu, conforme Kantor, no modo como os acadêmicos baianos buscaram a afirmação de uma identidade americanista no âmbito do Império português. Regras institucionais, controvérsias metódicas e implicações políticas convergiram, pois, nessa produção setecentista de relação entre Antigos e Modernos, em favor de um entendimento a respeito da história do Novo Mundo, a qual se afiguraria como basilar ao principal projeto que a os membros da Academia dos Esquecidos buscaram executar, qual seja, a escrita da História da América Portuguesa.³⁶⁶

No IHGB, por seu turno, como demonstrado por Temístocles Cezar, a mobilização da concepção histórica instrucional apregoada por Cícero, assim como o desempenho da escrita biográfica – na qual os membros do instituto aproximaram-se do modelo aplicado pelo grego

³⁶⁶ Cf. KANTOR, Iris. Antigos e Modernos na Historiografia Acadêmica Portuguesa e Brasílica. Cronografias e representações do passado. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) História*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 451-466.

Plutarco (45-126) – esteve orientada para a construção do panteão de heróis nacionais. Neste sodalício, a atenção a modelos de escrita histórica e o reconhecimento de exemplaridades emanados da Antiguidade estiveram, pois, presentes na formulação de abordagens pragmáticas de escrita histórica, a qual, por consequência, era envolvida pela pretensão de consolidar-se como científica e nacional.³⁶⁷

³⁶⁷ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.)... [et al.]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, pp. 93-124. A legitimação, no interior de espaço corporativo, dos usos da concepção de *História Mestra da Vida* em favor da construção biografias que sustentaram a construção de galerias heróis de uma história provincial foi estudada, com atenção às edições da *Revista* do Instituto Histórico do Geográfico da Província de São Pedro, por BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre a História e a Literatura: A Formação do Panteão Rio-Grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 196 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Cabe, por conseguinte, conferir atenção ao primeiro volume da *Revista* do IHGPSP, quer a respeito da verificação, a partir da nominação dos sócios correspondentes, acerca da composição das redes de colaboração literária que abarcavam, à época, os municípios interioranos de tal província, quer a respeito de um modo de reconhecimento da existência e controle descentralizado de recursos historiográficos – sejam documentos institucionais, particulares e, também, informações orais. Sobre o reconhecimento da existência de recursos historiográficos e seus usos potenciais, foi afirmado naquela *Revista*: “Muitos objectos e escriptos derramados pelos archyvos de Sete Povos das Missões, existiam por mãos particulares sem o devido apreço e dizimados quotidianamente por estranhos que a curiosidade ou o accaso ali levavam. Seria um grande serviço colligir os dados da historia, esses documentos importantes e as tradições que se iam apagando com a descida ao tumulo dos testemunhos occulares dos factos passados. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. *Revista do Instituto Historico do Geografico da Provincia de São Pedro*, Volume I, 1860, p. 5. Em atenção, por sua vez, aos *Estatutos* deste sodalício, no que concerne, mais especificamente, à forma de admissão de sócios efetivos e correspondentes, nota-se que as exigências aí presentes informam que os sócios residentes em municípios interioranos da província eram, então, reconhecidos como participantes de circuitos de guardas particulares de documentos de interesse histórico. A identificação dos termos pelos quais se facultava a admissão de membros encaminha, pois, uma verificação sobre modos de reciprocidade entre letrados enraizados em diferentes municípios sul-rio-grandenses – de maneira a derivar, de tais modos, a pretensão de constituição de uma rede de colaboração intelectual: “Art. 5.º Para ser admittido na qualidade de socio effectivo deverá o candidato apresentar trabalho proprio ácerca da historia, geographia ou ethnographia do Brasil, com especialidade desta provincia; quer este trabalho seja inedito, quer seja estampado, uma vez que elle abone a capacidade do autor, o qual estando completo o numero de socios effectivos, será recebido na qualidade de correspondente. Para ser socio correspondente é necessario que, alem da sufficiencia litteraria do candidato, elle offereça ao Instituto uma obra de valor sobre esta provincia ou outra do Imperio; ou algum presente importante para o museo do mesmo Instituto.” *Idem*, p. 14. A brevidade da duração deste sodalício – três anos – inseriu-se, pois, em uma dinâmica intermitente das iniciativas, naquela província, para a institucionalização de sociabilidades letradas. A atenção, pois, a uma tentativa de consolidação de tais iniciativas permite, por seu turno, mapear formas de relações entre elites locais e agentes estatais, e, também, atentar aos ritmos de rearranjos de relações sociais e interesses políticos envolvidos em projetos letrados originários de províncias. Dessa maneira, conforme descrito no primeiro volume da *Revista* do IHGPSP, em 1855, quando o bacharel alagoano João Lins Vieira de Cansação de Sinimbu (1810-1906) – Visconde de Sinimbu e sócio correspondente do IHGB – exercia a Presidência do Rio Grande do Sul, houve reunião no Palácio do Governo com o intuito de criar agremiação que funcionasse sob o modelo do IHGB. No citado volume da *Revista* do IHGPSP, é informado que, nesta reunião, a Presidência do grêmio fora conferida a Sinimbu. Dentre os participantes de tal instituição, constava, ainda, o militar Manoel Marques de Souza (1804-1875) – futuro Conde de Porto Alegre –, assim como o médico e sócio correspondente do IHGB Manuel Pereira da Silva Ubatuba (1822-1875), ambos naturais do Rio Grande do Sul. Sobre Silva Ubatuba – no que permite assinalar uma forma de colaboração de um letrado provincial ao IHGB –, destaca-se que, anteriormente a tal iniciativa de criação de instituição de cultura, ele estabeleceu contato com o IHGB. Contudo, sua contribuição a este sodalício não derivou da elaboração de textos. Antes – e enquanto informação que permite enquadrá-lo em uma lógica de compartilhamento de materiais basilares a exercícios de erudição –, pode-se acentuar que, em 1846, ele enviou àquele grêmio um exemplar da *Bíblia* – em tradução francesa do teólogo Jean-Baptiste Duhamel (1624-1706) –, exemplar esse publicado no município belga de Louvain, em 1740. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo VIII, Segunda Edição, 1867, p. 294. A dissolução, por sua vez, do sodalício, ocorrida no mesmo ano de sua fundação, foi derivada, segundo a citada *Revista*, quer da destituição de Sinimbu da Presidência da Província, quer da morte de um de seus associados, a saber, Machado Ourique. Na reunião, datada de 1860, pela qual se retomou o propósito de criação de uma instituição voltada aos estudos históricos, nota-se a participação de Silva Ubatuba e – na condição de agente imperial em interação com elites

Em Vieira dos Santos, as referências aos Antigos indicam, pois, o aspecto difuso – e fragmentado – dos recursos letrados mobilizados em sua memória histórica. Foram, também, difusos os objetivos sob os quais, nesta obra, ele empregou a relação entre Antigos e Modernos. Estes objetivos referiram-se, notadamente, ao encontro de modelos de conduta que sustentassem a defesa da estabilidade das interações sociais no âmbito ordenamento municipal, estabilidade essa percebida através do exercício rotineiro de práticas devocionais e do equilíbrio das interações desenvolvidas, consoante demonstrado neste capítulo, em esferas corporativas – tais como as irmandades católicas.

Por conseguinte, para um aprofundamento sobre as fontes e autores consultados por Vieira dos Santos, os lugares de obtenção dessas fontes e os direcionamentos práticos conferidos a elas, atenta-se, por sua vez, aos discursos que encerram o primeiro e o segundo volumes desta memória histórica. Nesse sentido, há de se ressaltar que este autor consultou, também, documentos encerrados na Câmara de Paranaguá – notadamente atas de sessões e correspondência interinstitucional –, na Alfândega, assim como documentos de instituições não estatais – a exemplo da Sociedade Patriótica dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional.

Na finalização do primeiro e segundo volumes desta memória histórica, Vieira dos Santos manteve a interlocução entre a afirmação acerca da dificuldade e da utilidade da produção desse modelo de obra historiográfica. Ao mesmo tempo, na condição de aspecto candente dos juízos morais do autor sobre as sociabilidades em Morretes e Paranaguá, retoma-se, na finalização do primeiro volume, a relação entre Antigos e Modernos a partir da citação a Lúcio Aneu Floro (séculos I-II), autor do *Epítome da História Romana*. Através de tal referência, bem como a partir da compreensão metafórica a respeito de um processo de decadência de valores sociais que teria se desenvolvido em Paranaguá, verifica-se a recorrência, nesta obra, do emprego de argumentos morais:

Aqui finda a Memoria Historica Paranaguense. Nella acharão os vindouros, leitores, os que seus antepassados fizeram; em cujo solo aurifero pizavão sobre metaes preciosos; e que dezentranharão do seio da prodiga Mãe natureza, milhares de arrobas de taes preciozidades, espargidas pelos Contornos do

provinciais, condição na qual Sinimbu encontrava-se, em 1855 –, teve-se, também, a presença do secretário do Governo Provincial, o citado José Martins Pereira de Alencastre. Cf. *Idem*, p. 6. A intermitência do processo de criação do IHGPSP, que abarca os anos de 1855 a 1860, cabe, pois, ser situada enquanto aspecto da complexificação das interações entre elites locais e agentes estatais, bem como ser inserida em uma configuração de interesses rotineiros e não sistemáticos, naquela província, das atividades letradas. A dissolução do sodalício, em 1863, representou, da mesma maneira, um aspecto da intermitência e da fragilidade da institucionalização, por elites locais oitocentistas, de exercícios letrados. Intermitência que se observou, nos anos 1860, acerca de outra iniciativa letrada sul-rio-grandense, a saber, a fundação da Sociedade Partenon Literário, em 1868, grêmio esse dissolvido em 1885. Cf. BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre a História e a Literatura... Op. cit.*, pp. 77 ss.

Município; que fizerão a opulência de muitas famílias, que já não existem, esta grande ventura de mais de 190 annos que os Paranaguenses viverão abundantes e alegres; mas chagando a epocha viril de sua decadencia pelas invejas de huns, ambições d'outros; e que já tinham chegado ao apogêo da Soberba, como diz Floro no livro 3.º Cap.º 2.º – A riqueza e a gloria destruirão os bons costumes; e introduzirão vícios, e seguiu-se perder os respeito á virtude; por isso Deos quis castigar esta soberba, ordenando a Mãe da natureza fizesse recolher em seus coffres este leite que só servia de augmentar o orgulho dos Soberbos; e quando outra vez estivesse prenhe de taes cabedaes partil-os nas futuras Gerações as que mais forem de seu agrado. As grandezas, e monarchias tambem morrem assim como os homens. Morreo a fortaleza da soberba Assyria; a opulencia da Persica, a felicidade da Greçia, a política Romana, e a confiança da Judéa e Constantinopla porque sem Deos nada He duravel como diz o Ecclesiastico hist. Part, 1.º Cap. 5 fin.

– Discantes Régens interit. Regna
Ut homines; nihilque tutum quod
Divina basi non niatur.
– Fim –³⁶⁸

No desfecho do segundo volume da memória histórica, acirra-se, por sua vez, o argumento marcado pela defesa da utilidade e da continuidade da elaboração de trabalhos de conteúdo histórico sobre o município. A passagem seguinte apresenta consonância, portanto, com a citada determinação régia setecentista, visto que, em tal passagem, o autor enraizou suas memórias históricas na tradição estatal portuguesa de incumbir as Câmaras Municipais da institucionalização de trabalhos de conteúdo histórico. Ou seja, Vieira dos Santos reivindicou para a Câmara de Paranaguá a prerrogativa do exercício rotineiro de uma produção cultural:

Aqui finalizão as Memorias Historicas Paranaguenses deixando ás Camaras Miunicipaes vindouras, hum vastissimo Campo para a sua continuação fazendo annualmente exarar os factos mais heroicos e singulares que acontecerem annualmente os Mappas da população, o dos nascimentos, obitos e Cazamentos, e os rendimentos Naçionaes da Alfandega e Consulado, e finalmente tudo quanto for ao engrandecimento da Cidade.

Paranaguense
– Fim –³⁶⁹

Em Vieira dos Santos, a apresentação dos objetivos e dos fundamentos metódicos do trabalho histórico desenvolveu-se pela intermitente reafirmação do interesse pragmático de feitura da obra. Para tanto, ele manifestou uma identificação com o modelo da *História Mestra da Vida*. Da mesma forma, na exposição dos argumentos morais que se acendem nas justificativas e nas considerações finais do autor, é referenciado autor latino, bem como passagem bíblica, no aprofundamento de uma defesa da conservação de valores comunitários e religiosos, e, nesse escopo, da estabilidade das relações sociais.

³⁶⁸ *Idem*, Tomo I, pp. 404-405.

³⁶⁹ *Idem*, Tomo II, p. 345.

3.5. Organização institucional e econômica de Paranaguá: tomadas de posição sobre a vida social

Abordam-se, neste subcapítulo, as primeiras mobilizações de documentos institucionais na memória histórica sobre Paranaguá – utilizações essas que são indícios do funcionamento dos circuitos de compartilhamento de fontes aos quais Vieira dos Santos recorreu. Em consequência, discute-se em quais passagens e sob quais termos o autor apresentou posicionamentos sobre indivíduos e acontecimentos históricos, aspectos a partir dos quais convêm atentar, ainda, aos valores morais e às ideias econômicas que fundamentam, nesta obra, as percepções sobre a dinâmica social. Aspectos os quais evidenciam, ainda, a convivência, na prosa histórica de Vieira dos Santos, entre a defesa do livre comércio e da consolidação de uma ética de sociabilidades embasada por valores religiosos.

Conforme mencionado, referente a episódios do século XVI, Vieira dos Santos descreveu a fundação de vilas litorâneas paulistas, a exploração de ouro em Paranaguá, expedições de pirataria e ordens de governadores gerais do Brasil. Acerca do século XVII, ele mobilizou a ata de criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, de 1648, e, sobre o ano de 1647, transcreveu a *Copia Authentica do milagroso Aparecimento do Senhor Bom Jesus de Iguape, achado por dois Índios buçães da praia de Luna*, texto não datado, de autoria de João Oliveira e Costa, vigário da Vara de Paranaguá. Vieira dos Santos interpolou, pois, a transcrição desta narrativa religiosa com comentários os quais acentuam, ao mesmo tempo, aspectos de sua circulação para a obtenção de informações históricas e os modos pelos quais ele corroborou descrições de episódios lendários, de modo a validar, por conseguinte, os fundamentos religiosos nelas implícitos, a exemplo da seguinte passagem:

Também achei informação de que era tradição que a santa Imagem do Senhor Bom Jesus, vinha do Reino de Portugal, embarcada para Pernambuco, e que, encontrando o navio outro de inimigos, lançaram as do navio português a santa Imagem ao mar, para não ser tomada com o que se achou junto a ela de cera e azeite e que no mesmo tempo em que foi achada a santa imagem na praia, foram vistas pelo Padre Manoel Gomes [...] passar pelo mar da parte do norte, para o do sul, seis luzes uma noite, cuja luzema alumiaava grande circunferência [...].³⁷⁰

A partir deste texto de autoria clerical, apresenta-se, portanto, um caso da faceta não laicizada na narrativa histórica de Vieira dos Santos. No desenvolvimento da cronologia sobre o município Paranaguá, tem-se, desse modo, a permanente reabilitação de discursos em defesa

³⁷⁰ *Idem*, Tomo I, p. 28.

de valores do catolicismo, defesa que substanciou, pois, ao autor, inserir tomadas de posição política a respeito de condutas sociais e dinâmicas corporativas.³⁷¹

De outra parte, a percepção da Paranaguá setecentista como orientada por um ritmo lento de diversificação de atividades suscitou, em sua narrativa, uma tomada de posição em favor do crescimento do comércio. Ele observou que, naquele período, houve condições políticas para o aumento da produção econômica em virtude da expedição da Provisão Régia de 19 de Abril de 1722, a qual facultou livre navegação em Paranaguá para que esta

³⁷¹ Ao passo que estes textos produzidos em sociedades do litoral sul paulista e citados por Vieira dos Santos voltaram-se ao cumprimento de específicas dinâmicas institucionais – camarárias e clericais –, convém mencionar a existência, em tais regiões litorâneas, de letrados os quais, ali nascidos ou radicados, escreveram, na segunda metade do século XIX histórias acerca de jurisdições municipais – período esse, deve-se ressaltar, marcado por sensíveis transformações socioeconômicas em relação ao momento em que, ali, Vieira dos Santos transitou, diferenças essas engendradas, sobretudo, pelo crescimento da economia cafeeira. Pode-se, assim, citar Benedito Calixto (1853-1927) – natural da vila paulista de Itanhaém e radicado em Santos, localizada no litoral sul paulista, onde atuou profissionalmente como artista plástico – como letrado que manteve interações, quer com elites locais paulistas, quer com letrados no Rio de Janeiro, e, nesse âmbito, produziu obras históricas entre os anos 1890 aos anos 1920. Sobre a sua integração junto às elites políticas de vilas litorâneas paulistas e acerca, também, das implicações de tais relações nos seus exercícios letrados, destaca-se que, em 1907, ele publicou o livro *Braz Cubas* – referente a passagens da trajetória do fundador da vila de Santos – em coautoria com Francisco Corrêa de Almeida Moraes (1887-1913) – o qual, radicado em Santos, atuou como negociante de café, bem como presidiu a Câmara Municipal –, e com o bacharel e ex-deputado estadual Eugênio Egas (1863-1956), natural de Iguape, município também integrante da porção sul do litoral paulista. No que concerne, pois, a um caso de um letrado que, fixado em área litorânea paulista, cultivou relações com escritores consolidados no Rio de Janeiro, cumpre mencionar que Calixto, quando da publicação, em 1927, de seu livro *Capitanias Paulistas* – sobre as extintas capitanias de Itanhaém, São Paulo e São Vicente – assinalou que teve, para as suas pesquisas históricas, a colaboração de Capistrano de Abreu (1853-1827) – originário da Província do Ceará, e que, no Rio de Janeiro, logrou pertencer ao IHGB e lecionar no Colégio D. Pedro II. Sob as informações do seguinte extrato não se pretende encaminhar a verificação de uma permanência acerca da participação de letrados paulistas em circuitos literários. Antes, tais informações se afiguram como indícios de uma complexificação – em uma conjuntura distinta àquela de Vieira dos Santos – nos modos de participação de letrados paulistas de áreas litorâneas em tais circuitos. Afirmou, pois, Calixto a respeito de Capistrano: “O dr. Capistrano de Abreu leu a parte desta Memoria e nos animou na sua publicação, comprometteu-se a mandar vir de Portugal, por intermedio do historiador J. Lucio de Azevedo – a Carta Regia de D. Maria I – pela qual se fez a adjudicação á Corôa Luzitana, da Capitania de Itanhaem, de 1777 em diante. Infelizmente, este documento deixa de fazer parte deste livro, por não ter chegado ás nossas mãos. B. Calixto.” CALIXTO, Benedito. *Capitanias Paulistas*. São Paulo: Casa Duprat/Casa Mayença, 1927, p. iv. Acerca, por sua vez, de letrado que, do final do século XIX ao início do século XX, escreveu textos sobre a história de Iguape, tem-se Ernesto Guilherme Young (1850-1914). A trajetória deste indivíduo constitui-se em caso da relação entre imigração e pertencimento à elite local, pertencimento o qual fora, a ele, basilar na realização de exercícios historiográficos. Nascido em Londres, transferiu-se, em 1871, Young para a cidade de Iguape, onde faleceu. Serviu como empregado de companhias de navegação, e pertenceu à elite política, visto que foi Intendente de Iguape – ou seja, chefe de administração municipal –, de 1896 a 1901. Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) – fundado em 1894 –, em cuja *Revista* publicou trabalhos. Das circulações deste indivíduo para a produção de suas obras, observa-se a atenção a arquivos camarários e eclesiásticos, bem como a obtenção de informações orais, recursos dos quais dispôs para elaborar o *Esboço Histórico da cidade de Iguape*, que a *Revista* do IHGSP publicou em 1896. Ainda, Young escreveu trabalho sobre a genealogia de famílias iguapenses. A dificuldade do encontro e do manejo acerca de documentos sob guardas institucionais e particulares, bem como acerca da obtenção de informações orais para a escrita genealógica, foi, do seguinte modo, por ele notada: “Grande parte destes documentos existe, que póde derramar luz sobre aquella época, encontrado ás vezes em logares inesperados, um ou outro, que por si só pouco ou nada vale [...]. Ouvimos de pessoas auctorizadas, com quem entretemos relações, que os documentos existentes nos archivos dos cartórios e da igreja remontavam sommente ao anno de 1768, visto terem sido queimados [...]” YOUNG, Ernesto Guilherme. Apontamentos genealogicos de familias iguapenses. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, v. 10, 1905, p. 4. Desse mesmo modo, tais informações subsidiam o reconhecimento do processo de complexificação – e de diferenciação em relação aos modos da operação historiográfica, em tal região, ao tempo de Vieira dos Santos – das condições de letrados, enraizados em áreas litorâneas paulistas, poderem, a partir do final do século XIX, integrar lógicas de colaboração do trabalho histórico as quais ultrapassavam o espaço municipal e, por conseguinte, viabilizarem a publicidade, assim como a institucionalização de suas obras.

estabelecesse relações comerciais com a Colônia de Sacramento. Para Vieira dos Santos: “Ora seos Paranaguenses desde então fossem especuladôres, commerciaes, que milhões de riqueza não teriam acarretado, este paiz no espaço de Hum século até 1822.”³⁷²

Segundo a memória histórica, o percurso das atividades econômicas naquela região litorânea modificou-se a partir da integração, ali, do espanhol Francisco Alzaray, que beneficiou a erva-mate em Paranaguá no início do século XIX, o qual foi entendido por Vieira dos Santos enquanto *Benfeitor estrangeiro* – entendimento o qual foi aprofundado, conforme aqui demonstrado no capítulo quarto, em sua memória histórica sobre Morretes. Cabe, por certo, assinalar que a Paranaguá seiscentista e setecentista não foi, por Vieira dos Santos, percebida sob uma rotina pacífica, mas sim pela identificação de indivíduos que foram situados, por ele, na promoção de instabilidades sociais e, por isso, cujas atuações históricas dele receberam admoestações morais.

A perspectiva do conflito social na Paranaguá setecentista encontra-se na atenção de Vieira dos Santos à atuação de Manoel de Lemos Conde, Provedor das Minas de Paranaguá, e de seu filho, Antonio Morato, em espaços devocionais, econômicos e políticos da vila. Lemos Conde, segundo os documentos transcritos por Vieira dos Santos, teria auferido da Câmara de Paranaguá as condições para expandir sua atividade econômica. Para Vieira dos Santos, a ação de Lemos Conde em favor da obtenção de tais condições teria escapado às regras sociais, visto que estaria condicionada por estratagemas que buscou conferir a um espaço devocional a qualidade de propriedade particular:

1676 – 106 – No anno de 1676 Manoel de Lemos teve tão poderosa sagacidade com que vivia nesta terra que, conseguiu de alguns Officiaes que na Camara servião, de fazer-se hum termo de Vereação em 24 de Junho de 1676 em que fingindo varias chimeras que nunca houve o rogarão para se compor com o Conçelho que dicerão não tinhão de rocio mais que mil braçar de terra em quadra; e por esse modo rogando-o como por mercê, lhe fizerão largar muitas mais terras do rocio que seus antecessores lhe negavão, quando elle pedia e o rogava [...]. 1677 – 107 – Vereança que fes a Camara em 24 de Junho de 1676 reconheço a Camara que Manoel de Lemos sagasmente conseguiu largar-se-lhe com fingimentos parte deste rocio o qual sendo Juiz no anno de 1677 ou por caprixo de predominar destes moradores ou cobiça de Senhorear os bens do Conçelho conseguiu em 30 de Novembro de alguns Offeciaes da Camara de mui poucos moradores chamados da governança fazerem hua Escripura de Doacção da metade da Ilha da Cotinga a Ermida de Nossa Senhora das Merçes; que nella tinha edeficado não só a sua custa mas das esmolos do povo com o pretexto de que, a dita Ermida estivesse em terras proprias mas sempre que os moradores da Villa podesem tirar todos os materiaes que lhe fosem nessecarios para edeficarem suas cazas.³⁷³

³⁷² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, p. 124.

³⁷³ *Idem*, p. 50. Estas considerações de Vieira dos Santos perfizeram-se, portanto, a partir da relação entre a leitura de documentos camarários e informações orais. O domínio de informações orais acerca da atuação de Lemos Conde como agente do poder régio na exploração de metais em Paranaguá fez-se presente, por sua vez, na *Nobiliarquia e Genealogia Paulistana*, do citado Pedro Taques. A utilização, no âmbito do interesse para a reconstituição de linhagens familiares paulistas, de tal natureza informativa por Pedro Taques a respeito de Lemos Conde deu-se quando da descrição de que este, tendo os seus bens sequestrados e tornado prisioneiro em face de acusação contra a sua conduta como agente estatal naquele município, cometeu suicídio, em 1681. As referências a Lemos Conde por Taques e Vieira dos Santos, distanciadas cerca de oito décadas – há imprecisão sobre o período de escrita desta genealogia de Taques, sendo que foi apenas publicada a partir dos anos 1860, na *Revista* do IHGB – convergem na ênfase às oscilações do prestígio social de Lemos Conde e demonstram,

A partir de documentos empregados na finalização da abordagem sobre episódios inscritos no século XVII, Vieira dos Santos discorreu sobre como o espaço da capela de

assim, a consistência da reprodução e mobilização de informações orais no âmbito de experiências literárias na jurisdição paulista. Cabe, ainda, ressaltar, no que tange a um circuito de compartilhamento de cópias dos manuscritos genealógicos de Taques, que foram eles endereçados, em 1862, ao IHGB por um filho – homônimo ao seu pai – do citado Visconde de São Leopoldo. Este endereçamento constituiu-se, pois, em um caso do controle particular de cópias de manuscritos produzidos por letrados de áreas de capitanias e províncias brasileiras. No que se refere à dinâmica de interações sociais no circuito sob o qual estiveram aqueles escritos de Taques, pode-se referir que a publicidade deles esteve, pois, condicionada aos modos de interações de membros da família daquele visconde – então falecido há quinze anos – para com os antigos confrades deste. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXV, 1862, p. 687. O aprofundamento, pois, sobre o processo de obtenção, pelo Visconde de São Leopoldo, dos manuscritos desta genealogia produzida por Taques permite, pois, a verificação do papel das relações familiares e, mais amplamente, do papel dos contatos entre elites locais na consecução de projetos letrados, bem como se permite verificar como, o citado visconde, ainda que já no exercício da Presidência do IHGB, não inscreveu o seu projeto letrado em consonância com interesses deste sodalício. Assim, em 1839, o visconde escreveu a um primo seu – Benedito Antonio da Luz, o qual era, então, funcionário imperial lotado na Província de São Paulo, visto que, nesta jurisdição, desempenhara o cargo de Administrador Geral dos Correios – com o fito de a este solicitar o intermédio para obtenção daqueles manuscritos. Conforme a seguinte carta, o visconde utiliza a sua posição de agente estatal como condição para viabilizar, através do erário, a compra daqueles manuscritos então sob guarda de Família Arouche: “Ill. Sr. José Rodrigues de Oliveira. – Cooperando V.S. por sua valiosa intervenção para a aquisição de tanta cópia e manuscritos preciosos para a história da nossa patria paulistana, a mim augmentou mais este aos innumerados obsequios de que já sou devedor, e á causa publica proporcionou os meios para obter mais uma historia, na qual haverá só o desconto de ser traçada por mim. Cumpre agora segurar aos proprietarios dos ditos manuscritos a restituição fiel d’elles, no caso da minha morte, ou outro impensado accidente, não havendo feito antes; declaro, pois, que recebi 39 quadernos de papel manuscritos, a maior parte pela letra bem minha conhecida do meu prezado amigo o conselheiro Diogo de Toledo Ordonhes, e alguns copiados por mim, que constam de uma noticia genealogica das mais illustres familias d’aquella provincia, com os factos que tinham referencia; copias de tres diarios de viagens do Dr. Francisco José Lacerda e Almeida pelas provincias do Pará e Mato-Grosso com 7 quadernos de papel manuscritos, dentro de uma pasta de papelão pintado, já velho; separada, dentro de sobrescripto a V.S., uma memoria manuscrita, com este titulo *Memoria dos limites da provincia de S. Paulo com as limitrophes*. Estes manuscritos protesto, e se eu for fallecido requeiro aos meus herdeiros, que pontualmente se restituam a quem apresentar esta carta de declaração ou de obrigação. Resta-me ainda um grande favor a rogar, que, sendo constante, pelo menos a muita gente, que tenho entre mãos algumas emprezas a concluir, que não me deixariam saltar para esta; e que vou a entrar na minha tarefa parlamentar, para a qual costume sempre olhar sisudamente, como é de minha consciencia, mal poderei distrahir-me com este trabalho, na prezente sessão, preciso, pois, indulgencia de ampliação de espaço, porque ainda mesmo no caso de aproveitar-me do seu generoso offerecimento dos dois amanuenses para copiar, seria preciso notar antecipadamente o que era aproveitavel ao meu intento, deixando a parte genealogica, a qual não tenho em fito. Eu ficaria de todo aliviado (e peço perdão se n’isto offendo) se a Exma. viúva do amigo Sr. Arouche, ou herdeiros a quem tocassem, se dispuzessem a vender, como muitos sabios fazem, os seus manuscritos, e na legislatura passada se quiz comprar para a nação os do Coronel Baumelle; e hoje tocam os de Joaquim de Oliveira ao Conde Lages, etc. Emfim, V.S. é que está mais ao lacance de ajuizar como nos comportaremos n’este negocio, no qual não tenho outro lucro mais do que a gloria da nossa patria, á qual me sacrifico assiduamente. Reitero com prazer os antigos protestos da intima e invariavel estima, com que sou de V.S. companheiro affectuoso e muito abrigado – Visconde de São Leopoldo. Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1839.” LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana... Op. cit.*, Tomo I, pp. 73-74. Grifos no original. O general ao qual o visconde refere-se nesta carta é José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834), que foi o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827. Deve-se, pois, ressaltar que tal faculdade – assim como a Faculdade de Direito de Olinda – fora criada no período em que o citado visconde exerceu o cargo de ministro dos Negócios do Império, de modo que, em face de tal condição, avalizou a nomeação de Arouche para a direção daquele estabelecimento de ensino. O citado Diogo Ordonhes Lara de Toledo Rendon (1752-1826) – com o qual, na supracitada carta, o visconde afirma ter mantido de amizade – era irmão de José Arouche e integrou a geração de paulistas que, nascidos em meados do século XVIII, obtiveram formação acadêmica em Portugal e atuaram, no Brasil, como funcionários públicos. O citado Francisco José de Lacerda de Almeida (1750-1798) era, também, pertencente àquela geração de paulistas. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)... [et al.]. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, pp. 212-213. Na carta de resposta àquele visconde, Benedito da Luz destacou, por sua vez, que uma filha do general Arouche condescendera em fazer a transferência dos manuscritos: “Parente e amigo – São Paulo, 7 de Outubro de 1839. – A Sra. D. Maria Benedicta de Toledo Arouche, filha e herdeira do nosso illustre patrício o Exm. general Arouche, á vista da carta do Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo, pela qual este senhor declara que fica responsavel pelos manuscritos constantes da dita carta e que d’aqui envie, me autorizou a fazer-lhe devolver a dita carta, declarando que ficam pertencendo os referidos manuscritos ao mesmo Exm. Sr. visconde, o que muito estimarei por lhe deparar mais esta occasião de servir ao seu Exm. amigo. Recebi carta do nosso primo João Vicente Gomes, e já não me falla em vir. Quando avistar com o meu amigo e antigo general Sebastião Barreto dê-lhe muitas saudades, bem como aos Srs. Bastos, Machado de Oliveira, Santos e Sá. Nossos respeitos á minha prima e annexos; entretanto que se deve convencer da ingenuidade com que sou seu primo e obrigadíssimo amigo. Benedito Antonio da Luz.” *Idem*, p. 74. Em tal correspondência, nota-se, assim, a convergência de solidariedades familiares enquanto recurso básico para a arregimentação privada de material literário setecentista, arregimentação essa que esteve desprovida de um interesse sistemático de exploração do material, mas sim caracterizada, sobretudo, pelo aspecto colecionista e facultada por longínquas relações privadas.

Nossa Senhora das Mercês, ao se constituir em objeto de interesse econômico, engendrou o conflito – de natureza ética – entre um interesse econômico familiar e o interesse dos munícipes acerca o exercício de devoções católicas:

1699 – 151 – Antonio Morato, em virtude da faculdade que obteve do Vezitador do Bispado o Padre João de Souza da Fonseca, por seu despacho de 19 de Outubro de 1699, andou demolir a Capella de Nossa Senhora das Mercês da Ilha da Cotinga, tirando a telha, madeiras, portas, e portais da mesma Capella, convertendo-a indecentemente em seus proprios uzoz, e fazendo grangearia da sua chamada devoção pois com ella teve muito para do trabalho que fes se paga, com as esmolas do moradores e fieis, que cobrou sem dar contas em que o dispendeo, ficando lastimozamente, aquelle lugar religioso, com parte de paredes levantadas a se cobrir de Mattos, sem ser profanado como devera, se justamente se mandase demolir o Templo dedicado a Deos e a Sua Mãe Santissima.³⁷⁴

Para a primeira década do século XVIII, a seleção documental procedida por Vieira dos Santos assinala, assim, ora para a integração de Morato no âmbito da conferência de dádivas em ritos devocionais, ora para a permanência de uma tentativa de exercício de poder, por ele – Morato –, sobre as práticas devocionais naquela vila. De outro modo, para o ano de 1704, acerca do processo de estabilização de integração de Morato naquela dinâmica de relações comunitárias, o autor observou: “A Camara em Agosto de 1704 fes promessa em nome do povo, á Religião da Companhia de Jezus, para o effeito de fundarem um Convento nesta Villa, doando-lhe Antonio Morato os bens e Alfaias da Capella de Nossa Senhora das Mercês.”³⁷⁵ Cabe, dessa maneira, assinalar que, na continuidade da transcrição de documentos sobre episódios da primeira década do século XVIII, os anos de 1705 e 1708 foram dedicados às ações de Morato naquela sociedade, informações através das quais o autor reiterou as admoestações à conduta deste indivíduo na vida comunitária:

1705 – 166 – Antonio Morato requereo ao Capitão João Rodrigues França meia legôa de terras que começãvo no çitio de Fernão Ribeiro rio acima, a caminho do Sudoeste, te ao Sertão dentro ou da quadra correspondente, a qual, lhe foi concedida por despacho de 18 de Maio de 1705 mandando-se-lhe passar a Carta da Sismaria pelo Escrivão respectivo em 19 de Maio [...].

1708 – 168 – Antonio Morato e sua mulher que se intitulavão protectores da nova Capella de Nossa Senhora das Mercês em 14 de Junho de 1708 fizerão della Doação aos Reverendos Padres da Companhia de Jezus com toda a sua fabrica, e Imagens, e tambem com a metade da Ilha da Cotinga, o que nullamente fizerão, porque na dita Capella e sua fabrica nenhum juiz tinhão e assaz pago estava de seu trabalo, de destruir aquella e levantar esta nova Capella, com as esmollas que receberão e menos direito tinha a pôsse da Ilha da Cotinga, salvo elle e o dito seu Pae quererem ser herdeiros das propriedades e bens do Conçelho que tantos annos com seus parciaes predominarão. Nem se pode dizer que a dita Capella estava dotada com metade da Ilha da Cotinga pelo dito Manoel de Lemos a ter applicado para sua fabrica, e reparação como era obrigado pela primeira licença que o Vezitador e Admenistrador do Bispado lhe conçedeo, e esta applicarão a devia fazer de dua propria fazenda, e nem o Prelado havia julgar por dôtte da Capella a parte da mesma Ilha que os vulgarmente sabido que estes como meros Admenistradores por nenhum titulo podião alienar sem obterem para isso Provisão de Sua Magestade.³⁷⁶

³⁷⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 59-60.

³⁷⁵ *Idem*, p. 63.

³⁷⁶ *Idem*, pp. 62-63.

Para o recorte do século XVIII nesta memória histórica, apresenta-se, por seu turno, a legitimação do emprego de informação oral a respeito de um episódio entendido, por esta tradição de transmissão de informações orais, enquanto miraculoso:

1718 – 246 – O dia 9 de Março do anno de 1718, será sempre memoravel nos annaes Paranaguenses. Tendo regressado de Valparaizo de Chile, o galeão hespanhol que no anno antecedente aqui estivera arribado; pelo mesmo conhecimento que já tinha do mesmo porto; ora novamente tornava a arribar na sua volta á Europa, vindo carregado de prata; a refrescar-se de mantimentos, entrando pela barra dentro no dia 8 de Março do mesmo anno; quando a este tempo sulcavão os mares da costa do Sul; hum Corsario Françaes, habitual pirata; este sabendo que o galeão hespanhol vinha carregado de prata; e que se recolhia ao porto de Paranaguá, veio a caça delle; e entrando pela barra dentro, pelo largo da grande Bahia, fundeou da parte de fora da Ilha da Cotinga. O galeão hespanhol que se achava fundiado no porto da mesma Ilha, da parte de dentro, percebendo ter entrado o pirata Françaes e que vinha em seu seguimento; a toda pressa levantou o ferro e se foi refugiar no porto chamado, – o de Nossa Senhora; o pirata Françaes, o quis seguir; más porque o vento escaçearse, tornou a dar fundo na ponta da Ilha, da parte de fora: esta grande novidade cauzou muito espanto e alvorôso; não só aos nauticos do Galeão mas inda mesmo, aos moradores da Villa, pois que infalivelmente esperavão ter hum sáque geral, d’aquelles pitaras, depois que tomassem o galeão; e como então esta Villa se achese sem nehua deffeza, e nem o povo inda estava exercitado em armas; não esperando tão inopinado successo, recorrerão então ao divino auxilio, implorando a protecção de sua Padroeira – Maria Santissima Senhora do Rozario – para que os deffendese d’aquelles piratas; e ou fosse hum acazzo da natureza; ou divina vontade, o certo hé, que estando o dia sereno; principiou a ennuvear-se, formando hua pequena trovoadá ao rumo de sudoeste, más repentinamente cresceu em grande demazia; e rompeo em hum tempestuôzo furacão tão forte de seu Corsario; pois sendo impellido pela furia dos ventos e correnteza da maré de vazante, foi bater sobre a ponta de hum cachopo de pedra, que se acha occulta debaixo d’agoa naquelle lugar; e arrombando o costado do Corsario, logo foi a pique, no dia 9 de Março de 1718.³⁷⁷

Verifica-se, nesse excerto, a legitimação que a abordagem de Vieira dos Santos faculta às informações orais referentes a episódios miraculosos. A construção do fato imbricou, pois, a apreensão em relação à instabilidade na vida social da municipalidade – em virtude da ação de pirataria –, e a admissão de intervenção miraculosa como recurso explicativo sobre o malogro da ação de pirataria. Nesse escopo, o autor entendeu as crenças católicas – sobretudo a crença no milagre enquanto decorrente de manifestação devocional – como responsáveis pela interrupção de instabilidades na rotina social de Paranaguá.

Em aproximação, pois, à reprodução de informação oral referente à epidemia sanitária que teria ocorrido, em 1686, na vila de Paranaguá, Vieira dos Santos aglutinou, no excerto acima, o reconhecimento de formas de desorientação na rotina social e a explicação providencialista de um acontecimento histórico. Tal explicação foi sustentada, pois, pela descrição e crença sobre a eficácia de uma prática católica: a prece.

³⁷⁷ *Idem*, pp. 118-119. Para uma discussão, acerca historiografia brasileira do início do século XIX, referente à construção de abordagens providencialistas no âmbito de reflexões políticas – discussão essa atenta à verificação do emprego da interpretação histórica providencialista, nas citadas memórias históricas de Gonçalves dos Santos e do Visconde de Cairu, no interior de abordagens a respeito do estabelecimento do poder régio no Rio de Janeiro, assim como no interior das valorações positivas de processos de transformações político-institucionais que então se desenvolviam no Brasil –, ver: LACERDA, Giorgio de. A “Suprema Causa Motora”: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, São Paulo, Julho de 2011, pp. 1-9.

3.6. *Rituais e conflitos na vida social de Paranaguá*

Neste subcapítulo são discutidas as posições de Vieira dos Santos sobre atores históricos a ele contemporâneos. Assim, as manifestações de conflitos de autoridade, as formas de estabilização de tais conflitos e os juízos do autor acerca destes fenômenos permitem encaminhar a verificação dos direcionamentos políticos desta obra e dos modos de construção da perspectiva da rotinização de episódios históricos – perspectiva provida, por seu turno, de argumentos em defesa da funcionalidade dos processos rituais.

Vieira dos Santos situou seu irmão, João Vieira dos Santos, como ator histórico. A inserção de João Vieira dos Santos na memória histórica sobre Paranaguá encontra-se sob dois momentos. Inscrito no ano de 1811, tem-se este indivíduo na condição de vereador de Paranaguá e signatário, junto aos outros três camaristas, de uma representação do Príncipe D. João IV, sobre a condição econômica da vila de Paranaguá. Em um segundo momento, verifica-se sua participação em uma querela acerca de regras de execução de um ritual devocional. Este segundo momento da inserção de João Vieira dos Santos na narrativa retoma o tema do conflito de autoridade, bem como manifesta, através do posicionamento do autor em relação a tal conflito, uma percepção sobre relações e valores sociais hierárquicos.

Conforme Antonio Vieira dos Santos, seu irmão João Vieira dos Santos, em defesa de não se repetir, entre os camaristas e o vigário, altercações acerca da execução de rito composto por autoridades do município e da capitania paulista, propôs a consolidação de regras para a regularização de tal processo ritual, sobretudo acerca dos modos de oferecimento às autoridades administrativas, pelo clérigo, de ducto de incenso no curso do evento. Em 1812, quando não mais exercia cargo na municipalidade, João Vieira dos Santos recebeu ordem de prisão do citado comandante militar. A abordagem de Antonio Vieira dos Santos sobre o caso é elaborada através do emprego do primado da rememoração, o qual, por sua vez, substanciou a crítica do autor sobre a utilização, por Victorino da Rocha, da distinção social da emanada da sua autoridade administrativa enquanto recurso para o embate político:

1812 – 603 – O Governador Joze Victorino da Rocha homem de character soberbo prezunçozo, fulto de toda a çivilidade, e daquella urbanidade que deve ter todo o governo pacífico e creador, e por isso incapaçissimo de governar póvos, mandou executar em Paranaguá muitos Actos despoticos; e arbitrorios só para çegar sua violenta paixão, entre outros não deve passar em silêncio, para que conste em todos os Seculos, o que praticou com o çidãdão João Vieira dos Santos, que no anno antecedenete tinha servido de Procurador da Camara, e o principal requerente das prerrogativas della, sobre o conflicto que houve com o mesmo Governador respeito a preferença dos ductos de inçenso, que motivou o conflicto de Jurisdicções e representações que sobre esse fim se fizerão; tendo este çidãdão hido á Villa de Iguape em 24 de Janeiro á seus negocios particulares; sem levar passaporte porque todo o çidãdão conhecido podia livremente tranzitar por qualquer lugar dentro da Capitania, sem que o levase, voltando de sua viagem; e por politica se lhe foi apresentar, e logo o mandou prender, e metel-o em um tronco no quartel militar, para çegar a sua çega paixão!... isto aconteceu em 31 de Janeiro, e no

1º de Fevereiro, o mandou passar para á Cadea entre guarda de Soldados, como o maior criminozo; quando ainda não fazia hum mez que se çentava nas cadeiras da Camara! E onde diz ficava prezo á ordem do General da Capitania! Para onde seria remetido á cidade de S.^m Paulo, o que executou mandando-o no dia 8 de Fevereiro com hua escolta de hum Cabo e quatro Soldados chegando no dia 13 aquella çidade, logo o General á vista dos documentos que levou, de sua capacidade, e de não ter nehua culpabilidade, o mandou soltar soffrendo este çidadão prizõens; encommodos, desgostos, e prejuizos em seus negócios, e familia! E que castigo teve o Governador por estes e outros despotismos? nenhum. Outros iguaes soffrerão os Paranaguenses com o governo do antecedente, Fernando Gomes Pereira da Silva e ambos serão sempre os seus nomes memorados pelos despotismos que praticarão em Paranaguá.³⁷⁸

A perplexidade, nestas considerações de Vieira dos Santos, refere-se a uma percepção de violência que teria caracterizado a prisão de um comerciante o qual, no ano anterior, exercera mandato de vereador. A oscilação abrupta do papel social desempenhado por João Vieira dos Santos – da condição de comerciante e de integrante da vida política municipal para a condição de prisioneiro – engendrou, também, tal perplexidade. Do mesmo modo, convém acentuar a preeminência, naquela sociedade, dos modos de execução de processos rituais como forma de demarcar a estabilidade ou conflitos entre elites locais – aspecto candente, pois, de valores sociais de Antigo Regime.³⁷⁹

Nesta memória histórica, as percepções sobre alianças e conflitos sociais, para além de identificadas através das condutas de membros de esferas administrativas, foram situadas, ainda, em espaços como o teatro. Assim, no contexto da recepção, pela sociedade de Paranaguá, da notícia da transferência da Corte de Portugal para o Brasil, em 1808, Vieira dos Santos inseriu-se como ator histórico. A partir do primado da rememoração, ele mencionou formas de interações sociais no âmbito de manifestação teatral da qual afirmou ter participado, afirmação a qual o situa enquanto socialmente distinguido, ali, pela qualificação de dirigir peça teatral:

Em 11 do mez de Junho houve missa cantada na Igreja Matriz, Sermão exposto e Te Deum a que assistio, a Camara, e toda nobreza; e Offeçiaes de Milícia e Ordenanças com seus fardamentos de grande gala. Em 13 de Junho se representou a Comedia Ezio em Roma; mas não se finalizou por cauza da chuva pelo Theatro ser feito em rua. Em o dia 16 de Junho houve bando de todos os Offeçiaes inferiores uniformados de branco com alabardas. Em 17 houverão no Campo Cavalhadas, e escaramuças com muito ajeio. Em 18 se representou a Comedia de Zenobia, Entremezes e do regim.^{to} de Milícias; bem como a função da Igreja e a primeira Comedia foi feita p.^{la} Camara – em 19 de Junho se representou a Comedia Porfiar Errando – e pantomimas dos alfaiates, e dos ladrõens função feita a custa dos Offeçiaes inferiores do regimento e que o author dessas Memorias foi o director, alem de muitos

³⁷⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 225-226.

³⁷⁹ Para uma abordagem acerca das funções e maneiras de execução de processos rituais enquanto subsídio para um entendimento sobre as condições e modos de interação social no Brasil do período colonial – sendo, pois, as celebrações políticas, religiosas e teatrais descritas por Vieira dos Santos renitentes naquele período –, ver: JANCÓ, István & KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. 2 v. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001.

mascarados, e outros públicos regozijos com que os Paranaguenses festejarão o seu primeiro Monarcha.³⁸⁰

Na descrição do processo, por sua vez, da edificação da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Rocio, em 1813, bem como na identificação das manifestações devocionais ali desempenhadas, tem-se a coesão social derivada, no juízo do autor, da crença religiosa:

Nota 63 – A Capella de Nossa Senhora do Rozario do Rocio foi feita no anno de 1813 – debaixo da Protectora do Pe. Fr. Manoel de Sto. Thomaz antes desse tempo a mesma milagroza imagem estava collocada em hua Caza de palha em hum deçente Altar; e era pertencente ao devoto Cidadão o Tem.e Faustino J.e de S.^a Borges com mais de 80 annos de idade; de maneira que, a mesma Imagem tem antiguidade mais de um Seculo, a quem os Paranaguenses lhe tributão a maior Veneração recorrendo a Ella em suas nessecidades, sendo affamada entre os navegantes [...]. Sua Capella diariamente he vezitada por todos aquelles que recorrem a sua Protecção, e que agradecidos vão cumprir sua romaria levar sua Esmola; e depositar o milagre que Ella faz, perpetuando assim nos futuros Seculos, seus agradecimentos.³⁸¹

Através da utilização do primado da observação e da elaboração de elogio à crença religiosa por Vieira dos Santos, pode-se reconhecer nesta memória histórica o aspecto difuso dos métodos empregados para a afirmação de valores sociais, ao mesmo tempo em que se percebe a atenção para a construção da perspectiva de rotinização de eventos nos espaços devocionais e políticos de Paranaguá.

A descrição das celebrações procedidas para além de espaços corporativos tornou-se, também, operacional a Vieira dos Santos na construção de uma percepção de rotina social do município. No âmbito, pois, da inserção de seus filhos Antonio Vieira dos Santos Júnior e José Vieira dos Santos como atores históricos na cronologia referente ao ano de 1841, o autor percebeu um modo da interação social entre segmentos das vilas de Morretes e Paranaguá em celebração de efeméride respeitante ao Governo Imperial. A reconstituição de modos de celebração, em Paranaguá, dessa efeméride tornaram-se, nesta obra, instrumentais, ao autor, para a verificação das condições de alianças sociais. Abaixo, tem-se, pois, a descrição de evento realizado por residentes de Morretes e Paranaguá em virtude da coroação do Imperador D. Pedro II, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em dezoito de julho de 1841:

³⁸⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá...* Op. cit., Tomo I, p. 210. *Ézio em Roma* trata-se, originariamente, de uma ópera em três atos, cujo libreto fora escrito em 1732 por Metastasio, pseudônimo do abade italiano Pietro Antonio Domenico Trepassi (1698-1782). A adaptação portuguesa desta ópera fora realizada por Nicolau Luís da Silva (1723-1787), que a intitulou *A Comédia Nova Ézio em Roma*. A primeira edição desta adaptação foi publicada em Lisboa, em 1765. A comédia *A mais heróica virtude ou Zenóbia em Armênia* é de autoria de Metastasio e data de 1775. A comédia *Porfiar Errando* é de autoria de Nicolau Luís e foi impressa em Lisboa em 1758. Cf. BUDASZ, Rogério. *Teatro e Música...* Op. cit., pp. 32 ss.

³⁸¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá...* Op. cit., Tomo II, p. 75.

1841 – 942 – Cavalhadas – Em 15 e 16 do mez de Julho forão da Villa de Morretes por terra pela nova Estrada te Paranaguá dezesseis Çidadãos Morretenses, cheios do maior patriotismo destinados ao publico divertimento de correrem Cavalhadas em Paranaguá, em aplauzo do festival Acto da Coroação de Sua Magestade Imperial que hião celebrar [...]. Os nomes de tais Çidadãos eram: Antonio Vieira dos Santos Junior, Joze Vieira dos Santos [...]. Em 17 de Julho a tarde fes este luzido Esquadrão de jovens Çidadãos a sua entrada triumphante em Paranaguá onde forão recebidos com grande enthusiasmo pelo briôzos Paranguenses, com repiques de Sinos, foguetes, girândolas, e peças de Artelharia, entre muitos vivas sendo tão grande esta recepção, e o concurso do povo, que todas as ruas se achavão apinhadas de gente [...]. Houverão tambem alguns Carros triunfantes pelas ruas, mascaras e bandas de muzica tocando o Hymno; houve representação dramatica no Theatro e hum Baile tudo a expensas da Subscrição dos Çidadãos, no Theatro recitarão versos; e Elogios; e as principais Senhoras forão neste dia vestidas de grande gala³⁸².

Nesse sentido, a diversidade dos lugares de trocas sociais e formas de coesão dos objetivos sob os quais ocorreram interações naquela vila configuram-se, dessa forma, no entendimento do autor sobre os rituais e períodos de estabilização da vivência comunitária. Acerca, por sua vez, da abordagem, neste livro, das relações entre desiguais, demanda-se identificar percepções do autor acerca, respectivamente, de modos de fidelidade de escravos para com seus senhores, e de tensões derivadas da perspectiva da eclosão de revolta de escravos.

Referente o ano de 1826, Vieira dos Santos narrou o combate dado, na baía de Paranaguá, por um escravo do negociante Leandro José da Costa e por um escravo do negociante Manoel Antonio Pereira na ocasião da tentativa, por piratas, de tomada de uma embarcação – sumaca – de propriedade destes negociantes. Vieira dos Santos, na transcrição de documentos sobre o caso, evidenciou que a notícia sobre este acontecimento fora conhecida pelo Imperador D. Pedro I, o qual ordenou que estes escravos fossem libertados e levados à sua presença para receberem homenagem. Contudo, ao passo que Pereira, não tendo alforriado o seu escravo, abriu subscrição para alforriá-lo, Leandro da Costa não concedeu a liberdade ao seu escravo que participara do episódio, bem como não abriu subscrição para alforriá-lo. Consoante a documentação mobilizada por Vieira dos Santos, autoridades provinciais reprimiram a recusa destes senhores de escravos em conceder as alforrias.

Segundo Vieira dos Santos, estes escravos – os quais não foram por ele nominados – “[...] empreenderam a heróica resolução de retomarem a sumaca; o que puseram em execução matando com um machado o homem que estava no governo do leme; e o oficial de vigia lançaram ao mar [...]”.³⁸³ Tem-se, pois, nesta memória histórica de Vieira dos Santos, que, a exemplo do emprego da categoria de *patriótico*, a categoria de *heróico* refere-se à inserção do indivíduo, quer no interior da defesa de uma vida corporativa, quer no interior da manifestação de uma fidelidade no âmbito de relação de dependência. A partir deste excerto,

³⁸² *Idem*, pp. 311-313.

³⁸³ Cf. *Idem*, p. 325.

verifica-se, pois, uma forma da percepção hierárquica de sociedade em Vieira dos Santos, percepção a partir da qual a menção elogiosa a indivíduos orientou-se por situá-los como envolvidos na consecução da estabilidade do funcionamento de corporações, assim como na estabilidade – derivada, por exemplo, da conduta de obediência – das relações de dependência.

No que se refere, por sua vez, à menção, por Vieira dos Santos, de episódios acerca das relações entre senhores e escravos, convém acentuar a maneira pela qual ele se apresentou atento sobre a iminência – e o controle – de tentativa do enfrentamento entre escravos e soldados da Guarda Nacional: “471 – 1835 – Em 16 de Outubro pelas 9 e meia da noite foi atacada a rondas dos Guardas Nacionaes por seis ou oito Escravos; que se suppõem sérem dos q’ andavão nas Canoas dos Morretes, e ferirão dois Guardas, e só conhecerão hum dizendo ser do Alferes João Antonio dos Santos tomando-lhe a espada.”³⁸⁴

Os modos de situar os atores históricos em categorias de inferioridade ou superioridade hierárquica, bem como a operacionalização de categorias presentes nos documentos institucionais – a exemplo de *Nobreza e Povo* – constituíram-se, portanto, em recursos para este autor referir-se a um mundo local e, em consequência, reconhecer nele as divisões internas, assim como as formas e períodos de alterações.

3.7. As irmandades católicas de Paranaguá: atuação e composição

Neste subcapítulo discutem a abordagem de Vieira dos Santos a respeito da história das irmandades de Paranaguá. De modo preliminar, contextualiza-se a atuação das irmandades no Brasil setecentista e oitocentista através da leitura de compromissos destas instituições, a partir dos quais se permite atentar para a distinção do cargo de escrivão – cargo esse que, consoante acima mencionado, Vieira dos Santos exerceu em irmandades de Paranaguá – e, dessa maneira, para a funcionalidade e a dimensões do registro letrado naquela rotina institucional. Por conseguinte, atenta-se às regras de funcionamento de irmandades do litoral paranaense no decênio de 1850 com o objetivo de identificar a distinção do cargo de escrivão, as suas regras de funcionamento destas irmandades e, por fim, as relações que estabeleceram com esferas administrativas provinciais.

Vieira dos Santos mobilizou documentos das irmandades de Paranaguá escritos do século XVII ao século XIX. As atas das atividades realizadas nestas irmandades e os registros contábeis tornaram-se os materiais dessas instituições aos quais ele conferiu especial atenção.

³⁸⁴ Cf. *Idem*, Tomo II, p. 327.

O presente subcapítulo busca, assim, reconstituir aspectos do interesse pelo domínio letrado por irmandades católicas do Brasil, de modo problematizar as funções dos letrados na hierarquia e na rotina destas corporações. Através das formas de interesse e dependência de Vieira dos Santos para com a arregimentação de registros das atividades das irmandades a esta memória histórica, pode-se situar tais registros enquanto subsídios, a este autor, para a reconstituição para a rotina do desempenho de regras corporativas.³⁸⁵

Tratavam-se, pois, as irmandades, de instituições com diferentes composições hierárquicas, e, por conseguinte, distintas condições de recrutamento de membros. De acordo com Larissa Viana, sob uma estrutura social de Antigo Regime, as Câmaras Municipais, irmandades de misericórdia e ordens terceiras eram os lugares dos *homens bons* da sociedade e, de outro modo, as irmandades de pretos, pardos e crioulos formaram, a partir do século XVII, espaços nos quais os confrades compartilhavam de experiências sociais tais como a escravidão, a alforria e a mestiçagem. Conforme acentuou Viana, não se tratava de uma segmentação de irmandades de brancos e negros, mas, antes, houve a legitimação da inserção

³⁸⁵ No Brasil do século XIX, pode-se reconhecer que os registros da rotina das irmandades católicas subsidiaram a elaboração de obras históricas sustentadas por distintos perfis de autores. Conforme analisado no primeiro capítulo, as *Memórias Históricas* de Pizarro surgiram de um interesse corporativo – que remete ao século XVIII – da escrita sobre a vida religiosa carioca, interesse no qual se incluíam discussões sobre irmandades. Em Vieira dos Santos – situando-o, pois, como um imigrante que, desde os princípios de sua vivência no litoral sul paulista, pertenceu a irmandades –, a reconstituição da história de irmandades parnanguaras subsidiou-lhe, por exemplo, a defesa de valores morais. Pode-se, ainda, respeitante à segunda metade do século XIX e às variações dos modos e lugares de escrita de história sobre irmandades, mencionar trabalho apresentado em instituição de cultura – o IHGB. Trata-se, tal trabalho, da *Memoria Historica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelaria d'esta Côrte* (1875), de autoria do citado Manoel da Costa Honorato, então pároco desta igreja, a qual, desde a sua fundação, em 1811, é administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Candelária, fundada, esta, no século XVII. Esta memória trata, ainda, de irmandades que foram criadas ao redor daquela igreja. Por conseguinte, pode-se caracterizar este texto como imbuído de descrição de práticas administrativas e caritativas desenvolvidas, do século XVII ao século XIX, por estas corporações. Tal memória fora encomendada, em 1874, pelo Imperador D. Pedro II, que presidiu as sessões do IHGB na qual ela foi lida por seu autor, em 1875. Na análise deste caso sobre a demanda imperial – e sua incorporação ao IHGB – de memória sobre irmandade, cumpre destacar os seguintes elementos: a mobilidade social e a consistência da integração, em esferas institucionais da capital do Império, de um letrado de origem provincial, que, conforme mencionado, já nos anos 1860 buscou, junto à Câmara dos Deputados, viabilizar economicamente um trabalho literário de sua autoria; a admissão, por instituição de cultura, de trabalho pautado por interpretação histórica não laicizada; a existência de circuitos corporativos os quais permitiram ao autor, uma vez incumbido de tal exercício historiográfico, o acesso a documentos. No que encaminha uma aproximação entre Honorato e Vieira dos Santos acerca da descrição sobre a rotina devocional de irmandades como marcadas por inconsistências contra as quais se deveria perfazer a reafirmação da crença na expectativa da recepção de dádivas divinas – e no que encaminha, ainda, a verificação dos usos morais da memória histórica e dos diferentes lugares de sustentação destas obras, fossem tais lugares instituições, no caso de Vieira dos Santos, municipais, ou, no caso de Honorato, imperiais –, atente-se às seguintes considerações de Honorato: “Mas o que queremos se hoje as corporações religiosas, n’esta côrte principalmente, são consideradas apenas como associações de beneficencia temporal, e esquecem os bens futuros [...]. Já tenho ouvido a muitos dizerem, que o culto externo é desnecessario e inutil, que os suffragios pelos mortos de nada valem [...] Quanto á vida futura, ninguem a vê, e por isso tambem não a considera nem com ella deve importar-se.” Cf. HONORATO, Manoel da Costa. *Memoria Historica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelaria d'esta Côrte*. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, Tomo XXXIX, Parte Primeira, 1875, pp. 72-73.

de brancos nas irmandades negras, permissão a qual a autora entendeu como aspecto da fluidez das interações étnicas.³⁸⁶

No âmbito da verificação dos diversos materiais utilizados por Vieira dos Santos em sua memória histórica sobre Paranaguá e com o objetivo de atentar para a existência de difusos lugares institucionais que produziram registros acerca de sociabilidades desenvolvidas sob a perspectiva corporativa, demanda-se ilustrar as dimensões e funcionalidades das práticas letradas nas irmandades do Brasil e a distinção social do cargo de escrivão nestas instituições a partir da análise de textos que se afiguravam como regulamentos de irmandades da Capitania de Minas Gerais.

3.7.1. *O cargo de escrivão de irmandades no século XVIII*

Para a verificação da distinção social do cargo de escrivão e das rotinas institucionais de irmandades do Brasil dos Setecentos atenta-se, pois, a seguir, para a posição do escrivão e da escrita no compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos, da vila mineira de São José, capítulo sexto, datado de 1796:

De muita consideração é o cargo de Escrivão desta Irmandade, por depender dele o seu bom governo, na fidelidade com que se deve portar, fazendo, os assentos da receita e despesa, que fizer o Tesoureiro respectivo, lançando-se em um livro, que deve haver para esse efeito, a ele pertence fazer os termos das resoluções das Mesas, e as entradas dos Irmãos, como se recomenda no capítulo segundo deste Compromisso, e todas as mais escritas, que forem necessárias ao serviço da Mãe de Deus, tendo os livros, e suas escritas com aquela claridade, e limpeza que em nenhum tempo de possa negar o seu zelo, e cuidado, e quando o Juiz não possa assistir em algum ato ou função desta Irmandade, ele suprirá o seu lugar, presidindo como se recomenda ao Juiz, no capítulo que lhe corresponde, e será obrigado a dar de mesada seis oitavas de ouro, e a sepultarão quando morrer, acima das grades desta igreja e terá oito missas por sufrágio.³⁸⁷

No compromisso da Irmandade da Virgem Senhora dos Pretos do Arraial do Morro Vermelho, datado de 1740, encontra-se, no capítulo sexto, o reconhecimento da distinção social do escrivão em uma posição de imediata inferioridade hierárquica em relação ao juiz de irmandade: “Não é de menor consideração o ofício de Escrivão, porque a ele pertence o cuidado dos livros, da boa ordem deles, fazer os assentos de toda a receita, e despesa; e igualmente lhe pertence cumprir as obrigações do Juiz quando este se acha legitimamente

³⁸⁶ Cf. VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 187.

³⁸⁷ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos, Incorporada na sua igreja, que eles edificaram, ornaram, e paramentaram, na Vila de São José. Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, Capitania de Minas Gerais, Estado do Brasil, instituído em 1796*. MARTINS FILHO, Amílcar Vianna (org.). *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII*. Belo Horizonte: Claro Enigma, Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007, p. 231.

impedido.”³⁸⁸ Nos estatutos irmandade de Arroio Vermelho, observa-se, em seu capítulo segundo, a posição do escrivão, assim como as posições de tesoureiro e procurador, relacionadas à distinção de cor: “Nesta Irmandade hão de haver os Oficiais seguintes: um Juiz, uma Juíza, um Escrivão, um Tesoureiro, dois Procuradores, e os mais Irmãos de Mesa, ou Mordomos que se julgarem precisos, com a declaração porém de que o Escrivão, o Tesoureiro, e um dos Procuradores hão de ser sempre homens brancos, e inteligentes zelosos do serviço de Nossa Senhora.”³⁸⁹

Dessa maneira, a partir desta contextualização sobre a distinção econômica envolvida na composição de mesas de irmandades no Brasil entre o século XVIII e o século XIX – e em consideração, ainda, ao excerto sobre a distinção de cor na composição da mesa da Irmandade da Virgem Senhora dos Pretos do Arraial do Morro Vermelho –, reconhece-se o entrecruzamento de exigências sociais – notadamente letramento e riqueza – as quais caracterizavam, então, as condições de recrutamento e os encargos da função de escrivão de irmandade.

Ao lado das distinções sociais sob as quais se compunham a mesa e as atividades das irmandades, têm-se as práticas letradas, conforme as apresentam os dois compromissos de irmandades abaixo referidos, sob um exercício rotineiro. Assim, no décimo nono capítulo do compromisso – datado de 1760 – da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos, em seu capítulo dezenove, ordenava-se que:

Sendo passados os dias, que forem convenientes depois de publicada a eleição, cuidará a Mesa atual, em dar posse aos novos Oficiais, para o que se acharão nesta igreja no dia, que assim o determinarem, tanto os novos, como os que acabam, estes para dar posse àqueles, em cujo ato, o Escrivão entregará todos os livros a seu sucessor, para escrever inventário de todos os bens, ornamentos e alfaías desta Irmandade, sendo pedidos pelo que achar escrito nomes no livro por seu antecessor, para a vista dele tomar entrega o novo Tesoureiro, do que se fará auto no livro do registro das eleições, e tanto neste como no fecho do sobredito inventário se assinarão uns, e outros Mesários; e sem esta solenidade, será nula a posse, que de outra sorte tomarem.³⁹⁰

As relações entre a rotina das irmandades, a posição das práticas letradas nesta rotina e as distinções sociais internas aos confrades, evidenciam-se no *Compromisso* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia de São José da Barra Longa, no ano de 1760, nos capítulos nono e catorze:

³⁸⁸ *Compromisso da Irmandade da Virgem Senhora do Rosário dos pretos do Arraial do Morro Vermelho da freguesia da Senhora do Bom Sucesso do Caeté Comarca do Sabará*. Ano M.DCC.XC. In: *Idem*, p. 245.

³⁸⁹ *Idem*, pp. 243-244.

³⁹⁰ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos, Incorporada na sua igreja, que eles edificaram, ornaram, e paramentaram, na Vila de São José. Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, Capitania de Minas Gerais, Estado do Brasil, instituído em 1796*. In: *Idem*, p. 238.

Cap. 9

Nesta Irmandade haverá aquele número de Irmãos, que por sua vontade quiserem servir a Nossa Senhora do Rosário assim pretos, como brancos, homens e mulheres, sem determinar número certo de Irmãos, senão os mais que puderem haver: os quais pagarão sendo pretos, e pretas três quartos de entrada, e meia oitava de anual, e sendo brancos, e brancas pagarão uma oitava de entrada, e meia de anual, e não poderão ser brancos os Oficiais de Mesa, somente o Tesoureiro, e o Protetor, que será pela Mesa eleito, para melhor nos encaminhar, querendo ele fazer-nos esta mercê, e serviço À mesma Senhora. [...]

Cap. 14.

Haverá nesta Irmandade dois livros; um para a receita, e depois, e outro, para as entradas, e anuais se lançarão no livro de receita; descarregando-se no livro das entradas; e também se lançará o rendimento da bacia, e caixinha; e o Tesoureiro terá estes livros em seu poder, e deste rendimento mandará dizer as seis missas, que determina o cap. 10 pela alma de cada um dos Irmãos, que falecer.³⁹¹

Em face destes compromissos de irmandades e da contextualização que acentua para distinções sociais e ritmos dos contatos entre confrades, trata-se, no subcapítulo seguinte, de problematizar, sobre os documentos de instituições devocionais utilizados por Vieira dos Santos, assim como acerca das seletividades que ele impingiu a estes materiais e das suas apreciações a respeito dos modos de execução de ritos devocionais.

3.7.2. Rotinas e relações políticas de irmandades do litoral paranaense

Ao se conferir atenção aos modos como irmandades de Morretes e Paranaguá estabeleceram, em meados do século XIX, contato com a Secretaria de Governo da Província do Paraná, permite-se reconhecer, ao mesmo tempo, aspectos das atividades sociais destas instituições e da permanência de membros de elites locais na administração destes espaços.³⁹² Para tanto, são, aqui, analisados o *Compromisso Administrativo e Econômico da Venerável Ordem Terceira da Penitência da Cidade de Paranaguá* e o *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Porto da Villa de Morretes*, bem como se utiliza de lista, datada de 1858,

³⁹¹ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de São José da Barra Longa. M.D.CC.LX.* In: *Idem*, pp. 261-263.

³⁹² As interações, a partir do tema da administração de irmandades católicas, entre elites locais de Paranaguá e agentes provinciais, iniciaram-se ainda no período da existência da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Assim, em 1835, no que demonstra a estratégia de fração da elite local parnanguara para a manutenção de relacionamento rotineiro com a administração paulista e, ainda, para a obtenção de proventos econômicos desta província – engendrando-se, por conseguinte, um modo de aliança entre segmentos de elites provinciais –, os administradores da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá enviaram, em 1850, petição à Assembleia Legislativa paulista. Tal documento teve como signatários dois colaboradores da memória histórica sobre Paranaguá, a saber, os citados Manoel Francisco Correia Júnior e Raymundo Ferreira de Oliveira Mello, bem como dois compadres e credores de Vieira dos Santos, quais sejam, Manoel Antonio Pereira e Manoel Francisco Correia. Nesta petição, eles elaboraram a seguinte demanda: “Vós porem Senhores sabeis que, quando seja atendida como he de se esperar, este justo pedido [a recepção de recursos pecuniários], não se poderá extrahir tão cedo á vista do grande numero já concedidas, por tanto os Mezarios abaixo-assignados, em nome da Irmandade, conscios de Vossa Caridade, não trepidarão ver suas preçizões, certo de que, não deixaréis perecer por falta de Socôrro um tão pio estabelecimento.” VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, p. 155.

dos membros da administração da Irmandade de Nossa Senhora do Porto de Morretes com o objetivo, por sua vez, de identificar, ali, a presença de interlocutores de Vieira dos Santos. Por conseguinte, analisa-se a natureza da atuação corporativa destes interlocutores e, por fim, atenta-se ao conteúdo de ofício da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paranaguá, datado de 1859 – no que subsidia, pois, a discussão sobre a politização da atuação de irmandades católicas.

Cabe, ainda, destacar que o funcionário da administração provincial encarregado de receber tais demandas era José Martins Pereira de Alencastre – o citado autor de obras históricas sobre as províncias de Goiás e Piauí, o qual exercia, então, o posto de secretário do Governo do Paraná. Tal informação refere-se, assim, a um caso dos modos interação de elites locais para com agentes estatais que pertenciam a instituições administrativas e culturais do Império.³⁹³

Referente à regulamentação da rotina da Irmandade da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Paranaguá, tem-se, no extrato seguinte, a menção às exigências inerentes ao desempenho da função de escrivão – função essa exercida, naquela corporação, pelo secretário –, bem como se menciona o propósito de conservação do arquivo da irmandade – aspecto esse que subsidia a verificação sobre os modos de organização dos arquivos institucionais consultados por Vieira dos Santos:

³⁹³ Enquanto caso da interação, nos anos 1830, entre membros de irmandades católicas e de esferas de administração estatal, cabe referir a um modo como funcionário da Província de São Paulo manifestou-se, através da afirmação de valores morais e da prescrição de modos de funcionamento institucional, acerca das atribuições e formas de estabilização – referentes, em suma, à cessação de disputas internas – das atividades das irmandades paulistas. Trata-se, tal funcionário, do supracitado Daniel Pedro Müller, então incumbido da elaboração de um quadro estatístico sobre a província. Atente-se, pois, a partir do extrato seguinte, a uma aproximação do corte moralista das considerações de Müller sobre as atribuições e rotinas daqueles espaços corporativos em relação às considerações, aqui mencionadas, de Vieira dos Santos: “N’esta Província a Religião, ou a Alliança Religiosa que deve existir entre os homens, e que também nos liga ao Ente Supremo, para cumprimento dos nossos deveres, considerados como preceitos da Divindade, dictatos no Evangelho, e que é representada, e authenticada pelo culto Publico, é a Catholica [...]. Hum dos caracteres mais distinctos da moral Christã é o primeiro que confere ao espírito de caridade, e pelo qual o individuo o mais desgraçado se deve reputar como rodeado de uma aureola, quando o amor da humanidade se torna em uma expressão de sentimentos, que nos transportão ao Senhor Supremo da Natureza. Com effeito por meio da Caridade é que se amalgama o rico com o pobre, o possuidor da propriedade com aquelle com quem a reparte. [...] Parece portanto conveniente que, com o curso do tempo se reunissem algumas Irmandades em uma só, que poderia ser a do Santissimo Sacramento, e que está organisando seu compromisso, tivesse em vista o fazer as festas mais solemnes da Igreja, como das devoçoens das outras que se agregão; applicando seus fundos a fins philanthropicos á similhaça das casas de Misericordia e fazendo-os productivos como as caixas econômicas, e exigindo certos privilegios. Com este methodo se obteriam fundos, que com mais facilidade se accumulariam sem distracção (mais necessario ainda em povoaçoens ainda pequenas), maior união, mais irmandade (propriamente dicta), mais decencia nos templos, mais bem regulada caridade, e menos rivalidades.” MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um Quadro Estatistico da Provincia de São Paulo*: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837 [1838]. São Paulo: “O Estado de São Paulo”, 1923, pp. 115-117.

Ao Secretario compete a immediata direcção de todos os trabalhos da Secretaria em conformidade do Compromisso, que religiosamente fará observar, pondo em pratica toda a sua actividade para a prompta expedição do quanto for da sua competencia, vigiando que o Archivo se conserve na melhor Ordem, e accêio, para isto deverá possuir os necessários conhecimentos de escripturação.³⁹⁴

Através destes compromissos – inseridos no contexto da organização administrativa da Província do Paraná – constata-se demandas e obrigações das irmandades para com a Presidência da província. Demandas, notadamente, de natureza econômica, e obrigações, por sua vez, concernentes à regularidade da prestação de contas acerca do funcionamento administrativo destas corporações. Enquanto aspecto destas demandas e, ainda, do acirramento da atuação política destes espaços devocionais, cita-se extrato de ofício da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paranaguá endereçado à Presidência do Paraná:

Não póde a irmandade deixar de instar por aquellas necessidades, de um Estabellimento que, tem dado provas de utilidade publica, em uma Cidade aonde os maritimos e pessoas estranhas ao paiz, assim como os desvalidos, n'elle, achão caridade e aroutamento compativel com os recursos de que póde dispôr. A não continuar este pro Estabellimento a ser subvencionado pela Caixa Provincial, terá de feixar suas portas, porque hoje, n'esta Cidade a caridade publica está com grandes dificuldades, que a impede a não dispensar o que outr'ora lhe era superfluo, para applicar a este Estabellimento, e he por isso que a Santa Casa da Misericordia se vê forçada a recorrer á Assemblêa Legislativa Provincial, o que faz por intermédio de V. Exc^a como seu Digno Protetor, pedindo a continuação da subvenção que annualmente lhe tem sido concedida [...].³⁹⁵

Nesse âmbito das relações entre irmandades e a administração paranaense, pode-se assinalar uma dimensão da atuação política de interlocutores de Vieira dos Santos. Assim, através de informação acerca dos integrantes de duas irmandades de Morretes – as irmandades de Nossa Senhora do Porto e de São Benedito –, reconhece-se a integração de três indivíduos que Vieira dos Santos mencionou enquanto pertencentes ao seu circuito de relações sociais: o seu genro Agostinho José Pereira de Lima, o professor público Francisco da Silva Neves, bem como Modesto Gonçalves Cordeiro, antigo Juiz de Paz de Morretes.³⁹⁶ No *Compromisso* da Irmandade de Nossa Senhora do Porto, em seu capítulo primeiro, verifica-se exigência socioeconômica através da qual permite atentar às condições de recrutamento de membros: “São Irmaos e podem ser admitidas todas pessoas livres que profeçarem a Religião Catholica,

³⁹⁴ *Compromisso administrativo e econômico da venerável Ordem da Terceira Penitência da cidade de Paranaguá*. 1860, fl. 20. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

³⁹⁵ *Ofício da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá à Presidência da Província do Paraná*. 18 de Dezembro de 1859, fls. 3-4. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

³⁹⁶ Cf. *Lista dos Empregados da Mesa da Irmandade de N. S. do Porto de Morretes*. 1858, fl. 4. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

Apostholica, Romana, sem distincção alguma de sexo ou idade, e pagarão de entrada da jóia de 2.000 reis annualmente 1.000 reis.”³⁹⁷

Os modos de relações entre irmandades e a administração paranaense, a regulamentação acerca da conservação de um arquivo corporativo em Paranaguá, assim como a renitência da atuação de interlocutores de Vieira dos Santos em esferas da vida devocional, permitem acentuar, quer a politização da atuação das irmandades no período da organização administrativa paranaense – daí o interesse, aqui manifestado, pela detecção de membros da rede social de Vieira dos Santos em tal processo –, quer a rotinização, em meados do século XIX, do exercício regras e da conferência de distinções sociais a partir das quais Vieira dos Santos auferiu a consolidação do pertencimento social em Morretes e Paranaguá. Do mesmo modo, a estas instituições ele acorreu para a obtenção de fontes para as suas memórias históricas em face, pois, da antiguidade e regularidade da documentação que tais instituições encerravam em seus arquivos.

3.7.3. *Rotinização da vida devocional: juízos morais às interações corporativas*

Vieira dos Santos coligiu documentos das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário, de São Miguel Arcanjo, de Santo Antonio, da irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paranaguá, tendo, ainda, elaborado notícias sobre irmandades extintas de Paranaguá, a saber, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – que originou a Irmandade de São Benedito –, de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Rita de Cássia.³⁹⁸ Vieira dos Santos inseriu-se, também, como ator histórico neste tema das irmandades, tendo, pois, compilado atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário concernentes ao ano de 1809, ocasião em que ocupou ali o cargo de tesoureiro. Através da transcrição das atas, listas de receitas e despesas, listas dos ocupantes de cargos nas mesas de irmandades – escrivães, juízes, procuradores, tesoureiros –, assim como listas dos vigários de

³⁹⁷ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Porto da Villa de Morretes*. 1860, fl. 4. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

³⁹⁸ A partir das considerações de Vieira dos Santos sobre a existência de duas imagens de santos – de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês – na Irmandade de São Benedito – que, após desempenhar suas atividades na Igreja matriz da vila de Paranaguá, transferiu-se para a Capela das Mercês – Carlos Lima observou que, no âmbito de um entendimento sobre as inter-relações dos membros das irmandades, esta coexistência de altares indica “uma história da fluidez inscrita nos limites entre a própria confraria [de São Benedito] e outras com as quais esteve relacionada.” LIMA, Carlos A. M. & MOURA, Ana Maria da Silva. *Devoção e Incorporação*. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa. Curitiba: Peregrina, 2002, p. 98.

Paranaguá, Vieira dos Santos fez uma história dessas irmandades referente ao período que abarca o início do século XVII ao presente da escrita desta sua obra.³⁹⁹

Os documentos setecentistas foram passíveis de comentários do autor, através dos quais ele elaborou, por exemplo, uma contraposição entre o passado e o presente das formas de admissão de confrades na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Tal contraposição lhe serviu, em consequência, para a projeção de regulamentos sociais em face da identificação de um presente de decadência institucional, o qual, para o autor, seria decorrente da inconsistência dos modos de recrutamento de membros àquela irmandade:

Vê-se exárado no primeiro livro antigo da Irmandade o termo de deliberação que ella teve em meza em 17 de Agosto de 1705, concordando em que todo o Irmão que nella quizesse entrar dali em diante, deveria primeiro fazer Petição, á meza para ella conhecer se era idoneo, e nas circunstâncias de sér admitido e logo que obtivesse despacho a favor, pagaria a jôia de quatro mil réis de entrada; com a obrigação de cumprir e guardar os Estatutos e encargos do Comprômisso; modernamente nada disto se pratica, e nem se olha a qualificação das pessoas; e vão os Thezoureiros assentando indistinctamente, os que lhe parecem, e muitas vezes sem a plena vontade destes novos Adéptos, nem mesmo recebendo nenhum qualificativo, pela joia de suas entradas, impellidos por hum falso zéllo de que, em seus annos tenham a satisfação de verem entrar muitos Irmãos, sem a refflecção de que a mesma admissão, sem que tenham os requezitos de qualificação, he o que tem dádo motivo para a relaxação e decadencia da Irmandade que d'antes tão zeloza se mostrava em conservar a magestade e o timbre de seu primeiro esplendor.⁴⁰⁰

A atenção de Vieira dos Santos às rotinas das irmandades recaiu, ainda, na verificação de formas de conflitos desenvolvidos na execução de rituais. Na passagem seguinte, auferiu, pois, a atenção do autor um caso de disputa entre duas irmandades:

31 – 1781 – Aos 18 dias do mez de Junho, congregáda a meza [da Irmandade do Santíssimo Sacramento] se deliberou, sobre a disputa que havia entre a Irmandade de S.^m Benedito com a Do SS.^{mo} Sacramento, por recusár aquélla de entregar os Sobejos dos tocos de véllas, de suas festividades, quando nellas estava o SS.^{mo} expôsto por sér pratica antiga, receber-se a mesma cera; más para evitar disputas contenciôzas, determinárão, e prohibirão aos Thezoureiros que dali em diante, esta Irmandade não emprestasse aquélla nehuãs alfaia, ou couzas alguã.⁴⁰¹

³⁹⁹ Para aprofundar o reconhecimento das irmandades nas quais Vieira dos Santos circulou e auferiu materiais para esta memória histórica sobre Paranaguá, demanda-se atentar à descrição que ele empreendeu sobre a natureza dos registros os quais alegou ter mobilizado nestas instituições. Assim, Vieira dos Santos, ao mencionar o conteúdo dos primeiros registros de atas das irmandades de Paranaguá, afirmou que consultou livros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos referentes ao ano de 1694, bem como havia encontrado registro sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos acerca do ano de 1699. Por conseguinte, aventou, através da interpretação desse registro, que as atividades dessa irmandade teriam principiado em 1619; alegou, ainda, ter consultado o primeiro livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento para o ano de 1706. Afirmou, por conseguinte, ter encontrado registro sobre a Irmandade do Arcanjo São Miguel para 1717, porém afirmou ter-se fundado esta instituição entre os anos 1650 e 1660. A respeito da Irmandade de Santa Rita de Cássia – cuja data de criação e extinção afirmou desconhecer – ele mencionou que havia documentos que evidenciavam a existência de atividades da irmandade no ano de 1720. Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, p. 123.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 73.

⁴⁰¹ *Idem*, p. 81.

As desigualdades entre estas irmandades no que tangia à quantidade de confrades e às condições econômicas para a manutenção das atividades foram também anotadas por Vieira dos Santos, conforme a seguinte referência à Irmandade de Santo Antonio: “[...] se ignora o tempo de sua instituição, mas julgo ter seu começo nos principios do Seculo. Esta Irmandade hé muito pobre por falta de concorrência de Irmãos e por isso com poucos rendimentos que talvez não cheguem para o suprimento das dispesas annuaes.”⁴⁰² Para além das atas das mesas das irmandades, os registros contábeis dessas instituições serviram-lhe para a elaboração de uma *história descritiva* das irmandades do município, notadamente para o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, descrições que lhe permitiram imputar juízos sobre a dinâmica e os deveres dessas instituições, juízos os quais se conjugam, pois, na finalização de tal abordagem: “Restando por ultimo exárar a historia descriptiva de todos os Actos, e deliberações que fes a Irmandade, no regímem de sua prosperidade, mostrando-se quaes tem sido e que tem deixado Legádos de bens de raiz, dinheiro, e Jóias de prata e oiro; e especial advogada, que ante o Throno, do Altissimo sabe interceder, nas maiores afflicções; quando as padecem os seus validos Paranaguenses.”⁴⁰³

Aspectos da vivência política e religiosa tornaram-se, para Vieira dos Santos, as chaves de leitura fundamentais para a reconstituição das relações sociais em Paranaguá. Ambas as chaves de leitura convergem, desse modo, no discurso deste autor, em favor da consolidação de regras sociais.

3.8. *O elogio histórico: patriarcas e instituições municipais*

No presente subcapítulo, a partir da análise da mobilização, por Vieira dos Santos, do recurso do panegírico, problematiza-se a renitência do discurso sobre as regras sociais nos diversos recortes da memória histórica. Nesse escopo, aufere especial atenção a análise das referências, por este autor, aos indivíduos que, na percepção deste autor, distinguiram-se naquela sociedade em face do desempenho de ações político-institucionais e caritativas.

São evidenciados, aqui, inicialmente, os perfis sociais e os lugares de circulações de indivíduos os quais Vieira dos Santos reconheceu como seus interlocutores e como em afinidade com seus posicionamentos políticos – posicionamentos tais como a defesa do autonomismo político municipal. Por conseguinte, faz-se a análise das exemplaridades, tais quais assim percebidas por Vieira dos Santos, das ações sociais destes indivíduos,

⁴⁰² *Idem*, p. 121.

⁴⁰³ *Idem*, p. 101.

exemplaridades essas que permitiram ao autor a identificação de padrões de conduta que demarcariam modelos para se consolidar a estabilidade da vida política e econômica local.⁴⁰⁴

Delimita-se, pois, a investigação sobre o elogio histórico, por Vieira dos Santos, a respeito dos seguintes indivíduos: Christovão Pinheiro; Floriano Bento Vianna, Manoel Francisco Correia Júnior; sobre os participantes do *Caso Cormorant*, a respeito do qual o presente subcapítulo de até; e sobre os detentores de comendas do Reino de Portugal e do Império do Brasil.

Para o caso de Bento Vianna, tem-se a benemerência percebida enquanto a reivindicação, por este indivíduo, do autonomismo político da Comarca de Paranaguá e Curitiba em relação à Capitania de São Paulo. Para a abordagem da *Conjura Bento Viana* – ocorrida no âmbito da Câmara de Paranaguá, em 1821 –, Vieira dos Santos construiu uma perspectiva de antecedentes desse evento, os quais se iniciaram em 1811. De acordo com Vieira dos Santos, em face de conflitos de autoridade entre a Câmara de Paranaguá com autoridades paulistas, a Câmara Municipal enviou, em 1811, uma representação ao príncipe regente, D. João VI, para emancipar-se desta Capitania. O malogro da emancipação, na percepção de Vieira dos Santos, não cabe ser atribuído àquele regente, mas ao citado Victorino da Rocha, o qual, segundo o autor, em decorrência de seu conflito com a Câmara Municipal, apresentou parecer desfavorável à emancipação. Em 1821, foram, pois, retomadas as iniciativas para a emancipação.

Nesta memória histórica, atribui-se a Bento Vianna o protagonismo na retomada deste projeto de emancipação política demandado pela elite local. Assim – e eis a renitência, por seu turno, da categoria de *patriótico* como referência, em Vieira dos Santos, ao envolvimento em interesses político-institucionais localistas – Vianna teve, do seguinte modo, por este autor, descrita a sua participação naquele processo:

Patriotico heroismo do Paranaguense
Floriano Bento Vianna

⁴⁰⁴ Faz-se necessário acentuar que Vieira dos Santos construiu uma galeria de matronas que integraram a elite local de Paranaguá. Na elaboração desta galeria, ele referiu-se aos nomes dos cônjuges delas – aspecto que indica o conhecimento, por este autor, de informações genealógicas. Ainda, no elogio que a elas elaborou, ele perfez uma valorização positiva dos processos de reprodução social daquela comunidade, processos esses que consolidaram uma elite local. Por fim, em tais considerações, nota-se uma repercussão, ainda que fragmentada, da busca, por Vieira dos Santos, de referências da Antiguidade. Trata-se, pois, de menção a Himeneu, divindade grega associada ao casamento: “As Matrônas mais illustres Paranaguenses que figurarão no Sólo da Patria nos Seculos 17.º e 18.º são innumeráveis e seria nesseário talves hum volume para escrever o Catalogo de seus nomes com tudo só escreverei, apontando algumas Senhôras das nobilissimas familias, de quem descenderão, e com quem forão entrelaçadas pelos laços d’Hymeneo fazendo dellas um breve rezumo ao memos para que seus nomes sejam conhecidos nes Memoria Historica [...] Finalizando aqui este breve esboço, a descendências de tantas familias illustres multiplicadas como as estrellas do Ceo.” *Idem*, pp. 301 e 303.

1068 [...] Floriano Bento Vianna – então 1º Sargento da 4ª. Companhia do Regimento de Milícias e era Capitão da mesma Guarda condecorado com o Hábito da Imperial Ordem da Roza. Para este fim na véspera d’aquelle dia [15 de Julho de 1821] os Cidadãos o Sargento mór de Ordenanças Francisco Gonçalves Rocha; e o Cap.^m Ignácio Lustoza de Andrade; ambos forão procural-o á sua caza; e lhe expuzerão os grandes vexames que estavam soffrendo, com as arbitrariedades, e despotismos, praticadas pelos Commandades Militares d’aquella Villa [...]. No solemne dia 15 de Julho estando o Batalhão da Guarda Nacional, postado em frente ao Paço da Camara, e muito povo chegado que fosse a ocasião de prestar Juramento das Bazes [da *Constituição* promulgada pelas Cortes de Lisboa, em 1822] perante a Câmara [...] Logo em seguida o mesmo Cidadão Paranaguense Floriano Bento Vianna, dando um passado á frente do mesmo Batalhão dirigio em alta voz á Camara este Requerimento: “– Illustrissimos Senhores, temos concluído com o nosso Juramento de fidelidade, agora queremos que se nomeie hum Governo Provisorio para que nos governe, em separado da Provincia; tornão-se os nossos recursos morosos e cheiros de desesperos e de tudo dessa parte a Sua Magestade!”⁴⁰⁵

Vieira dos Santos deteve-se, por conseguinte, acerca do processo de desarticulação desse movimento, desarticulação derivada, segundo entendeu, da oposição que lhe ofereceu Antonio de Azevedo Melo e Carvalho, então Juiz de Fora de Paranaguá. O autor transcreveu, por conseguinte, uma carta que Francisco de Paula e Silva Gomes – comerciante que participou das articulações políticas para a emancipação da 5ª Comarca da Província de São Paulo – enviou para Bento Vianna, em 1847.⁴⁰⁶ Transcreveu, ainda, nesta memória histórica, o artigo que Paula Gomes publicou em o *Jornal do Commercio*, em 1847, em favor da emancipação da 5ª Comarca paulista. Estas informações acentuam, assim, a posse, por Vieira dos Santos, de um documento particular de Bento Vianna, aspecto, portanto, da consistência de suas interações sociais como determinantes para o arrolamento de fontes à sua memória histórica.

O argumento, sustentado pela defesa da regularidade de dinâmicas corporativas, em favor autonomismo político das instituições imperiais e municipais em relação a regulamentos britânicos contra o tráfico de escravos foi reabilitado por Vieira dos Santos nas suas tomadas de posição sobre o *Caso Cormorant*, ocorrido de 29 de junho a 1º de julho.⁴⁰⁷ Nesta abordagem, o autor opôs-se ao argumento de Herbert Schomberg, comandante do vapor

⁴⁰⁵ *Idem*, Tomo I, pp. 366-367.

⁴⁰⁶ Nascido em Curitiba, em 1802, Francisco Gomes atuou no comércio de tropas e, na condição de caso que possibilita assinalar uma manifestação de atuação letrada intermitente e imersa em pleitos políticos, direcionou seus recursos obtidos neste comércio para imprimir os textos nos quais argumentava em favor da emancipação política da 5ª Comarca paulista. Após a criação da Província do Paraná, em 1853, permaneceu na atividade tropeira, tendo falecido em uma viagem comercial, no município de Cruz Alta, na Província do Rio Grande do Sul, em 1857. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Volume I. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1995, pp. 29-30.

⁴⁰⁷ Enquanto informação que acentua a existência de uma dinâmica de tráfico de escravos na baía de Paranaguá no presente da escrita desta memória histórica, pode-se destacar que, em janeiro de 1850, o vapor inglês *Cormorant*, tendo por comandante Herbert Schomberg, apresou, no litoral do Rio de Janeiro, o paquete *Providentia*, bem como a barca brasileira *Paulina* – que seguia para Paranaguá e Montevidéu. Ambas as embarcações apresadas seguiram para a Ilha de Santa Helena. Cf. BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos, 1807-1869. Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 352-353.

britânico *Cormorant*, sobre a legitimidade de apresamento, na baía de Paranaguá, de três embarcações brasileiras em decorrência da suspeita servirem ao tráfico de escravos. Vieira dos Santos elaborou, em tal discussão, o elogio de um colaborador de sua memória histórica, elogio a partir do qual se permite destacar, acerca das relações de Vieira dos Santos com os seus interlocutores, aspectos de afinidades políticas:

Esta acção herôica praticada pelo commandante desta Fortaleza [Joaquim Ferreira Barbosa], deve fazer perpetuar seu nome, nos Annaes da historia Brasileira por ter a gloria de que foi a primeira Fortaleza do Brasil, que fes fogo sobre esses atrevidos, e asoerbados Bretões Européos, que tantas insolencias tem feito, á Nação Brasileira, servindo este gloriôzo exemplo de patriotico estímulo, a que todas as mais fortalezas do Brazil facão abater com suas artelhárias, a Sobérba, e a ufanía, com que blasôna essa Albiôn, com as mais Nações Européas; o que não achará no Imperio do Brazil, onde só terão a rezistencia, o enthusiasmo, e o valor que teve este insigne Commandante Brasileiro; gloria lhe seja dada e nestas Memórias historicas, ficará gravado seu nome perpetuamente.⁴⁰⁸

Acerca, por sua vez, de Manoel Francisco Correia Junior, cabe mencionar que ele integrava a rede de contatos sociais da Família Vieira dos Santos. Assim, conforme acima mencionado, ele foi casado com Francisca Antônia Pereira, filha de um compadre e credor de Vieira dos Santos, Manoel Antonio Pereira, bem como manteve sociedade com um genro de

⁴⁰⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo I, pp. 218-219. Para o conhecimento acerca dos modos como este episódio foi entendido pelo Governo Imperial e pela Presidência de São Paulo, Vieira dos Santos teve como recursos edições do *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*. No que concerne, ainda, à posse, por este autor, de materiais que lhe subsidiaram a obtenção de informações sobre personagens envolvidos no *Caso Cormorant*, cumpre ressaltar que ele transcreveu ofício da Presidência de São Paulo, datado de 1847, pelo qual se informa os serviços militares prestados pelo citado Joaquim Ferreira Barbosa. Cf. *Idem*, 219. Cumpre, também, ressaltar que Vieira dos Santos, acerca deste episódio ocorrido na baía de Paranaguá, perfez um elogio ao negociante Manoel Antonio Guimarães (1813-1893), futuro Visconde de Nácar e então ocupante do posto de chefe da Guarda Nacional em Paranaguá, indivíduo o qual se recusou a acatar a ordem de Schomberg para o apresamento de embarcações suspeitas de traficarem escravos naquela baía. Aprofundar, pois, a análise a respeito dos modos como Vieira dos Santos referiu-se a este indivíduo, subsidia, pois, o reconhecimento do ecletismo dos aspectos estilísticos – sobretudo o panegírico – através dos quais se perfez a defesa da conduta social de um membro da elite local –defesa referente, pois, aos valores sociais subjacentes aos modos de engajamento comunitário de Guimarães. Do extrato seguinte, atente-se, pois, à descrição – e ao elogio – do cumprimento de rituais por membro da elite mercantil parnanguara: “Hum monuménto, so he á afluência de hua familia, ou da vaidade d’algum heroe, más hum sepulcro singelo, só he o da gratidão, e se vé isto no primeiro exemplo que deu a Cidade de Paranaguá o illustre Commendador Manoel Antonio Guimarães em mandar levantar o primeiro Maosoléo, no Cemiterio Publico em 13 de Junho de 1859 á sua chara Espoza, Dona Maria Clara Guimarães. [...] Morte!!! logo o albôr da manhã, he bem commum nestes Cemiterios vér-se praticar estes Actos de affectos maternâes, e filiaes, colhendo as mimôzas flôres que de noite se abríão, e com ellas teçer grináldas, para as pôr em suas Sepulturas, e tão Sagradas considerão estas flôres que, se por ventura as arrancássem, ou as maltratassem, seria olhádo este aggressôr como um sacrilegio, más hum particular amigo do finado, póde tirar um crávo se muitos tiver no Craveiro, ou cortar um raminho de alecrim, se a planta estiver bem cresçida, porque isto significa hum signal de affecto, e hum modo de comunicação que pode ter, com a pessoa que está auzente, em huma distancia immensuravel!!! O affecto sincero, he huma virtude; e a cultivação de toda a virtude he muito louvável.” *Idem*, pp. 252-253.

Vieira dos Santos, Agostinho José Pereira de Lima, em estabelecimento comercial varejista em Morretes.⁴⁰⁹

Para o elogio a Correia Junior, Vieira dos Santos perfeitamente buscou reconhecer as aproximações, acerca deste indivíduo, entre exercício de práticas religiosas e formas de atuação política. Para Vieira dos Santos, a benemerência de Correia Júnior inscrevia-se no seu envolvimento em ações filantrópicas – por exemplo, como membro de irmandades católicas – e em defesa da ordem social no tocante à sua participação na reação à Guerra dos Farrapos. Correia Júnior foi, também, situado, nesta memória histórica, como participante da fundação, em 1831, da Sociedade dos Defensores da Independência e Liberdade Constitucional, a partir de cuja dissolução fora criada, em 1835, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paranaguá.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão Mor... Op. cit.*, p. 202. Romário Martins, no que se constitui em um caso da posse de manuscritos de negociante litorâneo por membro de grupo letrado paranaense do início do século XX, observou que Correia Júnior, quando estabelecido como negociante de erva-mate em Porto de Cima, distrito da vila de Morretes, escreveu um texto de reminiscências, no qual se apresentou em uma condição de limitação econômica e politicamente isolado após se engajar nas articulações em favor da emancipação política da 5ª Comarca da Província de São Paulo. A atuação política de Correia Júnior desenvolveu-se em espaços como a Assembleia Legislativa paulista, na qual exerceu mandato de deputado entre os anos de 1844 e 1845 – período esse em que negociantes de Paranaguá consolidaram-se como membros do Partido Conservador. Segue, pois, o extrato desse exercício letrado de interlocutor de Vieira dos Santos, exercício no qual se reconhece a elaboração, sob uma perspectiva patriarcal, de argumentos morais: “No Rio tive o desejo de todo ser útil ao meu país. Interessei-me pela separação da Comarca de Curitiba da Província de S. Paulo, separação que supunha faria a felicidade do meu país (Esta convicção ainda tenho hoje, 24 de Janeiro de 1848). Parecerá aos que lerem anos depois, estas memórias, que isto me trazia consideração entre meus concidadãos. É totalmente o contrário. Invejosos me desacreditaram, parentes me perseguiram e eu me vi na dura necessidade, para salvar o meu crédito, de me pôr em lugar ermo, à face dos meus engenhos, e aqui (Porto de Cima) estou trabalhando a ver se posso deixar a minha família sofrivelmente educada e desembaraçada, esperando que aprenda de mim que neste mundo, as melhores ações só trazem desgosto, e, portanto, vivendo com honra deve fazer por ser independente, visto que só o real serve e a maldade triunfa sempre das melhores, mais generosas e desinteressadas ações.” MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Guaíra, s/d, p. 265.

⁴¹⁰ Conforme Caio Prado Júnior, em 1831, na conjuntura da crise política que derivou na abdicação do Imperador D. Pedro I, fundou-se, na cidade do Rio de Janeiro, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional. Neste município, a agremiação cooptou, sobretudo, parlamentares conservadores – conservadorismo concernente, segundo Prado Júnior, ao propósito de seus membros defenderem a manutenção do ordenamento político instaurado pelas Regências. Os integrantes da instituição foram, pois, contrários, quer ao regresso de D. Pedro I ao Governo Imperial, quer aos projetos que consideravam como marcados pelo extremismo político. A influência política daquela Sociedade percebeu-se, ainda, na incorporação, pelos regentes do Império brasileiro, da proposta de criação da Guarda Nacional, ocorrida em 1831. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1947, pp. 128-129. Sobre a influência política desta instituição – e sua expansão para as províncias –, Abreu e Lima assinalou, em 1843, que a “[...] Sociedade Defensôra, que verdadeiramente governou o Brasil pelo espaço de quatro annos [1831-1835]; foi em realidade outro *Estado no Estado*, porque sua influencia era a unica que predominava no Gabinete e nas Camaras, e sua acção, mais poderosa que a do Governo, se estendia por todos os angulos do Imperio.” ABREU E LIMA, José Ignacio Ribeiro de. *Compendio da Historia do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 88. Grifos no original. Convém, ainda, ressaltar que os membros de tal grêmio apresentaram o interesse pela reflexão acerca da organização da mão de obra brasileira e, assim, realizaram um concurso de trabalhos que demonstrassem as mazelas engendradas pela escravidão. A dissolução deste grêmio impediu a escolha de uma monografia vencedora, mas, através de trabalho de Francisco Leopoldo César Bulmarqui (1803-1886) e publicado em 1837, trabalho que fora originariamente apresentado

Sobre a circulação de Vieira dos Santos, nesse âmbito da construção de galerias de patriarcas da municipalidade, para a obtenção de materiais na elaboração de sua memória histórica, cabe atentar que ele transcreveu atas desta Sociedade Patriótica, bem como elaborou uma cronologia sobre a Irmandade da Santa Casa. No que toca, assim, ao elogio histórico de Vieira dos Santos para Correia Júnior, atente-se à seguinte consideração: “O philanthropico Soçio e Commendador Manoel Francisco Correia Júnior cheio de hua pia devoção e cháridade christã á favor de seus compatriotas indigentes, indicou hua propôsta á mesma Sociedade [Patriótica para a criação da Irmandade da Santa Casa].⁴¹¹

Vieira dos Santos deteve-se, pois, com acuidade, acerca das ações de Correia Júnior na fundação de instituições políticas e filantrópicas, de modo a atribuir a ele a iniciativa da proposta de criação da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. A partir da transcrição de documento desta instituição, ele elaborou, mais amplamente, o elogio à concessão de dádivas, pela elite local, aos segmentos inferiorizados na hierarquia social daquele município:

Algums Bemfeitôres já tem havido como se verá da lista e que tem deixado á Santa Caza Esmolas e Legádos, a hum tão pio estabelecimento, que he hum dos mais Charidôzos da Crhistanidade, e he de esperar que, os Paranguenses mais favorecidos da fortuna, nas suas ultimas horas da vida se lembrem em deixar alguns Socôrros para sustento e curativo d’aquelles infelizes que, estão soffrendo o amargo padecimento de suas dores; e prôximos a caminharem para a Sepultura, se não tiverem nehuns Socôrros

àquele concurso, é possível identificar os fundamentos de uma crítica dirigida por aquela instituição à escravidão, e, do mesmo modo, identificar que a matriz carioca da Sociedade Patriótica funcionou, ainda que efemeramente, como instituição cultural, visto que os seus membros arrogaram-se a qualidade de incentivadores e avaliadores da produção de monografias de conteúdo político. Assim, na *Memoria analytica acerca do commercio d’escravos e á cerca dos malles da escravidão domestica* (1837) são mencionados os seguintes propósitos da reflexão sobre o sistema de mão de obra brasileira: “A Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional no Rio de Janeiro, publicou um programa que poz a concurso, debaixo das seguintes bases: 1.^a Mostrar a odiosidade toda do Commercio de escravos, refutando os sophismas com que usão defendel-o os seus apologistas; 2.^a Exender os meios por os quaes a introduccão dos escravos póde ser supprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admitindo machinas que simplifiquem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procirando indiretamente removel-os das Cidades para os Campos; 3.^a Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que pódem prestar braços cativos, forçados ao trabalho; 4.^o Fazer ver a nociva influencia que a introduccão de escravos africanos exerce em nossos costumes, civilisação e liberdade.” BURLAMAQUE, Francisco Leopoldo César. *Memoria analytica acerca do commercio d’escravos e á cerca dos males da escravidão domestica*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837, p. iii. De outro modo, as Sociedades Defensoras da Liberdade e Independência Nacional criadas em municípios da Província de São Paulo ainda em 1831 eram compostas por segmentos das elites locais e dedicavam-se, sobretudo, aos assuntos administrativos municipais, a exemplo dos modos de regulação social. No que se refere, pois, ao aspecto comunitário da atuação dessas instituições e à legitimidade de seus membros em interagirem com membros de esferas como as Câmaras Municipais, Augustin Wernet destacou: “[...] no plano local as Sociedades Defensoras exerciam várias atividades: cuidavam do bem-comum da localidade e da tranquilidade pública, apresentando-se como guardas municipais antes da organização da guarda nacional. Combateram pessoas opostas ao seu credo político, apresentando-se como ‘grupo de pressão’ frente à Câmara Municipal e ao governo provincial.” WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 147. Em atenção, portanto, aos aspectos da atuação política das unidades da Sociedade Patriótica, nota-se a participação de interlocutores de Vieira dos Santos em iniciativas, contextuais ao período regencial, de reflexão sobre arranjos socioeconômicos e de construção de prescrições a respeito do ordenamento estatal.

⁴¹¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, pp. 143-144.

de seus Conçidadãos. Os nomes destes Beneméritos Bemfeitôres, são os seguintes gravados seus nômnes nestas memórias para ficarem eternizados para sempre, esperando-se que cada ves mais ella seja augmentada no futuro.⁴¹²

No âmbito do elogio a Correia Júnior por sua atuação política, Vieira dos Santos reconstituiu as ações deste indivíduo no que se refere às iniciativas que ele elaborou na tentativa de conter a expansão das movimentações das forças farroupilhas. Da mesma forma, o autor aprofundou suas considerações sobre a convergência de ações sociais – notadamente relacionadas ao propósito de manutenção da ordem social – que consolidaram, no seu entendimento, a posição de benemerência de Correia Júnior:

– 967 – Cabe neste lugar memorar, já que não se fez no mez de setembro do ano próximo passado [1841], que o benemérito cidadão Paranaguense o Comendador Manoel Francisco Correia Júnior é a quem lhe cabe a glória de ser entre os mais cidadãos o que tem mostrado o mais exaltado patriotismo em promover a prosperidade, o engrandecimento e o bem-estar de sua patria, ao zelo se deve a reedificação da capela do Senhor Bom Jesus dos Perdôens; ele foi um dos promoventes da Sociedade Patriótica dos Deffensores da Independência e Liberdade Constitucional; e depois o primeiro que deu impulso a que a mesma sociedade fosse convertida em Irmandade da Santa Casa da mizericórdia, e coadjuvou para ser hospital; a ele devem os reparos da fortaleza da barra e do Collegio dos extintos jezuitas, com as muitas representações feitas ao Governo, desempenhou com atividade, prudência e sabedoria, o Commando militar da Cidade e como Cheffe da Legião, Commandante Superior interino das legiões do sul da Província, e Inspector dos artigos Bellicos; e das Fortifficações e em uma crise bem trabalhoza em o aprontamento dos nesseçarios transportes, municiamientos e pagamentos a diversas expedições militares, que aportavão em Paranaguá, destinadas ao destacamento de Rio Negro, na fronteira sul da Província a marchar com o seu batalhão, se nesseçário fosse, a reforçar o destacamento do Rio Negro, e ir defender aquela fronteira em defesa da Patria, si porventura os insurgentes do Rio Grande do Sul tentassem invadir a Província [...].⁴¹³

Sobre Pinheiro França, Vieira dos Santos mobilizou uma modalidade de documentação particular para inseri-lo na memória histórica, a saber, o testamento deste indivíduo. O elogio a Pinheiro França foi decorrente da verificação de que este concedera dádivas a uma irmandade de Paranaguá. Assim, segundo Vieira dos Santos, Pinheiro França – negociante e Sargento-Mor da Companhia de Ordenanças em Paranaguá – não possuía herdeiros e, assim, legou seus bens à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Paranaguá. Falecido em 1789, ele transmitiu para a referida irmandade dívidas cobráveis em créditos, as quais foram executadas pelos procuradores desta corporação.⁴¹⁴

Sobre os detentores, em Paranaguá, de títulos honoríficos régios e imperiais, Vieira dos Santos elaborou, a respeito deles, uma cronologia que menciona Francisco Gonçalves Cordeiro como o primeiro dignitário de comenda real – detentor que fora do Hábito de Cristo, cuja concessão ocorreu nos anos 1810. Floriano Bento Vianna foi situado nesta cronologia enquanto detentor do Hábito Imperial da Ordem da Rosa, que lhe foi concedido pelo

⁴¹² *Idem*, p. 144.

⁴¹³ *Idem*, Tomo I, pp. 323-324.

⁴¹⁴ Cf. *Idem*, Tomo II, pp. 88-89.

Imperador D. Pedro I, em data não referida por Vieira dos Santos. Manoel Francisco Correia, compadre e credor de Vieira dos Santos, assim como Correia Júnior foram também inseridos nesta cronologia como dignitários, respectivamente, do Hábito de Cristo, em 1824, e da Comenda da Ordem do Cruzeiro, em 1841.

Na percepção de Vieira dos Santos, estas condecorações indicariam o acirramento da aproximação da elite local ao poder monárquico a partir da regência de D. João VI, acirramento esse ditado pelas dádivas concedidas pela elite – notadamente a fidelidade política – e pelas contradádivas régias a esta elite – referentes, sobretudo, à concessão de títulos nobiliárquicos:

Antes da vinda Del Rei D. João 6º, não consta que os Paranguenses pudessem e obtivessem hua só condecoração ou mercê que em seus peitos fizesse brilhar o patriotismo de seus relevantes serviços e serem distinguidos entre os mais Cidadãos e de que muitos seriam merecedores, mas a Mãe pátria estava em distância mais de mil e duzentas Leguas na Europa, e não era possível chegar a voz da razão, aos pés do throno; e nem a real verdade porque, invejosos, aduladores que sempre cercão o Monarcha suffocavão estas vozes, afim de que elle não pudesse expargir graças a tão longes climas, ambicionando tudo p^r si e por isso estes filhos bastardos, sempre erão olhados com indifferença, más a Sabia Providência trouçe ao Sólío Brasileiro o primeiro Monarcha, e comhecendo então de mais perto os meritos destes seus filhos queridos principiou a liberalizar suas graças aos fieis e honrados Paranguenses.⁴¹⁵

Esta construção do processo da concessão de títulos nobiliárquicos à elite de Paranaguá por D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, assinala para o protagonismo dos negociantes na memória histórica no que tange a episódios do século XIX.⁴¹⁶ Tais elogios demonstram, portanto, a defesa de Vieira dos Santos acerca do autonomismo da atuação das elites locais, quer em temas referentes ao ordenamento administrativo, quer referentes às práticas econômicas. O engajamento de tais elites em episódios históricos da primeira metade do século XIX foi, portanto, entendido por Vieira dos Santos sob perspectiva hierárquica, através da qual os negociantes, enquanto superiormente posicionados nos estratos sociais daquela comunidade, destacar-se-iam na manutenção do aperfeiçoamento da dinâmica

⁴¹⁵ *Idem*, pp. 37-38.

⁴¹⁶ As relações entre indivíduos com os quais Vieira dos Santos interagiu e aos quais dirigiu elogios foram, contudo, marcadas por contendas que se desdobraram, por exemplo, em querelas judiciais. Assim, o citado Manoel Francisco Correia, compadre e credor de Vieira dos Santos, fez publicar, em 1857, no periódico *O Dezenove de Dezembro*, informação sobre o possível paradeiro de um escravo de Bento Vianna, escravo esse que, em virtude de uma dívida que o seu senhor não saldara, passara a pertencer a Correia: “O tenente-coronel Manoel Francisco Corrêa tendo obtido sentença a seu favor em uma demanda com Floriano Bento Viana, a qual foi confirmada na relação do districto, aconteceu que o dito Floriano no ato da penhora que se lhe fez subtrahiu um escravo de nome Valentim, o qual consta mandara para a villa de Morretes, talvez para ali ser vendido; por isso pelo presente se annuncia que ninguem faça trato ou compre ao dito Floriano o dito escravo, sob pena de se ir haver como bem defrandado. Para segurança já se expediu, pelo juizo competente, precatoria ás autoridades da Villa de Morretes para remetterem ao juizo municipal o dito escravo. Paranaguá, 21 de Janeiro de 1857.” *O Dezenove de Dezembro*. Curitiba, Anno III, n.º 46, 11 de Fevereiro de 1856, p. 4.

econômica e do equilíbrio da rotina social – equilíbrio para o qual, no entendimento de Vieira dos Santos, as dádivas caritativas se apresentaram como basilares.⁴¹⁷

3.8.1. *Pragmatismo econômico e político: aproximações*

Para uma perspectiva de conjunto acerca dos modos como Vieira dos Santos mobilizou e retomou determinados temas, juízos morais e ideias econômicas – variações, portanto, de sua mobilização pragmática da narrativa histórica – cabe atentar, no presente subcapítulo, para a inter-relação do tema da economia aos deveres sociais no que refere às observações do autor acerca do espaço natural e do ordenamento político paranguara ao tempo da escrita desta obra.

Conforme Janaína Losada, a passagem do misticismo para o romantismo na abordagem sobre a natureza no século XIX procedeu-se através da relação entre utilitarismo e racionalismo. Segundo a autora, no Brasil, o objetivo de conhecer e dominar o espaço natural auferiu dimensões políticas – como a elaboração de um reconhecimento do território – quando incorporados a instituições tais como o IHGB.⁴¹⁸

De outra parte, no contexto do final do período colonial ao princípio da organização do Estado Imperial, desenvolveu-se a produção de considerações sobre a natureza as quais, elaboradas por funcionários estatais, caracterizaram-se por aspectos prescritivos. Ou seja, verificou-se a produção regular de trabalhos sobre o espaço natural e, nesse âmbito, verificou-se a mobilização, por funcionários estatais, de diversificados recursos literários e estilísticos

⁴¹⁷ Ao passo que as apreciações elogiosas de Vieira dos Santos sobre condutas político-institucionais de personagens a ele contemporâneos referiam-se a indivíduos os quais então compunham a sua rede de sociabilidades, pode-se identificar similitudes para com um caso de escrita de memória histórica, nos anos 1840, em Pernambuco. Trata-se, pois, das *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, de autoria do militar José Bernardo Fernandes Gama (1809-1853). A produção desta obra fora financiada pelo Governo Provincial ao tempo em que Francisco do Rego Barros (1802-1870) – membro do Partido Conservador –, exercia a Presidência desta jurisdição. Nos juízos de Gama acerca da escravidão, coadunam-se uma tomada de posição sobre a monopolização de mão de obra e o elogio ao financiador da obra no que concerne à sua conduta administrativa para com o regime escravista. Assim, tal qual o caso de Vieira dos Santos, em Gama tem-se a produção de argumentos políticos convergentes àqueles afirmados pelos indivíduos os quais conferiram a sustentação social de sua memória histórica. Note-se, pois, do seguinte extrato, a relação entre a crítica à escravidão e o elogio ao indivíduo a quem, juntamente com o senador pernambucano Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1793-1880) – membro do Partido Conservador e detentor do título de Barão de Suassuna –, aquele livro fora dedicado: “Este mal [a escravidão], filho das circunstâncias do país, tem diminuído muito, depois que felizmente tomou as rédeas do governo desta província o Exmo. Sr. Barão da Boa Vista. Proibindo S. Exa. que nas diferentes obras públicas com que tem embelezado e enriquecido a Capital, e facilitado o trânsito do centro da Província se empreguem escravos, seja sob que pretexto, ou denominação que for, e ao mesmo tempo aumentando em alguma cousa os jornais dos trabalhadores, via-se em Pernambuco, somente em consequência desta sábia medida, concorrerem homens livres [...]” GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* [1840]. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977, p. 5.

⁴¹⁸ Cf. LOSADA, Janaína Zito. *A paixão, a natureza e as idéias de história: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX*. Tese (Doutorado em História). 2007. 240 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 195.

na justificação de ideias de intervenção no espaço natural. Anteriormente, pois, à elaboração do citado *Quadro Estatístico*, de Müller, houve, na jurisdição paulista, a escrita da *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo* (1810), do magistrado Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira (1750-1824), bem como da *Estatística da Imperial Província de São Paulo* (1827), obra que se constitui em coletânea de trabalhos de sete autores.⁴¹⁹

No caso da *Memória* de Velloso – e no que se coaduna às apreciações de Vieira dos Santos sobre o espaço natural discutidas neste subcapítulo –, há o emprego de conhecimentos históricos, assim como de fragmentadas referências literárias, em favor da elaboração e justificação de formas de intervenção econômica na Província de São Paulo.⁴²⁰ Aproximam-se, pois, Velloso e Vieira dos Santos – bem como os autores da *Estatística da Imperial Província* – no que concerne aos modos como suas apreciações sobre o espaço natural estiveram enraizadas em interesses institucionais.⁴²¹ Assim, ao passo que a *Memória* de Velloso fora endereçada ao poder régio e a *Estatística da Imperial Província* direcionara-se ao Governo Provincial de São Paulo, em Vieira dos Santos tem-se, por sua vez, a Câmara de Paranaguá enquanto a instituição que recebeu as prescrições de um letrado. Afiguram-se, portanto, as apreciações deste indivíduo sobre o espaço natural de Paranaguá enquanto aspecto de uma linhagem da produção de ideias de intervenção no espaço natural desenvolvidas por letrados caracterizados por renitente integração em esferas estatais.

⁴¹⁹ Para uma problematização dos argumentos, sobretudo acerca da dinâmica socioeconômica, elaborados a respeito da Capitania de São Paulo entre os decênios de 1780 a 1820 por funcionários estatais – dentre os quais Velloso de Oliveira –, ver: MEDICCI, Ana Paula. Expansão mercantil em São Paulo: ‘decadência’ e ‘vadiagem’ nos discursos de viajantes, memorialistas e autoridades públicas. In: *Almanack Braziliense*, n. 1 maio de 2005, pp. 94-102.

⁴²⁰ Atente-se, pois, ao emprego do comparativo histórico, por Velloso, na justificação de projetos de exploração do espaço natural paulista: “Necessitam as arvores e arbustos a cultura em geral; e a criação de gados, em qualquer situação do globo, aquella mesma protecção que em Athenas acharam as oliveiras de Pedion. [...] Em diferentes aldêas d’esta famosa campanha [Atenas] nasceram homens tão celebres, como *Socrates, Sophocles, Thucidides, Platão e Epicuro*; em nenhuma parte do mundo, reconhecem os historiadores, a vigilancia da administração foi elevada a maior gráo de actividade. Os areopagitas examinavam pessoalmente o estado dos bosques e contavam as oliveiras plantadas ao longo das estradas e conservavam cuidadosamente o registros d’estas arvores consagradas a Minerva; e quando alguma pessoa era comprehendida no facto criminoso de destruir um só tronco, elles a castigavam com todo o rigor. E não devemos imitar exemplos que por velhosserão sempre mui respeitaveis?!” OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de. *Memoria sobre o melhoramento da provincia de São Paulo, applicável em grande parte ás provincias do Brasil* [1810]. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Parte Primeira, Tomo XXXI, 1868, pp. 28-29. Grifos no original.

⁴²¹ Concernente à *Estatística da Imperial Província*, verifica-se o emprego de referências históricas enquanto fundamentos da descrição do território e de postulação, acerca dele, de intervenções econômicas. Referências as quais sustentam, a exemplo desta memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá, a imputação de fundamentos morais à atividade econômica. Do seguinte modo, pois, o clérigo José Antônio dos Reis asseverou sobre a agricultura: “Com efeito, sendo a agricultura aquella arte que tem por objeto pôr a terra em estado de dar com usura a semente que nela se deposita, sendo as produções desta mesma terra o bem mais real, o fundamento o mais sólido dos Estados e a verdadeira base do comércio, segue-se, sem dúvida, que a terra bem ou mal empregada, as operações de agricultura decidem da riqueza ou indigência dos cidadãos, e consequentemente, do destino do governo e da sorte dos governados. A Agricultura, diz o orador filósofo de Roma, é o melhor meio de adquirir, é o mais fecundo, o mais agradável e é, mesmo, o mais digno de um homem livre. Ela é, diz mais Catão, um meio honesto e que, além de não estar exposto à inveja, tem singularmente a inapreciável vantagem de manter e conservar a inocência e a pureza dos costumes.” CABRAL, José Antônio Teixeira [et. al.]. *Estatística da Imperial Província de São Paulo – Tomo 1º – 1827*. São Paulo: Edusp, 2009.

Respeitante ao caso, pois, da relação entre natureza e economia, Vieira dos Santos atentou para a divisão do espaço daquela jurisdição em propriedades particulares, cujos proprietários foram, por ele, nominados. Na interlocução, por sua vez, entre a idealização da natureza e a identificação de suas utilidades para a economia, ele afirmou: “Hé portanto o solo do Município de Paranaguá, igual a este Paraizo do Eden, que os poetas nos pintão, ou outra nova terra da Promissão que o Supremo Arbitro da Natureza, quis Collocar no novo mundo e mostrar o grande poder de sua grandeza. Louvada seja a Sabia Providência que assim a creou!!!”⁴²²

A metáfora edênica sobre o espaço natural de Paranaguá prossegue na descrição da fitologia, descrição para a qual o autor empregou termo maçônico: “Quão riquíssima são as producções da natureza por que o Grande Architecto do Universo fes resurgir no dia 3º da criação do mundo, quando separando as agoas terra mandou, que ella produzise hervas, plantas, e sementes segundo a espécie de cada huma; e tambem criase os metaes preciosos, e sua divina palavra foi bafejada com singularidade sobre o Solo do ameno, e fértil Brazil [...].”⁴²³

Para além da descrição das práticas agrárias então desenvolvidas em Paranaguá, Vieira dos Santos assinalou as condições de aumento da produção econômica do Brasil em face, notadamente, da extensão do território: “Os Europeos lastimando a esterilidade do seu païs, por não encontrarem n’elle tantos recûrsos, que a prodiga natureza offereçe aos Brasileiros, já pella riqueza de seus metaes preciozôs, e mineraes de toda espécie [...] e finalmente pela extensão de mil e duzentas legoas de costa marítima, em cujo âmbito podem caber mais de 300 milhõens de habitantes, e ser por tudo isso hum dos maiores Imperios do mundo.”⁴²⁴

Vieira dos Santos elaborou, ainda, um entendimento acerca da relação entre o crescimento do comércio e transformações das relações sociais na Paranaguá de meados do século XIX. Sobre tal relação, afirmou Vieira dos Santos: “O Commercio he a baze fundámental em que se estabelecem as Repúblicas, os Estados, e as Monarchias commerciantes. Ninguém ignora que os Governos mais illuminádos empenhando-se com efficaçia em promover, e auxiliar o Commercio tem chegado a sua maior prosperidade [...]”⁴²⁵ Por conseguinte, ao identificar as mudanças dos hábitos e das interações sociais em Paranaguá, o autor acirrou o entendimento positivo sobre relação entre o desenvolvimento do comércio e dos modos civilizacionais:

⁴²² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá...* Op. cit., Tomo II, p. 90.

⁴²³ *Idem*, p. 101.

⁴²⁴ *Idem*, p. 112.

⁴²⁵ *Idem*, p. 307.

A Çivilização, genio, e costumes, os Paranaguenses bastantemente se tem çivilizado, pela Concorrencia de diversas nações estrangeiras, que entrão neste porto são muito urbanos, joviais, hospitaleiros e mui caprichozos, no bom gosto e ajeio de suas pessoas e familias e no interno de suas habitações, onde há muitas Cazas tambem mobiliadas, como as da Côrte, muitos jovens se apurão na grammatica da língoa nacional, outros fálão a língua Franceza e Ingleza com a maior pureza; e os erros do viço patrio se vão desvanecendo. Outros se tem applicado á muzica; e tocão a flauta, o Violão, a Rabeca e outros instrumentos com grande destreza e perfeição. Té mesmo as fermozas damas Paranaguenses, tem realçado mais a fermozura do seu bello sexo, com os costumes das modas, e os adornos do grande luxo Europeo [...]. Ah que espanto então cauzaria agora, áquellas antigas Senhoras que, sempre estavão recluzas em suas cazas, não olhavão para as ruas senão por estritas geolusias de madeira e se sahião era só ouvir missa na Igreja reбуçadas em beatas acobertando muitas vezes hua belleza digna de admirar-se, e te seus paços erão envergonhados a vista dos homens! Inda não há 50 annos, que estes costumes erão vulgares.⁴²⁶

Nesta memória histórica, o discurso em defesa do crescimento do comércio foi elaborado, ainda, através da relação entre opulência material e desenvolvimento civilizacional, aspectos esses embasados, incontinenti, por argumentos morais. Sob a conjunção, pois, destes elementos, Vieira dos Santos afirmou:

“[Através do comércio] se aumentam prodigiosamente as manufaturas, desterra-se a ociosidade tão prejudicial á subsistencia e boa harmonia dos individuos, enriquecem-se as familias, multiplicam-se os exércitos e as armadas [...]. [O comércio é] vinculo o mais permanente da sociedade civil, e por virtude da qual as nações mutuamente se unem, fazendo-se os homens dependentes uns dos outros, e consequentemente aptos a conhecerem os meios que devem beneficiar a humanidade, meios esses dispostos pela Mao poderosa do Excelso [...].”⁴²⁷

Na passagem seguinte, extraída, também, do segundo volume desta memória histórica, reconhece-se uma proposta de Vieira dos Santos para o cálculo da população de Paranaguá em face de lacunas informativas das listas nominativas de habitantes. A partir, pois, do seguinte excerto, convém acentuar as ideias político-administrativas as quais, ao lado do tema da economia, foram desenvolvidas por este autor:

Advertencia ao Mappa do 1º Destricto da Çidade. Conhecendo se pellas listas dos Inspectores dos Quarteirões não haver exactidão no arrolamento, pois que em Cazas na Çidade se verificarão grandes faltas em pessoas bem conhecidas por isso, se fes hum calculo approximado as faltas e por isso se dá o numero de 6.600 almas, porem bem se pode calcular em 7.000 sem haver grande differença para mais ou menos – o Barão de Bielfeld, Inst. Polit. Tit 2º pag. 204 a 249 o modo de calcular o nº de Fogos he dar se 6, a 8 habitantes por cada Caza.⁴²⁸

⁴²⁶ *Idem*, p. 11. Enquanto caso da repercussão do argumento, em livro histórico dos Oitocentos, que relacionou comércio e desenvolvimento civilizacional, situa-se a obra do comerciante inglês John Armitage (1807-1856), autor de uma *História do Brazil* (1836). Conforme Flávia Varella, a defesa do comércio como recurso para o aperfeiçoamento dos modos civilizacionais foi característico, a partir do século XVIII, do *humanismo comercial*, visto que anteriormente observara-se, de outro modo, a dissociação entre *virtude* e *comércio*. Em Armitage, conforme destacou a autora, o comércio, no Brasil, poderia aperfeiçoar os modos de sociabilidades e, assim, modificar uma configuração a qual, segundo ele, ainda caracterizava o Brasil nos começos do século XIX, a saber, a “da privação de uma sociedade comercial [...]”. VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil* de John Armitage. Dissertação (Mestrado em História Social). 2011. 126 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, fl.74.

⁴²⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Çidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, p. p. 310.

⁴²⁸ *Idem*, p. 33.

A abordagem histórica de Vieira dos Santos foi caracterizada, pois, sob uma crítica e um cálculo acerca de aspectos do funcionamento administrativo do município, aspectos os quais permitem identificar uma aproximação ao caso da citada *Memória Histórica de Campos dos Goytacazes*, de autoria de Carneiro da Silva, na qual o livro de Bielefeld também se apresentou como operacional a propósitos político-administrativos.⁴²⁹

De outra parte, o processo de mudanças das práticas sociais em Paranaguá, conforme as percebeu Vieira dos Santos, não teria extinguido formas de instabilidades decorrentes de interesses políticos de elites municipais. Sobre tais instabilidades, ele asseverou:

Si hum partido chamado Liberal e outro o da Ordem não fomentassem entre ambos intrigas e inimizades [...] si houvesse hua sincera amizade fraternal, entre as principaes familias da nobreza, se huma firme vontade e união, fosse a baze fundamental da Soçiedade de Paranaguá seria qual em outro tempo foi, o seio de Abrahão [...]. Santa paz! doce amizade! Voltae aos lares Paranaenses; congratulae as familias, tornaes a reunil-as em fraternaes laços d'amizade!... Sim desterrae os rancores... e volvei á alegria d'aquelles dias felizes em que, todos reunidos, nos bailes, e Theatros, com prazer se abraçavão!.⁴³⁰

⁴²⁹ Manifestação da repercussão do livro *Instituições Políticas* de Bielefeld no Brasil verificou-se já no século XVIII, consoante se observa na discussão realizada por Laura de Mello e Souza sobre títulos de livros que compuseram a biblioteca do cônego Luís Vieira da Cunha, residente na vila de Mariana, na Capitania de Minas Gerais. Segundo Mello e Souza, este clérigo, ao contrário de contemporâneos mineiros como o poeta Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), não tivera a experiência da formação intelectual na Europa. A presença de livro de Bielefeld na biblioteca de Vieira da Cunha permite, assim, contextualizar acerca dos materiais literários que foram disseminados a letrados enraizados em áreas interioranas de capitanias e províncias brasileiras. Conforme esta autora, a vida letrada na sociedade mineira fora marcada, no período colonial, pelas reuniões literárias voltadas às leituras poéticas – aspecto que incitava a circulação de letrados entre vilas adjacentes. Mello e Souza entendeu, pois, tal dinâmica de interação e produção letrada como características dos *letrados de aldeia*, os quais, consoante demonstrou, os letrados da Corte portuguesa reputavam como inferiores. A partir da trajetória de Cláudio Manuel da Costa no Brasil e em Portugal – onde se bacharelou em Direito na Universidade de Coimbra –, a autora apresentou, dessa maneira, um entendimento sobre as configurações sociais do letramento do Brasil colonial enquanto elementos de uma *sociabilidade citadina*, cujo exercício comportava, ainda, o interesse pela música e pelo teatro. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 129-139. Foi, pois, em tal configuração, que Cláudio Manoel da Costa escreveu uma memória histórica sobre o processo de organização econômica e política de Minas Gerais. Em face, pois, de sua condição de secretário do Governo da Capitania de Minas Gerais – variação, portanto, da relação entre carreira estatal, pertencimento à elite local e exercício rotineiro de práticas letradas –, ele pôde auferir documentos para a elaboração deste trabalho, o qual, encontrado dentre manuscritos particulares deste indivíduo, foi publicado em 1813. Ver: COSTA, Cláudio Manoel da. *Memoria Historica e Geographica da descoberta das Minas*. In: *O Patriota, Jornal Político, Litterario, político e Mercantil do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 4, abril de 1813, pp. 40-68.

⁴³⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Cidade de Paranaguá... Op. cit.*, Tomo II, p. 11. Conforme se mencionou neste capítulo, da cidade de Paranaguá eram provenientes as lideranças do Partido Conservador na Província do Paraná. No planalto do paranaense concentravam-se, por sua vez, lideranças do Partido Liberal. Sobre as divisões políticas das elites da Província do Paraná e, nesse âmbito, para a identificação de personagens destas elites locais nos quadros dos partidos Conservador e Liberal, ver: RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. In: *História: Questões e Debates*, v. 3, n. 4, junho de 1982, pp. 65-85. A participação no Partido Conservador permitiu, pois, aos membros da Família Correia – no que concerne, ainda, a um aprofundamento das desigualdades sociais entre membros desta família para com os Vieira dos Santos – consolidar interação com segmentos de elites as quais, de acordo com José Murilo de Carvalho, eram compostas, majoritariamente, por funcionários estatais. O Partido Liberal, por seu turno, fora marcado pela participação de profissionais liberais. De acordo com Carvalho, durante o Segundo Reinado as principais áreas de influência do Partido Conservador eram as províncias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, enquanto as províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo eram as principais áreas de concentração de membros do Partido Liberal. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem... Op. cit.*, pp. 211-217.

Esta asserção de Vieira dos Santos em defesa da estabilização das relações políticas em Paranaguá foi, pois, contextual ao processo, desenvolvido na Corte Imperial e avalizado por D. Pedro II, de alianças partidárias as quais possibilitaram a composição, em 1853, do Gabinete ministerial presidido pelo senador do Partido Conservador Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) – Marquês de Paraná –, composição da qual participaram membros dos partidos Conservador e Liberal.⁴³¹

No que possibilita, por sua vez, uma compreensão acerca das percepções de Vieira dos Santos sobre conjunturas políticas municipais e imperiais, assim como possibilita, mais especificamente, uma compreensão a respeito da supracitada defesa, por este autor, da cessação de animosidades entre grupos políticos parnanguaras, atente-se à interpretação de Paulo Mercadante concernente aos fundamentos políticos que sustentaram a proposta de conciliação dos partidos do Império:

Cumpria que o poder se desarmasse de modo espontâneo, esquecendo as lutas passadas, renunciando ao arbítrio e adotando as idéias que o liberalismo adverso expunha em sua plataforma de inovação, depois de selecioná-las segundo o critério das verdadeiras necessidades públicas. As reformas deviam ser conduzidas quanto às suas origens, pois, ao contrário, permaneceriam exclusivamente nos programas radicais e demagógicos, e teriam que ir os conservadores defender a ordem e a autoridade contra as exagerações de um novo surto democrático e jacobino.⁴³²

A defesa do equilíbrio social, por Vieira dos Santos, foi elaborada, assim, em atenção às formas de adequação de interesses de frações da elite local. Nesse âmbito, nas referências sobre a vida social de Paranaguá no século XIX, este autor, sob o primado da observação, apresentou posicionamentos sobre as práticas sociais e, desse modo, compôs um elogio da estabilidade e do cumprimento das regras sociais. Ainda, ele se manifestou sobre práticas e interesses de instâncias administrativas, notadamente referentes ao autonomismo local. Por fim, perfez a afirmação de projetos de diversificação dos ramos da economia daquela municipalidade.

Para a elaboração de tais argumentos morais e projeções sobre a acumulação econômica, o autor situou como personagens centrais indivíduos com os quais possuía relações econômicas e familiares. Através, pois, de documentos de instituições políticas e devocionais, assim como através de rememorações e do primado da observação, ele produziu o elogio de membros da elite local, dos modos civilizacionais engendrados pela diversificação do comércio e pela conservação de valores morais. Conviveram, portanto, no pensamento

⁴³¹ Sobre a política de conciliação partidária durante o Segundo Reinado e, nesse âmbito, acerca da participação de D. Pedro II em tal processo, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴³² MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora... Op. cit.*, p. 198.

político de Vieira dos Santos, a ideia de hierarquia – sustentáculo, pois, de uma percepção orgânica das sociabilidades –, a defesa do livre comércio, bem como da moral católica, defesa a qual é influente, nesta memória histórica, enquanto fundamento para a explicação providencialista de episódios históricos.

As condições de produção e os direcionamentos políticos desta memória histórica sobre Paranaguá coadunam-se, assim, aos modos de participação social do autor junto à elite da municipalidade. Estas condições de produção tornaram, portanto, esta obra de Vieira dos Santos, um instrumento subsidiário ao desempenho constante, pela Câmara de Paranaguá, de registros históricos sobre a municipalidade, bem como se caracterizaram pelo envolvimento do autor em demandas comunitárias relacionadas, em síntese, aos modos de vivência religiosa, ao autonomismo político local e ao crescimento do comércio.

Desse modo, uma vez contratado pela Câmara, Vieira dos Santos elaborou uma obra que, inscrita no contexto, aqui discutido, da irregularidade dos ritmos da produção cultural corporativa em áreas provinciais, apresenta-se como indício das condições e lugares de conferência da legitimidade social ao letrado. Ao financiar, pois, esta memória histórica, a Câmara voltou-se à sustentação de uma produção cultural. Sustentação a qual derivou da eficácia do autor em capitalizar acerca do seu antigo pertencimento àquele município para, assim, justificar a pertinência política da feitura da obra.

4. Atuação histórica, ideias administrativas e econômicas: abordagem sobre a *Memória Histórica da Villa de Morretes*

Neste capítulo é realizada análise dos argumentos de Vieira dos Santos sobre as condições de feitura e sobre a natureza desta sua obra acerca de Morretes. Em consequência, analisa-se como, nesta obra, foram inseridas percepções sobre sociabilidades características àquele município, bem como foram conferidos, por conseguinte, direcionamentos políticos a tais percepções. Nesta memória histórica, o autor inseriu-se enquanto ator da narrativa. Dessa maneira, apresentou-se como comerciante e funcionário comissionado da Província de São Paulo envolvido em querelas com frações de grupos mercantis litorâneos e também envolvido em discussões sobre planos administrativos acerca de estradas que ligavam o litoral ao planalto da 5ª Comarca desta província. Do mesmo modo, situou-se como letrado que auferiu circular por salões e espaços políticos morretenses. É aprofundada, portanto, neste estágio da análise, a relação entre a consistência da atuação social de Vieira dos Santos naquela municipalidade e os posicionamentos deste indivíduo acerca de fenômenos sociais a ele contemporâneos.

As ideias centrais do presente capítulo substanciam, pois, os seguintes argumentos: (I) a abordagem sobre a formação social de Morretes, por Vieira dos Santos, foi, analogamente ao caso da escrita de sua memória histórica sobre Paranaguá, sustentada, para além da documentação da Câmara da municipalidade, por informações orais, bem como pela sua documentação particular e rememorações. A confluência destes recursos foi-lhe operacional, em suma, para a fundamentação de interesses econômicos e políticos localistas. (II) Na condição de ator histórico desta obra, ele reconstituiu aspectos da sua atuação como funcionário comissionado da Província de São Paulo – reconstituição na qual se nota, ao mesmo tempo, a feição pragmática do conteúdo de sua narrativa e as suas afinidades políticas com grupos mercantis do litoral da 5ª Comarca paulista –, assim como se reconheceu enquanto letrado, de modo a discorrer sobre as dimensões funcionais da instrução educacional. (III) Esta narrativa sobre Morretes caracterizou-se pelo reconhecimento da fragilidade na execução de práticas devocionais na vila e, por conseguinte, os rearranjos propostos pelo autor em face de tais fragilidades foram embasados pela defesa da consistência da hierarquização de manifestações desenvolvidas, notadamente, em esferas corporativas. (IV) As percepções de Vieira dos Santos sobre a ordem social de Morretes, sobretudo com relação à escravidão e ao comércio varejista, foram sustentadas pela defesa da estabilização das relações entre desiguais.

Tem-se, na abordagem de Temístocles Cezar, a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen enquanto caso das fronteiras entre imparcialidade e tomadas de posição no contexto da historiografia brasileira oitocentista. Conforme Cezar, Varnhagen, na *Historia geral do Brazil*, contrapôs a atuação social de seu pai, o engenheiro militar de origem prussiana Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen (1783-1843), à atuação social, nas décadas de 1810 e 1820, do supracitado José Bonifácio de Andrada e Silva. Marcada pelo aspecto elogioso, a reconstituição, por Varnhagen, do envolvimento de seu pai em experiência de fundição de ferro no Brasil – a saber, a criação da Real Fábrica de Ferro de São José de Ipanema, localizada na região do município paulista de Sorocaba – buscou enfatizar a contribuição dessa iniciativa para a economia brasileira.⁴³³ De outro modo, Varnhagen, nas referências a Bonifácio, mobilizou reminiscências de suas relações com este personagem como sustentáculos dos juízos negativos que imputou à atuação política dele. Segundo Cezar, as considerações de Varnhagen sobre indivíduos e eventos a ele contemporâneos demonstram que “Como historiador do tempo presente, Varnhagen escreve a história a partir dele mesmo,

⁴³³ As atividades desta fundição foram tema de uma memória histórica produzida por imigrante português que pertenceu à elite social da Província de São Paulo, qual seja, a *Memoria historica sobre a fundação da fabrica de ferro de S. João de Ypanema* (1822), de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), futuro senador do Império. Nesta obra – na qual se entende a escrita histórica como “[...] sendo um ensinamento pratico, em que se apurão as verdades da theoria, e patenteão as difficuldades nella cubertas em hypotheses correntes” – pode-se observar que Vergueiro, o qual exerceu a vereança na Câmara Municipal de São Paulo, em 1813, mobilizou um documento – datado de 1600 – sob guarda do Arquivo desta instituição para a feitura de sua memória histórica. Tem-se, assim, uma aproximação com o caso Vieira dos Santos, o qual, quando da elaboração de sua memória histórica sobre Paranaguá, retomou sua circulação no âmbito da Câmara de Paranaguá, na qual atuara em 1812 na função de Procurador. Ao mesmo tempo, portanto, em que o pertencimento à Câmaras Municipais foi característico aos começos das trajetórias de Vergueiro e Vieira dos Santos no Brasil, a possibilidade de eles, posteriormente ao exercício de seus mandatos, retornarem a estas instituições e instrumentalizarem a documentação nelas encerrada com o objetivo da produção de uma escrita histórica, foi, pois, aspecto das condições de produção, por membros de frações de elites locais, de trabalhos nos quais a reconstituição histórica serviu a difusos objetivos políticos. Comparação possível entre Vergueiro e Vieira dos Santos recai, ainda, na relação entre imigração, atuação política e letramento no âmbito da Província de São Paulo. Ao mesmo tempo em que desigualmente inseridos no processo de emigração de portugueses no Brasil do final do período colonial – visto que Vergueiro, que se radicara no Brasil em 1803, obteve o bacharelado em Direito na Universidade de Coimbra em 1801, e estabeleceu-se na cidade de São Paulo como advogado, enquanto Vieira dos Santos transferira-se para o Brasil com o fito de ser incorporado e treinado na vida comercial – as trajetórias de ambos afiguram enquanto casos, no âmbito da jurisdição paulista, da mobilização intermitente e com específicos direcionamentos políticos do letramento. Cabe também ressaltar que a partir do processo de reedição desta memória histórica de Vergueiro pode-se atentar às relações familiares e interesses políticos no âmbito da tentativa de acentuar a pertinência da publicidade daquela memória histórica de Vergueiro. Desse modo, a segunda edição do livro fora empreendida por Frederico Augusto Pereira de Moraes, cunhado do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. No que se refere aos interesses familiares para reeditar o texto de Vergueiro, Pereira de Moraes observou que através deste texto poder-se-ia corroborar o papel de benemerência de seu sogro – Friedrich de Varnhagen – acerca de sua participação nas iniciativas da fundição de ferro no Brasil. No que toca ao papel das relações familiares na produção de obra histórica, Pereira de Moraes acentuou que foi através de consulta a documentos particulares sob guarda da família Varnhagen que ele pôde realizar os aditamentos àquela memória histórica de Vergueiro. Ver: MORAES, Frederico Augusto Pereira de (org.). *Subsidios para a Historia do Ypanema compreendendo 1º – a Memoria Historica do Senador Vergueiro, impressa pagina por pagina da edição de 1822, 2º – O Appendice que foi publicado com a mesma Memoria, 3º – Um additamento a esta segunda edição d’ella, contendo mappas e documentos ineditos, etc.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

como se fosse o centro da escritura, da história.”⁴³⁴ Em Cezar, a problematização dos limites da imparcialidade na obra de Varnhagen encaminha uma reflexão sobre a constituição da disciplina da História, tema que remete, pois, ao caso europeu.⁴³⁵

No desenvolvimento deste capítulo, identificar a centralidade que Vieira dos Santos atribuiu a si nesta narrativa – nas condições de funcionário estatal, letrado, negociante, e, dessa forma, enquanto personagem que se reconheceu legitimado a interagir com autoridades provinciais e elites locais, e a ambos os segmentos endereçar projetos de rearranjos, notadamente, administrativos e econômicos – subsidia o posicionamento da obra desse indivíduo no interior das formas de direcionamentos políticos do texto histórico no Brasil oitocentista. Em Vieira dos Santos tem-se, pois, um caso de utilização intermitente e estratégica da escrita histórica enquanto móbil para projetar formas de estabilização na organização produtiva e política de área provincial, projeções essas identificadas com pleitos de segmentos de elites mercantis do litoral sul paulista.

No desenvolvimento, pois, desta análise confere-se atenção – no âmbito do entendimento segundo o qual as posições políticas sustentadas nesta memória histórica relacionam-se à consistência da integração do autor junto a segmentos das elites locais – aos

⁴³⁴ CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. In: *História*, v. 24, n. 2, 2005, pp. 207-240.

⁴³⁵ Enquanto caso da exposição sobre os limites da imparcialidade – e sua justificativa sobre um argumento partidário – referente à escrita histórica acerca de sociedades provinciais brasileiras, tem-se a *História do Movimento Político de 1842* (1844) do cônego José Antonio Marinho (1803-1853). Natural da Província de Minas Gerais, Marinho participou deste movimento político, ocorrido em junho de 1842. Na ocasião, atuou como secretário do Governo que os insurgentes instituíram no município de Barbacena. Marinho ocupou-se, pois, neste livro, de reconstituir a eclosão de revolta em Minas Gerais que, sob a aproximação ao argumento do Partido Liberal, se defrontou contra o acirramento da centralização de poderes administrativos ao Império – ainda, convém ressaltar que, em 1842, eclodiu revolta, por motivo análogo, na Província de São Paulo, nos meses de maio e junho. Ao se eximir da pretensão de imparcialidade, Marinho – que se radicou na cidade do Rio de Janeiro, em 1848, enquanto proprietário de um estabelecimento de ensino regular – reconheceu-se enquanto um *historiador* engajado na reconstituição de um processo de cujos episódios ele participou. Reconstituição essa servente, por sua vez, à repercussão de um argumento partidário, qual seja, contra a centralização administrativa imperial. Desse modo, atentar às considerações preliminares deste livro de Marinho permite a compreensão acerca de como utilizou a escrita histórica para a abordagem de uma luta política regional, e no âmbito da qual ele – Marinho – fez-se ator histórico: “Reconheço que serei tido como um historiador suspeito; tem-se mesmo procurado de antemão prevenir o juízo do publico a respeito d’este trabalho: enfim não poucas vozes retumbarão dizendo – são discursos de um Anarchista, palavras d’um *Santa Luzia*. Confesso que esta prevenção tem fundamento rasoavel; mas na actualidade o meu fim é pôr diante dos olhos. Quem está acima de todas as paixões de quadro, mesmo que desenhado por pincel suspeito, não deixará de parecer verdadeiro, a quem desprevenido o considere; e deixas para o futuro um testemunho da pureza d’intenções, da moralidade do procedimento dos insurgentes de 1842, e para que não digão os vindouros – os nossos antepassados amavam a Monarchia quanto a Liberdade. – Os que entenderem que tenho faltado á verdade histórica, pôdem, como eu, publicar os factos, de que tenham conhecimento; podem contrariar minhas asserções, e será d’este modo que uma critica esclarecida poderá formar um juízo seguro sobre a verdade dos acontecimentos; pela minha parte, e aqui fallo por todos os que se comprometterão no movimento de dez de Junho, desejo ardentemente que o procedimento dos insurgentes seja por todas as faces analysado, e que fique á posteridade formar sobre elle seu juízo no silencio das paixões, e distantes dos interesses do dia.” MARINHO, José Antonio. *Historia do Movimento Politico, que no anno de 1842 teve lugar da Provincia de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de J.E.S. Cabral, 1844, p. iv. Grifo no original.

fundamentos da ação social implicados na noção de *habitus*. Na definição de Bourdieu, o *habitus* “[...] é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo.”⁴³⁶ Decorre de tal perspectiva a proposta de leitura, aqui apresentada, de entender estas memórias históricas como marcadas por um pragmatismo que projeta ideias econômicas e administrativas em atenção aos limites da consecução de interesses corporativos, assim como em atenção ao funcionamento dos jogos sociais nos quais o autor, ao se atribuir a condição de personagem de sua narrativa, reconheceu-se envolvido.

4.1. Autoimagens literárias e ideias políticas na memória histórica

Vieira dos Santos dividiu a memória histórica sobre Morretes em quatro Épocas: 1560-1812; 1812-1822; 1822-1841; 1841-1850. Na Primeira Época, a exemplo da memória sobre Paranaguá, ele descreveu os movimentos de ocupação da baía de Paranaguá e esboçou descrições sobre a presença indígena nesta área. Nas três últimas Épocas, são abordadas, por seu turno, as práticas econômicas, os conflitos políticos entre a vila de Antonina e a freguesia de Morretes, bem como a elevação desta freguesia à condição de vila, em 1841. Neste volume há, ainda, breves descrições sobre o espaço geográfico de Morretes. Predominam, nesta memória histórica, portanto, abordagens sobre práticas mercantis e políticas, notadamente a partir de 1812, quando esta sociedade tornou-se freguesia da vila de Antonina.

As considerações sobre os procedimentos metódicos e direcionamentos práticos que Vieira dos Santos reivindicou ao seu texto sobre Morretes são apresentadas de maneira dispersa na narrativa. Para se iniciar, pois, a discussão a respeito dos modos pelos quais o autor apresentou a delimitação, justificação e compreensão da natureza deste seu trabalho historiográfico, atente-se acerca de como, no título da obra, é apresentado o escopo de escolhas temáticas:

Memória Historica, Chrónologica, Topographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e Do Porto Real, Vulgarmente Porto de Çima.

Em que se descrévem os Fáctos e sucessos maiores, aconteçidos no Município e suas adjacencias, seus primeiros povoadores, descobrimentos das minas de oiro, aberturas das Estradas, para as Villas de Serra açima, rivalidades promovidas contra esta Villa, sobre a preferencia que ao tempo pretendião obte-las aos seus litorais acompanhada de preçiosos Máppas e documentos officiais.

Por Antonio Vieira dos Santos
Çidadão Brasileiro, e por elle offerecida

⁴³⁶ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2010, p. 144.

À Illustre Camára Municipal
Tomo 1º
1851⁴³⁷

A autoimagem pela qual Vieira dos Santos iniciou as considerações sobre os procedimentos e objetivos deste seu texto sobre Morretes reproduz o argumento estudado, aqui, no primeiro capítulo, da hesitação entre o reconhecimento das dificuldades e das utilidades de escrita de uma narrativa histórica. Por conseguinte, ele reivindicou, no âmbito das considerações sobre os aspectos estilísticos da obra, a publicação desta:

Advertencia

Se muitas vezes o Sabio em suas obras litterarias pede desculpa aos leitores de alguns erros que possão commeter com quanta maior razão o deveria fazer, não tendo nenhums conhecimentos scientíficos para bem de poder descrever a historia Morretense desenvolvida grammaticalmente, organizando-a em hum estilo breve, e ao mesmo tempo agradável, sem que nela se encontrassem erros frasiologicos de cacofonia e alguns pleonasmos que a desfigurase, tirando-lhe o bom gosto e o merecimento a ajudar a linguagem do author fosse sublimada, mas havendo feito algumas anotações improvizadas nos intervallos com alguns documentos, nem essas foram corrigidas: e por isso haverão erros, não se achando os discursos bem esclarecidos, por cuja razão será preciso a melhor redação da obra quando a illustre Camara Municipal algum dia o queira mandar imprimir, e dar ao prelo. – Vieira⁴³⁸

O entendimento sobre o padrão textual da memória histórica apresentado por Vieira dos Santos dialoga, conforme analisado no primeiro capítulo, com a definição dicionarizada de Moraes Silva e Oliveira Velho, qual seja, enquanto provido de um estilo leve. Acerca da justificativa para a inserção institucional de sua memória histórica sobre Morretes, Vieira dos Santos transcreveu nesta obra uma Provisão régia de 1782 – a qual demandava que as Câmaras paulistas produzissem anualmente memórias históricas –, e uma Portaria da Presidência da Província de São Paulo de 1845 – que demandava às esferas administrativas provinciais o recolhimento de documentos institucionais particulares com o fito de enviá-las ao Arquivo Público do Império.

Cabe, por conseguinte, reconhecer os termos pelos quais Vieira dos Santos endereçou à Câmara Municipal de Morretes esta memória histórica. Endereçamento que se constitui em espaço para a confluência da afirmação das instrumentalidades políticas e do discurso sobre as circulações sociais necessárias à execução deste trabalho. Principia-se, do mesmo modo, neste estágio da narrativa sobre Morretes, a construção de tomadas de posição a respeito de lutas políticas entre jurisdições:

Á Illustre Camára Muniçipal Morretense

⁴³⁷ *Idem*, p. 1.

⁴³⁸ *Idem*, p. 3.

A vós illustre Camára Municipal Morretense dedico e offereço, a Memoria histórica, chronológica, topográfica e descriptiva desta Villa e seu Município, ella vai escripta mui ingenuamente e mui pobre de erudição porque minha fraca intelligência não pode alcansar a mais sublime rhetorica, mas em recompensa bastantemente enriquecida com preciôzos documentos extrathidos dos Archivos da Secretaria do Governo da Província; das Camaras Minuicipaes das Çidades de Paranaguá, e Coritiba, e da Villa Antonina; do Cartorio dos extintos Ouvedores da Commarca e de outras Auctoridades relativos a memoravel lide que os pôvos deste município soffrerão em razão da bella pozição em que a natureza quis collocar esta Villa, a servir de hum çentro géral ao Commercio das Villas Centraes e sendo ahí o mercado de todas, mas a inveja inseparavel companheira d'ambição e a Cauzadôra da destruição dos reinos e imperios foi ella a que reinando nas Villas lemítrofes, e mui principalmente na de Antonina, quizerão o solo deste Município reduzir a Zéro; e o florente Cômmerço desta Villa á nullidade em desviar por todos os meios possiveis o que a Estrada geral a Serra de Coritiba tivesse, unicamente a direção á Villa Antonina e por nehua maneira, tivesse seu principio nesta Villa de cuja pôsse estavam a perto de dois Seculos, querendo assim reduzir estes povos à mizéria como se elles, sendo Çidadões do Emperio não tivessem igual direito ao beneficio das Leis. A Villa Antonina como hua Mãe ingrata foi a que mais assiduamente trabalhou para que seus filhos Morretenses, não pudessem mais gôzar d'ora avante o fructo da ventura que de tão lônjos annos estavam possuidores, querendo por esta maneira abandona-los como se fossem bastardos, ou estrangeiros mas emfim refulgindo a razão a justiça e a verdade perante o Augusto Throno de Sua Magestade Imperial, forão atendiveis suas reclamações. Bem quizera ter a propriedade da elegância que teve Agamenon no seu dizer, na efficaçia de Julio Cezar, ou finalmente como Sallustio na brevidade que costumava usar nas suas obras mãs não possuindo estes sublimes graos de capacidade, e poder organizar hua historia resumida apontando os factos mais singulares, que occorrerão no decurso dos tempos, e as diversas circumstanças inherentes que lhes preçederão temendo cahir em grosseiros érrros; tomei a deliberação como Cícero, a inclinação que elle tinha, na extensão de recôntar a historia e bem que por isso tenha a nôtta, de fastidioza; mãs os homens sábios e literatos, saberão dar-lhe a devida apreciação, e no intanto; como tantos documentos se achão dispôstos na historia em seus devidos lugares e em ordem chronológica, estes mesmos fazem o enlaçe verdadeiro, da contiuação da mesma historia, e possa ella nos tempos fucturos illuminar as densas trevas dos passados. A primeira instrucção da juventude deveria ser a historia da pátria porque sua leitura estando gravada em seus Corações com mais facilidade pode reproduzir o enthusiasmo o valor e patriotismo a imitação do que fizerão seus antepassados em seus heróicos feitos elle pode produzir o que sejão leaes e bons Çidadãos Paes de familia, e obediente as Leis pode finalmente te produzir os mais famigerados heroés; e para que aqui senão traga exemplos de exóticas historias Estrangeiras vemos na nossa Paulistana os Amado Buenos – os Britos – os Laras – Correas – Pires Antunes – Cabraes – Rodrigues e Subtis; que por seus heroicos feitos se fizerão celebres na historia, assim o deve fazer todo o brioço Çidadão pertencente a tão illustre Municipalidade. Villa de Morretes, 21 de Maio de 1851 – Sou de Vossas Senhorias

Reverente Criado

O Cidadão Antonio Vieira dos Santos⁴³⁹

⁴³⁹ *Idem*, pp. 7-8. Nesta passagem, Vieira dos Santos reconheceu, assim, a consagração de personagens pela historiografia paulista. As obras que compuseram tal historiografia, inscritas entre o século XVIII e o século XIX, foram discutidas por Afonso Taunay, o qual identificou – e reputou enquanto basilares – dois autores que elaboraram trabalhos sobre a história de áreas da Capitania de São Paulo – os supracitados Gaspar Teixeira de Azevedo e Pedro Taques de Almeida Paes Leme – e dois autores dedicados à história da Província de São Paulo – o supracitado José Joaquim Machado de Oliveira, bem como Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, autor dos *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos e Noticiosos da Província de São Paulo*, obra publicada pelo IHGB em 1879. A reconstituição de aspectos da trajetória deste último subsidia – em decorrência de sua mobilidade por esferas estatais, das condições de produção de sua obra histórica e da forma de institucionalização desta – aproximações com o caso de Vieira dos Santos. Conforme Taunay, Manoel Eufrásio nasceu na vila de Paranaguá, em 1825, e faleceu na cidade de São Paulo, em 1878. Em São Paulo, desempenhara cargos na Secretaria de Governo da província. Permaneceu, contudo, em interação com segmentos sociais da 5ª Comarca paulista, de maneira que, quadrigênio, casou-se com Maria das Dores do Amaral Fontoura, natural da vila do Príncipe, na Província do Paraná. Na família de Manoel Eufrásio, o letramento esteve envolvido nos processos de obtenção de distinções sociais e, assim, nas formas de reprodução destes familiares em esferas administrativas e letradas paulistas. Consoante assinalado por Taunay, o pai de Manoel Eufrásio, Antônio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844), foi socialmente distinguido como patriarca do jornalismo paulistano, visto ter participado da fundação do *Farol Paulistano*. A complexidade da rede de interações de Antônio Mariano para a consecução do funcionamento deste jornal observa-se, por exemplo, na arregimentação de letrados tais como o maranhense Manoel Odorico Mendes (1799-1864), e políticos como José da Costa Carvalho (1796-1860), Marquês de Monte Alegre e membro da Regência Trina Provisória, de abril a junho de 1831. Enquanto dado que subsidia a verificação da posição do letramento em processos de reprodução de distinção social, tem-se que dois filhos de Antônio Mariano – Joaquim Roberto (1824-1892) e Roberto Maria (1833-1888) – atuaram no jornalismo e em esferas estatais paulistas. Joaquim Roberto fundou o jornal *Correio Paulistano* e o almanaque *Memorial Paulistano*. Roberto Maria foi jornalista, diretor de órgãos de imprensa em São Paulo e participou do movimento republicano naquela província. Foi, pois, nessa configuração de transmissão familiar de modos de exercício do

Tem-se, pois, do excerto supracitado, a concepção de *História Mestra da Vida* no que concerne ao propósito de Vieira dos Santos de apor nesta composição literária, sob fragmentos de referências à Antiguidade, exemplaridades acerca de condutas políticas. Em síntese, tais considerações Vieira dos Santos caracterizam-se por vislumbrar a eficácia da construção de galerias de heróis e da identificação de ações exemplares para a definição de padrões de conduta – a exemplo de seu elogio acerca do exercício do patriarcado familiar.

Em consonância com a informação empregada na memória histórica sobre Paranaguá acerca da dificuldade de a Câmara deste município elaborar a compilação de documentos institucionais e particulares demandada pela citada Portaria provincial, Vieira dos Santos referiu-se a tal entrave para o caso da Câmara de Morretes: “Ofício de 14 de Julho [de 1845] que a Câmara dirgido ao S^{or}. Prezidente da Província em reposta a Portaria de 15 de Março, no qual exigia alguns documentos que houvessem no Archivo da Câmara ou mesmo, em mãos particulares, que interessassem a historia Brasileira, e serem Archivados no Archivo do Império; ao qual responderão nada havia por ora.”⁴⁴⁰

Cabe assinalar que, na década de 1840, ao passo que as Câmaras de Morretes e Paranaguá reconheceram-se em dificuldades para o cumprimento rotineiro daquele ditame provincial, Vieira dos Santos produziu uma narrativa histórica sobre Morretes, iniciativa a

letramento que Manoel Eufrásio produziu sua obra histórica. A regularidade de sua atuação em esfera estatal paulista foi-lhe instrumental para o conhecimento e organização de documentos. Ainda, a circulação por instituições políticas e religiosas facultou-lhe a ampliação dos materiais da obra. Assim, em um processo de escrita histórica dependente de interações com funcionários públicos, religiosos e letrados provinciais, Manoel Eufrásio concluiu o texto em 1875. A dificuldade de publicar o trabalho, conforme informado por Taunay, decorreu da irregularidade do interesse de instituições políticas, notadamente da Assembleia Provincial, de viabilizarem a publicidade de obras literárias, bem como da restrição do interesse comercial acerca de obras históricas. Em face de tais dificuldades, Manoel Eufrásio enviou sua obra ao Imperador D. Pedro II ainda em 1875, o qual incitou o IHGB a publicá-la. Cf. TAUNAY, Afonso d’Escagnolle. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e seus preciosos “Apontamentos.” In: MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos e Noticiosos da Província de São Paulo* [1879], Tomo I. São Paulo: Martins, 1958, p. 9-20. Portanto, na trajetória de Manoel Eufrásio e, mais especificamente, no processo de viabilização da publicação de sua obra histórica, apresenta-se a relação entre carreira estatal e atuação literária em áreas provinciais, nas quais se encontra a irregularidade dos interesses institucionais acerca da viabilização de trabalhos literários. Ainda, a incorporação do trabalho pelo IHGB permite não operar, no caso da vida letrada provincial, sob uma oposição binária entre manifestações letradas no interior de instituições de cultura e no interior de espaços não culturais ou não corporativos. De outro modo, cabe ressaltar as condições de aproximação entre membros destas esferas através, por exemplo, de mediações políticas, caso da intervenção de D. Pedro II em favor da publicação da obra de Manoel Eufrásio. Acerca, pois, do caso de Manoel Eufrásio, ao mesmo tempo em que se constata a influência das mediações políticas em favor da publicação de obra histórica, cabe ressaltar os distanciamentos entre as concepções e interesses históricos de membros do IHGB em relação aos interesses e concepções presentes na obra histórica de Azevedo Marques. Assim, ao passo que aceitaram a indicação do imperador para a publicação da obra e reconheceram a utilidade do trabalho, os pareceristas do IHGB que se ocuparam, em 1878, de analisar tal indicação – Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906) e Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) – acentuaram que esta obra de Manoel Eufrásio não se tratava de “um estudo completo e perfeito da história e geografia de São Paulo, mas de um simples ensaio ou esboço.” *Idem*, p. 19. Para uma síntese acerca dos aspectos metódicos, condições de produção e ideias políticas dos citados livros de Azevedo Marques, Machado de Oliveira, Pedro Taques e Teixeira de Azevedo, ver: SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 a 1953)*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 296 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁴⁴⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 421.

qual implicou em um processo de estreitamento da relação dele com a Câmara da vila, relação essa que adentrou, pois, aos anos 1850: “[Na sessão de 11 de março de 1848 da Câmara de Morretes] Foi lido e apresentado, hum offício que o author dirigio a Camará acompanhado de hum Esboço da descrição histórica chronologica e Topographica desta Villa desde sua antiguidade de que a Camará se mostrou agradecida.”⁴⁴¹

Em 1842, Vieira dos Santos manteve diálogos com vereadores de Morretes sobre documentos do Arquivo da Câmara de Paranaguá, documentos os quais, datados do século XVIII, cotemplariam informações a respeito da formação do povoado de Morretes. Sobre estas interlocuções, Vieira dos Santos assinalou que “Inteiramente se ignorava se havião estes títulos, e foi o Autor destas Memórias que delles deu noticia aos vereadores Modesto Gonçalves Cordeiro, e João Coelho Guedes de os haver nos livros antigos de Reg^{os}, da Camará de Paranaguá de onde forão extrahidos pelas ditas Certidões.”⁴⁴² Observa-se, dessa forma, a legitimidade e assiduidade da integração de Vieira dos Santos em espaços camarários e, por conseguinte, verifica-se o perfil de seus interlocutores enquanto caracterizado pela participação política naquela vila. Ainda, para o caso de Gonçalves Cordeiro, cumpre identificar uma aproximação ao perfil de Vieira dos Santos no que respeitava à integração de ambos no comércio varejista do município.⁴⁴³

Ao passo que o autor voltou-se à reconstituição de seu envolvimento nos conflitos e interesses mercantis nos quais houve participação de membros de grupos mercantis do litoral e do planalto da 5ª Comarca da Província de São Paulo, as autoimagens de fragilidade estilística e metódica foram inferiorizadas em favor da exposição de argumentos programáticos. Assim, referente ao ano de 1826 – ano que, nesta obra, demarca o princípio de da inserção dele como ator histórico –, são justificadas as razões da reconstituição de tais conflitos e interesses mercantis. Estas justificativas são, pois, sustentadas pela pretensão de

⁴⁴¹ *Idem*, p. 452.

⁴⁴² *Idem*, p. 376.

⁴⁴³ Na Lista Nominativa de Habitantes do 1º Quarteirão da Freguesia de Morretes do ano de 1836, Modesto Gonçalves Cordeiro – então com quarenta e cinco anos, casado com Justina Roiz Trindade, de trinta e um anos, e pai de quatro filhos e duas filhas ainda na menoridade – é referido como negociante ervateiro, cuja escravaria comportava cinco crioulos, ou seja, cativos nascidos no Brasil – três escravos adultos, e duas escravas ainda na menoridade –, bem como comportava uma escrava adulta de origem africana. O valor da subsistência anual do domicílio alcançou, naquele ano, a quantia de seiscentos mil réis. Nesta lista nominativa é mencionado que Gonçalves Cordeiro sabia ler e escrever e, por isso, estava habilitado a ocupar qualquer cargo público. Enquanto informação, por sua vez, que ilustra a complexidade das relações entre elites locais radicadas entre Antonina, Morretes e Paranaguá ao tempo de Vieira dos Santos – e, desse modo, ilustra a complexidade das relações que envolveram a produção as memórias históricas deste autor –, convém assinalar que Gonçalves Cordeiro era genro de um compadre de Vieira dos Santos, qual seja, Manoel Antonio Pereira. Na condição de genro de Pereira, Gonçalves Cordeiro tornou-se, pois, concunhado de indivíduo que colaborou com a memória histórica de Vieira dos Santos sobre Paranaguá: Manoel Francisco Correia Júnior, que fora casado com Francisca Antonina Pereira, filha de Manoel Pereira. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor... Op. cit.*, pp. 112 e 218.

reconhecer a amplitude das dimensões políticas dos episódios dos quais ele alegou ter sido partícipe – e, assim, note-se o uso da acepção localista da categoria de *país* enquanto afirmação da significância daqueles episódios em relação à vida política morretense:

211 – O Author destas Memorias d’ora avante te o anno de 1834 faz também alguma representação nesta historia, na qualidade Theroureiro das Caixas de Contribuições voluntarias que os pòvos offereçerão para os repáros das duas Estradas de Coritiba e do Arraial em repetidas representações, aos Ouvedores da Commarca e outras Auctoridades encarregadas das Inspecções das mesmas Estradas, instando-lhes a neçessidade de serem de prômpto reparados aquelles lugáres, que se achavão intranzitaveis, e reuinôzos por cauza dos temporaes, e que o clamor dos viandantes assim o requerião; mostrando desta maneira hum zello patriotico ao bem estar do publico. E em benefício particular desta Villa, e seu Município por isso são inseridas na historia literalmente taes representações não sendo fastidiosas aos leitores porque nellas muitos objectos se ençerrão, que tem ligação com a historia do paiz e he a primeira.⁴⁴⁴

No prosseguimento da justificação das escolhas dos temas que comporiam a narrativa, Vieira dos Santos acentuou a prevalência de assuntos institucionais e econômicos ao seu texto, bem como justificou tal escolha ao se afirmar como *historiador imparcial*: “Este augmento da prosperidade [comercial no litoral da 5ª Comarca paulista], he devido todo á sabia deliberação do Ex^{mo}. Governo, ter facultado a edeficação [das fábricas de soque de erva-mate em Morretes], e como historiador imparcial, só deve escrever a singela verdade por isso que, vou mostrar que sendo este progresso a favor da industria.”⁴⁴⁵

Assim como na memória histórica sobre Paranaguá, a categoria de *cronista* está ausente das autoimagens de Vieira dos Santos a respeito de sua atividade de autor de narrativa histórica sobre Morretes. A autoimagem de imparcialidade foi, por seu turno, empregada, por ele, respeitante à reconstituição que procedeu acerca das contendas políticas entre segmentos das sociedades de Antonina e Morretes:

Como escriptor imparcial, não censuro ás Camarás de cada húa promover, o bem estar dos povos como lhes he incumbido pela Lei de seu regimento só o que algum tanto censuro he essa ingrata Antonina, essa mãe ambicionaria querer o bem comum para si e não querer q. se expargissem nos outros seus filhos, Morreteenses, tratando-os como bastardos, e té mesmo desprezando-os com a maior ingratidão, mas elles sabendo supportar com a maior resignação e heroísmo esse jugo férreo, hoje respirão o ar da liberdade, livres, e independentes.⁴⁴⁶

Concernente, ainda, à relação entre autoimagem e as tomadas de posições políticas no texto histórico, Vieira dos Santos, ao passo que justificou a mobilização de sua documentação particular nesta memória – formada, notadamente, pela correspondência epistolar que manteve com autoridades provinciais paulistas –, buscou desvincular esta sua atuação na

⁴⁴⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., p. 145.

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 313.

⁴⁴⁶ *Idem*, pp. 78-79.

narrativa enquanto manifestação de *vaidade*: “Não he a vaidade exaltação ou a gloria que o Author destas Memórias teve, em inserir no fio da historia Morreteense diversas representações, cartas, e Offícios que em qualidade de bom cidadão, e Empregado publico dirigio a varias Authoridades, em prol do bem estar, engrandecimento, e interesse geral do paiz em que he habitador por serem relativamente tocantes á mesma historia [...]”⁴⁴⁷ Neste excerto, observa-se, pois, a posição do autor enquanto um funcionário estatal, aspecto que o aproxima do perfil dos autores das memórias históricas aqui analisadas no primeiro capítulo.

No que se permite enfatizar os modos de obtenção, por Vieira dos Santos, de recursos para a elaboração deste livro – sejam tais recursos documentos institucionais, sejam informações orais – cabe assinalar que ele elaborou a seguinte consideração a respeito dos recursos empregados na construção deste trabalho: “Finda aqui a Primeira Epôcha das Memórias Históricas, acontecidas no longo espaço de 252 annos desde 1560 até 1812

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 205. A autoimagem literária pela qual o autor legitima a sua inserção e protagonismo na narrativa tendo por objetivo a justificação de sua atuação, por exemplo, em situações de conflito político, assim como o entendimento do discurso histórico memorialístico enquanto recurso para o envolvimento em confrontos políticos em arranjos municipais, verifica-se na *Confutação da Memoria Descriptiva sobre o pretendido modo com que se estabelecem em Moçambique o Systema Constitucional* (1822), de João da Costa de Brito Sanches, que fora Capitão-General e Governador de Moçambique de 1819 e 1821, quando foi destituído. Sanches defrontou-se contra uma memória histórica – sobre a qual não menciona o título e o autor – que circulava com o fito de reconstituir processo de sua destituição do cargo, processo esse deflagrado, no entendimento daquela memória histórica, em face da conduta despótica pela qual Sanches ter-se-ia conduzido na governança – aspecto o qual indica o multifacetado aspecto das formas de acionamento e direcionamentos políticos do modelo narrativo memorialístico. O autor da memória histórica foi, dessa maneira, notado por Sanches enquanto partidário da Junta Governativa que assumiu ao poder em Moçambique em 1821. Ver: SANCHES, José da Costa de Brito. *Confutação da Memoria Descriptiva sobre o pretendido modo com que se estabelecem em Moçambique o Systema Constitucional ou provas da falsidade e injustiça com que o author della intentou calumniar a José da Costa de Brito Sanches*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1822. As implicações políticas do discurso histórico – para além do modelo memorialístico – produzido por funcionários estatais portugueses acerca de suas experiências administrativas em áreas coloniais e os modos como tal discurso caracterizou-se, sobretudo, por críticas a respeito de demais membros da administração colonial permite, assim, reconhecer as utilizações do discurso histórico na vida política de espaços municipais dos domínios portugueses no Atlântico. Pode-se, nesse escopo, referir a uma obra produzida no município de Funchal, na Ilha da Madeira, a saber, a *Historia Verdadeira dos Acontecimentos da Ilha da Madeira depois do Memoravel 28 de Janeiro* (1821), de autoria de Sebastião Xavier Botelho (1768-1840), o qual fora Capitão-General e Governador da dita ilha. Neste texto, Botelho admoestou a atuação de Luiz José Baiardo – que atuava como Escrivão do Juizado Eclesiástico da ilha – no processo da repercussão política da Revolução Liberal do Porto. Em sua defesa, Baiardo publicou *Carta escripta a um sujeito da Provincia da Ilha da Madeira, ou o lundum dos bordões, que tocou Sebastião Xavier Botelho*. Destituído do cargo, Botelho foi transferido para Moçambique, onde foi Capitão-General. Desta experiência administrativa, publicou a *Memoria sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental* (1835). Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario... Op. cit.*, Tomo Quinto, p. 299. Para assinalar, por sua vez, a partir de Botelho, aproximações entre as memórias históricas e as memórias que se afiguraram como notícias administrativas, no excerto seguinte pode-se reconhecer que esta segunda modalidade memorialística não foi exaurida, pois, do exercício da crítica historiográfica, extrapolando-se, assim, o ditame funcional ao qual era aplicada: “[Alphonse] Beauchamp é um plagiario, ou antes um traductor da Historia Brazilica, com todos os seus erros, e descuidos. [Dominique] Depradt abisma os seus leyttores em hum laberinto de hypotheses graciosas. Escreve das Colonias existentes, sem joeirar com boa critica de factos, e a indole dos Colonos, avaliando aquelles como os viajantes lhos contarão, e suppondo estes como se lhe figurão.” BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memoria sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1835, p. 14.

successos, mais singulares, escavados nos antigos Livros do Archivo, da Camará de Paranaguá e em outras historias Brasileiras e tradições girantes entre os homens mais antiquários do paiz.”⁴⁴⁸

Por conseguinte, Vieira dos Santos, ao se aproximar da perspectiva de buscar exemplaridades que orientassem ações futuras, perfez, na finalização do primeiro volume da obra, um resumo dos temas e considerações sobre o percurso desta escrita, ao lado de juízos morais acerca dos assuntos tratados na obra. Acerca de tais juízos, atente-se, através do seguinte extrato, à recorrência ao entendimento da sua memória histórica enquanto sustentada por objetivo instrucional, bem como aos direcionamentos localistas nela enfatizados:

Aqui dou fim ao primeiro volume dos principaes factos e acontecimentos da Historia Morretense, nella acharão os leitores exarados tudo quanto tem acontecido demais memorável nesta Villa, e seu Município desde a mais remota antiguidade, té a era de nossos dias, e se porventura escapassem ao fio da historia alguns successos dignos de serem memorados, estes se verão exarados no segundo volume. O author cheio de gloria e possuído d'hum verdadeiro patriotismo pela dedicação ao paiz onde habita elle se ufana em ter vencido seus trabalhos literários d'hua empreza tão temerária, e mui superior as forças de sua inteiligencia, e nunca dezanimoando de seu projecto, se revestio de constância e de paciência, e com ellas vencendo todos os obstáculos chegou em fim ao ápice de sua obra, possa ella inda que imperfeitissima interessar a Camará Municipal desta Villa enriquecendo seu Archivo com tão preciosos documentos, trabalhozamente adquiridos no espaço de longos annos, possa ella (torno a repetir) ser útil ao paiz e as gerações presentes e fucturas; possa ella d'ora avante ser hum brilhante pharôl, que nos Séculos fucturos illumine o que as trevas tinham obscurecido no passado e no presente. A historia da pátria deve ser a de mais agrado de todo o Cidadão [...] ella todos devião ser instruídos porque assim [...] hé mui decôrozo ao verdadeiro Cidadão defender sua pátria e té dar a própria vida por ella, hé igualmente muito honrozo áquelle Cidadão [...] historia de seu paiz na [...].

DULCE EST CÔRUM, EST PRÓ BRASÍLIA PÁTRIA MÔRI⁴⁴⁹

Demanda-se, por conseguinte, assinalar que a feitura – e a institucionalização – de um trabalho literário de Vieira dos Santos sobre Morretes observou-se já nos anos 1830. Para ilustrar, desse modo, a realização, por ele, de exercícios letrados como anterior às relações contratuais que firmou com as Câmaras de Antonina, Morretes e Paranaguá para a produção de memórias históricas – e para se atentar, ainda, ao manejo de técnicas de composição textual a respeito das quais Vieira dos Santos fora socialmente reconhecido como qualificado a executar –, cabe menção à produção descrição topográfica e eclesiástica da freguesia de Morretes que, em 1835, fora encomendada a ele pelo pároco atuante em Morretes. Do seguinte modo Vieira dos Santos mencionou a respeito desta encomenda institucional: “Copia que o Author deu da Estrutura Topographica e Eccleseastica da Freguezia de Morretes ao

⁴⁴⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 72.

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 488.

Padre António Rodrigues de Carvalho para ser remetida ao Ex^{mo} Bispo Diocesano em virtude de hua ordem circular [...].”⁴⁵⁰

Através desta passagem é evidenciada uma demanda institucional – sob a mediação do pároco – para a produção de uma descrição histórica e topográfica da freguesia, na qual constasse o papel da Igreja Católica nesse processo histórico. Vieira dos Santos executou este trabalho – e transcreveu-o nesta memória histórica –, o qual é composto por breves considerações, para além de informações sobre a história e a topografia morretenses, acerca da população da freguesia referente ao ano de 1834. Os limites da área da freguesia de Morretes, o movimento de ocupação populacional, assim como a atuação da clerical nesta sociedade desde o século XVIII foram, ainda, entrecruzados neste trabalho. Tal excerto ilustra, dessa forma, o funcionamento de circuito de interações letradas cuja abrangência contemplou a cidade de São Paulo, visto que as Paróquias da 5ª Comarca da Província de São Paulo estavam, então, subordinadas ao Bispado da Diocese localizada na capital da província.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 315.

⁴⁵¹ Sobre a participação de clérigos na vida letrada e política em municípios da Província de São Paulo – notadamente sobre os modos de atuação daqueles em querelas locais e, a partir da politização de seus exercícios literários, em processos decisórios, por exemplo, de esferas da administração provincial paulista e da administração imperial –, bem como para uma análise sobre aspectos do papel político da imprensa paulista, na qual manteve acirrada atuação o padre Diogo Feijó, cuja formação intelectual e atuação clerical deram-se em municípios paulistas, ver: RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. Na presente abordagem, conferiu-se, pois, atenção a casos de clérigos atuantes no Brasil cujos trabalhos historiográficos estiveram envolvidos, quer em demandas corporativas – os casos de Honorato e Pizarro –, quer envolvida em pretensão de acirramento da relação entre Estado e Igreja – o caso de Carmello Luna. Acerca de clérigo que, de outro modo, radicado no município de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul, voltou-se a uma escrita historiográfica desprovido da vinculação ao cumprimento de ditame corporativo e que desvinculado, ainda, do quadro de sócios do IHGPSP, produziu obra de conteúdo histórico ao tempo da existência deste sodalício, tem-se o cônego francês João Pedro Gay (1815-1891), autor da *História da República do Paraguai*, a qual o IHGB publicou em sua *Revista*, em 1863. Trata-se, assim, de livro que resultou das interações que o seu autor mantivera com letrados radicados ou circulantes naquela província, letrados, notadamente, de origem europeia. Atentar, pois, às considerações de Gay sobre o processo de produção desta obra subsidia a verificação da concomitância de lógicas corporativas e não corporativas de operação historiográfica em área provincial. Do mesmo modo, permite-se verificar aspectos dos percalços e condições de êxito na mobilização, por Gay, de interlocutores para a feitura seu texto histórico. Leia-se, pois, o excerto da *Historia* de João Pedro Gay referente a um caso das interações que este clérigo desenvolveu em face do propósito de obtenção de um manuscrito então sob guarda particular: “O celebre viajante Mr. de Auguste de Saint-Hilaire em sua visita ás missões orientaes do Uruguay, parou poucos dias em S. Borja, onde sem embargo travou amizade com o commandante de missões coronel Antonio José da Silva Paulete, engenheiro portuguez, porém d’este povo seguiu a visitar os outros; e consta que de S. João mandou ao governador cornel Paulete uma memoria sobre as missões orientaes, cuja memoria infelizmente se perdeu nas mãos de numerosas pessoas que a quizeram ler. Mas asseguram-se pessoas de distincção, e entre ellas meu finado amigo Mr. Bonpland, de que na referida memoria se tecia o maior elogio e a seus productos.” GAY, João Pedro. *Historia da Republica Jesuitica do Paraguay desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias*, anno de 1861. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXVI, 1863, p. 426. Compete, também, assinalar deste excerto a legitimação da informação oral em face do reconhecimento da distinção social de seu interlocutor. O interlocutor ao qual Gay se refere era o botânico francês Aimé Jacques Alexandre Goujand Boupland (1773-1858), o qual era radicado na província argentina de Corrientes. A relação entre a mobilização de colaboradores à execução do trabalho historiográfico e as dificuldades de finalização, por estes colaboradores,

4.2. As fontes e as escolhas temáticas na construção da obra

Nesta memória histórica, Vieira dos Santos utilizou-se, para além da documentação institucional das Câmaras Municipais as quais ele se referiu no preâmbulo acima transcrito, de informações orais e de suas rememorações. Encontram-se, ainda, nesta obra, a citação a dois livros, os quais o autor arrolara na memória histórica sobre Paranaguá: as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Teixeira de Azevedo, empregadas como subsídio para a descrição de práticas sociais dos índios carijós do litoral sul paulista,⁴⁵² bem como as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, de Pizarro, obra utilizada como subsídio para se referir à participação de Eliodoro Ébano Pereira na fundação das vilas Curitiba, Iguape e Paranaguá, no final do século XVI.⁴⁵³

Vieira dos Santos, no tocante à abordagem sobre os indígenas no litoral paulista, manifestou, tal qual fizera em sua narrativa sobre Paranaguá, uma crítica à tradição de leitura a respeito dos usos recursos naturais das áreas paulistas nas quais se estabeleceram os carijós. Este autor, ao mesmo tempo em que se arrogou a legitimidade de propor uma crítica acerca de tal tradição – e eis um exercício de arbítrio historiográfico por Vieira dos Santos – condescendeu a ela: “Daqui nasceo escreverem alguns authores que era mineral a matéria de que se fazia a Cal em varias partes d'America enganarão-se, mas com desculpa porque a terra conduzidas pelas agôas, e ventos por cima daquelles montões formou sobre elles, crustas tão grossas que n'algumas partes chega a ter capacidade a sustentarem como sustentão arvores bastantemente altas que sobre ellas nascerão, conservando-se sempre viçosas tal he a antiguidade destas Ostreiras na Capitania de S. Paulo [...]”⁴⁵⁴

Para aprofundar a verificação sobre o percurso da constituição desta memória histórica, são destacados, do excerto seguinte, os modos pelos quais o autor manifestou-se sobre lacunas bibliográficas e documentais. Cumpre verificar, assim, a respeito da circulação de Vieira dos Santos pelo Arquivo da Câmara de Morretes, bem como verificar a produção de percepções acerca da organização social dos indígenas carijós:

1 – Não se encontrão, em nenhuns authores das historias Brasileiras, nem nos antigos livros guardados no Arquivos da Camará Municipal nem mesmo em manuscritos antiquários, memória algua, viridica que indicase o anno em que essa primeira Colônia aventureira vinda de Cananea tivesse o seu primeiro ingresso nas formozas Bahias Pernaguenses, e qual o motivo porque, se forão estabelecer em hum ponto

de efetivação destas colaborações, evidencia-se no seguinte excerto: “Tempo, conhecimento e meios me faltaram para estudar o territorio da provincia jesuitica do Paraguay em relação a sua geologia. Como eu disse no prefacio, um amigo meu profissional teve a bondade de se incumbir d'esta tarefa á meu pedido mas elle ainda não concluiu o trabalho.” *Idem*, p. 780.

⁴⁵² Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., p. 11.

⁴⁵³ Cf. *Idem*, p. 15.

⁴⁵⁴ *Idem*, pp. 11-12.

da Ilha da Cotinga? de certo, receiozinhos por inda não estarem em boa harmonia com a Nação indígena dos Carijós, naturaes do país, e habitantes nos Contornos das Bahias, e nos Círculos dos municípios de Antonina, e desta Villa, onde parece que o Grão Cacique d'aquella Nação tinha o principal estabelecimento de sua Corte no lugar que hoje se chama – Sambaqui guassú próximo a foz do Rio Sagrado, por quanto como pensão diversos authores.⁴⁵⁵

Sob a afirmação de tal dificuldade para a escrita da memória histórica, Vieira dos Santos voltou-se a descrever a ocupação populacional de Morretes, acerca do final do século XVIII e o início do século XIX, a partir de informações orais. A identificação das famílias que se estabeleceram nesta área e a descrição das atividades econômicas então desenvolvidas sustentam a perspectiva hierarquizada sobre este processo de formação social. Vieira dos Santos enfatizou, acerca destas famílias, a relação entre práticas econômicas e posse de escravos enquanto elementos subsidiários à verificação da distinção social a elas características. Tem-se, pois, a respeito deste processo de formação social, a descrição de um mundo senhorial.

Nesse escopo, para além das informações orais, foi-lhe operacional o domínio de conhecimentos genealógicos – domínio o qual permite reconhecer um aspecto da integração deste autor em um circuito de transmissão de informações sobre as composições de famílias da elite local. Dessa maneira, na abordagem sobre o processo de organização do espaço morretense, o autor conferiu atenção a processos de enraizamento de núcleos familiares, exercício de práticas econômicas e consolidação de distinções sociais.

No que se refere às tomadas de posição de Vieira dos Santos ao tratar de episódios do século XVIII, cabe estabelecer uma aproximação com a memória histórica sobre Paranaguá. Conforme analisado no capítulo terceiro, o ano de 1722 foi apresentado por Vieira dos Santos como o momento em que o rei de Portugal, D. João V, concedeu a faculdade de Paranaguá manter tratos comerciais marítimos com a Colônia de Sacramento. Na descrição desse processo, Vieira dos Santos retomou a crítica aos comerciantes da Paranaguá setecentista por não terem, àquela época, auferido a elevação das atividades mercantis desta vila. No âmbito destas considerações, ele, tal qual fizera para o caso da memória histórica sobre Paranaguá, valorou positivamente a atuação, no início do século XIX, de Francisco Alzagaray no beneficiamento erva-mate em Paranaguá.

Assim, Vieira dos Santos, no excerto anterior à transcrição da resolução do rei de Portugal que concedeu liberdade de navegação comercial em Paranaguá, posicionou-se sobre a dinâmica econômica da Paranaguá setecentista e, nesse âmbito, elaborou um elogio a Alzagaray:

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 9.

Outra Resolução de Sua Magestade expedida pelo Concelho Ultramarino, de 29 de Janeiro de 1722 Concedendo a franqueza dos Paranaguenses de poderem exportar, seus géneros; e Commerçiar, levando-os á Colónia de Sacramento, ou a todos os portos do Brazil de madeiras, Cal de Ostras, Telhas e Tijolos e a Congonha para fazer intrduzir em Buenos Ayres. Si desde aquella epôcha fosse entroduzido em Buenos Ayres este ramo Commercial, que prezentemente, he o mais vantajôzo da Commárca, quanta riqueza não teria acarretado para ella, das Republicas Americanas, Argentina, Çisplatina e Chilena muitos milhões de prata, e oiro, Convertendo se ou transformando-se as verdes folhas dos Campos de Coritiba produzidas pela natureza, e sem nenhum cultivo em pezos, e onças hespa-nholas, trazendo a esta Commárca a maior feleçidade; e que foi perdida no longo e grande espaço decorrido mais de hum (Notta 9) Século, e que deixarão muitas famílias ricas, abastadas, e felizes; e talvez tivesse feito chegar o crescimento desta Villa, a ponto de ser hoje hua grande Cidade, quando á 30 annos he que principiou a resurgir do esquecimento introduzindo-se então em Buenos Ayres por hum hespanhol Dom Francisco de Alzaragay vindo a Paranaguá, te mesmo ensinar a maneira regular de seu beneficiamento, e desde então abrir os olhos; aos ignorantes Paranaguenses, e povos Commarcãos que bem alheios estavam de posuïrem no seu Solo hum dos mais preçiosos vegetaes que produz a natureza eis a integra da Resolução de S. Mag.⁴⁵⁶

Estas considerações de Vieira dos Santos em defesa da liberdade comercial acentuam a convivência, no discurso deste autor, entre a valoração positiva acerca de processos de crescimento econômico, a defesa da rotinização de eventos religiosos e a percepção comunitária sobre a dinâmica social morretense. Ou seja, tal qual se atentou para o caso da memória sobre Paranaguá, o crescimento comercial, no entendimento de Vieira dos Santos, se apresenta como subsídio ao aperfeiçoamento da ordem pública.⁴⁵⁷

A exemplo da memória histórica sobre Paranaguá, no processo histórico elaborado por Vieira dos Santos sobre Morretes atenta-se, pois, para a complexificação dos interesses e conflitos econômicos vivenciados pelos negociantes morretenses no final do século XVIII. Este autor deteve-se, assim, acerca do tema do aprofundamento da fiscalização, pela Câmara

⁴⁵⁶ *Idem*, pp. 26-27. Na nota complementar de número nove, Vieira dos Santos aprofundou as considerações sobre a legislação comercial portuguesa e a atuação de Alzaragay na perspectiva de imaginar os logros comerciais, caso os comerciantes setecentistas não se conduzissem, segundo o texto régio transcrito por Vieira dos Santos, pela “muita preguiça.” Seguem, pois, os termos da crítica de Vieira dos Santos aos comerciantes de Morretes: “A Rezolução de Sua Magestade expedida pelo Concelho Ultramarino foi de 29 de Abril de 1722, na qual franqueava a livre navegação do Commércio para a Colónia do Sacramento, para ser introduzida a Congonha ou herva de mätte em Buenos Ayres o que só teve lugar no anno de 1820 pelo hespanhol Dom Francisco de Alzaragay, havendo passado o largo espaço de 98 annos nos quaes esta Commárca veio a perder hum cabedal passante de alguns milho(e)s de pézos que podiam andar em giro do paiz, e fazer a feleçidade de muitas famílias.” *Idem, Ibidem*.

⁴⁵⁷ Consoante assinalado por Albert Hirschman acerca do pensamento social europeu, entre o século XVI e o século XVIII – no íterim, portanto, da vigência do regime econômico mercantilista –, a defesa do cultivo de interesses econômicos individuais constituiu-se em argumento em favor da consecução do equilíbrio de poder e da previsibilidade de ações individuais no âmbito do aperfeiçoamento da ordem política. A busca de realização dos interesses individuais – busca a qual, através da previsibilidade das condutas, poderia atuar na domesticação das ações passionais – foi, no citado recorte, positivamente valorado em face das regras de interações sociais que se poderiam consolidar. Cf. HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses*. Argumentos políticos em favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, pp. 69-77. Tal ideário discutido por Hirschman relaciona-se às ideias econômicas de Vieira dos Santos, ideias essas que, em relação às configurações das citadas sociedades litorâneas, sustentaram a defesa do crescimento da atividade comercial enquanto um modo de aperfeiçoamento acerca da organização política e social. Desta feita, a defesa, por Vieira dos Santos, do crescimento econômico não foi incompatível com os seus argumentos – marcados pelo anti-individualismo e pelo moralismo – em defesa da estabilidade e hierarquização das interações comunitárias.

de Paranaguá, do comércio varejista do então arraial de Morretes. Ainda, a partir do recorte concernente à década de 1770, os assuntos e os materiais que constituem esta narrativa histórica encaminham-se para o reconhecimento de interesses comerciais envolvidos na construção e reparos de estradas que de ligação entre o litoral e o planalto curitibano. Este tema das articulações políticas respeitantes a traçados de estradas possibilitou a Vieira dos Santos a elaboração de tomadas de posição política, bem como se situar, por seu turno, como ator histórico no recorte a partir da década de 1820.

4.3. Rituais e conflitos na vida social de Morretes

No entremeio de transcrições de documentação institucional e da correspondência epistolar entre autoridades sobre o tema do comércio terrestre há, nesta memória histórica, atenções para manifestações devocionais e ritos políticos em Morretes, em face dos quais Vieira dos Santos discorreu sobre os modos de contatos entre desiguais. Trata-se, pois, neste subcapítulo, de investigar a abordagem, empreendia nesta memória histórica, acerca das práticas devocionais e institucionais nesta sociedade, entre o final do século XVIII e primeira década do século XIX. As formas de coesão social engendradas pelos rituais políticos e devocionais, os juízos de Vieira dos Santos sobre instabilidades na rotina política e religiosa de Morretes, assim como a inserção de conflitos comerciais no entremeio da narrativa sobre os ritos sociais locais constituem a delimitação dos episódios da presente análise sobre os juízos do autor a respeito de fenômenos sociais.

Acerca do ano de 1788, Vieira dos Santos referiu-se a uma epidemia sanitária que teria grassado na vila de Paranaguá. A informação oral sobre este episódio, consoante apresentada pelo autor, acentuou a manifestação devocional enquanto modo de manter-se, ali, a coesão social. Por conseguinte, a mobilização desta informação oral insere na narrativa a faceta de interpretação histórica providencial, pois, conforme defendido pelo autor, o ritual devocional, na condição de dádiva para uma santidade católica, auferiu como contradádiva um milagre que teria engendrado a cessação da epidemia:

85. – Neste anno houve em Paranaguá a grande Epidemia de dezinterias sanguíneas amalinádas e com tal fúria se acçendeo que em breves dias falesçerão mais de 300 pessoas, em húa população deminuta que então não chegava a quatro mil pessoas, e porisso foi memorada com o nome de peste grande, cujos effluvios se forão aplacando depois que, a devoção e piedade dos habitantes se vio frequentar o Terço do SS.mo. Rozario da Mãe de Deos: este cruel flagelo e castigo, enviou ao Solo Brasileiro, porque foi geral em toda a costa, semelhante a da grande peste da Bicha do anno de 1668, ou da peste reinante de febre amárella de 1849; infalivelmente deveria a povoação de Morretes, ser dezimada de victimas pela çegadeira foice da morte, ignorando a quantidade que perecerão com este açoite do Céu, comtudo sendo o clima deste lictoral mais saudável a peste não penetraria em seus habitantes com tanto furor.⁴⁵⁸

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 56.

Na cronologia referente às décadas de 1780 e 1790, Vieira dos Santos entrecruzou informações sobre fenômenos atmosféricos ocorridos nas vilas de Paranaguá e de Cananeia. A chave de leitura do autor sobre tais informações circunscreveu-se às relações sociais – notadamente devocionais – desenvolvidas no ínterim desses fenômenos. A confluência da interpretação sacralizada dos acontecimentos históricos, os posicionamentos em defesa da funcionalidade devocional em face desses períodos de instabilidades e a legitimação de informações orais em convergência com documentação institucional, afiguram-se, nesta obra, em modos de sustentação da interpretação histórica providencialista.

No terceiro capítulo da dissertação, discutiu-se a transcrição, por Vieira dos Santos, de passagens da memória histórica da Câmara Municipal de Cananeia, transcrição na qual ele privilegiou a referência a fenômenos atmosféricos descritos sob uma perspectiva sacralizada, a qual sustentou a reconstituição de episódios lendários. Na memória histórica sobre Morretes, ele manteve, pois, a atenção a informações sobre esta modalidade de fenômeno e, para descrevê-la, empregou informações orais:

87. – Outra extraordinária inundaçáo aconteeo no anno de 1796, no Rio Cubatão e povoação de Morretes, ignorando-se o dia e mez em que este extraordinário Successo teve lugar. Morretes Suppoem se o que deu motivo a hum tão repentino acontecimento fora húa Bomba, que hia bastantemente pejada d'agoa, e que arrebtara contra as altas Serras, e correndo por ella em desmezurados turbilhões em breves horas, a enchente subio sobre o nível ordinário do mesmo Rio, mais de 25 palmos, e seu alvéo não podendo accommôdar tantas agoas o fés sahir fora da mádre cobrindo as margens lateraes, planícies, charcos e lagoas e as ruas da povoação na da Matriz estiverão as cazas com 3 palmos d'agoa, na rua do Campo, e outros lugares baixos subio té a comieira, e os moradores amedrontados de pavor dezamparão suas cázas, e forão procurar amparo da Santíssima Virgem a Senhora do Porto, e o seguro asylo na sua Igreja, onde se hospedarão emquanto não abaixarão as agoas; estas na força de sua furiosa corrente, arrebatava tudo quanto encontrava em sua passagem, mais de 150 animaes de gado vacuum, cavalar e cornigero, porcos, leitões e aves, foi imménsa a perda; todas as sementeiras e plantações de Canna e mandioca onde chegarão as agoas ficarão destruídas e arruinadas; o Rio cheio de tranqueiras com grossas arvores, que as agoas arrancarão da terra, tudo mostrava hum aspecto destruidor, e porisso he celebrada sua memória, com o nome de Diluvio e para cauzar mais espanto este acontecimento foi principiado em húa noite obscura e adjunta ao rumor das agoas, e aos gritos de quem nessecitava de soccôrro, quem hia acudir huns, em Canoas, salvando as famílias e as fazendas, a outros ajudando-os em seus trabalhos e desde a mais remota antiguidade nunca houve outra igual senão a que aconteeo em Janeiro do anno de 1846 e ambas durarão dois ou três dias a despejarem nas banias Paranaгуenses suas agoas, transformando as salitrôzas em agoas doces no espaço de alguas legoas té a Ilha do Teixeira.⁴⁵⁹

O dilúvio de 1796, reconstituído nesta memória histórica a partir de informação oral, tornou-se, segundo Vieira dos Santos, um episódio de desestabilização da rotina social da povoação de Morretes. De outra parte, o ritual devocional deflagrado em face dessa instabilidade, foi entendido pelo autor como inerente à reabilitação da coesão social.

Conforme o excerto seguinte, têm-se, por sua vez, episódios ocorridos no âmbito de ritos religiosos, entre os anos de 1797 e 1798. Assim, no recorte acerca ao ano de 1797, em

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 57.

uma episódio reconstituído através de informação oral, Vieira dos Santos situou o seu sogro, o citado comerciante João Ferreira de Oliveira, enquanto ator histórico em decorrência da participação em um processo ritual. Desse modo, enquanto identificação, pelo autor, de condutas de membros das elites locais no âmbito da realização de práticas caritativas, atente-se à descrição:

Se trás por memória neste anno o nome do Tenente João Ferreira de Oliveira – Protector e Zelador da Capella de Nossa Senhora do Porto, seu grande zello em promover pêlos fieis esmollas para as obras da mesma Capella, recebendo toda a espécie que lhe dessem de Aves, ovos e fructas mandando-as por em leilão no Adro da mesma Capella, antes da Missa conventual dos Domingos: – nos tempos das colheitas do Arroz, hia pellos citios onde o plantavão tirar Esmóllas, e com estas fo-rão feitas as duas paredes principaes do Corpo da Igreja.⁴⁶⁰

Na permanência, pois, da utilização de informação oral enquanto recurso para o discurso histórico, Vieira dos Santos tratou do desempenho de um rito de recepção ao bispo da Diocese, de modo a entender tal evento sob a perspectiva da coesão social que este teria engendrado, em 1798, em Morretes:

92. – Em o memorável dia 6 de Agosto do anno de 1798 chegou aos Morretes o Ex^{mo}. Bispo Diocezano deste Bispado Chegada Dom Matheus de Abreu Pereira, pelas 8 horas da noite, entre repiques de sinos e salvas d'alegria que andava em vezita ordinana em toda a sua Dioceze. Para esta recepção todos os moradores da povoação caiarão suas cazas, aterrarão-se as ruas d'areia e burgulhão, as quaes se adornarão com palmeiras, e fizerão-se alguns arcos de ramagem silvestre, e murta, havendo luminárias todas as noites, e salvas de alegria nos dias que aqui se demorou, e na Igreja admenistrou o Sacramento da confirmação. Foi immenso o concurso de povo nessa ocçazião da alegria, a vinda do Prelado Paulistano.⁴⁶¹

A instabilidade, por sua vez, no ritmo das práticas devocionais em Morretes foi percebida pelo autor referente a episódios do ano de 1812, quando o padre da freguesia demandou aos devotos, segundo o entendimento do autor, obrigações econômicas excessivas para com a Paróquia. A reivindicação dos vereadores de Antonina, junto ao general da capitania, contra o clérigo ilustra, pois, uma faceta de aproximação conflituosa, consoante o entendimento de Vieira dos Santos, entre ritos religiosos e interesses políticos. Na exposição sobre a Provisão do bispo da Paróquia que elevou a freguesia de Morretes à condição de freguesia Colativa – de modo que, através desta provisão, esta freguesia foi apartada da jurisdição da Igreja Matriz da Vila de Antonina –, bem como através da rememoração dos conflitos engendrados pelas ações do clérigo que fora designado para atuar em Morretes, Vieira dos Santos reconstituiu os termos do conflito.

⁴⁶⁰ *Idem*, pp. 58-59.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 59.

Trata-se, por conseguinte, de mapear a linguagem dessacralizada e politizada de Vieira dos Santos sobre conflitos entre a Paróquia e a Câmara de Antonina, bem como mapear os modos pelos quais ele se manifestou a favor dos argumentos dos camaristas:

114. – Provisão de 29 de Abril de 1812 passada pelo Exmo. Bispo Diocesano foi elevada a Igreja de Morretes a Freguezia de natureza Collactiva separando-se da Matriz da Villa Antonina de quem era filial e foi provido pella mesma Provisão o Pe. Joaquim Jozé Leite Penteado, como primeiro Parôcho Collado, este exigio que, os Parochianos lhe pagasém o antigo uzo das chamadas Conheçenças o que fés em suas predicas na Estação da Missa aos povos; que era 80 reis por cada Cheffe de família, e 20 reis por cada Escravo mas os povos repugnarão pagar, e a Camará de Antonina fés sobre isso húa representação ao General da Capitania, António Jozé da Franco e Horta, que deçidio se não pagasém e que a Camará fizese publico por Editaes o que praticou, ficando os povos aliviados deste onúz, desse Parôcho lhes queria sobrecarregar.

Dessa maneira, o tema das práticas devocionais assinala os momentos da narrativa histórica sobre Morretes nos quais ora são admitidas interpretações não laicizadas de episódios históricos – tendo-se, na reconstituição destes episódios miraculosos, a afirmação, pelo autor, de um catolicismo mariano enquanto recurso para a justificação da ocorrência de intervenções miraculosas na rotina daquela sociedade –, ora os clérigos são incorporados nos jogos políticos e econômicos através dos quais Vieira dos Santos dessacralizou as práticas devocionais católicas e inseriu-as nas regras e interesses sociais vigentes naquela jurisdição.

Tem-se, assim, em Vieira dos Santos, a perspectiva providencialista mobilizada na narrativa histórica – a exemplo da memória histórica sobre Paranaguá – enquanto recurso para acentuar a eficácia de manifestações de rituais deflagradas em momentos de instabilidades na rotina social, mobilização essa que sustentou os seus juízos morais sobre deveres sociais. De outro modo, Vieira dos Santos acentuou o envolvimento político de clérigos na rotina social de Morretes, envolvimento tornado subsídio, por sua vez, para que ele perfize a defesa da conservação de regras sociais, às quais os prelados não auferiam a legitimidade de a elas se sobreporem.

Os episódios dos anos finais do século XVIII e começos do século XIX nesta memória histórica foram reconstituídos, pois, com especial atenção para os conflitos entre jurisdições. As relações entre instabilidades sociais, rituais devocionais e dissensões em face de interesses políticos e econômicos, constituem-se, também, nas matérias e percepções fundamentais de Vieira dos Santos sobre a dinâmica social de Morretes nas primeiras décadas do século XIX. A rememoração do percurso desses conflitos imbricou-se, nesta obra, com o recurso literário da metáfora e do emprego de exemplaridades históricas. Assim, na percepção deste autor, as jurisdições demandariam constituir, entre elas, um relacionamento sob o respeito inerente à existência de gradações em uma configuração política. Contudo, a hierarquização não

pressuporia jugo dos interesses da freguesia pela administração municipal, mas sim reciprocidade entre desiguais. O recurso literário da metáfora sobre o funcionamento institucional sustenta, na descrição da sequência de episódios do ano de 1797, a seguinte tomada de posição contrária à administração municipal de Antonina:

89. – Foi fundada a Villa Antonina em 2 de Novembro do anno de 1797, p(or) ordem do General da Capitania Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, e a foi erigir o Doutor Ouvidor e Corregedor da Commárca Manoel Lopes Branco e Silva, sendo posto o nome que o mesmo General indicara de – “Antonina” – em memória do Sereníssimo Príncipe do Brazil Dom Antônio. Si o nome de Antonina com que foi condecorada aquella nova Villa fosse o de – Antonino – memorando a fama que teve o Imperador Romano – Antonino Pio – o qual com a suavidade de seu governo fés, com que em todo o decurso de seu reinado houvesse paz e tranquillidade no império, deixando a fama de seu nome, tão respeitado, que os seus suc-cessores mais de hum século depois de sua morte, se gloriayão de ter por heróico timbre o sobrenome de Antonino, mas o desta nova Villa, degenerando em femenino, a transformou em hua Mãe ingrata para seus filhos Morreteenses, desprezando-os ao desdém, não lhes promovendo o seu bem estar; e subjugando-os tiranamente a hum jugo férreo, no espaço de 44 annos. que os “povos Morreteenses” soffrerão desta Mãe ingrata e mesmo apezar de serem humildes e obedientes, nunca lhes foi carinhôza e propicia estes filhos bastantemente soffredores, havendo já chegado a idade provecta de sua maioridade, tratarão de Emanciparem se saccudindo as pezadas cadéas, com que aquella Mãe os havia subjugado em 5 do mez de Julho do anno de 1841, pela Lei Provincial nº 16 da Asmblea Legislativa gloria pois lhes seja dada, pois que, taes filhos sendo educados debaixo do Jugo opprimidor e soberão conduzir-se com prudência nos soffrimentos padecidos e amestrados nas adversidades da vida sabem agora com sabedoria e prudência dirigir o governo Administrativo e Municipal de seu paiz procurando o bem estar de seus compatriotas.⁴⁶²

O grupo mercantil de Morretes foi posicionado nesta memória enquanto integrado em redes comerciais e marcado por interesses econômicos que independeram da dinâmica do grupo mercantil antoninense. A abordagem de Vieira dos Santos sobre os grupos mercantis de Antonina, Morretes e Paranaguá a partir, notadamente, do conflito de interesses e condições para o estabelecimento de alianças, atentou, dessa maneira, para a autonomia e os reveses da atuação desses grupos desde o final do século XVIII.

Os rituais e conflitos sociais identificados por Vieira dos Santos na primeira metade do século XIX em Morretes assinalam, ainda, a realização de práticas políticas no âmbito de espaços domiciliares. As eleições legislativas realizadas na sede da Paróquia, as eleições para o cargo de Juiz de Paz realizadas na residência de Vieira dos Santos, a primeira sessão da Câmara Municipal de Morretes ocorrida na residência do concunhado de Vieira dos Santos – o então vereador Antonio José de Araújo –, e as *agitações* – conforme a categorização do autor – ocorridas em 1834 na residência do Juiz de Paz Manoel Joaquim de Souza em decorrência de conflito de interesses entre negociantes, são, pois, exemplos que indicam como Vieira dos Santos percebeu o entrecruzamento das esferas estatais e societárias. Tal

⁴⁶² *Idem*, p. 58.

entrecruzamento lhe foi operacional do mesmo modo, para a reconstituição de rituais políticos dos quais ele foi participante nas décadas de 1830 e 1840.

Através da metáfora, da rememoração e do envolvimento político acerca dos episódios descritos, Vieira dos Santos referiu-se – e eis a renitência do emprego da metáfora, característico à *Memória Histórica de Paranaguá*, como recurso para a compreensão sobre hábitos e modos de interações sociais – às agitações no domicílio do Juiz de Paz Manoel Joaquim de Souza como tendo sido originadas por oposição ao projeto de ampliação da estrutura da produção ervateira de Morretes: “O horizonte deste dia mostrou-se no mesmo de hum aspecto bem melancólico mas a prudência dos dois Proprietarios em serem condescendentes com a vontade daquelles fes a serenar a tempestade ameaçadora.”⁴⁶³

A confluência entre a perplexidade sobre desequilíbrios na rotina social em face da ocorrência de fenômeno atmosférico, o discurso devocional, a leitura sacralizada sobre o episódio histórico, e, através desta confluência, a reconstituição de fragmentos da vida social morretense, observa-se, pois, para a cronologia de episódios do ano de 1831. Ao se inserir como ator histórico, Vieira dos Santos reconheceu-se na recepção de dádiva divina em virtude de sobre ele ter incidido um fenômeno atmosférico que não redundou, a ele, implicações danosas. A inserção do autor como ator da narrativa e, por conseguinte, a inserção de crença devocional enquanto recurso explicativo de episódio onde ele se situou como protagonista, permite, assim, identificar, nesta obra, a recorrência da interpretação não laicizada de episódios históricos:

338 – Em 13 de Setembro do anno de 1831 depois do meio dia se formou sobre a freguezia de Morretes, hua forte trovoadas; e da qual foi despedido hum raio que cahio em hum Armazém do Author destas Memórias e perto d'elle, em distancia de duas braças onde se achava açentado a porta da rua virado de frente para a mesma, em cujo momento o fés suspender com a attracção eléctrica, mais de 3 palmos deitando-o no Chão do assollhado do mesmo Armazém pegando fogo nelle e derrubando mais de duas dúzias de taboado de Caixeta em pedaços quasi sobre o mesmo Autor que não esmorecendo deste terrível Choque se lançou a rua; e vindo para caza estupefacto, e cheio de susto com o braço esquerdo em esquecimento. O raio, em hua viva roda de fogo caminhou na direcção do mesmo Armazém e sahindo pela porta do quintal, foi deixando vestígios de seus estragos; este memorável successo foi singularizado pelo favor do Ceo, de não offender a vida do mesmo Author; e de escapar da morte mais de dez ou doze pessoas que no mesmo Armazém trabalhavão, no beneficiamento de herva matte, e que por grande fortuna, nesse mesmo suffragante acontecimento todos se achavão jantando em outra Caza immediata.⁴⁶⁴

A rememoração e a devoção que legitimam a descrição sacralizada dos episódios não foram dissociadas de abordagens e posicionamentos sobre a vida institucional e sobre as discussões dos interesses corporativos do grupo mercantil de Morretes. Tem-se, assim, que a

⁴⁶³ *Idem*, p. 312.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 290.

passagem acima sobre a perplexidade de Vieira dos Santos respeitante a um fenômeno meteorológico em 1831 está situada entre a transcrição de um documento particular deste autor – um ofício enviado pelo autor a José Joaquim de Santana, então Inspetor da Estrada de Curitiba – e a transcrição de um documento institucional – a representação da Câmara de Antonina ao Governo da Província de São Paulo contra o modelo de tributação estabelecido pela Câmara de Paranaguá acerca da movimentação comercial que negociantes morretenses realizavam no porto daquele município.

Dessa maneira, as informações orais e rememorações, bem como a documentação institucional e particular mobilizadas por Vieira dos Santos afiguram-se, a exemplo da construção da memória histórica de Paranaguá, indiferenciadas em estatutos de fidedignidade e não hierarquizadas em face dos interesses de abordagem.⁴⁶⁵ A linguagem política e econômica entrecruzada com a descrição – e a crença – acerca de fenômenos lendários e de práticas devocionais nos textos deste autor foi, conforme se pode aferir através dos resultados apresentados no capítulos primeiro e terceiro desta dissertação, recorrente aos modos de elaboração de memórias históricas no Brasil entre o final do século XVIII a meados do século XIX.

4.4. Implicações de episódios políticos da história brasileira na dinâmica local

Neste subcapítulo estudam-se as referências de Vieira dos Santos às mudanças político-institucionais no Brasil dos primeiros três decênios do século XIX. A atenção às consequências de tais mudanças na vida política e econômica de Morretes, bem como a sua participação, no âmbito desta freguesia, em eventos políticos, foram, pois, os aspectos fundamentais das suas considerações, no citado recorte, sobre esta sociedade. Para o

⁴⁶⁵ Na condição de caso de um modo de não diferenciação ou inferiorização das informações orais na composição histórica oitocentista, mas, antes, como envolvidas, de modo equânime, em procedimentos de cotejamento e validação junto a fontes manuscritas, tem-se a *História da Fundação do Império Brasileiro*, do citado João Manuel Pereira da Silva. Afirmou, pois, este autor, acerca do percurso de elaboração deste seu livro: “Desde que resolvi pôr a mão nesta composição, não me poupei a fadigas para conseguir os maiores esclarecimentos. Pesquizei, estudei, meditei, e comparei impressos e manuscritos, tradições orais e papéis do estado. Esforcei-me por tirar a limpo a verdade, separando-a do que podesse obscurece-la.” SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da Fundação do Imperio do Brasileiro*. Tomo Primeiro. Pariz: Imp. de Simon Raçon e Comp., 1864, p. 4. Trata-se, portanto, do reconhecimento da utilidade das informações orais conferido por indivíduo que, inserido na vida cultural da capital do Império, pertenceu ao IHGB, bem como, a exemplo de confrades seus nesta agremiação, foi associado ao Instituto Histórico de Paris. Para uma discussão sobre a atuação historiográfica de Pereira da Silva, e, nesse âmbito, acerca das concepções metódicas sobre a escrita histórica e dos juízos políticos que ele desenvolveu na citada obra – publicada em sete volumes, entre 1864 e 1868 –, ver: ENDERS, Armelle. João Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen et les malheurs de l’histoire moderne du Brésil. In: *Revista de História da USP*, 1º semestre de 2010 – Edição especial: “Antigos, Modernos e Selvagens” –, pp. 115-129.

desenvolvimento deste subcapítulo, faz-se, inicialmente, a identificação das valorações atribuídas, por Vieira dos Santos, a este processo de rearranjos político-institucionais e suas implicações econômicas. Por conseguinte, para se demonstrar a contextualidade das ideias expostas nesta memória histórica a respeito de condições de execução de tais rearranjos, são analisados textos marcados por tomadas de posição a respeito de condições de crescimento econômico e modos de execução de transformações políticas. Por fim, é analisado como, em tal conjuntura de rearranjos institucionais, Vieira dos Santos inseriu-se como ator histórico. Interessa, pois, a abordagem da condição deste indivíduo como ator histórico em face da possibilidade de se aprofundar a análise a respeito de suas percepções sobre possibilidades mudanças políticas e modos de consolidação do equilíbrio social.

Vieira dos Santos observou que o aumento do volume comercial marítimo em Paranaguá e o aumento do volume comercial varejista em Morretes foram resultantes da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808. Ao reconstituir o processo de transferência da Família Real e das mudanças institucionais observadas a partir da Independência, ele atentou à complexificação das atividades comerciais brasileiras, cujos desdobramentos, segundo percebeu, alcançaram o decênio de 1850. Tal processo, Vieira dos Santos sintetizou-o, pois, do seguinte modo: “Hua Geral Metamorphose *revolucionaria* e política em toda a extensão do Império se fés nas Leis orgânicas, divisões territoriais, admenistrações do Governo na força armada nacional, e Naval, substituindo se nôvos regimens e nomes apropriados á Política do Século.”⁴⁶⁶ Dessa maneira, verifica-se que, para Vieira dos Santos, a categoria de *revolução* aufere um valor positivo passo que entendida enquanto um processo cujas implicações se desenvolveriam sob o controle do poder estatal.

No íterim dessa narrativa sobre transformações políticas e econômicas, mantém-se, a exemplo da memória histórica sobre Paranaguá, a atenção a episódios consagrados em uma história política brasileira. Assim, para o reconhecimento da linguagem política do autor acerca do processo da transferência da Família Real para o Brasil, assim como da Independência, cabe ser destacado o seguinte extrato:

108. – O anno de 1808 será sempre o mais memorável nos Annaes do Brazil. O Príncipe Regente Dom João 6.º e sua Augusta Mãe a Rainha Senhora Dona Maria 1.º, e a Real Família Bragantina aportarão nas plagas Brazileiras no dia 7 de Março de 1808, evadindo-se do Reino de Portugal para os seus Estados d'America, substrabindo se assim ás vistas ambiciosas de Napoleão que, então só aspirava o mundo inteiro, e estabeleceo sua Corte na Cidade do Rio de Janeiro; suas primeiras vistas, foi dar franqueza e liberdade ao Commerção universal, com todas as Nações do globo he então que o Brazil

⁴⁶⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 68. Grifo nosso

principia a renascer de suas amortecidas cinzas, qual outra nova Phenix erguendo o soberbo colo do maior gigante vigorado com todos os elementos d'húa existência perdurável, e que no breve espaço de sete annos (no de 1815) qual Águia soberba, estendendo as longas azas do Amazonas ao Prata e se ergueo, vanglorioza remontando se a essas regiões ethereas, quando ao mesmo tempo foi levantado pêlos Brasileiros hum magestoso thrôno, e nelle collocado o primeiro reinante deste novo emisphério o Sr. Dom João 6.º [...] e seguindo-se outro igual espaço de sete annos no de 1822 este mesmo thrôno foi elevado ao Sólío Imperial o maior apogeo da denominação humana coroando ao Muito Alto Magnânimo e Poderoso Imperador O Senhor D. Pedro 1.º como Constitucional e Defensor Perpetuo.⁴⁶⁷

Estas considerações de Vieira dos Santos permitem situá-lo enquanto membro de elite local que se manifestou positivamente sobre a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil. Conforme destacado por István Jancsó e João Paulo Pimenta, tal adesão de elites locais fora sustentada pela expectativa de dissolução da condição colonial. Ambos os autores ressaltaram, ainda, que a proximidade das elites locais com agentes da administração portuguesa incitou, aos primeiros, a expectativa de que poderiam acirrar as suas participações em processos decisórios estatais.⁴⁶⁸

Acerca da Independência do Brasil – e no que se afigurou em caso de letrado provincial envolvido na consagração de efeméride historiográfica –, Vieira dos Santos entendeu-a, conforme se verifica pela leitura da décima oitava nota complementar desta memória histórica sobre Morretes, enquanto decorrente do seguinte processo: “O Príncipe Regente D. Pedro 1.º parte para a Província de Sm. Paulo a 14 de Agosto de 1822 e no seu regresso ao Rio de Janeiro no dia 1 de Setembro do mesmo anno, no çitio celeberrimo do Ypiranga na Serra de S.m. Paulo soltou: o patriótico grito de Independência ou morte, cujo eccho fés resúrgir hum novo Império na terra da Santa Cruz chegou ao Rio de Janeiro em 15 de Setembro.”⁴⁶⁹

Segundo Vieira dos Santos, as mudanças institucionais no Brasil a partir da primeira década do XIX engendraram o aumento das atividades econômicas em Morretes e Paranaguá. Dessa maneira, Vieira dos Santos, no que concerne à renitência do entendimento do crescimento do comércio enquanto relacionado à complexificação e ao aperfeiçoamento das interações sociais, elaborou uma valoração positiva do processo de aumento do volume comercial em Morretes referente às primeiras décadas do século XIX:

Florescimento do Commerçio em Morretes desde 1811 inclusive a 1832, he que o mesmo esteve no seu maior auge, não só por cauza do cerco de Montevideo, té o anno de 1817, como depois o bloqueio marítimo, que se lhe seguio com a nova especulação da exportação da herva matte para os portos das Republicas Argentina, Cisplatina e Chilena. Os mercadores de Paranaguá e desta Villa principalmente,

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 67.

⁴⁶⁸ Cf. JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 153.

⁴⁶⁹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 69.

aproveitando se de húa occasião, tão favorável, muitos fizerão sua fortuna, em pouco tempo principalmente os mais activos, e inteligentes; os Coritibanos compravão bastantes fazendas, e objectos de oiro lavrado nem mesmo reparavão no preço porque se lhes vendia este mesmo mandavão ao mercador que elle tirasse o dinheiro do Sacco e propriamente o contasse; feliz tempo !... tão abundantes e felizes se consideravão, que cazo do mesmo dinheiro senão se fazia.⁴⁷⁰

O entrecruzamento da descrição da dinâmica social de Morretes, a atenção episódios políticos da história brasileira, bem como a perspectiva do envolvimento de Vieira dos Santos enquanto ator do texto histórico, podem ser percebidos, por conseguinte, no modo através do qual ele elaborou a proposta de ritual para ser executado em Morretes no ano de 1822, por ocasião da celebração da Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, aclamação ocorrida, por sua vez, na cidade do Rio de Janeiro, em doze de outubro daquele ano. Em face do interesse de Vieira dos Santos em descrever as regras que elaborou acerca deste ritual, convém atentar à inteligibilidade deste autor a respeito de mudanças político-institucionais, bem como a respeito das formas de se buscar manter a coesão social, na esfera da freguesia de Morretes, no curso dessas mudanças.

Deve-se ressaltar que, ao tempo desta celebração política em Morretes, Vieira dos Santos afigurava-se legitimado, no âmbito da vila de Antonina, a propor modos de execução de rituais políticos, visto que ele afirmou ter elaborado as regras do ritual respeitante ao juramento, nesta vila, das bases da *Constituição* de Portugal, ritual esse ocorrido a vinte e um de julho de 1821.⁴⁷¹ Conforme se apreende do excerto seguinte, a linguagem política apresentada pelo autor em favor da institucionalização do regime imperial é marcada pela relação entre estabilidade política – concernente, sobretudo, ao legalismo – e defesa da religiosidade católica:

159. – Plano que apresentou o Alferes António Vieira dos Santos, ao Capitão Francisco Jozé de Freitas, da Freguezia de nossa Senhora do Porto de Morretes, para se fazer nella a Acclamação do Senhor D. Pedro primeiro, Imperador Constitucional Dezejando os Cidadãos da Freguezia de Nossa Senhora do Porto de Morretes, solemnizar o faustissimo dia, doze de Outubro do corrente anno, não só por ser natalício de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional, e Deffensor Perpetuo do Brazil, como inda mesmo por ser assignalado pela vontade geral dos povos para a sua exaltação, e Acclamação ao throno Imperial dó mesmo Império, concordarão celebrar espontaneamente, o grande Acto de sua Acclamação, nas ruas desta Freguezia por nella não haver corporação municipal que o fizesse, em nome destes povos, que também querião ter a dita e a gloria de o Acciamarem e assim determinarão.

Primeiro – que este dia e os seguintes fossem o de maior gala, para os mesmos Cidadãos, pois entre os maiores júbilos e transportes se gloriavão de que seu Deffensor Perpetuo fosse exaltado a Imperador Constitucional deste vasto continente.

Segundo – que na manhã do dia doze de Outubro a hora certa reunidos todos os cidadãos com os offeçiaes de maior patente, que houverem na Freguezia, vestidos no maior ajeio possível hirão, acompanhar o Bando para ouvirem o Real Decreto de Dezoito de Setembro e o Edital do Senado da Camará do Rio de Janeiro, de vinte e hum do mesmo mez, em o qual se ordena aos povos das Províncias, coiligadas, Acclamem ao mesmo Augusto Príncipe Regente.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 70.

⁴⁷¹ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias.... Op. cit.*, fl. 35.

–Terceiro – que todos os Cidadãos mais condecorados hirão adiante, do Bando, e os povos atras delle, e no fim de cada vês, que este for publicado o Offeçial de maior patente que tiver a Freguezia fará ao povo em alta voz a falia seguinte: Cidadãos, o grande Deos da natureza fês a América para ser independente e livre. O Deos da natureza, conservou no Brazil o Príncipe Regente para ser aquelle que firmase a independência deste vasto continente. Que tardamos? a epôcha he esta, Portugal nos insulta [...] América nos convida. A Europa nos contempla... o Príncipe nos deffende... Cidadãos soltai o grito festivo... Viva o Imperador Constitucional do Brazil o Senhor D. Pedro primeiro – estes vivas serão repetidos três vezes, aos quaes o povo responderá com os maiores transportes de alegria, acenando com lenços, e a guarda que for acompanhar o mesmo Bando dará fogo rolante, no fim de cada vês que este Acto se fizer. Quarto – que o Bando e Acclamação se deverá fazer em todos os ângulos desta Freguezia pela mesma ordem e maneira já indicada soltando se de vês em quando por toda a parte o festivo grito da Acclamação – Viva o Imperador do Brazil. Estes são os sinceros e ardentes votos dos Cidadãos desta Freguezia, que em todo o tempo sempre mostrarão obediência ao Soberano, submissão a Lei e apego firme a Santa Religião. Freguezia de Morretes 11 de Outubro de 1822.

Antonio Vieira dos Santos⁴⁷²

Encontram-se, pois, neste plano de celebração ritual, o acirramento dos argumentos em defesa da estabilidade política, dos deveres devocionais e da elaboração de regras de condutas sociais, no espaço municipal, em favor da coesão social.⁴⁷³ Reivindicações marcadas, pois, pela percepção holística das relações sociais, percepção a qual se pode aferir em virtude de Vieira dos Santos entender como eficaz a elaboração de um processo ritual para se afirmar a adesão local ao Imperador. Desta maneira, tal celebração – a qual se realizou, em Morretes, a doze de outubro daquele ano⁴⁷⁴ – constituiu-se em manifestação de enquadramento daquela comunidade à ordem imperial através da atenção às lógicas e às distinções sociais ali consolidadas. Tais regras de execução de ritual elaboradas por Vieira dos Santos estiveram sustentadas, pois, pela ideia em favor do desenvolvimento de um processo gradual de transformações político-administrativas.

Para se atentar ao caso de autor que, uma vez implantada a autonomia política brasileira, escreveu obra – a *Constituição Moral e Deveres do Cidadão* (1824-1825) – voltada à elaboração de uma ética das sociabilidades para os cidadãos do Império, cabe menção ao

⁴⁷² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 102-103.

⁴⁷³ De acordo com Iara Souza, as aclamações à Independência e a legitimação, pelas Câmaras Municipais, de D. Pedro I como imperador, foram realizadas, marcadamente, no Centro-Sul. Para Souza, a Câmara Municipal como continuidade do poder real e, do mesmo modo, as celebrações políticas, nas municipalidades, como representação da legitimidade do poder imperial foram aspectos de exercício de autoridade e de legitimação política, assim como de funcionamento institucional característicos do Antigo Regime. Dessa maneira, segundo a autora, “[...] a câmara concorria para a mística da realeza e atuava nas festas religiosas, investindo-se, assim, de uma potente carga simbólica. Na localidade, ela funcionava como uma espécie de continuidade do rei e não desperdiçava a oportunidade de se fazer presente, quando não de tentar comandar, um tempo lúdico, de festas.” SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). Tese (Doutorado em História). 1997. 495 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, fl. 198. Para a verificação, a partir do caso da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sobre uma variação na estabilidade da execução de ritual de celebração à Aclamação de D. Pedro I, variação essa marcada, pois, por reflexões acerca da legitimidade da autoridade deste monarca, ver: LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: pensadores radicais do Rio de Janeiro* (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁷⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias...* Op. cit., fl. 40.

Visconde de Cairu.⁴⁷⁵ No pensamento político deste autor, identificam-se os fundamentos de um discurso conservador através, por exemplo, de argumentos antirrevolucionários – como a crítica à Revolução Francesa –, e da prescrição, a respeito das sociedades coloniais da América, de regras de interações entre senhores e escravos.⁴⁷⁶ Portanto, no que se afigura na renitência, por este autor, de uma conduta orientada à permanente racionalização acerca de conjuntivas econômicas e políticas do Brasil entre os períodos colonial e imperial, cumpre sintetizar que a estabilidade institucional, o equilíbrio das relações entre senhores e escravo, assim como a proposição de estratégias de crescimento do comércio foram ideias sustentadas em seus livros publicados entre o decênio de 1790 ao decênio de 1830.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ No estudo de Pedro Meira Monteiro sobre a *Constituição Moral, e Deveres do Cidadão*, de Cairu, abordam-se são reconhecidos os fundamentos cristãos sob os quais este autor reivindicou a consolidação da ordem imperial de maneira que, conforme percebeu Monteiro, o argumento que empregou perfeitamente-se pela relação entre a imaginação de uma ordem social hierárquica e a conservação de valores morais – sustentados pelo catolicismo –, relação a qual ele reivindicou ser integrada ao processo de transformação institucional no Brasil dos anos 1820, marcado, pois, pela outorga da *Constituição do Império*, em 1824. A elaboração desta obra foi embasada, sobretudo, pela atenção – marcada por aproximações e distanciamentos – ao livro *Reflexões ou sentenças e máximas morais* (1664), do francês François de la Rochefoucauld (1613-1680), mas também marcada pela leitura de autores da Antiguidade – tais como os filósofos estoicos e os pregadores cristãos. A escrita da *Constituição Moral e Deveres do Cidadão* constitui-se, pois, em tentativa de compreensão de processos de mudança política e engajamento em tais processos sob a proposição de reformas graduais em ordenamentos sociais e institucionais. A esse respeito, atente-se à síntese proposta por Monteiro: “Esboçam-se, numa obra prática como a *Constituição moral*, as linhas de força da reação católica ao mundo manchado pela Revolução, o que pode conter lições de um pensamento conservador capaz de aglutinar tendências várias, sempre que a desordem iminente – compreendida como a ameaça da turba – pondo em perigo posições estabelecidas e hierarquias mais ou menos rígidas. Enfim, sempre que a arquitetura da sociedade seja contestada, ameaçando arruinar-se o edifício civilizacional.” MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos*. O Visconde de Cairu e o Duque de La Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 197.

⁴⁷⁶ Cf. LISBOA, José da Silva. Da liberdade do trabalho. In: ROCHA, Antonio Penalves (org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 323-333. Conforme assinalado por Jorge Caldeira, a obra de Cairu, para além de afigurar-se enquanto aconselhamento de monarcas e de negociantes abastados, foi, na primeira metade do século XIX, um recurso basilares para os caixeiros – ou seja, um grupo inferiorizado na hierarquia mercantil – instruírem-se acerca de doutrinas e práticas econômicas de matriz europeia. A ampla difusão da obra daquele indivíduo engendrou, pois, que o aprendizado do pensamento econômico fosse, então, caracterizado pela naturalização de antinomias, tal como a defesa do livre mercado em consonância com a defesa da manutenção da escravidão. Cf. CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 118-120.

⁴⁷⁷ João Alfredo de Sousa Montenegro problematizou os fundamentos conservadores dos projetos de liberalização econômica discutidos nas obras de Cairu. A defesa do catolicismo e da estabilidade das sociabilidades hierárquicas foi, pois, percebida por Montenegro enquanto manifestação de argumentos conservadores no interior, por exemplo, das ideias de liberdade econômica apregoadas por Cairu. Pode-se, por conseguinte, demarcar aproximações entre os argumentos econômicos, morais, políticos de Cairu e Vieira dos Santos enquanto inscritos em uma matriz conservadora em atenção aos seguintes aspectos elencados por Montenegro: “a) a religião como base da moral pública; b) a lei natural, cujo conhecimento se torna perfeito com o auxílio de Revelação, é a condição sine qua non da boa direção dos atos humanos; c) o dever moral de cultivar a ordem pública estabelecida; d) a justiça recebe a ordenação da lei natural por meio de três atributos: igualdade, liberdade e propriedade; e) a noção de valor é inerente às de igualdade, de justiça e de liberdade; f) conceito de ordem como garantia da pessoa, agente econômico e do exercício da propriedade; g) reformas públicas devem ser feitas gradualmente, não convindo a abolição repentina de instituições viciadas por respeito à tradição. A serenidade e a virtude do justo meio constituem as normas que orientam essas reformas; h) a hierarquia de classes é inata à classificação real das coisas; i) a ordem social constitui uma projeção da ordem cosmológica; j) há uma íntima interdependência entre Economia e faculdades racionais; k) da sabedoria dos governantes

Acerca da relação entre conservadorismo político e defesa da economia mercantil, tem-se, conforme o estudo de Maria Odila da Silva Dias, o caso do supracitado livro *História do Brasil*, de Robert Southey. Ao mesmo tempo em que as tomadas de posição deste indivíduo foram marcadas pela defesa da liberdade comercial, as ideias de mudança social derivadas de processos revolucionários – sendo a Revolução Francesa a quintessência de tais processos – foram por ele percebidas como causadoras não de mudanças, mas de instabilidades. A defesa da conservação das tradições e do aspecto processual das mudanças socioeconômicas são elementos, pois, inerentes às apreciações de Southey sobre condições de rearranjos político-institucionais.

Na síntese dos argumentos conservadores notados por Silva Dias no pensamento político daquele escritor britânico, destaca-se que “[Southey] tinha sua missão a cumprir em prol de uma igreja e de um Estado nacional anglicano idealizados, lutar contra o liberalismo, a industrialização, o espírito materialista e especulativo que dominava a época; propor medidas de reavivar valores [...]”.⁴⁷⁸ Nesse sentido, o desenvolvimento comercial – e suas implicações civilizatórias – não deveria, para Southey, desdobrar-se no esgotamento das relações

depende a garantia das pessoas e da propriedade, fundamento da Sociedade.” MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O discurso autoritário de Cairu... Op. cit.*, pp. 189-190.

⁴⁷⁸ DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 36. A elaboração de narrativa histórica sobre o Brasil por indivíduo de origem inglesa, bem como a presença de considerações sobre comércio e escravidão em tal modalidade narrativa, pode-se identificar no caso da citada *História do Brasil*, de John Armitage. Pode-se destacar das considerações deste autor sobre sua proposta de escrita histórica referente a o Brasil, a tentativa de reconstituição sobre “[...] a marcha gradual e progressiva de hum povo desde a rudez comparativa até sua civilização [...].” ARMITAGE, John. *História do Brasil*: Desde a chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. vi. Para verificar como Armitage destacou as condições de, na cidade do Rio de Janeiro, arregimentar interlocutores para este seu projeto letrado, cabe destacar que ele, de modo fragmentário e sob o anonimato dos interlocutores, mencionou aspectos do perfil de seus interlocutores, aspectos pelos quais se verifica a legitimidade da integração deste escritor britânico junto a um restrito circuito de compartilhamento de fontes históricas: “Durante a composição da sua obra, o autor teve ocasião de frequentar alguns indivíduos, de caracter politico mais eminente do Brazil; a faculdade de examinar documentos e fontes de instrução a poucos franqueados.” *Idem, Ibidem*. De acordo com Flávia Florentino Varella, no período em que Armitage residiu na capital do Império brasileiro enquanto empregado do escritório de representação comercial de indústria têxtil inglesa, entre os anos de 1828 e 1835, ele teve como interlocutor Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), redator do jornal *A Aurora Fluminense*, e um dos fundadores da seção carioca da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – cujo perfil social de seus membros, conforme destacado no capítulo terceiro desta dissertação para o caso da seção parnanguara desta Sociedade, era marcado pela participação em segmentos de elites locais. Conjuntamente a Veiga, Armitage integrou a Diretoria desta Sociedade. Na proposta de leitura de Varella, tem-se, pois, Armitage enquanto historiador e comerciante, conformando-se, assim, um entendimento sobre aspectos dos interesses políticos de sua obra histórica como relacionados à atuação do autor na vida comercial – elemento esse que se observa, pois, para o caso dos trabalhos históricos de Vieira dos Santos. Ver: VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade... Op. cit.* Acerca de Evaristo da Veiga – no que respeita à extensão de contatos de sua família para com elites provinciais, bem como no que respeita à extensão e plasticidade dos contatos sociais das famílias da elite parnanguara com as quais Vieira dos Santos manteve relações –, convém destacar que era ele ascendente familiar de Bernardo Augusto da Veiga, o qual foi casado com Maria das Dores de Leão, filha de um colaborador da memória histórica sobre Paranaguá: Manoel Francisco Correia Júnior. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor... Op. cit.*, p. 197.

comunitárias e dos valores morais. Conforme destacado por Silva Dias, estes posicionamentos sustentam, assim, um argumento conservador marcado pelo anti-individualismo.

Aproximam-se, pois, Cairu e Southey no que se refere à defesa de uma linguagem política antirrevolucionária – através de um entendimento negativo sobre o caso da Revolução Francesa – linguagem essa presente, por sua vez, no pensamento político de Edmund Burke.⁴⁷⁹ A orientação política antirrevolucionária e a defesa de projetos econômicos para o Brasil no início do século XIX confluíram, pois, em ambos os autores, na produção de argumentos em defesa de mudanças parciais e gradativas para um ordenamento social, as quais assumiram, dessa forma, as feições pragmática e conservadora.⁴⁸⁰

De outra parte, convém identificar a renitência da crítica às revoltas políticas através de um trabalho no qual são reconstituídos eventos políticos de área provincial. A problematização de tal crítica encaminha, assim, a verificação das relações, a partir do caso de um letrado de origem provincial, entre o pertencimento à uma fração de elite regional e a elaboração de percepções sobre as condições de mudança política. Trata-se, assim, da obra *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* – publicada em cinco volumes, de 1865 a 1890 –, de autoria do advogado paraense Domingos Antonio Raiol (1830-1912) – Barão de Guajará. Este livro principiou a ser editado no período em que Raiol iniciava a sua inserção na vida política da Corte Imperial, visto que, em 1864, pertencente ao Partido Liberal, fora eleito representante do Pará na Câmara dos Deputados.

Do seguinte excerto, note-se a apreciação acerca da revolta da Cabanagem (1835-1840), no curso da qual o pai de Raiol – Pedro Antonio – fora morto pelos cabanos:

Homens de ínfima classe social, sem educação nem moralidade, dados em sua maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades e não estremeciam diante dos maiores atentados! Os seus intitulos chefes não tinham força moral para contê-los, nem se distinguiam por melhores sentimentos e dotes naturais, pelo que se faziam coniventes com os próprios

⁴⁷⁹ Acerca da percepção orgânica de Burke a respeito do funcionamento da sociedade, sua crítica à Revolução Francesa – crítica essa sustentada por contraposições, por exemplo, em relação às implicações da Revolução Gloriosa, ocorrida na Inglaterra, em 1688 –, e, desse modo, para a compreensão da valoração positiva atribuída por este autor à conservação das tradições sociais e institucionais, ver: ARAUJO, Valdeir Lopes de. O sublime, o belo e a Revolução: história e narrativização em Burke e Hegel. In: *Revista Intellectus*, Ano 03, v. 1, 2004, pp. 1-15. Acerca, por sua vez, de uma síntese a respeito de tomadas de posição política de orientação conservadora, entre o século XVIII e o século XX, contrárias a processos de transformações político-institucionais sistêmicas – de maneira a tal tradição de pensamento, na qual se enquadra Edmund Burke, entender como ilusórios e perniciosos os possíveis êxitos destes processos –, ver: HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade e ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁴⁸⁰ Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco... Op. cit.*, p. 229.

subordinados. E em tais condições é de prever quantos desvarios não seriam eles capazes no domínio do terror em que viviam!⁴⁸¹

Conforme Luciano Lima, as críticas de Raiol à Cabanagem foram sustentadas pela equiparação dos desdobramentos político-institucionais desta aos desdobramentos da Revolução Francesa. As admoestações de Raiol a episódios daquela revolta política ocorrida no Pará estiveram fundamentadas, ainda, pela temeridade acerca da implantação de uma insegurança social que teria sido característica, segundo vertente de análise vigente à época, do Haiti após o seu processo de Independência, em 1794.⁴⁸² Dos princípios aos meados do século XIX, houve, portanto, no âmbito dos trabalhos de autores interessados em episódios históricos brasileiros, referências ao caso da Revolução Francesa enquanto fundamentação da crítica a ideias e condutas políticas voltadas à consecução de transformações socioeconômicas. Fundamentação a partir da qual tais autores elaboraram, por seu turno, a delimitação de condições e ritmos para a execução de tais transformações.

Da análise dos livros que Vieira dos Santos possuía sob guarda domiciliar, identifica-se uma tradução para o português – realizada por José Cyriano da Silva (1796-1856) em 1822 – do livro *Les ruines, ou méditations sur les révolutions des empires* (1791), de Constatin-François de Chasseboeuf (1757-1820) – Conde de Volney.⁴⁸³ Assim, ao mesmo tempo em que, conforme acima mencionado, Vieira dos Santos tivera em sua biblioteca um livro direcionado à crítica da Revolução Francesa – qual seja, *O Segredo Revelado*, escrito pelo abade Barruel –, a posse de exemplar da citada obra de Volney indica o conhecimento, por Vieira dos Santos, de argumentos de autor que defendera a eclosão da Revolução Francesa, assim como fora representante do Terceiro Estado na Assembleia Nacional da França. Desse modo, ainda que exíguas, pode-se observar as diferentes matrizes de pensamento político

⁴⁸¹ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. V. 3. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 898.

⁴⁸² Cf. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 198 fls. Universidade Federal do Pará, Belém, fl. 89. Convém, ainda, ressaltar que o lugar de sustentação produção da obra literária de Domingos Raiol caracterizava-se pelo perfil político dos envolvidos. Desse modo, assim como os citados Antonio Baena e Ignacio Accioli, Raiol, que fora membro do Partido Liberal, teve como interlocutor o citado Visconde de Souza Franco. Nesse âmbito, Raiol dedicou a este visconde uma obra, a saber, o *Brasil Político*, de 1858. Cf. *Idem*, fl. 49. Acerca, por fim, da consistência da interação entre Accioli e Souza Franco – e, assim, acerca das diferentes condições de interações estes letrados enraizados no Pará –, há de se mencionar que, uma vez atuantes em esferas político-administrativas da Corte Imperial, ambos participaram, também, do IHGB, nos anos 1850, como membros da Comissão de História deste sodalício. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Tomo XVIII, 1º Trimestre, 1855, p. 451.

⁴⁸³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias.... Op. cit.*, fl. 256.

através das quais Vieira dos Santos inteirou-se a respeito de movimentos políticos ocorridos na Europa.

No que se apresenta, por sua vez, enquanto convergência às ideias de Cairu, Raiol e Southey contrárias às sublevações sociais e a mudanças político-administrativas sistêmicas, do seguinte modo Vieira dos Santos manifestou-se, em 1829, sobre a configuração política e econômica da Europa:

A Europa, depois da grande e sanguinolenta guerra revolucionaria, agora só offerece nova perspectiva em conceber planos assombrôzos que admira ao mundo. Estradas subterrâneas por baixo de correntes de caudalozos rios como a do Tunnêl do Tamisa em Londres outros fazendo subir Estradas pêlos cumes de íngremes montanhas pela nova industria de maquinas de vapor, caminhos ou Estradas de ferro com carroças carregadas como em França, Inglaterra e outros paizes mudar se o leito ao rio Sena em Pariz, e abertura de Grandes Canaes, obras dignas de admiração por serem todas encaminhadas ao bem da humanidade e facilitação do Commercio terrestre e marítimo e que servem de augmento á Agricultura e as Artes liberaes e mechanicas finalmente progredir a riqueza Nacional.⁴⁸⁴

⁴⁸⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 187-188. Em Vieira dos Santos, a relação entre a defesa de argumentos conservadores – nos quais se conjugam fundamentos morais direcionados às interações sociais desenvolvidas, por exemplo, em espaços corporativos – e da visão política pragmática que perfaz críticas, por exemplo, ao absolutismo monárquico, permite situá-lo enquanto caso de autor que repercute o *ecletismo* que caracterizou a Ilustração ibérica. Conforme Richard Morse, a categoria de *ecletismo* afigura-se operacional para posicionar tal vertente ilustrada como desprovida de uma sistematização de especulações filosóficas e, assim, como marcada por interesses instrumentais. Enquanto manifestação deste *ecletismo* no caso do pensamento político ibero-americano, Morse acentuou que liberalismo e democracia conviveram de modo intermitente, interação sustentada, por sua vez, pela relação entre cálculo do poder e alcance do bem comum, elementos os quais se caracterizam, respectivamente, pela ideia da política como ciência e pela feição inclusiva e tutelar do Estado. Conforme Morse, nas sociedades ibero-americanas o argumento liberal não se consolidou enquanto crítica ao corporativismo e enquanto afirmação do individualismo. Antes, em tais sociedades o liberalismo tornou-se compatível com as ideias de hierarquia e subordinação. Cf. MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 89-94. Nos argumentos políticos de Vieira dos Santos, por sua vez, pode-se reconhecer o aspecto instrumental sob os quais tais argumentos estiveram sustentados. Aspectos esses que reivindicaram reformas parciais no ordenamento das sociedades nas quais ele se enraizou, assim como defenderam reformas políticas se apresentavam como refratárias ao absolutismo, a exemplo seu posicionamento em favor da Revolução Liberal do Porto. Tais ideias de reformas foram sustentadas, ainda, pela percepção hierárquica dos modos de consecução de um equilíbrio de interesses. Assim, nos recursos literários empregados por Vieira dos Santos para a reverberação de suas posições políticas pautadas por elementos reformistas, pode-se aí reconhecer o *ecletismo* como um mosaico de ideias – e não como um sistema. Do mesmo modo, pode-se, na obra de Vieira dos Santos, reconhecer tal ecletismo na convivência intermitente entre projetos de transformações de práticas corporativas e ideias hierarquizantes sobre as condições de interações sociais. A utilização da categoria de *ecletismo* para o estudo da repercussão das ideias políticas da Ilustração ibérica no Brasil encontra-se, ainda, na análise de Carlos Guilherme Mota sobre os argumentos reformistas de Luís dos Santos Vilhena (1744-1814). Natural de Portugal e radicado na cidade de Salvador como professor régio de língua grega, Santos foi autor de obra de conteúdo histórico, a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaes* (1802). Conforme Mota, as ideias políticas marcantes da Ilustração ibérica – presentes na obra de Vilhena – não se conformam sob o esquema dualista de oposição entre reforma e revolução. Em detrimento deste dualismo – e enquanto forma de compreensão dos distintos perfis sociais dos proponentes, no Brasil de fins do século XVIII aos começos do século XIX, de rearranjos político-administrativos, e das variações de tais propostas de rearranjos – Mota acentuou que “[...] há toda uma faixa de idéias por assim dizer intermediárias em relação àquelas duas tendências apontadas [reforma e revolução]: idéias que, sem serem perfeitamente ajustadas ao regime da época, tampouco são revolucionárias.” MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de Revolução no Brasil e outras idéias*. São Paulo: Global, 2008, p. 114.

A percepção a respeito do crescimento do comércio enquanto elemento que demarca a ruptura com as implicações de um processo revolucionário, assim como a recorrência do emprego da relação entre opulência material e engrandecimento dos Estados Nacionais afiguram-se em aproximações de Vieira dos Santos para com autores oitocentistas voltados à defesa da convivência entre liberalização econômica e equilíbrio político-institucional como fundamento das transformações socioeconômicas procedidas sob ritmos ordenados.

4.5. Comércio, escravidão e religião: dimensões das interações sociais

Abordam-se, no presente subcapítulo, os posicionamentos de Vieira dos Santos sobre as celebrações sociais em Morretes nas décadas de 1820 e 1830, bem como sobre as tensões entre senhores e escravos ocorridas nesta vila. No tocante às celebrações sociais em Morretes, Vieira dos Santos informou a respeito dos momentos de execução de rituais devocionais – bem como de manifestações teatrais –, mas também se posicionou a respeito de episódio o qual entendeu enquanto aspecto dos descaminhos, ali, da vida devocional. Conforme se busca, aqui, demonstrar, estes elementos convergem enquanto variações das prescrições, por Vieira dos Santos, a respeito de modos de interações comunitárias.

Para exemplificar o exercício do rituais devocionais e das práticas teatrais como elementos a partir dos quais Vieira dos Santos acentuou, a respeito de diferentes recortes da cronologia desta narrativa, a vigência de interações que engendraram uma dinâmica de equilíbrio social, delimita-se esta verificação para o caso da celebração do rito de *Te Deum Laudamus*. Assim, no ano de 1841, na conjuntura da elevação de Morretes à condição de vila da Província de São Paulo, Vieira dos Santos inseriu a seguinte referência, a qual possui informações sobre as rotinas e modos de celebrações políticas naquela vila:

467. Em 19 de Setembro. Domingo de manhã houve Missa Solemne Cantada pelo Vigr^o. P^e. Jacinto Manoel Gonçalves de Andrade com o Senhor exposto e depois se cantou o Te Deum em Acção de Graças pella Sagracão e Coroação de Sua Magestade Imperial, a cuja função assistio todo o Batalhão da Guarda Nacional, que postada na frente da Igreja derão descargas d'alegria, e de noite houverão luminárias na Villa, houve no Theatro que se armou no largo da parada representacoes Dragmaticas a que assistirão immenso povo por ser geral para toda classe de pessoas poderem assistir a mesma representação.⁴⁸⁵

Para o ano de 1845, Vieira dos Santos observou que “Em o dia 3 de Maio houve na Igreja Matriz hum Te Deum em Acção de graças cantado pelo Rev^{mo} Parocho Jacinto Manoel Gonçalves de Andrade, a expensas da Câmara. A noite houve no Theatro recita, e nelle foi

⁴⁸⁵ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., p. 371.

representado o Drama – o Dezertor Françez.”⁴⁸⁶ No desenvolvimento da Segunda Época na qual dividiu sua memória histórica, referente aos anos de 1812 a 1822, o autor atentou, de outra parte, ao que entendeu como aspecto de inconsistência das manifestações devocionais em Morretes:

A adoração que todo o vivente deve prestar a Divindade deveria ser pura e humilde e nunca ataviada com visos de vaidade e grandeza servindo só de húa illusão e o odorífero fumo exhalado deste Ensenso, nunca poderá subir ao throno da Divindade; e nem inda mesmo ser-lhe agradável a seus olhos. Si a festevidade que se ias ao Divino Espirito Santo desde a anteguidade he emblemática da ultima Çea que o divino Verbo deu a seus discípulos; e por esse motivo he feita com as Esmollas dos pobres para que são nesseçarias essas importunas folias girantes por todos os lugares, entrantes em todas as cazas; e no meio de decentes famílias incita-las a darem vantajoas esmollas com suas cantarôllas e improvizados versos muitas vezes obrigados por brio ou vergonha darem aquillo que não podem, instigados pêlos elogios da vaidade, esmolla que vai perdida por não ser realmente voluntária, e porisso não he charitativa estas esmollas são depois convertidas em jogos, jantares e folguedos e talvez só directas e graves offensas de Deos; e quando chegue a volver ao dono da festividade nunca chega na metade e novamente se converte em fogos d'artifício, muzica, e banquetes onde são chamados os magnatas principaes; e tudo isto feito por vanitas e vanitas, vaidade, e os pobres que também derão suas esmollas, e que deverião ser os únicos da meza e são della excluídos, e quando se lhes reparte num pão bento de 20, ou 40 reis, a festa he das mais grandiozas que se tem feito, razões porque, he justo que a Camará Municipal, faça húa Postura relativa a húa absoluta prohibição de não serem admitidas taes fulias de nenhum outro Município.⁴⁸⁷

Para o caso dos *Te Deum* realizados na década de 1840 em Morretes, Vieira dos Santos situou-os no processo de consolidação da organização política da vila. Os *Te Deum*, assim, afiguraram-se como integrados às celebrações de eventos políticos, a exemplo das eleições de vereadores e de juizes de paz. Do mesmo modo, as práticas teatraisconjugaram-sea estes ritos católicos enquanto modos de celebração a respeito de distintos episódios políticos os quais, no entendimento do autor, demarcaram períodos do equilíbrio das relações sociais.

De outra parte, o supracitado excerto acerca das manifestações caritativas, inserido na cronologia da primeira década do século XIX, apresenta uma percepção negativa sobre formas de exercício de obrigações devocionais. Para Vieira dos Santos, enquanto caso da incompreensão dos devotos acerca do significado religioso de tais obrigações, a doação de esmolos então desempenhada em Morretes não se revestia de aspecto caritativo, mas como manifestação de disputa, entre os devotos, sobre a preeminência na concessão de dádivas caritativas.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 418. Escrita originariamente em língua francesa, em 1771, por Louis-Sébastien Mercier (1740-1814), a peça *O Dezertor Francês* foi adaptada pelo comediógrafo português Antonio Xavier Ferreira de Azevedo (1784-1814). Para a discussão sobre a produção teatral de Xavier de Azevedo, ver: HUPPES, Ivete. *Gonçalves de Magalhães e o Teatro do Primeiro Romantismo*. Lajeado/Porto Alegre: FATES/Movimento, 1993.

⁴⁸⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, pp.75-76.

No caso, por conseguinte, da elaboração de rearranjos sobre a atuação dos comerciantes varejistas e sobre as circulações dos escravos em Morretes, tem-se o corte hierárquico do discurso de Vieira dos Santos no que toca à cronologia referente às décadas de 1820 e 1830. Nesse âmbito, ele se situou enquanto ator histórico que buscou discutir com autoridades municipais sobre as relações sociais desenvolvidas no âmbito do comércio varejista, bem como sobre as tensões acerca de possíveis sublevações escravas. Por conseguinte, apresentou-se, em sua narrativa histórica, enquanto negociante que, sob um posicionamento hierárquico superior em relação aos comerciantes de negócio miúdo, reconheceu-se autorizado a elaborar, a respeito destes segmentos, prescrições sobre as suas interações com os escravos.

Para os episódios abarcados, nesta memória histórica, no ano de 1826, Vieira dos Santos, através do primado da rememoração, referiu-se à tensão senhorial derivada de informação sobre possível eclosão de revolta escrava em Morretes: “Desconfianças que houverão de que no dia 1.º de Janeiro deste anno, se havião de insurgir os Escravos captivos em Morretes e Paranaguá por cujo motivo o Juiz Policial deu ordens e providencias chamando força armada á Freg.^a com patrulhas e rondas, de dia e de noite e muita vigilância, prendendo-lhe alguns Escravos que se suppunhão serem do Conloio, e mandando-se em alguns dar chicotadas; estas rondas e cautelas houverão bastantes dias té que se desvanecerão-se taes temores.”⁴⁸⁸

Em decorrência de tais eventos, Vieira dos Santos formulou medidas que objetivavam, em suma, a regulamentação da circulação de escravos na área central de Morretes. Assim, para se aprofundar o reconhecimento do perfil social dos interlocutores com os quais Vieira dos Santos interagiu com o objetivo de efetivar a institucionalização de tais medidas, cabe destacar que em 1827 promulgou-se a lei que regulamentava atuação dos Juizados de Paz, ao quais foram, então, atribuídas funções administrativas, conciliatórias, judiciárias e policiais.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ *Idem*, p. 134.

⁴⁸⁹ Cf. NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. *Os “Homens” da administração e da justiça no Império: Eleição e Perfil Social dos Juizes de Paz em Mariana, 1827-1841*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 195 fls. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, fl. 51. Para uma síntese acerca das condições de atuação institucional dos juizes de paz, bem como acerca do processo de redução, a partir dos anos 1840, de suas atribuições, atente-se à seguinte asserção: “É evidente que um Juiz de Paz escolhido localmente estava ligado e era partícipe do Estado tanto quanto um Juiz de Direito nomeado centralmente. Existiam, contudo, variações do grau de intervenção que o Estado tinha nesses cargos, sobretudo pelo recurso das nomeações, remoções, transferências e progressões. A capacidade de intervenção nos cargos em que os ocupantes eram escolhidos localmente era reduzida. Esses juizes leigos, pertencentes à elite da localidade em que atuavam, eram mais livres das pressões do Estado, o que poderia permitir o afloramento de mecanismos societários nas decisões jurídicas. Essas margens para os juizes locais, no entanto, foram sendo tolhidas na medida em que os anos passavam.” CUNHA, Rogério Pereira da. *Juizes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização*

Enquanto momento que acendrou as prerrogativas destes Juizados, cabe ressaltar que em 1832 foi promulgado o Código de Processo Criminal do Império, pelo qual aos Juizes de Paz – os quais eram escolhidos pelos eleitores dos municípios – cabiam atribuições tais como instaurar inquéritos, fiscalizar a aplicação dos Códigos de Posturas Municipais, realizar detenções e conceder fianças. As atribuições dos Juizados de Paz caracterizaram, assim, um modo de concentração de competências administrativas por elites locais.⁴⁹⁰

Na reconstituição, nesta memória histórica, de sua atuação histórica na vida social de Morretes, Vieira dos Santos transcreveu, pois, instruções as quais endereçou a juizes de paz da freguesia. Em instrução datada de 1832 e endereçada ao então Juiz de Paz de Morretes – o seu concunhado Antonio José de Araújo –, o autor, no âmbito da elaboração de modos de controle da circulação de escravos naquela freguesia, reivindicou que aos Juizados de Paz coubesse a regulação das atividades da Guarda Nacional. Em atenção aos modos como o Código de Posturas Municipais de Antonina e o Código Criminal do Império – promulgado em 1830⁴⁹¹ – regulamentaram penalidades referentes a sublevações sociais, de Vieira dos Santos sustentou suas proposições sobre formas de controle social – proposições as quais foram, ainda, embasados por referências a circular provincial paulista e a instrução fluminense para juizes de paz:

347. – Instruccões que o Author deu ao Juiz de Paz desta Freg.^a o Capitão António Jozé de Araújo, sobre as providencias que devia dar, a evitar ajuntamentos e motins dos Escravos. Providencias que deve dar o Juiz de Paz para conservar a tranquillidade desta Freguezia Dadas no mez de Fevereiro de 1832. Sobre a insurreição ajuntamentos e motins.

1.º – Publicar Edital para que nenhum Escravo ande com Armas prohibidas de dia ou de noite, e o que apparecer com ella será immediatamente prezo e na cadeia deve levar cincoenta açoites.

2.º – Circular ordem a todos os mercadores e taverneiros para que não vendão nenhuma pólvora a Escravo captivo salvo se apresentar bilhete de seu Senhor que a mande comprar e o que o contrario fizer será correccionado.

3.º – Avizar aos maiores Proprietários do Destricto a que tenham a devida cautela, e vigilância sobre seus Escravos ordenando igualmente a todos os vezinhos delles, que os soccorrao sem demora, logo que souberem de alguma dezordem perseguindo immediatamente aos amotinadores.

4.º – Avizar todos os Guardas Nacionaes – e mais pessoas de confiança estejão promptos, com suas armas carregadas para acudir a qualquer pequeno motim que porventura possa haver nesta Freguezia, que dia ou de noite sendo o ponto hua reunião a porta ao Juiz de Paz logo que se ouvir tocar a matraca que he o signal ou outro qual avizo extraordinário.

5.º – Mandar que se recolha temporariamente em Caza dos Capitães dos Guardas Nacionaes todo o Armamento que elles tiverem em seu poder, se julgar ser nessecaria dar esta providencia, ou mandai-o repartir pêlos mesmos se nessecário for.

provincial na formação do Estado do Brasil – São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina (1832-1850). Dissertação (Mestrado em História). 2011. 187 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fL. 27.

⁴⁹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial... Op. cit.*, p. 86.

⁴⁹¹ Sobre as implicações políticas da promulgação deste Código, assim como sobre as categorizações de levantes sociais nele efetuadas, ver: DANTAS, Mônica Duarte. Introdução – Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 7-67.

- 6.º – Proibir que haja dentro desta Freguezia que se dem tiros ou salvas, mandar tirar o badalo do Sino para caza do Parôcho quando haja maior desconfiança.
- 7.º – Proibir rigorôzamente todo o ajuntamento de Escravos pelas ruas e tavernas, danças e jogos de Capoeiras ou fandangos nocturnos que seja dentro ou fora da Freguezia, mandando logo dispersai-os.
- 8.º – A maior vigilância nas occasiões da Missa Conventual onde algum espectáculo publico, e prohibir-se o brinquedo do Entrudo .
- 9.º – Ordenar rondas nocturnas de 8 homens (e diurnas só em dias de festa ou de maior concurso) munidos com armas carregadas e de Chibatas. Estas rondas ora devem andar unidos ora dividida de 4 homens circulando cada Patrulha por sua rua até tornar-se a reunir, e deve em quando, subdividida de dois em dois homens estacionados nos cantos das ruas para observar todo o vulto que apparecer depois das oito horas da noite ellas devem ter Santo e senha, e suas obrigações serão prender todo o Escravo captivo que se achar na rua depois de se tocar a recolhida, sem que mostre papel de seu Senhor que vai a mandado d'elle passando-lhe revista, tornando-lhe as Armas e quebrai-as, prendel-o na Cadea para ser castigado, só assim se poderá conservar o Socego e a tranquillidade publica. –Lembrança offerecida por hum – Patriota.⁴⁹²

Por conseguinte, ao passo que no início da década de 1830 a proposta administrativa de Vieira dos Santos ao Juizado de Paz de Morretes decorreu da circulação de notícias sobre possíveis sublevações escravas em Morretes e Paranaguá, no final desta década ele aprofundou suas prescrições, endereçadas àquela esfera institucional, acerca da regulação das condutas de escravos e livres da freguesia:

Notta 32 – Instrucções dadas pelo author ao Capitão Modesto Gonçalves Cordeiro Juiz de Paz desta Freg.^a em 16 de Outubro de 1839 para fazer observar no destacamento da mesma Guarda.

Instrucções que deve observar o destacamento da Guarda Nacional nesta Freg.^a Haverá no Quartel desta Freg.^a hum destacamento composto de 1 Cabo e 10 Guardas nacionaes; que estarão juntamente aquartelados, e sempre promptos ás Ordens da Competente auctoridade para fazer effectivamente Rondas diárias e nocturnas destruidas alternadamente por patrulhas conforme o Juiz de Paz indicar, devendo ser as da noite mais reforçadas. O seu fim hé para manter a policia, boa ordem e a tranquillidade publica da mesma Freg.^a e suas obrigações são:

- 1.º – Desvanecer por meios pacíficos qualquer rixa ou dezordem que se queira promover e quando isto senão possa conseguir, e os contendores este jáo renitentes os conduzirão prezos á Caza da Correccção.
- 2.º – Os Escravos ou outra qualquer pessoa que forem encontradas na rua com Armas [...] serão conduzidas a Caza da Correccção, e se for de dia, sendo Escravos serão levados á Caza de seus Senhores para que os castiguem.
- 3.º – Os Tropeiros e viandantes que forem encontrados nas ruas com as mesmas Armas serão pela primeira vez admoestados para que as guardem em seus alojamentos, mas quando repugnem, ou abuzem das Ordens serão conduzidos a Caza da Correccção.
- 4.º – Nos Armazéns e Tabernas não consentirão ajuntamento de pessoas com tocatas, cantigas, danças. Jogos, com pena. de seus donos pagarem 3\$ mil reis de multa ou 3 dias c. a prizão na Caza da Correccção conforme ordena o Art.º 7 das posturas Municipaes, e os Escravos senão deixarão fazer reuniões mais de dois nas memas Tabernas, e na rua havendo maior numero os farão logo dispersar, porem sendo dentro de alguma Caza, Armazém ou Taberna primeiro se intimará ao dono para que os mande embora, mas quando abuzem das ordens poderão entrar e dispersai-os.
- 5.º – Todo o Escravo ou outra qualquer pessoa que se encontrar na rua embriagado de dia ou de noite será logo posto na Caza da Correccção, bem como algum alienado que promover dezordens ou offender a moral publica.
- 6.º – Todo o Escravo que das 8 horas da noite em diante, se encontrai-na rua ou em outra qualquer parte, sem trazerem bilhetes de seus Senhores, ou Feitores serão prezos, e bem assim os que se encontrarem jogando nas tabernas, Cazas de desconfiança, ou nos mattos dos subúrbios da Freguezia, serão também prezos e entregues a seus Senhores para estes os castigarem com 25 a 50 açoites na fórma do Artigo 10 das posturas Municipaes.
- 7.º – Todo o Armazém, Taberna ou outra qualquer caza de negocio que estiver com portas abertas depois das 8 horas da noite no inverno, e das 9 no verão [...] pena do Artigo 9 das Posturas e os guardas

⁴⁹² VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, pp. 297-298.

da patrulha depois de os advertirem a primeira vêz, no cazo de reincidência tomarão delles a competente notta para lhe ser imposta a multa.

8.º – Os guardas do Quartel vigiarão sobre os presos que se acharem na Caza da Correcção.

9.º – O Commandante do Destacamento dará parte diária por escripto á competente auctoridade de todos os acontecimentos que occorrerem. Morretes 16 de Outubro de 1839.⁴⁹³

Nesta passagem, na condição de reaparecimento de um ator histórico desta narrativa – Modesto Gonçalves Cordeiro, que assumira, em 1839, o cargo de Juiz de Paz em Morretes – identifica-se que a legitimidade de relacionamento de Vieira dos Santos com este indivíduo, para além das supracitadas discussões que realizaram sobre arquivos camarários, adentrou ao campo da institucionalização de modos de controle social. Legitimidade de interação ocorrida com indivíduo da elite local no período, pois, da concentração de atribuições administrativas àquela natureza de Juizado.

Contudo, a partir da reforma do Código de Processo Criminal, em 1841, a atuação dos juízes de paz fora reduzida em decorrência da criação dos cargos de delegado e subdelegado, os quais, nomeados pelo Governo Provincial, concentraram as principais atribuições dos juízes de paz, notadamente a incumbência de instauração de inquéritos policiais. Delegados e subdelegados – assim como os Juízes Municipais – atuaram, pois, como agentes dos governos provinciais, em detrimento da interferência política de elites municipais nos arranjos institucionais. Em decorrência desta reforma, aos juízes de paz couberam, notadamente, atribuições notariais.⁴⁹⁴

Para a elaboração desses modos de contatos entre livres e escravos, Vieira dos Santos mobilizou Códigos de Posturas Municipais, a partir de cujas prescrições de controle social ele buscou legitimar a incorporação institucional dos seus projetos acima referidos.⁴⁹⁵ Segundo Magnus Pereira, tais códigos buscaram impor obstáculos à integração dos escravos nas relações de mercado, relações as quais se complexificaram no Paraná, em meados do século XIX, em virtude do crescimento da economia ervateira. Neste contexto, de acordo com Pereira, as Câmaras paranaenses elaboraram regras de controle social voltados aos não morigerados, de maneira que a clivagem social entre morigerados e não morigerados, tal qual elaborada nos Códigos de Posturas, tornou os livres inferiorizados na hierarquia social, ao lado dos escravos, pertencentes a esta segunda categoria.⁴⁹⁶

A defesa da repressão a determinadas relações sociais no âmbito do comércio varejista e da repressão de festas populares, a exemplo do fandango e do entrudo – as quais integram

⁴⁹³ *Idem*, pp. 343-345.

⁴⁹⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008, p. 23.

⁴⁹⁵ Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* *Op. cit.*, pp. 343-344.

⁴⁹⁶ Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso...* *Op. cit.*, p. 89.

os discursos de Vieira dos Santos direcionados a juízes de paz de Morretes – foi inerente, pois, à produção legislativa das Câmaras paranaenses no contexto da expansão da produção de erva-mate. As formas de envolvimento político de Vieira dos Santos em Morretes, presentes nos dois excertos acima transcritos, ilustram, portanto, o corte hierárquico da sua percepção de relações sociais, assim como evidenciam o posicionamento de interlocutores dele em frações da elite local. Do mesmo modo, tais excertos ilustram a regularidade e a legitimidade deste indivíduo acerca da inserção em instituições políticas municipais.

4.6. Interesses econômicos e políticos: o protagonismo histórico do autor

O presente subcapítulo ocupa-se da investigação da integração de Vieira dos Santos em esferas administrativas provinciais e de seus posicionamentos acerca dos interesses mercantis morretenses enquanto matérias da memória histórica. Estes posicionamentos referem-se ao período em que o autor fora tesoureiro da Caixa de Contribuição da Estrada do Arraial, e, nessa função, comunicou-se com autoridades da província paulista. Ainda, discorre-se, aqui, acerca do processo de emancipação política de Morretes, no âmbito do qual se acentuaram os posicionamentos e projetos do autor sobre a organização política desta sociedade. Ao tornar estas relações administrativas matéria desta sua memória histórica, ele acentuou a perspectiva dos conflitos entre segmentos das elites locais. Demanda-se, assim, contextualizar esta atuação histórica de Vieira dos Santos no âmbito das interações econômicas entre grupos mercantis litorâneos e planálticos.

De 1826 a 1834, Vieira dos Santos foi tesoureiro da Caixa de Contratação da Estrada do Arraial, que consistiu em um fundo que recebia contribuições de negociantes e tropeiros que utilizavam o caminho que ligava Morretes a São José dos Pinhais. Conforme Júlio Moreira, o antecedente da Estrada do Arraial foi o Caminho Grande, cuja abertura data do século XVII. O traçado desta estrada fora demarcado a partir de 1765, no contexto da extração de pinheiros para a construção naval.⁴⁹⁷ A partir do decênio de 1820, a Presidência Província de São Paulo tornou-se incumbida da administração dos recursos captados por esta Caixa de Contribuição, que cobrava tributo referente ao movimento comercial realizado através daquela estrada.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá... Op. cit.*, p. 384.

⁴⁹⁸ Conforme Alcir Lenharo, a partir de 1808, quando da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, foram realizadas aberturas e reformas de estradas com o objetivo de modernizar o processo de abastecimento na região Centro-Sul. Por conseguinte, tais aberturas e reformas de estradas tornaram-se regulamentadas por esferas estatais. No caso do Rio de Janeiro, a Junta de Comércio, instalada pelo príncipe regente D. João VI, foi incumbida de orientar tal processo. Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1821*. São Paulo: Símbolo, 1979, pp. 58-59. No caso da Estrada do Arraial,

A posição de Vieira dos Santos como personagem histórico que interagiu com autoridades provinciais paulistas insere-se no contexto das mudanças, ocorridas nos anos 1820, das atribuições administrativas e dos modos de funcionamento das instituições municipais. Mudanças as quais inferiram, por conseguinte, nas condições de atuação política de elites locais.

Cumpre, acerca de tal contexto, destacar que as atribuições das Câmaras Municipais foram rearranjadas, notadamente, em face da criação e definição das incumbências das Assembleias Provinciais e dos presidentes de províncias. Criado em 1823 pela Assembleia Legislativa Constituinte, o cargo de presidente de Província substituiu as Juntas Governativas provinciais, as quais, criadas por proposição das Cortes de Lisboa, vigoraram no Brasil de 1821 a 1823. Consoante ressaltou Miriam Dolhnikoff, a atuação do presidente de província como regulador das atividades do funcionalismo público, e, notadamente, como responsável pela fiscalização dos negócios provinciais, tornava-o agente do Governo Imperial. A brevidade dos mandatos de tais agentes – em média, os mandatos presidenciais não eram superiores, conforme acima referido, ao período de catorze meses –, e a atuação destes agentes em províncias das quais não eram originários, decorreu, conforme Dolhnikoff, do propósito de o Governo Imperial não os enraizar na vida política provincial.⁴⁹⁹

As Assembleias Legislativas, por sua vez, foram criadas através de Ato Adicional de 1834 e substituíram os Conselhos Gerais. Nesse processo de consolidação de cargos, instituições e prerrogativas administrativas provinciais, as Câmaras Municipais tornaram-se politicamente submetidas às Assembleias Provinciais. Às Câmaras era, então, demandado, por exemplo, submeter os Códigos de Posturas Municipais à aprovação das Assembleias. Ainda, a partir da criação do cargo de Prefeito – cargo esse que a Província de São Paulo implantou em 1835 – aprofundou-se a redução dos poderes camarários. Os prefeitos eram incumbidos da execução de ordens do presidente da província, tais como fiscalizar o funcionalismo público e comandar a força policial.

Nesse contexto de organização de poderes provinciais entre os anos 1820 e início dos anos 1830, buscou-se, pois, “neutralizar o poder municipal.”⁵⁰⁰ Tal neutralização estendeu-se, conforme assinalou Andrea Slemian, à influência política dos camaristas, uma vez que se

percebe-se que sua administração foi deslocada, a partir dos anos de 1820, da condição de controlada por frações de grupos mercantis para a condição de submetida à fiscalização pelo Conselho-Geral e pela Presidência da Província de São Paulo, fiscalização essa executada por funcionários comissionados tais como Vieira dos Santos.

⁴⁹⁹ Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, pp. 100 ss.

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 118.

interditava a participação destes, ao mesmo tempo, na Câmara Municipal e no Conselho de Governo – o qual atuava como órgão consultivo dos presidentes de província.⁵⁰¹

Tem-se, pois, a promulgação Lei do Regimento das Câmaras Municipais e a criação do Supremo Tribunal de Justiça, ocorridas em 1828, enquanto determinantes para a restrição que então se procedeu acerca das incumbências das administrações municipais, visto que, neste momento, foram derogadas as atribuições judiciais dos Legislativos Municipais. Assim, conforme Slemian, a partir da definição de atribuições e da consolidação do funcionamento das Assembleias Legislativas – as quais fiscalizavam as rendas camarárias e possuíam a prerrogativa de autorizar ou vetar a execução de obras públicas e a captação de empréstimos pelos municípios –, buscou-se “um arranjo de poderes que circunscrevesse os municípios como inferiores às Províncias e estas, por sua vez, em uma relação de subordinação, mas ao mesmo tempo de interdependência, com os poderes centrais.”⁵⁰²

Dessa maneira, a circulação de Vieira dos Santos em esferas da administração provincial paulista ocorreu em um período de mudanças – e mesmo de extinção – de atribuições de cargos administrativos os quais ele exerceu a partir dos anos 1800. O cargo de almotacé, por exemplo, foi extinto do ordenamento municipal brasileiro em 1830. Enquanto tesoureiro de estrada provincial que interagiu com membros do Conselho Geral e da Presidência da Província de São Paulo, Vieira dos Santos esteve, assim, imerso no curso das mudanças institucionais as quais, ao passo que reduziram a autonomia administrativa das municipalidades, demandou às elites locais o rearranjo das suas condições de contatar membros de instâncias administrativas provinciais.

Para o reconhecimento de como Vieira dos Santos iniciou sua inserção, nesta obra histórica sobre Morretes, como personagem que atuou na condição de tesoureiro da mencionada Caixa de Contribuição administrada pela Província de São Paulo, demanda-se verificar os termos – sobretudo os aspectos subjetivos que constituem a seguinte justificação acerca das dificuldades para o aumento da arrecadação de tributos pela tesouraria daquela estrada – pelos quais ele se dirigiu, em 1826, a uma autoridade provincial, qual seja, Lourenço Pinto de Sá Ribas:

“[...] qual será Ilm^o. Sr. Desembargador, a indeliberação para que senão haja de fazer o conserto desta ramificação da Estrada, que tão útil é ao bem público e de tanta necessidade? Por muitas e muitas vezes me tem chegado a lágrima aos olhos ouvindo os queixumes de alguns Condutores que tendo perdido

⁵⁰¹ Cf. SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (Doutorado em História Social). 2006. 338 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, fls. 173-174.

⁵⁰² *Idem*, fl. 300.

suas cargas, nas passagens do rio, eu me vejo assim mesmo obrigado a cobrar deles a contribuição do caminho, visto já terem passado o registro e virem dali guiados.⁵⁰³

Em 1827, de acordo com Vieira dos Santos, os negociantes da freguesia de Morretes iniciaram uma obra na Estrada do Arraial. Percebendo-se preteridos pela Província de São Paulo acerca de suas reivindicações para a consecução de reparos na estrada, mobilizaram seus escravos para atuarem nas obras. Para Vieira dos Santos, esta iniciativa de mobilização de mão de obra não foi suficiente. Através de suas circulações em instituições políticas provinciais, este funcionário comissionado buscou articular a consecução de medidas administrativas para que os entraves nos reparos naquela estrada não engendrassem, por exemplo, a abertura de ramais que desviassem, de todo, o fluxo comercial tropeiro da área de Morretes.

Portanto, no curso da sua atuação como tesoureiro, a mobilização de contatos institucionais – contatos atuantes em ouvidorias, Câmaras Municipais, administração de estradas, e na Presidência da Província de São Paulo –, caracterizou-se pela justificação das dificuldades da conclusão das obras de reparo e das dificuldades para a cobrança dos movimentos comerciais na Estrada do Arraial. A defesa dos interesses do grupo mercantil de Morretes, ao lado da justificação das dificuldades de efetivação de um modelo de cobrança e de aplicação dos recursos da tesouraria, foi, assim, renitente na atuação de Vieira dos Santos na tesouraria.

Em 1829, Vieira dos Santos acionou um contato nas instâncias administrativas da Província de São Paulo com o fito de justificar ao Conselho Geral desta província a vagarosidade no ritmo dos reparos da Estrada do Arraial em face dos rendimentos diminutos auferidos pela tesouraria. O aspecto módico dessas contribuições, na argumentação de Vieira dos Santos, seria decorrente da estratégia dos tropeiros em se desviarem do posto de cobrança da Caixa de Contribuição. Tal aspecto módico seria decorrente, também, das variadas despesas que possuíam os negociantes litorâneos para, eles apenas, empreenderem os reparos na estrada, bem como decorrente de os tropeiros sofrerem perdas de animais e cargas em virtude das precárias condições das estradas, e, assim, apresentarem-se desprovidos de recursos para contribuir com a manutenção da estrada. Cabe, desse modo, atentar ao contexto da precariedade das estradas no Brasil do século XIX.

Essas justificações de Vieira dos Santos acerca das dificuldades na arrecadação cumprem ser contextualizadas nas práticas do tropeirismo estudadas por Tiago Luís Gil para o caso dos movimentos comerciais entre Viamão e Sorocaba. Nas cercanias das estradas que

⁵⁰³ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 146.

serviam aos caminhos das tropas realizavam-se trocas comerciais. Assim, o desvio de rota, pelos tropeiros, como estratégia para não se pagar a contribuição ao tesoureiro Vieira dos Santos, foi, pois, contextual à abertura, na região Centro-Sul, de rotas que engendraram o desvio do fluxo de mercadorias em relação às estradas administradas por instâncias estatais. Ou seja, além da perda de receita pela Caixa de Contribuição, a freguesia de Morretes conheceu a redução das trocas comerciais em face daquele desvio de rota. Foi, ainda, inerente, àquela região, o mau estado de conservação dos caminhos tropeiros no Brasil setecentista e oitocentista.⁵⁰⁴

Em face dessas constatações sobre o estado das estradas e sob a projeção de rearranjos desta configuração de fragilidade econômica que interferia nos interesses mercantis morretenses, Vieira dos Santos enviou ofício a João da Silva Machado (1782-1875), então no exercício do cargo de inspetor da Estrada do Arraial. Natural da Capitania do Rio Grande do Sul, Silva Machado fora Sargento-Mor das Ordenanças de Curitiba e deputado à Assembleia Provincial de São Paulo, de 1835 a 1843 – ano em que obteve o título de Barão de Antonina. Tornou-se senador pela Província do Paraná em 1854. Pode-se, também, mencionar que, ao tempo da preparação desta memória histórica sobre Morretes – anos de 1850 e 1851 –, Silva Machado já se associara ao IHGB e junto aos seus consócios mantivera, sobretudo, discussões sobre a produção de relatos acerca de áreas sertanejas provinciais.⁵⁰⁵

Por ocasião da nomeação de Silva Machado como Inspetor da Estrada de Curitiba, em 1829, Vieira dos Santos enviou-lhe uma carta. Ao mesmo tempo em que o excerto da seguinte missiva ilustra um caso de estratégia de Vieira dos Santos acerca dos modos como apresentou demandas econômicas locais para agentes da administração paulista, demonstra também um caso da aplicação de distintos recursos de composição textual – a exemplo da mobilização de exemplaridades históricas, da metáfora e do panegírico – no intento de consolidar interações com tais agentes:

⁵⁰⁴ Cf. GIL, Tiago Luís. *Coisas do Caminho*. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História Social). 2009. 371 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, fls. 86-90.

⁵⁰⁵ Enquanto aspecto dos modos de incorporação dos trabalhos de Silva Machado pelo IHGB, pode-se mencionar o seguinte extrato de ata de sessão deste sodalício, datada de 1842, na qual foi lida informação prestada por funcionário do Governo Imperial, através da qual se percebe o envolvimento do futuro Barão de Antonina em um circuito institucional de demandas a respeito da produção de descrições sobre áreas sertanejas provinciais: “Remeto a V.S. [...] a copia junto do Aviso que em 10 do corrente mez [dezembro] expedi ao Coronel João da Silva Machado, recommendando a remessa da copia do Roteiro ou Memoria por V.S. requisitada em seu officio de 2 deste mez, relativo á descoberta dos Campos de Paiqueré, na Província de S. Paulo.” INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Quarto, Segunda Edição, 1863, p. 527. Ao lhe esboçar o perfil biográfico, Joaquim Manuel de Macedo assinalou a especificidade da natureza do letramento de Silva Machado: “Homem inteligente, cultivou em leituras de gabinete, e na sociedade dos varões illustrados o seu espirito: tinha em alto gráo o thezouro do bom senso.” MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico... Op. cit.*, p. 348.

Carta que o Author destas Memórias dirigio ao Sarg^o. mor João da Silva Machado pelo motivo de estar nomeado Inspector da Estrada de Coritiba do theor seguinte: [...]. Illm.^o Sor, Sargto. mor João da S.^a Machado. – Morretes 4 de Janeiro de 1829. Tendo visto no Farol que V. S.^a foi nomeado pelo Exmo. Concelho desta Província, para vir occularmente inspeccionar e ver a Estrada Geral, que da Villa de Coritiba desce para a marinha até esta Freguesia, afim de que pela sua muito sabia informação, possa o mesmo Exmo. Concelho conhecer o meio mais breve e appropriado para a sua factura, e cabendo a V. S.^a empartilha hum serviço tão relevante qual hé, o que a pátria exige do Cidadão quando delle precisa para publica utilidade [...]. Sim, se V. S.^a tivesse lançado os olhos para as antigas historias, veria que os Romanos aquelle povo tão laboriozo, e que tanto se esmerou nas Estradas publicas, e Vias militares por lhes ter mostrado a experiência que ellas lhe servirão de utellidade para o futuro, e assim fizerão desde o centro de Roma capital de seu império muitas Estradas que deccorrião por todas as províncias e lugares, e ainda hoje subsistem as vias – Appia e Flamminea – que tem bem dado a conhecer ao mundo o quanto são úteis aos povos. Tiberio Gráccho Cônsul Romano he quem desfructa a gloria, de ter sido o inventor de tantas utilidades, fazendo-as principiar nas terras de Itália, e Hespanha, e sabe-se que, o Cônsul Publio Liçinio Grasso, imitando aquelle insigne patriota lhe deu também principio 35 annos antes da vinda de Christo; e continuarão depois destas muitos imperadores Romanos até Marco António Pio, inda hoje apparecem nas historias os devidos elogios, que os suburbanos de Roma tributarão a Marco Messala por este haver mandado reedificar os caminhos Tuscúlano e Albano – pêlos quaes voltarão os canúnhantes seguros as suas terras inda que fosse de noite sem preplexidade algúa, e por motivo não darão os Brasileiros os mesmos elogios a hum Machado ? devendo a Nação agradecida a levantar-lhe hum eterno Padrão no alto Cume da Serra no qual esteja gravado em relevo – hum braço forte pegando em hum Machado, em altitude de cortar hum silvado — e hua inscripção em grandes caracteres – “A Nação Agradecida a Silva Machado.” [...] Tenho importunado a V. S.a com a minha longa descripção, só me resta offerecer-lhe o meu pouco préstimo para tudo aquilo que for do seu serviço e mostrar que sou – De Vossa Senhoria – Obediente Servo, Venerador e Criado. Antonio Vieira dos Santos. Thesoureiro da Caixa da Contribuição voluntária da Estrada de Coritiba.⁵⁰⁶

Nesta carta, retoma-se, pois, o tema da relação entre Antigos e Modernos enquanto apresentação de exemplos, referentes à Antiguidade Romana, acerca das implicações comerciais do estado de conservação das estradas – e, assim, note-se, acerca dos recursos literários empregados por este autor, a aplicação rotineira e difusa de tal seleção de exemplaridades. Aplicação rotineira e difusa que se observa, pois, seja em suas produções historiográficas, seja em seus textos administrativos.

Na carta subsequente que enviou, ainda no ano de 1829, a Silva Machado, Vieira dos Santos perfez a mobilização de exemplaridades históricas como recurso para tratar do assunto administrativo que apresentou àquele funcionário provincial. Dentre tais recursos verifica-se, pois, o emprego do panegírico dirigido por Vieira dos Santos ao seu interlocutor, de maneira a reivindicar a ele, então empossado como Conselheiro da Presidência da Província de São Paulo, a atenção para com demandas respeitantes à Estrada do Arraial:

⁵⁰⁶ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 177-179. Neste extrato Vieira dos Santos menciona que soube da nomeação de Silva Machado para o Conselho Geral paulista através da leitura do jornal *O Farol Paulistano*. Esta publicação, na condição participante do início da imprensa política na Província de São Paulo, constituiu-se de aspecto panfletário, cujo argumento político que voltava-se a criticar as restrições à liberdade de imprensa impostas pela administração do Imperador D. Pedro I. Adotou, pois, tal publicação, a defesa da liberdade e do legalismo – aproximando-se, assim, a ideias características da Ilustração. Cf. DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano* (1827-1837). In: *Revista de História Regional*, n. 12, Inverno de 2007, pp. 29-50.

248. – Illm.^o S.^{or}. Sarg.^{to}. mor João da S.^a Machado – Morretes 1.^o de Abril de 1829. Muito meu estimadíssimo Snr. Não sei de que modo ou maneira possa hir por meio desta á sua prezença por me faltarem as enérgicas expressões com que hum coração sincero e cheio de prazer, costuma falar para tecer os devidos elogios que V. S.^a he merecedor no conceito publico e dar lhe os alegres parabéns, pelo seu elevado Emprego de Tenente Coronel de Milícias, e por outra parte a acertada Eleição feita pela Nação Brasileira para o muito nobre e digníssimo cargo de Conçelheiro desta Província, condecorações estas bem merecidas pêlos seus grandes serviços e que só devem ser conferidos a Cidadãos beneméritos e prestativos á sua Pátria, pois não foi de pequena monta aquelle que V. S.^a prestou a Nação na abertura da nova Estrada da Matta do Sertão. [...] eis os fructos e vantagens que offerecem ao publico obras tão úteis, cujos authores devem exceder no clarim da fama a animosidade de Vasco da Gama, ao valor dos Castros, Albuquerque e Ribeiros, ao terror dos Almeidas – Cabraes – Saldanhas e Correas, e toda a mais genealogia de guerreiros famôzos que horrorizarão ao mundo com seus heróicos feitos destruidores da humanidade, e se todos estes herôes tem sido tão celebrados nas historias, com quanto maior razão não deverá ser aquele que promove e fas obras em beneficio da mesma humanidade ? certamente, no meu fraco entender seus nomes devem ser mais elevados acima de todos aquelles herôes e gravados em marmóreo busto hum eterno padrão. O Brazil querendo imitar a industrioza Europa, ora se esmera nas aberturas e reparações de suas Estradas tão nesseçarias, em hum solo de tão desmesurada extensão, taes como as de Coritiba e Arraial, tão nesseçarias e úteis a esta Comarca. Agora na qualidade de Conçelheiro, esperamos que V. S. também ha de promover muitas prosperidades desde já premeditadas em seus vastos conhecimentos, fazendo lembrar á V. S.^aos que são relativamente úteis a nesseçarios a esta Freguezia.⁵⁰⁷

Ainda no ano de 1829 – e enquanto caso da regularidade da interação de Vieira dos Santos junto a autoridades políticas da 5^a Comarca paulista –, pode-se acentuar que ele enviou um esboço de considerações – intitulado *Refflecções Analyticas* – sobre a produção e distribuição da erva-mate a Simão José Gonçalves de Andrade, que detinha, então, a patente de Capitão de Ordenanças de Curitiba. Através do intermédio deste indivíduo, Vieira dos Santos buscou apresentar à Câmara Municipal de Curitiba um plano para a regulação do transporte da erva-mate produzida no planalto e exportada em Paranaguá.⁵⁰⁸ Enquanto matéria

⁵⁰⁷ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 187-188.

⁵⁰⁸ Para a verificação dos termos pelos quais Vieira dos Santos, no âmbito da sua atuação como funcionário comissionado provincial, buscou interagir com membro de instância administrativa municipal de Curitiba, assim como para verificar as formas através das quais ele empregou o método comparativo – pelo qual se percebe como o autor, ao mencionar conhecimento sobre a elaboração de memória agrária pelo naturalista Saint-Hilaire, demonstrou inscrever-se em um circuito de compartilhamento de tal natureza de memórias e, ainda, defendeu a rotinização da produção destas – e o recurso retórico da metáfora – através do qual fundamentou seus argumentos programáticos –, cabe mencionar o seguinte excerto das *Refflecções Analytticas*: “[...] hua arvore tão precioza que sem ter recebido do inerte lavrador beneficio algum, he so a mão pródiga da natureza que a fas reproduzir, com tenros e novos pimpolhos e repartillos liberalmente com todos aquelles, que se quizerem aproveitar de sua abundância, mas estes cruéis com afiântes cutelos a decotão, e esgalhão com a maior deshumanidade qual feroz ladrão que alem de roubar a preçiozidade ao pacifico e descuidado viajante inda mais o assassina comtudo a natureza he tão generosa que tornando a fazer brotar em derredor de seus cortados troncos numerozas vergonhas apresentao hua verdejante prospectiva, e numerôza successão tão bella como o fazem os ramos das Oliveiras na viçoza primavera razôens equivalentes para que a Camará dessa Villa, seja sua tutelar protectora, e hua sentinella vigilante, de sua reproducção já illustrando aos fabricantes della, com Memórias para lhes ensinar novo methodo de seu fabricamento a maneira da de Paraguay; sua plantação, reproducção com as sementeiras dos melhores lugares que o paiz produzir, ou mandando-as vir do Paraguay, e já fazendo si possível fosse extinguir as mattas da Cauna e outras semelhantes já finalmente impondo Posturas, e penas a todos os fabricantes que a falsificassem promovendo desta sorte por todas as maneiras o seu melhoramento, devendo a Camará ter em vista a historia das plantas mais notáveis do Brazil escripta pelo famoso naturalista francez M.^f. Augusto de Saint Hilaire, membro de muitas Sociedades scientificas, e que por ahi passou no anno de 1820, o

da memória histórica que apresenta uma percepção sobre os interesses econômicos e as relações institucionais dos negociantes da 5ª Comarca paulista, a elaboração destas *Reflexões* inscreveu-se, pois, no período da estabilidade da posição de Vieira dos Santos enquanto funcionário comissionado provincial.

No âmbito da relação de Vieira dos Santos com o indivíduo que, do final dos anos 1820 ao início dos anos 1830, atuou como inspetor da Estrada do Arraial – a saber, João Mendes Machado, residente na freguesia de São José dos Pinhais –, observou-se a sua legitimidade de tê-lo enquanto interlocutor que, a ele hierarquicamente superior na administração provincial, não lhe admoestou as dificuldades no ritmo de aperfeiçoamento dos modos de cobrança de tributo aos usuários daquela estrada. Em 1834, contudo, Vieira dos Santos foi destituído de seu cargo comissionado e a tesouraria da Estrada do Arraial foi transferida para a freguesia de São José dos Pinhais em decorrência da aceitação, pela Presidência da província, de sugestão de Manoel Mendes Leitão, que então se tornara o inspetor daquela estrada.⁵⁰⁹

qual também escreveo hua Memória histórica da verdadeira herva Paraguay que tal-ves ella seja mui apropriada a fomentar a Agricultura della nesse paiz, pois a industrioza mão do homem muito pode ajudar a da inculta natureza porquanto esta só fas sua sementeira no lugar onde se reproduz e aquella vai acclimatalla em distantes climas e fazer nova successão onde nunca a houve, e assim como o império da China tem no chá sua principal riqueza, a índia no anfião; o Malavar na pimenta; a Ilha de Ceilão na Canella, as Mollucas no Cravo, o Brazil no algodão, Canna e Caffé, e cada Província ou lugar tem a sua planta favorita, que lhe serve de baze a seu Commercio portanto, a mais favorecida desta Commárca, e especialmente de Coritiba he sem contradicção — a Herva Matte.” *Idem*, pp. 206-207. A atribuição, por Vieira dos Santos, da categoria de *reflexões analíticas* a textos que produziu verifica-se para o caso de narrativa sobre os percalços de sua atuação comercial, qual seja, as *Reflexões analíticas sobre as verdaddeiras causas que originarão a decadencia de meu negocio 1º e 2º parte em 1 v.* Cf. VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fl. 1. Sobre a escrita, para autoridades da Província de São Paulo, de considerações sobre a produção e comércio ervateiro na 5ª Comarca paulista por integrantes de elites locais, tem-se o caso do negociante José Joaquim Pinto Bandeira (1791-1858), autor de folheto sobre o tema. Neste folheto – que se constituiu em cumprimento a uma demanda do Governo Imperial e foi endereçado à Presidência da Província de São Paulo, que, por seu turno, intermediou o seu envio ao poder central –, ele destacou os modos predatórios da produção ervateira na 5ª Comarca paulista e defendeu o aperfeiçoamento das vias de comunicação entre o litoral e o planalto da Comarca. Para uma proposta de leitura sobre este folheto de Pinto Bandeira – sobretudo a respeito da discussão das ideias econômicas deste negociante como sustentadas por projeto civilizatório, sendo, pois, característico, tal projeto, do Brasil do período posterior à Independência, bem como pautado pelo argumento em favor da consolidação do aparelho estatal e de uma elite política –, ver: LIMA, Carlos A. M. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). In: *História Econômica e História de Empresas*, v. XIV, 2011, pp. 35-75.

⁵⁰⁹ Em estudo de Cacilda Machado, observa-se, a partir da Lista Nominativa de Habitantes da Freguesia de São José dos Pinhais do ano de 1824, Manoel Mendes Leitão identificado como proprietário de fazendas de criar e como detentor de escravaria composta por dezessete indivíduos. A família de Manoel Mendes Leitão, os Mendes Sá, notadamente os filhos dele, são situados no estudo de Cacilda Machado em redes de compadrio que envolviam famílias da elite local – a exemplo dos Rocha Loures – e escravos libertos, sendo os filhos de Mendes Leitão padrinhos dos filhos de ex-escravos dos Rocha Loures nos anos 1820. Cf. MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para XIX)*. Tese (Doutorado em História Social). 2006. 369 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, fl. 316. Através dessas informações que acentuam o pertencimento de Mendes Leitão à elite social do planalto 5ª Comarca paulista, verifica-se, desse modo, que a sua gestão na Administração da Estrada do Arraial demonstra um rearranjo de condições de integração de elites desta Comarca na administração provincial. A partir desta ascensão de Mendes Leitão em uma esfera administrativa provincial, as

A partir desta mudança da sede da tesouraria da estrada, a forma de as autoridades provinciais referirem-se ao desempenho administrativo de Vieira dos Santos sofreu modificação. Por conseguinte, Vieira dos Santos foi, em 1835, interpelado pela Presidência de São Paulo a respeito de sua atuação na tesouraria.⁵¹⁰ Do seguinte modo, pois, Rafael Tobias de Aguiar (1795-1857), então presidente da província, censurou a administração do ex-tesoureiro Vieira dos Santos e justificou o seu afastamento do cargo: “A [Estrada] de Sm. Jozé para Morretes tem estado em abandono a ponto de não se ter arrecadado a contribuição para ella destinada por incúria ou negligencia do Thezoureiro a quem mandou-se ultimamente tomar contas e remover da Admenistração para varificar-se a sua responsabilidade no cazo de merecer.”⁵¹¹ Portanto, quando da transferência da tesouraria da Estrada do Arraial para a freguesia de São José dos Pinhais, o entendimento provincial sobre a gestão de Vieira dos Santos na tesouraria da estrada do Arraial tornou-se caracterizado pelo juízo institucional da ineficácia.

A inserção do autor como personagem atuante na mediação de interesses econômicos entre grupos mercantis na 5ª Comarca paulista, notadamente nas décadas de 1820 e 1830, entrecruzou-se com seu o discurso sobre a emancipação da freguesia de Morretes em relação à vila de Antonina. Ao passo que Vieira dos Santos apresentou documentos institucionais – a exemplo de atas de Câmaras Municipais e Portarias provinciais as quais se detiveram sobre este tema –, bem como mobilizou documentação particular – a exemplo da sua correspondência epistolar com autoridades provinciais –, a sua narrativa reconstituiu este recorte de duas décadas através da atenção às formas de coesão e de instabilidades nas relações sociais em Morretes.

O posicionamento de Vieira dos Santos contrário à fragilidade, segundo percebeu, da atuação política da sociedade morretense para a consolidação de práticas econômicas e

elites planálticas auferiram a incorporação de pleitos junto à governança provincial no que se referia, por exemplo, ao transporte de cargas. Acerca da atuação administrativa de Leitão na Estrada do Arraial, Luiz Adriano Gonçalves Borges entendeu-a com provida de feição patrimonialista. Borges situou as ocupações administrativas de Leitão enquanto caso das estratégias de integração social desenvolvidas por imigrantes portugueses no Brasil do final do período colonial a meados do período imperial, visto que Leitão era originário do município português de Pombal. Conforme Borges, a indicação de Leitão para a administração da citada estrada revestiu-se de aspecto patrimonial, visto que a sua nomeação para o cargo foi avalizada por Lourenço Pinto de Sá Ribas, primo da Ana Maria de Sá Ribas, esposa de Leitão. Desse modo, a partir da trajetória deste indivíduo, Borges observou que os interesses familiares e as relações de parentesco entre elites locais influíram no recrutamento de quadros funcionais e nas formas de gestão de esferas estatais. Cf. BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Particularidades familiares: a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 175 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, fls. 126 ss.

⁵¹⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes... Op. cit.*, p. 327.

⁵¹¹ *Idem*, p. 328.

autonomismo político, o elogio a personagens da municipalidade na cronologia que abarca o processo de consolidação da emancipação política da freguesia de Morretes, assim como o juízo positivo aos ritos sociais deflagrados em virtude dessa emancipação, conjugam-se na narrativa, respeitantes dos anos finais de 1820 ao início do decênio de 1840. Este entrecruzamento de temas assinala, portanto, a atenção do autor às relações entre coesão e instabilidades locais, bem como assinala a operacionalização do discurso histórico para a defesa da coesão de interesses políticos entre as segmentações sociais da freguesia.

Assim, cabe atentar, sobre o recorte de 1835 a 1841, a respeito do modo pelo qual Vieira dos Santos explanou acerca de frações de grupos mercantis morretenses os quais lhe foram opositoras em demandas econômicas, bem como explanou sobre a coesão daquela sociedade referente ao propósito da emancipação em relação à vila de Antonina. Tem-se, pois, no fragmento seguinte, a maneira pela qual Vieira dos Santos percebeu a existência de um desacordo entre negociantes, episódio no qual ele se atribuiu uma condição de protagonismo:

356. — Em 10 de Julho de 1833 obtive o author destas Memórias da Camará da Villa Antonina a faculdade d'elle poder trazer desde o rio do Guarúmby hum encanamento ou rego de agoa e com o mesmo atravessando a rua do Campo fazel-o desaguar no ribeirão da Ponte donde o Author fés edeficar hua fabrica de socar herva matte movida pela agôa do mesmo encanamento más alguns emulos oppozitores ao progresso industrial, se oppuzerão por via Judiciaria a embargar-se o levantamento da mesma fabrica de que se originou hum letigio successivo que durou té 6 de Fevereiro do anno de 1835, em cujo tempo depois de terem havido vários Embargos e desembargos á mesma obra afinal o Governo Provincial informado da real verdade pela inspecção occular a que mandou proceder pelo Vigário da Villa de Paranaguá o P. João Chrysostomo de Oliveira Salgado Bueno concedeo finalmente a faculdade de ser levantada a qual sendo a maneira de hum luminôzo Farol que o Prezidente da Província quis mostrar aos habitantes da Freguezia de Morretes que bem longe de oppozições, todos os Cidadãos tinham igual direito aos benefícios outorgados pelas Leis.⁵¹²

As disputas judiciais que envolveram autoridades provinciais e o vigário de Paranaguá, bem como os posicionamentos de Vieira dos Santos em favor da produção ervateira, apresentam-se como episódios renitentes na cronologia da memória histórica de Morretes referente à década de 1830. Este autor, através do elogio das ações de personagens que foram partidários, em tal ocasião, aos seus interesses comerciais, descreveu como esta querela que envolveu comerciantes litorâneos foi, através da mediação do vigário de Paranaguá, encerrada em 1835:

369. — O prezente anno de 1835 hum dos mais celebres na historia Morreteense pelo enérgico impulso que o Ex^{ca} Governo da Província deu aos estabelecimentos das Fabricas neste Município, e adjacentes. A grande questã Judiciaria, que a mais de anno estava em andamento, cada vês mais forte dos Oppozicionistas ás novas Fabricas, e a seus Proprietários deu motivo ao Governo a querer verificar-se da real verdade e acabar d'hua vê, com essa questã, da qual poderião rezultar gravíssimos males, e principalmente ao atrazamento do Commercio por isso quis nomear pela Portaria de 10 de Novembro

⁵¹² *Idem*, p. 303.

do anno próximo passado, ao Reverendo Vigário Collado da Villa de Paranaguá, o Pe. João Chrysostomo de Oliveira Salgado Bueno, pessoa dotada de honradez e probidade aqui viesse á Freguezia de Morretes, e dezinteressadamente desse hua exacta informarão, e a cáuza que motivara tal questã, e quaes os darnnos que cauzaria ao publico taes estabelecimentos; sendo pois encarregado de tão importante Commissão, de cuja deçizão dependia o soçego, e a tranquillidade publica e mormente o atrazamenyo da industria e Commercio, elle com effeito veio pessoalmente á Freguezia de Morretes no dia 3 de Janeiro do mesmo anno e obtendo de vários Cidadãos principaes, as devidas informações, e bem conhecedor das cáuzas primarias que a motivarão; em o dia 7 foi elle mesmo reconhecer, e examinar a localidade do terreno desde o Rio Guarúmby até a Freguezia os lugares por onde forão abertos os regos para se metterem os encanamentos d'agoa, nas ditas novas fabricas, seguindo-se deate exame preencher os deveres de sua Commissão participando ao Ex^{ca}. Governo da Província pelo seu Offício de 10 do mesmo mez, com tal energia, e pureza da verdade todos os factos anteriores, que a precederão; mostrando ao mesmo Governo, como a luz do mais brilhante Sol, a singela verdade, e a razão que os Proprietários tinlião de terem igual direito ao beneficio das Leis e em virtude desta informação o mesmo Exca. Governo, decidio sabiamente esta grande questã cortando o nó górdio, (qual outro Alexandre) que envolvia tão intrincado letigio, com o seguinte despacho que deu nos Requerimentos dos Proprietários das Fabricas revogando os Embargos a ellas feitas.⁵¹³

O protagonismo que Vieira dos Santos atribuiu a si nesta memória histórica é percebido, ainda, quando alegou ter sido reconhecido, em Morretes, como dotado de condições de dirigir a execução de peças teatrais. Conforme o excerto seguinte, referente ao ano de 1834, observa-se a atenção de Vieira dos Santos um conflito de autoridade deflagrado acerca do propósito de se realizar encenação de peça teatral, conflito no qual ele foi participante:

Em o méz de Setembro ou Outubro alguns jovens Morreteenses deliberarão formar hua subscripção para a representação Theatral de hua comedia com o fim de se instruírem e divertirem ao publico, elegendo ao Author destas Memórias para a Directoria e ensaiador da mesma representação e depois de terem decorado, e ensaiado a Opera denominada Ezio em Roma – e outros Entremezes e levantado o Theatro alem da ponte no pequeno pateo fronteiro as Cazas do Capitão Hipolito Jozé Alves, e feitos os Camarotes, e acabados estes trabalhos no dia 23 de Dezembro e pôr-se em scena no dia 25 de Dezembro á noite para cujo fim tinha concorrido a mesma Freguezia muita gente das Villas lemítrofes, a assistirem mas infelizmente, tendo falecido no Rio de Janeiro no dia 11 do mesmo mez a Imperatriz do Brazil Dona Carolina Jozefa Leopoldina por cujo motivo são fechados os Theatros, e outros públicos divertimentos, foi communicada pelo Presidente da Província esta noticia ás Auctoridades da Villa Antonina, e os magnates della sabendo que, os Morreteenses no dia 25 punhão em scena a sua representação o Capitão mor daquella Villa Francisco Rodrigues Ferreira mandou ordem no dia 24 a substar, a mesma representação com o fim de unicamente de fazer desfeita aos Morreteenses, talvez porque estes jovens lhe não forão render vassalagem e pedir lhe vénia e faculdade de fazerem a sua representação do que por zelo do serviço publico porque bem pudera demorar a execução desta ordem mais hum ou dois dias e não fazer inutilizar a dispeza que esses jovens fizerão em recreio publico, e instrucção propriamente de suas pessoas; acção que foi mui censurada de muitas pessoas e té do Dezembargador e Ouvidor. da Commárca o D.or. Jozé Verneque Ribeiro de Aguilar que, instou com os Actores a que se puzesse o drámma em scena mas temerosos de serem presos e castigados por esse Pachá de Antonina, não quizerão, ficando o publico em geral bastantemente desgostozo com taes arbitrariedades.⁵¹⁴

Dessas considerações de Vieira dos Santos, há, pois, de se destacar um conteúdo marcado pela politização, a saber, a defesa do autonomismo local a respeito da não

⁵¹³ *Idem*, pp. 312-313.

⁵¹⁴ *Idem*, p. 149

interferência, pela administração da vila de Antonina, a respeito da realização de atividade cultural na freguesia de Morretes. Mais amplamente, esta tomada de posição constituiu-se em uma defesa comunitária a respeito das práticas sociais desenvolvidas naquela freguesia.

Assim, a percepção de Vieira dos Santos sobre as relações sociais em Morretes – e as implicações políticas desta percepção – caracterizou-se pela identificação de permanentes rearranjos nas relações e nos interesses compartilhados por membros de esferas corporativas e das elites locais. A estabilização, pois, de tais relações, Vieira dos Santos apreendeu-as, em suma, como decorrentes da coesão promovida pelo interesse comunitário acerca da emancipação política da freguesia de Morretes em relação à vila de Antonina.

No recorte da narrativa que compreende o final da década de 1830 e o início da década de 1840, o autor discorreu sobre episódios ocorridos em 1817, quando a freguesia de Morretes reivindicou ao rei D. João VI a emancipação em relação à vila de Antonina. À exceção de Modesto Gonçalves Cordeiro, que assumiu o protagonismo desse episódio nesta narrativa, a população morretense foi percebida, pelo autor, como desarticulada em relação ao projeto da emancipação política – exceção que não autonomizou as ações e os interesses políticos Cordeiro em relação aos manifestados pelos membros da sociedade morretense, antes, Cordeiro foi hierarquizado, nesta narrativa, como detentor de uma consistência de atuação política superior em relação aos membros daquele corpo social.⁵¹⁵ A cronologia referente aos anos finais da década de 1830 remeteu, pois, ao ano de 1817 para ilustrar o percurso de querelas políticas e da renitência do projeto de emancipação. A partir da década de 1840, as seleções de documentos institucionais, bem como as lembranças que o autor empregou, detiveram-se, portanto, sobre a organização política de Morretes.

A dinâmica da economia ervateira, os conflitos políticos entre Antonina e Morretes, bem como a atuação de Vieira dos Santos ora como funcionário comissionado da província paulista atento aos interesses dos negociantes litorâneos envolvidos em trocas junto a comerciantes do planalto, ora como letrado que produziu memórias topográficas e históricas direcionadas à Paróquia e à Câmara Municipal de Morretes, constituem os episódios privilegiados pelo autor sobre a sua atuação histórica naquela sociedade. As relações entre administração, comércio e religião imbricam-se, por seu turno, na reconstituição dos episódios ocorridos nos espaços pelos quais Vieira dos Santos circulou – espaços onde obteve fontes para a constituição da memória histórica sobre Morretes, e, sob interlocução com os

⁵¹⁵ Cf. *Idem*, p. 339.

integrantes desses espaços, ele discutiu a institucionalização de projetos econômicos e regulação de modos de interações sociais.

4.7. Alocuções em salões de Morretes: aspectos literários e políticos

Abordam-se, no presente subcapítulo, as intervenções de Vieira dos Santos em celebrações políticas e culturais ocorridas de Morretes. Busca-se, assim, aprofundar a problematização a respeito das interações e dos posicionamentos políticos deste autor no âmbito da sociedade morretense. Permite-se, sob tal delimitação, atentar sobre como os seus discursos sobre cultura e política foram inseridos em multifacetados recortes e percepções acerca de relações sociais nesta memória histórica, bem como foram inseridos enquanto demonstração de sua integração em esferas da vida social de Morretes.

Nesta memória histórica, Vieira dos Santos transcreveu cinco alocuções por ele elaboradas e datadas entre os anos de 1826 a 1848. Inicialmente, analisam-se, aqui, as alocuções respeitantes a temas político-institucionais, datadas dos anos 1840. Por conseguinte, confere-se atenção às alocuções que ele proferiu no interior de manifestações culturais, entre os anos de 1820 e 1840.

Através do entendimento positivo a respeito da funcionalidade dos rituais de abertura dos trabalhos de instituições políticas europeias, Vieira dos Santos justificou o envio, em 1841, de alocução ao então presidente da Câmara Municipal de Morretes – o seu concunhado Antonio José de Araújo⁵¹⁶. Vieira dos Santos demandou, pois, que o presidente da Câmara

⁵¹⁶Deve-se considerar que, para além da escrita de discursos direcionados a celebrações em salões de Morretes, Vieira dos Santos elaborou ofícios de reivindicações políticas os quais foram utilizados, por exemplo, pelos camaristas de Antonina. Nesse âmbito, em 1829 ele elaborou um requerimento – cuja autoria oficial coube ao vereador antoninense José Ferreira Guimarães – com o fito de solicitar à Presidência de São Paulo um professor de primeiras letras para a freguesia de Morretes. Pode-se atentar em tal requerimento como Vieira dos Santos, no âmbito da exposição sobre as funcionalidades da instrução escolar para a consolidação de padrões de conduta e valores religiosos, fundamentou tais argumentos – aspecto que subsidia, ao mesmo tempo, a verificação das condições e lugares institucionais e não institucionais da rotinização de sua atuação como letrado, bem como dos seus difusos domínios e empregos de recursos literários – sob a mobilização de informações concernentes a um sistema educacional da Europa: “Copia que o mesmo author destas Memórias deu ao Vereador o Capitão Jozé Ferreira Guimarães para ser requerido hum Professor de primeiras letras para esta freg.^a de Morretes para o que dei a Indicação do theor seguinte que foi requerida na mesma Secção Ordinária de Junho de 1829: Senhor Prezidente. Tendo a Freguezia de Morretes termo desta Villa, hua população perto de dois mil habitantes, e tendo hum igual direito ao que tem as mais povoações pois a Lei he igual para todos e sendo hum dos primeiros, e mais sagrados deveres das Nações civilizadas, mandar educar, e ensinar a Juventude nas primeiras letras por ser esta instruccão a mais útil e nessecaria ao homem, não só para seguir as mais sciência e artes liberaes de que pode rezultar sahirem em grandes Sabios, e no futuro serem úteis a si próprios, ao Estado, ás Sciencias, e á humanidade e vendo que, aquella freguezia nunca teve hum Mestre de primeiras letras, ali tão nessecario para o ensino e educação da mocidade que se estão perdendo na ignorância e obscuridade das trevas, por falta de ensino e civilidade, que deverião receber em seus mais tenros aunos, e sahir depois bons Cidadãos, bons Catholicos, bons Paes de família e Commerçiantes e que na mor parte das pequenas povoações do império se acha em grande atrazamento, a vista das Nações Európeas que tem feito grandes progressos, com as Escôllas do Ensino Mutuo, fazendo-se hua pequena refflecção que em Dinamarca hum reino em que o absolutismo ali havia em

apresentasse esta alocução na sessão de abertura dos trabalhos da primeira vereança da vila. Não tendo sido utilizada pelo presidente da Câmara naquela celebração inaugural, tal alocução foi transcrita por Vieira dos Santos em sua memória histórica:

Notta 28 — Em todas as Nações da Europa os dias Nacionaes de maior jubilo são aquelles em que se fazem as aberturas de todas as Assembleas Geraes, Provinciaes Municipaes e de todas as Instituições Scientificas, nesses dias de gloria seus Prezidentes expõem os motivos de taes Congregações relatando a honra e a salvação da Nação, ou aquelles perigos em que a Pátria se vê, nellas se discutem as Leis geraes Provinciaes, e Municipaes em favor do bem commum e do direito individual do Cidadão. [...] O author destas Memórias lembrando-se de hum dever tão nessecario organizou a seguinte Allocução [...]. He hoje Senhores o dia feliz, e a muito tempo desejado, em que vindes representar o Cargo honorifico de membros da nova Camará desta Villa, e que em virtude da Lei sois aqui reunidos para o magestoso fim da brilhante inauguração. Sim o grande dia 5 de Julho será çieiberrimo nos Annaes desta Vlla, e muitas vezes memorado na historia Paulistana pelo motivo de que hoje esta Freguezia entra na ordem cathgorica da Admenistração Municipal, e na mesma linha de outras já condecoradas no vasto império diamantino com iguaes honras titulares. [...]. Encetemos pois Senhores esta tarefa mas sejão nossas discuções feitas com sabedoria, e circunspecção e prudência afim de que as Deliberações sejão coerentes com a razão e a justiça, afim de não haver a menor quebra nos interesses individuaes do Cidadão, e nem pereça o serviço publico. [...] Resta por ultimo rendermos as devidas homenagens, ao nosso ínclito Imperador Constitucional o Senhor Dom Pedro 2., e dar gratos louvores a nossa Assembleia Legislativa Provincial que nos fés Constituir. Esta aberta a primeira Secção ordinária. Villa de Morretes 5 de Julho de 1841.⁵¹⁷

1824 – 244 Escôllas deste Ensino em 1826 já havião 1747 Escôllas em 1723 [...] o numero de 2.003, e em 1828 chegando a 2.371 e o Brazil, que precisa de tantas Escôllas assim como hua para esta Freguezia, que inda a não tem. E sendo por outro lado hum dever inviolável desta Camará, vigiar solicitamente sobre a saúde, e conservação de seus habitantes como hum dos mais preciôzos e clláros deveres da piedade Brasileira, principalmente sobre os meninos para que sejão preservados de pestes e doenças contagiôzas, taes como as bexigas, afim de que estas tenras plantas permaneção e sejão salvos para poder crescer a população do império que he tão nessecaria a povoar este vastíssimo território.” *Idem*, pp. 202-203.

⁵¹⁷ *Idem*, pp. 359-360. O elogio aos ritos legislativos no âmbito de reconstituição sobre um processo de formação institucional – elogios, por sua vez, inseridos em um modelo de escrita histórica pragmática – verifica-se, para o caso português, na *Memoria para a historia, e theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos tres Estados do Reino* (1827), de Manuel Francisco de Barros e Sousa (1791-1856), Visconde de Santarém. No que se permite acentuar convergências entre os textos de Santarém e Vieira dos Santos, ressalta-se que ambos os autores elaboraram a defesa de fundamentos morais acerca das condutas dos cidadãos de um Estado sob o recurso do comparativo de exemplos históricos. Ainda, no que fundamenta o reconhecimento de convergência nos interesses temáticos e entendimentos instrumentais sobre o padrão textual da memória histórica, cabe atentar ao seguinte extrato da obra de Santarém, através do qual se reconhece como, na descrição das condições de produção do trabalho histórico, quer-se consolidar a defesa, tal qual em Vieira dos Santos, do legalismo e da afirmação de padrões de ação: “As Instituições, e Costumes de hum Povo são a materia mais interessante de huma Nação, o seu conhecimento o estudo mais necessario ao bom Cidadão; a falta deste conhecimento tem constantemente levado ao precipicio os Governos, e as Nações, que o tem desprezado. A simples lição da Historia do Espirito Humano mostra estas verdades em toda a sua luz. [...] O estudo do passado, e dos monumentos que nos precederão, he pois a occupação mais digna e mais filosofica do homem de bem. Devemos o terreno, em que nascemos, a nossos Maiores, que morrerão depois de o haverem conquistado, e nós colhemos seus trabalhos, e seus sacrificios; seria portanto a maior ingratidão, e indignidade, se nos esquecermos de conservar intacto, e sempre presente este patrimonio de Honra, e de Gloria, que nos légarão as gerações passadas. [...] Que o Lusitanos desde a mais remota antiguidade, e quando os Romanos entrarão na Peninsula da Hiberia se governavão por Leis suas, como o atesta Apiano (Escriptor Romano mui estimado) quando falla dos differentes Reinos, de que se compunha a Peninsula [...] A difficuldade, que tive em colligir estes Arestos por se acharem dispersos, e deslocados em muitos Livros, em diversas bibliotecas, nos Cartorios, nos Mss. dos Curiosos, só poderá ser avaliada pelos Eruditos. Finalmente: sendo este trabalho inteiramente novo, he ao mesmo tempo huma produção de improviso pelo pouco espaço, que tive para o ordenar; apesar dste inconveniente o Leitor verá com quanto escrúpulo o tractei, e que não estabeleci Principio algum, que não legalizasse com a authoridade da Lei, ou do Exemplo.” SOUSA, Manuel Francisco de Barros e. *Memoria para a historia, e theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos tres Estados do Reino*. Lisboa: Impressão Régia, 1827, pp. i-iv.

Cabe, deste excerto, identificar a renitência, por Vieira dos Santos, da crítica à vila de Antonina enquanto opositora de interesses políticos de segmentos da freguesia de Morretes. Referente, ainda, ao ano de 1841, cumpre assinalar para a maneira pela qual este autor expôs o domínio de um saber literário na tentativa de definir a categoria de munícipe: “Municípes habitantes dos Municípios que erão aquellas Cidades de Itália que tinham suas Leis particulares, mas os seus Cidadãos pelo direito da Cidade podião conseguir em Roma todos os empregos dos Romanos, os mesmos Magistrados e as mesmas honras. — Juvenção a Sat. 8 v 236 de Juvenal. Veja-se Epith. da historia Luzitanea [...].”⁵¹⁸ Uma vez em diálogo com a alocução a qual Vieira dos Santos pretendia que fosse lida na sessão inaugural das atividades da Câmara de Morretes, estas citações fragmentadas a personagens e a exemplos históricos – as quais retomam a construção e operacionalização da relação entre Antigos e Modernos – permitem destacar a consolidação do pertencimento deste autor nos começos da rotina político-administrativa deste município, em 1841.

Anteriormente a este ano, Vieira dos Santos, ao se situar como ator histórico que desenvolveu atividades letradas, descreveu a ocorrência de manifestações culturais na freguesia de Morretes, bem como mencionou a forma pela qual se inseriu – sob uma condição de protagonismo – nestas manifestações. Assim, acerca do ano de 1826, ele mencionou que o português João Pereira Barbosa inaugurara uma escola de ensino da língua inglesa. Nesta ocasião, Vieira dos Santos proferiu, ali, uma alocução, na qual explanou sobre a constituição histórica de diversas línguas, e, nesse âmbito, fez um elogio à instrução cultural:

209. – Em o mez de Agosto de 1826 João Pereira Barboza, Portuguez, abrio na freguezia de Morretes hua escolla particular de ensino da língua ingleza e tinha em sua Aula dez ou doze discípulos que pagavão duas patacas no fim de cada mez; suas licções erao nocturnas e dezejando o Auctor destas memorias que os Estudos destas Aulas progredissem, em a noite de 3 de Setembro lhes foi fazer na mesma Aula a Allocução seguinte, enthusiasmando seus dezejos:

Night-in fair virtúes immemorial friénd

The conseins moon through distintage

Has held alamp to Wisdom.

Night Thoughts

A noite foi sempre a amiga da virtude, a lua he hua alâmpada acceza pelo creador para alumiar as vigílias do Sábio – Jouny 12^a noite. homem sábio com preferencia sempre occupou o preciozo tempo da vigília da noite

⁵¹⁸ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...*, Op. cit., p. 360. Conforme destacado por José Murilo de Carvalho, no Portugal setecentista Luís António Verney (1713-1792) assinalou – e admoestou – a recorrência, no âmbito de composições oratórias, de referências a autores latinos, tais como o poeta romano Juvenal (55-127). Para Carvalho – no que se permite, pois, encaminhar a problematização dos modelos das alocuções proferidos Vieira dos Santos como tendentes à reafirmação de argumentos morais e ideias políticas – este recurso de aproximação, no Brasil do século XIX, a autores estrangeiros, constituiu-se não apenas em manifestação de dependência e mimetismo cultural, mas estratégia para conferir autoridade e eficácia à aplicação de modelos de composição retórica em face do estatuto de erudição atribuído a tais formas de apropriações de autores. Cf. CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, n. 1, Janeiro-Dezembro de 2000, pp. 123-152

para o empregar com fructo vantajôzo, na applicação do estudo e da meditação, pois que estando a natureza em hum profundo descanso, com os acontecimentos, diurnos, ficão ta.mbem neste mesmo tempo todas as potências do hol-nem em hum soçego mais inalterável aquietando o espirito dezasosegado, aclarando-se vivamente a memória para poder compreender com mais facilidade todas as Artes e sciencias que se quizerem estudar, por isso hé que o nosso ehtendimento, como hum lumên natural que a alma tem para entender trabalha tão industrioço que mais esclarece a razão a nossa imaginação que o Autor da natureza pôz no homem com huma maior excellência também mais se aviva, e a memória rapidamente lembrando se das coizas passadas que aprendeo, igualmente quer chegar ao ápice mais próximo da Sabedoria, por isso dice Aristoteles – Que a memória exercitada se augmentava cada vês mais movendo suas forças pelo império da razão – eis aqui demonstrado os principaes motivos porque o estudo da noite he de grande utilidade para quem aprende e de húa vantagem mui superior aquelle que se emprega no espaço do dia. [...] A vista do prezente quadro, e vendo os progressos que já haveis feito; no estudo da lingoa ingleza em hum só mez que principiastes a aprende-la, eu vos dou oa alegres parabéns dos vossos adiantamentos, continuai pois, com a mesma energia, e enthusiasmo com que principiastes, pois he para vossa própria utilidade e não haja motivo de se dizer que, sobre algum de vós veio hum terror pânico interromper o bello gosto e o dezejo de adquirires hua lingôagem de hua nação das mais civilizadas e Comerciantes da, Europa, eia pois, ó alumnos tende animo para não nara a brilhante carreira que gloriozamente ides trilhando; hum grande afferro ao estudo, huma constância firme na sua applicação, e hum dezejo successivo de aprenderes, serão os vossos mais sagrados deveres e da parte de vosso Mestre, hnm agrado natural para com todos adjunto a huma condescendência de vontades, e a huma paciência soffredora serão os requezitos precisos para a final conclusão de vossos estudos, e se Guilherme Pern pôz a sua nova Cidade o nome de Filadélfia que quer dizer Amor fraterno porque todas as suas ideas se dirigião aquella Colónia fosse huma junta de mãos que não nesseçitasse de Soldados, nem de fortalezas, nem de outra policia para subsistir, e guardar-se senão de sua mútua união fraternal pela mesma maneira hum Pereira Barboza Portuense em breve tempo transformará esta pequena Freguezia, com a admiração e inveja das outras povoações em hua New-York. Dize.⁵¹⁹

Neste estabelecimento de ensino, Vieira dos Santos fez, ainda em 1826, segunda alocução, na qual tratou dos aspectos práticos do aprendizado das línguas.⁵²⁰ Entre a demonstração do conhecimento histórico acerca da constituição e usos de idiomas, bem como através da demonstração dos interesses comerciais e políticos inerentes ao aprendizado destes, tem-se, na seguinte passagem, um elogio pragmático à ilustração:

210. – Antes desta allocução foi feita a primeira na noite de 10 de agosto do mesmo anno de 1826 pelo mesmo Author destas Memórias do theor seguinte: Que gloria não terá este paiz se do seu seio apparecer a

⁵¹⁹ *Idem*, pp. 141-142. A citação em inglês integra o poema *Midnight*, de autoria do inglês Edward Young (1683-1765), autor do qual Vieira dos Santos possuía um volume de poesias em tradução portuguesa – *Noites de Young*. Cf. VIEIRA DOS SANTOS. Antonio. *Breve Rezumo das Memorias... Op. cit.*, fl. 283.

⁵²⁰ Contemporaneamente ao percurso da feitura, por Vieira dos Santos, destas alocuções, tem-se o caso do citado José Silvestre Ribeiro enquanto demandado a realizar alocução em estabelecimento educacional localizado no distrito açoriano de Angra do Heroísmo. Quando Governador desta jurisdição – exerceu tal cargo de 1841 a 1844 –, ele proferiu alocução, em data não mencionada, em uma escola, alocução na qual se notam aproximações ao conteúdo moral verificado nas citadas alocuções de Vieira dos Santos. Atente-se, pois, a passagens desta alocução enquanto modo de reconhecer o aspecto contextual, em sociedades de língua portuguesa – os Açores e o Brasil – da alocução, quer enquanto indício da distinção social arrogada ao conferencista, quer enquanto atividade cultural rotineira na qual são emanados argumentos morais sustentados pela relação entre Antigos e Modernos: “Recordo-me de haver endereçado, ha já bastantes annos, uma breve allocução aos allumnos da Aula de Rethorica da Cidade de Angra do Heroismo, quando, em desempenho dos deveres da authoridade administrativa, tive que assistir aos seus exames. [...] recordarei algumas rapidas ponderações que então fiz: – ‘Transmittiu-nos a douda antiguidade uma carta preciosa, que Fillippe, rei da Macedonia, escreveu a Aristoteles, por occasião do nascimento de Alexandre, o Magno. – *Participo-vos*, disse Filippe ao Philósopho, *que me nasceu um filho. Agradeços aos Deuses, não tento o haverem-mo dado este filho, como o em havê-lo feito nascer em tempo de Aristoteles.*’ [...] Se tenho traçado o elogio das lettras e das sciencias, tenho tambem encarecido as excellencias de um bom mestre. Mancebos! O amor do estudo, encerra em si só muitas virtudes; pois quê, alimentando o espírito e o coração com as mais grattas impressões, faz evitar muitas faltar, arreda muitas fraquezas.” RIBEIRO, José Silvestre. *Alguns fructos da leitura e da experiencia offerecidos á mocidade portugueza*. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, pp. 1-3. Grifos no original.

flor da juventude instruída em hua das principaes lingoas mais cultas da Europa? Que ennulação não cauzará a juventude Pa-ranaguense vendo que do centro d'hua pequena Freguezia qual he esta apparecem estes alumnos que inspirados d'hum amor ás sciências uniformemente querem aprender a lingua ingleza de húa nação commerciante, hua das mais polidas da Europa, e ficarem mais civilizados e instruídos na ordem moral da sociedade porisso, oh mocidade Morreteense, eu vos rogo em nome de vós mesmo, e da Nação que não afrouxeis nesta lide, fazei de vossa parte os impossíveis esforços a venceres todos os obstáculos, e chegares a coroar-vos com as bellas esperanças que para o futuro se vos augurão, ponderai que todo o ente polido e sçientífico nas lingoas estrangeiras não só he amável em sua pátria, como na alheia, e por via della talvez possais adquirir amizades, riquezas, conhecimentos nas sciências das bellas artes e emfim ter hua pratica mais efficaz no giro commercial, instrucção mais activa em a navegação, e Agricultura e finalmente bem podeis (si vossa sorte for favorável) de chegares a ser Cônsules e Agentes Diplomáticos deste Império nas Cortes Estrangeiras, que gloria não teria esta Freguezia, si visse a hum filho seu, elevado a hum alto emprego, a que nunca chegaria si não fosse a lingua estranha que estaes aprendendo, e pelo menos podeis ser hum famoso interprete da mesma linguagem, a vista de tantos bens que podeis adquirir, não dezistais de projecto começado para que não digão os outros que a fracastes naquelle maior ardor de te instruíres. Vos tendes o vosso Mestre, qual venerando ancião, que deveis respeitar, como hum próprio Pae, não só pela sua idade, como pelas lições que delle podeis tomar quem do mundo, dos trabalhos e de varias Nações por onde viajou as tem adquirido, ellas vos servirão de própria guia, a cada hum em particular, assim como foi Mentor com o Príncipe Thelemaco.⁵²¹

No interior do processo histórico construído na memória histórica sobre Morretes, tais alocações de Vieira dos Santos encontram-se coadunadas ao período de sua atuação como funcionário comissionado da administração provincial de São Paulo. Este período foi percebido por Vieira dos Santos, no que se refere à sua atuação histórica, através da oscilação entre o seu envolvimento em articulações e dissidências administrativas – no âmbito das quais ele esteve hierarquicamente inferiorizado a autoridades provinciais, e, por isso, questionado quanto à eficácia de sua atuação –, e no protagonismo e na estabilidade de sua inserção em salões e no desempenho de práticas letradas em Morretes.

Por conseguinte, duas décadas após a ocorrência deste evento em espaço instrucional – e enquanto aspecto, pois, da consistência da integração de Vieira dos Santos em Morretes –, ele ainda era demandado a produzir e a proferir alocações. No escopo da descrição dos eventos ocorridos em espaços teatrais de Morretes, na década de 1840, Vieira dos Santos transcreveu duas alocações apresentadas neste período. Em 1845, ele proferiu, por ocasião da celebração em honra ao Batalhão da Guarda Nacional, alocução sobre os deveres sociais dos cidadãos do Império. Em 1848, elaborou alocução sobre a retomada das atividades do Teatro Filarmônico de Morretes, a qual foi lida, nesta ocasião, por Francisco Antonio da Costa Nogueira. A problematização do conteúdo de ambas as alocações permite demonstrar, as condições e ritmos de exercício, por Vieira dos Santos, acerca da produção de alocações voltadas quer a demandas políticas, quer a celebrações culturais.

Na alocução datada de 1845, constata-se a renitência do argumento em defesa das instituições políticas imperiais e da afirmação de deveres sociais. Dessa maneira, os

⁵²¹ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica da Villa de Morretes...* Op. cit., pp. 144-145.

argumentos presentes no seguinte extrato desta alocução evidenciam, pois, um caso da defesa das instituições imperiais por membro de elite local:

590. – Em 29 do mez de 7bro se fés na Villa de Morretes a grande Solemnidade do benzimento do Estandarte do Batalhão na Igreja Matriz, a cujo acto assistio o mesmo Batalhão, á Missa da parada e depois de ser benzido o mesmo derão três descargas de alegria. De noite foi feita a primeira recita no novo Theatro onde se representou o Drama – o Patriotismo e o Entremez dos Ladrões – O Theatro onde foi representado se armou dentro de hum comprido Armazém do Cidadão Joaquim António dos Santos Souza; e o Author destas Memórias fés a Allocução seguinte que nelle foi lida ao publico:

Illustre Auditório. – O Amor da pátria esse fogo celestial foi o único movei que neste dia singular inflamou a juventude Morreteense para mostrar ao mundo inteiro qual deve ser o heróico impulso á vista de nossas insígnias Nacionais, dessa Bandeira que hoje cheia de gloria, e de triumpho tremulou no centro do devemos ter nenhuma inveja dessas Nações dó antigo mundo, nem dessas cohortes Romanas quando a vista de suas Águias; impávidas caminhavão aos combates, nem mesmo dessas triunfantes Legiões francezas, que tanto aterrarão a Europa a 18 vista das mesmas Águias, e das cores emblemáticas da liberdade, sim a nossa divisa he muito mais heróica, atractiva e patriótica as cores alegres verde da primavera, e as do oiro amarelento que pizamos, e a esphera armilar celeste circulada de brihantes estrellas, qual refulgentes diamantes que brilhão nas Minas do nosso Solo, a grão Cruz da Ordem de Christo, que a adorna, os ramos de fumo e do Café, productos principaes de nossa riqueza dão bem a conhecer o grão de esplendor, e a cathegoria que este Império tem entre os mais do mundo a – Desculpai, desculpai pois ô illustre Auditório, nossos erros e defeitos, mas conhecereis qual foi, e inda he, e será o nosso patriotismo.⁵²²

Em 1848, na alocução de Vieira dos Santos lida por Francisco Antonio da Costa no Teatro Filarmônico de Morretes, apresentam-se como candentes os seguintes elementos: a identificação de aspectos funcionais da cultura; a defesa da condolidação de padrões de conduta; o corte hierárquico acerca dos segmentos aos quais o autor se dirige. Ainda, as manifestações teatrais foram entendidas por Vieira dos Santos – e no que se apresenta em uma convergência de seu argumento para com as percepções, vigentes no período colonial brasileiro, acerca das potencialidades instrutivas do teatro – como operacionais para a afirmação de valores morais:

Notta 33. – Allocução que fés o Autor destas Memórias e foi recitado no Theatro Philarmonico Morretense pelo Cidadão Francisco Antonio da Costa Nogueira no pr.o dia de seu abertura em 25 de Junho de 1848 do Theor seguinte.

Illustres Morreteenses – Exultai d'alegria! Hoje hé o dia venturozo que pela vês primeira se abre o Theatro Philarmonico desta Villa a imitação do Templo de Jano no reinado de Augusto. Mas que vejo?... Aqui congregada toda a nobreza e reunida as suas illustres familias, a essas Brasileiras fermozas que em torno das galerias deste recinto o rodeião quaes mimôzas flores que adornão os mais bellos Jardins, ou outras estrellas brilhante do firmamento enchendo d'alegria esta festival scena. Sim ó jovens fermozas d'ora avante vos deveis ser o mais forte sustentáculo desta instituição recreativa e de interesse publico, onde nas representações drammaticas, que se scena, possa vais ver os bons costumes e horrendos vícios que muitas vezes dominão as paixões mais vivas, e acarretando crimes e onde finalmente a mocidade se pode instruir progressivamente, com as luzes do século, porisso que deveis influir nos ânimos de vossos filhos, e charos Consortes, que não dezaninem hua instituição tão útil, e com tantos sacrificios foi começada, e que d'ora avante hé que se pode desfructar hua recreação tão agradável aos Cidadãos Morreteenses.⁵²³

Estratégias comerciais, ordem social e elogio à instrução educacional conjugam-se nos excertos das alocuções estudadas do presente subcapítulo, e manifestam, portanto, a perspectiva funcional que este autor, na condição de letrado distinguido em salões morretenses,

⁵²² *Idem*, pp. 410-411.

⁵²³ *Idem*, p. 453.

reivindicou à ilustração.

Para uma síntese, pois, acerca das condições de produção e temas da memória histórica sobre Morretes, pode-se destacar que o processo histórico desenvolvido em tal obra foi constituído por escolhas as quais, notadamente para os fenômenos sociais do século XIX, os atores históricos interagem na intermitente elaboração de estratégias de autonomismo político e de consolidação de práticas econômicas. Vieira dos Santos privilegiou reconstituir, pois, o processo de conformação de uma dinâmica social hierarquizada, onde as instabilidades, por exemplo, das relações entre senhores e escravos, assim como a fragilidade da execução dos rituais políticos e devocionais, foram por ele repreendidas.

Em tais repreensões, encontra-se a permanente postulação de estratégias de estabilização dos conflitos entre segmentos sociais desigualmente hierarquizados e a pretensão de consolidar padrões de ações políticas, de deveres sociais e de rotinas institucionais. Nesse sentido, conformou-se o aspecto pragmático de sua obra histórica – aspecto esse presente na renitente instrumentalização, pelo autor, das rememorações de sua atuação administrativa e comercial, bem como de suas afinidades políticas com a elite local enquanto recursos para reconstituir e impor juízos sobre episódios históricos.

Do mesmo modo, acerca da legitimidade institucional para a feitura do texto, cumpre destacar que, tal qual verificado para o caso da relação entre Vieira dos Santos e a Câmara de Paranaguá, a memória histórica financiada pela Câmara de Morretes apresentou-se, pois, como autônoma em relação à citada Portaria provincial. Deste modo, no processo de institucionalização desta memória histórica foram presentes os elementos políticos e hierárquicos. Elementos políticos referentes ao conteúdo localista, conteúdo a partir do qual o autor enfatizou sua aproximação a demandas do município. Elementos hierárquicos no que concerne ao modo como tal institucionalização esteve envolvida no longínquo percurso – iniciado nos anos 1810 – da atuação de Vieira dos Santos no âmbito da dinâmica econômica e da vida político-administrativa de Morretes.

Considerações finais

No desenvolvimento deste trabalho enfatizou-se a presença de fundamentos pragmáticos em memórias históricas produzidas nos Açores e no Brasil do final do século XVIII a meados do século XIX. Reconhecer tais fundamentos – notadamente os direcionamentos político-institucionais presentes nestes livros – permitiu o afastamento acerca da percepção secular referente ao entendimento das memórias históricas enquanto orientada a uma organização factual que, por sua vez, serviria, sobretudo, à escrita de histórias gerais.

Conforme aqui argumentado, ao passo que se amplie a verificação sobre o perfil dos autores de obras históricas consagradas como subsídios historiográficos – assim como se amplie a verificação sobre os lugares institucionais e os fundamentos metódicos e programáticos característicos destas obras – para além de configurações e projetos de instituições de cultura permite-se reconhecer o aspecto descentralizado dos lugares sociais e projetos políticos a partir dos quais foram construídas as memórias históricas no citado recorte. A proposta de afastamento para com a tradição de leituras sobre a posição desta modalidade historiográfica como compilação de documentos e informações históricas subsidiou, assim, encaminhar a crítica à posição das memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá, de Vieira dos Santos, enquanto exercícios literários fortuitos. Para a consecução desta crítica, buscou-se a inserção destes dois livros nas condições sociais e implicações políticas da escrita histórica em áreas provinciais do Império do Brasil.

No primeiro capítulo da dissertação, mapeou-se a escrita de memórias históricas em sociedades de administração portuguesa e sociedades do Império do Brasil. O perfil dos autores das obras históricas analisadas neste capítulo encontra uma convergência na integração em esferas estatais. Ao mesmo tempo, coube reconhecer, acerca destes autores, as variadas percepções sobre fenômenos da vida social e variadas propostas de intervenção sobre as rotinas sociais nas quais eles estiveram imersos.

Através das informações mencionadas por estes letrados a respeito das relações sociais e as circulações institucionais que desempenharam para a feitura da obra, pôde-se acentuar a existência de difusas redes literárias – caracterizadas pela irregularidade dos ritmos de execução de atividades e variedade de interesses políticos – as quais eram compostas, quer por funcionários estatais, quer por membros de elites locais de municípios de origem portuguesa. Os membros destas redes – pelas quais circulavam memórias históricas institucionais, manuscritos particulares e informações orais – foram percebidos pelos autores das memórias históricas aqui estudadas como interlocutores que lhes repassavam materiais e

informações cuja veracidade era atestada pela distinção e experiência social do interlocutor. Observa-se, dessa forma, que as relações hierárquicas e as distinções simbólicas interferiram nos procedimentos de feitura de memórias históricas no que se referia, notadamente, às condições de estabelecer contatos com membros de elites locais e com funcionários estatais. Aspectos, portanto, de lógicas no âmbito das quais se constituíram formas de reciprocidades entre os diferentes perfis de envolvidos em circuitos letrados locais.

Não se desconsiderou, por certo, a integração destes indivíduos em instituições de cultura. Coube, de outro modo, deslocar o entendimento destes autores sob uma perspectiva de protagonismo – qual seja, entendê-los como membros de gradações superiores de hierarquias corporativas que, em instituições de cultura e junto a indivíduos cujos perfis sociais que aos deles se equiparariam, elaboraram fundamentos metódicos, sobretudo, de uma história geral que reverberaria o argumento nacionalista –, e posicioná-los como membros arranjos de letrados de áreas dos domínios portugueses e do Império brasileiro. Arranjos nos quais tais objetivos institucionais, ainda que não desconhecidos ou negligenciados, apresentaram-se sob diferentes entendimentos e condições de operacionalização.

Referente aos argumentos políticos – e sua feição pragmática – presentes nas obras históricas tratadas no primeiro capítulo, cabe observar que, na condição de funcionários estatais e no posicionamento do trabalho histórico como instrumento de reverberação de argumentos morais e projetos políticos, os autores destes textos reconstituíram processos de instabilidade institucional e conflitos de interesses econômicos. A partir destas reconstituições e sob um corte hierárquico, perfizeram o reconhecimento de divisões sociais, assim como se envolveram em lutas políticas, em face das quais se voltaram à defesa do equilíbrio de interesses entre frações de elites.

No segundo capítulo tratou-se da trajetória de Antonio Vieira dos Santos nas sociedades de Antonina, Morretes e Paranaguá. Reconhecer o enraizamento social deste indivíduo afigurou-se em subsídio para situar a sua obra histórica em um contexto de trabalho não setorizado e em uma configuração social onde, a exemplo dos casos das condições sociais de feitura das memórias históricas discutidas no primeiro capítulo, as redes e os interesses literários apresentavam-se sob ritmos irregulares e sob interesses difusos. Apresentavam-se, portanto, sob intermitentes recombinações.

Através da reconstituição da vivência de Vieira dos Santos naquelas três sociedades, no recorte de 1798 a 1851, puderam-se identificar as oscilações das práticas econômicas e das relações de dependência e dominação social nas quais ele esteve envolvido. Comerciante varejista na vila de Paranaguá nas décadas de 1800 e 1810, e comerciante varejista na

freguesia de Morretes a partir da década de 1810 – tendo se voltado ao beneficiamento da erva-mate a partir da década de 1820 –, este indivíduo, em seus livros de reminiscências, reconheceu-se em posição de dependência junto a membros de sua família, assim como a indivíduos junto aos quais compartilhou a experiência de emigração para o Brasil. Vieira dos Santos exerceu, contudo, ações de dominação social, seja na condição de senhor de escravos, seja no controle das alianças sociais de seus filhos.

Este indivíduo auferiu, em Morretes e Paranaguá, a integração em esferas estatais. Em períodos irregulares, ele exerceu cargos administrativos entre década de 1800 e a década de 1840, inicialmente como almotacé em Paranaguá, e, por fim, como suplente de subdelegado em Morretes. Nesse recorte, para além do exercício de cargos municipais, ele atuou junto à administração provincial paulista, como tesoureiro de um fundo para os reparos da Estrada do Arraial, que perfazia a ligação entre o litoral e o planalto da 5ª Comarca paulista. Ao lado da integração em esferas estatais, Vieira dos Santos reconstituiu o seu processo de integração social como marcado pela participação em rituais devocionais, assim como pela participação em eventos referentes à vida política daquelas municipalidades.

Permite-se, a partir destas informações, situar Vieira dos Santos no interior da relação entre trajetória em esferas estatais e acionamento de interlocuções literárias junto a funcionários estatais e elites locais, relação essa da qual derivou a produção de seus argumentos políticos e a qual condicionou os modos de feitura de sua obra histórica. A escrita de suas memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá – assim como a memória histórica, ora extraviada, sobre Antonina – foram desenvolvidas sob contratos com as Câmaras Municipais. Estas memórias históricas apresentam-se, assim, enquanto casos do interesse de instituições municipais para a feitura de obras históricas e enquanto casos da diversidade das esferas estatais, nas sociedades de origem portuguesa, que conferiram sustentação econômica e legitimação social a tais obras.

Na conclusão do segundo capítulo, argumentou-se que, em detrimento de entender as memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá como indicadoras do isolamento e decadência social de seu autor, ambas se constituíram como aspectos da mobilização estratégica do domínio literário acerca da permanência da participação de Vieira dos Santos em instituições locais. A reconstituição da trajetória deste indivíduo ilustra, portanto, um caso da descentralização dos lugares institucionais, da composição de interações literárias e dos argumentos políticos inerentes ao processo de feitura e legitimação de memórias históricas oitocentistas em língua portuguesa.

Sob a reconstituição desta trajetória, pôde-se, dessa maneira, entender Vieira dos Santos na condição de letrado, cuja irregularidade de ritmos de exercício literários e a diversidade das escolhas abarcadas em seus trabalhos referem-se à natureza do seu enraizamento social. Ou seja, são referentes aos rearranjos de sua legitimidade em inserir-se, notadamente, em esferas estatais e salões de membros das elites locais de Antonina, Morretes e Paranaguá. Portanto, a irregularidade do exercício literário e a diversidade de escolhas temáticas e tomadas de posição política que caracterizaram a produção textual de Vieira dos Santos estiveram relacionadas, respectivamente, à natureza de seu processo de treinamento intelectual e à natureza das difusas redes e lugares sociais que conferiram aprovação aos seus trabalhos históricos.

No capítulo terceiro, foram estudadas as relações sociais, procedimentos metódicos e argumentos políticos presentes na *Memória Histórica de Paranaguá*. Entendeu-se, aqui, este texto como sustentado por tentativa de aproximação ao argumento ciceroniano de conferência de um escopo funcional à obra histórica, escopo que se reveste, assim, de feição pragmática. Respeitante às interações sociais acionadas na execução deste texto, notou-se que membros da elite local de Paranaguá conferiram informações orais a Vieira dos Santos – validadas por ele a partir da demarcação dos lugares sociais destes interlocutores –, e que funcionários estatais facultaram e produziram a ele documentos institucionais. Os materiais e as informações de interesse histórico que tais interlocutores apresentaram a Vieira dos Santos sustentaram o entrecruzamento, na narrativa, de interpretações providencialistas e de tomadas de posição política sobre os fenômenos da vida social em Paranaguá. Assim, nos livros históricos de Vieira dos Santos, a legitimação do episódio milagroso aufere uma dimensão política que sustenta a defesa de regras sociais. Nestas memórias históricas, a coadunação entre a interpretação histórica não laicizada e os argumentos políticos acentua a orientação conservadora – manifestada, também, na memória sobre Morretes – a respeito da consolidação de condutas e valores sociais.

As implicações programáticas das escolhas temáticas e do envolvimento de Vieira dos Santos sobre fenômenos da vida social de Paranaguá acirram-se, no recorte sobre o século XIX, no que toca à defesa dos interesses do grupo mercantil e das ideias sobre autonomismo político das instituições municipais. Esta memória histórica apresentou uma defesa do crescimento do comércio desenvolvido pelos negociantes de grosso trato e da autonomia das autoridades locais acerca da regulação de práticas como o tráfico de escravos. Discurso que entendeu, pois, os negociantes de grosso trato como superiormente posicionados na hierarquia social – em face da riqueza e da obtenção de honrarias imperiais –, e legitimou, por

consequente, os pleitos econômicos de tais frações sociais, bem como valorou positivamente as práticas caritativas por elas realizadas.

No capítulo quarto, sobre a *Memória Histórica da Vila de Morretes*, estudaram-se as formas de envolvimento autoral na narrativa e os argumentos políticos daí suscitados. Manteve, pois, Vieira dos Santos, a aproximação à perspectiva de *História Mestra da Vida* no desenvolvimento deste trabalho. Tal narrativa sobre Morretes privilegia episódios referentes ao século XIX, nos quais o autor inseriu-se como personagem. Entre a reconstituição de sua atuação como funcionário comissionado de província paulista e a exposição do argumento em favor da elevação da freguesia de Morretes à condição de vila, encontram-se o envolvimento autoral na projeção de modos de regulação da vida social direcionados a autoridades municipais – projetos tais como a regulação do comércio varejista, da circulação de escravos, das manifestações devocionais.

Sob a verificação das condições de produção e dos juízos políticos presentes nas memórias históricas de Morretes e Paranaguá, propôs-se, assim, abordá-las como envolvidas demandas institucionais e como indiciárias da distinção social do autor. Ambos os elementos são observados, pois, a respeito dos modos a partir dos quais ele foi contratado por lugares corporativos para empreender exercícios historiográficos. De outra parte, a negação, pela Câmara de Antonina, de lhe atribuir pagamento pela escrita de uma memória histórica e lhe devolver os manuscritos desta, indica, por sua vez, a diversidade e as oscilações das condições de consagração social do letrado enquanto historiador em espaços provinciais, bem como indica, mais especificamente, a diversidade e as oscilações da eficácia da institucionalização dos projetos políticos elaborados por tais perfis de letrados.

Sob os resultados da análise destas memórias históricas, bem como em face da reconstituição trajetória de Vieira dos Santos, e, ainda, em diálogo com as chaves de leitura propostas acerca das trajetórias e obras dos autores arrolados no capítulo primeiro, propõe-se, aqui, posicionar Vieira dos Santos enquanto *historiador*, atribuição que demanda atentar, por certo, à especificidade dos ritmos desta atuação, aos arranjos sociais a sustentaram, à natureza das demandas políticas que nela estiveram implicadas, bem como aos seus fundamentos estilísticos e metódicos.

Ritmos marcados, pois, pela intermitência – aspecto que engendrou a permanente rearticulação do grupo de interlocutores deste autor. Arranjos sociais compostos por elites provinciais, cujos interesses políticos e econômicos, bem como aspectos de suas afinidades políticas e condições de interação com Vieira dos Santos, tornaram-se matérias das citadas memórias históricas. Demandas políticas referentes à reivindicação do autonomismo político

municipal – autonomismo referente aos interesses, em suma, econômicos e políticos municipais em relação à administração provincial paulista. Fundamentos estilísticos e metódicos caracterizados, por fim, pelo ecletismo dos recursos e modos da atuação do letrado, bem como caracterizados pela desvinculação deste acerca de projetos literários oriundos de ditames oficiais. Dessa maneira, as memórias históricas sobre Morretes e Paranaguá não se afiguraram como casos do cumprimento do citado ditame administrativo provincial interessado na compilação de documentos administrativos e particulares. De outro modo, Vieira dos Santos conferiu àqueles livros uma perspectiva moral e programática direcionada a específicos assuntos comunitários e corporativos.

Através do reconhecimento acerca do ecletismo da composição textual, das variações dos interesses sociais no âmbito dos interlocutores e das formas de capitalização do seu letramento, pode-se verificar em Vieira dos Santos um caso de *polígrafo*. Categoria a qual não remete, na presente análise, à identificação de fragilidade da técnica letrada e à irreflexão dos direcionamentos sociais da obra, mas sim à diversidade de modelos e métodos textuais desenvolvidos sob o contínuo rearranjo da incorporação, pelo autor, de interesses de segmentos sociais e dos rearranjos das formas de viabilização econômica e institucional de seus textos. Sob estas conclusões, afirma-se a pertinência de deslocar as memórias históricas em língua portuguesa – setecentistas e oitocentistas – da condição de compilação de documentos e informações históricas providas de método frágil e estilo árido para a condição de discurso constituído por métodos e estilos plásticos. Plasticidade metódica no que concerne aos interesses políticos e às relações sociais que sustentaram a feitura desta modalidade textual. Plasticidade estilística derivada, por seu turno, da natureza do letramento – entendida em face das suas formas de treinamento e exercício rotineiro – dos autores.

Cabe, assim, entender a plasticidade das memórias históricas como leitura alternativa a posicioná-las quer no âmbito de tradições e projetos literários oriundos de instituições de cultura, quer como a execução anômica de demandas institucionais e de interesses literários diletantes. Antes, buscou-se, aqui, entendê-las como aspecto das condições de existência de manifestações letradas em municípios de administração portuguesa e de administração imperial brasileira. Manifestações essas cujos participantes, sob difusas formas de solidariedades e compartilhamento de interesses corporativos, voltaram-se à viabilização da escrita histórica em esferas municipais. Dessa maneira, ao se ampliar o reconhecimento das instituições que se interessaram e sustentaram a escrita de memórias históricas, cabe percebê-las como compostas por ideário pragmático, assim como sustentadas por configurações sociais e interesses institucionais descentralizados.

Fontes primárias

Câmara Municipal de Morretes, atas das sessões de 16 de Abril de 1850 e 24 de Maio de 1851. In: MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. 2º volume, Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975, pp. 457-458.

Compromisso administrativo e econômico da venerável Ordem da Terceira Penitência da cidade de Paranaguá. 1860. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Porto da Villa de Morretes. 1860. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 82, Sabbado 8 de Setembro, Anno de 1821.

Jornal do Comercio, n. 96, v. II, Sabbado 26 de Janeiro de 1828.

Listas nominativas de habitantes da 1ª Companhia de Ordenanças da Vila de Paranaguá. Anos de 1809, 1818 e 1825. Fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

Listas nominativas de habitantes do 1º e 3º Quarteirões da Freguesia de Morretes. Anos de 1817 e 1836. Fotocópias sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses/Universidade Federal do Paraná.

Lista dos Empregados da Mesa da Irmandade de N. S. do Porto de Morretes. 1858. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

O Dezenove de Dezembro. Curitiba, Anno III, nºs 45-46, 4/11 de Fevereiro de 1857.

Ofício da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paranaguá à Presidência da Província do Paraná. 18 de Dezembro de 1859. Manuscrito sob guarda do Arquivo Público do Paraná.

Referências bibliográficas

I) Fontes

ABREU E LIMA, José Ignacio Ribeiro de. *Compendio da Historia do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. Coleção dos documentos, estatutos, memórias e documentos da Academia Real da História Portuguesa [1721]. In: *História da Historiografia*, n. 3, setembro de 2009, pp. 216-235.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Annaes da Provincia de Goyaz. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil*, Tomo XXVII, Parte Segunda, 1864, pp. 5-186.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memoria Chronologica, Historica e Corographica da Provincia do Piauhy. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XX, Primeiro Semestre, 1857, pp. 5-139.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Notas diarias sobre a revolta que teve lugar nas provincias do Maranhão, Piauhy, Ceará, pelos annos 1838, 1839, 1840, 1841, escriptas em 1854 á vista de documentos officiaes. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*, Tomo XXXV, Parte Segunda, 1872, pp. 423-484.

ANÔNIMO. Compendio das Epocas da Capitania de Minas Geraes, desde o anno de 1694 até o de 1780. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo VIII, Segunda Edição, pp. 53-64.

ANÔNIMO. *Memoria Historica sobre as Ilhas dos Açores, como parte componente da Monarquia Portuguesa, com ideias políticas relativas à reforma do Governo Portuguez e sua nova Constituição*. Lisboa: Officinas de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

ARMITAGE, John. *História do Brazil*: Desde a chegada da Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1837.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1938.

BELLEGARDE, Pedro de Alcântara Niemeyer. Elogio historico do falecido Socio correspondente o Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde pelo Sargento-Mor Pedro de Alcantara Bellegarde, Orador do Instituto. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Tomo I, 1839, pp. 226-231.

BEM, Thomaz Caetano de. *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal, e Suas Conquistas na India Oriental*. Tomo I. Lisboa: Regia Officina Typographica, Anno M. DCC. XCII BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memoria sobre os Dominios Portuguezes na Africa Oriental*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1835.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências, 1829.

CABRAL, José Antônio Teixeira [et. al.]. *Estatística da Imperial Província de São Paulo – Tomo 1º – 1827*. São Paulo: Edusp, 2009.

CALIXTO, Benedito. *Capitanias Paulistas*. São Paulo: Casa Duprat/Casa Mayença, 1927,

CARNEIRO, David. *História da História do Paraná*. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952.

CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Corographia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. Tomo II. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1842.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina*. Santa Catharina: Typographia. Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

CORDEIRO, Antonio. *Historia das Ilhas de Portugal sugeitas no oceano occidental*. Volume I. Lisboa: Typographia do Panorama, 1866.

COSTA, Cláudio Manoel da. *Memoria Historica e Geographica da descoberta das Minas*. In: *O Patriota, Jornal Político, Litterario, político e Mercantil do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 4, abril de 1813, pp. 40-68.

COSTA, Felix José da. *Angra do Heroismo*. Ilha Terceira (Açores). (Os seus titulos, edificios, e estabelecimentos publicos). Angra do Heroismo: Typographia do Governo Civil, 1867.

COSTA, Felix José da. *Memoria Estatistica e Historica da Ilha da Graciosa*. Angra do Heroísmo: Imprensa de Joaquim José Soares, 1845.

CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. *Apontamentos Historicos, Topographicos e Descriptivos da Cidade de Paranaguá*. Rio de Janeiro: Tipographia do Diário do Rio de Janeiro, 1863.

CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes da. Carta, 1961. In: MOREIRA, Júlio Estrela (org.). *Fontes para a Historia do Paraná*. Cronistas – Séculos XIX e XX. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 43.

DIAS, Antônio Gonçalves. Introdução aos *Annaes Historicos do Maranhão*. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão, em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foi descuberto até o de 1718 [1749]*. Maranhão: Typographia Maranhense, 1849, pp. v-xx.

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru. Poema Epico do descobrimento da Bahia*. Bahia: Typographia de Serva e Comp., 1837.

BURLAMAQUI, Francisco Leopoldo César. *Memoria analytica acerca do commercio d'escravos e á cerca dos malles da escravidão domestica*. Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837.

FROTA, José Manuel Antunes da. Historia da Capitania de Goyaz. In: *O Patriota, Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro*, v. 3., n. 2, março/abril de 1814, pp. 25-34.

GAY, João Pedro. Historia da Republica Jesuitica do Paraguay desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, anno de 1861. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXVI, 1863, pp. 5-120/589-838.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* [1840]. Recife: Arquivo Público Estadual, 1977.

HONORATO, Manoel da Costa. *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1863.

HONORATO, Manoel da Costa. Memoria Historica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelaria d'esta Côrte. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro*, Tomo XXXIX, Parte Primeira, 1875, pp. 5-96.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Collecção de Leis do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Segundo, 1840.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo IX, 1847.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Quarto, Segunda Edição, 1863.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXV, 1862.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXVI, 1863.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Terceiro, 1841.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Tomo XVIII, 1º Trimestre, 1855.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo VIII, Segunda Edição, 1867.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. *Revista do Instituto Historico do Geografico da Provincia de São Pedro*, Volume I, 1860.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Antonina: factos e Homens: Da Edade Archeolithica á Elevação a Cidade* [1918]. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1999.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná* [1926]. Volume I. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Paraná, 1994.

LEÃO, Ermelino Agostinho de & NEGRÃO, Francisco. Cartas íntimas. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. V, Janeiro/Junho de 1951, pp. 55-76.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana historica e genealogica*. Tomo I. São Paulo: Martins, 1953.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo I. Typographia Imperial e Constitucional de Saignot-Plancher, 1834.

LISBOA, José da Silva. Da liberdade do trabalho. In: ROCHA, Antonio Penalves (org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 323-333.

LUNA, Lino do Monte Carmello. *Memoria Historica e Biographica do Clero Pernambucano*. Pernambuco: Typographia de Lemos e Silva, 1857.

MAIA, Joaquim José da Silva. *Memorias Historicas, Politicas e Filosoficas da Revolução do Porto em maio de 1828 dos emigrados portugueses pela Hespanha, França e Belgica*. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1841.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lytographia do Imperial do Instituto Artístico, 1876.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*, Tomo XXXI, Parte Segunda, 1868, pp. 422-429.

MAGALHÃES, Manoel Antonio de. *Almanak da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul*. In: *Revista do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*, Tomo XXX, 1867, pp. 43-74.

MARINHO, José Antonio. *Historia do Movimento Político, que no anno de 1842 teve lugar da Provincia de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de J.E.S. Cabral, 1844.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna (org.). *Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII*. Belo Horizonte: Claro Enigma, Instituto Cultural Amilcar Martins, 2007.

MARQUES, César Augusto. *Apontamentos para o Diccionario Historico, Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão*. Maranhão: José Maria Corrêa de Frias, Edictor, 1864.

MARQUES E IRMÃO (orgs.). *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de São Paulo para o anno de 1857*. São Paulo: São Paulo: Typographia Imparcial, 1856

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como de deve escrever a Historia do Brazil. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, pp. 381-403.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Corographia historica da provincia de Goyaz. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Etnographico e Geographico do Brasil*, Tomo XXVII, Parte Primeira, 1874, pp. 213-462.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas provincias de Minas Gerais e Goiaz*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C^a, 1836.

MELLO, Francisco Affonso da Costa Chaves e. *Epítome das Épocas e Circunstâncias mais Notáveis do Governo das Ilhas dos Açores desde o Descobrimento até 1835*. Lisboa: Imprensa Patriótica, 1835.

MENDONÇA, Estevão de (org.). Memorias do anno de 1816: Senado da Camara da Villa Real do Senhor Bom Jezus de Cuiabá. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LVII, Parte I, 1894, pp. 159-166.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria, e Politica do Imperio do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1858.

MORAES FILHO, Alexandre José de Mello. Introdução. In: MORAES, Alexandre José de Mello. *Chronica geral do Brazil*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Garnier, 1886, pp. V-XV.

MORAES, Frederico Augusto Pereira de (org.). *Subsidios para a Historia do Ypanema comprehendendo 1º – a Memoria Historica do Senador Vergueiro, impressa pagina por pagina da edição de 1822, 2º – O Appendice que foi publicado com a mesma Memoria, 3º – Um additamento a esta segunda edição d’ella, contendo mappas e documentos ineditos, etc.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d’um Quadro Estatistico da Provincia de São Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837 [1838]*. São Paulo: “O Estado de São Paulo”, 1923.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. V. III. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

NUNES, Antonio Duarte. Almanack histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXI, 1º Trimestre de 1858, pp. 5-161.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Historico da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. A. Marques, 1864.

PADILHA, Pedro Norberto D’Aucourt e. *Memorias Historicas, Geograficas e Politicas observadas de Pariz a Lisboa*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1746.

PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro – Camara dos Srs. Deputados seguido da decima legislatura, sessão de 1858*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858,

PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1860.

PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1861.

PARLAMENTO BRASILEIRO. *Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866.

PAULA, Sergio Góes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

PEREIRA, Domingos Joaquim. *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelição*. Vianna: Typographia de André J. Pereira e Filho, 1867.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Litteratura Nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de S. Pedro* [1820]. Paris: Typographia de Casimir, 1839.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memorias do Visconde de S. Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro. Compiladas e postas em ordem pelo Conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomos XXXVII-XXXVIII, Partes Segundas, 1874-1875.

PONTES, Manuel José Pires da Silva (org.). Breve resumo da Memoria do segundo vereador da Camara da villa de Pitanguy, offerecida aos 29 de Dezembro de 1785, em cumprimento da ordem regia de 20 de Junho de 1782, acompanhado de notas do compilador e Resumo da memoria do segundo vereador da camara de Pitanguy offerecida na vereação de 30 de Dezembro de 1819. In: *Revista Trimensal de Geographia e Historia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, pp. 284-291.

PONTES, Manuel José Pires da Silva (org.). Colleção das memórias archivadas pela Camara da Villa de Sabara. In: *Revista Trimensal de Geographia e Historia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Sexto, 1844, pp. 269-283.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possivel de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, Tomo Terceiro, 1841, pp. 149-157.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. V. 3. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia, ou abreviada historia geographica do Imperio do Brasil*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1829.

RIBEIRO, José Silvestre. *Alguns fructos da leitura e da experiencia offerecidos á mocidade portugueza*. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

RIBEIRO, José Silvestre (org.). *Resoluções do Conselho de Estado na secção do contencioso administrativo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no Centenário* [1900]. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1980.

ROMERO, Jeronymo. *Supplemento á Memoria Descritiva e Estatistica do Districto de Cabo Delgado com noticia acerca do estabelecimento da colonia de Pemba*. Lisboa: Typographia Universal, 1860.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* [1888]. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

ROMERO, Sílvio. *O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001.

RUBIM, Braz da Costa. Memoria sobre a Revolução do Ceará em 1821. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXIX, Parte Segunda, 1866, pp. 201-262.

RUBIM, Braz da Costa. *Memorias Historicas e Documentadas da Provincia do Espirito Santo*. Rio de Janeiro: Tipographia de D. Luiz dos Santos, 1861.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba (1820) [1851]*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SANCHES, José da Costa de Brito. *Confutação da Memoria Descriptiva sobre o pretendido modo com que se estabeleço em Moçambique o Systema Constitucional ou provas da falsidade e injustiça com que o author della intentou calumniar a José da Costa de Brito Sanches*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1822.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio [1868]*. Rio de Janeiro: Edições “O Cruzeiro”, 1956.

SOCIEDADE AUXILIADORA DAS LETRAS AÇORIANAS. *Revista dos Açores*, Volume II, Janeiro de 1853.

SOCIEDADE PROMOTORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*. Primeiro Anno. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Breve Rezumo das Memorias mais Notáveis Acontecidas desde 1797 até 1827* [manuscrito digitalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Códice sob guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. Carta à Câmara Municipal de Antonina, 31 de Dezembro de 1850. In: *Boletim do Instituto Histórico, Etnográfico e Geográfico Paranaense*, v.IX, 1967, pp. 126-127.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memorias dos Sucéssos mais Notáveis Acontecidos desde o anno de 1838* [manuscrito digitalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Códice sob guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio* (1850). 2 Tomos. Curitiba: Museu Paranaense, 1951-1952. Códice sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima* (1851). Tomo I. Curitiba: Museu Paranaense, 1950. Códice sob guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Quarta edição, reformada, emendada, e muito accrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho*. Tomo II. Lisboa: Impressão Regia, Anno 1831.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou descripção fisica, historica e política da Provincia do Gram-Pará*. Bahia: Typ. do Diario, 1833.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memorias Historicas e Politicas Provincia da Bahia*. Tomo Primeiro. Bahia: Typographia do Correio Mercantil, 1835.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomos Segundo, Terceiro, Septimo e Nono. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1870.

SILVA, João Manuel Pereira da. Biographia dos Brasileiros distinctos por Lettras, Armas, Virtudes, etc. – Sebastião da Rocha Pitta. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Segunda Série, Tomo Quinto, 1849, pp. 258-276.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da Fundação do Imperio do Brasileiro*. Tomo Primeiro. Pariz: Imp. de Simon Raçon e Comp., 1864.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1847.

SILVA, José Carneiro da. *Memoria Topographica e Historica sobre os Campos dos Goitacazes, com huma noticia breve de suas produções e commercio*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819.

SOUSA, Manuel Francisco de Barros e. *Memoria para a historia, e theoria das Cortes Gerais, que em Portugal se celebrarão pelos tres Estados do Reino*. Primeira Parte. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz [1812]. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XII, 1849, pp. 429-510.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento, e de independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, MLCCCLVII.

YOUNG, Ernesto Guilherme. Apontamentos genealogicos de familias iguapenses. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, v. 10, 1905, pp. 3-28.

WOLF, Ferdinand. *Lé Brésil Littéraire*. Histoire de La Littérature Brésilienne suivi d'un choix de morceax tirés des meilleurs auteurs brésiliens. Berlin: A. Asher & Co, 1863.

II) Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João (org.)... [et al.]. *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-194.

ALVES, Alessandro Cavassin. Análise prosopográfica dos diretores de uma colônia imperial para imigrantes no Paraná, século XIX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, São Paulo, Julho de 2011, pp. 1-11.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Contribuindo*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1921.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Dominium*, terras e vassalagem na América Portuguesa. In: DORÉ, Andréa Carla (org.)... [et al.]. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. Brasília/São Paulo: CAPES/Hucitec, 2008, pp. 271-289.

ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. *A almotaçaria e o direito na vila de Curitiba (1737-1828)*. Dissertação (Mestrado em Direito). 2011. 252 fls. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ARAÚJO, Maria marta Lobo de. As irmandades portuguesas enquanto palco de sociabilidades no século XVIII. In: *História: Questões e Debates*, n. 45, 2006, pp. 155-176.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo*. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo, Hucitec, 2008.

- ARAUJO, Valdei Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História do Brasil. In: *Acervo*, v.22, n. 1, Janeiro/Junho de 2009, pp. 85-98.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. O sublime, o belo e a Revolução: história e narrativização em Burke e Hegel. In: *Revista Intellectus*, Ano 03, v. 1, 2004, pp. 1-15.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARBOSA, Mara Fabiana. *Terra de negócio*. O comércio em Curitiba no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). 2003. 123 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BARBOSA, Samuel Rodrigues. Quando historiadores advogam. Uso partidário do passado na história de Pedro Taques. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org.)... [et al.]. *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: Ed. UFF, 2009, pp. 293-304.
- BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena*. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). 2009. 389 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARROS, Michelle Rose Menezes de. “*Germes de Grandeza*”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma Província do Norte durante a formação do Império Brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado em História). 2006. 125 fls. Universidade Federal do Pará, Belém.
- BELTRAMI, Rafael Caminha de Carvalho. *Da poesia na Ciência*. Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas idéias. Curitiba, 1900. Dissertação (Mestrado em História). 2002. 116 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos, 1807-1869. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre a História e a Literatura: A Formação do Panteão Rio-Grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 196 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Particularidades familiares: a trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 175 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História). 2009. 334 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: estrutura e gênese do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BUDASZ, Rogério. Sobre a música no Paraná (1600-1850). In: SOUZA NETO, Manoel José de (org.). *A (des)construção da Música na Cultura Paranaense*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, pp. 12-24.
- BUDASZ, Rogério. *Teatro e Música na América Portuguesa: ópera e teatro musical no Brasil (1700-1822): convenções, raça, gênero e poder*. Curitiba: DeArtes/UFPR, 2008.
- CABRAL, Oswaldo R [et al.]. *A História da Política em Santa Catarina durante o Império*. Volume 3. Ed. UFSC, 2004.
- CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação (Mestrado em História Social). 175 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CANDIDO, Antonio. *Método Crítico de Sílvia Romero*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia*. Um estudo sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2002. 164 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CARULA, Karoline. *A tribuna da Ciência: as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial/Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, n. 1, Janeiro-Dezembro de 2000, pp. 123-152.
- CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação até hoje. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LX, Parte II, pp. 171-202.
- CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Um ensaio sobre os limites da imparcialidade em Varnhagen. In: *História*, v.24, n. 2, 2005, pp. 207-240.
- CEZAR, Temístocles. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. In: *Historiografías*, v. 2, Julho-Dezembro de 2011, pp. 45-65.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, v. 8. n. 1, 2004, pp. 11-29.
- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.)... [et al.]. *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, pp. 93-124.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, Memória e Poesia. Noções da Escrita da História no Brasil Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Escrita, Linguagens, Objetos: leituras de História Cultural*. Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 43-80.

- CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima*. General de Bolívar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Officinas do “Commercio do Porto”, 1912.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Parte I. Tomo I (1695-1735). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1950.
- COSTA, Samuel Guimarães. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Volume I. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1995.
- COSTA, Samuel Guimarães. *O Último Capitão-Mor (1782-1857)*. Curitiba: Ed. UFPR, 1988.
- CUNHA, Fernando. *Elites políticas municipais no Brasil-Colônia*. Homens bons da Curitiba setecentista. Dissertação (Mestrado em História). 2003. 118 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado do Brasil – São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina (1832-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). 2011. 187 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- DANTAS, Mônica Duarte. Introdução – Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 7-67.
- DEAECTO, Marisa Midori. Os primórdios da imprensa paulista: José da Costa Carvalho, fundador de *O Farol Paulistano* (1827-1831). In: *Revista de História Regional*, n. 12, Inverno de 2007, pp. 29-50.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- DORIA, Francisco Antonio. *Acciaiolis no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 2000.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ENDERS, Armelle. João Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen et les malheurs de l’histoire moderne du Brésil. In: *Revista de História da USP*, 1º semestre de 2010 – Edição especial: “Antigos, Modernos e Selvagens” –, pp. 115-129.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo & FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

- FURTADO, Júnia Ferreira. “O oráculo que S. Majestade foi buscar”: d. Luís da Cunha e a geopolítica de um novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Na trama das redes: Política e Negócios no Império Português, Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 373-400.
- GALDAMES, Francisco Javier Müller. *Entre a Cruz e a Coroa: A trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. 92 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GALLARDO, Darío Horácio Gutiérrez. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em Economia). 1986. 180 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Discurso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 164, 1931, pp. 523-540.
- GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Emílio Joaquim da Silva Maia*. Um intelectual no Império do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). 2004. 137 fls. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do Caminho*. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História Social). 2009. 371 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GILLES, Ana Maria Rufino. *O Diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): memórias, trabalho e sociabilidades*. Tese (Doutorado em História). 2010. 200 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 156, n. 188, pp. 469-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 93-122.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória histórica disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jathay. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, pp. 9-24.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Topoi*, v. 5, Julho-Dezembro de 2002, pp. 185-200.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 68-85.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 1, pp. 5-27.

- HARTOG, François. *O século XIX e a História*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- HESPANHA, Antonio Manuel de & SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A identidade portuguesa. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. V. IV. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 18-37.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses*. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência*. Perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HUPPES, Ivete. *Gonçalves de Magalhães e o Teatro do Primeiro Romantismo*. Lajeado/Porto Alegre: FATES/Movimento, 1993.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.
- JAHNEL, Claudia Bettina Irene Römmel. *O Arquivamento do Eu: o diário de Hugo Delitsch e as lembranças de Emma Anton (1844-1859)*. Tese (Doutorado em História). 2002. 172 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- JANCÓ, István & KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. 2 v. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, pp. 127-175.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.
- KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. *A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen*. Dissertação (Mestrado em História). 2007. 244 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- KANTOR, Iris. Antigos e Modernos na Historiografia Acadêmica Portuguesa e Brasileira. Cronografias e representação do passado. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e Modernos*. Diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 451-466.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.
- KANTOR, Iris. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias baianas. In: ALGRANTI, Leila Mezan & MEGIANI, Ana Paula. (org.). *O Império por Escrito*. Formas da transmissão da cultura letrada no mundo Ibérico. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 297-310.
- KATO, Allan Thomas Tadashi. *Retrato Urbano: Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). 2011. 256 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. Itinerários de um Luso-Brasileiro. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. PUC-MG/ Alameda, 2009.

- KARVAT, Erivan Cassiano. *Da História como Cânone ou sobre Homens de subida Têmpera: reflexões sobre a constituição da crítica e da história literárias no Brasil oitocentista, 1826-1882*. Tese (Doutorado em História). 2008. 217 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- KLEIN, Herbert & LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KUBO, Elvira Mari. *A Legislação e a Instrução Pública de primeiras letras na 5ª. Comarca de São Paulo*. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte do Paraná, 1986.
- LACERDA, Giorgio de. A “Suprema Causa Motora”: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808-1825). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História, São Paulo, Julho de 2011, pp. 1-9.
- LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese (Doutorado em História). 2004. 363 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo*. Riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888). Tese (Doutorado em História). 2003. 337 fls. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: pensadores radicais do Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LIMA, Carlos A. M. & MOURA, Ana Maria da Silva. *Devoção e Incorporação*. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa. Curitiba: Peregrina, 2002.
- LIMA, Carlos A. M. Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837). In: *História Econômica e História de Empresas*, v.XIV, 2011, pp. 35-75.
- LIMA, Luciano Demetrius Bsrbosa. *Os motins políticos de um ilustrado liberal: História, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 198 fls. Universidade Federal do Pará, Belém.
- LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Valéria. *J.-B. Debret, historiador e pintor*. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- LOSADA, Janaína Zito. *A paixão, a natureza e as idéias de história: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX*. Tese (Doutorado em História). 2007. 240 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MACEDO, Adriana Mattos Klein. *As corografias e a cultura histórica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2007. 127 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para XIX). Tese (Doutorado em História Social). 2006. 369 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico. In: JOLY, Fabio Duarte (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 13-43.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría*, v. 10, n. 18, julho/dezembro de 2007, pp. 737-793.
- MEDICCI, Ana Paula. Expansão mercantil em São Paulo: ‘decadência’ e ‘vadiagem’ nos discursos de viajantes, memorialistas e autoridades públicas. In: *Almanack Braziliense*, n. 1 maio de 2005, pp. 94-102.
- MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice (org.). *Mannheim*. São Paulo: Abril, 1982, pp. 107-136.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar & PARRON, Tâmis Peixoto. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio de escravos* de 1838. In: *Revista de História da USP*, n. 152, 2005, pp. 99-126.
- MARTINS, Marcos Lobato. Um arauto da modernização republicana nas Minas Gerais: o pensamento político de Joaquim Felício dos Santos. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 465-480.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Guaíra, s/d.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil* de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese (Doutorado em História Social). 2007. 247 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). 216 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares na América Portuguesa. In: *História: Questões e Debates*, n. 45, 2006, pp. 29-56.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Contribuição ao estudo da formação brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira: Das origens ao Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. V. IV. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 303-330.

- MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos*. O Visconde de Cairu e o Duque de La Rochefoucauld. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTELLO, Josué. *Histórias da Vida Literária*. Rio de Janeiro: Nosso Livro, 1944.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O discurso autoritário de Cairu*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. 2º v. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias*. São Paulo: Globo, 2008.
- MOYA, Salvador de. *Anuário Genealógico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1944.
- NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. *Os “Homens” da administração e da justiça no Império: Eleição e Perfil Social dos Juizes de Paz em Mariana, 1827-1841*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 195 fls. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife: trajetórias dos intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. Tese (Doutorado em Sociologia). 2010. 256 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro [1789-1822]*. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Iuperj/ Loyola/ Ed. PUC-Rio, pp. 120-140.
- NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Entre “letras e armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, maio de 2010, pp. 40-51.
- NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande e senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História). 2008. 399 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- NICOLAZZI, Norton Frehese & PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Audiências e correições dos almotacés (1737 a 1828)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo F. & VERSANI Flávio R. Racionalidade econômica e propriedade escrava no Brasil. In: *Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA*. Instituto Ravignani, Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social). 2009. 218 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores*. Classe dominante, genealogia e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: *Revista Brasileira de História*, v.20, n.º 39, 2000, pp. 115-134.
- PAGANI, Edson Moisés. *Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes*

das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777). Dissertação (Mestrado em História). 2010. 132 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PARANÁ, Sebastião. *Galeria Paranaense*: notas biográficas. Curitiba: s/e, 1922.

PAVEZ, Leonardo Acquaviva. *Historia Magistra Vitae*: História e Oratória em Cícero. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 187 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAZ, Francisco Moraes. (org.). *Cenários de Economia e Política – Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

PAZ, Francisco Moraes. *Na Poética da História*: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa*: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História Social). 2005. 427 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. O ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PILOTTO, Erasmo. *A Educação no Paraná (Síntese sobre o ensino público elementar e médio)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1954.

PILOTO, Valfrido. Antonio Vieira dos Santos – “Pai da História Paranaense” – e os múltiplos aspectos de sua personalidade. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, v. VIII, Janeiro/Setembro de 1963, pp. 29-36.

PILOTO, Valfrido. *História e Historiógrafos*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1939.

PINHEIRO, Péricles da Silva. *Manifestações literárias em São Paulo na Época colonial*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961.

PIRES, Francisco Murari. *Modernidades Tucidideanas*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

POLANIY, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLASTRE, Claudia Aparecida. *A música na cidade de São Paulo, 1765-1822*. Tese (Doutorado em História Social). 2008. 255 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1947.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839)*: “A pena e a espada a serviço da pátria.” Dissertação (Mestrado em História). 2009. 136 fls. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

RIBEIRO, Luiz Carlos. O mandonismo local e o movimento republicano. In: *História: Questões e Debates*, v. 3, n. 4, junho de 1982, pp. 65-85.

RICCI, Magda. *Assombrações de um Padre Regente*: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROCHA JÚNIOR, João Peregrino Fagundes da. Significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. In: LISBOA, João Francisco. *Vida do Antonio Padre Vieira*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1970, pp. v-xxiii.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Francisco Negrão. In: *Revista do Círculo de Estudos*

Bandeirantes, v. 1, n. 5, abril de 1938, pp. 341-349.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Antonio Vieira dos Santos – O Cronista da Conjuntura. In: *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, v. 1, 1972, pp. 59-69.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Preços de escravos na Província do Paraná (1861-1887)*. Estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos. Dissertação (Mestrado em História). 1974. 131 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 196 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Thiago Nicodemos Enes dos. *De como administrar cidades e governar impérios: almotacaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. 301 fls. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). Tese (Doutorado em História). 1997. 495 fls. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: Doutrina e Crítica*. Volumes II e III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura, Linguagem e Sociedade: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. Volume II. Tese (Livre Docência em História). 1973. 424 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)... [et al.]. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 a 1953)*. Dissertação (Mestrado em História Social). 2009. 296 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Tese (Doutorado em História Social). 2010. 312 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (Doutorado em História Social). 2006. 338 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manoel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e seus preciosos "Apontamentos." In: MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos e Noticiosos da Província de São Paulo* [1879]. Tomo I. São Paulo: Martins, 1958, pp. 9-20.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Prefácio. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana historica e genealogica*. Tomo I. São Paulo: Martins, 1953, pp. 11-36.
- TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). In: *L'Atelier du Centre des Recherches Historiques*, v. 7, 2011, pp. 1-39.
- TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social). 2009. 241 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- VARELLA, Flávia Florentino. *Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil* de John Armitage. Dissertação (Mestrado em História Social). 2011. 126 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem*. As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- WEBER, Sílvio Adriano. *Além do cativo*. A congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito de Morretes. Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). 2009. 103 fls. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- WEHLING, Arno. *A invenção da História*. Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1994.
- WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Duas vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História, n. 5, Dezembro de 1964, pp. 2-29.
- XAVIER, Regina Célia. *Religiosidade e Escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.